



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS
CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA - HCTE**

RELAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA:
os múltiplos olhares de Minerva sobre o ouro negro

Mauricio Marques de Faria

Apresentação ao programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciências.

Orientador: Professor José Carlos de Oliveira, Dr.

Rio de Janeiro
2015

Faria, Mauricio Marques de

Relação universidade-empresa: os múltiplos olhares de Minerva sobre o ouro negro. / Mauricio Marques de Faria. - Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

xv, 449f.: il.; 31 cm.

Orientador: José Carlos de Oliveira

Tese (Doutorado) – UFRJ / Programa de Pós-graduação em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas: f. 192-212.

1. Relação universidade-empresa. 2. Inovação tecnológica. 3. Universidade. I. Oliveira, José Carlos de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. III. Título.

MAURICIO MARQUES DE FARIA

RELAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA:
os múltiplos olhares de Minerva sobre o ouro negro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em _____:

Professor José Carlos de Oliveira, Dr., UFRJ

Professor Mércio Pereira Gomes, Dr., UFRJ

Professor Ricardo Silva Kubrusly, Dr., UFRJ

Professor Walter Issamu Suemitsu, Dr., UFRJ

Professor Antonio Claudio Gomez de Sousa, Dr., UFRJ

Dedico este trabalho à minha amada esposa, Margareth Gadelha, a minha inestimável mãe, Helena Faria, e ao Bacana (*in memoriam*), por sua eterna amizade.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao orientador, professor, e para sempre amigo, José Carlos Oliveira pela inestimável orientação e confiança depositada em mim, baseada no bom convívio, respeito e compreensão, ao professor Roberto Cintra Martins por suas contribuições durante a qualificação deste trabalho, aos professores Mércio Pereira Gomes, Ricardo Silva Kubrusly, Walter Issamu Suemitsu e Antonio Claudio Gomez de Sousa pela participação na banca de avaliação e a todos os demais, que de alguma forma interferiram na realização deste trabalho.

Mas o professor universitário que encara com seriedade as suas funções na universidade, e, sobretudo, o que se dedica à investigação científica, não tem o direito de esconder a verdade nem de fugir da análise da realidade dos fatos.

José Leite Lopes, 1948.

RELAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA:
os múltiplos olhares de Minerva sobre o ouro negro

Mauricio Marques de Faria

Orientador: José Carlos de Oliveira, Dr.

Resumo da apresentação para Tese de Doutorado a ser submetida ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE/UFRJ) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências.

A economia globalizada requer o contínuo desenvolvimento de novos instrumentos e processos que permitam o avanço do conhecimento e da inovação. Esse avanço, entretanto, pressionado pelo atual modelo econômico e de civilização, atua sobre o sistema de educação e de desenvolvimento técnico-científico de forma a privilegiar certo tipo de modelo universitário focado em tecnologia e produção, em detrimento de outro, baseado em ciência, autonomia e desenvolvimento integral do homem. Civilização e técnica são resultados de escolhas, pensadas ou inconscientes, sendo que a técnica não é autônoma e interage com o processo das relações sociais. Nesse contexto empresas que enfrentam uma concorrência global buscam novos arranjos institucionais para conseguirem inovações com fonte de vantagens competitivas, criando parcerias com universidades, apoiadas pelos governos, seguindo um modelo global de inspiração norte-americana. Esse processo leva as universidades à uma nova crise, institucional, onde se questiona seu papel e sua missão. Entretanto, uma análise dessa crise, mostra que a universidade persiste como instituição, em parte devido justamente às suas contradições e ambiguidades. Assim, apresentamos o relacionamento entre a universidade e empresa, com o exemplo UFRJ-Petrobras, que mostra as várias dificuldades do modelo imposto pela globalização, mas contém elementos que podem ser trabalhados para contribuir com o desenvolvimento econômico e social por meio de um projeto nacional de maior protagonismo e independência econômico-social do Brasil.

Palavra-chave: relação universidade-empresa; inovação tecnológica; universidade.

ABSTRACT

UNIVERSITY-ENTERPRISE RELATIONS: the perceptions of Minerva on the black gold

Mauricio Marques de Faria

Orientador: José Carlos de Oliveira, Dr.

Abstract da apresentação para Tese de Doutorado a ser submetida ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE/UFRJ) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências.

The globalized economy requires the continuous development of new tools and processes that enable the advancement of knowledge and innovation. This progress, however, depressed by the current economic model and civilization, acts on the education system and technical-scientific development in order to favor certain kind of university model focused on technology and production, in detriment of another, based on science, autonomy and integral human development. Civilization and technique are result of choices, thought or unconscious, being that technique is not autonomous and interacts with the process of social relations. In this context companies facing global competition seeking new institutional arrangements to achieve innovations source of competitive advantages, creating partnerships whit universities, supported but governments, following a global model of American inspiration. This process leads universities to a new crisis, institutional, where questions its role and mission. However, an analysis of this crisis shows that the university as an institution persist in part due precisely to their contradictions and ambiguities. Thus, we present the relationship between universities and enterprises, with the UFRJ-Petrobras example, showing the various difficulties of paradigm imposed by globalization, but containing elements that can be used to contribute to the economic and social development through a national project of greater economic and social independence of Brazil.

Keyword: university-enterprise relations; technological innovation; university.

SUMÁRIO

RESUMO	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE SIGLAS	13
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
1.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.2.1 A Nação brasileira e o desenvolvimento	22
1.3 OBJETIVO DO TRABALHO.....	27
1.4 METODOLOGIA E ESTRUTURA.....	30
2 PRESSUPOSTOS E LIMITES	33
2.1 ELLUL E A RELAÇÃO ENTRE TÉCNICA E EDUCAÇÃO.....	33
2.2 SANTOS E A CRISE DA UNIVERSIDADE.....	38
2.3 PAX AMERICANA E DOMÍNIO ECONÔMICO.....	39
2.3.1 <i>Pax Americana</i>	40
2.3.2 Domínio Econômico	42
2.4 INOVAÇÃO E O MODELO DA HÉLICE-TRÍPLICE.....	47
3 VISÕES SOBRE A UNIVERSIDADE	54
3.1 UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	66
4 UNIVERSIDADE, EMPRESA E CAPITAL	79
4.1 UNIVERSIDADE E EMPRESA NO BRASIL.....	84
5 UFRJ	88
5.1 DOS ANTECEDENTES ATÉ 1965: URJ e UNIVERSIDADE DO BRASIL.....	88
5.2 PÓS 1965: UFRJ.....	92
5.3 O CASO DA VISITA DO REI ALBERTO I, DA BÉLGICA.....	95
5.4 FUNDÃO, PARQUE TECNOLÓGICO E PLANO DIRETOR.....	99
5.5 COPPE E INCUBADORA DE EMPRESAS.....	103

6 O PETRÓLEO NO BRASIL E A PETROBRAS.....	104
6.1 AS ORIGENS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL.....	104
6.2 PETROBRAS.....	114
6.2.1 O início da empresa.....	114
6.2.2 Relatório Link.....	115
6.2.3 A Petrobras depois de Walter Link e os anos 1960.....	119
6.2.4 A Petrobras nos anos 1970 e 1980.....	121
6.2.5 A Petrobras na década de 1990.....	125
6.2.6 A Petrobras no século XXI.....	127
6.2.7 Considerações sobre a atuação internacional da Petrobras.....	134
6.3 P&D E PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA.....	135
6.3.1 Cenpes.....	143
6.4 TREINAMENTO E EDUCAÇÃO NA PETROBRAS.....	146
7 A RELAÇÃO UFRJ-PETROBRAS.....	151
7.1 IMPACTO DA RELAÇÃO UFRJ/PETROBRAS.....	151
7.1.1 Publicação de artigos e depósitos de pedidos de patentes.....	157
7.2 A RELAÇÃO UFRJ/EMPRESA POR SEUS DOCENTES.....	166
7.3 A RELAÇÃO UFRJ/PETROBRAS POR SEUS DOCENTES.....	171
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
9 PÓS ESCRITO.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
ANEXOS.....	216
ANEXO A – REGIMENTO GERAL DA UFRJ.....	217
ANEXO B – ESTATUTO DA UFRJ.....	301
ANEXO C – PLANO DIRETOR UFRJ 2020 - TEXTO.....	350

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: 90.000 toneladas de diplomacia.....	42
Figura 2: Presença de tropas militares americanas ao redor do mundo.....	47
Figura 3: Modelos de integração universidade-empresa-governo.....	50
Figura 4: Rei Alberto I, da Bélgica, em visita ao Instituto Oswaldo Cruz.....	96
Figura 5: Primeiro poço produtor de petróleo no Brasil, em Lobato, BA.....	107
Figura 6: Bacias sedimentares do Brasil.....	108
Figura 7: Convenção Nacional de Defesa do Petróleo.....	112
Figura 8: Presidente Getúlio Vargas assina a Lei de criação da Petrobras.....	113
Figura 9: Telegrama informando a descoberta de petróleo no campo de Majnoon.	122
Figura 10: Trabalhos de limpeza da baía da Guanabara.....	129
Figura 11: Vazamento de óleo na Refinaria Presidente Vargas.....	129
Figura 12: Afundamento da plataforma P-36.....	129
Figura 13: Infraestrutura experimental da Petrobras.....	137
Figura 14: Curva de investimento realizado Petrobras, por tipo.....	141
Figura 15: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes).....	144
Figura 16: Expansão do Cenpes.....	146
Figura 17: O Cenpes “divide” a Cidade Universitária na Ilha do Fundão.....	146
Figura 18: Sala de aula no CT2.....	177
Figura 19: Os “porões” do bloco F do CT.....	177
Figura 20: “Chokepoints” do transporte de petróleo.....	189

QUADROS

Quadro 1: Concessões para exploração de petróleo entre 1937 e 1950.....	108
Quadro 2: Evolução dos preços do petróleo.....	121
Quadro 3: Descobertas da Petrobras na bacia de Campos nos anos 1970-80.....	124
Quadro 4: Número de empregados da Petrobras, por ano.....	131
Quadro 5: Investimentos em P&D da Petrobras (2001-2013)	137
Quadro 6: Recursos por instituição 2006-2014.....	142
Quadro 7: Recursos por unidade federativa 2006-2014.....	142

Quadro 8: Itens de pauta x itens que envolvem convênios Petrobras no CSCE.....	152
Quadro 9: Percentual de itens relacionados à Petrobras x total da pauta.....	153
Quadro 10: Publicação por instituições.....	158
Quadro 11: Produção científica anual da Petrobras.....	159
Quadro 12: Produção científica por autor.....	159
Quadro 13: Produção científica por tipo de documento.....	160
Quadro 14: Produção científica por tipo área do conhecimento.....	161
Quadro 15: Produção científica por título de documento.....	162
Quadro 16: Produção anual de teses e dissertações da UFRJ.....	162
Quadro 17: Produção por área do conhecimento de teses e dissertações da UFRJ.	163
Quadro 18: Previsão de consumo de energia em 2035.....	189

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ADUFRJ	Associação de Docentes da UFRJ
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPROTEC	Associação Nacional de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
ASME	American Society of Mechanical Engineers
ASUFRJ	Associação dos Servidores da UFRJ
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Braspetro	Petróleo Internacional S.A.
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CCMN	Centro de Ciências da Matemática e da Natureza
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEDPEN	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
CENAP	Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo
Cenpes	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CLA	Centro de Letras e Artes
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Consuni	Conselho Universitário
COPENE	Companhia Petroquímica do Nordeste
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia)
COPPEAD	Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
COPPETEC	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSCE	Conselho Superior de Coordenação Executiva
CT	Centro de Tecnologia
CTEx	Centro Tecnológico do Exército
CTPD	Comitê Técnico do Plano Diretor
CTPETRO	Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEPEX	Departamento de Exploração
DIVEN	Divisão de Ensino

DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
E&P	Exploração e Produção
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPO	European Patent Office
EPRUB	Escritório de Planejamento da Reforma da Universidade do Brasil
EQ	Escola Nacional de Química
ESS	Escola de Serviço Social
FCPA	US Foreign Corrupt Practices Act
FINEP	Fundo de Financiamento de Projeto de Programas
FE	Faculdade de Educação
FL	Faculdade de Letras
FM	Faculdade de Medicina
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Fundo Tecnológico)
GATT	Acordo Geral de Tarifas de Comércio
HCTE	Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
HUCFF	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
IBqM	Instituto de Bioquímica Médica
IE	Instituto de Economia
IEN	Instituto de Engenharia Nuclear
IF	Instituto de Física
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IM	Instituto de Matemática
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Interbras	Petrobras Comércio Internacional S.A.
IPB	International Peace Bureau
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ippur	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional
IQ	Instituto de Química
LDB	Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional
LNDC	Laboratório de Ensaio Não Destrutivos, Corrosão e Soldagem
LORDE	Laboratório de Otimização de Recursos, de Simulação Operacional e de Apoio a Decisões na Indústria do Petróleo
LUBNOR	Refinaria de Lubrificantes e Derivados do Nordeste
MBP	Pós-Graduação Executiva em Petróleo e Gás Natural
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NPI	Nova Política Industrial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMAE	Conference on Offshore Mechanics and Arctic Engineering
ONGs	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PD	Plano Diretor
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
Pégaso	Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional
PenO	Programa de Engenharia Oceânica
PESA	Petrobras Argentina
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
Petroquisa	Petrobras Química S.A.
PNE	Plano Nacional de Educação
Poli	Escola Politécnica
PRE	Programa de Reestruturação e Expansão
ProÁlcool	Programa Nacional do Álcool
PROCAP	Programa de Capacitação em Águas Profundas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSD	Partido Social Democrático
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
REFAP	Refinaria Alberto Pasqualini
REGAP	Refinaria Gabriel Passos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RPBC	Refinaria Presidente Bernardes
SALTE	Plano Econômico Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SEATO	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
SGMB	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SMS	Segurança, Meio Ambiente e Saúde
Transpetro	Petrobras Transportes S.A.
UDF	Universidade do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UN	Unidade de Negócios
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UO	Unidade de Operações
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
USPTO	United States Patent and Trademark Office

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Aqui se irá tratar das relações entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), representada pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). A economia globalizada requer contínua análise sobre os fatores de sucesso para o desenvolvimento de novos instrumentos e processos que permitam ao sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) o avanço do conhecimento e da inovação. Este avanço, entretanto, pressionado pelo atual modelo econômico, atua sobre o sistema de educação e desenvolvimento técnico-científico de forma a privilegiar certo tipo de modelo universitário focado em tecnologia e produção, em detrimento de outro, baseado em ciência, autonomia e desenvolvimento integral do homem.

Nos dias de hoje e cada vez mais, é da ciência que esperamos respostas e do avanço da tecnologia que esperamos soluções. Entretanto, num mundo marcado por desigualdades, os esforços para desenvolver conhecimentos e gerar inovações se concentram em poucos países, considerados desenvolvidos, aumentando continuamente a distância entre esses países e os considerados “emergentes”, categoria na qual se inclui o Brasil (BRASIL, 2008, p.7). A nós brasileiros, cabe perguntar como diminuir a distância que põe em jogo a riqueza de uma Nação e também sua dignidade e liberdade.

Dentro dessa perspectiva a educação e o desenvolvimento científico despontam como fatores de suma importância, e que necessitam de apoio e ações do Estado e da participação da sociedade, através de suas instituições educacionais e empresariais, entre outras, para o atingimento de um novo patamar de desenvolvimento¹, que reduza as desigualdades internas e externas do país. Procuramos analisar como se dá essa participação e suas ações decorrentes.

O programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da UFRJ é um programa de pós-graduação interunidades que possibilita a formação e a capacitação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, baseadas em uma visão abrangente e de caráter interdisciplinar. Neste sentido, e com um amplo espectro de atores e desafios, interessa-nos particularmente o desenvolvimento das relações entre a universidade e a empresa, mediados pelos interesses da

¹ Não queremos aqui afirmar que o desenvolvimento científico tecnológico leva obrigatoriamente ao crescimento econômico e ao bem estar social. Num momento em que se discute o problema as mudanças climáticas e o estresse da natureza ao sobreuso de seus recursos até o decréscimo planejado pode ser benéfico para o planeta e a raça humana como um todo. O que propomos é que desenvolvimento não significa necessariamente crescimento indefinido do PIB e sim melhores condições de vida para a sociedade.

Nação. Pretendemos analisar quais os interesses comuns desses atores em suas relações mútuas, e como elas interagem, em apoio ou conflito com seus interesses particulares e específicos.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Desde a Revolução Industrial - e do desenvolvimento das bases da moderna ciência econômica, no séc. XVIII - até as grandes transformações tecnológicas ocorridas no século XX, tem havido uma expansão significativa da atividade econômica e da população humana (BRANDÃO, 2009, p.1). A busca de eficiência pela utilização máxima de três fatores de produção: terra, trabalho e capital - em numa incessante corrida tecnológica pelo aumento da produtividade - tem levado a uma interferência cada vez maior das organizações privadas nas sociedades e no ambiente educacional, buscando o desenvolvimento de mão-de-obra, cada vez mais qualificada e especializada, e de novos produtos de consumo. Essa mão-de-obra deve ser continuamente aprimorada intelectualmente, pois os capitais intangíveis, dentre eles o conhecimento, ocupam cada vez mais uma posição de destaque no sistema produtivo atual, num processo que Cavalcanti (2007, p.124) chama de “inteligência coletiva”, onde a tecnologia teria um papel fundamental na implantação de um projeto estratégico para formular propostas para os mais diferentes problemas do país, envolvendo governo, instituições públicas e privadas de criação de “ambientes inteligentes” em rede.

É preciso verificar como se dá a interação da técnica e da tecnologia no relacionamento governo-empresa-universidade. Lembramos, então, das palavras de Mumford (1979, p.24-41), para quem civilização e técnica são resultados de escolhas, pensadas ou inconscientes: a técnica não é autônoma. Ela interage com o processo das relações sociais. Pressões de prazo, volumes de produção e lucro forçam a adoção de processos não completamente conhecidos, por vezes conduzindo a resultados catastróficos, porque essencialmente contraditórios. Também se posicionando nesse quadro, Pinto (2005, p.347) se contrapõe aos anteriormente citados afirmando que a tecnologia não pode receber um julgamento de valor, ser um mal ou um bem - e que, portanto, não haveria dilema entre humanidade e tecnologia – embora concorde que carregue dentro dela o viés de onde está inserida. Ele afirma que a evolução das técnicas e das máquinas influencia o processo de consciência social, produzindo transformações revolucionárias que, de forma não linear, desempenham um papel libertador para o homem.

Mesmo sendo uma instituição milenar, a universidade parece enfrentar sucessivas crises que ao mesmo tempo a condenam e renovam, transformando seus objetivos, que se tornam, muitas vezes, contraditórios. Para analisarmos o papel da universidade na sociedade, precisamos entender sua evolução histórica. Ao falar de universidade nos referimos a uma multiplicidade de instituições e organismos escolares, muito diversos pela sua antiguidade, procedência, e condições materiais e didáticas em que dispensam o seu ensino. Para Pinto (1986, p.9), entretanto, sociologicamente, suas condições são na prática idênticas. É preciso analisar que forças atuam sobre ela e qual sua centralidade na questão do desenvolvimento da sociedade.

Segundo Bauman, (1999, p.64) num mundo em que o capital não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais, muitas das alavancas da política econômica não mais funcionam. A Nação-Estado parece que se está desgastando ou talvez definhando. As forças erosivas são transnacionais e atuaram com força nas décadas de 1980 e 90 tanto financeira como politicamente.

Para Milton Santos, não existe escapatória para o sistema implantado por essas forças:

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos de cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. (SANTOS, 2000, p.45)

Entretanto, mesmo com a manutenção dessas forças transnacionais, principalmente no aspecto financeiro, mas também no político, o início do século XXI mostrou que a globalização se converteu num lugar comum e perdeu grande parte de sua capacidade de convencimento, levando à fragmentação do sistema mundial, com a volta da luta pelas supremacias regionais e à “geopolítica das nações”, trazendo novamente sentido à competição mercantilista entre as economias nacionais. (FIORI, 2007, p.89-90)

A necessidade de adaptação às relações exclusivamente mercadológicas é uma demanda constante em nossa época, onde o país deve ser adaptar ao mundo, a universidade ao país e o aluno à universidade. Assim buscam-se racionalidades justificadoras para o estado das coisas, criando um conformismo, onde se aceitam modelos que impedem a universidade de poder produzir alguma diferença significativa em relação ao meio em que se insere. (SILVA, 7 set. 2013)

Neste quadro, marcado pela globalização econômica, as políticas neoliberais e a falência do “Estado Providência” a crescente “mercadorização”² do conhecimento e o declínio dos financiamentos federais levam ao aumento de financiamentos e contratos vinculados, numa intensificação do capitalismo acadêmico, e uma mudança gradual da autonomia para a heteronomia (como sujeição a controles e imposições externas) (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004, p.998) Inseridas na lógica do capital, que movimenta as sociedades contemporâneas, as universidades perdem cada vez mais seu papel de instituições autônomas, espaços livres para o questionamento e a quebra de certezas, para assumirem a posição de corporações sujeitas às demandas do mercado. (SILVA, 7 set. 2013)

Para Prado (2013, p.4) o capitalismo baseado no conhecimento requer necessariamente um poder totalizador, pois tem de passar a dominar e a controlar a produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos, seja por meio da criação de departamentos de pesquisa nas próprias empresas, seja criando empresas especializadas de pesquisa, seja subordinando as universidades e os centros de investigação independentes, por meio do controle direto ou indireto das verbas de pesquisa privadas e públicas, assim como do controle ideológico e político dos próprios pesquisadores (por exemplo, sob o nome de uma adequada política de incentivos).

Nesse contexto, empresas intensivas em tecnologia ou que enfrentam uma concorrência globalizada deparam-se frequentemente com a necessidade de escolher um caminho que leve ao desenvolvimento tecnológico como fonte de vantagem competitiva. Dentre as opções existentes, a cooperação seria uma forma de acesso à tecnologia e à inovação. Comumente a cooperação é resultante de ações conjuntas de diferentes atores: no caso, universidade, empresa e governo, em modelos de arranjo interinstitucionais de natureza distinta, com finalidades diferentes e formatos bastante diversos.

A pesquisa penetrou na universidade como uma atividade eminentemente individual e, de modo geral, ocorreu um cultivo da ciência por uma restrita elite dentro das universidades. É só no pós-guerra, na segunda metade do século XX, que os cientistas vão enfrentar o desafio da pesquisa organizada e em grupo, que passou a exigir modelos de financiamento e gestão que influíram indireta, mas fortemente, na própria concepção de trabalho científico. A interveniência de recursos externos tem como consequência o aumento das tensões vividas pela universidade com relação à pesquisa, em relação direta com a percepção de

² O termo “mercadorização” tem sido utilizado na discussão das formas de financiamento da educação, significando o processo de desresponsabilização do Estado, cada vez menos participativo nesse processo, exigindo das instituições públicas de ensino superior a diversificação de suas fontes de investimento, deixando-as cada vez mais na dependência dos interesses do capital financeiro. (CABRITO, 2011, p.92)

direcionamento implícito ou explícito associado à obtenção dos recursos. (OLIVEIRA, 1986. p.54)

Segundo Derrida (2003, p.13) por universidade moderna entendamos aquela cujo modelo europeu, depois de uma história medieval rica e complexa, tornou-se preponderante, ou seja, clássica, há dois séculos, em Estados de tipo democrático. O ensino superior consiste atualmente no ensino de profissões intelectuais, na investigação científica e a preparação de futuros investigadores, e no cultivo da ciência mesma, onde investiga-se e ensina-se a investigar. O ensino superior consiste em profissionalismo e investigação, juntando e fundindo duas tarefas tão díspares. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.45-6)

Universidades são vistas como parcelas que contribuem para o todo maior. Identificamos a universidade como sendo o lugar onde se faz um tipo muito específico de interpretação do mundo. Esta identidade está sob constante cerco, realizado por aqueles que poderiam dela se apossar e destiná-la aos seus propósitos. Desde seus primórdios, as universidades têm sido cortejadas com falsas promessas, a fim de servirem a um ou a outro dos movimentos políticos ou religiosos que têm prosperado nos tempos modernos. (MINOGUE, 1981, p.141-2)

O sistema universitário seria o melhor lugar para o florescimento de valores de excelência, liberdade de pesquisa e independência intelectual. Para que isto aconteça, no entanto, é necessário estabelecer uma ponte efetiva que una à velha crença na neutralidade e bondade natural da ciência a visão utilitária. A simples justaposição das duas é solução precária, que não pode perdurar indefinidamente. (SCHWARTZMAN; CASTRO, 1986, p.34)

Pois, como nos mostra Lopes:

As nações subdesenvolvidas, individualmente ou por associações regionais, precisam ter à sua disposição os meios para criarem conhecimento dentro de suas próprias instituições; precisam, pela ação de seus próprios homens de ciência e cultura, integrar os planos para um desenvolvimento autônomo e socialmente significativo com os programas de difusão educacional, para produzirem homens competentes, estimularem o pensamento criativo, fomentarem o crescimento de boas universidades e excelentes institutos de pesquisas. Funcionários governamentais e homens de negócios destes países pobres fazem ouvidos moucos para tais sugestões. E uma análise realística dos fatos mostra que a construção destes planos e programas pode colidir com os interesses constituídos. (LOPES, 1998, p.100)

Assim, a universidade possui um papel estratégico na elaboração de um projeto de Nação, ao simultaneamente difundir conhecimento e produzir ciência e tecnologia. Para isso, precisa estar integrada à sociedade, atuando em conjunto na solução dos problemas nacionais.

1.2.1 A Nação brasileira e o desenvolvimento

Num momento em que, segundo Dupas (2005, p.9) vivenciamos uma profunda assimetria entre os poderes que exercem os principais atores econômicos, políticos e sociais sobre a nova ordem global, com uma suposta incapacidade do Estado de gerar desenvolvimento econômico sustentável, rápido, efetivo e de excelência, haveria a necessidade da entrada de outros atores no processo de desenvolvimento socioeconômico. Como então falar em desenvolvimento nacional e quem são os atores do jogo global? Na ótica das Relações Internacionais, Jackson e Sorensen (2007, passim), Dupas (2005, passim) propõem que os atores estariam agrupados em torno de três áreas principais: a área do capital (atores da economia global, sistema financeiro, associações empresariais); área da sociedade civil (indivíduos e organizações sociais não governamentais); a área política e de Estado (poderes constituídos, partidos políticos e instituições internacionais). Assim os principais atores são os Estados, as corporações e os atores da sociedade civil.

A lógica do poder mundial baseia-se numa combinação de competência e confrontação, onde o componente estratégico fundamental é o controle da tecnologia de ponta, de recursos essenciais e da força de trabalho qualificada ou barata, como aponta Dupas:

A liderança tecnológica define a condição hegemônica dos capitais e dos Estados, porque é por meio dela que são impostos os padrões gerais de reprodução e da multiplicação pelos ganhos tecnológicos. Se ela puder estar combinada com a disponibilidade de força de trabalho e de matérias-primas estratégicas, estará completada uma condição central para o exercício da hegemonia. (DUPAS, 2005, p.14)

Em decorrência disso, no cenário mundial, os EUA têm um papel e um poder determinantes:

Por seu espaço territorial, pelo poder econômico das transnacionais lá sediadas e pela função irradiadora do padrão cultural dominante, conseguiram colocar-se na vanguarda desse processo e, apesar da evolução de seus competidores, traçam as linhas dominantes na globalização das cadeias produtivas. (DUPAS, 2005, p.35)

O Estado brasileiro busca seu espaço e procura aumentar sua projeção de poder no cenário mundial. Nesse contexto conta com instituições que produzem conhecimentos, estudos e pesquisas, mesmo que polêmicos e antagônicos na busca do desenvolvimento econômico. Esse lado ambíguo da universidade leva os seus frequentadores (professores, pesquisadores, alunos e funcionários) a tomar posições muitas das vezes antagônicas cujos desdobramentos são, entretanto, imprescindíveis para colaborar com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e das soluções para o desenvolvimento econômico sustentável. Desta

forma, o interesse dessa pesquisa é conceituar as análises sobre relações universidade-empresa, observar tais contribuições e analisar a possibilidade de um modelo conjunto de desenvolvimento trazendo benefícios duradouros à sociedade brasileira.

Comentando o pensamento de Florestan Fernandes, Castelo (2011, p.298) aponta que o Brasil capitalista surge como fruto da expansão desigual e combinada ao redor do mundo, tendo sido um país com uma formação econômico-social marcada pelo domínio estrangeiro, seja através das forças privadas do capital ou das forças estatais de outras nações. Segundo Fernandes:

Trata-se de uma economia de mercado constituída para operar, estrutural e dinamicamente como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas. (FERNANDES, 1968, p. 36-7)

O subdesenvolvimento, diz Fernandes (1968, p.57) não é uma mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza. A dependência não é mera condição ou acidente e requer uma permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro polo. (FERNANDES, 1968, p.54)

Fernandes não acredita que as classes dominantes do país estejam interessadas ou capacitadas para construir um projeto de soberania nacional, imbuídas que estão de um caráter conservador e autoritário, preocupadas apenas com sua preservação (CASTELO 2011, p.324-5). Mas acredita que o capitalismo dependente poderá revitalizar-se, numa economia capitalista que caminha para a internacionalização. Daí ser relevante indagar-se para onde se dirige a burguesia das sociedades capitalistas dependentes. (FERNANDES, 1968, p.102)

Celso Furtado caracteriza o Brasil como um imenso continuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Mas acredita que se pode formar definitivamente uma Nação o Brasil através da constituição de uma sociedade democrática, de um mercado interno que supere o externo e de uma política mais autônoma (VIEIRA, 2008). Para isso seria preciso promover o desenvolvimento econômico via planejamento estatal com democracia, adaptando à realidade brasileira o modelo dos países ocidentais desenvolvidos. Entretanto, no Brasil, a ampliação e a diversificação das funções do Estado não foi acompanhada das necessárias reformas de base

do próprio Estado; daí que o desenvolvimento brasileiro é mais um resultado de uma imposição histórica do que da tomada de consciência da realidade nacional por dirigentes do país.

Furtado acredita que a política econômica é política, antes de ser econômica, e que toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que estão em movimento e que configurarão, em boa medida, o futuro. Sua ideia de construção de Nação passa forçosamente pela superação do subdesenvolvimento via industrialização e integração das regiões atrasadas ao mercado nacional, através do planejamento estatal, mas sem cair no autoritarismo (VIEIRA, 2008) ou no populismo.

Na superação das distorções provocadas pelo subdesenvolvimento é preciso superar os condicionantes da chamada “teoria da dependência”, encarada por Furtado:

Como um fenômeno político e econômico, mas também como um fenômeno social e cultural, que atua sobre os padrões de consumo de parcelas significativas da população dos países em desenvolvimento, contribuindo poderosamente para determinar tanto a demanda de bens e serviços como a tecnologia necessária para produzi-los. (...) A dependência manifesta-se, em última análise pela hegemonia de certos modelos de desenvolvimento adequados aos interesses dos países dominantes do sistema capitalista. (SZMRECSANYI, 2001, p.359)

Com isso, o progresso penetra na vida brasileira pela via da modernização dos padrões de consumo das elites, mas não por transformações na estrutura social e produtiva. Dessa forma, Furtado afirma que o desafio que se coloca no século XXI é mudar o curso da civilização, deslocando seu eixo para uma lógica dos fins, em função do bem-estar social. (VIEIRA, 2007)

Assim como Furtado, Caio Prado Júnior reconhece as raízes do subdesenvolvimento brasileiro na excessiva dependência do comércio internacional e na debilidade da dinâmica econômica interna. Mas, para Prado Jr. O desenvolvimento e a superação do subdesenvolvimento está ligado à superação do sentido da colonização, através da insatisfação e revolta pelo atraso, pobreza, instabilidade e a irracionalidade do país, que é sugado pelos interesses externos. (BATTAHIN; COSENTINO, 2013)

O Desenvolvimento econômico, para Prado Jr. consiste na superação da determinação externa de toda estrutura econômica e social o país, que deveria estimular a produção que atendesse ao mercado interno, significando mais que a substituição de importações e difusão de técnicas modernas, pois o principal seria a criação de condições para tal. (BATTAHIN; COSENTINO, 2013)

Como aponta Leite:

O Brasil é um país altamente dependente tecnologicamente, mas isso não significa que não haja algumas ilhas de competência. A competência de um país existe através duma coerência entre as tecnologias. Não se pode pensar, por exemplo, em ser independente apenas em tecnologia aeronáutica ou, para citar outro exemplo, em tecnologia nuclear. A independência tecnológica existe quando há uma combinação de um conjunto de tecnologias de base, pois são estas que fazem a independência tecnológica de um país. Existem praticamente duas categorias de tecnologia, uma, que é a base de todo o resto, e outras que são as especializações, que se apoiam nas tecnologias de base. A dificuldade de nosso país é que as tecnologias de base são deficientes ou inexistentes. O Brasil foi muito omisso na formação dessas tecnologias de base, como a química tecnológica, a termodinâmica, a hidrodinâmica, a metalurgia, as tecnologias básicas de materiais. Aparentemente nós sabemos fazer um avião, mas não sabemos produzir as ligas que fazem aquele avião. Importamos a maior parte dos componentes, que vêm do exterior, os componentes que produzimos são os mais simples. Às vezes tem-se a impressão de que estamos fazendo um avião, mas na verdade nós só estamos montando um avião. E é justamente sobre este aspecto que devemos ter mais atenção. (LEITE, 1988)

Nos últimos anos o tema do desenvolvimento está aos poucos retomando sua tradicional centralidade no debate político e econômico brasileiro, após ter sido eclipsado no final do século XX pela “era da instabilidade macroeconômica” inibidora do pensamento sobre desenvolvimento. Nos últimos anos estabeleceu-se a necessidade da retomada do trabalho de recuperação do pensamento desenvolvimentista original e de investigação sobre seus desdobramentos recentes. (BIELSCHOWSKY, 2011, p.9)

A questão do desenvolvimento é inseparável da industrialização, entendida aqui não apenas como introdução da máquina e criação de fábricas, mas como disseminação de uma lógica, de uma dinâmica e de uma cultura que devem alcançar todos os campos da vida social, emprestando sentido à passagem do Manifesto de Marx de que a burguesia, para subsistir, deve revolucionar os instrumentos de produção, as relações de produção e todas as relações sociais. (TEIXEIRA, 2011, p.338)

Para Aloísio Teixeira a era do “desenvolvimentismo” acabou, o que significa que questões como “retomada do desenvolvimento” e “projeto nacional” devem ser reformuladas a partir da pergunta sobre quem são os atores sociais que, na atualidade, estão dispostos a assumir as tarefas históricas de formular o projeto nacional e defender políticas que acarretem altos níveis de emprego e distribuição de renda e riqueza. Talvez a burguesia brasileira já não esteja, enquanto classe, tão interessada nisso. Assim, é preciso sobretudo entender o atual estágio do capitalismo brasileiro e propor estratégias e políticas de alianças que concedam protagonismo aos atores sociais verdadeiramente interessados na formulação do projeto nacional e de novos padrões de desenvolvimento para o país. (TEIXEIRA, 2011, p.351-2)

Trata de pensar-se o pensamento econômico como as questões ligadas aos elementos estruturais de produção: a tecnologia, o trabalho e a disponibilidade dos recursos naturais, em

associação com os elementos ligados à organização da sociedade em uma divisão de classes (CURTY; MALTA; BORJA, 1999, p.6) e seu desenvolvimento no Brasil para uma reflexão sobre futuros possíveis.

A tecnologia é o instrumento principal nas outras guerras que são cotidianas no jogo comercial, na vida, no confronto entre os países. Dentro do bloco capitalista os conflitos hoje são cada vez mais resolvidos através da competência tecnológica. Um país hoje tem de ter um nível mínimo de capacitação tecnológica. É necessário ter a universidade porque é lá onde as coisas começam a acontecer. A inovação se inicia lá, mas ela é o produto de todo um processo longo, depois passa-se para os laboratórios industriais, em seguida atinge-se o nível da usina piloto. Mas isso é um processo em que um país precisa ter mais que só a universidade. O governo tem que investir maciçamente em pesquisas dentro da indústria, como já é feito nos países ricos, onde as indústrias são bem estruturadas. Nos Estados Unidos cerca de 50% dos gastos em pesquisas são pagos pelo governo. Mas, além das decisões políticas é necessária uma conscientização, uma cultura. Em grande parte, os governos refletem a sociedade. Por isso, em primeiro lugar é necessário mudar os conhecimentos da Nação, para a população perceber a importância da ciência e da tecnologia. Segundo Leite (1988) isso é uma questão de educação, comunicação. De uma maneira geral poderíamos dizer que o nosso problema é um problema cultural.

Esta posição é também colocada por Lopes, em outros termos:

Um dos maiores problemas de nossa política científica é a articulação entre atraso científico e dependência. Incapazes de obter, adotar e aplicar os resultados das pesquisas científicas em benefício próprio – pois não as praticam -, permanecem os povos subdesenvolvidos e as riquezas naturais de seus países à mercê das nações desenvolvidas. Tal situação somente se modifica quando se criam estruturas sociais capazes de autopromover o desenvolvimento, isto é, capazes de eliminar as formas anacrônicas de dominação social interna e as relações externas de tipo colonial ou semicolonial. (LOPES, 2005, p.36)

Finalmente, desmascarando o mito do setor público versus o setor privado, Mazzucato (2014, *passim*) afirma que o Estado funciona como um empreendedor, inclusive e principalmente nas economias desenvolvidas, mostrando que o investimento governamental é um pré-requisito indispensável para a inovação de impacto, por sua capacidade de assumir o risco e a verdadeira incerteza, aquela que não se pode medir, através do financiamento de pesquisa básica e de programas universitários, além de ações de bancos de desenvolvimento. A maioria das inovações radicais, revolucionárias, que alimentaram a dinâmica do capitalismo, aponta para o Estado na origem dos investimentos empreendedores mais corajosos, incipientes e de capital intensivo. Dessa forma, faz todo sentido estudar como se

dá, no Brasil, a dinâmica de uma empresa estatal, a Petrobras, e uma universidade pública, a UFRJ.

1.3 OBJETIVO DO TRABALHO

Nossa pretensão foi examinar a relação, em perspectiva, existente entre a universidade e empresas que necessitam continuamente de desenvolvimentos técnicos e científicos para levar a cabo seus objetivos de produção de bens. Isso implica em investigar, historicamente, como ocorre o repasse dos conhecimentos produzidos em universidades para as empresas e como tanto a universidade quanto as empresas e a sociedade se posicionam nessa relação.

Especificamente analisamos as relações de cooperação entre a UFRJ e a empresa Petrobras, principalmente através dos acordos celebrados com o Cenpes. Serão investigados os seguintes temas: o papel da universidade na sociedade, a relação conflituosa entre universidade e empresa, a relação entre educação, capital e governo, além do histórico do relacionamento UFRJ/Petrobras. Vamos visitar a história das universidades e da Petrobras. Embora percorramos com mais detalhes o trajeto desta parceria entre 1963 (ano da criação do Cenpes) e o ano de 2013, o foco da pesquisa na posição do corpo de frequentadores da UFRJ se dará entre novembro de 2009 e outubro de 2011, período compreendido entre a aprovação do Plano Diretor (PD) UFRJ 2020 e a eleição do Reitor para o período (2011-2015), pois essa ambiguidade permanece presente, no período considerado, em termos da posição de atores participantes da relação UFRJ/Petrobras e do desenvolvimento de tecnologias. É nela que vamos encontrar formulações elaboradas para o atendimento de proposições decantadas pela luta dos marginalizados e alienados dos bens, mas é nela que vamos encontrar saberes instrumentais que navegam no sentido da continuidade do modelo social e econômico ora existente.

Buscamos verificar de que forma a Petrobras direcionou os recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) ao longo do tempo como resposta ao aumento dos desafios de exploração e da competitividade mundial, da situação econômica da empresa e do país, além de sua relação com projetos de desenvolvimento nacional, e, por outro lado, se as universidades se tornaram mais importantes para as indústrias como provedor de P&D.

Assim nossa hipótese é a de que a inserção da empresa na universidade como a grande fonte de financiamento, no modelo de dominação econômica da *Pax Americana*, cerceia a autonomia universitária, aprofunda crises internas, e pode impedir avanços radicais da ciência, ao direcionar os esforços para os avanços tecnológicos da ciência aplicada sob o

controle das grandes empresas transnacionais. Entretanto, o caso UFRJ/Petrobras, embora repita várias dessas dificuldades, contém alguns elementos que podem contribuir para o desenvolvimento econômico por meio de um projeto nacional de maior protagonismo e independência econômico-social.

A fim de contextualizar e estabelecer conexões entre organizações – universidades e empresas -, técnica e sociedade, o percurso do estudo proposto tentará responder à seguinte questão geral:

- A interação entre a universidade e a empresa, e no caso particular UFRJ/Petrobras, contribui para o desenvolvimento da universidade de forma harmônica aos seus objetivos legalmente definidos, em benefício da sociedade brasileira e em consonância com a percepção de seu corpo docente sobre seus resultados?

Desta forma, especificamente dentro do período foco e das fontes selecionadas da pesquisa, a questão geral se desdobra nas seguintes:

- como se dá essa interação?
- quais seus principais resultados dos pontos de vista acadêmico, institucional e de infraestrutura?
- como os docentes da UFRJ e a Petrobras interpretam o funcionamento e os resultados dessa interação?
- o que pensam os professores que se beneficiam e os que não se beneficiam diretamente dessa relação?
- o modelo deve ser mantido ou alterado para atender aos interesses da UFRJ como um todo?

Não abordamos em profundidade as questões relacionadas às pesquisas, contratos e investimentos específicos, tendo em vista as insuperáveis dificuldades impostas por ambas as partes para acesso aos documentos relacionados, sob alegação de sigilo e confidencialidade empresarial. Dada esta barreira, que não se configurava no início do trabalho, e em particular a falta de interesse demonstrada pelas diretorias do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) e Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC) no sucesso da empreitada, decidimos realizar uma alteração do escopo das fontes, e passamos a utilizar apenas fontes abertas, a fim de evitar quaisquer questionamentos relacionados às questões de citações de dados sob sigilo.

Embora o foco principal da pesquisa se restrinja ao período 2009-2011, para uma melhor contextualização da situação foram coletados dados sobre P&D e parcerias da Petrobras até o ano de 2013, ressaltando que a partir de 2006 foram encontradas mais fontes disponíveis. Também utilizamos algumas informações coletadas entre 2013 e 2015, principalmente para os comentários finais, já que estes refletem as alterações de contexto derivadas da grande redução dos preços internacionais do petróleo e dos reflexos causados pela operação Lava-Jato da Polícia Federal sobre corrupção, que repercutiram fortemente na Petrobras.

Também consideramos este estudo relevante porque, como indica Carrizo et al. (2012, p.169) avaliações sobre as atuais/novas dimensões da universidade são pouco frequentes no Brasil, onde as instituições dessa natureza resistem em refletir sobre suas próprias práticas, pensar-se a si mesmas, rever suas estruturas e papel social para mudar, se transformar e melhor responder às demandas da sociedade contemporânea.

Pretendemos ainda com esse trabalho aumentar a conscientização da necessidade de manter um diálogo aberto e transparente sobre como se dá o relacionamento entre a universidade e as empresas para que se possa discutir e decidir sobre sua conveniência e formas de execução.

Alguns conceitos contidos nessa pesquisa aparentam ser conflitantes, entretanto esperamos evidenciar que o conflito, ou uma suposta crise, tem sido a mola propulsora que tem mantido a universidade como uma instituição milenar, embora mutante.

É ainda importante ressaltar que não é objetivo desse trabalho ser um dossiê sobre os impactos tecnológicos da parceria da UFRJ com a Petrobras, ou um histórico detalhado dessa relação, o que implicaria num foco mais específico da pesquisa.

Finalmente, cabe aqui apresentar possíveis desdobramentos para este trabalho:

- realizar a pesquisa do ponto de vista político-econômico, ou seja, verificar se a ideia da utilização da parceria universidade-empresa como ferramenta de alteração no modelo de desenvolvimento teria sido possível em outros momentos históricos ou contextos político-sociais;
- realizar uma pesquisa de campo para verificar o quanto às universidades e empresas nacionais estão próximas ou distantes de um modelo de parceria que permita o desenvolvimento nacional sem subordinar a autonomia universitária às necessidades do capital privado;

- verificar os impactos das parcerias entre universidades e empresas na questão da possível redução da pesquisa básica em detrimento dos incrementos tecnológicos para criação de produtos demandados pelas empresas;
- analisar os impactos tecnológicos da parceria da UFRJ com a Petrobras, na criação de produtos e processos e no avanço do conhecimento e da inovação na área da indústria do petróleo, com análise qualitativa da produção conjunta;
- aprofundar o estudo do caso UFRJ/Petrobras através da análise detalhada dos contratos firmados entre as suas instituições e os resultados obtidos ao longo do tempo, quando o acesso aos contratos for permitido.

1.4 METODOLOGIA E ESTRUTURA

O presente trabalho foi desenvolvido de forma a empreender uma abordagem teórico-metodológica dividida em seis fases:

- delimitação do tema;
- revisão de literatura para análise do referencial teórico;
- coleta e análise da literatura complementar a esse referencial básico;
- análise do levantamento de informações sobre os pontos de vista acerca da relação UFRJ/Petrobras e de seus reflexos para a universidade e para a sociedade;
- interpretação da contribuição dessa relação para o desenvolvimento da universidade com relação aos seus objetivos definidos e da sociedade brasileira;
- elaboração de síntese da pesquisa através de revisão integrativa.

Após o levantamento bibliográfico foram realizadas análises sobre dados secundários qualitativos e quantitativos sobre o assunto. Este trabalho classifica-se como uma pesquisa de natureza descritiva. Na tentativa de alocar o levantamento bibliográfico no exemplo estudado, a partir da pesquisa secundária, cogitamos inicialmente fazer uma meta-análise, conceituando o papel dos atores e suas relações. Desta forma, cogitamos utilizar o que Glass (1976) chama de “análise da análise”, e que se justificaria por ser um método adequado para se levantar, identificar e avaliar o panorama geral dos estudos já realizados sobre determinado assunto. Ao final utilizamos para a análise crítica do material a revisão integrativa, por se tratar de uma metodologia que proporciona uma síntese do conhecimento, que envolve a definição de um problema, a identificação das informações necessárias, a condução de busca de estudos na literatura e sua avaliação crítica.

A revisão integrativa é uma abordagem metodológica mais ampla referente às revisões do que a meta-análise ou a revisão sistemática, pois permite a inclusão de estudos de diversas formas para a compreensão completa do fenômeno analisado, além de incorporar dados de literatura tanto teórica quanto empírica e permitir que a análise e a síntese dos dados coletados sejam realizadas de forma descritiva (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p.103). Ela permite ao pesquisador aproximar-se da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre a sua produção científica, de forma que possa conhecer a evolução do tema ao longo do tempo. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.122)

A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conhecida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo com o pensamento crítico sobre o tema (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p.104). O sistema é composto de seis fases:

- elaboração de pergunta norteadora da pesquisa;
- estabelecimento de critérios de busca;
- coleta de dados dos textos selecionados;
- análise crítica dos estudos incluídos;
- interpretação dos resultados obtidos;
- apresentação da síntese na revisão integrativa.

Desta forma, orientado pelo referencial teórico da área da História da Técnica e das Ciências Sociais, proporemos um debate entre as diferentes percepções dos resultados da parceria UFRJ/Petrobras, buscando colaborar com a identificação de pontos que permitam o desenvolvimento baseado em não subordinação entre os atores envolvidos.

Dada a grande abrangência de temas envolvidos (universidade, sociedade, governo, iniciativa privada e economia) daremos ênfase maior na abrangência do que na profundidade, privilegiando a visão geral do problema como um todo, através da meta-análise de caráter qualitativo.

O trabalho apresenta-se da seguinte forma:

- o primeiro capítulo introduz o problema;
- o segundo capítulo trata da colocação do problema, do ponto vista da relação entre desenvolvimento tecnológico, universidade, empresas e governo;
- o terceiro capítulo trata das diferentes visões acerca da universidade e de suas interrelações com a sociedade;

- o quarto capítulo apresenta a questão das relações entre universidades e empresas no modelo globalizado capitalista;
- o quinto capítulo refaz um histórico da UFRJ;
- o sexto capítulo refaz um histórico da Petrobras;
- o sétimo capítulo trata do impacto produzido pela Petrobras na UFRJ e a visão do corpo docente da UFRJ sobre essa relação e sobre a situação universidade-empresa no momento atual;
- o oitavo capítulo apresenta a conclusão, onde se faz uma revisão dos conceitos discutidos e apresenta uma reflexão sobre a validade do relacionamento UFRJ/Petrobras para a sociedade, nos seus moldes atuais.

A seguir indicaremos os pressupostos teóricos que dirigiram o andamento deste trabalho e guiaram suas conclusões.

2 PRESSUPOSTOS E LIMITES

A pesquisa teve como pontos de partida: a ideia de universidade e sua evolução, a questão da técnica e seu ensino como vistos por Jacques Ellul, que se sobrepõe e abafa o caráter humanista da educação e a proposta de Boaventura de Sousa Santos de uma crise de hegemonia na universidade, que se encontraria num dilema entre a produção de alta cultura necessária à formação das elites de um lado, e à produção de padrões culturais médios e conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista, de outro. A estas percepções sobrepomos a visão de Etzkowitz e o modelo da hélice-tríplice para inovação, que teria raízes na proposta geopolítica norte-americana da *Pax Americana*, em sua vertente do domínio econômico.

2.1 ELLUL E A RELAÇÃO ENTRE TÉCNICA E EDUCAÇÃO

Em seu livro “A técnica e o desafio do século” de 1968, Ellul dá sua visão sobre a técnica e comenta sobre sua influência na educação, que apresenta sua face dominante na relação do capitalismo com a educação e afeta diretamente o ensino universitário.

Jacques Ellul acredita que existe uma incompatibilidade ente técnica e civilização. A técnica, que teria na máquina sua forma mais evidente, existiria desde o homem primitivo e atinge todas as atividades do homem. Ele acredita inclusive que a ciência é um instrumento da técnica, que teria penetrado no próprio homem, nele se integrando, absorvendo-o e se fazendo autônoma, devido à impossibilidade de se recusar o método da racionalidade e da melhor eficácia. Assim, a técnica seria uma exigência no plano do pensamento: “como fazer melhor, mais rápido e econômico” (SOUSA; OLIVEIRA, 2012). O homem perde sua independência, estando implicado e condicionado pelo universo técnico, só podendo ser possível considerar o “homem no universo técnico”. Como o progresso técnico estaria destinado a resolver um certo número de problemas e se enfrentando uma necessidade definida seria possível encontrar uma resposta técnica adequada, tudo poderia ser reduzido a um problema técnico. Não há dúvida que se trata de uma espécie de determinismo técnico, fruto não da técnica em si, mas de um acoplamento da técnica com os objetivos da valorização do capital.

Assim, segundo Milton Santos, seria gerada uma “mistificação” de um discurso único do mundo, cujas bases materiais históricas estão na realidade da técnica:

A técnica apresenta-se ao homem comum como um mistério e uma banalidade. De fato, a técnica é mais aceita do que compreendida. Como tudo parece dela depender, ela se apresenta como uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada

de uma força quase divina à qual os homens acabam se rendendo sem buscar entendê-la. É um fato comum no cotidiano de todos, por conseguinte, uma banalidade, mas seus fundamentos escapam à percepção imediata, daí seu mistério. Tais características alimentam seu imaginário, alicerçado nas suas relações com a ciência, na sua exigência de racionalidade, no absolutismo com que, ao serviço do mercado, conforma os comportamentos; tudo isso fazendo crer na sua inevitabilidade. (SANTOS, 2000, p.45)

A necessidade de respostas técnicas, cada vez mais rápidas e de melhor retorno terão profundas implicações na educação e, notadamente, no ensino universitário, que irá se transformar num formador de técnicos e profissionais exigidos pela sociedade imersa no universo técnico.

Para Ellul (1968) haveria uma incessante busca pela maximização do retorno dos investimentos, o que atropelaria o avanço tecnológico, pois estando os sistemas produtivos pressionados por questões diversas de caráter político-econômico, acelerariam a utilização de novas técnicas ainda não completamente conhecidas, com resultados potencialmente catastróficos, existindo sempre um razoável grau de risco. O progresso técnico seria ambíguo, pois ao acrescentar alguma coisa, algo também seria subtraído. A técnica é aplicada na solução de algo, mas apresenta novos problemas, às vezes até mais do que resolve; e seus efeitos prejudiciais são inseparáveis dos benéficos, comportando resultados e efeitos imprevisíveis, no mesmo sentido de Schwartz, que atribui a esse processo o epíteto de “quase-solução”.

Schwartz (1975, *passim*), pesquisador do Instituto de Tecnologia de Illinois, em seu livro “*A inflação da técnica*” alerta contra a crença de que a tecnologia e a ciência irão solucionar todos nossos problemas ambientais mantendo nosso atual processo de desenvolvimento. Schwartz afirma que, no mundo atual, os ricos ficam mais ricos e os pobres, mais pobres. Os saciados adoecem do excesso de consumo e os famintos adoecem de inanição. A máquina tecnológica continua a expelir produtos que o homem não precisa e que não deseja. A Terra é um território finito com recursos finitos. A violência contra a terra e contra o homem que tem sido a mola propulsora da Revolução Industrial se descontrolou quando as possibilidades de futuras civilizações começaram a ser excluídas. A tecnologia apressou o processo de exclusão por meio da homogeneização do mundo e de maior redução dos futuros possíveis aos povos da Terra. Mas não se trata de uma questão de otimismo ou pessimismo tecnológico. O papel que a tecnologia pode desempenhar na luta para conservar a vida humana no planeta é um dos principais problemas que a humanidade agora enfrenta. O homem não abusou da “razão” da ciência e da tecnologia para trazer-nos ao estado atual. Ao contrário, a tragédia de nosso presente estava inerente nas premissas básicas da ciência desde

suas primeiras formulações na idade moderna; apenas chegamos ao ponto em que o homem criou uma ameaça imediata à sua existência e ainda ameaçou paradoxalmente a posteridade, que sempre foi o alimento milenar da fé no progresso. A ciência e a tecnologia atuais não podem ajudar a resolver os problemas que o mundo enfrenta justamente porque foram as forças que mais contribuíram para esse problema. Mas a tecnologia atual, ao destruir a si mesma, abre uma brecha para a esperança. Um declínio dessa sociedade tecnológica pode transformá-la numa sociedade baseada no homem dentro da natureza, com valores humanos, um indivíduo sensato e criador. Neste contexto a ciência e a tecnologia não podem ser vistas como aberrações, pois representam impulsos vitais do homem. A presente crise não é de técnicas, mas de filosofia, e o homem pode superar sua alienação e redescobrir-se na filosofia do homem pós-tecnológico, baseado em valores que derivam de considerações morais e éticas sobre o próprio homem.

Para Schwartz a solução de qualquer problema específico cria uma série de novos problemas decorrentes das interrelações e características finitas do sistema em que vivemos. São, na verdade, *quase-soluções*, porque sempre dão origem a resíduos de problemas não resolvidos, com efeitos secundários essencialmente novos. Afirma ainda que os problemas, combinados, têm vulto maior que o problema original, exigindo novas quase-soluções, e que esse ciclo é um dos maiores propulsores do processo tecnológico. A proliferação dos problemas residuais dá origem a uma cadeia residual onde cada quase-solução cria novos problemas residuais em uma rede complexa e sem fim. Numa sociedade tecnológica verifica-se o paradoxo de que quanto mais problemas se resolvem maior é o número de problemas que ficam à espera de solução, o que impede o equilíbrio entre problemas e soluções, com preponderância de problemas não resolvidos, que se proliferam mais rápido do que a capacidade de se encontrar soluções.

A técnica exige rápida aplicação porque custa caro e deve render, seja em dinheiro, seja em prestígio, seja em força, não importa o regime que nos encontremos, seja capitalista, comunista ou fascista. Valores, moralidade, ética, bem e mal não teriam lugar no funcionamento do processo tecnológico. Não há tempo para tomar todas as precauções e chega-se então a fatos graves, pois é impossível prever todas as consequências de uma ação. (ELLUL, 1968, p.109-10)

Ellul (1968, p.13;108) acredita que não seria exata a ideia de que uma técnica assegure um resultado antecipadamente conhecido, e sempre mais eficaz. O homem jamais pode prever a totalidade das consequências de uma ação técnica que, em suas origens, apresenta efeitos

(imprevisíveis e secundários) por vezes muito mais calamitosos do que a situação anterior, ao lado de efeitos previstos, esperados, que são válidos e positivos.

Segundo Ellul (1968, p.112), todo desenvolvimento tecnológico traz consigo de alguma forma um potencial destrutivo, que seria remediado pela evolução ou emprego de uma nova técnica, mas o “mal” já está feito; e mesmo quando se procura “escolher” entre esses efeitos, é sempre tarde demais. Cada renúncia a uma técnica considerada tecnicamente “má” (devido ao seu potencial destrutivo) acarreta, pois, a aplicação de uma nova forma, considerada nesse ponto boa, eficaz; sempre ignorando, entretanto, suas repercussões remotas. A técnica seria, então, ambivalente, nem boa, nem má, nem neutra, mas uma mistura complexa de elementos positivos e negativos, sendo impossível dissociar estes fatores. O progresso técnico suscita problemas mais difíceis que aqueles que resolve, e as escolhas das opções possíveis dependem da avaliação de um volume de dados cada vez maior, de forma que essas escolhas se apresentam em termos e opções cada vez mais confusas.

A técnica aparece como motor e fundamento da economia; sem as técnicas, não há economia e não há um domínio da vida econômica que seja independente da evolução técnica. A progressão constante das descobertas e dos meios técnicos supõe um investimento e imobilização de capitais imensos, não produtivos nos primeiros tempos. O progresso técnico, assim, não pode dispensar a concentração de capitais que, por sua vez, corresponde a uma concentração de empresas, o que apresenta verdadeiras e profundas vantagens no domínio técnico. (ELLUL, 1968, p.152-8)

O método de conhecimento, por si mesmo, já reage sobre a realidade do meio econômico e tende a modelá-lo (ELLUL, 1968, p.162). Com o progresso técnico, se produzem resultados mais nítidos, mais aparentes, que despertam a atenção do Estado, ao mesmo tempo em que ampliam o campo de atividade, permitem que se atinjam uma maior quantidade de homens, as massas:

Quando o ensino é ministrado por alguns mestres no “Pont des Arts”, ou em alguns colégios episcopais, há apenas um pequeno número de estudantes (...); quando a técnica de organização e de pedagogia permite a criação da universidade, o Estado é atraído por esse fenômeno muito mais imponente. E, quando, no século XVII, se pretende tornar o ensino gratuito e obrigatório (J.B. de la Salle), quando toda uma nova pedagogia permitirá dirigir-se ao conjunto das crianças, como não seria o Estado diretamente comprometido nesse processo? (ELLUL, 1968, p.239)

Com o aumento da complexidade da técnica e de sua maior inserção na produção, tornou-se necessária a presença do Estado em iniciativas para sua organização e em apoio à sua execução. Dessa forma o surgimento do Estado/Nação seria, inclusive, uma consequência da ampliação das atividades do Estado necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. O

desenvolvimento técnico passou a exigir tantos recursos e permitir tanto poder, que a determinação do que deve ser público ou privado se tornou um papel do Estado. (SOUSA; OLIVEIRA, 2012)

Isso esclarece o sentido que toma o trabalho científico. A ciência se torna cada vez mais subordinada à procura da aplicação técnica, e as instituições de pesquisa não são desinteressadas, objetivas, de pura cultura. Tornam-se um passo a mais no caminho da ligação rigorosa entre o científico e o técnico. (ELLUL, 1968, p.318). Mas é necessário notar o sentido dinâmico e progressivo da subordinação, ou mesmo apropriação da ciência, como um bem social, pelo capital. Não se trata de uma subordinação definitiva, mais de um processo, ininterrupto e diverso, dependendo da área em foco. O interesse genérico do capital, nesse processo, é manipular o conhecimento (inclusive os sociais) em benefício próprio.

A pesquisa é cega. Avança tateando e, entre mil experiências que malogram, uma abre uma brecha que permite bruscamente o progresso técnico; mas as que malogram são necessárias. Entretanto, a exigência técnica não pode suportar a lentidão e as tentativas, nem conceber uma ação desinteressada. Os financistas procuram seu interesse em dinheiro e o Estado procura o interesse do próprio poder. Não há gratuidade; é preciso que “a descoberta renda”. São excluídas as ciências que não tem aplicação prática (história, gramática, filosofia, etc.- mas mesmo estas poderiam ser úteis para um plano manipulativo, assunto de que não trataremos aqui por fugir ao nosso escopo imediato), o que faz o Estado dar uma direção às pesquisas. Estabelecem-se relações cada vez mais íntimas entre os organismos de pesquisa técnica, pertencentes à universidade, e o Estado. O sistema de encomendas permite uma margem de iniciativas privadas dos cientistas, mas o sistema tende a tornar-se cada vez mais rigoroso e seletivo. (ELLUL, 1968, p.319-21)

O Estado é levado a financiar as pesquisas que excedem os recursos financeiros das universidades, incorporando seu interesse direto nesses empreendimentos. Há um intercâmbio entre governo, indústria e centros técnicos de pesquisa, com seus interesses interligados. Tudo fica subordinado à ideia de serviço e utilidade. Os fins são conhecidos com antecedência e a ciência aparece como a fornecedora dos meios; na prática, se proíbem outras pesquisas além das desejadas pelo Estado. (ELLUL, 1968, p. 322-3)

Como consequência, diz Ellul, (1968, p.357) o ensino não tem mais um fim humanista, não tem mais valor algum por si mesmo, tem apenas o fim de produzir técnicos, coincidindo com o sentido do indivíduo cuja preocupação é ter uma profissão e da sociedade, que tem necessidade de técnicos; o ensino vai se degradando.

A sociedade dirige o modelo educacional no sentido de que é preciso ensinar, educar o homem em função do progresso técnico previsível, adaptá-lo antecipadamente, atendendo às necessidades não presentes, mas futuras da sociedade, prevendo constantemente a evolução das estruturas profissionais. (ELLUL, 1968, p.369)

2.2 BOAVENTURA SANTOS E A CRISE DA UNIVERSIDADE

Uma inversão de finalidade, que se assenta na dependência financeira do Estado, conjugada com a tendência de “mercadorização” do ensino, como indicado por Boaventura Santos, Pinto, Schugurensky e Naidorf, confronta a universidade com três crises³, na opinião de Santos:

A universidade se defronta com três crises. A primeira de hegemonia: de um lado, a produção de alta cultura necessária à formação das elites, do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A segunda de legitimidade: da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades. A terceira, institucional: pela contradição entre a reivindicação de autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. A crise institucional monopoliza as atenções e os propósitos reformistas. (SANTOS, 2004, p.13-5)

A prevalência da crise institucional, ainda segundo Boaventura Santos, seria o resultado da junção e agravamento, nela, das duas outras crises, como o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, num ambiente de maior competição, provocado pela redução global nos fundos e pelo aumento das demandas sociais (SANTOS, 2004, p.18). Santos explica:

A autonomia científica e pedagógica da universidade se assenta na dependência financeira do Estado, que decidiu reduzir seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo essa num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, levando a universidade pública automaticamente à crise institucional. (SANTOS, 2004, p.16)

Neste quadro, as universidades foram pressionadas pelos governos a estabelecerem vínculos mais fortes com as empresas, buscando fontes alternativas de financiamento, num

³ Pode-se questionar a posição de Boaventura Santos de que a universidade, no geral, esteja em crise. Mas, como veremos no desenvolvimento deste trabalho, que crise não trata apenas de um problema específico de manifestação repentina, mas também de um estado de dúvidas e incertezas, uma conjuntura de tensão e conflito, que entendemos representar bem o modelo intrínseco de funcionamento da universidade.

movimento que se caracterizou pela intensificação da transferência de tecnologia das universidades para a empresa e a comercialização do trabalho acadêmico. Assim, as empresas particulares fornecem capitais ou financiamentos operacionais às universidades em troca de uma influência na direção das pesquisas e licenças exclusivas sobre as descobertas patenteáveis feitas nos laboratórios. (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004, p.1001)

O Brasil é um caso representativo da tentativa de se aplicar a lógica da falta de “retorno”, para impedir o aumento de recursos públicos para a universidade, apresentando-se como solução a ampliação do mercado universitário, na tentativa de eliminar a gratuidade do ensino público. (SANTOS, 2004, p.24-5)

Mas a crise - em países "em desenvolvimento" atrelados ao capitalismo hegemônico - não se limitam a questões político-econômicas, contando também com fatores internos:

Esse processo histórico que vulnerabilizou a universidade pública contou com sua própria ajuda, pois ao contemporizarem com a mediocridade e a falta de produtividade muitos docentes, se isolaram socialmente; também contribuíram a arrogância que revelaram na defesa de privilégios e de interesses corporativos socialmente injustos, pela ineficiência no uso dos meios disponíveis, pela falta de democracia interna e sujeição a interesses e projetos partidários, pela apatia, cinismo e individualismo com que muitos docentes passaram ao lado dessas realidades. (SANTOS, 2004, p.21)

Como resposta à crise, Boaventura Santos propõe uma passagem do conhecimento universitário para o “pluriversitário”, contextual e transdisciplinar cujo princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre fora da universidade, a iniciativa da formulação dos problemas a serem resolvidos e seus critérios de relevância são resultados de uma partilha entre pesquisadores e usuários. A sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência. (SANTOS, 2004, p.41-2)

2.3 PAX-AMERICANA E O DOMÍNIO ECONÔMICO

O modelo de inserção da empresa na universidade como a grande fonte de financiamento deriva, em grande parte, do modelo de dominação econômica de cunho neoliberal da *Pax Americana* de inspiração sobretudo dos EUA. Para discutirmos os modelos de interação universidade-empresa os moldes que encontramos no Brasil, julgamos necessário compreender o conceito e seus antecedentes, que irão inspirar o modelo de hélice-tríplice da inovação.

2.3.1 *Pax Americana*

Pax Americana é o termo aplicado ao conceito histórico de relativa paz no hemisfério ocidental resultante da preponderância do poder desfrutado pelos EUA após a Guerra de Secessão (1861-1865) e principalmente a partir do início do século XX.

A partir dos anos 1950, o termo foi utilizado principalmente para referir-se a paz entre grandes potências estabelecida após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, através da indicação da posição de superioridade militar (como na *Pax Britannica*⁴ do século anterior) e econômica dos EUA em relação a outras nações, mesmo considerando-se como uma ordem internacional parcial, aplicada apenas aos países do bloco capitalista. Esta posição foi atingida pelo fato de que, ao fim da guerra, o país permanecia com sua infraestrutura doméstica praticamente ileso e com forças militares de poder sem precedentes num momento em que as demais potências mundiais encontravam-se devastadas.

A *Pax Americana* moderna deriva em grande parte da influência direta dos EUA em diversos organismos internacionais, por sua vez originados do sistema de gestão financeira internacional de Bretton Woods⁵, e apoiadas por financiamento americano e diplomacia como Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT). Os americanos investiram pesadamente em programas como o plano Marshall⁶ e na reconstrução do Japão, criando

⁴ Termo que identifica o período de paz relativa após a batalha de Trafalgar (1805) que opôs Reino Unido e Espanha e França. A derrota de franceses e espanhóis permitiu a maior expansão do Império Britânico, que passou a controlar, por meio da Marinha Real Britânica, as principais rotas navais, o que garantiu a supremacia comercial e econômica britânica até o início do século XX.

⁵ O Sistema Bretton Woods ou Acordos de Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre as 45 nações aliadas após a Segunda Guerra Mundial. Realizado sob inspiração dos EUA, a nova potência mundial após a guerra, os acordos foram amplamente favoráveis aos interesses norte-americanos e estabeleceram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento BIRD, mais tarde Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) posteriormente substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Criaram também a obrigação de cada país adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar e a provisão pelo FMI de financiamento para suportar dificuldades temporárias de pagamento, tendo como contrapartida a adoção de políticas monetárias definidas pelo Fundo. O nome deriva da cidade de mesmo nome, em New Hampshire, EUA, onde se realizaram as conferências.

⁶ Principal plano dos EUA para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Entre 1948 e 1951 foram investidos cerca de US\$ 13 bilhões em assistência técnica e econômica. Países que receberam recursos: Alemanha, Áustria, Bélgica e Luxemburgo, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália e Trieste, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia. O plano ficou conhecido por este nome em função do Secretário de Estado dos Estados Unidos chamado George Marshall, seu idealizador. Sua execução solidificou a hegemonia mundial dos EUA e a sua influência sobre a Europa ocidental. Ao ajudar na recuperação de diversas economias europeias o principal beneficiado do Plano Marshall foram os EUA, que consolidaram seu padrão ideológico capitalista e barraram qualquer possibilidade de expansão do comunismo na Europa.

relações de dependência econômica e laços para a criação do bloco de contenção da Cortina de Ferro soviética e o alargamento da guerra fria. Buscando uma melhor posição para tirar vantagem do livre comércio, culturalmente indisposto para impérios tradicionais e alarmado pela ascensão do comunismo, os EUA tiveram um grande interesse no desenvolvimento de instituições multilaterais que manteriam uma ordem mundial favorável aos interesses norte-americanos.

No campo militar, outros programas e organizações também ajudaram na supremacia do poder americano e sua política do estado, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a organização de Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), que vigorou entre 1954 e 1977 e os tratados de defesa mútua com Japão e Coreia do Sul.

A compreensão dessa posição de superioridade e seu uso derivam, em grande parte, da apropriação no desenvolvimento da estratégia nacional americana das ideias de Clausewitz.

Carl Von Clausewitz, um teórico militar prussiano, chefe do Estado-Maior e diretor da Academia Militar de Berlim entre 1818 e 1830, influenciou as doutrinas militares e estratégicas dos EUA, principalmente através dos estudos do general Mac Arthur após a Guerra da Coréia nos anos 1950 no tocante ao relacionamento entre civis e militares na condução de uma guerra e a condução da guerra com objetivos limitados, isto é, com objetivo menor que a destruição total do inimigo. Clausewitz pregava a primazia da política em contraposição ao militarismo que considerava um instrumento da política e totalmente subordinada a ela, afirmando que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, ou seja, quando falha a diplomacia. Desta forma, considera indispensável um forte poder militar, como forma de pressão política e como instrumento de dissuasão (BRASIL, 2011, p.19). É fácil entender a ideia quando vemos o slogan naval americano para seus porta-aviões: “90.000 toneladas de diplomacia”. (figura 1)

Em junho de 1963 o presidente dos EUA, John Kennedy, citou esse conceito de *Pax Americana* em seu “discurso aos universitários”:

What kind of peace do I mean? What kind of peace do we seek? Not a *Pax Americana* enforced on the world by American weapons of war. Not the peace of the grave or the security of the slave. I am talking about genuine peace, the kind of peace that makes life on earth worth living, the kind that enables men and nations to grow and to hope and to build a better life for their children-not merely peace for Americans but peace for all men and women, not merely peace in our time but peace for all time. (KENNEDY, 1963)

Ao final da guerra do Vietnã, nos anos 1970, o termo *Pax Americana* começou a ser usado pelos críticos do “imperialismo” americano. A acusação de neocolonialismo visava

frequentemente à ação dos EUA de envolvimento nos assuntos do Terceiro Mundo e outras nações em desenvolvimento.

As instituições por trás da *Pax Americana* e a ascensão do poder unipolar dos norte-americanos (ou multipolar com supremacia militar) após o fim da União Soviética têm persistido no início do século XXI. Embora a capacidade dos EUA para atuar como “polícia do mundo” após as dificuldades militares encontradas pelo governo Bush no Oriente Médio ter sido restringida por seus próprios cidadãos, como mostra a eleição de Barack Obama para presidente, prometendo a retirada do Iraque, o país manteve sua estratégia de reforçar os meios econômicos e culturais de influência no mundo.

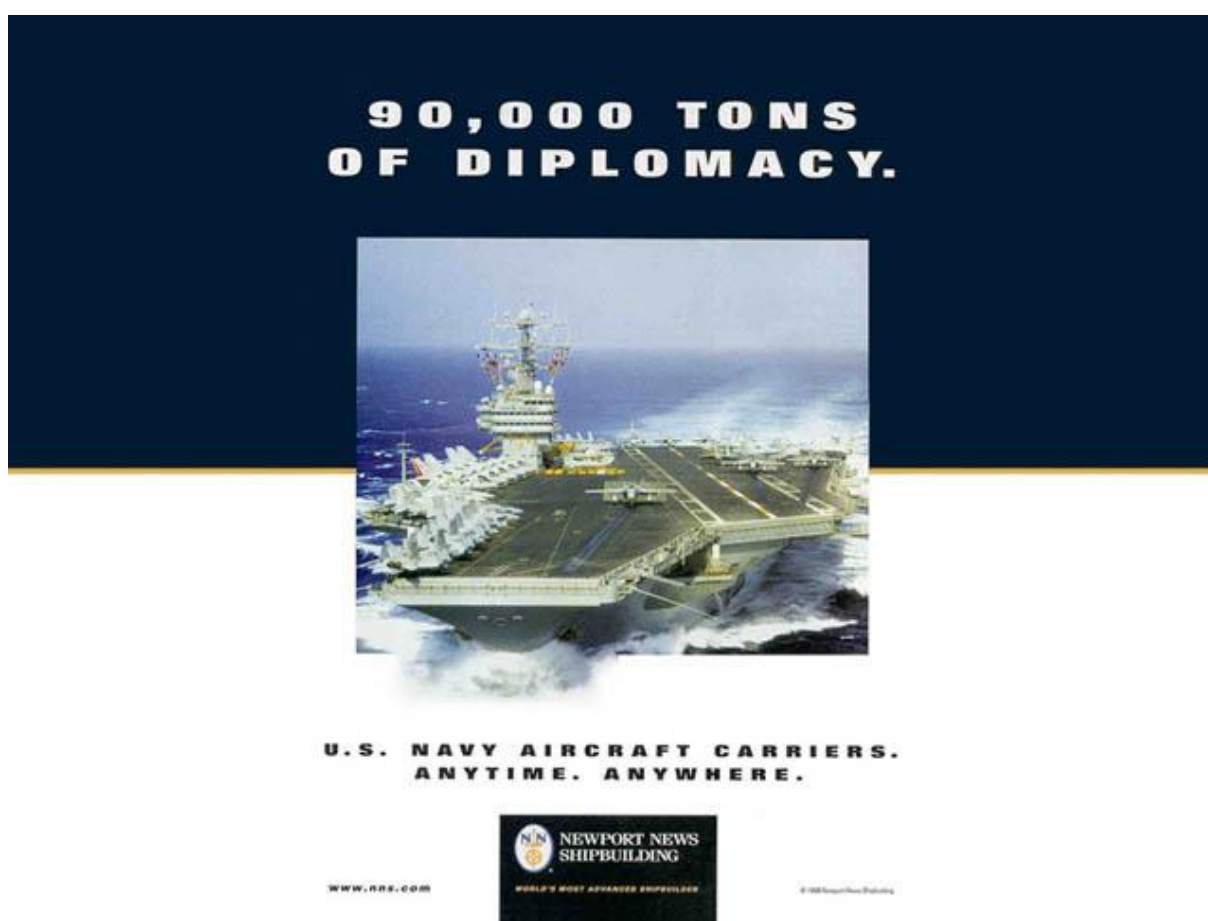


Figura1: 90.000 toneladas de democracia
Fonte: Newport News Shipbuilding

2.3.2 Domínio econômico

O poder nas relações internacionais deve ser visto como uma relação social, posto lado a lado com outros conceitos sociais essenciais como prestígio, autoridade e legitimidade. Grande parte da luta por poder político é a busca de controle legítimo, evitando o apelo, custoso e perigoso, à força bruta e à coerção. (HURREL, 2005, p.39)

Alfred Zimmern, historiador britânico e o principal pensador liberal e defensor da Liga das Nações, acreditava na necessidade de uma hierarquia, do poder hegemônico, que deveria ter um papel central num momento em que transformações econômicas mudavam os imperativos de poder nacional e de governança internacional, embora reforçasse uma ideia de cooperação:

Historiadores futuros, eu acredito, vão olhar para o século XIX como um século que uniu o mundo economicamente, por intermédio do desenvolvimento de um sistema mundial de comércio, indústria e comunicações; e eles vão apontar para o século XX como o que regularizou e controlou esses contatos econômicos, pelo desenvolvimento de uma cooperação intergovernamental e pelo estabelecimento de uma base firme para o direito internacional como um sistema de regras vinculantes entre os Estados. (ZIMMERN, 1979, p.60).

Segundo um dos pioneiros no pensamento teórico das Relações Internacionais, o alemão radicado nos EUA Hans Joachim Morgenthau:

Os moralismos exagerados com os quais a expansão americana tem sido tradicionalmente justificada, então, contêm elementos de sinceridade subjetiva, mas também de verdade objetiva. A ideia de uma missão americana para os povos menos afortunados do mundo é certamente uma ideologia política, a racionalização e justificação de políticas foram empreendidas por outras razões, principalmente egoístas. Mas a ideia expressa também um sério comprometimento com um propósito que é meramente o objetivo americano projetado além de seus limites territoriais e circunscrito somente pelo alcance da influência americana. (MORGENTHAU apud HURREL, 2005, p.39)

Há claros exemplos nos quais os EUA envolvem-se profundamente em iniciativas para remodelar unidades políticas subordinadas:

Pode-se apontar, por exemplo, as tentativas de *state-building* colonial na fase entre 1898 e a Política da Boa Vizinhança de 1933, especialmente em Cuba, no Haiti e nas Filipinas. (...) Fora isso, as pressões da Guerra Fria impulsionavam os americanos em direção a iniciativas ainda mais expansivas e ambiciosas de promoção da democracia, desenvolvimento econômico e reformas sociais pacíficas, (...) caso da Aliança para o Progresso nos anos 60 (...) e do renascimento de tentativas de *nation-building* dos anos 90. (HURREL, 2005, p.40)

O caráter mutável da regulação econômica global, relacionado, de um modo ou de outro, aos interesses dos EUA, tem, cada vez mais, envolvido regras amplamente intrusivas, cujo valor depende de sua internalização e implementação nessas sociedades. (HURREL, 2005, p.40)

Em termos de política externa, é conhecida a tradição norte-americana de combinar interesses e valores, ideologia e geopolítica, democracia e economia, direitos humanos e intervenção (GOES, 2008, p.55). Tais parâmetros certamente exigem discussões e desenvolvimentos mais aprofundados e caracterizados. Aqui serão apontadas apenas algumas considerações sintéticas, tal é a profusão de diferentes pontos de vista existente dos mesmos,

ainda que a grosso modo afunilem em duas formas simplificadas e compactas, de visões de classe dominante e classe dominada, tendo como referência o poder econômico dessas classes.

Em 1945, apesar dos arranjos políticos e econômicos criados pelos EUA para sustentar a ordem terem inspiração idealista de cooperação, autodeterminação e democracia, na prática, o internacionalismo liberal será implementado e sustentado devido à supremacia americana. A despeito de um discurso e conteúdo liberal, as iniciativas no pós-guerra foram sustentadas pela posição real factível do poder dos EUA como potência hegemônica que impunha sua ordem. (PECEQUILO, 2004, p.146). Embora verbalmente condenassem políticas de esfera de influência e equilíbrio de poder, apontando para uma época de paz apoiada na segurança coletiva das Nações Unidas, os EUA não renunciaram à sua hegemonia. Sua política exterior visou tradicionalmente a promover interesses empresariais, com ênfase na promoção de mercados abertos, livre iniciativa e aceitação de investimentos estrangeiros, que seriam objetivos “de interesse da humanidade”, mas que, na verdade, reforçam seu domínio como potência líder. Essa estratégia global americana sempre foi determinada pelos interesses e necessidades de seu processo produtivo e de sua sociedade. (BANDEIRA, 2008, p.14)

Embora o Estado mantenha uma centralidade nas Relações Internacionais, temos a crescente influência e importância de atores não estatais como empresas transnacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), organismos multilaterais e opinião pública mundial, o que leva ao aprofundamento, a partir dos anos 1970, da interdependência e da transnacionalização. A evolução técnica acelera a intensidade e importância das relações transnacionais, que tem entre seus fluxos principais as comunicações, os transportes, as finanças e o movimento de pessoas (PECEQUILO, 2004, p.151-3).

Segundo Fiori (2007, p.87) o bombardeio de Bagdá, Iraque, em 1991, teria cumprido um papel equivalente ao bombardeio atômico no Japão durante a Segunda Guerra Mundial, definindo o poder e a hierarquia do sistema mundial depois do fim da Guerra Fria. Como não havia outra potência com capacidade de negociar ou limitar o poder unilateral dos EUA, o mundo experimentou, pela primeira vez, a possibilidade real de um “império global”.

Ao final do século XX, a verba militar dos Estados Unidos era maior que a dos 14 países seguintes juntos e a economia dos Estados Unidos era maior do que as próximas três combinadas. Assim, a emergência dos EUA como núcleo de um mundo unipolar pós-guerra fria reforçou a atenção dada às implicações da recentralização do poder, tanto em relação às escolhas estratégicas norte-americanas, quanto em termos da possibilidade de gerar ordem mediante hierarquia e hegemonia por um único Estado com a capacidade de comprometer-se

com as tarefas de intervenção e *state-building* e como o agente político essencial para a expansão do liberalismo global. (HURREL, 2005, p.36)

Durante o governo Clinton (1993-2001), com o desmantelamento do bloco soviético, a fragmentação da ameaça nuclear e a oportunidade de uma abertura mundial do comércio, ocorreu uma mudança radical na grande estratégia americana, que passa de mundo político-ideológico para um universo econômico-comercial, com a implantação da *National Security Strategy of Engagement and Enlargement*, que tem como focos: a) ameaças transnacionais do terrorismo, crime organizado e migrações descontroladas; b) ameaça de proliferação das armas de destruição em massa. Nesse modelo, a dimensão econômica passa a ser o novo eixo central da matriz de segurança nacional dos EUA, na busca de um cenário mundial favorável ao desenvolvimento do comércio internacional e da mundialização do capital financeiro. Apesar do fim da ameaça nuclear soviética, os EUA não querem perder sua posição de liderança na construção da ordem mundial. Como sempre, a ideia é manter o controle dos eventos mundiais, tendo seu poder levado em consideração pelos demais Estados, de forma a moldar comportamentos favoráveis aos seus interesses, inibindo a projeção estratégica de outras Nações em detrimento de sua própria expansão global. (GOES, 2008, p.48-55)

Entretanto, como ressalta Fiori (2007, p.88) mesmo no governo Clinton os EUA mantiveram um forte ativismo militar, apesar de sua retórica em favor da “convivência e integração pacífica”, realizando 48 intervenções militares, muito mais do que em toda Guerra Fria. Na década de 1990 ocorreu um movimento geopolítico de “ocupação” americana de territórios fronteiriços da Rússia, através da ampliação da OTAN, com a distribuição de novas bases militares norte-americanas no Leste Europeu e Ásia Central criando um “cinturão sanitário” na região.

A simples imposição militar não é suficiente para a dominação em uma guerra assimétrica, onde as redes transnacionais não são necessariamente um Estado ou território, ou possuem um exército formal que utiliza armas convencionais, como pode ser visto no desenrolar das ações baseadas na Doutrina Bush⁷ em sua guerra ao terror, além de seu custo altíssimo. Torna-se então, cada vez mais importante, a dominação cultural e econômica, através de alianças com os entes não estatais, para uma imposição “consentida” da ordem. O importante é a potência hegemônica articular-se para que os demais Estados tenham uma

⁷ O termo descreve uma série de ações de política externa americana, como resposta ao ataque terrorista contra o World Trade Center em 11/09/2001, caracterizadas pelo uso irrestrito da força para o atingimento de objetivos políticos e econômicos, de forma unilateral, com a relativização do Direito Internacional, admitindo, inclusive, ataques preventivos a supostos riscos à segurança dos EUA. (MOREIRA, 2007, p.10)

sensação de autonomia para tomada de decisões estratégicas e definição de um projeto próprio de desenvolvimento nacional, mas na realidade grandemente alinhado aos seus interesses.

Outra dificuldade encontrada pelos EUA para a pressão estatal direta foi o fracasso do chamado Consenso de Washington⁸, evidenciado na situação da economia Argentina no início do séc. XXI, onde a implantação das políticas neoliberais recomendadas levou o país a uma grave crise econômica. A dificuldade de imposições semelhantes a outros países imposta pelo exemplo argentino também funciona como impulsionadora de soluções alternativas não estatais de imposição de modelos.

A necessidade de dominação é mais do que uma questão política, pois independentemente do partido que governe os EUA, com republicanos com uma mente mais “militarizada” buscando um inimigo a ser vencido para imaginário da sociedade americana, ou democratas com um discurso voltado às questões internacionais de direitos humanos, ambientalismo e livre comércio, a sociedade americana acredita que é a força decisiva para levar o bem ao mundo, sendo que o bem se coaduna ao “*american way of life*” (BRZEZINSKI, 2007, p.179-188), o que, para os analistas de inteligência (KENT,1967; PLATT, 1967) pode se chamar de “efeito espelho”: o ver o outro como um simples reflexo, de mesmo viés e entendimento, sem espaço para outras ideias ou culturas.

Apenas como um breve exemplo da presença militar americana no mundo, apresentamos resumidamente o levantamento realizado pelo geógrafo Jules Dufour (2014), professor da Universidade de Québec, Canadá, e membro do International Peace Bureau (IPB):

Os norte-americanos possuem ao redor do mundo bases da força aérea, marinha, exército e de logística, comunicação e informações. Em posições estratégicas (que permitam chegar a regiões de interesse para segurança energética e comercial) possui bases aéreas equipadas com aviões de capacidade nuclear, além de manter porta-aviões e submarinos nucleares circulando permanentemente ao redor do mundo. Existem mais de 1.000 instalações militares norte-americanas fora dos EUA, sendo pelo menos 730 bases militares (os números exatos não são divulgados) espalhadas pelos cinco continentes, em pelo menos 63 países e em diversas ilhas oceânicas. Excluindo-se os teatros de guerra (Iraque, Afeganistão, Paquistão

⁸ Termo criado pelo economista inglês John Williamson para denominar um conjunto de medidas formuladas em 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA e que se tornou a política oficial do FMI em 1990, para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

etc.) os norte-americanos mantêm regularmente cerca de 325 mil militares em bases no exterior.

Uma dificuldade adicional para a precisão de números envolve a facilidade com que os norte-americanos podem movimentar suas tropas. Em casos de envolvimento militar direto, como nas guerras do Iraque e Afeganistão, o país pode deslocar rapidamente mais de 10.000 soldados para o quadro de operações. E seu raio de interesse e expansão também muda de acordo com as necessidades geopolíticas do momento. Um exemplo é a recente expansão do Africa Corps no continente africano, tendo em vista não só o crescente aumento do movimento radical islâmico nos países da região, mas também do aumento da presença econômica da China na região, em busca de fontes de abastecimento energético e alimentar. Na figura 2 temos um mapa da presença militar americana no mundo⁹.



Figura 2: Presença de tropas militares americanas ao redor do mundo

Fonte: Japan Times

2.4 INOVAÇÃO E O MODELO DA HÉLICE-TRÍPLICE

O sociólogo Henry Etzkowitz, professor da Universidade de Stanford, é um dos elaboradores do conceito de hélice-tríplice para inovação, defendendo um modelo de desenvolvimento baseado na interação entre empresa, universidade e governo, com foco na

⁹ Os dados incluem a presença de militares em cooperação, intercâmbio ou adidos. Cabe ressaltar que no Paraguai, onde não há presença formal norte-americana indicada, foi recentemente instalado um “centro para operações de emergência” e existe no país uma pista de pouso para aviões de grande porte, na região do Chaco, onde não funciona nenhum aeroporto e cuja construção é atribuída aos EUA, sem que exista nenhuma explicação oficial sobre sua construção ou existência.

inovação. Para discutir seu modelo, precisamos entender o que seria a inovação no desenvolvimento econômico.

No final do séc. XX assistiu-se ao surgimento de uma concepção utilitarista da inovação – como da própria ciência e tecnologia, e tornou-se uma prioridade nacional, passando a usufruir de uma forte relação causal com o ambicionado objetivo de crescimento econômico, numa crença neoliberal de causalidade linear e imediata entre investimentos em ciência e tecnologia, ganhos de inovação e conseqüente crescimento. Entretanto, embora no concerto das nações seja certo que alguns são líderes e outros seguidores, numa forte relação de dependência tecnológica e estoque tecnológico acumulado, a questão vai além da mera alocação de recursos financeiros em sistemas de inovação, e sim de escolhas de políticas públicas que apelam a uma questão cultural e social, uma reflexão estratégica em vários níveis, e não só econômica. (ROLLO; BRANDÃO, 2013, p.75)

A inovação é aqui entendida com o contexto e a definição oferecida pelo Manual de Oslo da OCDE (1997), ou seja:

“Economia baseada em conhecimento” é uma expressão cunhada para descrever tendências em economias avançadas no sentido de maior dependência do conhecimento, informação e altos níveis de especialização, e a crescente necessidade de pronto acesso a esses fatores pelos setores privado e público. O conhecimento e a tecnologia tornaram-se cada vez mais complexos, aumentando a importância das interações entre empresas e outras organizações como uma forma de adquirir conhecimento especializado. Um desenvolvimento econômico paralelo é o crescimento da inovação em serviços nas economias avançadas. (...) Muitas indústrias intensivas em conhecimento, como a indústria de transformação de alta tecnologia e os serviços comerciais, cresceram fortemente em várias economias desenvolvidas. (...) Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (...) As atividades de inovação são etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam conduzir, à implementação de inovações.

Ainda segundo o Manual de Oslo, há quatro tipos de inovação: de produto, de processo, de marketing e organizacional. Os dois primeiros, de produto e processo, são chamados de Inovações Tecnológicas, porque seus métodos e recursos estão fundamentados na utilização da tecnologia, e baseados em pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológica, sendo os modos de maior interesse para Etzkowitz.

A defesa utilizada por Etzkowitz para o modelo da hélice-tríplice se baseia historicamente na ideia de que estaria claro, segundo Merton em seu livro *Science, technology and society in seventeenth-century England*, que entre 40% e 60% das descobertas no séc. XVII se deveram ao ímpeto em resolver problemas práticos na navegação, mineração, etc.

Existiria alguma evidência empírica de que a realidade da universidade empreendedora seria uma prática generalizada, já que identificar, criar e comercializar a propriedade intelectual tornou-se o objetivo de diversos sistemas acadêmicos. A universidade, vinda de várias tradições acadêmicas e nacionais, parece caminhar para um formato empresarial comum nesse início de terceiro milênio. Mesmo não sendo uma qualidade geralmente associada às instituições acadêmicas, há cada vez mais universidades que se dedicam à ação empreendedora de construir novas ideias e invenções desenvolvidas em seus laboratórios ou de convidar novas empresas a serem incubadas em seu seio. (MARQUES, 2007, p.52)

Num novo “paradigma empresarial” da economia baseada em conhecimento, tem-se a emergência da universidade empreendedora como resposta à crescente importância do conhecimento nos sistemas de inovação nacional e regional. (MARQUES, 2007, p.52)

O modelo tomou força no final do séc. XX, com as políticas de governo norte-americano no que diz respeito à propriedade intelectual proveniente de investigação financiada pelo governo, levando pesquisadores e cientistas a examinarem cada vez mais os resultados de seu trabalho quanto ao seu potencial tecnológico e econômico (MARQUES, 2007, p.60). O governo federal, através do *Bayh-Dole Act*, de 1980, estabeleceu uma regra clara para transferência de tecnologia pela academia, como uma emenda à Lei de Patentes e Propriedade Industrial, instituindo uma política industrial indireta, por meio da qual o governo fomentou a participação das universidades na inovação industrial. (ETZKOWITZ, 2003, p.301)

As universidades e as empresas são entidades sociais diferentes, tanto na sua natureza como em seu objetivo. Também diferem os propósitos de sua atividade de pesquisa e seus procedimentos. Essas diferenças costumavam definir os limites do campo de ação uma da outra. Embora a pesquisa básica seja à qual a universidade tradicionalmente se dedica, ela pode realizar pesquisa com objetivos aplicados, pois disciplinas como engenharia, ciência dos materiais e ciência da computação são explicitamente orientadas para a aplicação tecnológica. Enquanto a indústria e governo foram tradicionalmente idealizados como esferas institucionais primárias, apenas no novo modelo proposto a universidade teria um papel mais imbricado com o seu meio, sendo um agente ativo de um sistema de inovação, na missão do desenvolvimento econômico social na era do conhecimento. (MARQUES, 2007, p.53-59)

O modelo de hélice-tríplice pode evoluir de outros dois modelos de interação universidade-empresa-governo, o estatal e o laissez-faire (figura 3). No modelo estatal o governo controla ou dirige os movimentos e ações da indústria e da academia; no modelo

laissez-faire cada esfera atua separadamente, interagindo esporádica e timidamente, com predominância de movimentos pela indústria. Já no modelo de hélice-tríplice, as instituições interagem e se sobrepõem todo o tempo, transformando-se em organizações em rede e híbridas, nas quais a inovação pode surgir pela ação de qualquer um de seus elementos constituintes, e comumente a partir de novos formatos organizacionais, como incubadoras, parques tecnológicos e empresas de capital de risco.

Para Jerome e Jordan (2013, p.3-4) o modelo da hélice-tríplice é o estabelecimento de um novo paradigma, em escala mundial, do modelo de desenvolvimento, em que consórcios de empresas, universidades e agências governamentais buscam a inovação com foco na comercialização, de forma a garantir um balanço entre desenvolvimento do conhecimento, benefícios sociais e lucro. Neste novo paradigma as parcerias para facilitar a transferência de conhecimento científico no desenvolvimento de produtos e processos tangíveis dependem da criação de redes de infraestruturas das três esferas na sociedade do conhecimento.

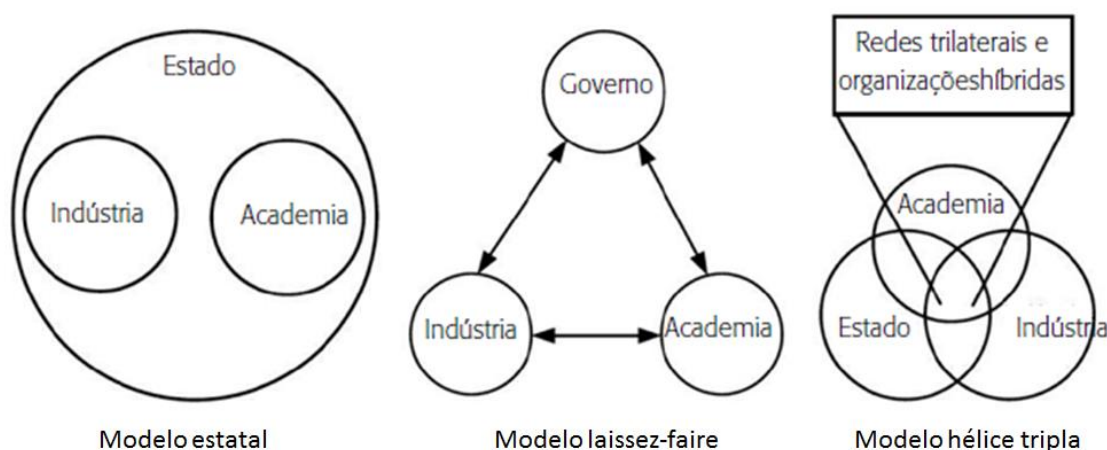


Figura 3: Modelos de integração universidade-empresa-governo
Fonte: adaptado de DOSSA; SEGATTO, p.1333.

O modelo da hélice tríplice tenta justificar uma nova configuração das forças institucionais, com o declínio do Estado e a expansão da empresa ao meio envolvente externo. Com a inovação industrial baseada no conhecimento, a universidade torna-se um elemento chave, seja no seu papel tradicional de fornecedora de capital humano, seja como incubadora de empresas (MARQUES, 2007, p.60). Surge um rearranjo organizacional, onde o governo busca auxiliar a inovação industrial (produto e processo), através do incentivo à colaboração e consórcios interssetoriais industriais e da implantação nas universidades de centros de pesquisas acadêmicos híbridos, que incluam também parceiros industriais e governamentais.

Ele se forma compelido por razões de eficiência econômica e benefícios sociais, pois apenas uma boa ideia não gera inovação, sendo preciso pesquisa empírica, conhecimento

organizado e contexto social para que se criem condições de inovação tecnológica. A reunião das pré-condições só seria possível através de abordagens colaborativas de pesquisa, já que a maioria das pesquisas sobre problemas contemporâneos se espalham entre diversas disciplinas científicas necessitando de múltiplas perspectivas de abordagem para suas soluções. (JEROME; JORDAN, 2013. p.4-7)

A ideia final da hélice tríplice é que o sistema leve as universidades a tomarem as características das empresas, que por sua vez começam a se assemelhar com universidades e que os governos comecem a funcionar como empresas privadas. Para os autores do modelo, essas interações e alterações levariam a uma espiral de inovação e crescimento. A missão da nova universidade assim criada seria o desenvolvimento econômico, com as empresas tendo a ciência baseada na indústria, em projetos de cooperação em centros empresariais de alta tecnologia, envolvendo universidades, com o governo integrando as infraestruturas científicas e tecnológicas nas estruturas produtivas. Os governos encorajam as universidades a assumirem o papel de empresário e empreendedor, de forma a aumentar as receitas da universidade, de seus professores e o desempenho econômico nacional e regional. (MARQUES, 2007, p.64)

A principal característica da universidade “empresarial” no modelo da hélice-tríplice é que as definições dos problemas de pesquisa são feitas por fontes externas; partiriam das interações entre as universidades e de atores como empresas ou governos, por meio de projetos conjuntos. Direitos de propriedade industrial seriam divididos através de mecanismos que remunerassem professores e universidades. Essa remuneração tenderia a ser investida como capital de risco em empresas incubadas nas universidades, tornando, a longo prazo, as universidades uma “extensão” de seu parque tecnológico. (ETZKOWITZ, 2003, p.321-322)

A universidade atual estaria passando por uma mudança tão importante quanto à ocorrida quando ela passou de instituição de ensino para a função combinada de ensino e pesquisa, o que gerou tensões, mas mostrou-se uma realidade criativa e produtiva.

Agora, com o capital intelectual se tornando tão importante quanto o capital financeiro como base do crescimento econômico futuro, a universidade passaria por uma segunda “revolução acadêmica”, estando voltada para a integração do desenvolvimento econômico e social, onde a emergência de um etos acadêmico empreendedor combina o interesse em pesquisa básica e aplicação, tornado a universidade um parceiro igual nas relações governo-empresa-universidade. Criam-se então as condições para um modelo de interação que Etzkowitz (2003, p.295) chama de hélice-tríplice, que impulsiona as condições para a inovação numa sociedade baseada no conhecimento.

A universidade tornou-se um amálgama de ensino e pesquisa, básica e aplicada, de interesses acadêmicos e empresariais, num ambiente de tensão criativa em que esses elementos entram periodicamente em conflito.

As críticas mais contundentes apontam que um interesse pecuniário intensivo pode tirar da universidade seu papel crítico independente da sociedade, pois se agressivamente envolvidas na comercialização de tecnologia, ficam diretamente condicionadas por suas agendas de P&D, financiadas por elementos externos, no caso as empresas.

Para Etzkowitz (2003, p.294) na medida em que o conhecimento científico foi sendo transformado em um empreendimento econômico, a economia também se transformou, com a criação, disseminação e utilização do conhecimento cada vez mais envolvido na produção industrial, criando um novo papel para a universidade na sociedade, que se torna uma fonte atuante de inovação, e não apenas uma fonte de pessoas treinadas e fonte de resultados de pesquisa para as indústrias.

Etzkowitz (2003, p.320) considera que o Massachusetts Institute of Technology (MIT) é um bom exemplo do caminho da universidade em direção ao modelo de hélice-tríplice. No início do séc. XX, através de uma série de inovações organizacionais, que incluíam alterações em regulamentos, contratos e controle de patentes, o MIT tentou legitimar suas interações com a indústria; numa segunda fase, criou uma nova estrutura, o escritório de transferência de tecnologia, para tratar o assunto de forma dedicada, buscando mecanismos para identificar conhecimento que pudesse ser “comercializável”.

Entretanto, a utilização pelo governo norte-americano das universidades como estratégia para obter superioridade tecnológica militar - mais de 40% das verbas federais destinadas às universidades são diretamente destinadas para assuntos de defesa (KERR, 1982, p.54), incluindo projetos secretos de desenvolvimento de armas nucleares (TRAGTENBERG, p.5) e outras iniciativas da RAND Corporation -, influiu em grande parte para o “sucesso” da interação governo-empresa-universidade no MIT e não a ideia do desenvolvimento econômico social civil e de criação de incubadoras.

Manter a superioridade tecnológica tem um alto custo e a queda dos orçamentos militares para ciência e tecnologia facilita a ideia de uma “união de esforços” para compartilhamento de pesquisa desenvolvimento e laboratórios, pois foi necessário repensar e flexibilizar estratégias para manter uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento capaz de garantir e manter a superioridade tecnológica militar dos EUA (JEROME; JORDAN, 2013. p.14). Seja para finalidades militares, ou não, é certo que os desenvolvimentos técnicos e científicos no âmbito das universidades americanas têm redundado na ponta, também, em

mercadorias, ou seja há sempre recorrência em produzir bens, através dos conhecimentos gerados, que participem do mercado de consumo contribuindo para a realização do capital. A ideia do desenvolvimento tecnológico dual (militar-civil) tem sido um dos parâmetros dos investimentos da indústria de defesa e da inovação ao redor do mundo.

Com a apresentação desses pressupostos veremos então como surgiu e o que se entende por universidade, para podermos entender como funcionam e quais os desdobramentos de suas relações com as empresas, particularizando o caso da relação UFRJ/Petrobras.

3. VISÕES SOBRE A UNIVERSIDADE

A ideia de se examinar a relação, em perspectiva, existente entre universidades e empresas implica também em investigar qual seria a missão da universidade. Também neste ponto, como parece ocorrer com qualquer tema ligado à universidade, as opiniões são várias e muitas vezes opostas. Nem mesmo em um ponto essencial, de se a universidade deve, de algum modo, atender as expectativas da sociedade na qual está inserida para que cumpra sua função e continue a existir, como seria esperado de qualquer instituição, há consenso. Um ponto de convergência parece ser a constatação de que a universidade mudou de função ao longo de sua história e que, atualmente, seria um espaço privilegiado para o exercício conjunto de ensino e pesquisa, embora que tipo de ensino e pesquisa seja uma questão polêmica. A seguir apresentaremos diversos destes pontos de vista, em contraposição por ordem cronológica de sua produção, de pensadores como Max Weber, José Ortega y Gasset, Clark Kerr, Robert Paul Wolff, Kenneth Minogue, Alvaro Vieira Pinto, Anísio Teixeira e Arminda Campos, entre outros.

Em sua introdução à coletânea de textos de Max Weber *Sobre a universidade* (WEBER, 1989, p.7), escritos entre 1908 e 1911, Mauricio Tragtenberg afirma que o exercício da liberdade acadêmica, sem interferências do tipo secular ou eclesiástico, depende de que professores, funcionários e alunos permitam um debate intelectual vivo sem “corporações burocráticas ou separatismo departamental”. (WEBER, 1989, p.17)

Lembra a posição de Weber, para quem a educação dependente do Estado cria uma “liberdade acadêmica” oposta ao que deveria ser, onde se exige dos candidatos a uma posição acadêmica, uma docilidade perante as autoridades políticas dominantes e aos costumes eclesiásticos, numa posição em que ciência, estudos ou direitos civis não tem qualquer significado. (WEBER, 1989, p.63-6)

A discussão sobre a independência acadêmica, que busca seu espaço entre a visão crítica da sociedade que a rodeia e as pressões externas desta mesma sociedade ou do Estado é um ponto essencial para Weber, que exemplifica: ainda no começo do século XX o professor Conrad Bornhak, de Berlim, assumia uma atitude hostil perante a liberdade acadêmica, pois acreditava que a função da universidade era formar jovens para servir ao Estado e à Igreja; e os reclamos de liberdade acadêmica seriam ideias socialistas, contra a ordem social e política alemã e, portanto, incapazes de cumprir a tarefa da universidade (WEBER, 1989, p.64). Este tipo de pensamento reforça a proposta de que:

No sistema capitalista, o que importa são os saberes “úteis”, transformáveis em mercadorias e passíveis de circulação no mercado de trabalho. Não é interessante desperdiçar tempo no desenvolvimento das inúteis potencialidades do ser (artes e filosofia, por exemplo), insignificantes do ponto de vista econômico, devendo-se transformar os corpos em unidades de produção. Um profissional é um corpo, outrora portador de sentidos, que se transformou em ferramenta, utilidade. (ALVES, 2011, p.131)

Ora, o Estado concebe a influência de que goza como um meio de conseguir determinada obediência política dos estudantes, em vez de encará-la como um pressuposto de responsabilidade cultural, deixando em segundo plano os interesses da ciência e da erudição. Assim, não é possível contrabalançar a falta de espaço para crítica com investimentos físicos ou pelo número de teses defendidas, pois a universidade não tem como tarefa transmitir ponto de vista ou opinião hostil ou favorável ao Estado; sua função é examinar os fatos, condições, leis e interrelações. Examinar conceitos, pressupostos lógicos e significados. E valores e crenças fundamentais não podem ser “demonstrados” como proposição científica. (WEBER, 1989, p.69-70)

Entretanto Weber também critica a estrutura das universidades norte-americanas, que seriam afetadas pelo fato de que elas são instituições que competem entre si e atuam como a empresa industrial moderna (WEBER, 1989, p.84). Assim vemos que Weber não concorda com o modelo universitário europeu de seu tempo, mas tampouco abraça a opção norte-americana. A universidade utópica de Weber existe e produz sem pressões políticas de produção ou de competição.

Durante conferências proferidas na década de 1920 Ortega y Gasset reflete sobre a história e a missão da universidade. Para ele, a universidade medieval não investiga (o que não significa que não se investigasse na Idade Média), ela se ocupa muito pouco de profissão; tudo é “cultura geral”. Mas, o que hoje se chama “cultura geral” não o era para a Idade Média. Pelo contrário, constituía o sistema de ideias sobre o mundo e a humanidade que o homem de então possuía. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.47)

Em qualquer tempo a universidade, para ser fiel à sua missão, deve atender às necessidades da sociedade. Sua permeabilidade às questões do seu tempo e sua indagação dos perfis do futuro são requisitos iniludíveis para que volte a ser uma espécie de “poder espiritual” formadora da sociedade. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.31)

Assim, Ortega prega a formação de cidadãos que não sejam homens-massa, satisfeitos com o que consideram um repertório de ideias, cegos pelo especialismo da formação profissional, verdadeiros bárbaros verticais, sem razão e sem desejar tê-la, despreocupados

por completo com os princípios da civilização e desinteressados pela cultura em que nasceram. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.28)

Ortega y Gasset (2003, p.12), julga mais realista e eficaz a formação de uma minoria cultivada que por sua vez irradie pelo resto do país um tom de exigência intelectual, sendo a universidade um dos meios para educar essa minoria. Para ele a sociedade certamente necessita de bons profissionais, mas necessita assegurar a capacidade de “mandar”. É preciso garantir que esses profissionais sejam capazes de viver e influir vitalmente segundo a altura dos tempos, sendo imprescindível criar de novo na universidade o ensino da cultura ou sistema de ideias vivas que o tempo possui. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p. 50)

Mas, ao mesmo tempo, chama o cidadão formado na universidade de “homem médio”, o que parece conflitante com a ideia de “minorias cultivadas”:

A universidade consiste, primeiro que tudo, no ensino superior que deve receber o homem médio, que deve ser, antes de mais nada, um homem culto e situado à altura dos tempos. A função primária e central da universidade seria o ensino de grandes disciplinas culturais como física, biologia, história, sociologia e filosofia. Além disso, é preciso fazer do homem médio um bom profissional. A ciência, no seu sentido próprio de investigação científica, não pertence de maneira imediata e constitutiva às funções primárias da universidade. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.63)

Temos então a discussão sobre a questão da pesquisa universitária, aparentemente secundária para Ortega y Gasset (2003, p.29) quando afirma que a universidade, como instituição de inteligência, teria de se preocupar primordialmente com que seus alunos adquiram os princípios da “cultura vital” da sociedade em que se insere, tal como foi a universidade em sua origem, na Idade Média. A apropriação do cientificismo teria levado a universidade ao esquecimento de sua tarefa principal, com a ciência e o profissionalismo deslocando a cultura. Ortega propõe que a universidade seja primeiro um centro para o ensino de cultura e, além disso, subsidiariamente, uma instituição que forma profissionais e abriga a investigação, isto é, a criação de ciência.

Já na década de 1960, com uma visão bem diferente, Clark Kerr, comenta sobre o que considera um pluralismo universitário da época, que não se reduziria a uma instituição projetada em muitos campi ou a um conjunto de instituições. Ele se encontraria em concepções ou iniciativas relacionadas com funções da própria universidade, em especial a extensão, evoluindo de cursos extramuros para um programa ambicioso de prestação de serviços, envolvendo ensino e pesquisa (KERR, 1982, p.8). Para Kerr (1982, p.36-44) esse pluralismo transforma a universidade em multiversidade, que tem muitos públicos, com muitos interesses e, pela sua própria natureza, muitos desses interesses são em parte legítimos

e outro em parte frívolos. A ideia de multiversidade é uma metrópole de infinita variedade. Alguns se perdem, outros atingem o máximo; a maioria modela-se à feição de uma de suas múltiplas subculturas.

Uma universidade, escreveu o cardeal Newman¹⁰, é o alto poder protetor de todo o conhecimento e ciência, de fato e princípio, de investigação e descoberta, de experiência e especulação, que mapeia o território do intelecto. Para Newman o conhecimento podia ser um fim em si mesmo, através da educação liberal (KERR, 1982, p.19-20). Posteriormente, para o educador americano Abraham Flexner, a universidade tornou-se uma instituição conscientemente dedicada à busca do conhecimento, à solução de problemas, à apreciação crítica do desempenho e à formação de homens em um nível realmente superior. Não era mais possível para um homem “dominar qualquer assunto” (KERR, 1982, p.21).

Ao final da década de 1960, Robert Paul Wolf parece não concordar que o questionamento ou a busca pelo novo seja o denominador comum da universidade, pois afirma que universidades foram criadas por todos os tipos de motivos: para preservar uma velha fé, para granjear prosélitos para uma nova fé, para treinar trabalhadores habilitados, para melhorar o padrão de profissões, para expandir as fronteiras do conhecimento e até mesmo para educar os jovens. Se as universidades sempre se devotaram a propósitos pelo menos parcialmente definidos por forças sociais e grupos sociais extramuros, para a glorificação de Deus à produção dos especialistas necessários para dirigir uma economia tecnológica, dependendo da época, é natural que num momento mais recente, democrático e pluralista, essas exigências sejam muitas, variadas e conflitantes. Para satisfazê-las, a própria instituição deve tornar-se internamente diversificada, muito provavelmente ao preço da unidade e da harmonia que favoreceu uma época anterior. A perda da comunidade institucional seria o preço a pagar para impedir que somente um único interesse social seja servido na universidade. (WOLF, 1993, p.25-58)

Mas afirma, sem uma noção coerente quanto à função da universidade – alguma ideia do que ela deveria fazer – é impossível avaliarmos as universidades existentes; não sendo possível, tampouco, apresentar propostas racionais de reformas, a menos que já se tenha decidido sobre a direção a ser tomada pela instituição. (WOLF, 1993, p.26)

¹⁰ John Henry Newman foi um dos precursores e líderes do Movimento de Oxford ou Movimento dos Panfletos, uma ação de altos membros da igreja anglicana da Inglaterra, muitos ligados a Universidade de Oxford, que pretendia reintroduzir algumas tradições católicas no culto anglicano, que consideravam um braço da igreja una, santa, católica e apostólica. Surgido na primeira metade do séc. XIX, o movimento de “renovação espiritual” obteve acolhida principalmente entre os chamados anglo-católicos na sua compreensão do anglicanismo, mas terminou por influenciar as ideias anglicanas globalmente. Newman acabou se convertendo para a igreja católica em 1845, se tornou reitor da Universidade Dublin (Irlanda) e foi nomeado cardeal em 1879. (OLLARD, 1915)

Um ponto importante na discussão sobre a missão da universidade é a questão da formação profissional. Wolff (1993, p.39), acredita que todas as escolas profissionais e programas que concedem diplomas profissionais deveriam ser retirados da universidade e forçados a se estabelecerem como institutos independentes.

Ainda na década de 1960, Anísio Teixeira afirma que a universidade, originariamente, nada mais foi do que um centro de licenciamento do magistério. A cultura em vias de consolidação no séc. XI exigia seus mestres (para se consolidar, era necessário existir quem passasse o conhecimento adiante) e seu fim nunca deixou de ser este. As outras profissões vinham depois, como desenvolvimentos de profissão básica do saber, como profissões de aplicação do saber. (TEIXEIRA, 1989, p.87)

Como indica Teixeira, na Europa:

Quando nas alturas do fim do século XVIII, a sociedade entra em nova fase de grande transformação que se vinha elaborando desde o século XVI, mas que no século XVIII teve seu florescimento característico, essa universidade encontra-se em completa decadência. A Revolução Francesa fecha a Universidade de Paris, assim como as Universidades de Oxford e Cambridge já quase tinham sido fechadas. De fato, a universidade que realizara na Idade Média extraordinária obra de unificação do pensamento ocidental (...) não consegue viver à altura das novas exigências da sociedade, que se encaminhava para a grande transformação - nacional, democrática e industrial - cujas verdadeiras raízes encontravam-se na revolução científica do conhecimento humano. Somente no início do século XIX a universidade vem efetivamente a renascer com a universidade de Berlim, já como expressão do nacionalismo nascente do povo germânico e do novo espírito de descoberta do conhecimento. (...) A sociedade estava se transformando, a pesquisa ia voltar a essa universidade até então toda debruçada sobre o passado, para projetá-la para o futuro. (TEIXEIRA, 1989, p.81-2)

Já Nachbin (1996, p.172), tal como Ortega y Gasset, julga que a universidade não é para todos, é elitista. Não no sentido de atender à elite abastada e rica da sociedade, mas de produzir e delinear uma massa crítica de talentos, uma elite cultural pensante, indispensável ao exercício de uma liderança genuína e correta em nosso desenvolvimento social.

Na década seguinte, de 1970, Keneth Minogue acredita que o hábito de visualizar a universidade em termos funcionais tornou-se tão amplamente difundido que pode se passar por verdade histórica. Se a universidade moderna encara a sua missão como fornecedora de funcionários públicos, administradores e tecnólogos para o país, a universidade medieval existiu para preparar religiosos, canonistas, monges e frades, professores e mestres. (MINOGUE, 1981, p.8)

Ainda segundo Minogue (1981, p.15), embora os detalhes sejam obscuros, está claro que a instituição das universidades, resultou de um entusiasmo espasmódico pela educação, que já aparecera em outras épocas nas cortes bárbaras da Europa. No séc. XII, um conjunto de

esforços intelectuais culminou no estabelecimento do *studia generalia*, que atraíram estudantes de toda Cristandade.

Se a Idade Média tinha valorizado as universidades por causa de seu afastamento do mundo e de seus esforços, os homens modernos objetaram que as universidades estavam carentes de reforma, pela razão exatamente oposta: não contribuíam para o que era encarado como um esforço cooperativo, do qual não podia ser permitida a exceção de nenhuma instituição ou indivíduo, de trabalhar pela riqueza e pelo poder nacionais. (MINOGUE, 1981, p.24)

Para Minogue, o fator chave em relação às universidades passa a ser o fato de elas terem de ser capazes de criar seu próprio interesse na busca do conhecimento, e de esta paixão em que se baseiam correr sempre o risco de ser engolfada por outros tipos de excitação – política, religiosa, patriótica, e talvez até a excitação do desenvolvimento (MINOGUE, 1981, p.5). Mas a própria ideia de se identificar um papel ou uma função social na universidade é questionada por Minogue. Para ele perguntas como:

“Qual é o propósito de uma universidade?” ou “Quais as obrigações que uma universidade deve à sociedade?” são fundamentalmente ilícitas, sem restrições a quaisquer respostas que possam ser elaboradas para as mesmas. É verdade, é claro, que as universidades tanto afetam como são afetadas pelas circunstâncias sociais. Da sociedade ela obtém os recursos para manter-se, e à sociedade elas fornecem homens educados, habilitados com técnicas e inovações, constituem um abrigo para os estudiosos, uma ocupação para uma parcela da juventude, um banco de memória, e assim por diante. Mas quando estas complicadas interrelações são descritas nos termos funcionais de um sistema social, com uma determinada tendência, as provas não vingarão. (...) Porque todas as visões de que a universidade deve servir a “Sociedade”, e de que deva obrigatoriamente ser o instrumento de alguma coisa externa ao mundo acadêmico, são estratégias para negar a independência acadêmica (ou sua autonomia intelectual) e, por conseguinte, impõe valores alienígenas à universidade. O conceito “Sociedade” serve meramente para encobrir a natureza daqueles valores alienígenas. (MINOGUE, 1981, p.144)

Mas, se a universidade, como diz Minogue, afeta e é afetada pelas circunstâncias sociais e se ela interfere tão diretamente na formação daqueles que trabalharão e conduzirão a sociedade na qual está inserida, de que forma investigar seu propósito e função pode ser considerado uma questão alienígena?

Se a universidade fosse efetivamente uma instituição de completa independência, como proposta por Minogue, seria um sistema fechado sem trocas com o ambiente que a cerca, o que ele mesmo parece reconhecer como falso, ao ver como uma distorção imposta às universidades sua visão funcional (pois foram criadas e mantidas por pessoas que gostavam de pesquisa e de cultivar os estudos) com seus muitos efeitos benéficos colaterais, o que

algumas vezes levam os Estados a apoiá-las entusiasticamente. Esses efeitos seriam admitidos como função das universidades, o que não passaria de uma distorção de sua natureza.

Para Minogue (1981, p.9-26) a visão funcionalista das universidades – a de que seus estudos sempre “tem sido mais ou menos estreitamente correlatos às necessidades nacionais” – não é generalização histórica, mas manifestação dissimulada de uma doutrina política sobre universidades, doutrina esta que se origina em uma visão da sociedade como sendo um único campo de esforços dentro do qual todas as atividades são mais ou menos “contributárias”.

Ele afirma que, desde o séc. XIX, as universidades têm sido firmemente pressionadas no sentido de prover um preparo profissional e vocacional, subjugando com êxito outras extensas áreas da universidade (MINOGUE, 1981, p.44).

Por sua vez, Álvaro Vieira Pinto acredita que a universidade representaria o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe dirigente (ao lado de outros, subsidiários, como a imprensa, o púlpito, etc.), porque a ela incumbe a produção e perpetuação dos esquemas intelectuais de dominação (PINTO, 1986 p.25), reforçando a ideia de Ortega y Gasset¹¹.

Assim, seria preciso entrosar as instituições de ensino superior com os centros sociais de produção, fábricas, fazendas, empresas, de forma a abolir os limites da classe que vigoram na universidade, integrando-a na vida cotidiana do povo, tornando-a foco difusor da cultura sobre toda a sociedade, e não no recinto sagrado onde somente poucos iniciados têm o direito de penetrar (PINTO, 1986 p.101). O ensino superior e outras instituições e organizações científicas e profissionais, através de suas funções no ensino, treinamento, pesquisa e serviços, representam um fator necessário no desenvolvimento e na implementação das estratégias e políticas de desenvolvimento. (UNESCO, 1999, p.49)

Mas isso reduziria sua natureza cartorial de reconhecimento das funções proveitosas aos interesses da classe dominante, pois a ela compete o Registro de Títulos e Documentos Doutorais, indispensáveis à admissão em certa camada na sociedade (PINTO, 1986 p.28).

Já para Davidovich (2010, p.448-9) o objetivo original da universidade era conservar e transmitir os ensinamentos da Igreja, preparando sacerdotes e profissionais que deveriam servir em áreas nas quais a Igreja tinha especial responsabilidade, como direito e medicina. No séc. XIX inicia-se uma grande transformação, com a crescente secularização das universidades e as consequentes mudanças de sua missão. Surge a questão da autonomia, para estimular e proteger a produção de conhecimento independente da autorização e do controle

¹¹ Não queremos com isso afirmar que os dois tem o mesmo tipo de pensamento, pois Gasset nos remete a uma universidade ideal, enquanto Pinto nos fala de com vê a realidade do sistema.

eclesiásticos, ao mesmo tempo em que a universidade passa a ter um papel central na estratégia de desenvolvimento de um grande número de países.

Lembra Mialhe que, na França da Revolução Francesa, o ensino foi encarado primeiramente como um fator de unificação da pátria em torno do ideal republicano e utilizado para produzir cidadãos úteis à pátria. Foram suprimidas as universidades, sendo retomadas algumas escolas superiores especializadas. A burguesia empenhou-se em desenvolver um ensino em proveito próprio, assegurando a instrução aos jovens burgueses, buscando sua predominância sobre a sociedade francesa, um ensino laico, pago, orientado para o estudo científico e voltado para preparação profissional. (MIALHE, 2009, p.29-30)

Sob o regime napoleônico, a educação tornou-se a “mola moral” do governo. Foi recriada a universidade, como ordem hierarquizada e centralizada, cujo conselho definia os planos de ensino e programas das disciplinas. A universidade era dividida em Academias que tinham como função formar bons administradores, engenheiros e oficiais. Também foram criadas faculdades, corpos isolados sem ligação entre si, destinadas a formar bacharéis, licenciados e doutores, mas que fossem “dóceis e conformistas”. (MIALHE, 2009, p.31)

Houve um longo caminho no desenvolvimento da universidade como unidade de ensino, no modelo “*college*” para as universidades de ensino-pesquisa, e ainda outro grande percurso, ainda em caminho, entre estas e a universidade “empresarial”. Este modelo teria uma primeira fase em que uma ciência “empresarial” surgiria dentro dos próprios grupos de pesquisa acadêmica em sua competição por fundos para pesquisa. Em seguida, essa situação se transformaria em uma fase na qual a academia passaria a ser uma fonte de transferência de tecnologia para as empresas, através de mecanismos intermediários específicos e, finalmente, as universidades estariam diretamente ligadas em atividades empreendedoras e de criação de empresas, derrubando fronteiras institucionais com as esferas empresarial e governamental. (ETZKOWITZ, 2003, p.318)

O crescimento das relações entre governo e universidade se deu principalmente com a formação da identidade nacional alemã, através do modelo acadêmico de Humboldt, no início do século XIX, com a integração do ensino e pesquisa num formato civil. Nos EUA esse relacionamento surgiu com força apenas na Segunda Guerra Mundial, e através de projetos de pesquisa militares. A ideia foi utilizar o que de melhor estava disponível entre os cientistas acadêmicos, que conheciam o potencial tecnológico para o desenvolvimento de armas militares ou na solução de problemas militares (como os radares) e também o aproveitamento dos mais recentes avanços teóricos que poderiam ser utilizados em pesquisa aplicada, como no desenvolvimento da bomba atômica. (ETZKOWITZ, 2003, p.316)

Definem o caráter e o propósito da universidade voltada para a pesquisa: o compromisso de conquistar a excelência na pesquisa, no ensino e na aprendizagem; ver a combinação ensino e pesquisa como essência da universidade; ter liberdade para decidir a perspectiva e o plano de ação adotados; buscar parcerias, inclusive com indústrias, como forma de enriquecer o processo de pesquisa e não se desviar dele; manter a porosidade das fronteiras disciplinares, estando aberta ao acaso no processo de pesquisa. (CASPER, 2002, p.53)

Santos (2004, p.59), por sua vez, afirma que a questão da definição da universidade, embora parecendo residual, é central. A acumulação indiscriminada de funções atribuídas à universidade ao longo do séc. XX faria passar facilmente por universidade aquilo que não o é. Para ele, só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão e uma distinção mais clara do que é universidade e o que é ensino superior (SANTOS, 2004, p.59). Temos, neste caso, uma intenção de propósito e obrigações que nos parecem mais condizentes com seu papel e sua existência na sociedade em que está inserida.

Por outro ângulo, Casper (2002, p.50) acredita que a busca do conhecimento é a atividade essencial à universidade, que conduz a visões alternativas do mundo. A principal tarefa da universidade tem sido questionar e pôr à prova pressupostos e práticas fundamentais; assim, favorece mudanças sempre que aqueles se revelem equivocados. Isso porque a busca do conhecimento precisa de sistemas dotados de fissuras e de falhas, pois a incerteza, mais do que a verdade, caracteriza as fronteiras do conhecimento; e essa busca seria inadmissível em outras instituições (CUNHA, 1998, p.57).

Desta forma, o verdadeiro eixo da universidade deve ser a produção do conhecimento, entendida no seu sentido mais amplo, e não as regras de mercado. (CARUSO; TROPER, 2010, p.421) A finalidade primordial da universidade, e seu primeiro princípio, seria então a criação de conhecimento novo, a investigação em todos os domínios da ciência e da cultura (LOPES, 2010, p.53), sendo sua vocação a pesquisa.

Um ponto importante na discussão sobre a missão da universidade é a questão da formação profissional. Para Schwartz (1984, p.41), a formação profissional é uma das missões da universidade, que deve ser reconhecida expressamente. Mas acrescenta que uma profissionalização muito precoce ou acentuada, sem cultura geral, deixando o estudante formado em uma só direção, eventualmente prescrita antes do término de seus estudos, seria ineficaz e perigosa. Para Lopes (1998, p.213), a pura formação profissional caberia ao instituto superior de tecnologia, destinado à investigação e à formação de profissionais em

tecnologias clássicas e avançadas, e ao instituto de ensino superior, que poderá formar profissionais sem que nele haja investigação científica.

Para Lopes (1988, p.37), a universidade tem o material humano como seu patrimônio número um. Universidade é, em seguida, a realização das condições necessárias à efetivação dos trabalhos de pesquisa e ensino: equipamento material de laboratórios e bibliotecas, de um lado; concessão de bolsas a estudantes para que estes possam avançar em seus estudos, sem dificuldades alheias à sua inclinação científica, e para que eles possam render serviços amanhã, em um nível superior, ao país que os amparou e que deles necessita vitalmente.

Ele afirma que entre as estruturas do ensino superior podemos distinguir a universidade, que deve abranger necessariamente a pesquisa e o ensino. A finalidade primordial da universidade e de seus institutos, é a criação de conhecimento novo. Seu segundo princípio é, necessariamente, o da transmissão do conhecimento, o ensino e a difusão da ciência, da tecnologia, das letras, das artes, e, no caso do Brasil, a formação de profissionais aptos a trabalhar, a contribuir para o conhecimento da realidade brasileira e para o bem-estar dos cidadãos. (LOPES, 1998, p.213-6)

Revedo esta ordem, Wolfgang Leo Maar (ANDES, 1984, p.142) afirma que a função da universidade não é somente formar o produto pesquisa, ensino e cultura, pois isso também se faz fora dela. Sua principal função seria, na verdade, formar professores, pesquisadores e intelectuais. Coloca ainda que seu produto deve ser associado ao seu produtor, o universitário, que estaria alheio a ele. A questão seria uma produção de qualidade, e não produtos de qualidade.

Rattner (1986, p.115-125) não acredita numa “hierarquia de funções” e afirma que uma posição-chave cabe naturalmente às universidades, onde são desenvolvidas pesquisas básicas e aplicadas e, ao mesmo tempo, preparados os cientistas, técnicos, engenheiros e profissionais, indispensáveis ao funcionamento do sistema nacional de ciência e tecnologia. Atribuir à universidade a função de criar uma capacidade autônoma de pesquisa científico-tecnológica não significa, necessariamente, livrá-la de outra tarefa fundamental – o estudo aprofundado e crítico dos problemas científicos e sociais enfrentados pela sociedade. Posição semelhante à de Chagas Filho (2010, p.14-5) para quem a universidade tem duas finalidades: a formação de quadros que o país necessita, como contribuição parcial que pode dar ao desenvolvimento social; e a pesquisa, para avançar o progresso do conhecimento e para não desprezitar o aluno. A pesquisa é o único mecanismo pelo qual os países emergentes podem se liberar do colonialismo tecnológico, sendo um elemento fundamental de segurança nacional.

Arminda Campos trata do surgimento da universidade como uma forma inédita de organização da cultura e de transmissão de conhecimento, ao final do século XII com a evolução na organização do ensino na cristandade latina medieval, passando das escolas monásticas às escolas urbanas até a reunião dos participantes do ensino em associações e a união das escolas, que resultariam nas universidades. Seus cursos mantiveram o padrão de uma reunião entre o professor e seus alunos, cada qual com sua própria forma de conduzir o ensino. A junção, assim como as corporações de ofício, visava a defender os interesses e prerrogativas sobre a regulamentação do ensino e ao controle de abusos praticados por professores ou alunos. (CAMPOS, 2001, p.13-158)

Campos mostra como surge a autonomia universitária, como resultado de negociações e pequenos avanços após uma série de conflitos, dando como exemplo a Universidade de Paris a partir de 1200, onde se consegue primeiro um reconhecimento explícito, pelo rei, de que professores e estudantes estavam fora da esfera dos poderes civis locais ou reais, sujeitos exclusivamente à jurisdição eclesiástica, e por meio da concessão de prerrogativas aos professores e alunos quanto ao ordenamento do ensino e concessão de graus e licenças, reduzindo progressivamente a autoridade do bispo de Paris sobre o ensino, até o estabelecimento em 1231, por bula papal, dos estatutos que confirmaram a condição da universidade, estabelecendo o autocontrole pela comunidade de ensino sobre cada um de seus integrantes, o que consagrou a autonomia universitária em relação aos poderes eclesiásticos locais e ao poderes seculares, comunais e reais. (CAMPOS, 2001, p.159-60)

Para Campos a universidade se constitui como “morada da filosofia” e não com um lugar; como um ambiente adequado à vivência de uma ética justificada filosoficamente e não como um espaço para o saber teórico. O ensino, apesar de ritualizado com rigidez, tinha um caráter de diálogo e troca de argumentos, a serem aceitos ou contestados. (CAMPOS, 2001, p.248)

Posteriormente, já na passagem do séc. XVIII para o XIX, temos a afirmação de um ensino especializado, técnico-científico, profissionalizante, com a proposta de Wilhelm von Humboldt para a Universidade de Berlim, que buscava orientar-se para a “formação da autonomia ética da pessoa”, influenciado pelo humanismo da filosofia idealista alemã. Segundo Campos:

A universidade pensada por Humboldt deveria ser um espaço institucional para a realização dessa formação humanista geral, com objetivo fundamental de viabilizar uma autoformação ética da pessoa através de uma atividade científica que se compreende a si mesma como filosofia. Em seus planos de estudo prevalece a ideia de excluir da escola todos aqueles conhecimentos que ajudam pouco ou de maneira demasiado específica, por mais necessários que sejam, de abandonar todas as

referências pragmáticas à utilidade imediata do conhecimento de peças idiomáticas híbridas para entender as fórmulas mágicas da ciência e da tecnologia. O importante seria proporcionar ao homem entender-se a si mesmo como racionalidade construtiva, isto é, deve aprender a aprender. (...) O eixo do ensino proposto por Humboldt seria a ciência, que só poderia ser vista no entanto como caminho de autoformação ética. (CAMPOS, 2001, p.249-250)

Finalmente Campos afirma que, na atualidade, onde postos de trabalho, profissões e especializações rapidamente se tornam supérfluos e obsoletos, não há como questionar o ensino rigidamente especializado, quando se pensa no papel a ser desempenhado pelas universidades. A universidade profissionalizante tradicional parece perder sentido para áreas que sofrem rápidas transformações a cada momento. Seria bom retomar o pensamento de modelos universitários “em que o estudo tenha como objetivo não aceitar os fatos como inalteráveis e adaptar-se permanentemente a fatores externos, mas aprender a aprender, aprender a refletir e partilhar ideias e descobertas.” (CAMPOS, 2001, p.251)

Assim, em nosso entender, uma boa síntese da missão da universidade atual é apresentada por Lopes, que busca garantir ensino, pesquisa e extensão em prol da sociedade em que se insere:

A universidade deve servir ao desenvolvimento nacional, deve prestar serviços e buscar integrar-se com os meios de produção, não pode ela transformar-se em apenas um conjunto de instituições de ensino técnico-profissional. (LOPES, 2010, p.55)

Para atender a esses objetivos, Caruso e Troper (2010, p. 418-20) apontam entre as resoluções da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris em 1998, as seguintes características para a universidade do séc. XXI:

- oferecer conteúdo, qualificação e qualidade relevante, relacionados às necessidades contemporâneas e futuras da sociedade, em educação e na capacitação e desenvolvimento de pesquisa;
- dispor de estruturas flexíveis, permitindo o acesso em pontos diversos do sistema, contribuindo para a melhoria da educação em todos os níveis, promovendo a pesquisa e estimulando a promoção cultural;
- garantir a liberdade e a autonomia entendidas como um conjunto de direitos e deveres que supõe assumir responsabilidades e prestar contas à sociedade;
- buscar recursos materiais e financeiros junto a fontes públicas e privadas;
- manter orientações de longo prazo determinadas pela relevância, avaliada conforme a adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que as instituições efetivamente realizam;

- fortalecer a cooperação com o mundo do trabalho; desenvolver habilidades empresariais e de iniciativa, criando nos estudantes a perspectiva de não exatamente encontrar um emprego, mas criá-lo.

Apesar dos tópicos interessantes e de interesses de todos sobre qualidade, acesso e compromisso com a sociedade, as resoluções deixam claro os interesses de “empresarialização” da universidade, ao incentivar a busca de recursos na iniciativa privada e na formação de empreendedores em colaboração com “o mundo do trabalho”.

Esse apanhado, circunstanciado e voltado para os objetivos do presente estudo, mostra o quão díspares e complexas são as finalidades de uma universidade posta pelo mais diversos autores. De qualquer forma, o que quase resta em comum, é de ela ser um "locus" concentrado - infraestrutura e recursos humanos - de produção de conhecimentos incorporando, no fazer e nos seus produtos, todas as contradições das formações sociais concretas. Fica sendo um espaço de contradição e combate, de pugna, ainda que seja preponderantemente hegemoneizada pela classe dominante. O seu presente lado "profissionalizante" é tendenciosamente desenvolvido, no presente, para a viabilização de conhecimentos que tenham incidência fortemente na produção de bens de consumo, mercadorias, e complementarmente de aspectos gerais para viabilizar as estruturas, os bens públicos, a organização dos mais diversos aspectos da sociedade, a fruição de bens, a segurança do consumo, etc. que permitam essa produção e a própria manutenção desse sistema de produção.

3.1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Lobo nos lembra que, apesar de longamente projetada e discutida a criação de uma ou mais Universidades em nosso país, o Brasil foi o último país das Américas a lançar as bases do ensino sob regime universitário:

Naquela época, ao completar-se o século XIX, o Novo Mundo já possuía as seguintes organizações desse gênero: Estados Unidos (78), Canadá (12), México (2), Guatemala (1), Honduras (1), São Domingos (1). Cuba (1), Venezuela (1), Colômbia (4), Perú (2), Bolívia (4), Equador (1), Argentina (2), Uruguai (1), Chile (1) e Paraguai (1). (LOBO, 1969, p.7)

O surgimento da universidade no Brasil obedece a uma dinâmica muito diferente da ocorrida na Europa:

O poder monárquico, para impedir qualquer desenvolvimento autônomo de terra brasileira, fecha suas fronteiras, torna obrigatória a naturalidade portuguesa dos funcionários, monopoliza o comércio e nega a permissão em suas novas terras para a

fábrica, a tipografia, a imprensa e a universidade, pondo assim a Colônia em tão estreita dependência da Metrópole, que ela afinal, de certo modo, se integra - com sua nobreza, o seu clero e o grupo de burocratas e letrados todo ele formado na Metrópole – ao pequeno e poderoso Portugal. (TEIXEIRA, 1989, p.56)

Até os começos do séc. XIX, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos reais colégios dos jesuítas. É difícil caracterizar-se a filosofia da universidade no Brasil como distinta da filosofia portuguesa. A Universidade de Coimbra era a universidade do império português e sua grande força unificadora. A chegada da corte portuguesa ao país em 1808 não muda esse quadro. (TEIXEIRA, 1989, p.65)

Ainda segundo Teixeira (1989, p.67) o longo hábito de somente contar com a Universidade de Coimbra talvez tenha levado a uma atitude de prudência, de julgar o Brasil em condições de manter uma universidade. Cursos profissionais de Medicina, Engenharia, Direito pareciam mais pragmáticos e suscetíveis de serem criados num lugar onde faltariam as bases para a implantação de uma universidade. A criação da solução substitutiva das escolas superiores profissionais isoladas e independentes parece ter criado uma tradição antiuniversitária no Brasil.

No Brasil, somente com a chegada da corte portuguesa, em 1808, foi possível o estabelecimento de uma política educacional de Estado que atendesse as demandas do país. Nesse sentido, no campo dos estudos superiores, foram fundadas as “academias e aulas. Esses cursos eram instituições isoladas, de preocupações profissionalizantes, mas representaram a inauguração do nível superior de ensino no Brasil e teriam surgido de necessidades reais do Brasil (OLIVEIRA, 2005, p.119). Como nos lembra Darcy Ribeiro:

O Brasil não tinha tido uma universidade. Começa pelas grandes escolas. Recorde-se que as dezenas de universidades do mundo hispano-americano foram criadas a partir de 1.550 (...). No Brasil, quem tinha dinheiro para educar o filho em nível superior, mandava-o para Coimbra. Como eram poucos os abastados, em todo o período colonial, apenas conseguimos formar uns 2.800 bacharéis e médicos. Isto significa que, por ocasião da Independência, devia haver, se tanto, uns 2.000 brasileiros com formação superior, aspirando a cargos e mordomias. Havia, por consequência, um vasto lugar para aqueles 15.000 fâmulos reais que caíram sobre o Rio de Janeiro, a Bahia e o Recife, convertendo-se, rapidamente, no setor hegemônico da classe dominante, classe dirigente, do país, logo aquinhoada com sesmarias latifundiárias e vasta escravista. O Brasil cria as suas primeiras escolas depois do desembarque da Corte. E as cria para formar um famulário local. Mas as organiza segundo o modelo napoleônico, federal e não municipalmente. Elas nascem como criações do governo central, estruturadas em escolas superiores autárquicas que não queriam ser aglutinadas em universidades. (RIBEIRO, 1986, p.9)

Alguns cursos tiveram repercussões duradouras no âmbito da educação científica, em áreas como economia, matemática, agricultura, botânica, química, mecânica e desenho.

Também foram importantes instituições como a Escola de Cirurgia da Bahia, a Academia Real dos Guardas-Marinhas (transferida de Portugal para o Rio de Janeiro), e a Real Academia Militar. (OLIVEIRA, 2005, p.125-228)

Com as nossas escolas profissionais isoladas, ficamos com o ensino universitário de tipo profissional, sem sequer o estudo desenvolvido dos clássicos e da história. Não havia nenhuma formação de professores em nível superior, nem para os estudos clássicos e históricos, nem para ciência. Como consequência, a cultura humanística sobreviveu apenas devido aos esforços autodidáticos, perdendo qualquer caráter de disciplina ou séria formação intelectual e sobrevivendo a cultura científica experimental como pura cultura profissional de ciência aplicada. Um efeito dessa situação foi o “acidente” da influência positivista no Brasil, que funciona como uma ilustração dos perigos do autodidatismo, com a tentativa de inserção do pensamento de um filósofo numa cultura em que esse pensamento não era objeto do estudo. Não se pode negar a influência de Comte no pensamento moderno, de que ele é um dos grandes formuladores, mas nenhuma Nação europeia tomou suas ideias como opostas à universidade: tratava-se de reformar a universidade e não de suprimi-la. (TEIXEIRA, 1989, p.94-98)

Na década de 1880 foram fortes as reações de expoentes do positivismo brasileiro, como Miguel Lemos, Raimundo Teixeira Mendes e Luiz Pereira Barreto contra a criação de universidades no Brasil. Miguel Lemos afirma que a universidade só teria como resultado dar maior intensidade às deploráveis pretensões pedantocráticas da burguesia, cujos filhos abandonam profissões úteis e honrosas, na busca de um diploma qualquer. Os positivistas pensam em uma universidade dominada pela escolástica e pela ortodoxia religiosa, manietada pelo Estado e sem liberdade acadêmica. Ignorando em suas críticas a revolução universitária do século XIX na Alemanha de Humboldt, firmam uma posição considerada antiprogressista. (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007, p.1786-7)

Segundo ALMEIDA (2010, p.263-5), comentando a questão do positivismo, o modelo pombalino herdado do Império preconizava uma universidade dando preferência ao ensino superior em estabelecimentos isolados e voltados para a ciência aplicada. Para os positivistas, a universidade era um atentado à liberdade espiritual e não correspondia a nenhuma necessidade real do Brasil, onde bastariam as escolas profissionais. Entretanto, no início do séc. XX, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, surge uma reação intelectual ao positivismo, com uma nova visão a respeito da natureza da atividade de pesquisa e da organização da vida universitária.

Ainda segundo Teixeira (1989, p.99-104), com a Independência, a cultura passou a ser uma cultura pelo contato com produtos da cultura estrangeira, sem vivência dos métodos ou prática da elaboração desses produtos. Ficou, por conseguinte, mais remoto e menos integrante o processo cultural brasileiro, acentuando-se seu aspecto alienante. O pensamento liberal republicano marcado pela ideia de que a educação competia à sociedade e ao indivíduo, e não ao Estado, reduz a função pública no campo da cultura a regular e promover a atividade privada, reforçando-se assim a tradição, nascida ao tempo do Império, dos colégios e escolas particulares.

Não é possível deixar de reconhecer o quanto a falta de real experiência da universidade ao tempo da Colônia, salvo as tentativas dos jesuítas antes de Pombal, tornou difícil ao país vir a conceituar com precisão a ideia de universidade como instrumento de incorporação de sua cultura nacional e instituição de seu desenvolvimento e controle. (TEIXEIRA, 1989, p.92)

Na década de 1910, o então ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Correia, realiza alterações no sistema de ensino, implantando o sistema de ingresso por vestibular nas instituições públicas de ensino superior e liberalizando o ensino dos estabelecimentos particulares, o que causou uma distorção no sistema:

A Lei Rivadávia viria a introduzir um verdadeiro caos no ensino brasileiro. Ela possibilitou o aparecimento das formas mais ignóbeis de exploração comercial em nome do ensino. Uma delas a Universidade Escolar Internacional, do Rio de Janeiro, que, depois de um curso de direito, medicina ou engenharia por correspondência, vendia diplomas de bacharel ou doutor a 60 mil-réis a unidade. Do mesmo feito havia a Superior Universidade do Estado de São Paulo, que outorgava títulos de doutorado de estado e de doutorado por correspondência. (BARRETO, FILGUEIRAS, 2007, p.1788)

Também datam deste período a implantação da Escola Universitária Livre de Manaus, em 1909, que em 1923 tem seu nome alterado para Universidade de Manaus, em 1913, e a Universidade do Paraná, em 1912, ambas de caráter privado e que não prosperaram. Ocorreu que, em 1915, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, ministro da Justiça do governo Wenceslau Braz, implantou uma ampla reformulação do sistema de ensino, abolindo a ampla liberdade imposta pela Lei Rivadávia, inviabilizando a manutenção do quadro no sistema de ensino. Assim, a escola paranaense encerrou suas atividades em 1915 e a manauara em 1926 (TUFFANI, 2009, p.64-5). Nem estas, nem as citadas anteriormente por Barreto e Filgueiras são consideradas relevantes quando se trata da história e das origens da universidade no Brasil.

Com a Assembleia Constituinte de 1823, foi debatida a necessidade da criação de cursos jurídicos para formar o quadro de dirigentes na Nação (MIALHE, 2009, p.32).

Segundo Ribeiro:

A escola superior foi estruturada no Brasil segundo uma orientação napoleônica. Como os franceses, criamos uma universidade que não era universidade, mas um conglomerado de escolas autárquicas. Napoleão precisou fazer isto, talvez, para liquidar a vetustez da universidade medieval, porque ela estava dominada, contaminada, impregnada da teologia de então. Era preciso romper aquele quadro medieval para progredir. Para isto, a burguesia criou as grandes escolas nacionais, formadoras de profissionais, advogados, médicos, engenheiros, assépticos de qualquer teologismo. (RIBEIRO, 1986, p.8)

Neste período, a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 16 de outubro de 1924, lutava por uma universidade onde se objetivasse o desenvolvimento da ciência e não o conhecimento puramente utilitário como era então (ALMEIDA, 2010, p.266). Mas, a característica dominante da universidade brasileira foi, grosso modo, a de unidades isoladas, voltadas para o magistério, quase sempre a partir de um ensino livresco e desatualizado. Após 1930, foram aglutinadas em unidades maiores, por medidas burocráticas formando, mais ou menos artificialmente, universidades¹². Da reforma da Constituição, em 1930, resultou a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ)¹³, pela aglutinação de unidades isoladas, num modelo burocrático e centralizado voltado para formação de quadros profissionais para o desenvolvimento. (MARQUES, 2010, p.322-4)

Fávero acredita que o governo gestou, durante a década de 1930, seu próprio projeto universitário, articulando medidas: desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1935, pela Institucionalização da Universidade do Brasil, em 1937, até chegar à criação da Faculdade Nacional de Filosofia em 1939. (FÁVERO, 1989, p.14)

Ainda assim a universidade desempenhou suas funções nas únicas condições objetivas que lhe eram então oferecidas, procriando as gerações componentes das classes econômicas e culturalmente dominantes, moldando-lhes o raciocínio e provendo-as dos parques

¹² Embora a criação de universidades só tenha se efetivado nas primeiras décadas de 1900, vale citar a afirmação de BARRETO e FILGUEIRAS (2007) de que “dizer que a universidade surgiu no Brasil no início do século XX é uma meia verdade”. As universidades brasileiras foram precedidas por escolas profissionais e, segundo Filgueiras, no resto do mundo se considera a data de fundação de uma universidade como a data de início das atividades acadêmicas de algum segmento da universidade atual que não tenha sofrido descontinuidade no tempo. Assim, ele afirma que, por esta forma de contagem, a UFRJ teria sido fundada em 1792, data de início das atividades de ensino superior no Brasil, sem interrupção, com a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, primeiro núcleo do que viria a constituir a atual UFRJ.

¹³ A questão da criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920 será discutida no capítulo 5, dedicado especificamente a atual UFRJ.

conhecimentos então exigidos para o sucesso social (PINTO, 1986, p.14). Lopes detalha seu surgimento:

Só a partir de 1930, com a ruptura da predominância do sistema de exportação do café na economia, e o início da construção de um parque industrial, surgiu o primeiro esboço de uma política educacional e científica. No Rio de Janeiro, em 1920, foram reunidas as Faculdades de Medicina, de Direito e de Engenharia numa Universidade; em Minas Gerais, fusão análoga ocorreu em 1927. Em 1934, com a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, foi instituída a moderna Universidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1935, com o modelo de criação da Faculdade de Ciências, do Instituto de Belas Artes, da Escola de Educação, da Faculdade de Economia, da Faculdade de Filosofia e Letras, Anísio Teixeira fundou a UDF, que se transformaria poucos anos depois na Faculdade Nacional de Filosofia. (LOPES, 2005, p.8)

A Universidade do Distrito Federal (UDF) não prosperou fundamentalmente por problemas políticos desde sua fundação:

Nesse primeiro ano letivo a instituição passou por verdadeira prova de fogo. Além da novidade dos cursos e do imperativo de recorrer à Universidade do Rio de Janeiro, em especial no que respeita aos laboratórios, viu-se frontalmente atingida pela situação política do país. Em novembro os comunistas ensaiam um golpe de Estado e o governo marcha para o endurecimento. É decretada intervenção no Distrito Federal, sendo Anísio Teixeira, idealizados e animador da Universidade, afastado da Secretaria de Educação. Descrentes das possibilidades do projeto, diversos professores abandonam a UDF. (PAIM, 1981, p.72-3)

A oposição política ao projeto e ideais da UDF se tornou insuperável após a implantação do Estado Novo em 1937 e mantiveram Anísio Teixeira afastado da vida pública até 1947:

Ao assumir, em 1931, a direção da Instrução Pública na antiga capital do país, Anísio Teixeira não só dá continuidade às reformas iniciadas por seu antecessor, Fernando de Azevedo, mas as diversifica, instituindo, em novas bases, um sistema educacional integral, marcado pela renovação e ousadia, com a criação da Universidade do Distrito Federal – UDF em 1935, que pretendia tornar-se um centro de investigação e divulgação da cultura nacional. Mas oponentes de Anísio Teixeira se situam em segmentos influentes da classe dominante e seu projeto para a UDF é um ente natimorto, pois desafia em muito a capacidade de ser assimilado pela maior porção do grupo detentor da hegemonia político-social e econômica de sua época. (...) Fala-se na literatura, sobretudo na oficial, da incorporação dos cursos da UDF pela Universidade do Brasil. Na verdade, a UDF é extinta – seu desmantelamento se verifica ao serem seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil em 1939, a fim de garantir pelo “caminho mais simples, mais certo e mais econômico” que a Universidade do Brasil institua os cursos ministrados pelo UDF, que seriam essenciais a qualquer universidade de acordo com o Ministro da Educação e Saúde na data, Gustavo Capanema. (...) Apenas dois meses após a extinção da UDF, processa-se a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1939, cuja organização definitiva se dá em 1939, quando passa a ser denominada Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi. (FÁVERO, 1989, p.21-9)

A introdução da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha em vista o estudo especializado, em nível superior, desses campos de cultura desinteressada e não propriamente profissional. Viria a substituir o autodidatismo antes reinante nesses estudos. As primeiras

escolas do tipo, no Rio a UDF e em São Paulo a Universidade de São Paulo (USP) trouxeram da Europa missões de professores estrangeiros para implantá-las. Representavam real acréscimo ao ensino superior então existente no país e tinham o propósito de se fazerem as escolas centrais da universidade, ministrando os cursos básicos propedêuticos aos cursos das escolas propriamente profissionais de medicina, direito e engenharia e, depois, à especialização literária, científica e filosófica. (TEIXEIRA, 1989, p.106)

Passamos então para o pós-guerra e o projeto desenvolvimentista dos anos 1950. Para Lopes:

Depois da Segunda Guerra Mundial, realizou-se no Brasil um apreciável esforço de industrialização. De 1949 a 1959, a produção industrial do país triplicou e ganhou profundidade em indústrias de base. Em 1951, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, cientistas puderam obter auxílio e complementação de salário, de modo a poderem dedicar-se ao trabalho científico em apenas uma instituição e pela primeira vez universidades e institutos científicos brasileiros puderam obter recursos para programas específicos de pesquisa, ao mesmo tempo em que iniciou-se um pequeno programa de bolsas para aperfeiçoamento no país e no exterior enquanto algumas novas escolas de engenharia eram criadas. (LOPES, 1998, p.134)

Também Araújo (2010, p.238) acredita que a universidade, principalmente a engenharia, acompanhou de perto a economia e o projeto desenvolvimentista, que teria tido com grande motor a Petrobras, ao impulsionar a modernização do ensino politécnico superior, dado seus desafios de exploração e refino.

Temos então, em 1962, a implantação da Fundação Ford no Brasil. Segundo Bradford Smith, representante da Fundação no país entre 1992 e 1996, a Fundação Ford trabalha no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 com o compromisso de manter viva as raízes da democracia. Mas, no clima político acirrado pela Guerra Fria no início da década de 1960, o anticomunismo não podia deixar de ser uma das motivações centrais na decisão da Fundação de estender suas atividades na Aliança para o Progresso¹⁴ para a América Latina, onde altas taxas de inflação poderiam estar criando um terreno fértil para a atividade comunista, sobretudo nas partes mais pobres dos países da região. Entretanto, enfrentava dilemas concretos, pois tratava-se de uma fundação privada instada a operar numa direção doutrinária idêntica à da política externa norte-americana, mas, ao mesmo tempo, orientada por objetivos de política cultural, como a expansão da capacidade institucional dos sistemas de produção científica, acadêmica e intelectual dos países atendidos. (MICELI, 1993, p.13-39)

Ainda segundo Miceli (1993, p.49-55), não resta dúvida de que muitas das contradições com os interesses do governo norte-americano foram motivadas pelo êxito

¹⁴ Programa norte-americano, efetuado entre 1961 e 1970, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico através da colaboração financeira e técnica, a fim de impedir a conversão de países da região aos ideais comunistas.

alcançado pela política de capacitação institucional implementada pela Fundação Ford e que, no limite, tendia a “autonomizar” os clientes dando-lhes espaço de manobra nos cenários doméstico e externo. Entretanto, durante muito tempo existiu o clima generalizado de suspeição de se trabalhar “comprometido” com recursos de um órgão de fomento que representava os interesses metropolitanos.

Com o governo militar, a partir de 1964, a universidade passa por um período de dificuldade, mas de alta dubiedade. Se por um lado, abriram-se nas universidades e institutos de pesquisa inquéritos policial-militares, submetendo professores, pesquisadores e intelectuais a uma perseguição política de extensão e profundidades inéditas no país numa situação que agravou-se até 1969, com o afastamento e o êxodo de inúmeros cientistas, por outro lado, segundo Lopes, para contrabalançar e fazer esquecer a repercussão desses atos, através de uma reforma universitária em 1968, criaram-se novas universidades, abriram-se novas vagas para admissão nas universidades, e foram distribuídas – na década de 1970 – verbas para pesquisa e para a universidade. (LOPES, 1998, p.224)

Ao mesmo tempo em que ocupavam o epicentro da resistência ao regime iniciado em 1964, as universidades tiveram um papel central no projeto dos governos. A contradição exposta nas universidades é a faceta acadêmica ao que, na economia, convencionou-se chamar de modernização autoritária, ao se lembrar que governos militares foram duros e conservadores na política, liberais e modernizadores na economia. Foi um regime destrutivo e construtivo ao mesmo tempo, pois criou assessorias de segurança e informação dentro dos campi, para triagens nas contratações, concessões de bolsa, autorizações para estágios no exterior, impôs uma “cassação branca” a muitos professores que se opunham àquele estado de coisas, mas também criou uma política de investimentos na formação local de mão de obra e em pesquisa autônoma, além de um impulso modernizante nas instituições, adaptando-as ao modelo dos Estados Unidos. O governo, para fazer a economia crescer rapidamente, sabia que as universidades eram indispensáveis. E também, investir nas universidades era uma resposta às crescentes demandas da juventude nos anos 60, de forma a “amansar” movimento estudantil.

Desde o início do governo militar e sacramentada pela reforma de 1968, correu um processo de “americanização” parcial das universidades brasileiras, para que fosse criada uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo. Daí o papel central conferido às agências do governo americano, como a *United States Agency for International Development* (USAID), e também a instituições privadas, como as fundações

Ford e Rockefeller na modernização das instituições educacionais brasileiras. (MOTTA, 2014, passim)

Rompida com o pensamento brasileiro e com substancial parte da liderança acadêmica e científica alijada de seus postos pela aposentadoria compulsória, a reforma universitária de 1968 abandonou qualquer ideal de integração entre o setor de ciência e o de artes e humanidades. Mas os governos militares foram, de outro lado, os executores de um programa de modernização que reorganizou todo o sistema de ensino e pesquisa, dando-lhe a forma que permanece até hoje. A pós-graduação teve tratamento especial, com a instalação dos primeiros cursos, iniciando com as ciências, particularmente a física (MARQUES, 2010, p.333). Para Teixeira, a real necessidade é a de criar uma nova escola, a escola pós-graduada para estudos profundos e avançados, destinados à produção do conhecimento e do saber, o qual irá ser ensinado na própria universidade em seus níveis de pré-graduação:

A reforma universitária reflete dois problemas nascidos da expansão universitária por aglomeração de escolas isoladas e da necessidade da escola de pós-graduação de pesquisas e estudos avançados. O primeiro é o da integração dessas unidades isoladas para melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais. O segundo, mais importante, é tornar a universidade capaz de cumprir sua missão de pesquisa, de estudos profundos e avançados, pelos quais possa construir a cultura brasileira e fazer marchar o conhecimento humano, missão que não tinha nem podia ter com suas escolas de tempo parcial e professores de tempo parcial e sem outro preparo que o autodidático logrou fazer-se escola de saber experimental. (TEIXEIRA, 1989, p.109)

A dubiedade da reforma universitária de 1968 também é expressa por Bueno. Para ela, a reforma:

instituiu um modelo único organizacional para as universidades públicas e privadas, assegurando sua autonomia didático-científica, administrativa e financeira, representando um avanço para o ensino superior no Brasil, por um lado. Por outro lado, a reforma de 1968 atendeu a importantes interesses do regime militar vigente: controle político das universidades públicas e formação de mão de obra qualificada para economia. Também houve maior controle e até anulação do movimento estudantil. (BUENO, 2014, p.5)

Na segunda metade da década de 1960, foi criado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) o Fundo Tecnológico (FUNTEC), com a finalidade de suportar a fundo perdido as pesquisas na área de pós-graduação, superando o sucateamento ocorrido com a crise que sucedera o governo Kubitschek. Os governos militares também foram responsáveis por medidas complementares de grande significado para o desenvolvimento científico e tecnológico como o retorno de grandes contingentes de pessoal qualificado que se encontrava no exterior e a incorporação ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de institutos de pesquisas que não encontravam formas satisfatórias de sobrevivência na nova conjuntura (MARQUES, 2010,

p.334-5). Para Cunha (1998, p.65) as agências governamentais de fomento tiveram um importante papel na concentração de recursos e na indução direta de programas de pós-graduação e pesquisa. Os recursos eram transferidos para os programas, sem que as reitorias pudessem interferir em sua destinação. As bolsas de estudo, importante atrativo para o recrutamento de bons estudantes, eram alocados aos programas diretamente, as reitorias funcionando como meras repassadoras.

Assim, para Velloso (1998, p.21-2), a despeito dos constrangimentos sofridos durante a ditadura militar, no período 1964/85, as instituições brasileiras de ensino superior beneficiaram-se de políticas modernizadoras e de financiamento generoso, resultado da aliança tácita entre as elites militares e as elites acadêmicas. Dessa forma, o Brasil pôde desenvolver programas de pós-graduação, nos anos 70, principalmente em universidades federais, mediante indução financeira e normatização do governo federal.

Mas certamente foram tempos difíceis. Em sua introdução a coletânea de textos de Max Weber *Sobre a universidade* (WEBER, 1989, p.7), Mauricio Tragtenberg compara o momento do autor com o da universidade brasileira do final do século XX e afirma: “Se houve instituição que no período da ditadura militar sofreu arranhões profundos em sua dignidade acadêmica, foi a universidade brasileira (...) a delação se constituiu para muitos em estratégias de ascensão universitária”. E conclui: “O resultado foi a proliferação de faculdades isoladas pelo país, sem tradição de pesquisa, onde democratização do ensino converteu-se em sinônimo de ensino pago”.

Com o passar do tempo, viu-se que o modelo de desenvolvimento pensado pelo governo não funcionou como o esperado:

A associação mais estreita entre a universidade e o setor estatal – grande comprador e investidor empresarial – não tem produzido os resultados esperados. As empresas estatais, presas a uma organização burocrática onipresente a uma estrutura política complexa, ainda que instável, não têm revelado habilidade e capacidade suficientes para absorver e aplicar os conhecimentos científicos-tecnológicos produzidos pelas universidades. As dificuldades resultantes das contradições iminentes ao pensamento tecnocrático, pretensamente neutro e isento de ideologia, deve-se acrescentar a impossibilidade concreta de estabelecer uma separação nítida, entre os atos técnicos e políticos. (RATTNER, 1986, p.126)

Dalmo Dallari (ANDES, 1984, p.125-134), ao analisar o projeto de 1982 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) para reforma das instituições de ensino superior, afirma que a universidade continua sendo tratada como um mal necessário pelo governo brasileiro, com a menor participação possível no orçamento da União, garantindo apenas sua sobrevivência, de forma a que tentem obter recursos por meios próprios, especialmente pela venda de serviços, como se fossem

empresas lucrativas, abandonando os estudos e projetos que não proporcionem vantagens financeiras imediatas, em prol de possíveis novas perspectivas de envolvimento da universidade com a comunidade e de desenvolvimento pessoal de professores e técnicos. Em seguida, convergente com as críticas que começam a surgir, o MEC lançou o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), em junho de 1983. Entretanto, o programa foi desativado no ano seguinte devido a disputas internas ao próprio MEC. (VELLOSO, 1998, p.54)

A Comissão Nacional de Reformulação de Educação Superior, criada em 1985, buscou oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira por acreditar que o Estado não poderia contar com a iniciativa privada para financiar os setores mais significativos da pesquisa universitária e do ensino superior, devendo ao contrário, aumentar progressivamente sua contribuição. A comissão afirma, contrariando a reforma de 1968, que é preciso reconhecer a diversidade e pluralidade do ensino superior, o que não significa aceitar o ensino de má qualidade, e sim entender que as instituições de ensino superior podem ter objetivos, vocações e especializações distintas, e cada qual primar naquilo que faz. Para a comissão, autonomia universitária significa liberdade para que as universidades decidam internamente sobre as pesquisas que realizam, os currículos de seus cursos, seus sistemas administrativos e organizacionais e a gestão de seus recursos. Ela requer uma contrapartida bem definida em termos de desempenho, pois não pode haver autonomia sem contrapartida de responsabilidade. (LOPES, 2010, p.91-3)

Como diz Pinto (1986, p.15), é preciso transformar a universidade em sua essência, fazê-la deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de uma nova consciência, interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta por outra, humana e livre. A reforma universitária necessita criar, com plena liberdade, sua cultura própria, não tem primordialmente finalidade pedagógica, mas sim uma finalidade política.

Na década de 1990 começa mais fortemente a tendência de substituir o Estado como o principal financiador, com a imposição da visão do imediatismo na produção de conhecimento na universidade:

As políticas de governo convergem com (ou orientam-se pelas) recomendações do Banco Mundial para o ensino superior: entre elas, a melhoria da relação custo/efetividade das instituições públicas e/ou redução dos gastos públicos com o ensino superior; a transferência das universidades da órbita do Estado para o mercado, as quais financiaram parte de seus gastos mediante a cobrança de anuidades e/ou sistemas de bolsas restituíveis; a avaliação das instituições, adotando-se os mesmos critérios para as públicas e as privadas; a desregulamentação das instituições públicas e do mercado de trabalho; a prioridade para o

financiamento público de instituições privadas em detrimento da expansão ou criação de novas instituições públicas. (VELLOSO, 1998, p.23)

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB), de 1996, e decretos posteriores autorizaram entidades mantenedoras de instituições de ensino superior a assumirem a forma de sociedades mercantis, com fins lucrativos. Como resultado dessas políticas, o movimento de expansão do ensino superior privado no Brasil, ocorrido a partir de 1990, foi extremamente acelerado. Em 2013, existiam 2.081 organizações desse tipo no país. Entretanto, a quantidade não se reverte necessariamente em qualidade, não correspondendo as necessidades de ensino e pesquisa do país. (PRIMI, 2014, p.12-15)

Com a mudança de governo em 2003, teve início uma nova proposta de alteração da política educacional, que culminou, em 2007, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constituído por um conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias, e com o segundo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020¹⁵. As propostas envolviam um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente as universidades federais, o encorajamento da educação a distância, e questões de garantia da autonomia universitária, principalmente financeira. Surgiram então diversas ações e políticas: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Programa Universidade para Todos (PROUNI), de concessão de bolsas de estudo em universidades particulares; Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), de avaliação das instituições; Lei de Inovação Tecnológica, de incentivo a pesquisa científica e tecnológica, entre outras.

Essas alterações, ora vigentes, são motivo de extensa controvérsia: Almeida Filho (2010) considera a implantação das propostas um sucesso, permitindo a recuperação física das universidades federais, a contratação de funcionários e professores, e o expressivo aumento de matrículas com democratização de acesso pela adoção de cotas e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além da criação de novos cursos. Tomaz Junior (2014, p.16) comemora um momento de expansão e avanços do ensino superior, com mais de 1,9 milhão de matrículas na rede pública e 100 mil bolsas no programa Ciência Sem Fronteiras e defende as metas usadas do PNE de aumento de 50% no número total de matrículas e a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Por outro lado, existem severas críticas ao projeto, como as expostas pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), de que todo o processo se trata apenas

¹⁵ O primeiro PNE 2001-2010 foi criado em 1996 no conjunto de criação da LDB.

de uma continuação de uma política neo-liberal vinda do governo anterior, que tem como base a redução da participação do Estado no financiamento das universidades, incentivando a “mercadorização” do ensino e sua conseqüente precarização. (ANDES, 2007). Existem também fortes críticas ao incentivo do ensino à distância, que nada mais seria do que ceder às pressões da Organização Mundial do Comércio – OMC para abertura do mercado de educação às multinacionais e governos que exportam tais serviços para os chamados “mercados emergentes de serviços”. Outro problema estaria disfarçado na proposta de autonomia universitária, pois daria autonomia financeira e não autonomia de gestão financeira, o que na prática, obrigaria as universidades a captarem recursos no mercado, liberando as obrigações de financiamento do Estado. Existem críticas também a Lei de Inovação, que transformaria professores em empreendedores e instalações universitárias em laboratórios de empresas. (OTRANTO, 2006, p.21)

O problema da universidade brasileira hoje é a crise de crescimento, diz o ex-reitor da UFRJ, Adolpho Polillo. Ela tem que crescer, mas a questão também é como crescer. Fazer o diagnóstico é fácil, curar é que é difícil. É uma crise que envolve quantidade, mas, sobretudo qualidade. Não interessa formar um grande número de profissionais sem qualidade. Esse é um problema que a universidade enfrenta e vai demorar um tempo para resolvê-lo. Desde 1928, há um diagnóstico feito por Miguel Couto, da nossa universidade, dando conta de que o único problema brasileiro é o da Educação. (BALDEZ, 2009, p.14)

A universidade brasileira, tardia e formada de maneira fragmentada, ambientada num espaço social dominado econômica e culturalmente por uma hegemonia externa, sofre ainda mais intensamente com as contradições e crises que surgem como inerentes ao ensino universitário, ao aceitar modelos de desenvolvimento propostos de fora, e que não são os mais adequados às nossas necessidades de desenvolvimento. A seguir veremos como se desenvolvem as relações entre as universidades e o capital, base da relação do domínio econômico.

4 UNIVERSIDADE, EMPRESA E CAPITAL

A partir do momento em que a universidade se definiu com uma instituição voltada para o ensino e pesquisa e formação de mão de obra, e com o avanço do capitalismo como modelo econômico dominante, as relações entre o capital financiador, e as empresas detentoras desse capital, demandantes de tecnologia e mão de obra se estreitaram.

Segundo Peter Drucker (apud PRADO, 2003, p.1) o centro de gravidade da sociedade pós-capitalista, o recurso econômico básico – “os meios de produção” – não é mais o capital, nem os recursos, nem a “mão-de-obra”. Ele é o conhecimento. Hoje o valor é criado pela “produtividade” e pela “inovação”, que são aplicações dos conhecimentos ao trabalho.

A ciência e a tecnologia também podem assumir a condição de formas do capital e que, quando isto acontece é também engendradora uma nova forma de subordinação do trabalho. Essa emergência foi prevista por Marx como o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor e depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção. (PRADO, 2003, p.1)

Entretanto, o mercado não seria uma representação autêntica da sociedade, já que se relaciona com ela apenas pelo viés da organização econômica. Apesar disso, prevaleceria a ideia de que a vida gira em torno do mercado e, assim, a sociedade e o social se reduzem à funcionalidade, com a universidade se inserindo neste contexto, que não favorece a singularidade ou a diferença, e sim a massificação dos indivíduos que, embora isolados, ainda assim formam uma totalidade homogênea. (SILVA, 5 set. 2013)

Para o ex-reitor da USP, Prof. Jacques Marcovitch (1997-2001) (apud PRADO, 2000), "a universidade e a empresa são regidas por valores absolutamente próprios e distintos. São diferentes os seus ciclos de tempo, os seus objetivos e as suas motivações. No entanto, é necessário que haja complementaridade entre elas, em proveito do todo social". Podemos entender então que a universidade e o sistema econômico, ou seja, as empresas e os mercados propriamente ditos são realidades que não se confundem e que só podem manter relações de exterioridade entre si.

Tanto os saberes propriamente acadêmicos como as mercadorias são produções sociais que satisfazem necessidades humanas e ambos dependem para serem gerados dos esforços combinados de indivíduos organizados coletivamente, mas Prado aponta uma diferença singular:

Ora, o que caracteriza sobretudo as mercadorias é que elas são produzidas intencionalmente para o mercado, para virem a ser transacionadas de modo eventual por outras mercadorias ou mais geralmente pelo dinheiro. Elas são constituídas por

bens privados, os quais são excludentes e disputáveis. Excludentes porque sua aquisição por uns restringe a possibilidade de aquisição por outros e disputáveis porque sua fruição por alguém reduz a possibilidade de fruição por outrem. A produção de mercadoria pressupõe, pois, a propriedade privada. PRADO (2000)

A universidade ainda é o lugar onde são gerados os conhecimentos, a ciência e a cultura, necessários para o desenvolvimento social como um todo, mesmo com a geração de tecnologias por parte das próprias empresas capitalistas se tornando cada vez mais importante. (PRADO, 2003, p.2)

Os saberes gerados na universidade são intrinsecamente bens públicos de natureza simbólica que, uma vez produzidos, deveriam estar disponíveis para todos e cuja fruição por uns nunca deveria diminuir a possibilidade de fruição por outros. Entretanto, Prado afirma que a manutenção da exterioridade entre a universidade e o mercado é uma questão altamente problemática:

Porque estes saberes têm de ser transmitidos à sociedade sob várias formas, e estas podem envolver algum grau de privatização. Artigos e ensaios são transformados em publicações, conteúdos de revistas e livros, as quais podem ser objeto de propriedade privada. Os cursos e certos serviços gerados na universidade, como bem se sabe, também podem ser transformados em mercadorias. Os saberes podem ser concebidos como conteúdos especializados ou podem ter sido arranjados para atender clientela exclusiva, passando a serem cobrados. (PRADO, 2000)

O conceito dos *Science Research Parks* (Parques Tecnológicos) nasceu na década de 30 do século XX. Pesquisadores da Universidade de Stanford, na Califórnia, sentiram a necessidade de implantar, no mesmo espaço do ambiente acadêmico, empresas que promovessem a inovação tecnológica. Deste processo, surgiu, em 1951, o *Silicon Valley*. Hoje, os chamados parques tecnológicos já são mais de dois mil em todo o mundo e seguem o mesmo conceito: promover inovação científica e tecnológica aliando o conhecimento acadêmico à *expertise* das grandes corporações. (BARRETO, 2009, p.10)

Dos anos 1950 aos 1970 as universidades tiveram um grau elevado de autonomia institucional e desempenharam um papel democratizante, o de ser um bem público para melhorar o público, afirmam Schugurensky e Naidorf (2004, p.1016); no final dos anos 1970, o contrato social dos Estados começou a entrar em crise, e as políticas neoliberais implementadas nos EUA e Inglaterra marcaram o início de uma nova era global, com uma ideologia explicitamente favorável ao mercado. Surgiu a crença neoliberal na superioridade das dinâmicas do mercado sobre a autonomia acadêmica, que passou a ser considerada irrelevante e centrada em si mesma.

A partir das últimas décadas do séc. XX a realização de parcerias com o setor privado por parte das universidades foi vista como meio de obtenção de recursos para pesquisa e

investimentos em infraestrutura, com restrições financeiras dos repasses de dinheiro às universidades na Europa, já na década de 1970, e repetido na América Latina, na década de 1980, como resultado de ajustes estruturais e cortes de gastos públicos (ALVAREZ; KANNEBLEY JÚNIOR; CAROLO, 2013, p.173)

A universidade se tornou um lugar de disputa entre os interesses particulares capitalistas e os interesses universais do desenvolvimento humano e social. A universidade produz – e isto é verdade pelo menos no último século – recursos científicos e tecnológicos, informação, conhecimento codificado pela linguagem, força de trabalho capacitada, os quais são cruciais para a produção. Agora, e de modo predominante, eles têm de ser gerados como bens privados ou como bens que podem ser controlados e apropriados privadamente pela empresa capitalista. Pois, a privatização do conhecimento tornou-se uma condição para a obtenção de lucros. (PRADO, 2003, p.2)

Dessa forma, ainda segundo Schugurensky e Naidorf (2004, p.999), as mudanças que levaram a uma transformação na cultura acadêmica surgem num contexto de disputas e negociações constantes entre as pressões externas e as escolhas éticas e intelectuais dos pesquisadores acadêmicos. Essas alterações foram devidas às crescentes pressões para tornar os orçamentos “autossustentáveis”, tornando uma cultura que era indiferente e até contrária ao estabelecimento de vínculos mais estreitos com a empresa, propensa a aceitar esses vínculos como uma realidade inevitável e muitas vezes até desejável.

Segundo Bauman (apud WRIGHT, 1999, p.65), o mercado não é tanto uma interação de barganha de forças competidoras quanto pressões de demandas manipuladas, artificialmente criadas, e desejo de lucrar rápido. As quase soberanias, as divisões territoriais e a segregação de identidades promovidas e transformadas num *must* pela globalização de mercados e da informação não refletem uma diversidade de parceiros iguais. No campo da pesquisa universitária, como apontam Alvarez, Kannebley Júnior e Carolo:

Há um conflito entre a necessidade do *livre debate* dos resultados da pesquisa na área acadêmica e o *sigilo* das descobertas no campo empresarial, além de um possível desvio da pesquisa básica em direção à aplicada. Ademais, pesquisadores envolvidos na cooperação com o setor privado poderiam ter sua produtividade acadêmica reduzida caso a pesquisa aplicada não implique aumento do estoque de conhecimento científico do pesquisador. Dito de outra forma, a interação universidade-empresa diminuiria a probabilidade de publicação do cientista *caso* a pesquisa aplicada não mantivesse forte relação com o desenvolvimento científico da área. (ALVAREZ; KANNEBLEY JÚNIOR; CAROLO, 2013, p.173)

Mas a universidade não produz apenas recursos para a produção, produz também cultura científica, artística e histórica, algo livre flutuante na sociedade, que não gera lucros para os capitalistas. Mais do que isso, ela origina a crítica social e política que, eventualmente,

contraria os interesses dos detentores de poder, sejam eles econômicos, sociais ou políticos. Ora, tal produção que é fonte de cidadania e eticidade, por um lado, compete com a produção economicamente rentável pelo emprego das competências intelectuais e dos recursos materiais existentes na universidade, passando então a ser enxergada como empecilho para uma preponderância material e ideológica dos interesses capitalistas, situação agravada quando a economia capitalista passa a estar fundada no conhecimento científico e tecnológico. (PRADO, 2003, p.2)

Não convém aos poderes constituídos que os indivíduos recebam formação crítica que os levem a contrastar os elementos fundamentais da situação vigente, pois o que se precisa é de indivíduos conformados, controlados e bem treinados, e não de cidadãos bem formados. Nesse contexto a ética é apresentada não como forma de questionamento e autorreflexão, mas como normas a serem seguidas, como preocupações jurídicas acerca de comportamentos legais ou ilegais, uma técnica de decisão de aplicação prática. (SILVA, 7 set. 2013)

Nesse ponto, Silva faz ainda uma consideração, ao apontar que o fato de o governo dos Estados Unidos ter reduzido em muito maior medida as verbas federais para artes e ciências humanas do que para as ciências exatas durante a crise econômica de 2008, não apresenta nada de surpreendente ou inesperado:

É preciso dizer que o privilégio das ciências exatas, naturais e da tecnologia não se deve a qualquer interesse científico, mas à necessidade de manter e alimentar estudos e pesquisas direta ou indiretamente ligadas às áreas militares e que sejam valorizados pela indústria bélica, cliente e fornecedor em grande escala e mola mestra do progresso técnico. As consequências desse processo são aquelas que já nos acostumamos a notar: um país que se dedica a impor pela força seus interesses não pode ver com bons olhos a formação humanística. (SILVA, 7 set. 2013)

Assim, a liberdade acadêmica é vista como um obstáculo à empresarialização da universidade e à responsabilização da universidade ante as empresas que pretendem os seus serviços (SANTOS, 2004, p.32), nem sempre voltados aos interesses nacionais ou preocupados com o trabalho universitário que não seja ligado à tecnologia aplicada.

A universidade praticamente já perdeu seu caráter de instituição política graças ao avanço da mentalidade mercantil e pragmática que dispensa a formação ético-política e privilegia a informação e o treinamento para o mercado; ela deixou de se relacionar com a sociedade, subordinando-se a ela e, com isso, renunciando à sua natureza específica e lógica interna. Ela se transforma numa unidade produtiva na funcionalidade do mercado, sem qualquer referência ética e política que defina seu perfil institucional, dissociando o treinamento profissional da formação do cidadão, produzindo competências específicas, em prejuízo da cidadania, adaptadas às relações mercadológicas, enfatizando as ciências que

“realmente importam”, as científicas e tecnológicas, e esvaziando a significação das ciências humanas. (SILVA, 5 set. 2013)

Ainda assim, haveria na universidade o propósito de combinar funções de educação e pesquisa. Ao mesmo tempo em que se prepara pessoal qualificado para colocação no setor produtivo, difundindo o conhecimento científico-tecnológico por meio da atuação profissional desse pessoal nas empresas privadas e instituições públicas, criam-se novas informações científico-tecnológicas, equipamentos de ponta, redes de capacitação e protótipos de novos processos e produtos, além de agir na aplicação direta dos conhecimentos gerados em outras instituições do sistema de inovação do Estado, como órgãos do governo e setor privado. (ALVAREZ; KANNEBLEY JÚNIOR; CAROLO, 2013, p.177)

Para Alvarez, Kannebley Júnior e Carolo (2013, p.177) também haveria, de forma geral na relação universidade-empresa, conflitos situados no plano das normas de pesquisa acadêmica e industrial, que refletiriam uma dicotomia, não centrada apenas na natureza aplicada ou básica da pesquisa, mas envolvendo questões referentes aos valores atribuídos à prioridade da descoberta, reconhecimento de pesquisa e divulgação de resultados. O problema estaria ligado a dois pontos: o segredo da descoberta no âmbito do setor produtivo diminui os incentivos à publicação dos resultados, em face de um possível caráter confidencial para as empresas e o incentivo financeiro também poderia passar a dirigir as agendas de pesquisa, indo ao encontro do princípio de independência da pesquisa universitária. Assim poderia haver um desvio à pesquisa aplicada e uma “contaminação” da academia pelos interesses do setor privado.

Dessa forma a autonomia das universidades seria formal, mas não real, pois a comunidade universitária brasileira já teria introjetado à dependência de instâncias externas, notadamente as agências federais e estaduais de fomento, mas também as indústrias que têm interesse em pesquisas. Essa interferência do setor produtivo seria um modo de controlar as universidades e organizar suas prioridades por meio do aporte de verbas vinculadas. (SILVA, 5 set. 2013)

O fator relevante está na forma de conceber a pesquisa aplicada na criação do estoque de conhecimento do pesquisador: se for contributiva, terá efeitos positivos sobre a produtividade científica, independentemente do fato de complementar ou substituir a um esforço de pesquisa básica (ALVAREZ; KANNEBLEY JÚNIOR; CAROLO, 2013, p.178, apud THURSBT et al., 2005). Dessa forma, vemos que os autores concluem que a parceria universidade-empresa não apresenta aspectos negativos na pesquisa acadêmica num sentido aparentemente contrário ao indicado por Prado e por Rosa, pois pesquisadores que realizam

transferência de tecnologia com o setor privado seriam, na média, mais produtivos que seus pares (incluindo o número de citações), sem um custo adicional para a pesquisa científica.

É preciso, então, verificar as relações existentes entre universidade e empresa num contexto social mais amplo, conectadas a um projeto nacional de desenvolvimento e na formação de cidadãos críticos e ativos. Como lembra Santos (2004, p.42-3) à medida que a ciência se insere mais e mais na sociedade, se insere mais na ciência, exigindo um nível de responsabilização social mais elevado.

Se, como diz em entrevista Roberto Lobato Azevedo Corrêa, professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ:

A globalização tem como raiz a expansão das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas. A globalização é produto da expansão capitalista, com todas as suas consequências, mas quem a comanda são as corporações sediadas em várias cidades globais, sobretudo a tríade Londres, Nova Iorque e Tóquio. Essa globalização não significa homogeneização. O capitalismo jamais sobreviverá num mundo homogêneo. Ele precisa das diferenças para extrair taxas de lucros e manter um equilíbrio em sua própria funcionalidade. A homogeneidade leva à destruição, à morte. São as diferenças que sustentam o movimento de transformação. A globalização, na verdade, não destrói o lugar, nem a região, mas recria-os, atribuindo-lhes novo papel por meio de uma mais complexa divisão territorial do trabalho. (BALDEZ, 2011, p.15)

Não podemos supor que os ideais da *Pax Americana* ou do modelo de hélice-tríplice busquem um desenvolvimento das nações não periféricas a ponto de rivalizar com “a tríade” e impedir o desenvolvimento da expansão capitalista. Tendemos a entender que a ideia é garantir que as nações em desenvolvimento produzam o que dela as grandes potências esperam, para manter inalterado o status quo. A questão que se coloca é como minimizar as barreiras ao desenvolvimento nacional, sem termos de nos deparar no futuro com “90.000 toneladas de democracia”.

4.1 UNIVERSIDADE E EMPRESA NO BRASIL

Como vimos, a universidade vive sob constante ameaça de colonização por parte do sistema econômico, chamada a se transformar em mero subsistema do sistema econômico. Para Prado, os salários insuficientes para manter os professores tornam a busca pessoal de remuneração extra, no mercado, algo quase imperativa. Ele cita a USP como exemplo:

Esses professores utilizam fundações que seriam, de fato, empresas coletivas de prestação de serviços que produzem mercadorias para serem vendidas aos setores privado e público e que atendem prioritariamente aos objetivos dos grupos de professores que as compõem. Ainda que uma parte dos recursos obtidos por essas fundações sejam repassadas à universidade. (PRADO, 2000)

Posição semelhante tem Luiz Pinguelli Rosa que, no Simpósio *O público e o privado* da ANDES em 1984, afirmava:

Está muito claro que a universidade pública brasileira hoje precisa ser transformada, precisa dizer a que veio, precisa se justificar. Não basta pertencer ao Estado. Apenas o fato de a universidade ser gratuita não justifica tudo. Mesmo porque às vezes se faz da universidade um simples bico de trabalho, onde se utiliza o público para indevidamente colher benefícios próprios: usa-se a infraestrutura da universidade, colocando os próprios alunos como escravos de projetos particulares. Isto acontece na UFRJ. Existem casos na universidade em que departamentos inteiros funcionam em benefício de uma empresa, do chefe do departamento ou de alguns professores que têm interesses privados. (ANDES, 1984, p.42-43)

As fundações costumam ter um papel político importante dentro dos departamentos e unidades. O controle das pesquisas e dos cursos permite que certos grupos detenham um poder paralelo que pode ser exercido, inclusive, se preciso for, contra as autoridades universitárias legítimas, como chefes de departamento e diretores. Assim um poder político baseado no controle dos fluxos de dinheiro vem minar ou mesmo se sobrepor ao poder político legítimo na universidade, baseado nas instituições e nos valores acadêmicos. É evidente que, também assim, contribuem para desviar a universidade de seu rumo. (PRADO, 2000)

No contexto da crise da década de 1980, no Brasil, a política econômica teve consequências decisivas para o desenvolvimento industrial, com reflexos diretos na possibilidade da interação universidade-empresa. Ocorreu a deterioração das condições de financiamento externo da economia, redução de incentivos fiscais e financeiros e inflação crescente. A tentativa de restrição de importações, na tentativa de realizar saldos comerciais, reduziu a pressão de artigos importados, sobre as indústrias, mas não as incertezas da economia. Dessa forma, elas aumentavam seus preços e não investiam em inovação, realimentando o processo. (BRASIL, 2008, p.8)

Em 1988 o governo brasileiro definiu uma Nova Política Industrial (NPI), que apresentava componentes básicos para uma política industrial centrada no fomento à inovação, o que deveria estimular as parceiras do meio empresarial com as universidades. Entretanto, segundo o ex-presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) Jorge Ávila (BRASIL, 2008, p.8), os determinantes macroeconômicos da crise fizeram com que a iniciativa apresentasse baixo resultado prático.

Uma das principais bases para a implantação de um modelo de hélice-tríplice seria a existência de uma sociedade livre e democrática. Apenas a habilidade de grupos e indivíduos se organizarem livremente para debater e tomar iniciativas sem o consentimento do Estado pode permitir o desenvolvimento da dinâmica da hélice-tríplice. Para Jerome e Jordan (2013,

p.15) o Brasil só pode desenvolver esse modelo após o final do regime militar, quando ocorreram as condições para a implantação de incubadoras, transformação de conhecimento teórico em inovação e transferência e aplicação de resultados de pesquisas acadêmicas em produtos e no bem-estar social, numa sociedade orientada pelo mercado.

O modelo de desenvolvimento econômico controlado pelo governo militar (ETZKOWITZ, 2003, p.304) criou modelos de políticas de ciência e tecnologia, nos anos 1970 e começo dos anos 1980, onde o governo organizava grandes projetos tecnológicos e buscava elevar o nível de pesquisa nas universidades como forma de dar suporte à criação de novas indústrias tecnológicas, como computadores e eletrônicos, pretendendo com isso afetar o desenvolvimento regional. Neste modelo, o papel da universidade seria primariamente prover pessoal treinado para trabalhar em outras esferas institucionais. A universidade conduzia pesquisas, não se esperava dela que tivesse qualquer papel ativo na criação de novas empresas.

O movimento de incubadoras de empresa só surgiu a partir dos anos 1980, quando o regime militar começa a abandonar o poder, e ideias discutidas nas associações acadêmicas, até então o local possível para uma “livre” troca de ideias para na discussão do futuro do país, começaram a ser postas em prática. Governos locais começaram a investir em parceria com universidades cedendo ou financiando locais para instalação de incubadoras, com suporte adicional de algumas indústrias, pensando em incrementar suas economias com o estabelecimento de pequenas fornecedoras de produtos de um maior nível tecnológico ou de novos produtos. (ETZKOWITZ, 2003, p.304)

Para Etzkowitz, o Brasil reinterpretou criativamente o conceito americano de incubadora, que passou a ser utilizado em uma variedade de objetivos econômicos e sociais, incluindo o treinamento de pessoas de baixa renda para organizar cooperativas. Essa dinâmica não impediu, porém, um forte ceticismo e crítica pelo suposto movimento de “privatização da universidade”. (ETZKOWITZ, 2003, p.305)

O modelo de interação universidade-governo teria fracassado no Brasil, durante o regime militar porque, segundo Etzkowitz (2003, p.332), as indústrias não foram incluídas no processo de discussão do desenvolvimento de tecnologias, que também não seriam baseadas nas necessidades dos usuários finais. Um modelo *top-down* fadado ao fracasso, pois apenas numa sociedade democrática aberta é possível uma interação de parceiros relativamente independentes.

Entretanto, tal modelo de interação deveria ser desenvolvido de forma a atender as necessidades da sociedade brasileira. Infelizmente, na prática, o modelo proposto de interação

(pelas nações hegemônicas e que visam ao benefício de seus próprios interesses) é encampado e aceito sem maiores reflexões como a única alternativa possível, o que inclui, em grande medida, o que se passa na UFRJ, talvez como reflexo de sua conturbada criação e desenvolvimento, como veremos a seguir.

5. UFRJ

A História da criação da UFRJ já foi detalhadamente descrita no extenso trabalho da pesquisa Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, com diversos artigos e livros publicados sobre o tema e também em trabalho de Francisco Bruno Lobo, ainda na década de 1960, além de inúmeras citações em diversos trabalhos sobre as origens da universidade no Brasil, realizados por autores como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira entre outros. Dessa forma não nos cabe aqui recontar essa história de maneira detalhada, mas sim destacar em seu trajeto os pontos capitais e de interesse para o foco do nosso trabalho. Fávero, com sua pesquisa, será o fio condutor dessa narrativa, principalmente por meio de seu livro *Universidade do Brasil: das origens à construção*.

5.1 DOS ANTECEDENTES ATÉ 1965: URJ e UNIVERSIDADE DO BRASIL

Somente em 1915, com a promulgação da Reforma Carlos Maximiliano, o problema da criação de instituição universitária no país, tomou forma legal por meio do Decreto nº 11.530, que dispõe a respeito da instituição de uma universidade: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá, em Universidade, a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a de taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”.

Apoiando-se nesse dispositivo, o Governo Federal, em 7 de setembro de 1920, instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 14.343, resultante da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.

Existe a suposição de que a Universidade do Rio de Janeiro teria sido criada para prestar homenagens acadêmicas ao Rei da Bélgica, que visitou o Brasil em 1920, outorgando-lhe o título de Doutor Honoris Causa. Para Fávero, a real motivação foram as pressões para que o Governo Federal assumisse seu projeto universitário, ante o aparecimento de propostas de instituições universitárias livres, em nível estadual e à revelia do poder central: no Amazonas (1909), em São Paulo (1911) em Paraná (1912), foram determinantes para a criação da URJ.

No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, quando de sua criação, identificam-se duas posições: os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram prioritária a formação

profissional. Há, ainda, uma terceira posição que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira: para merecer essa denominação, a universidade deveria tornar-se foco de cultura, disseminação de ciência adquirida e criação da ciência nova. No entanto, a institucionalização da pesquisa na universidade não chega a ser concretizada na década de 20.

Após a Revolução de 1930, o Governo Provisório cria o MESP, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que elabora e implementa, a partir de 1931, as reformas de ensino. Em 1931 são editados decretos relativos à promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31) e a Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº. 19.852/31). Comentando as finalidades da universidade, Campos coloca: “Sua finalidade transcende ao exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada”. A universidade tinha duplo objetivo: “equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”. Na Reforma Francisco Campos, é inserida uma concessão da relativa autonomia universitária, como preparação gradual para a autonomia plena. Entretanto, segundo Maria Laura Mouzinho Leite Lopes “embora após a Revolução de 1930 o governo federal tenha adotado, formalmente, o projeto da universidade, nada aconteceu.” (LOPES, 2011, p.44)

Em decorrência da Reforma, a URJ passa por sua primeira reorganização. Seus estatutos são reformulados o Conselho Universitário da Universidade discute o princípio da autonomia universitária, sendo entendido por alguns de seus membros como inerente a sua própria essência e condição necessária para a concretização de seus fins. Posteriormente, o Conselho encaminha à Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934) documento no qual se pronuncia de forma incisiva e favorável a respeito da autonomia universitária.

A partir de 1935, com o clima propício à implantação do Estado Novo (o que ocorre em 1937), o Poder Executivo elabora o Plano de Reorganização do MESP: “É fora de dúvida que o Brasil precisa de universidades”. [...] “À União incumbe, por outro lado, ter a sua própria universidade, instalada no Distrito Federal. Isto é mesmo para ela um dever constitucional”. Assim sendo, [...] “À universidade, instituída, mantida e dirigida pela União, há de caber, sob todos os pontos de vista, uma função de caráter nacional”¹⁶. Segundo Capanema, a Universidade do Brasil deveria ser frequentada por estudantes de todos os pontos do país, os quais, mediante determinadas condições de merecimento, nela tivessem

¹⁶ Esta postura sela o destino da UDF, que seria extinta em 1939.

matrícula e permanência gratuitas. O projeto do governo é recebido, por um lado, com entusiasmo e, por outro, com restrições e objeções, sobretudo pela forma como se processou seu encaminhamento atropelado no Legislativo. Há também outros aspectos considerados problemáticos: o financiamento da obra projetada e as condições efetivas para que essa Universidade se constituísse “num ativo centro de pesquisas científicas, investigações técnicas e de atividades filosóficas e artísticas”.

De todo modo, em 5 de julho, é promulgada a Lei nº 452/37 que institui a Universidade do Brasil. Cabe ressaltar que a Lei faz referência, em suas disposições gerais, ao princípio de autonomia, ou melhor: à ausência de autonomia da universidade em relação ao Governo. O artigo 27 dispõe que tanto o reitor como os diretores dos estabelecimentos de ensino seriam escolhidos dentre os respectivos catedráticos, pelo Presidente da República, e nomeados em comissão, até que fosse decretado o Estatuto da Universidade. Por outro lado, tornava-se expressamente proibida, aos professores e alunos da Universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário ou comparecer às atividades universitárias com uniforme ou emblema de partidos políticos. Durante esse período, a Universidade do Brasil vive sob o controle explícito dos poderes instituídos. Percebe-se nitidamente a influência e o prestígio das grandes escolas, onde as ligações ou relações de poder de catedráticos representantes de determinados cursos, grupos e interesses controlam o poder de decisão. Pode-se entender assim a razão pela qual, de 1920 a 1965, os reitores sem exceção, saíram das três grandes escolas: Medicina, Direito e Engenharia.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, algumas questões se colocam em relação à Universidade do Brasil, tais como: qual a concepção de universidade a partir desse período? Quais as condições institucionais para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa? Como se expressa o princípio de autonomia nessa instituição universitária? O Reitor passa a ser escolhido pelo Presidente da República mediante lista tríplice, organizada pelo Conselho Universitário, tal como estava disposto no Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. Quanto aos Diretores de unidades, passaram a ser nomeados “pelo Reitor, com prévia autorização do Presidente da República. Ainda que pareça estanho, na Universidade do Brasil, embora a cátedra fosse a unidade de fato operativa de ensino e pesquisa, ela passa a existir “integrada” a um departamento, a partir de 1946.

A pesquisa não estava completamente ausente da universidade antes da reforma, mas não se fazia alarde sobre ela. Polillo afirma que se fazia pesquisa sem um plano definido e era necessário mostrar e divulgar seus resultados. Foi interessante institucionalizar a pesquisa, ligando-a à pós-graduação. O jovem passou a ser estimulado a fazer parte de grupos de

pesquisa e, depois, a seguir o seu próprio caminho. Houve, em algumas áreas, resultados maravilhosos, e em outras não. (BALDEZ, 2009, p.13)

Para Fávero, em relação à pesquisa, podemos inferir que somente a partir dos anos 1940, e com mais intensidade na segunda metade dessa década, é que essa função integra efetivamente a história da Universidade do Brasil. Alguns exemplos desse tipo de atividade podem ser vistos em trabalhos do Instituto de Biofísica, em investigações no Instituto de Microbiologia, com pesquisas matemáticas na Escola Nacional de Engenharia. É na Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi, ainda, que são iniciados os trabalhos de investigação em Física Nuclear teórica que continuaram, depois, em colaboração com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Nessa faculdade, em 1948, é criada a primeira cadeira de Física Nuclear no país. Existe pesquisa também na Química, em História Natural e em Geografia. Ressaltamos que somente em 1944 o Conselho Universitário discute e propõe a criação do regime de tempo integral e que somente em 1950 a reivindicação de tempo integral e dedicação exclusiva é atendida efetivamente.

Em 1951, com a criação do CNPq, os recursos ampliaram-se e com eles os projetos. É pertinente lembrar também, que em 1958 a Universidade criou o Conselho de Pesquisas e aos poucos várias unidades da Universidade do Brasil passam a receber incentivo e auxílio importante do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Fundo de Financiamento de Projeto de Programas (FINEP) além de agências e instituições não nacionais como as fundações Rockefeller, Kellog, entre outras.

Quanto aos Cursos de Pós-Graduação, em 1961 são criadas as Comissões Coordenadoras dos Cursos de Pós-Graduação. Dessa iniciativa decorreu a implantação de Cursos de mestrado e doutorado nos Institutos de Biofísica e Microbiologia e em 1962, em Ciências Matemáticas e Físicas e em 1963, surge a COPPE, que se tornaria o maior centro de ensino e pesquisa em engenharia na América Latina.

No limiar da década de 60 inicia-se na Universidade do Brasil uma discussão sobre a reforma da instituição, sendo criada pelo Conselho Universitário uma comissão para elaborar planos de reformulação estrutural da universidade. Os trabalhos tiveram início nos primeiros meses de 1962, e para coordenar os trabalhos foi criado o Escritório de Planejamento da Reforma da Universidade do Brasil (EPRUB) que fez uma síntese das opiniões e dados colhidos, elaborando uma proposta que submeteu à Comissão. É importante notar que a tentativa de reforma da Universidade foi feita, pela primeira vez, com o concurso das bases; procurou-se consultar alunos, professores, funcionários, para discutir temas como os fins da universidade, autonomia universitária e sua estrutura. Em 1963, essas Diretrizes são

aprovadas pelo Conselho Universitário, mas com o governo militar em 1964, sua implantação é sustada.

Em 1965, o presidente Castelo Branco encaminha à Câmara Projeto de Lei uniformizando a denominação das universidades e escolas técnicas federais e, em 5 de novembro de 1965, a Lei nº 4.831 dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais situadas nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, subordinadas ao MEC, que passam a denominar-se, respectivamente: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua organização se dá a partir da vinculação das unidades e institutos em Centros como permanecem atualmente: Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Letras e Artes (CLA), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e Centro de Tecnologia (CT).

5.2 Pós 1965: UFRJ

Com base nos estudos de reformulação realizados na Universidade do Brasil em 1962-1963, o ministro da Educação, Raymundo Moniz Aragão, que havia sido um dos membros da comissão na universidade, consegue que as recomendações contidas no documento submetido em 1963 ao Conselho Universitário, com pequenas modificações, sejam transformadas no Decreto-lei n.252, cujo ponto principal trata da redução da ênfase dada à cátedra no Estatuto do Magistério.

Segundo o ex-reitor da UFRJ, Adolpho Polillo, até 1968, o país adotava o modelo alemão e, de maneira geral, das universidades europeias, o que era uma maneira de formar uma elite na universidade. Isso se fazia por meio da docência livre. O catedrático convidava um professor para ser assistente, a ser submetido ao concurso de docência livre, constituindo-se em cinco provas, incluindo uma defesa de tese, dando-lhe o título de doutor. Não eram muitos os que se aventuravam. Em 1968 ocorreu a reforma universitária e foi adotado o modelo norte-americano. Foram criados o mestrado, o doutorado, as disciplinas; a cátedra foi substituída pelo departamento. (BALDEZ, 2009, p.12)

Nos anos que se seguiram à implantação do governo militar, outras medidas oficiais são tomadas em relação as universidades e pelo menos três devem ser citadas:

- o plano de assistência técnica estrangeira MEC/USAID, que se processa como estratégia de hegemonia e atua em várias áreas e sobre linhas de ação de assistência técnica, assistência financeira (com recursos para financiamento de

projetos e compra de equipamento dos EUA) e assistência militar (em forma de treinamento, consultoria e fornecimento de equipamento militar);

- o plano Atcon, estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, a pedido do MEC, visando à implantação de uma estrutura universitária baseada em rendimento e eficiência. Várias de suas propostas, como mudanças técnico-administrativas no processo do ensino superior, alterações do regime de trabalho docente, criação de conselho de reitores e princípios de autonomia e autoridade são incorporados ao projeto da Reforma Universitária de 1968;
- o relatório Meira Mattos, de 1968. Trata-se da implantação de uma comissão especial, pelo governo, e presidida pelo general Meira Mattos, para planejar e propor medidas que possibilitassem as aplicações das diretrizes governamentais no setor estudantil, além de supervisionar e coordenar sua execução. Segundo Fávero, seu objetivo era instaurar no meio universitário os recursos da intimidação e da repressão, que teriam sido atingidos com a promulgação do Ato Institucional n.5 e com o Decreto-lei 447, que definiram infrações disciplinares praticadas por professores alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino e suas respectivas medidas punitivas.

Diante dessas ações governamentais, a União Nacional dos Estudantes (UNE) estabeleceu o 22 de setembro de 1966 como o Dia Nacional da Luta contra a Ditadura, contra o que considerava um ataque à autonomia universitária, convocando greve geral e passeata no Rio de Janeiro. Após o protesto, 600 estudantes se abrigaram na Faculdade Nacional de Medicina (FNM), situada então na Praia Vermelha, sendo cercados pela Polícia Militar. Durante as negociações para a retirada dos manifestantes, a polícia derrubou os portões da FNM e, durante a madrugada do dia 23, invadiu e atacou estudantes, num episódio que ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”. (REZENDE, 2011)

Entretanto, as políticas do regime de exceção para o ensino superior brasileiro são bastante contraditórias. De um lado, a repressão política e intelectual que se abate sobre os professores, estudantes e sobre as instituições. De outro, uma reforma substancial da estrutura universitária, que resulta na expansão da rede de universidades federais, e a adoção de normas que podem ser consideradas modernizadoras, tais como a introdução da estrutura departamental e do sistema de créditos, o fim da cátedra vitalícia, a docência em tempo integral. Para a UFRJ, esse conjunto de políticas viabiliza avanços, permitindo-lhe modernizar-se, mas, ao mesmo tempo, consolidando seus vícios de origem: fragmentação, patrimonialismo, elitismo e autorreferência. A superação desse quadro passa a ser o maior

desafio da instituição. A resistência democrática, a reorganização e a construção de instituições e movimentos de todo tipo na sociedade civil, especialmente a partir da segunda metade de 1977 também atinge a universidade. Com a reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Mario Prata, em 1978, reorganiza-se o movimento estudantil. Nesse ambiente, também os professores e os funcionários articulam suas formas de organização política com a Associação de Docentes da UFRJ (ADUFRJ) e a Associação dos Servidores da UFRJ (ASUFRJ), que adquirem, a partir de 1982, caráter de representação sindical. (UFRJ)

Na década de 80, pesquisadores do Laboratório de Limnologia do Instituto de Biologia iniciaram a realizar atividades científicas nas lagoas costeiras de Macaé em um trabalho que culminou na institucionalização, em 2005, do Núcleo de Pesquisas em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental e com a criação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas fora da sede no Rio de Janeiro, em 2006. Neste processo, o Instituto de Química, a Faculdade de Farmácia, a Escola de Enfermagem Anna Nery, a Faculdade de Medicina, o Instituto de Nutrição e a Politécnica de Engenharia também tiveram interesse em criar cursos de graduação em Macaé, consolidando o Polo Universitário da UFRJ-Macaé, aprovado pelo Conselho Universitário em 2011.

Entendendo que a formação de recursos humanos em áreas de alta tecnologia é um dos gargalos históricos do país, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e UFRJ estabeleceram um convênio visando à implantação de um novo campus da UFRJ em Xerém, que iniciou suas atividades didáticas em 2008, com foco em nanotecnologia. Nesse campus, os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação têm a oportunidade de acessar a infraestrutura laboratorial do Inmetro.

A UFRJ organizou seu próprio vestibular para os Cursos de Graduação desde 1987, deixando de utilizar o método dos vestibulares unificados, que usavam quase exclusivamente provas de múltipla escolha e retomava o caminho de propor, aos candidatos, apenas provas discursivas. Esse sistema vigorou até o ano de 2011, quando adotou parcialmente o ENEM extinguindo totalmente o vestibular a partir de 2012.

No ano 2000, a reitoria entrou com um pedido na Justiça Federal com o objetivo de voltar a ter o direito de a universidade chamar-se "Universidade do Brasil". Esse pedido foi deferido em 30 de novembro do mesmo ano e, atualmente, é possível utilizar os dois nomes para designar a universidade.

Atualmente a UFRJ conta com 6 centros, 8 escolas, 8 faculdades, 26 institutos, mais de 36.000 graduandos e 10.000 pós-graduandos. Mas, em muitos aspectos, o “espírito universitário”, já desejado nos anos 30, ainda não se materializou na ideia de um “campus”

concentrador de saberes múltiplos e viabilizador de uma convivência enriquecida pela possibilidade de trocas (OLIVEIRA, 2005, p.127). O atual reitor da UFRJ, Carlos Antônio Levi da Conceição, afirma que há uma grande dificuldade de integração na UFRJ:

A nossa cultura é muito contaminada por esse tipo de comportamento segmentado, fragmentado que induz a práticas extremamente perversas que apequenam nossas possibilidades de ação. É fruto de um modelo que tem a ver com a sua própria origem. A universidade brasileira foi organizada a partir da junção de escolas profissionais que já tinham suas identidades desenvolvidas e que, a partir dali, dificilmente permitiam a ascensão de um poder central que fosse suficientemente forte para coordenar políticas para aquele conjunto de instituições isoladas. (UFRJ, 2011, p.18)

A UFRJ é um reflexo claro da instituição do ensino universitário no Brasil. Criada tardiamente, a partir da mera junção de instituições que não se fundiram verdadeiramente, apenas ficando “embaixo da mesma bandeira”. Mas ainda assim vencedora, pois uma universidade que muitos acreditam ter sido criada apenas para conceder um título a um rei em visita, tem conseguido progredir após quase um século.

5.3 O CASO DA VISITA DO REI ALBERTO I, DA BÉLGICA, AO BRASIL

Um tema, tratado ora como mito, ora como anedota, ora como realidade, é o que trata da motivação para a criação da URJ em 1920. Conforme já citamos, Fávero acredita que pressões políticas foram o fator determinante para a criação da universidade. Ela se baseia em pesquisas realizadas nas Atas da Assembleia Constituída pelas Congregações dos Institutos de Ensino Superior incorporados à URJ, em 1920, bem como as Atas do Conselho Universitário da URJ e ainda Atas das Sessões do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), bem como os periódicos *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, que não apontam nenhuma evidência em outra direção.

Entretanto é corrente a narrativa de que em sua visita ao Brasil, o Rei Alberto I da Bélgica deveria receber como honraria o título de doutor honoris causa. Entretanto, este título só pode ser conferido por uma universidade, e não havia nenhuma no país. Desta feita, decidiu-se por se desgavetar um decreto que determinava a criação de uma universidade na capital e, ato contínuo, concedeu-se o título ao Rei Alberto. Estava assim aberta a URJ.

Esse caso é citado pela professora Maria Mouzinho Leite Lopes (2011, p.42-3) “é um fato quase anedótico. Essa universidade foi criada a fim de haver, no Brasil, uma universidade para conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto I, da Bélgica, (figura 4) que nos visitava.”, e explicado por Baptista (2008, p.81) “era preciso mostrar ao monarca a

riqueza de nossas artes e ciências: Instituto Histórico, Escola de Belas Artes, Instituto Oswaldo Cruz, Jardim Botânico, associações literárias e científicas reunidas no clube dos Diários, Museu Nacional.”. Darcy Ribeiro também considera o caso verídico:

E se cria por decreto, por uma razão muito importante, ainda que extra-educacional: o rei da Bélgica visitava o Brasil, e o Itamarati devia dar a ele o título de Doutor Honoris causa. Não podendo honrar ao reizinho como o protocolo recomendava, porque não tínhamos uma universidade, criou-se para isto a Universidade do Brasil. Assim, Leopoldo se fez doutor aqui também. Assim foi criada a primeira universidade brasileira. Uma universidade que, desde então, se vem estruturando e desestruturando, como se sabe. (RIBEIRO, 1986)



Figura 4: Rei Alberto I, da Bélgica, em visita ao Instituto Oswaldo Cruz
Fonte: Wikipédia

E Albanesi é taxativo:

Em 1920, no mês de setembro, estava em visita ao Brasil, atendendo ao convite do Presidente Epitácio Pessoa, o rei Alberto I (Alberto Leopoldo de Clemente Maria Meinrad – 1875 - 1934) da Bélgica. Como Sua Alteza era pessoa de rara cultura, foi decidido que lhe seria concedido o título de Doutor Honoris Causa, cujo título não podia ser outorgado por faculdades isoladas, mas somente por Universidade. O presidente brasileiro, a fim de resolver o problema, criou em 07/09/1920 a Universidade do Rio de Janeiro, que estava autorizada a funcionar desde 1915, porém somente foi efetivada pelo Decreto nº14.343 de 1920, reunindo as Escolas Politécnicas, de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro, quando então passou-se a ter oficialmente a primeira universidade pública no país. Este fato é contestado (...) porém é fato real que o Rei Alberto I recebeu no dia 07/09/1920 o título de Doutor Honoris Causa da Universidade do Rio de Janeiro, criada naquela mesma data. (ALBANESI, 2008, p.356)

Mas porque conceder o título ao Rei? Segundo a imprensa da época, o país buscava o reconhecimento internacional para a República e a ocasião era oportuna. Durante a Primeira

Guerra Mundial, o Rei Alberto I assumiu o comando do exército belga para defender seu país da invasão alemã, resistindo até o Reino Unido e a França se prepararem para a primeira batalha do Marne, em setembro de 1914. Foi considerado um bravo ao resistir aos alemães, que desejavam mover seus soldados através da Bélgica, quando teria dito "Eu governo uma Nação, e não uma estrada". Durante a guerra conduziu seu exército ao cerco da Antuérpia e à batalha de Yser e, ao final da guerra, retornou ao seu território como comandante do Grupo Flandres, que consistia em divisões belgas, britânicas e francesas, sendo saudado em Bruxelas como um herói nacional. Além disso, na época, a Bélgica ocupava o quinto lugar entre os investidores no Brasil e contava com um banco próprio, o *Italo-Belge*, assim como Câmaras de Comércio belgo-brasileiras, tanto em Bruxelas como em São Paulo. O então presidente Epitácio Pessoa havia visitado a Bélgica em 1919, onde recebera as condecorações que lhe foram presenteadas, apesar da proibição que constava na Constituição e não haviam condecorações no Brasil para retribuir¹⁷. E, talvez um dos fatos mais importantes, o Brasil era a primeira República da América do Sul a receber a visita de um monarca europeu (FAGUNDES, 2006). Sem poder conceder condecorações, o título de doutor honoris causa poderia resolver a questão da retribuição.

A visita, que durou seis semanas, entre 19 de setembro e 15 de outubro de 1920¹⁸ foi memorável. O rei passou por Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e teve uma agenda repleta de comemorações, desfiles e festas. Além disso, enquanto esteve no Rio de Janeiro também frequentou por diversas vezes e a praia de Copacabana e, por ser montanhista, visitou o Pico da Tijuca, formação mais alta da cidade (DONADIO, 2008).¹⁹ Também foram tratados assuntos de negócios e houve, nos anos seguintes, um incremento dos investimentos belgas no país, incluindo a implantação da siderúrgica Belgo-Mineira, em 1922.

Fávero (2004, *passim*) justifica sua afirmativa de que não houve a concessão do título com base em diversas evidências, a saber:

- a exposição de motivos que encaminha o decreto que institui a URJ não aborda a questão;
- os jornais da época, que deram ampla cobertura à visita, não citam a homenagem;
- o regimento da universidade, que trata da concessão do título, só foi aprovado em 23 de dezembro daquele ano;

¹⁷ Uma tentativa de se criar, ou recriar, a Ordem do Cruzeiro foi rechaçada no Legislativo.

¹⁸ O que já confere um ponto de alerta a afirmação taxativa de Albanesi, que data a entrega do título em sete de setembro, dia da instituição da universidade, mas doze dias antes da chegada do Rei ao país.

¹⁹ Por este motivo, uma escada foi esculpida na rocha de forma a facilitar a chegada ao cume. Entretanto, como montanhista consta que o Rei teria dado preferência a subir a rocha por seus próprios meios.

- os livros de Atas do Conselho Universitário e da Assembleia das Unidades da URJ não fazem menção a concessão do título.

Lembra ainda que os autores que defendem essa ideia, citando Heládio Antunha e Souza Campos, em geral não apresentam dados empíricos que comprovem suas assertivas. Há registros, porém, que ao rei foi concedido o título de Presidente Honorário do IHGB, em sessão presidida pelo Dr. Ramiz Galvão, que a época era o reitor da URJ, em 23 de setembro.

São encontrados também registros da concessão ao Rei Alberto dos títulos de:

- cidadão carioca;
- cidadão brasileiro;
- Marechal do Exército do Brasil;
- Professor Honoris Causa da Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

Concordamos com Fávero que as pesquisas podem indicar uma confusão, pela concessão de títulos em sessão presidida por Galvão e o título de Professor Honoris Causa. Entretanto ainda cabe observar alguns pontos.

O decreto que institui a URJ, cita em sua exposição de motivos apenas que é “oportuno dar execução” ao decreto de 1915 que permitia a criação da universidade e não deixa dúvida que a universidade foi apenas uma criação burocrática, já que, em seu artigo 3 deixa explícito que as faculdades reunidas continuarão a operar do mesmo modo:

DECRETO N. 14.343 DE 7 DE SETEMBRO DE 1920.

Institui a Universidade do Rio de Janeiro.

O Presidente do Republica dos Estados Unidos do Brasil: Considerando que é oportuno dar execução ao disposto no art. 6. do decreto n. 11.530. de março de 1915; Decreta:

Art. 1 - Ficam reunidas em "Universidade do Rio de Janeiro", Escolas Politécnica do Rio de Janeiro a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta de fiscalização.

Art. 3 – A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a de direito do Rio de Janeiro, será assegurada autonomia didática e administrativa de acordo com o decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915. Devendo o regulamento da universidade adaptar a sua organização com os moldes daquele decreto. (LOBO, 1969, p.113)

As primeiras atas da URJ são de outubro de 1920, quando o Rei Alberto, já havia seguido para as outras etapas de sua viagem. Assim, não há nenhum registro de fatos ligados à universidade em setembro, quando o título teria sido concedido. Também é interessante notar que a página da internet da diplomacia belga no Brasil, cita a viagem e a concessão da honraria “durante a visita “o rei Albert recebeu um doutorado honoris causa da Universidade do Rio de Janeiro, e foi presidente honorário do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, foi agraciado com o título de cidadão honorário e também foi nomeado marechal do exército brasileiro!”. (A BÉLGICA no Brasil)

Tendo em vista que a falta de registro é um forte indício, mas não prova definitivamente a não concessão do título, dadas as “condições especiais” de sua concessão e ainda a informação da diplomacia belga sobre o recebimento pelo rei do mesmo, supomos que uma consulta aos arquivos do rei, se existirem, seriam uma comprovação definitiva se o evento é mito ou realidade.

De qualquer forma, a universidade conseguiu sobreviver ao seu conturbado início e seguiu seu caminho ao longo dos anos, crescendo e necessitando de espaço, levando a busca pelo que seria um campus onde supostamente suas unidades seriam integradas.

5.4 FUNDÃO, PARQUE TECNOLÓGICO E PLANO DIRETOR

A Ilha do Fundão é uma ilha formada a partir da aplicação de aterro sobre um conjunto de pequenas ilhas que já existiam. Ela corresponde ao campus principal da UFRJ e comporta o bairro Cidade Universitária, que foi construído para ser a sede da UFRJ. Desde de 1937, quando a URJ foi transformada na Universidade do Brasil, estava prevista a construção de uma Cidade Universitária, que pretendia reunir todos os cursos da universidade. As obras de construção da Cidade Universitária foram iniciadas em 1949 e só foram inauguradas, de fato, em 1972.

Já em 1935, reconhecendo que as instalações da URJ eram inadequadas, mal adaptadas e distantes umas das outras, Gustavo Capanema, ministro da Educação, declara sua intenção de construir uma cidade universitária na Praia Vermelha. Sua ideia era mudar a localização do Hospício Psiquiátrico, aproveitando a área para a construção. Para tal, organizou uma comissão de professores para elaborar os planos de implantação, que deveria pensar não numa obra gigantesca, mas uma obra “modesta”, que seja um padrão e dentro do alcance das possibilidades. Sua intenção de utilizar a Praia Vermelha decorria de sua ideia de que a universidade se destina a ser um instituto de elite e, portanto, deve permanecer junto ao centro da cidade, onde a população é mais densa e mais culta. Capanema convida o arquiteto italiano, Marcello Piacentini, para elaborar o projeto, e este, considera também a Praia Vermelha o local ideal para sua instalação, mesmo ressaltando a insuficiência de seu terreno. Para solucionar esse problema, uma segunda possibilidade de localização levantada foi uma área próxima à Quinta da Boa Vista. Esta proposta também foi levantada por um projeto elaborado pelo sindicato dos Engenheiros da capital, que contou com a participação do arquiteto francês Le Corbusier, em 1937. (OLIVEIRA, ORRICO, 2010)

Outras opções foram estudadas, como a construção da universidade em estruturas sobre estacas na Lagoa Rodrigo de Freitas, ou ainda utilizando terreno na Gávea, em Piedade, em Niterói, além de áreas em Manguinhos, Jacarepaguá e Vila Valqueire, sendo que nenhum projeto prosperou. (OLIVEIRA, 2005, p.141-2)

Com a instalação do Estado Novo e a transformação da URJ em Universidade do Brasil em 1937 o processo foi interrompido, até que em 1944, Capanema decide retomar a questão. É desta época que toma força a proposta de Jorge Oscar de Melo Flores de se construir também o terreno da universidade, por meio do aterramento e unificação de oito ilhas fronteiriças à área de Manguinhos, surgindo assim, em 1945 o projeto da construção da ilha universitária, cujo decreto que estabeleceu sua localização foi sancionado em 1948. Ainda em 1945, o antigo hospício da Praia Vermelha foi cedido “provisoriamente” à universidade até que a cidade universitária ficasse pronta, transformando-se no Palácio Universitário (OLIVEIRA, ORRICO, 2010). Como sabemos, o provisório manteve-se até hoje.

Finalmente, em 1948, se dão o início das obras e a primeira unidade a ficar pronta foi inaugurada em 1953 (Instituto de Puericultura). Na década de 1960 as obras chegaram a ser interrompidas algumas vezes e se passaram mais de 20 anos para que fossem consideradas oficialmente “concluídas”. E, ainda assim, vários projetos não foram materializados, incluindo o projeto urbanístico previsto, mantendo até hoje a universidade dispersa entre vários endereços pela cidade. (OLIVEIRA, 2005, p. 124-7)

Dentre as unidades acadêmicas da Cidade Universitária hoje estão a Reitoria, a Faculdade de Letras, o CT, o CCMN, o CCS, a Escola de Educação Física e Desportos, o alojamento da universidade e o Parque Tecnológico, além do Hospital Universitário. Há também a vila residencial, e algumas instituições que fizeram parcerias com a universidade para construir centros de pesquisa e laboratórios no Parque Tecnológico.

O Parque tecnológico da UFRJ foi gestado ainda na década de 70, quando da instalação, na Ilha da Cidade Universitária, do Centro de Pesquisas da Petrobras, o Cenpes. Entretanto, apenas em 1997 o Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ aprovou a criação do Parque, que tem entre seus objetivos promover a interação entre a universidade e as corporações ali instaladas. O Parque só começou a operar efetivamente em 2003. Nos anos 90, a instabilidade econômica do país deixava inseguros os investidores internacionais. Recentemente, esses mesmos investidores não tiveram como aportar aqui a sua tecnologia, devido à crise financeira internacional de 2008. O Parque já desenvolve trabalhos que merecem destaque, principalmente nas áreas de pesquisa petrolífera e de energia. Entre eles

está o tanque oceânico, onde são testados equipamentos para Exploração e Produção (E&P) de petróleo; construído com recursos da própria UFRJ, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). (BARRETO, 2009, p.11)

O Parque oferece uma área de 350 mil metros quadrados, inseridos e organizados dentro do Campus Universitário. Além da convivência entre empresários, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação, busca estimular o empreendedorismo entre os alunos e gerar programas de estágio. O interesse das empresas em participar do Parque é que ele provê acesso privilegiado a laboratórios e profissionais de alta qualificação da universidade. Este ponto é um dos alvos de controvérsia entre os que apoiam e os que rejeitam a interação universidade-empresa.

Não há como negar a forte tendência para investimentos no setor petrolífero. A descoberta de campos gigantescos no pré-sal do litoral brasileiro surge como grande impulso para o desenvolvimento de tecnologia e aplicação de conhecimento na área. “A UFRJ deve utilizar seu histórico de 30 anos de cooperação com a Petrobrás para gerar riqueza para o país. Não há como a universidade se omitir. Estamos criando aqui uma coisa que terá visibilidade mundial. Não há, em nenhuma outra parte do mundo, um espaço em que empresas concorrentes desenvolvem atividades de pesquisa próximas das outras”, analisa Mauricio Guedes, diretor do Parque Tecnológico. (BARRETO, 2009, p.11)

Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Angela Uller também aponta a tradição da UFRJ no setor de petróleo como fator atrativo de empresas da área. “É fundamental que a candidata desenvolva alta tecnologia em áreas nas quais a universidade também atue. A interação com a universidade tem que ser o primeiro critério para a vinda da empresa. Afinidade que traga benefícios para a UFRJ”. Um dos pré-requisitos para a aprovação das empresas pelo Conselho Diretor do Parque é o compromisso em aproveitar a força de trabalho dos pesquisadores da instituição. “As novas companhias que estão se instalando aqui já fizeram reuniões com as unidades da UFRJ para dizer qual é o perfil dos profissionais de que estão precisando. “Nós queremos formar novas empresas que não sejam meras copiadoras de tecnologia; que sejam, sim, criadoras de tecnologia, de produtos que tenham valor agregado e capacidade para competir internacionalmente”. (BARRETO, 2009, p.12)

Um incentivo às parceiras universidade-empresa foi a aprovação do Plano Diretor (PD) UFRJ 2020 durante a sessão extraordinária do Consuni, em novembro de 2009. Angela Rocha, decana do CCMN, considera que, mesmo com críticas e ponderações, sua aprovação pode ser traduzida como “o resgate da esperança de uma universidade de convívio e que facilite o florescimento das ideias”. O PD deu sequência a um trabalho que teve como

anteriores o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em 2005, e o Programa de Reestruturação e Expansão (PRE), em 2007. Entretanto há claras vozes contrárias ao PD UFRJ 2020. Entre elas, um grupo de estudantes, liderados pelo DCE Mário Prata. Segundo esses estudantes, o PD UFRJ 2020 é um desdobramento do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal em 2007. (RICARDO, 2009, p.8)

Uma das críticas recai justamente sob o enfoque no desenvolvimento do campus da Ilha do Fundão, como aponta Lilia Guimarães Pougy, professora da Escola de Serviço Social (ESS) - representante dos professores adjuntos do CFCH no Consuni - “Somos todos UFRJ, porém, o trabalho realizado pelo Comitê Técnico do Plano Diretor (CTPD), de alta qualidade, trata a Praia Vermelha e as outras unidades somente da perspectiva da ocupação de solo”. Considerou ainda, a falta de um debate mais amplo sobre o futuro da UFRJ “é uma decisão política que acabou restrita ao Consuni e precisava ter sido mais capilarizada junto aos outros setores acadêmicos”. (RICARDO, 2009, p.9)

Carlos Vainer, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (Ippur), apresenta uma outra visão do tema, “O esfacelamento da universidade em vários espaços é resultado de um processo de degradação resultante da ditadura militar, que deixou as unidades ligadas às Ciências Sociais e Humanas espalhadas pela cidade”. E complementa “o Plano Diretor UFRJ 2020 resulta de um trabalho coletivo, e marca o momento em que a universidade começa a olhar para o seu futuro”. Antonio Infantosi, professor da COPPE e representante dos professores titulares do CT, reforça a necessidade de uma visão ampla da universidade, o PD UFRJ 2020 “prevê debate, alteração e revisão. O seu caráter é claramente dinâmico. Agora, dificilmente ocorrerão consensos, mas pontos comuns. A minha reflexão é que devemos satisfazer os interesses mais gerais da universidade”. (RICARDO, 2009, p.9)

Para Ericksson Almendra, da Escola Politécnica (Poli), a integração dos cursos prevista no PD UFRJ 2020 pode oferecer aos alunos de Engenharia a oportunidade de enriquecer sua formação através do estudo de disciplinas de outros cursos, especialmente da área de Humanas. “esta é a oportunidade de construir uma universidade de verdade”. (FERNANDES, 2009, p.9)

Após várias décadas, continuam os sonhos de uma verdadeira integração. O PD UFRJ 2020 é apontado por alguns como a chance de futuro viável da UFRJ, onde boa parte do sucesso estaria atrelada na relação universidade-empresa, que tem como ponto visível o Parque Tecnológico e as empresas nele instaladas, fortemente ancoradas na presença da Petrobras, que funciona como grande financiadora na universidade e como catalizadora de

empresas do setor de energia, especialmente óleo e gás, que atendem a uma suposta “vocação natural da UFRJ” para a área, devido sua localiza o.

5.5 COPPE E INCUBADORA DA EMPRESAS

A COPPE foi fundada em 1963 pelo engenheiro Alberto Luiz Coimbra, e contribuiu decisivamente para a cria o da pós-gradua o no Brasil, tendo como embrião o curso de mestrado em Engenharia Química da então Universidade do Brasil. Em seus mais de 50 anos de existência se tornou o maior centro de ensino e pesquisa da América Latina. Seus 12 programas de p s-gradua o stricto sensu (mestrado e doutorado) já formaram mais de 10 mil mestres e três mil doutores e anualmente são defendidas cerca de 200 teses de doutorado e 300 disserta es de mestrado. Seus pesquisadores publicam por ano, em média, dois mil artigos científicos em revistas e congressos, nacionais e internacionais. A COPPE afirma que atua baseada em três pilares: a excelência acadêmica, a dedica o exclusiva de professores e alunos e a aproxima o com a sociedade. (COPPE)

Desde a funda o da funda o COPPETEC em 1970, criada para estruturar a gestão de convênios e projetos, já foram administrados mais de 12 mil acordos com empresas, órgãos públicos e privados e entidades não governamentais brasileiras e estrangeiras. A parceria com a Petrobras, iniciada em 1977, foi o primeiro grande convênio celebrado entre a empresa e uma universidade, que comprovou a capacidade da universidade para antecipar solu es tecnológicas e atender às demandas dos setores econômicos de ponta do país. (COPPE, 2009)

Fundada em 1994 a Incubadora de Empresas da COPPE/UFRJ está inserida no ambiente do Parque Tecnológico da UFRJ e busca estimular a cria o de novas empresas baseadas no conhecimento tecnológico gerados em grupos de pesquisas da universidade. Já apoiou a cria o de mais de 70 empresas e de mil postos de trabalho, sendo cerca de 20% para mestres e doutores tendo sido, em 2012, eleita a incubadora do ano pela Associa o Nacional de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (ANPROTEC). Dado o grande volume de trabalho desenvolvido pela UFRJ em parceria com a Petrobras, a maior parte das empresas tem foco nas áreas de petróleo e gás, energia, meio ambiente e tecnologia da informa o. Alguns de seus projetos mais relevantes estão ligados a projetos de robótica para inspe o de instala es submarinas, projetos de observa o oceânica e monitoramento de riscos e de soldas e prote o catódica resistentes   corrosão.

Após uma visão da UFRJ, será necessário trilhar o mesmo caminho com a história da Petrobras e do petróleo no Brasil, a fim de delimitar o contexto da intera o que estudamos.

6 O PETRÓLEO NO BRASIL E A PETROBRAS

Extensas e detalhadas pesquisas, livros, artigos e até filmes já foram produzidos para descrever e analisar a história do petróleo e da Petrobras, portanto, não cabe aqui recriar esse trabalho. Entretanto não é possível falar da interação universidade-empresa no setor petrolífero e da atuação da Petrobras sem contextualizá-las historicamente. Para o início da história do petróleo no Brasil utilizaremos basicamente o minucioso trabalho de Dias e Quaglino, *A questão do petróleo no Brasil* (1993) e para contar sobre treinamento e educação na Petrobras, utilizaremos os trabalhos de Espíndola (2013) e Campos (2005).

6.1 AS ORIGENS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL

É corrente considerar-se que a primeira menção à exploração de petróleo no Brasil datado de 1864²⁰. Em junho daquele ano o governo concedeu a Thomas Denny Sargent a permissão para extrair turfa petróleo e outros minerais na Bahia, províncias de Ilhéus e Camamu. Pouco se sabe sobre as atividades efetivas de exploração previstas nessa primeira concessão, mas é fato que não havia uma determinação mais cuidadosa dos minerais pesquisados ou condições de exploração. Até meados 1870 as concessões indiscriminadamente envolviam carvão, petróleo e rochas betuminosas ou pirobetuminosas, utilizadas na fabricação de óleo ou gás de iluminação. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.1-2)

Em 1869 Eduardo Pellew Wilson recebe concessão para exploração às margens do rio Maraú, também na Bahia e, em 1884, Wilson transfere sua concessão para os proprietários da John Grant and Company, que possuía uma fábrica para produção de óleos para iluminação, sabão, parafina e ácido sulfúrico, e que após o negócio com Wilson passou a chamar-se

²⁰ Embora não se possa dizer que a humanidade desconhecesse o petróleo, pois pelo menos desde a Antiguidade o betume já fosse usado com frequência, e desde meados do século XIX já se utilizasse com certa regularidade petróleo através de mineração por escavação manual com baixa produção por gotejamento (a primeira mineração de petróleo conhecida ocorreu em 1742 na Alsácia) e houvesse um refino primitivo (num processo originário do Oriente Médio) para produção de querosene na Europa Ocidental, é importante notar que a concessão de Sargent foi liberada apenas 10 anos depois que na Pensilvânia, EUA, George Bissel, teve a ideia de tentar obter uma fonte abundante do chamado “óleo de pedra” ou “oléo de sêneca” que vazava nas minas de sal ou nas margens do rio Oil (que era usado como remédio) para produzir um fluido iluminante capaz de competir com os óleos feitos de carvão, vegetais ou de gordura animal, cada vez mais caros (o óleo de baleia subia de preço com a redução do número de baleias cachalotes, devido à caça ostensiva e outros produtos eram muito inflamáveis, malcheirosos ou geravam muita fuligem) e cinco anos depois que Bissel e investidores contratam Edwin L. Drake para perfurar o primeiro poço de petróleo em Titusville, Pensilvânia, iniciando o primeiro boom do petróleo (a inovação de Drake foi utilizar equipamentos de perfuração de poços de sal acoplados em máquinas a vapor e a utilização de bombas de sucção para recolher o óleo; com isso ele conseguiu uma produção inicial de incríveis 19 barris por dia). A primeira grande companhia de petróleo, a Standard Oil Company, só seria fundada por John D. Rockefeller em 1870 nos EUA. (YERGIN, 2010, p.20-30)

Companhia Internacional de Marauá. Embora inicialmente a venda de óleo tenha sido um sucesso por todo o estado, a empresa não resistiu à concorrência de produtos importados após dois anos. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.4-5)

A primeira iniciativa real de exploração específica de petróleo no país se dá em 1892, em Bofete, São Paulo. Eugênio Ferreira de Camargo adquire em 1892 terrenos incluídos em uma antiga concessão de exploração de carvão onde sondagens anteriores indicaram vestígios de óleo. Camargo contrata um cientista belga, Auguste Collon, que analisa a área e dá parecer favorável ao projeto. Em 1897 são realizadas perfurações até 480 metros, tendo sido retirado dos poços apenas dois barris de óleo²¹, levando ao abandono das atividades. É interessante ressaltar que essa tentativa pioneira ocorreu em caráter totalmente privado. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.8-9)

As preocupações governamentais com o petróleo surgiram de fato com a experiência da Primeira Guerra Mundial. O Brasil acelerava seu crescimento industrial e com isso sua necessidade de provisão de combustíveis minerais. A guerra deixou de forma clara duas deficiências: a questão da dependência externa e a vulnerabilidade dos exércitos que dependiam de fornecimento externo de combustíveis. Também foi ressaltada a questão política do petróleo, com manobras diplomáticas e de guerra no sentido de garantir fontes de suprimento. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.10-11)

As primeiras referências ao debate geológico sobre petróleo no país remetem a estudos sobre depósitos de rocha betuminosas na costa do Nordeste, entre Alagoas e Bahia (Riacho Doce e Lobato), e alguns pontos do relatório final da Missão White²² para a Comissão do Carvão. O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) decide rever a contraindicação do relatório White sobre a possibilidade de petróleo no sul, tendo em vista que estudos realizados no México indicavam a possibilidade de ocorrência de óleo em regiões sedimentares semelhantes. Desta forma, são iniciadas atividades exploratórias no Paraná que, devido a dificuldades técnicas e falta de conhecimento e experiência em geofísica e geologia do petróleo, não tem os resultados esperados, sendo abandonadas em 1927. Os trabalhos no

²¹ Um barril de petróleo (bbl) equivale a 42 galões norte-americanos ou 158,987294928 litros. Na primeira perfuração de Drake, quando o petróleo começou a fluir, ele se deu conta que não tinha como armazená-lo e transportá-lo. Como solução, recolheu todos os barris de uísque que conseguiu para estocar o óleo, pois eram o único tipo de reservatório disponível e que atendia as duas funções. O método continuou e, em pouco tempo, com o aumento da produção de óleo e a conseqüente queda de preços, as barricas é que se tornaram escassas e chegaram a custar o dobro do preço do óleo que continham. (YERGIN, 2010, p.29). Até hoje as medidas de produção são dadas em barris por dia (bpd).

²² Grupo de trabalho dirigido pelos geólogos americanos David e Israel Charles White para avaliar o potencial carbonífero do sul do Brasil, cujo relatório final, de 1908, apresentava um diagnóstico global (negativo) sobre as potencialidades petrolíferas da região.

Nordeste também são abandonados devido aos escassos resultados, mas a memória técnica dos trabalhos teria influência decisiva no futuro da exploração no Brasil. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.9-12)

Em 1930 extingue-se o SGBM e cria-se o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que segue a rotina de escassos estudos e resultado até 1937. Neste período, há mais ação política. O Governo Provisório decreta o fim de qualquer atividade dos governos estaduais, cancelando concessões. Instaura-se uma celeuma pela decisão do extinto SGBM de encerrar as explorações no Nordeste e Monteiro Lobato e Edson de Carvalho criam em 1932 a Cia. Petróleo Nacional para operar na área. Monteiro Lobato, em 1934, ainda com os trabalhos em andamento em Alagoas, segue para São Paulo e cria a Cia. Petróleos do Brasil. As negativas oficiais quanto às possibilidades de existência de petróleo acirram o debate pela imprensa. Enquanto isso, após saber que suas amostras coletadas em Lobato (BA) em 1930 haviam desaparecido do SGBM, o engenheiro Manuel Inácio Bastos envia nova amostra de óleo para análise, desta vez para a Escola Politécnica da Bahia. Otimistas com os resultados, solicitam ao DNPM uma sonda e um técnico para realizarem uma perfuração, que nega o envio, baseado na memória técnica dos trabalhos anteriores. Um dos geólogos estrangeiros a serviço do DNPM, Vitor Oppenheim, considerado controvertido e arrogante, nega a possibilidade de óleo na região em termos categóricos. Em seguida, alguns geólogos não pertencentes aos quadros do DNPM e com pouco experiência em petróleo duvidam que os indícios fossem fraudulentos. Finalmente, em 1936, técnicos do DNPM visitam a região novamente e chegam a conclusão de que o local merecia uma investigação mais detalhada, o que criou uma situação politicamente complexa: o governo, desde o início, apoiou o DNPM, que veio a ser contraditado por uma opinião originada fora do meio técnico e que se mostrou válida. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.12-21)

Finalmente, as perfurações se reiniciam em 1937 e, em 21 de janeiro de 1939, na terceira perfuração, já sob o Estado Novo e tendo sido criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 29 de abril de 1938, se encontra petróleo a 210 metros de profundidade (figura 5). Em 1941, em Candeias, foi descoberto o primeiro campo comercial de petróleo do país²³. Após a descoberta de Lobato, tornou-se politicamente impossível para o CNP abandonar a área do Recôncavo, mesmo com os resultados incontestáveis que Lobato era subcomercial. Assim, com um plano de melhor mapeamento geológico e estudos geofísicos, foi possível, além da descoberta de Candeias, encontrar gás em Aratu e petróleo em Itaparica.

²³ Até hoje os poços da região estão em operação.

Na figura 6 vemos o mapa das bacias sedimentares brasileiras. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.20-21)

Com mais verbas e flexibilidade que o DNPM, o CNP pode contratar firmas estrangeiras prestadoras de serviços para suprir a necessidade de sondas e de técnicos treinados, numa situação que durou somente até 1940, quando se iniciaram as restrições às exportações de equipamentos de exploração e peças de reposição pelos EUA. Em 1944, o Conselho contrata uma firma de consultoria, DeGlyer and MacNoughton para supervisionar as atividades de exploração e iniciar a formação de geólogos de petróleo brasileiros. Embora algumas sondagens continuem sendo feitas no Amazonas, Pará, São Paulo e Paraná novas descobertas só ocorrem no Recôncavo baiano. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.21)



Figura 5: Primeiro poço produtor de petróleo no Brasil, em Lobato, BA

Fonte: O Globo

É interessante notar que o desenvolvimento de atividades pelo CNP não faz desaparecer o interesse de particulares, que continuam a pedir concessões, como mostra o quadro 1, quase sempre para a bacia do Paraná, apesar das reconhecidas dificuldades geológicas da região e das descobertas na Bahia, particularmente devido ao custo mais baixo

das atividades desenvolvidas na região centro sul do país. Entretanto, tais concessões raramente foram além de levantamentos preliminares. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.21)



Figura 6: Bacias sedimentares do Brasil

Fonte: Ciência Hoje

Quadro de concessões para a exploração de petróleo 1937-50				
<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>Empresas</i>	<i>Parti- culares</i>	<i>Estados</i>
1937	10	4	6	BA (9); SE (1)
1938	14	3	11	SC (2); AL (5); SE (2); SP (1); PE (1); MT (3)
1939	17	3	14	PR (4); SE (3); SP (1); RJ (1); BA (6); PE (1)
1940	19	10	9	RJ (3); MA (2); BA (7); MT (1); PE (1); SP (3); SE (2)
1941	10	-	10	SC (1); RS (1); RJ (1); SE (6); CE (1)
1942	1	-	1	RS (1)
1943	2	-	2	SC (1); RS (1)
1944	1	-	1	RJ (1)
1945	9	-	9	SC (3); PR (5); SP (1)
1946	5	1	4	SP (3); RS (1); SE (1)
1947	3	-	3	SP (2); MT (1)
1948	7	-	7	SP (5); SC (1); SE (1)
1949	1	-	1	SE (1)
1950	6	-	6	CE (4); PR (2)

Quadro 1: Concessões para exploração de petróleo entre 1937 e 1950

Fonte: DIAS; QUAGLINO, 1993, p.25

Foi também na década de 1930 que a atividade de refino passou a interessar o governo. Até aquele momento o país possuía apenas alambiques que reprocessavam querosene, com objetivo de beneficiá-lo. Mas, nos anos 30, foram construídas três instalações de refino, com baixa tecnologia e de pequena escala. Eram elas a Destilaria Rio Grandense (150 bpd), Ipiranga S.A. (1.000 bpd) e a refinaria das Indústrias Matarazzo (500 bpd). Em 1938, com a criação do CNP, toda a atividade petrolífera, incluindo o refino, foi considerada “serviço de utilidade pública” ficando sujeita exclusivamente à competência do governo federal, instituindo regulamentos para a indústria instalada e para novos investimentos, incluindo a obrigatoriedade de propriedade, direção e gerência ser confiada exclusivamente a brasileiros natos (não foram proibidos os investimentos privados nacionais)²⁴. Também ficou decidido que o Estado poderia proceder à industrialização do petróleo quando o CNP julgasse conveniente. A formulação desse modelo deveu-se a um pequeno grupo de técnicos e militares, comandado pelo general Horta Barbosa. A nacionalização da indústria não gerou maiores problemas na área do refino, ainda incipiente no país, mas as grandes companhias estrangeiras de petróleo, e que controlavam sua importação, temendo o que poderia ocorrer com seu futuro no mercado brasileiro iniciaram uma série de movimentos para superar a nova legislação em vigor. A maior das empresas, o grupo Standard Oil, chegou a construir uma instalação de refino às pressas, a fim de reivindicar “direitos adquiridos”, além de tentar pressionar o governo para abrandar o caráter nacionalista da legislação. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.60-2)

A partir de 1939, após uma viagem à indústria estatal do petróleo na Argentina e no Uruguai, Horta Barbosa passou a defender com maior veemência a implantação da indústria estatal de refinação sob monopólio, enviando ao presidente Getúlio Vargas, em 1941, um decreto com a proposta de instituição do monopólio estatal no refino, justificando sua posição com as seguintes colocações:

- o governo federal era o quem melhor poderia atender aos “interesses nacionais”, não pondo interesse particulares em jogo, como fariam o capital privado ou governos estaduais;
- o controle da Federação não estimularia o surgimento de rivalidade regionais;
- como não visaria lucro, os preços de venda dos derivados deveriam cair;

²⁴ Neste período alguns projetos privados chegaram a ser estudados, mas nenhum foi efetivado. Entre as razões estariam a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o surgimento do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis, o posicionamento do CNP pelo monopólio estatal, a posição dúbia do presidente Vargas sobre qual modelo prevaleceria e a dificuldade de obtenção de financiamento externo para os projetos, causada basicamente pela pressão contrária das grandes companhias de petróleo estrangeiras.

- manteria sob a tutela do governo a formação e fixação de preços;
- o refino, por ser um negócio mais estável, geraria a provisão necessária de recursos financeiros para financiar a incerta e custosa prospecção de petróleo.

Entretanto, nenhum desses motivos foi suficiente para que Vargas fosse convencido a assinar o decreto. O presidente adiou qualquer decisão “mandando ouvir” todos os interessados no tema, sem se decidir por nenhuma proposta. Sem poder concretizar seus planos e sofrendo oposições dentro do próprio governo, Horta Barbosa se demite em 1943. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.63-4)

Após o final da Guerra e a queda de Vargas, a Constituição de 1946 flexibilizou a exploração de recursos minerais, inclusive petróleo, permitindo a participação de brasileiros e sociedades organizadas no país, e não mais brasileiros natos exclusivamente. Uma outra questão que se colocou foi a pressão que a importação de petróleo passou a fazer sobre as disponibilidades cambiais do país, dado o aumento brutal de consumo no pós-guerra. Para resolver esse problema o novo dirigente do CNP, coronel João Carlos Barreto, tenta atrair, sem sucesso, o capital estrangeiro para o setor do petróleo. Entretanto, em setembro de 1946, são aprovadas as construções de duas refinarias, através de uma Resolução do CNP que permitia investimentos de refino de investidores brasileiros natos que não tivessem obtido empréstimos de companhias estrangeiras. O problema foram as dificuldades políticas, financeiras e técnicas, que geraram longos atrasos para a construção das refinarias. A Refinaria de Manguinhos, do grupo Drault Ernany (8 mil bpd) e a Refinaria de Petróleo União, do grupo Soares Sampaio (20 mil bpd) só foram inauguradas em 1954. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.65-90)

Em 1947, uma comissão nomeada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra foi encarregada de rever a legislação relativa a exploração e lavra do petróleo. Contudo, outro acontecimento desencadeia o movimento “O petróleo é nosso”. Horta Barbosa e Juarez Távora realizam conferências no Clube Militar sobre a política de petróleo mais apropriada para o país. Távora defendia a associação com o capital estrangeiro e Horta Barbosa mantinha sua posição nacionalista para o setor. Essas conferências serviram para tirar o debate do restrito círculo oficial e também deixaram clara a divisão interna dos militares sobre o assunto. O interesse despertado pelas apresentações fez com que outras instituições como Clube Naval e Instituto de Engenharia de São Paulo organizassem eventos semelhantes. Artigos começaram a aparecer na imprensa e o meio político ficou aguardando a revisão solicitada por Dutra. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.93-94)

Em fevereiro de 1948 é emitida a Mensagem Presidencial n. 62, que contém a nova legislação, que ficou conhecida como Estatuto do Petróleo. A legislação tentava atrair o capital internacional, impondo limites que garantissem o controle nacional sobre os patamares mínimos de consumo interno e permitindo o investimento estrangeiro que visasse mercados externos. O resultado prático foi desagradar a ambos os lados. As multinacionais não teriam controle do mercado de refino e transporte, não poderiam exportar petróleo irrestritamente nem teriam liberdade na atividade de exploração. Os nacionalistas julgavam que o Estatuto abria o refino ao capital estrangeiro, reduzia a função regulatória do Estado e permitia exploração de petróleo brasileiro por companhias estrangeiras. A UNE cria uma comissão de Defesa do Petróleo e, em abril, em uma conferência na Associação Brasileira de Imprensa, é aprovada a criação de uma organização nacional para coordenação de uma campanha contra o Estatuto, sendo criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que congregava militares nacionalistas, estudantes, intelectuais, técnicos do setor não ligados ao CNP e a imprensa nacionalista. O grupo era formado ainda por um amplo espectro político: nacionalistas conservadores, socialistas, trabalhistas e membros do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) não ligado ao grupo de apoio a Dutra. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.96)

A campanha “O petróleo é nosso” possuía três frentes de ação. Buscava a conscientização da população do Rio de Janeiro através de palestras e panfletos, procurava construir um movimento nacional, enviando conferencistas de prestígio por todo país e trabalhando junto ao congresso para dificultar a tramitação do Estatuto. O movimento se espalha pelo Nordeste, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e em outubro se realiza a I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo (figura 7). Entretanto, a maioria governista consegue aprovar o anteprojeto de lei em algumas comissões e, nos estados, governadores tendiam a ser menos tolerantes que prefeitos e reprimiam manifestações. O diretor geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Mario Bittencourt Sampaio, contudo, manobra o plano econômico de Dutra conhecido pelas iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE) de forma a destinar parte dos recursos para a compra de uma refinaria, de uma frota de petroleiros e para incrementar a exploração de petróleo, deixando pouco espaço para multinacionais interessadas no mercado interno. A partir de 1949 o movimento ganha mais força e adesão do ex-presidente Artur Bernardes, ampliando seus objetivos e transformando o Centro que comandava o movimento em Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). O sucesso da campanha durante o ano, refletiu nas eleições marcadas para o ano seguinte. Dutra não queria se

responsabilizar por qualquer decisão final e os candidatos foram instados a definir suas posições sobre o tema. Muitos membros dos Centros de Defesa do Petróleo espalhados pelo país se candidataram e vários conseguiram se eleger em todas as esferas de governo. A eleição de Vargas não trouxe o cenário bastante favorável esperado pelos nacionalistas. Diante do agravamento da conjuntura internacional e das pressões americanas, o presidente tenta conciliar várias correntes em conflito dentro de seu governo sem comprometer-se com nenhuma posição mais forte. Em 1951 o governo federal e os governadores tentaram reprimir a campanha, entretanto apenas em Minas Gerais, sob governo de Juscelino Kubitschek, o Centro é fechado. Outro problema foi a disputa interna entre a UNE e o Clube Militar pela liderança do movimento. Mas, em dezembro de 1951 o debate passa para uma nova fase, quando é encaminhada a Mensagem Presidencial do projeto 1.516 que prevê a constituição da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. Ela não previa monopólio estatal, mas uma holding com propriedade estatal de 51% e com muita flexibilidade organizacional, que permitisse sua atuação em uma diversa gama de atividades ao mesmo tempo em que captava recursos privados. O CEPDEN rapidamente se posicionou contra a “ambiguidade” do projeto que, no seu entender, permitiria a associação com multinacionais. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.98-102)



Figura 7: I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo

Fonte: NASSIF, Luis. A história da campanha O petróleo é nosso.

A tramitação do projeto nas comissões foi marcada por diversas alterações, sempre no sentido de reforçar o controle acionário da União e regulamentar a questão do *royalties* de estados e municípios. Em junho de 1952, o deputado Bilac Pinto apresenta uma emenda alterando radicalmente seus termos e estabelecendo de forma explícita o monopólio estatal de exploração, produção, refino e transporte de petróleo, o que poria por terra as bases políticas amplas em que o governo tentava assentar sua proposta. O governo consegue negociar um acordo: aceita o monopólio estatal, mas mantém a exclusão das refinarias privadas e da distribuição de derivados (controlada por multinacionais) do conjunto de atividades nacionalizadas, assumindo o compromisso de não permitir o aumento da capacidade de processamento das refinarias privadas. Com esse acordo, a votação transcorre sem muitos problemas na Câmara em setembro de 1952, mas enfrenta resistência do grupo conservador do Senado, que reenviam o projeto à Câmara em julho de 1953 com alterações substanciais do acordo inicial. Entretanto, a Câmara derruba todas as emendas do Senado, tendo sua redação final aprovada em 21 de setembro. Finalmente, em 3 de outubro de 1953 é criada a Petróleo Brasileiro S.A., com a assinatura da Lei 2.004 (figura 8), cuja história e evolução veremos a seguir. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.103-4)



Figura 8: Presidente Getúlio Vargas assina a Lei de criação da Petrobrás
Fonte: (DIAS; QUAGLINO, 1993)

6.2 PETROBRAS

6.2.1 O início da empresa

A Petrobras foi criada em 1953, mas sua instalação só foi concluída em 1954, ao herdar do CNP duas refinarias (Mataripe, BA – inaugurada em 1950 e Cubatão, SP- ainda em construção), que se tornaram os primeiros ativos da empresa, que começa a operar em maio desse ano, com uma produção de 2.663 bpd, o que era equivalente a 1,7% do consumo nacional de petróleo. (PETROBRAS)

Na área de refino, foi inaugurada em 30 de janeiro de 1955 a Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, a primeira de grande porte no país.

Como não havia cursos de geologia no Brasil a Petrobras contratou para chefe do Departamento de Exploração (DEPEX), em 1954, o americano Walter K. Link (que permaneceu na companhia até meados de 1961), que era geólogo chefe da Standard Oil, com passagens por países como Venezuela, Colômbia, Equador, Indonésia, Nova Guiné, Costa Rica e Cuba. Os profissionais brasileiros de exploração eram, na maioria, engenheiros de diversas especialidades, sendo muitos engenheiros de minas. Link, num primeiro momento, contratou geólogos e geofísicos do exterior, depois passou a enviar brasileiros para estudar geologia e geofísica de petróleo fora do país e, finalmente, ajudou a estruturar um curso de geologia na Universidade da Bahia, com professores estrangeiros²⁵, para treinar no país os geólogos de petróleo. (ESPÍNDOLA, 2013, p.4)

A contratação de Link decerto foi polêmica, já que para os nacionalistas a contratação de um ex-funcionário americano da Standard Oil era um absurdo. Link nunca conseguiu escapar das afirmações da imprensa de que era um espião estrangeiro a serviço da Standard, e por muito tempo parte da imprensa afirmava que o petróleo brasileiro estava, na realidade, em mãos estrangeiras. Entretanto, a direção da empresa não hesitou em contratá-lo já que havia uma grande carência de pessoal especializado e levou ainda em conta:

- o know-how americano para exploração era o que de melhor podia ser adquirido no mercado e transferido ao corpo técnico em formação;
- a necessidade de resultados em curtíssimo prazo de descobertas e produção só seria atingida com a ajuda de profissionais externos.

²⁵ Link adotou a prática de selecionar profissionais para cursos e Pós-Graduação nas melhores universidades do mundo, que realizaram importantes trabalhos de campo no país, como La Salle Humphrey e Giles Allard. (ESPÍNDOLA, 2013, p.5)

Link e sua equipe tinham a missão de implantar uma estrutura organizacional nos moldes da indústria norte-americana e iniciaram um programa de exploração bastante ambicioso, como desejavam os diretores da empresa e o governo. Estudou a bacia do Recôncavo baiano, mas também disparou em várias direções: bacia do Maranhão Piauí, bacia do Paraná, Mato Grosso e Goiás, bacia de Campos, Rio Grande do Norte, bacia Amazônica e também a bacia costeira Sergipe-Alagoas. Até 1959 foram realizados diversos estudos e prospecções, e apesar do volume de conhecimentos acumulados sobre as bacias sedimentares brasileiras não foram obtidos grandes resultados práticos; apenas descobertas adicionais na já explorada região do Recôncavo, a ainda promessa de óleo na bacia Sergipe-Alagoas e resultados inconclusivos na Amazônia. Chegou-se então a conclusão que o programa de exploração precisava ser revisto. Esse processo de revisão se deu durante o ano de 1960 e dele resultaram três documentos que, juntos, ficaram conhecidos como relatório Link, e detalhavam os trabalhos feitos até então, sua análise e propunham um novo programa de exploração a partir de 1961. (ESPÍNDOLA, 2013, p.448-463), (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.114-117)

6.2.2 Relatório Link

O caso do relatório Link merece um comentário a parte, dada sua repercussão em todo restante da história da Petrobras e do setor de petróleo no Brasil. As interpretações dadas ao conteúdo do relatório geraram diversas críticas a Link, que chegou a ser acusado de estar a serviço de multinacionais do setor de petróleo e até hoje o tema pode despertar discussões acaloradas.

O que ficou para a história é que o relatório afirmava que não havia petróleo no Brasil e que a empresa, se quisesse explorar o óleo, deveria atuar no exterior. O geólogo Giuseppe Bacocoli, que foi funcionário da empresa e professor da UFRJ chegou a dizer que se o país dependesse do relatório de Link “talvez tivesse sido mais negócio fechar tudo e comprar óleo de fora” (CARIELLO, 2003). Esta é uma visão um tanto tendenciosa da questão. Realmente, os documentos mostram pessimismo em relação à maior parte das bacias terrestres reavaliadas e questionavam a racionalidade do dispêndio de recursos em programas exploratórios audaciosos, mas insistia que tais conclusões estavam condicionadas pelo estado da tecnologia do momento e apontava como uma possibilidade a prospecção no marítima. (PETROBRAS)

É preciso também levar em conta alguns outros fatores, a geofísica ainda precisou avançar bastante para contribuir decisivamente nas descobertas petrolíferas no Brasil, e a equipe de Link não tinha na geofísica seu forte. Link veio com a missão de descobrir petróleo suficiente para garantir a autossuficiência do país a um custo competitivo e, dada sua experiência passada, isto significava a descoberta de “campos bonanza” (com grandes reservatórios). O desenvolvimento tecnológico e a exploração de novas fronteiras também esbarravam na questão custo benefício dos investimentos, pois ainda faltavam 15 anos para o “primeiro choque do petróleo”. Link também deu azar; seus poços exploratórios na região da bacia de Sergipe-Alagoas resultaram secos²⁶.

Uma análise mais atenta dos documentos mostra as preocupações e propostas de Link. No primeiro documento, o memorando do Departamento de Exploração DEPEX 1032/60 de 22 de agosto de 1960 informa os critérios usados na avaliação final das bacias, divididas em A, B, C e D, merecendo produção as do tipo A, manutenção da exploração as do tipo B, redução da exploração, mas sem interrupção total as do tipo C e abandono as do tipo D. Segundo o documento a equipe concluiu que as possibilidades de óleo na maior parte das bacias estudadas não se mostram favoráveis e que as oportunidades de se encontrar “óleo bonanza” que o Brasil necessita são poucas.

O segundo documento é o anexo DEPEX 1032/60 de 9 de agosto de 1960. Nele se explica que “os dados geológicos que possuímos não retratam o conjunto do quadro, mas apenas fragmentos do mesmo” e que o geólogo se baseia neles para montar um quadro e tirar suas conclusões, baseado em suas capacidades, “experiência e conhecimento de ocorrências de óleo em áreas semelhantes.” Também avisa que deixa de fora do relatório as áreas do Recôncavo, já boa produtora, e a adjacente Tucano, de excelente potencialidade. Link diz ser “sua obrigação e dever apresentar os fatos como realmente são, e afastar-se das regiões onde os gastos se tornam excessivos, os resultados negativos e o prosseguimento, científica e economicamente, injustificável e insustentável.” Na análise das bacias pesquisadas todas as bacias do vale amazônico recebem a classificação D, assim como a bacia do Maranhão; Alagoas recebe C- e a e Sergipe C, com a ressalva de que persistentes indícios de óleo

²⁶ Hoje, mesmo com a evolução da tecnologia sísmica, da geologia e da geofísica, a taxa média mundial de sucesso na perfuração de poços exploratórios é de aproximadamente 1 para 8, ou seja, para cada 8 poços perfurados somente em um se encontram reservas de hidrocarbonetos, podendo estas ainda ser tanto comerciais como subcomerciais, ou que não encontram hidrocarbonetos, que são considerados “secos”. Atualmente, especificamente nas bacias brasileiras, a Petrobras vem alcançando taxas de sucesso da ordem de 40% para os poços pioneiros nas bacias pós-sal e no pré-sal essas taxas chegam a superar 80%, mas, ainda assim, os riscos exploratórios continuam presentes.

merecem mais pesquisas e que não foram exploradas as áreas do Escudo Continental²⁷, que podem ser melhores. Na bacia do Sul da Bahia e Espírito Santo informa que as perfurações em terra indicaram uma classificação D, informando que “a área marítima pode ter uma classificação melhor”, e que “acredita-se que mar adentro a secção cretácea seja mais espessa e marinha, e contenha óleo”²⁸. O sul do Brasil também é considerado categoria D.

Em 1958 é criado o primeiro logotipo da empresa, que busca representar os anseios nacionalistas que levaram à sua fundação, remetendo às cores e formas da bandeira nacional.

Nas conclusões Link inicia deixando claro sua opinião sobre a exploração no país, do ponto de vista técnico e econômico:

A **classificação das bacias não é definitiva** e pode se tornar mais ou menos favorável a medida que novos dados forem sendo obtidos. Uma descoberta em qualquer das bacias não produtivas pode melhorar automaticamente sua classificação. **Não acreditamos que um geólogo competente exclua completamente qualquer das bacias mencionadas.** O prosseguimento das explorações **envolve assunto de natureza econômica e disponibilidade de verbas** para esse prosseguimento. A descoberta de um campo ou campos em qualquer das bacias não produtivas, atualmente seria sem dúvida um sucesso científico, mas poderia igualmente ser um fracasso econômico. **O Brasil não parece estar a procura de sucesso sem bons resultados econômicos**, mas ter em vista a descoberta de grandes reservas de óleo que tornam o país auto-suficiente em óleo nos anos vindouros. Até o momento a exploração não foi capaz de fazê-lo e acreditamos que nos últimos 6 anos mais de US\$ 150.000 dólares foram gastos em exploração nas bacias não produtivas do Brasil. Este Departamento está simplesmente informando a Diretoria sobre as possibilidades de se encontrar óleo. Se a **Diretoria possui verbas e deseja continuar a exploração em todas as áreas já trabalhadas, o Depex envidará todos os esforços para realizar um programa de exploração inteligente e bem orientado.** Entretanto, não podemos recomendar que isto seja feito na ampla escala em que se realizou nestes últimos 4 anos. [grifo nosso] (ESPINDOLA, 2013, p.460)

Link no relatório indica que a região promissora, mas não estudada, está no mar. Cabe ressaltar que, na época, não havia tecnologia para fazê-lo. Ele também se preocupa com as questões de economicidade da indústria pois, como foi dito antes, ele fora contratado para instalar uma estrutura como a norte-americana, onde esse ponto era primordial.

No terceiro documento, memorando DEPEX 1058/60 de 29 de agosto de 1960, Link, apesar de afirmar que estando de saída da companhia o programa de exploração a ser seguido deveria ser o dos técnicos que ficarão e o dirigirão, encaminha um programa de exploração proposto para 1961, recomendando a manutenção do ritmo exploratório nas bacias de Sergipe e do Recôncavo e o aumento de atividades na bacia de Tucano. Afirma que um programa para bacias classe C, embora não recomendado, foi adicionado caso a diretoria “decida proceder à

²⁷ Aparentemente trata-se da plataforma continental, à porção dos fundos marinhos que começa na linha de costa e desce com um declive suave até o talude continental, e onde hoje se explora petróleo na região.

²⁸ É em parte dessa região que se encontra a bacia de Campos.

exploração nessas bacias por razões outras que geológicas”. Confirma que suas “avaliações das bacias são constantemente inferiores às dos outros geólogos” justificando-as pelo aspecto econômico. Afirma que “os atuais instrumentos e técnicas sismográficas não tem suficiente sensibilidade para determinar estruturas em áreas sedimentares” pesquisadas, sendo um desperdício de dinheiro, mas que o quadro pode mudar em 5 ou 10 anos com o avanço tecnológico. Para Link “é impossível recomendar a continuação da exploração naquelas áreas, desde que deveríamos estar interessados unicamente em produção comercial. (...) essa exploração em larga escala era justificada porque até então as bacias não puderam ser avaliadas devido à insuficiência de dados.”

Seu memorando termina praticamente com um desabafo:

Poder-se-ia dizer que distendemos a nossa consciência técnica e a nossa moralidade científica ao ponto máximo ao tomarmos as poucas informações geológicas favoráveis e utilizando-as para justificar uma continuação. Neste último ano nada diferente foi aprendido, nem algo novo encontrado que desse alguma esperança. A vantagem que pudesse advir de uma exploração continuada seria principalmente acadêmica e para obter informações geológicas adicionais daria um quadro geológico de subsuperfície mais claro e que poderia reforçar ou refutar alguns conceitos geológicos. Como o custo correspondente é muito elevado e reduzida a possibilidade de fornecer algo de utilidade econômica, não podemos recomendar tais gastos.

As pessoas que me contrataram em 1954 foram claras e explícitas ao salientarem que desejavam fosse a exploração feita da mesma maneira como qualquer boa companhia comercial de petróleo. Isso foi feito com o melhor da minha capacidade e empregamos todos os métodos e instrumentos de exploração conhecidos na indústria. Em nenhum momento durante esses seis anos recebeu a Diretoria outra coisa senão uma resposta direta e uma constante informação sobre o progresso da exploração, tanto fosse boa ou má. Acredito que esse conceito do funcionamento do Depex continua o mesmo, desde que ninguém da Diretoria pediu-me para modificá-lo.

Duvido que qualquer companhia comercial de petróleo continuasse a exploração nessas bacias paleozóicas, ou que obtivesse concessões e iniciasse um projeto de exploração se conhecesse os resultados da geologia e exploração tão intimamente como nós. A minha recomendação e conselho é para não continuar a exploração nas bacias paleozóicas no fim deste ano. Se, todavia, a Petrobrás deseja permanecer na exploração petrolífera em larga escala e em base de competição com a indústria petrolífera internacional, e se tem o dinheiro para assim o fazer, sugiro que a Petrobrás vá a algum país onde possam ser obtidas concessões e onde as possibilidades de encontrar óleo são boas. A empresa não deveria entrar em qualquer área a não ser que a mesma tenha uma avaliação de "A " e "B ". (ESPÍNDOLA, 2013, 463)

Nos parece que Link buscou todas as possibilidades de desenvolver o trabalho para o qual foi contratado, encontrar óleo em quantidade comercial, e frustrado com as críticas ao seu trabalho, por vezes irrefletidas, desistiu. Entretanto em seu memorando anterior, deixa claro que suas conclusões são parciais, devido ao conhecimento científico e as dificuldades tecnológicas da época. E mais, as duas recomendações de Link foram seguidas com sucesso

(exploração no mar em Campos e atuação internacional) e nenhum de seus pontos pode ser totalmente desqualificado. Para Dias e Quaglino:

o relatório Link prendeu-se mais ao que se julgou, à época, um pessimismo exagerado. E essa avaliação coincidia com outra, de caráter mais interno: a de que era chegada a hora de os técnicos brasileiros iniciarem o processo de substituição dos estrangeiros na condução dos programas exploratórios. DIAS e QUAGLINO (1993, p.118)

O posterior sucesso na bacia de Campos contribuiu para reforçar a ideia de que o relatório Link fora totalmente equivocado, um palpite, e que todo o mérito de sucesso da Petrobras deveu-se apenas aos que vieram depois. Como lembra Espíndola (2013, p.5) Walter Link jamais recebeu qualquer reconhecimento ou homenagem por seu trabalho na Petrobras, onde estruturou o Departamento de Exploração e avaliou o potencial petrolífero de muitas bacias sedimentares terrestres brasileiras. Até hoje a Petrobras conta sua história afirmando que os brasileiros mostraram sua força em encarar desafios, mostrando a “disposição efetiva dos técnicos em contradizer o veredito do relatório Link.”

6.2.3 A Petrobras depois de Walter Link e os anos 1960

Já em março de 1961, antes da saída de Link, foi criado um grupo de trabalho composto pelos geólogos Pedro de Moura e Décio Oddone para reavaliar o relatório Link. Seus questionamentos foram de questões basicamente metodológicas. Já se sabia que descobrir campos gigantes no país, que era o grande propósito de Link, seria problemático. Também questionaram o fato de que a avaliação da bacia era feita pela média de opiniões, descartando assim hipóteses mais favoráveis. A base da contra-argumentação era a de que havia sido feito muito pouco trabalho de detalhe, que justificasse condenações tão irrestritas. Do ponto de vista prático, num primeiro momento não houve muitas alterações: foi decidido um aumento da atividade na bacia Sergipe-Alagoas²⁹, manteve-se a redução de atividade na bacia Amazônica e não houve alterações para os planos da bacia do Paraná. Entretanto uma mudança foi clara; enquanto Link tinha um contrato de prazo fixo e pressionado por resultados, a equipe brasileira pode apostar no longo prazo, conquistando seus resultados gradualmente. Isto levou a uma concentração de esforços em áreas que já haviam demonstrado alguma capacidade produtiva e redobrada cautela com investimentos em novas áreas.

²⁹ Onde, em 1963 foi feita a descoberta do campo gigante de Carmópolis (1,6 Bilhões de barris) e, em 1968, a primeira descoberta de petróleo no mar, em Guaricema.

Também em 1961 foi inaugurada a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e o primeiro posto de abastecimento da Petrobras, em Brasília, DF. No ano seguinte apesar da empresa sempre ter se manifestado contra sua participação no negócio de distribuição de combustíveis³⁰, seu novo presidente, Francisco Mangabeira, determinou que a empresa aceitasse proposta da Marinha para fornecimento direto de combustível, ao preço cobrado pelas distribuidoras estrangeiras. Em seguida conseguiu regular a situação da Petrobras como distribuidora e também uma autorização para atuar na atividade de distribuição, em grosso, por todo território nacional. Em 1963, o governo estende o monopólio do petróleo as atividades de importação e exportação de petróleo e seus derivados, com isso, as companhias estrangeiras se tornaram apenas distribuidoras de derivados. No ano seguinte a empresa atinge a autossuficiência na produção de gasolina, óleo diesel e querosene. A partir de 1966, após a criação do Cenpes a Petrobras passou a enfatizar a pesquisa em direção da Plataforma continental e da perfuração submarina. Nesse ano é decidida a construção da primeira plataforma para sondagens marítimas em profundidade de até 30 metros, a PETROBRAS-I³¹ e é inaugurada a Refinaria de Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) para a produção de asfaltos e lubrificantes. Em 1967 foi constituída a primeira subsidiária da Petrobras, a Petrobras Química S.A. (PETROQUISA) com objetivo de consolidar a indústria petroquímica nacional, processar gás natural e óleo de xisto e promovendo a implantação do primeiro pólo petroquímico do país, em São Paulo. No ano seguinte são inauguradas as refinarias Gabriel Passos (REGAP), em Betim, MG e Alberto Pasqualini (REFAP) em Canoas, RS. Também em 1968 foi feita a descoberta marítima do campo de Guaricema, na foz do rio Vasa Barris, em Sergipe, em lâmina d'água de 30 metros, o primeiro poço designado *offshore* do país. Nesse mesmo ano foi iniciado o levantamento geofísico e perfurado o primeiro poço submarino da bacia de Campos, na costa de São Mateus, ES, que resultou seco mas forneceu precisos dados para a descoberta de petróleo, no ano seguinte, na mesma região. (ESPÍNDOLA, 2013, p.30-38), (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.113-160), (PETROBRAS)

³⁰ Os técnicos da empresa argumentavam que: a) a entrada no mercado de distribuição iria representar desvio de recursos das áreas incluídas no monopólio para construção da infraestrutura necessária; b) quem solicitava a entrada da Petrobras no mercado eram em geral órgãos do governo e autarquias, que normalmente se envolviam em problemas no pagamento às distribuidoras estrangeiras e pretendiam conseguir preços e condições especiais da Petrobras, prejudicando o caixa da empresa. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 153)

³¹ A decisão de investir na plataforma marítima não se deu por razões comerciais e sim estratégicas, tendo em vista que, na época, o barril de petróleo era importado por US\$3.00, custo muito inferior ao de uma possível produção marítima.

6.2.4 A Petrobras nos anos 1970 e 1980

A década de 1970 trouxe grandes desafios para a Petrobras. Aumento do consumo interno, choques do petróleo, crise no modelo de crescimento no país. O mundo presenciava uma virada na dramática na indústria do petróleo, como a demanda se nivelando à produção disponível, e se tornando cada vez mais dependente do Oriente Médio e norte da África para conseguir seu petróleo. A Líbia, com a subida de Kadafi ao poder, exigia um aumento de preços, o canal de Suez estava bloqueado desde 1967 e os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), fundada em 1960, não chegava a um acordo abrangente sob negociação dos preços do produto, com os países produtores fazendo cada vez mais exigências para vender seu produto. Estava claro que os preços iriam subir a qualquer momento, e ocorreram duas explosões de preços no mercado internacional, em 1973, durante a guerra do Yom Kippur³² e 1979, com a revolução iraniana (quadro 2).



Quadro 2: Evolução dos preços do petróleo
Fonte: Wikipédia

³² O primeiro aumento ocorreu em outubro, de 70%, passando o preço do barril para US\$5.12, seguido de um embargo ao fornecimento dos EUA e, em dezembro um novo aumento superior a 120%, levando os preços para US\$11.65. É interessante ressaltar que, nesta época, os campos de petróleo do Texas, EUA, já apresentavam declínio de produção, e a nova fronteira petrolífera americana do Alasca (com grandes reservas) tinha custo de produção superior a US\$8.00. Quando os preços chegaram ao patamar de US\$5.00 o Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, deu uma declaração que os EUA tinham como preocupação principal a segurança do abastecimento e que conseguiam suportar preços próximo a US\$10.00 o barril. Esse “desafio” contribuiu para os preços passarem de US\$11.00 o que, convenientemente tornou economicamente interessante a exploração do Alasca. O novo preço também tornou possível a exploração no Mar do Norte e no México, além de contribuir para redução às barreiras impostas ao petróleo da União Soviética. (SIMAS, p.4)

Neste contexto, a produção de petróleo no Brasil, no começo da década, era de aproximadamente 170 mil bpd³³, muito abaixo das necessidades do país. Como a produção em terra mostrou-se muito reduzida e os resultados obtidos na plataforma marítima ainda eram incipientes, a Petrobras cria a subsidiária Petróleo Internacional S.A. (Braspetro) com a finalidade de encontrar alternativas de abastecimento em outros países³⁴, assinando acordos de exploração na Colômbia e no Iraque. (ESPÍNDOLA, 2013, p.38-9)

Em 1976, a Braspetro veio a descobrir o campo de Majnoon, no Iraque, e o campo de Nhrumr em 1978, na mesma área (próximo à fronteira com o Irã), com reservas estimadas em 30 bilhões de barris de petróleo de altíssima qualidade, a maior descoberta da década em todo o mundo. A descoberta foi tão significativa que ocorreu um caso curioso: naquele momento atuavam no Iraque a Braspetro, a trading Petrobras Comércio Internacional S.A. (Interbras) e a embaixada brasileira e todos queriam dar a notícia da descoberta; para conseguir ser a primeira, a Braspetro utilizou um telegrama cifrado, afirmando que “o tatu saiu da toca” e que os testes ainda estavam em andamento “crioulo ainda correndo pelo deserto” (figura 9). Devido às tensões entre o Irã e o Iraque, às dificuldades de financiamento da Petrobras e o aumento do nacionalismo no Iraque, em 1979 a empresa cede o campo em troca de indenização e fornecimento de petróleo³⁵. (CHACEL, 2007, p.40-4)

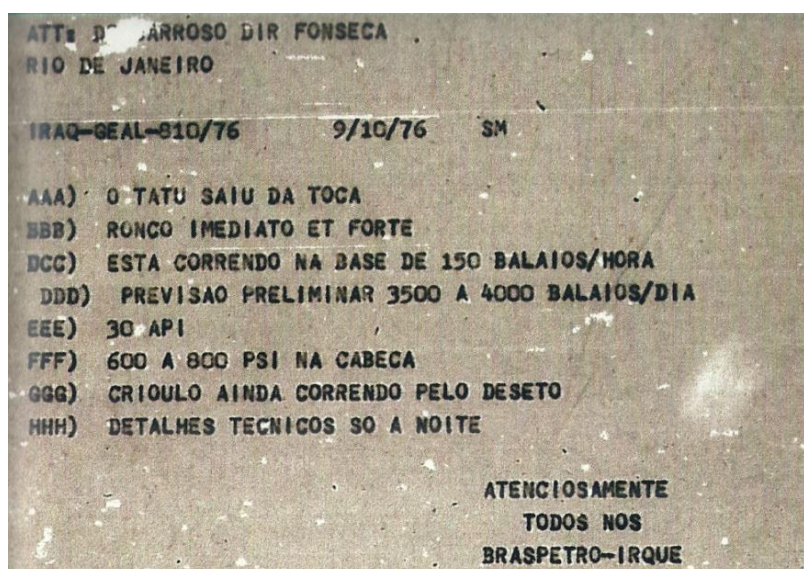


Figura 9: Telegrama informando a descoberta de petróleo no campo de Majnoon
Fonte: CHACEL, 2007, p.45

³³ Atendendo apenas a um sexto da demanda (CHACEL, 2007, p.7)

³⁴ Curiosamente confirmando e seguindo os pontos do tão criticado relatório Link.

³⁵ Um outro ponto a ser considerado é que o campo iria produzir, sozinho, o equivalente a toda produção do país naquele momento (2,5 milhões Bpd) sendo desconfortável para o governo iraquiano ter essa produção nas mãos de uma empresa estrangeira. O campo permaneceu inativo até 2010, quando o governo iraquiano fez um contrato de operação com Shell e Petronas.

De forma a atender ao consumo de derivados a Companhia inaugura em 1972 a refinaria de Paulínia³⁶, em São Paulo; seu prazo de construção de 1.000 dias é considerado até hoje um marco na indústria do petróleo, e incorpora, em 1974, as já existentes Refinaria de Manaus, AM, e a Refinaria de Mauá, SP. Ainda em 1972 inaugurou em São Mateus do Sul, PR, a Unidade de Industrialização do Xisto, para confirmar a viabilidade técnica da conversão em líquidos do folhelho pirobetuminoso da região, que a empresa explorava desde 1954, através do processo próprio Petrosix. Inaugura ainda, em 1977 a Refinaria Presidente Vargas, em Araucária, PR. São também criadas, em 1971 a subsidiária Petrobras Distribuidora S.A. e em 1972 a Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE) em Camaçari, BA. (PETROBRAS)

No campo da exploração e produção, a Petrobras caminha para o mar e em 1973 é descoberto o campo de Ubarana, em Guamaré, na bacia Potiguar, abrangendo o Ceará e o Rio Grande do Norte. É neste momento em que começam a aparecer resultados na bacia de Campos. (ESPÍNOLA, 2013, p.40)

A Petrobras descobriu, em 1973, uma acumulação de petróleo ultrapesado na bacia de Campos, na formação Emboré. Infelizmente não havia tecnologia suficiente para que em óleo tão pesado pudesse ser retirado em condições comerciais, mas a descoberta deu ânimo à empresa para continuar pesquisando (REIS). Em 1974, as coisas não caminhavam bem, com trabalhos já em águas com mais de 100 metros de lâmina d'água. Com sete poços perfurados e secos, tudo apontava para o abandono da área. Entretanto o chefe da DEPEX, Carlos Walter Marinho Campos, insistia em uma perfuração a 110 metros de lâmina d'água, num trabalho difícil e de perfuração lenta. Como a equipe já trabalhava há meses sem resultados ela sugeriu interromper os trabalhos. Carlos Walter resolveu analisar os dados do poço e verificou que faltavam 200 metros para alcançar a área da formação Macaé, de rochas calcárias. Ele havia verificado, no Oriente Médio, que formações de calcário produziam grandes volumes de petróleo em poços de até 5.000 metros de profundidade, e decidiu seguir até a profundidade prevista de 3.500 metros. Disto resultou a descoberta de uma zona calcária saturada de óleo, com vazões não comerciais, devido a problemas no poço. Foi então perfurado um nono poço, que encontrou o campo de Garoupa, com reservas estimadas de 100 milhões de barris. O primeiro poço a produzir em reservatórios calcários no Brasil iniciou todo o ciclo de petróleo na bacia de Campos, que hoje produz 80% do petróleo nacional. A partir deste ponto foram feitas diversas descobertas na região, não só em calcareintos, mas também em carbonáticas do

³⁶ Hoje a maior refinaria da empresa, com capacidade de produção de 415 mil bpd; a refinaria mais complexa é a de Caxias.

barremiano e principalmente em arenitos turbidíticos (Quadro 3) (MORAIS, 2013, p.115). A descoberta da província petrolífera de Campos, levou o ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, a propor festivamente “que tinha vontade de sair sambando, fantasiado de barril de petróleo, pela esplanada dos ministérios”.

Campos de petróleo	Ano da descoberta
Guaricema	1968
Garoupa	1974
Namorado	1975
Badejo	1975
Enchova	1976
Pampo	1977
Bonito	1977
Marimbá	1983
Albacora	1984
Marlim	1985
Albacora Leste	1986
Marlim Leste	1987
Marlim Sul	1987
Barracuda	1989

Quadro 3: Descobertas da Petrobras na bacia de Campos nos anos 1970-80
Fonte: adaptado de MORAIS, 2013, p.138

Neste período a Petrobras atuou no abastecimento e distribuição do etanol. Com a crise do petróleo de 1973 várias as formas de substituição de importação do produto foram tentadas. São de 1975 o acordo Brasil-Alemanha em energia nuclear, campanhas de redução de consumo e o Programa Nacional do Álcool (ProÁlcool). O objetivo principal do ProÁlcool era diminuir a dependência externa de energia, questão considerada estratégica e de segurança nacional, além propiciar uma melhora no balanço de pagamentos, expandir a produção de bens de capital e gerar empregos (CORAL, 2005). No ano seguinte são implantados os “contratos de risco” para exploração de petróleo por empresas estrangeiras ou privadas nacionais³⁷. Em 1977 tem início a produção comercial de petróleo na bacia de Campos, no campo de Enchova, graças a utilização do método de produção conhecido como sistema de Produção antecipada, que havia sido testado pela primeira vez, no Mar do Norte, em 1975. O método consiste em utilizar um sistema de produção temporário enquanto se realizam

³⁷ Foram dadas concessões em 243 acordos a 36 empresas, que entretanto mantiveram baixo o nível de investimentos e não lograram sucesso. A única descoberta se deu em Santos, no campo de gás de Merluza, pela Pecten, subsidiária da Shell. Em 1988, com a nova Constituição, os contratos foram extintos. (ESPÍNOLA, 2013, p.48)

avaliações das características e potencialidades do campo, antecipando a produção e reduzindo custos. (MORAIS, 2013, p.118)

Em 1979, com a revolução iraniana, o novo choque do petróleo leva o preço do barril para US\$34.00. A Petrobras intensifica seu programa exploratório e consegue sucessivos recordes de produção, chegando ao final da década de 1980 a produção de 500 mil bpd, tornando-se o terceiro maior produtor da América Latina, e perfurando em lâmina d'água de 1.000 metros. É inaugurada a Refinaria Henrique Laje, em São José dos Campos, SP, encerrando um ciclo de construção de refinarias que só seria retomado na década de 2000. As refinarias já existentes começam a ser adaptadas para o processamento do óleo nacional, mais pesado e entra em operação, em 1982 o Polo Petroquímico de Triunfo, RS. Em 1986 o Cenpes inicia o Programa de Capacitação Tecnológica para Sistemas de Produção em Águas Profundas (PROCAP), com objetivo de melhorar a competência técnica da empresa na produção de petróleo em águas profundas (até 1.000 metros de lâmina d'água), deixando de importar tecnologia. Foi também em 1986 que, após 30 anos de estudo, a companhia finalmente encontrou petróleo e gás na Amazônia, no campo de Urucu, município de Coari, AM. A fim de proteger a floresta, foi definido que o local funcionaria em regime de plataforma: só se chega ao local por ar ou, na época de cheia, por via fluvial. (PETROBRAS)

6.2.5 A Petrobras na década de 1990

Um período marcado por transformações políticas de grande impacto para a Petrobras. A primeira Guerra do Golfo voltou a pressionar os preços do petróleo. A crise financeira dos países emergentes, que atravessou toda a década afetando principalmente países da América Latina e da Ásia, criou enormes dificuldades para o país. A eleição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, leva à extinção, entre outras empresas públicas, da Interbras³⁸ e da Petromisa, braço de mineração da Petrobrás, criada em 1977. No governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso, é assinada a Lei do Petróleo, que “flexibiliza” o monopólio estatal do petróleo, em 1997. O controle do subsolo permanece com a União gerenciado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), mas empresas internacionais e privadas nacionais podem passar a explorar, refinar e transportar petróleo e derivados.

³⁸ Não havia nenhuma razão clara para se fechar a Interbras, pois era uma subsidiária lucrativa. A empresa facilitava a participação de exportadores brasileiros na conquista de mercado no Oriente Médio, em países exportadores de petróleo de onde o Brasil comprava grandes quantidades de óleo. Várias operações de troca com esses países foram feitas de frango a automóveis e a participação em obras de engenharia. Entretanto, cabe ressaltar que o Consenso de Washington previa a desnacionalização do setor petrolífero.

Em 1991 é proposto o acordo Brasil-Bolívia, assinado em 1993, que prevê a construção de um gasoduto ligando os dois países para importação, pelo Brasil, de gás boliviano a partir de 1996 (entretanto começou a operar, de forma parcial, em 1999). Em 1992 a Petrobras ganha pela primeira vez o prêmio *OTC Distinguishing Achievement Award*, na *Offshore Technology Conference*, em reconhecimento ao desenvolvimento tecnológico da companhia para a exploração *offshore*. A partir dessa data, a empresa passa a destinar 1% de sua renda bruta para P&D no Cenpes e inicia o PROCAP 2000, ampliando a pesquisa em produção submarina para lâminas d'água de até 2.000 metros. Nesse mesmo ano, o Brasil é o primeiro país do mundo a adotar o álcool como aditivo na gasolina, para remoção do chumbo tetraetila do combustível. (ESPÍNDOLA, 2013, p.56-8)

Em 3 de maio de 1995, os trabalhadores petroleiros, junto com os trabalhadores das outras empresas estatais e os funcionários públicos, iniciaram uma greve contra o que consideravam um arrocho salarial e também contra reformas constitucionais em andamento, e que culminariam com o fim do monopólio do petróleo. O movimento unificado foi perdendo força e os petroleiros acabaram sustentando a greve sozinhos, com mais de 90% da categoria de braços cruzados. Na bacia de Campos, poços de petróleo eram fechados e refinarias foram paradas. No dia 9 de maio, o Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve abusiva e o governo utilizou tropas do exército para ocupar as refinarias. O movimento não consegue apoio da opinião pública e, depois de 32 dias, a greve é encerrada e 59 petroleiros são demitidos. (BOSCO, 2003)

Com o desenvolvimento do PROCAP 2000 a Petrobras consegue descobrir, em 1996, o campo de Roncador, na bacia de Campos, em lâmina d'água entre 1.500 e 1.900 metros. Com reservas provadas de 422 milhões de barris, foi o maior campo descoberto pela Petrobras até então. No ano seguinte a empresa, e o país, passam para o restrito grupo dos que produzem mais de um milhão de barris de petróleo por dia. (ESPÍNDOLA, 2013, p.58-60)

Com o fim do monopólio, a empresa assina os primeiros acordos de parceria com outras empresas privadas para exploração de petróleo, e obtém 397 concessões em blocos exploratórios, de desenvolvimento e produção – na chamada Rodada Zero. No ano seguinte, a ANP iniciaria o leilão de áreas para exploração de petróleo e gás (BOSCO, 2003). Ela cria o seu Sistema de Inteligência Competitiva, de forma a poder participar em melhores condições de competição no mercado concorrencial e divulga um plano estratégico voltado ao crescimento internacional, com foco na América Latina. A Lei do Petróleo obriga a Petrobras a abrir uma nova subsidiária para operar dutos, terminais, embarcações e instalações de armazenagem, sendo então em 12 de junho de 1998, criada a Petrobras Transportes S.A.

(Transpetro). Neste ano a Petrobras é classificada no ranking da pesquisa realizada pela *Petroleum Intelligence Weekly*, do grupo de consultoria *Energy Intelligence* como uma das quinze maiores petrolíferas de capital aberto do mundo. Ainda em 1998, assina um contrato de dez anos com a equipe de Fórmula 1 Williams, para desenvolvimento e fornecimento de gasolina para os carros do time. Também nesse ano é formada a parceira com a petrolífera Texaco que, em troca de participação no Brasil, em áreas na bacia de Campos, ofereceu participação no campo de Agbami, inaugurando a participação da Petrobrás na Nigéria³⁹.

Em 1999 a ANP regulamenta o funcionamento do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural (CTPETRO), que utiliza recursos dos royalties do petróleo visando:

estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural, a formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre empresas e universidades, instituições de ensino superior ou centros de pesquisa do País, visando ao aumento da produção e da produtividade, à redução de custos e preços e à melhoria da qualidade dos produtos do setor. (FINEP, 2012)

Podem utilizar os recursos as universidades, públicas ou privadas, do país, sem fins lucrativos e os Centros de Pesquisa do país, públicos ou privados, sem fins lucrativos.

6.2.6 A Petrobras no século XXI

Em decorrência do fim do monopólio, a empresa passa por várias alterações:

No dia 12 de agosto de 2000, a Petrobras passou a ter papéis negociados na Bolsa de Nova York. A companhia atingiu a venda de 180 milhões de ações pelo equivalente a US\$ 4 bilhões, sendo 60% a investidores estrangeiros e 40% a brasileiros. Na época, 310 mil trabalhadores usaram o dinheiro do FGTS na compra. A empresa atraiu ainda 13 mil investidores internacionais que juntos responderam por US\$ 2,6 bilhões do total capitalizado pela companhia. A companhia fechou o primeiro dia no mercado de capitais comemorando o maior lançamento de ações já realizado por uma empresa brasileira. (PETROBRAS)

Já para as entidades sindicais petroleiras, essa mesma operação é considerada, até hoje, um ato de “lesa-pátria”, por sujeitar a empresa a interesses de investidores estrangeiros, sem compromisso com os objetivos nacionais, além de deixar uma empresa estratégica do Brasil subordinada a agências reguladoras financeiras estrangeiras. (FUP, 2015)

Para poder operar no regime de concorrência, foi realizada uma grande reestruturação organizacional, com a criação de áreas de negócio (Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia e Internacional), por sua vez divididas em Unidades de Negócio (UNs), com

³⁹ Neste mesmo país, desta vez com a parceira da Total em 2008, a Petrobras passou a participar da exploração do campo de Akpo. Os dois campos são offshore e a Petrobras não é operadora.

metas específicas de produção e resultados, buscando um aumento da produtividade e da lucratividade. Foi também criado um sistema de inteligência competitiva, para se adaptar ao mercado concorrencial, e elaborado o primeiro Plano Estratégico (2000-2010) da companhia. Um dos focos desse plano foi um aumento da atuação internacional, e para isso a Braspetro foi extinta, sendo incorporada à Petrobras como uma diretoria (Área Internacional).

Neste mesmo período a Petrobras atinge uma importante marca, com a produção diária de petróleo superando a marca de 1,5 milhões bpd, bate o recorde mundial de produção em profundidade com o campo de Roncador (1.877 metros) – o que leva a Petrobras a receber, pela segunda vez o prêmio OTC, e lança o PROCAP 3000, para desenvolvimento de tecnologia em exploração em águas ultraprofundas (até 3.000 metros de lâmina d'água). (ESPÍNDOLA, 2013, p.64-5)

Entretanto é também uma época trágica para a companhia. Em 18 de janeiro de 2000, ocorreu um vazamento do duto que liga a REDUC ao terminal da Ilha d'água (figura 10), despejando 1,3 milhões de litros de óleo nas águas da Baía da Guanabara. Em 16 de julho um novo acidente: 4 milhões de litros de petróleo de um duto da Refinaria Presidente Vargas, em Araucária, que se espalharam pelos rios Barigui e Iguaçu até as proximidades do município de Balsa Nova, mais de 40 km leito abaixo (figura 11). Foram detectados problemas de manutenção, erros de operação e falta de procedimentos de emergências. Em resposta ao vazamento de óleo na baía de Guanabara e no Paraná, a Petrobras cria o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pégaso) e reformula a área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

Logo no ano seguinte, em 15 de março de 2001, duas explosões no interior da plataforma P-36, na bacia de Campos, causam um incêndio que em 20 de março leva ao afundamento da plataforma e a morte de 11 pessoas. Segundo relatório de investigação do caso pela ANP e Marinha, o problema deveu-se a "não-conformidades quanto a procedimentos operacionais, de manutenção e de projeto"; a plataforma era uma sonda de perfuração, que fora adaptada para produção (figura 12).

Em sua estratégia de expansão internacional, a empresa realiza um processo de troca de ativos com a Repsol, adquirindo a empresa argentina Eg3, detentora de 700 postos de combustíveis e a refinaria de Baía Blanca, em troca da participação da Repsol na refinaria Alberto Pasqualini⁴⁰. Ainda na Argentina, no ano seguinte, a empresa a petroleira Perez

⁴⁰ Em 2012 a Repsol reestrutura seu portfólio e sua participação na refinaria é reintegrada à Petrobras.

Companc e a petroleira Santa Fé, sendo criada a Petrobras Argentina (PESA), com atuação também no Equador, Peru e Venezuela. (RIBEIRO, BORINI, 2010, p.38)



Figura 10: Trabalhos de limpeza da baía da Guanabara
Fonte: O Globo, 16 set. 2012



Figura 11: Vazamento de óleo da Refinaria Presidente Vargas
Fonte: Veja, 26 jul. 2000



Figura 12: Afundamento da plataforma P-36
Fonte: Folha de São Paulo, 29 out. 2001

Na Bolívia, onde possuía pequena atividade desde 1995, adquire concessões em 2001 para operar os campos de San Alberto e San Antonio, ao sul do país, que se apresentam entre os maiores campos produtores de gás do país, abastecendo o gasoduto que abastece o Brasil (PETROBRAS). A Petrobras também adquiriu uma refinaria e uma rede postos, que, entretanto, foram entregues ao governo boliviano após a nacionalização de 2006⁴¹.

A partir de 2002, a Petrobras amplia sua área de prospecção para novas frentes, nas bacias de Santos e Espírito Santo e, no ano seguinte, se torna a maior produtora em águas profundas no mundo. A produção total da empresa neste momento representa o equivalente a 90% da demanda de derivados no país.

Também no começo da década, a Petrobras, para atender a determinação do governo de contribuir na solução da crise do setor elétrico⁴², começou a adquirir participações e, posteriormente, a construir usinas termelétricas para geração de eletricidade de forma a aumentar a disponibilidade de energia, com diversificação e ampliação da matriz energética brasileira. Ainda no setor de geração de energia elétrica, a companhia inaugurou em 2004 uma usina eólica em escala piloto em Macaú, RN (PETROBRAS) e, em 2008 constituiu a Brasil PCH, responsável pela implantação de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos estados do RJ, MG, ES e GO, com uma geração de 291 megawatts. (ZONIS, 2008, p.17-22)

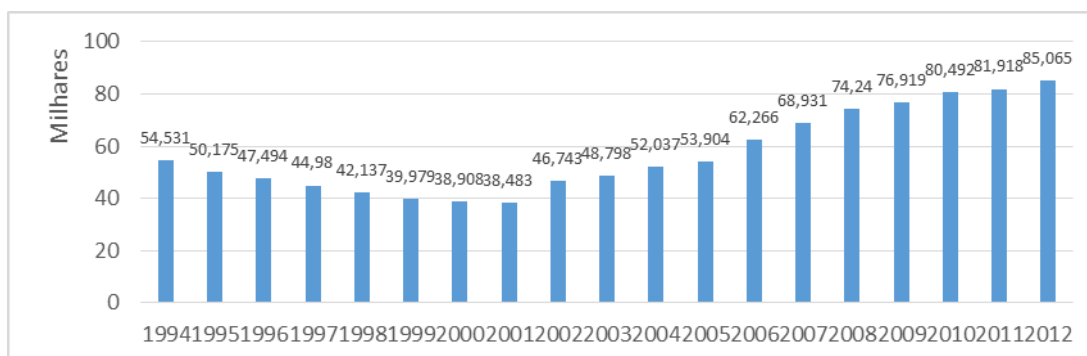
Em 2003, com o início do governo Lula, a empresa sofre nova guinada, tornando-se uma prioridade do governo como indutora do crescimento. Após 10 anos sem contratar funcionários (exceto em caráter pontual), a empresa volta a realizar concursos públicos para recompor seus quadros (Quadro 4)⁴³ e retoma um agressivo plano de investimentos. As UNs foram transformadas em Unidades de Operações (UO), pois a liberdade dada as UNs praticamente transformou cada unidade (de negócios) em uma empresa separada, perdendo as

⁴¹ Em 1º de maio de 2006, cumprindo uma promessa de campanha, o governo Evo Morales declarou a nacionalização do setor de hidrocarbonetos. Com isso, o Estado recupera a propriedade, o controle total e absoluto dos recursos hidrocarboníferos, com as empresas operadoras obrigadas a entregar sua produção à YPFB (estatal petrolífera da Bolívia), que assume a comercialização e exportação dos combustíveis e o controle das refinarias, mediante indenização.

⁴² Ao fazer uma opção por uma rápida e profunda reforma do setor elétrico, calcada em experiências liberais de outros países, o governo Fernando Henrique Cardoso gerou uma desorganização na coordenação e planejamento do setor, ao buscar, simultaneamente, o planejamento e operação integrada dos sistemas, o que pressupõe cooperação, e a busca de maior eficiência por meio da competição, sem um período de adaptação do modelo. A situação foi agravada pela política econômica do governo, em particular, pela política cambial e pela restrição de investimentos das estatais. Como toque final, um período seco em 2000-2001 reduziu extremamente os estoques dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Como consequência, deu-se o racionamento de energia. (GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira, 2003, passim)

⁴³ Desde 2012, por decisão de seu Conselho de Administração a Petrobras mantém o número de funcionários em um teto máximo próximo a 86.000. Em 2015, um Plano de Demissão Voluntária reduziu o efetivo para cerca de 80.000 empregados.

sinergias do sistema Petrobras. Com as UOs, retomou-se o foco da atividade operacional, com novos negócios ou projetos sendo submetidos aos interesses maiores da companhia. As UOs passam a ter um comando único e a inclusão da “gestão por processo” no modelo de gestão da Petrobras buscava permitir um crescimento integrado e sustentável, facilitando a integração da Cadeia de Fornecedores e melhorando dos resultados da Companhia. (GABRIELLI, 2013)



Quadro 4: Número de empregados da Petrobras, por ano

Fonte: Petrobras

Em 2004 a empresa anuncia a decisão de passar a construir no Brasil as plataformas necessárias à expansão da produção da empresa, reativando o setor naval brasileiro⁴⁴ e a ampliação do Cenpes, na Ilha do Fundão, passando a contar com 227 laboratórios. A produção de petróleo continua aumentando e atinge 1,8 milhões de barris. Em 2005 a Lei 11.097 introduz a obrigatoriedade do uso de biodiesel na matriz energética brasileira, com adição do produto no óleo diesel. (ESPÍNOLA, 2013, p. 68-70)

Em dezembro de 2005, em cerimônia com a participação dos presidentes do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, e da Venezuela, Hugo Chávez, foi feita a colocação da pedra fundamental da Refinaria José Inácio Abreu e Lima, em Pernambuco, uma parceria entre Petrobras e a estatal venezuelana Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), que vinha sendo negociada desde 2003. A refinaria, a primeira a ser construída no Brasil desde os anos 1980, utilizaria petróleo dos dois países e, em contrapartida a Petrobras participaria da exploração de petróleo ultrapesado no campo venezuelano de Carabobo, na Faixa do Orinoco. Entretanto, um impasse sobre o valor das reservas do campo, fez o Brasil desistir da participação nessa parte do projeto (FARIA, 2008). Desde então, e até novembro de 2012, a participação da PDVSA ficou indefinida, com a empresa não entrando com sua contraparte financeira, nem desistindo do negócio, até que a Petrobras afirmou que absorveria todo o projeto. Por problemas de licenciamento as obras de terraplanagem só iniciaram em 2007 e no decorrer das obras, alterações de projetos e problemas climáticos criaram uma série de atrasos e

⁴⁴ O apogeu da indústria naval brasileira ocorreu na década de 1970, seguindo-se de declínio nos anos 80, até quase a extinção do setor, na década seguinte. (GANDRA, 2014)

elevação de custos (SONEGO, 2012). A inauguração da refinaria, prevista para 2006, só se deu no final de 2014, a um custo 10 vezes superior ao previsto.

No ano de 2006, em abril, com a entrada em operação da plataforma P-50, a Petrobras anuncia que atinge a autossuficiência⁴⁵ do Brasil na produção de petróleo e gás. A produção de óleo e gás da Petrobras, no Brasil e no exterior, atinge 1,9 milhões de barris de óleo equivalente⁴⁶ e 2,2 milhões de barris, considerando a produção internacional. No ano seguinte, a Petrobras anuncia a descoberta do campo de Tupi, na Bacia de Santos, que concentra grande quantidade de petróleo abaixo da camada de sal, na região chamada pré-sal e inexplorada no país até então. Os grandes volumes recuperáveis estimados e a qualidade do óleo (leve, ao contrário do petróleo comumente encontrado no Brasil) fizeram do pré-sal uma das mais importantes descobertas da história recente da indústria do petróleo. A camada pré-sal fica a cerca de 300 km da costa e os reservatórios estão a quase 7 mil metros de profundidade a partir do nível do mar, sendo cerca de 2 mil metros de água e quase 5 mil metros de rochas da camada pós-sal e de sal, até as jazidas de petróleo (PETROBRAS). Após o anúncio de que o país se tornaria um grande produtor de petróleo teve início uma grande discussão sobre os processos de concessões de campos, tendo em vista que os modelos geológicos indicavam baixo risco exploratório e alto retorno dos investimentos. Os leilões de concessão foram suspensos e, após mais de um ano de discussões, foi aprovada em 2010 a mudança do regime de concessão para o regime de partilha de produção para novos leilões, sendo a Petrobras operadora⁴⁷ obrigatória dos campos e com participação mínima de 30% no empreendimento. Com a descoberta do pré-sal, o Plano Estratégico da Petrobras ficou defasado, e um novo plano foi divulgado em 2008 (Plano Estratégico 2008-2020), no qual a internacionalização da empresa perdeu força e a atenção voltou-se, naturalmente, para a nova província petrolífera. Neste período, o valor de mercado da empresa chegou a mais de US\$ 240 bilhões, colocando a empresa como a de maior valor na América Latina e entre as cinco maiores de toda a América. Esse valor ainda superaria os US\$ 350 bilhões, em movimento

⁴⁵ Autossuficiência volumétrica: o total produzido é igual ou maior que o total consumido. Entretanto, devido a necessidades específicas de diferentes tipos de óleo e a impossibilidade de flexibilidade total de produção de combustíveis, o país continua a importar óleo e derivados, ao mesmo tempo em que exporta os mesmos produtos, com outras especificações. A permanência da autossuficiência depende tanto das variações dos níveis de consumo, como de produção. Por esse motivo, um país pode obter e perder a autossuficiência diversas vezes ao longo da história.

⁴⁶ Barril de óleo equivalente (boe) é uma unidade de energia aproximadamente equivalente à energia libertada pela queima de um barril de petróleo cru. $1 \text{ boe} = 6.1178632 \times 10^9 \text{ J}$ ou aproximadamente 1.70 Mwh. (NOGUEIRA)

⁴⁷ Normalmente, mais de uma empresa de petróleo participam da exploração de um campo, quando não há o regime monopolista, pois isso dilui os riscos financeiros do investimento. Entretanto apenas uma empresa (comumente a que possui maior participação) é a responsável técnica pela implantação e produção do ativo, sendo chamada de operadora.

relacionado a capitalização da empresa em 2009/2010. Entretanto, por questões relacionadas ao seu endividamento, crise econômica mundial, política de preços de combustíveis no Brasil seu valor se situou na virada da década em torno de US\$ 120 bilhões, até que, como resultado dos desdobramentos da operação Lava-Jato da Polícia Federal de investigação de lavagem de dinheiro, que envolveram diretores e fornecedores da empresa, e geraram fortes movimentos especulativos, a empresa retornou a um patamar próximo a US\$ 50 bilhões, menos de um terço do valor de seus ativos.

Ainda em 2007 a Petrobras anuncia a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) para produção de produtos petroquímicos (PETROBRAS). Com a crise econômica mundial de 2008, há uma forte retração do mercado e a ideia de um novo parque petroquímico perde força, ao mesmo tempo em que o consumo de combustíveis aumenta no país. Como resultado o COMPERJ, numa primeira fase transforma-se numa refinaria, com foco de produção em óleo diesel. Assim como na Refinaria de Pernambuco uma série atrasos, alterações e problemas de gestão levam a seguidos atrasos e aumento de custos na construção da planta. No momento, a previsão de inauguração da refinaria é 2016.

Com o aumento do consumo de derivados, a empresa perdeu novamente a autossuficiência volumétrica em petróleo em 2012, sem atingir a autossuficiência volumétrica em derivados. De acordo com o Plano Estratégico 2030, a empresa pode atingir a autossuficiência real sustentada, com produção mínima de 20% acima do consumo nacional, além de uma relação reserva/produção mínima de 15 anos - o que significa manter a produção, com as reservas conhecidas, durante aquele período. Com a descoberta de campos de óleo leve no pré-sal e a ampliação do parque de refino, o país pode atingir a autossuficiência total (produção de petróleo e derivados, independente de importações) por volta de 2020. (PETROBRAS, 2014)

Em 2008 a Petrobras cria a subsidiária Petrobras biocombustível, que será responsável pelo desenvolvimento de projetos e produção de etanol e biodiesel. Em 2009, com um Teste de Longa Duração, tem início o desenvolvimento a fronteira exploratória do pré-sal. A produção inicial é de 30 mil barris por dia. Nesse ano, a Petrobras consegue alcançar a quinta posição no ranking das empresas de petróleo, pela pesquisa da *Petroleum Intelligence Weekly*, com um valor de mercado de US\$353 bilhões⁴⁸ (ESPÍNOLA, 2013, 77-82).

⁴⁸ Esse valor de mercado foi atingido graças à emissão de ações com capitalização do governo, através da cessão onerosa (pagamento antecipado para reforço de investimentos) pela exploração futura de 5 bilhões de barris para o governo. Logo após a emissão, o valor das ações tendeu naturalmente à queda até um valor pouco superior a US\$ 200 milhões, equivalente ao de petroleiras de porte semelhante, com Shell e Chevron.

Em 2010 a Petrobras atingiu, pela primeira vez, a produção interna de 2 milhões de barris diários, média que permaneceu nos anos seguintes, pois a produção dos novos campos apenas compensava a redução de vazão dos poços mais antigos da bacia de Campos, que começaram a operar com baixa eficiência operacional. Neste mesmo ano, a empresa anuncia a descoberta do campo de Libra, o maior campo de petróleo do país até hoje, com volumes recuperáveis de petróleo estimados em até 12 bilhões de barris. Foi a primeira área leiloadada pelo novo regime de partilha de produção, em 2013, num processo conturbado, que teve apenas um lance, ficando o campo com a Petrobras como operadora, e contando com a participação da anglo-holandesa Shell, da francesa Total e das chinesas CNOOC e CNPC, com início de produção previsto em Teste de Longa Duração para 2015. (AMATO; MELLO; THUM, 2013)

Em 2014, pouco após a divulgação de um novo Plano Estratégico (2014-2030), a empresa se viu no meio de um gigantesco escândalo de corrupção, envolvendo ex-funcionários e dirigentes da Petrobras, construtoras e prestadoras de serviços, com graves repercussões na companhia que teve de rever e atrasar a divulgação de seu balanço de 2014, informado grande prejuízo (R\$21 bilhões) o que dificulta a captação financeira no mercado, dificultando tremendamente seu plano de investimentos. Dada as dificuldades encontradas pela empresa desde então, o Plano Estratégico foi colocado em revisão, sem data agendada para liberação de uma nova versão. Cabe ressaltar que, até hoje, mais de 85% dos investimentos no Brasil em E&P são capitaneados pela Petrobras.

6.2.7 Considerações sobre a atuação internacional da Petrobras

O processo de internacionalização da Petrobras é caracterizado por movimentos de crescimento e desinvestimentos simultâneos, ocorrendo em diferentes mercados. Nas últimas duas décadas a companhia tem atuado, em média, em 20 países diferentes simultaneamente. O início da atuação mais ativa da Petrobras no cenário internacional se dá no contexto de garantia do abastecimento no mercado interno de petróleo e derivados, no crítico período dos choques do petróleo da década de 1970. Esse movimento foi intensificado com o Lei do Petróleo de 1997, que encerra a fase monopolista da companhia. (RIBEIRO; BORINI, 2010, p. 20-9)

De início a Petrobras buscou atuar no Oriente Médio (Egito, Iêmen, Argélia, Iraque, Irã e Líbia) e na América do Sul, mas, principalmente após a elaboração dos Planos Estratégicos, a empresa definiu seu foco de atuação principalmente na América Latina, oeste

da África e Golfo do México. De forma geral a atuação internacional da Petrobras se baseia em duas premissas:

- fatores de ordem econômica, de forma a buscar países que oferecem boas oportunidades para a indústria do petróleo e que permita o aproveitamento da vantagem tecnológica de exploração em águas profundas (caso do golfo do México e do Oeste da África);
- fatores que envolvem questões políticas de integração regional onde a localização e a sinergia de recursos seja uma vantagem (caso da América Latina).

Como indica Souza:

sendo uma empresa estatal, a Petrobras implementa, em sua estratégia, as diretrizes governamentais. Assim como, depois de dois choques do petróleo ocorridos na década de 1970, a empresa passou a atuar no exterior com vistas a garantir o suprimento de petróleo no país, no período mais recente intensificou sua ação em nível da América do Sul obedecendo à estratégia governamental de favorecer o processo de integração econômica da região. (SOUZA, 2010)

Normalmente, os movimentos de desinvestimentos da companhia estavam relacionados à falta de viabilidade econômica dos campos explorados, ou por se tratar de ativos não contemplados no portfólio do Plano Estratégico em andamento. Recentemente foi acelerado o processo de desinvestimentos de negócios de menor rentabilidade ou de projeção mais longa de retorno. De qualquer modo, as explicações para os movimentos da Petrobras fora do Brasil são relacionadas às pressões do contexto competitivo, em especial pressões políticas e econômicas. (RIBEIRO, BORINI, 2010, p.35-40)

Tendo em vista o breve histórico aqui exposto, salta aos olhos o papel central da Petrobras nas questões políticas e econômicas do país, no que concerne às discussões sobre o papel do Estado e da sociedade na afirmação de sua soberania e, mais recentemente, como uma das principais indutoras do desenvolvimento econômico, em especial nos setores industrial e de infraestrutura do país. Para cumprir esse papel, a empresa depende fortemente do desenvolvimento tecnológico de seus processos e profissional de sua força de trabalho. Nesse contexto, a universidade brasileira exerce um papel preponderante, tanto na pesquisa quanto na formação.

6.3 P&D E PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA

A Petrobras, como responsável pela provisão de petróleo e derivados do país, de forma a sustentar a crescente demanda por estes produtos além de petroquímicos, precisou, desde seu início, investir em desenvolvimento científico e tecnológico capaz de viabilizar o próprio

negócio, visando à exploração e produção de petróleo, seu refino e distribuição. (SILVA, 2011, p.4)

Assim, a companhia possui um sistema tecnológico que busca desenvolver as tecnologias que viabilizem a realização de seu planejamento estratégico, ao mesmo tempo em que pretende lidar com as tendências e sinais de mudanças tecnológicas. Sua origem está no desdobramento do Plano Estratégico e Plano de Negócios em vigor e nas tendências e sinais de mudanças identificados no ambiente de negócios. A estratégia de P&D é pautada em três eixos direcionadores:

- expansão dos limites atuais dos negócios da Petrobras;
- agregação de valor e diversificação dos produtos da companhia;
- sustentabilidade na indústria da energia.

Também é uma meta Petrobras que a P&D leve ao aumento da contribuição da tecnologia para os resultados dos negócios da empresa. (PETROBRAS, 2014, p.17)

Segundo seu relatório de Resultados Tecnológicos, a Petrobras enfrentou e superou vários desafios, sempre optando pela inovação e pelo desenvolvimento tecnológico como fatores fundamentais para a superação de obstáculos, sendo reconhecida, em 2010 pela revista *Fortune*, como a empresa mais inovadora no setor de petróleo e pela *BusinessWeek* como a 41ª mais inovadora do mundo⁴⁹. (PETROBRAS, 2011, p.4), (EINHORN; ARNDT, 2010)

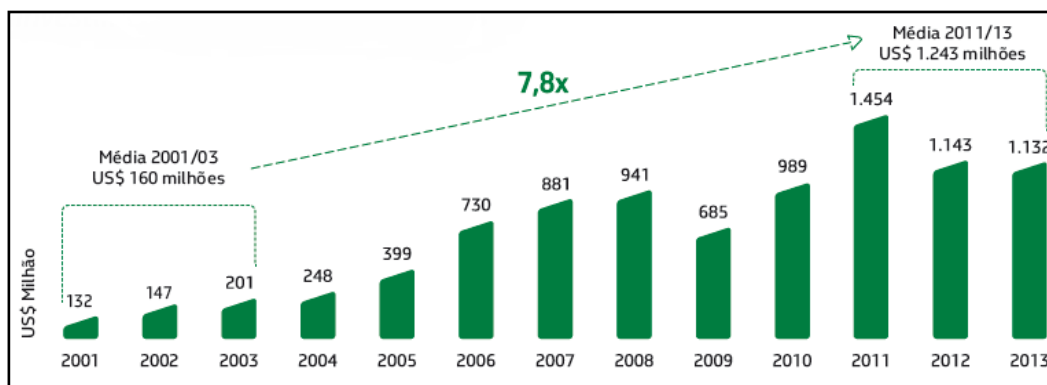
Desde que foi oficializada a decisão da construção de um centro de pesquisas, em 1963, a Petrobras aponta que a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico são fundamentais para seu crescimento e o atingimento de suas metas operacionais. Desde então, investimentos crescentes no P&D da empresa e fora dela ajudaram a construir uma abrangente rede de desenvolvimento tecnológico. (PETROBRAS, 2011, p5)

Com relação aos investimentos em P&D a empresa disponibiliza em torno de 1% de seu faturamento anual na área, figurando, desde meados da década de 2000 entre os maiores investidores em pesquisa na área de energia no mundo, com um aumento expressivo na rubrica a partir de 2006, chegando ao final da década com um investimento mais de sete vezes maior que na virada do século, conforme o quadro 5.

A Petrobras afirma que, além dos recursos financeiros, é fundamental contar com uma infraestrutura experimental de ponta que possibilite o pleno desenvolvimento das atividades de P&D. Nesse sentido, a companhia conta com seis plantas de testes de porte semi-industrial, integradas a algumas de suas unidades industriais (figura 13), além do Cenpes, que após sua

⁴⁹ 2010 foi o único ano em que a Petrobras figurou nestas listas.

expansão passou a contar com uma área de 300 mil metros quadrados, o que, segundo a empresa, o torna um dos maiores complexos de pesquisa aplicada do mundo. Ainda segundo a Petrobras, suas instalações de P&D estão entre as mais completas da indústria internacional de energia. (PETROBRAS, 2011, p.10)



Quadro 5: Investimento em P&D da Petrobras (2001-2013)

Fonte: PETROBRAS, 2014, p.19

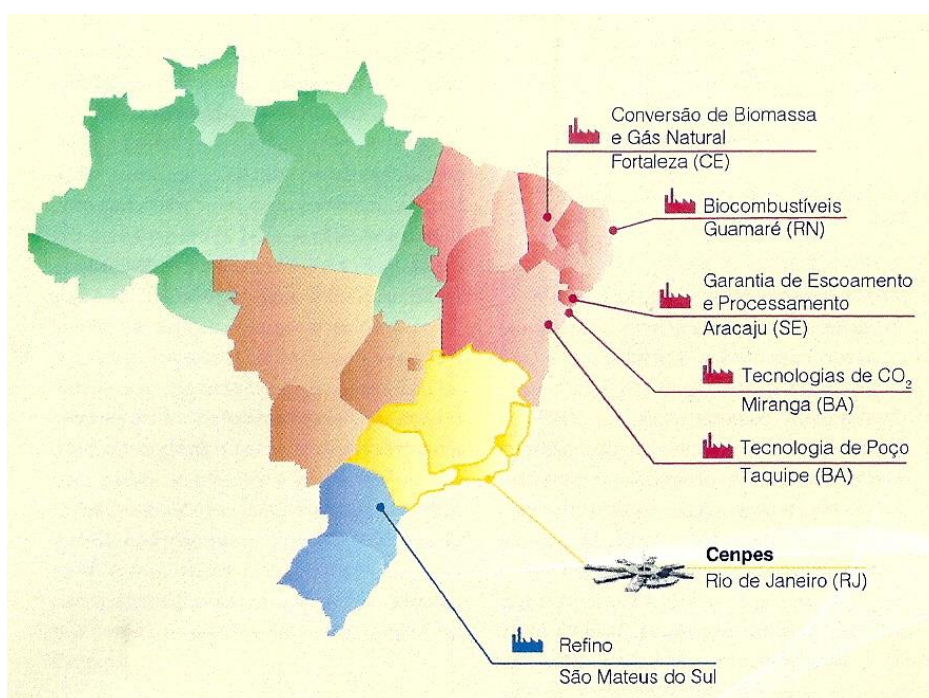


Figura 13: Infraestrutura experimental da Petrobras

Fonte: PETROBRAS, 2011, p.10

Num primeiro momento, a Petrobras não encontrou a expertise necessária na academia brasileira para seu desenvolvimento, demandando apenas de forma acessória a colaboração das universidades. Apenas a partir dos anos 1980 a universidade brasileira foi se inserindo em maior monta na formação de pessoal e no desenvolvimento tecnológico no setor de óleo e gás. Entretanto, ao longo dos anos, vários foram os convênios estabelecidos com centros de pesquisa aplicada no setor, como as universidades de Houston e Tulsa, nos EUA, a Association pour le Développement d l'Étude des Ressources et Matériaux Minéraux, da

França, Det Norske Veritas, na Noruega, Welding Institute, na Inglaterra e Federal Institute for Geosciences and Natural Resources, na Alemanha. (SILVA, 2011, p.5-7)

Segundo Silva, a partir dos anos 1970 a pesquisa ganha relevância na companhia:

Entre a gestão do general Ernesto Geisel como presidente da Petrobras (de 06/11/1969 a 06/07/1973) e como presidente da República (de 15/03/1974 a 15/03/1979), ou seja, logo após a primeira crise do petróleo (1973), houve grande investimento do governo federal na companhia. À época, ocorreu intenso processo de formação de recursos humanos locais para atuar no setor, além do desenvolvimento de tecnologias de refino e na área petroquímica, bem como expansão e consolidação da infraestrutura produtiva da companhia. (SILVA, 2011, p. 9-10)

Enquanto ao longo dos anos 1960 os maiores investimentos da empresa eram voltados para a área de refino, a partir do choque do petróleo de 1973 há uma inversão, com o investimento passando para a área de exploração e produção. Mas, como o petróleo descoberto no Brasil não possuía a mesma qualidade do que o utilizado no parque de refino nacional até então, a partir dos anos 1980 houve um esforço de adequação das estruturas locais para maximizar o aproveitamento do óleo nacional nas refinarias, com desenvolvimento de técnicas de craqueamento⁵⁰, desta vez com ampla participação da academia nacional.

Para desenvolver a capacidade de pesquisa no Brasil, a Petrobras investe na infraestrutura experimental das instituições de C&T parceiras no Brasil. Ela tem atuado junto aos institutos de pesquisa e universidades na construção de uma capacidade experimental de qualidade, utilizando-se da legislação vigente do setor de petróleo e gás, através de mecanismos de fomento para a inovação, conforme regulamentação da ANP⁵¹ para campos sujeitos à participação especial (grande produção ou lucratividade).

A estratégia desenvolvida pela Petrobras para a aplicação desses recursos se baseia na atuação em rede. Após identificar 50 temas que considera estratégicos na área de petróleo e gás, selecionou colaboradores e realiza suas pesquisas organizadas em Redes Temáticas e Núcleos de Competência com instituições espalhadas por todo país. Os investimentos

⁵⁰ Processo químico pelo qual moléculas orgânicas complexas como hidrocarbonetos são quebradas em moléculas mais simples (no caso, hidrocarbonetos leves) por quebra de ligações carbono-carbono pela ação de calor e/ou catalisador. Na indústria do petróleo o processo é comumente usado para produção de gasolina e gás de cozinha.

⁵¹ A regulamentação dos contratos de concessão, em 2006, prevê, na Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, que "*caso a Participação Especial seja devida para um campo em qualquer trimestre do ano calendário, o concessionário está obrigado a realizar despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento em valor equivalente a 1% da receita bruta da produção para tal campo.*" Estabelece ainda que "*até 50% das Despesas Qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento poderão ser realizadas através de atividades desenvolvidas em instalações do próprio Concessionário ou suas Afiliadas, localizadas no Brasil, ou contratadas junto a empresas nacionais. O restante deverá ser destinado à contratação dessas atividades junto a universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais que forem previamente credenciados para este fim pela ANP.*" (ANP, 2014)

ultrapassam R\$460 milhões anuais, possibilitando às instituições conveniadas a implantação de infraestrutura, aquisição de equipamentos, criação de laboratórios, capacitação de pesquisadores/recursos humanos e desenvolvimento de projetos de P&D nas áreas de interesse, como petróleo e gás, biocombustíveis e preservação ambiental (PETROBRAS, 2011, p.12). Os projetos que integram as Redes Temáticas são desenvolvidos através de redes colaborativas entre instituições de reconhecida competência nos temas relacionados. São elas:

- Exploração
 - Micropaleontologia Aplicada
 - Modelagem de Bacias
 - Estudos de Geofísica Aplicada
 - Geoquímica
 - Estudos em Sedimentologia e Estratigrafia
 - Estudos Geotectônicos
- Produção
 - Monitoração, Controle e Automação de Poços (GEDIG) / Gerenciamento Integrado de Operações (GIOP)
 - Computação e Visualização Científica
 - Gerenciamento de Águas no Segmento Produção de Petróleo
 - Tecnologia de Materiais e Controle de Corrosão
 - Revitalização de Campos Maduros
 - Óleos Pesados
 - Gerenciamento e Simulação de Reservatórios
 - Modelagem e Observação Oceanográfica
 - Estruturas Submarinas
 - Elevação Artificial
 - Tecnologia em CO₂ para Recuperação de Petróleo
 - Engenharia de Poços
 - Caracterização e Modelagem Geológica de Reservatórios
 - Modelagem de Escoamento Multifásico em Tubulações
 - Integração de Laboratórios de Ensaio com aplicação na indústria de óleo, gás e energia – Arquimedes
 - Processamento Primário
 - Transmissão e Distribuição Elétrica Submarina
- Abastecimento
 - Combustão e Gaseificação
 - Petroquímica
 - Tecnologia em Asfalto
 - Fluidodinâmica Computacional em Processos de Refino
 - Concretos e Refratários para a Indústria do Petróleo
 - Instrumentação, Automação, Controle e Otimização de Processos
 - Desenvolvimento de Tecnologias para Combustíveis Limpos
 - Centro de Desenvolvimento de Produtos e Processos para o Refino
 - Desenvolvimento de Catálise
 - Desenvolvimento Veicular
 - Centro de Materiais Aplicados ao Refino do Petróleo
 - Excelência na Cadeia de Suprimento do Petróleo
 - Metrologia

- Centro de Tecnologia em Dutos
- Lubrificantes
- Gás Natural, Energia e Desenvolvimento Sustentável
 - Nanotecnologia Aplicada à Indústria de Energia – Nanocatálise e Nanomateriais
 - Hidrogênio: Produção, Uso e Armazenagem
 - Pesquisa em Bioprodutos
 - Centro de Desenvolvimento de Tecnologias do Gás Natural
 - Mudanças Climáticas
 - Planejamento, Gestão e Regulação em Petróleo, Gás Natural, Energia e Desenvolvimento Sustentável
 - Monitoramento Ambiental Marinho
 - Conservação e Recuperação de Ecossistemas e Remediação de Áreas Impactadas
 - Reuso de Água Produzida
- Gestão Tecnológica
 - Integração C&T-Indústria no Processo Produtivo Nacional
 - Tecnologias Convergentes
 - Tecnologia de Construção Naval

Além destas redes foram criados sete núcleos em regiões de intensa atividade operacional da Companhia, com uma instituição de ensino e pesquisa responsável por desenvolver atividades voltadas para o atendimento das demandas tecnológicas específicas da sua região, os Núcleos de Competência. São eles:

- Núcleo da Bahia – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Núcleo de Sergipe – Universidade Federal de Sergipe (UFS)
- Núcleo do Espírito Santo - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
- Núcleo do Rio de Janeiro - Centro Tecnológico do Exército (CTEx)
- Núcleo do Rio de Janeiro – Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
- Núcleo do Rio de Janeiro - Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio).
- Núcleo do Rio Grande do Norte – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Num primeiro momento, a Petrobras concentrou seus aportes financeiros para a construção de uma infraestrutura adequada ao porte e dimensão dos trabalhos que pretendia desenvolver:

Tais investimentos foram fundamentais para dotar o parque tecnológico nacional de infraestrutura com padrão internacional de excelência, de forma a atender às crescentes necessidades de P&D da Petrobras e da cadeia produtiva do setor. A área laboratorial construída por meio dessa estratégia nas universidades brasileiras já é cerca de quatro vezes a área original do Cenpes. (PETROBRAS, 2011, p.12)

A partir de 2006, considerando que já existia uma capacidade física instalada, o perfil de investimentos começou a ser alterado, com um maior aporte para projetos de pesquisa, invertendo a curva de investimentos, que se estabilizou a partir de 2010 (figura 14). Além de

intensificar as parcerias com fornecedores, incentivando-os a instalar novos centros de pesquisa no Parque Tecnológico da UFRJ, que assim ficarão próximos ao Cenpes. A empresa espera que essa localização traga, também, um incentivo para alianças entre fornecedores e a universidade. (FAGUNDES NETTO, 2010)

Fagundes Netto (2010) afirma que a estratégia de desenvolvimento tecnológico da Petrobras tem seu foco nos resultados empresariais, mas que isso não impede que se faça pesquisa básica, que possa ser ligada, num horizonte de 10 anos, a algum ponto da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás. A companhia buscaria a integração de sua equipe de desenvolvimento com “inteligência externa”, participando, inclusive, de políticas públicas que valorizem “o alcance de resultados” em inovação.

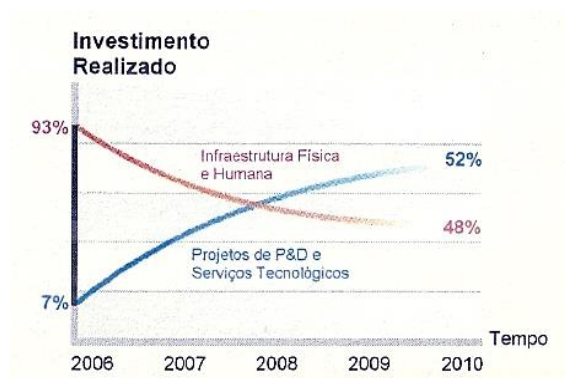


Figura 14: Curva de investimento realizado Petrobras, por tipo
Fonte: PETROBRAS, 2011, p.12.

Outro ponto considerado importante para a Petrobras em seus investimentos de P&D é a qualificação de recursos humanos. A empresa investe continuamente na qualificação de seu corpo técnico⁵². Atualmente existem cerca de 1.300 empregados dedicados à pesquisa e desenvolvimento, sendo que, apenas no Cenpes, trabalham mais de 240 doutores e 450 mestres (PETROBRAS, 2014, p.20). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) além do pessoal Petrobras, mais de 16.000 pessoas integram os grupos de pesquisa patrocinados pela companhia, sendo mais de 8.000 diretamente envolvidos com pesquisa, incluindo cerca de 2.000 professores e 4.000 estudantes, da graduação ao pós-doutorado. (TURCHI; NEGRI; NEGRI, 2013, p.xii)

A partir de 2006, além da UFRJ, a Petrobras tem como fortes parceiras tecnológicas a UFBA, a UFRN, a USP, a UNICAMP, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa

⁵² Uma questão interessante é que a Petrobras não pode contratar diretamente doutores e mestres, nem realizar tal exigência em seus concursos públicos. Desta forma, na maior parte das vezes, ela encaminha seu corpo técnico para tal formação acadêmica.

Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como mostra o quadro 6. (SILVA, 2011, p.9)

Instituição	Nº de Projetos	Recursos (R\$)	% Recursos
UFRJ	238	499.623.756	11,27%
UFPE	36	158.443.374	3,57%
PUC-Rio	55	155.815.125	3,51%
UFSC	43	123.695.941	2,79%
UNICAMP	70	121.839.162	2,75%
UFRN	70	113.203.296	2,55%
UFRGS	67	100.784.539	2,27%
USP	64	92.460.750	2,08%
UFF	26	78.008.458	1,76%
IEAPM/ Marinha do Brasil	2	73.877.740	1,67%
UERJ	28	58.331.675	1,32%
UFS	20	57.779.629	1,30%
UFES	20	56.013.829	1,26%
UFBA	35	52.317.884	1,18%
UFSCar	20	51.819.522	1,17%
IPT-SP	16	49.392.281	1,11%
CIABA/ Marinha do Brasil	1	47.881.369	1,08%
CIAGA/ Marinha do Brasil	3	46.857.064	1,06%
INT	14	42.252.639	0,95%
Instituições Diversas	450	2.105.625.741	47,48%
PNQP/Prominp*	3	348.722.780	7,86%
Total	1.281	4.434.746.555	100,00%

*Programas de capacitação de recursos humanos que envolvem várias instituições no Brasil.

Quadro 6: Recursos por instituição 2006-2014

Fonte: ANP, 2015, p.9

Verifica-se também que, por unidade da federação, os estados que mais recebem recursos em investimentos são o Rio de Janeiro (devido principalmente sua parceira com a UFRJ), São Paulo e Rio Grande do Sul. Apenas o estado de Roraima não apresenta nenhum projeto, como mostra o quadro 7.

Recursos por Unidade Federativa – 2006 a 2014			
UF*	Nº de Projetos	Recursos (R\$)	% Recursos
Rio de Janeiro	450	1.345.118.015	30,33%
São Paulo	227	511.581.910	11,54%
Pernambuco	39	208.726.010	4,71%
Rio Grande do Sul	116	198.557.775	4,48%
Rio Grande do Norte	78	171.262.688	3,86%
Bahia	51	138.603.077	3,13%
Santa Catarina	45	128.739.029	2,90%
Minas Gerais	67	115.787.424	2,61%
Sergipe	28	86.750.361	1,96%
Espírito Santo	21	76.793.072	1,73%
Pará	11	66.150.887	1,49%
Paraná	32	60.841.451	1,37%
Ceará	29	55.905.313	1,26%
Distrito Federal	23	38.422.059	0,87%
Maranhão	8	28.914.543	0,65%
Alagoas	6	19.508.135	0,44%
Amazonas	8	16.919.867	0,38%
Paraíba	17	14.585.928	0,33%
Goiás	4	8.251.185	0,19%
Mato Grosso do Sul	2	7.694.684	0,17%
Piauí	1	3.630.090	0,08%
Tocantins	1	973.944	0,02%
Mato Grosso	1	367.500	0,01%
Roraima	0	144.630	0,00%
Nacional**	16	1.130.516.979	25,49%
Total	1.281	4.434.746.555	100,00%

instituições parceiras (R\$20.000.000,00) e os três blocos estatísticos (R\$ 588.884.261,00);

primeiro bloco de apoio ao BNH (R\$8.135.284,80) o bloco base apoio a elaboração de projetos executivos relacionados a implantação de

** E são incluídos 10 projetos ciência sem fronteiras de participação nacional (R\$133.452.825) o programa INCT/INCT (R\$12.186.523,80) o acordo com a destinação prevista no projeto.

* O projeto PNQP/Prominp foi somado ao número de projetos de 26 por ser a sede administrativa, mas os recursos foram distribuídos pelas UF's de

Quadro 7: Recursos por unidade federativa 2006-2014

Fonte: ANP, 2015, p.10

6.3.1 Cenpes

Em 1963 a Petrobras contratou profissionais russos, E.A. Bakirov e E.I. Tagiev, para avaliar a situação e perspectivas das bacias petrolíferas brasileiras. O relatório final “Relatório sobre Exploração e Produção de Petróleo no Brasil”⁵³, também conhecido como “Relatório Russo”, divulgado em 11 de outubro do mesmo ano, reconhecia o potencial da Petrobras, mas fez ressalvas aos métodos exploratórios e de perfuração utilizados, e frisava a importância de fomentar investigações científicas, recomendando a criação de um centro de pesquisa na área, tal como o Instituto Científico e Tecnológico de Petróleo, criado na Índia em 1962. (ERBER; AMARAL, 2005)

Em dezembro de 1963, o Conselho de Administração da Petrobras decidiu criar um órgão exclusivamente dedicado às atividades de P&D. Mas apenas em 1966 o Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (CENAP), que congregava ensino e pesquisa, é desmembrado, com o ensino passando para o Setor de Pessoal e a pesquisa para o que viria a ser o Cenpes vinculado ao Departamento Industrial. Já no ano seguinte, 1967, o Cenpes é desvinculado do Departamento Industrial e passa a integrar o conjunto de órgãos da Administração Superior da companhia (MOTOYAMA, 2004, p.342). No ano seguinte foi assinado, em 14 de março, o convênio com a UFRJ para a cessão de área na Cidade Universitária.

Nessa época os serviços que funcionavam no Cenpes, herdados do CENAP, eram os de refinação, com laboratórios medianamente equipados, e seria necessário implantar e focar esforços na área de exploração. Mas, nos primeiros anos, não havia consenso sobre a questão de o petróleo brasileiro atender a demanda nacional, e o petróleo era abundante e barato no mercado mundial. Apenas após os choques do petróleo a Petrobras muda definitivamente sua estratégia e inicia a busca pela autossuficiência.

Em 1968 o arquiteto Sérgio Bernardes foi escolhido para desenvolver o projeto arquitetônico do Cenpes e em 1973 o centro é inaugurado (figura 15), como principal polo da companhia para prover as tecnologias necessárias ao desenvolvimento da empresa, com uma área de 122 mil metros quadrados e 137 laboratórios. Já no ano seguinte, com a descoberta do

⁵³ O relatório é controverso dado o contexto político da época. De um lado, se afirma que os russos queriam apenas fazer campanha ideológica e vender equipamentos; de outro, se acusavam os “trustes internacionais” de buscar esconder seus resultados, que contrariariam os dados do relatório Link. Embora o período dos estudos tenha sido curto (10 de abril a 1º de agosto) para uma análise profunda das bacias sedimentares, aponta que existem boas perspectivas, desde que se busquem novos métodos e tecnologias, exatamente as limitações expostas por Link.

campo de Garoupa na bacia de Campos, a área de exploração e produção teve suas pesquisas intensificadas. Segundo Motoyama (2004, p.342) a companhia começou a trabalhar com engenharia reversa, buscando melhorar equipamentos, adaptar materiais e sistemas às condições ambientais, geológicas e de mercado brasileiras. E as conquistas mais significativas se deram nos estudos em exploração e produção de petróleo *offshore*. A partir de 1976, a atuação do centro se expande, abrangendo outras áreas, como petroquímica e engenharia básica⁵⁴, que estavam dispersas por outras áreas da Petrobras. Neste período o Cenpes não recebe ainda uma percentagem fixa do faturamento da empresa, apresentando anualmente um plano de pesquisas com seu orçamento correspondente, para aprovação. (SILVA, 2011, p.18)

Nos anos 1980, ainda sofrendo as consequências da crise dos choques do petróleo e com o país enfrentando problemas energéticos e econômicos, o Cenpes começa a se preocupar em fortalecer seu vínculo com as instituições de pesquisa nacionais e as indústrias fornecedoras, particularmente após 1984, com a descoberta do primeiro campo gigante na bacia de Campos, quando a companhia precisa desenvolver uma capacidade de pesquisa de alto risco, uma vez que a tecnologia não estava pronta e disponível no mercado⁵⁵. Nessa época o Cenpes já possuía acordos de cooperação com 13 instituições no exterior e já tinha obtido 51 patentes no Brasil e 81 no exterior. (SILVA, 2011, p.18)



Figura 15: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes)
Fonte: Petrobras

⁵⁴ Em 1976 a Engenharia Básica foi incorporada às atividades do Cenpes com a responsabilidade de desenvolver projetos conceituais e básicos, inicialmente para as unidades de refino e posteriormente, a partir de 1983, também na área de exploração e produção. (ERBER; AMARAL, 2005)

⁵⁵ Cabe lembrar que é, a partir desse esforço, que em 1986 o Cenpes inicia o Programa de Capacitação Tecnológica para Sistemas de Produção em Aguas Profundas (PROCAP), cujas tecnologias desenvolvidas levaram aos prêmios Offshore Technology Conference (OTC).

A partir da década de 1990 começam a tomar vulto as pesquisas na área de gás e energia, biocombustíveis e desenvolvimento sustentável, mas estas só foram formalizadas na estrutura do Cenpes em 2002. O aumento das atividades do Centro, aliado às mudanças causadas pelo fim do monopólio e do fundo setorial de petróleo e gás CTPETRO⁵⁶, leva ao início das obras de ampliação do centro, em 2005, em área adjacente na Ilha do Fundão⁵⁷.

A ideia de expansão do Cenpes era bem anterior. Ainda em 1986 a Petrobras solicitou à UFRJ a permissão para uma expansão, que na época obteve parecer favorável do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) e, no ano seguinte, obteve aprovação do Consuni, que ressaltou a importância do ato para o desenvolvimento do ensino e pesquisa na UFRJ. As negociações previram um acordo com validade de 50 anos e incluíam, além do pagamento de um aluguel, colaboração em atividades culturais e científicas de interesse de ambas as instituições (ESPÍNOLA, 2013, p.193-4), como o projeto de desenvolvimento de asfaltos que contribuiu com o recapeamento da pavimentação da ilha. No mesmo período ocorreu a construção de ponte de saída da Ilha do Fundão, a Ponte do Saber, primeira ponte estaiada do Rio de Janeiro, e que tratava-se de projeto de compensação ambiental pelo acidente na baía de Guanabara em 2000 e que contou ainda com um projeto e execução do programa de dragagem dos canais da região, além do plantio de 140 mil metros quadrados de novos manguezais.

Com a regulamentação dos contratos de concessão e da legislação para investimentos e P&D no setor de petróleo, em 2006, o Cenpes passa por nova modificação e surgem as redes temáticas. No ano seguinte, com o anúncio da descoberta do pré-sal, são reforçados os desafios tecnológicos de exploração e produção pois, mais uma vez, não havia tecnologia pronta para a operação.

Em 7 de outubro de 2010 é inaugurada a expansão do Cenpes (figura 16), que passa a contar com 305 mil metros quadrados e 277 laboratórios, adotando conceitos avançados de ecoeficiência. (TUPY, 2010). A exuberância do novo complexo e o fato de o Cenpes passar a “cortar ao meio” a Ilha do Fundão (figura 17) irão gerar algum desconforto para parte do corpo acadêmico da UFRJ, como veremos adiante.

⁵⁶ O CTPETRO, criado em 1999, recolhe uma parcela dos royalties da produção de petróleo e gás natural, com o objetivo de financiar programas de amparo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico do setor petrolífero e à formação de recursos humanos. Os recursos disponibilizados pelo CTPETRO visam investir em universidades e Centros de Pesquisa habilitados a desenvolver projetos ligados ao setor de petróleo e gás natural.

⁵⁷ O Termo de Cooperação firmado entre a Petrobras e a UFRJ previa, em troca da cessão do terreno, investimentos da Companhia da ordem de R\$ 8 milhões em projetos acadêmicos e de melhoria da infraestrutura urbana no Fundão. (CESAR FILHO, 2006)



Figura 16: Expansão do Cenpes
Fonte: Petrobras

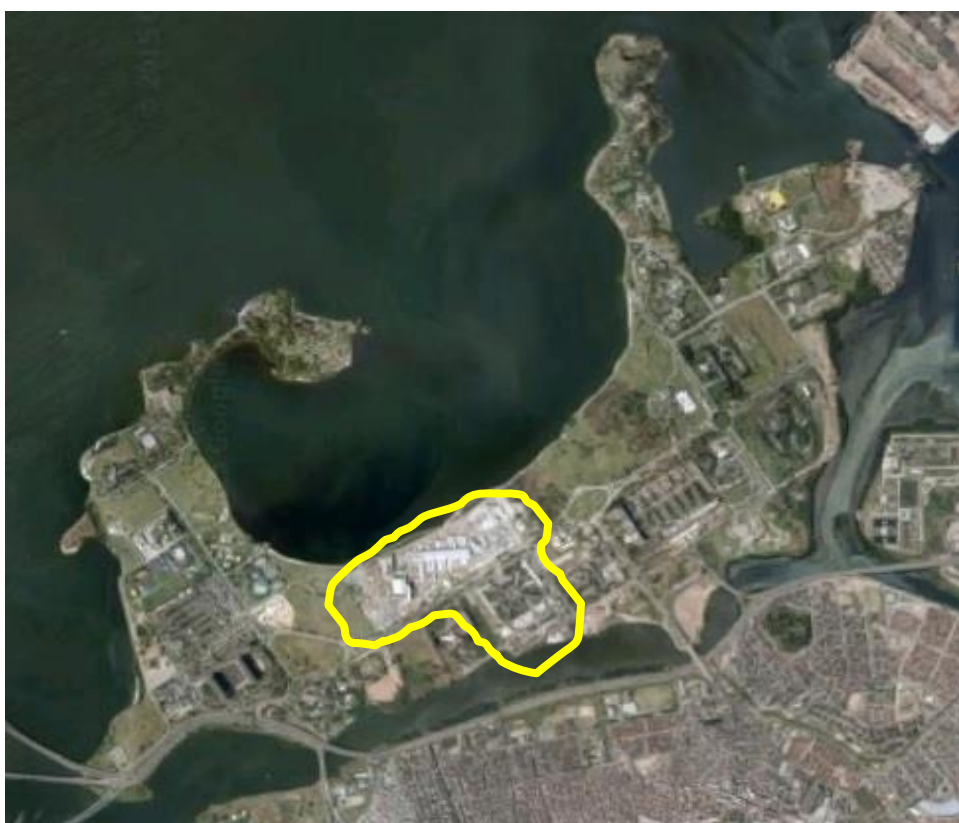


Figura 17: O Cenpes “divide” a Cidade Universitária na Ilha do Fundão
Fonte: do autor adaptado de Google Maps

6.4 TREINAMENTO E EDUCAÇÃO NA PETROBRAS

Por meio dos depoimentos de Caldas (2005) e Espínola (2013) podemos traçar a evolução da interação entre UFRJ e Petrobras no que tange à formação de engenheiros relacionados à área de petróleo na UFRJ e ao treinamento de empregados da Petrobras.

Em 1939, a descoberta de petróleo em solo brasileiro, no município de Lobato, na Bahia, impulsionou as primeiras iniciativas de desenvolvimento do setor. Nesse ano, o CNP

enviou os primeiros técnicos brasileiros para treinamento nos Estados Unidos. Anos depois, alguns deles foram responsáveis pela implantação dos primeiros cursos no país, através de convênios com as universidades da Bahia e do Brasil. (CALDAS, 2005, p.10)

Em 1952, o CNP estruturou o setor de Supervisão do Aperfeiçoamento Técnico para qualificar mão de obra para o setor de petróleo; como resultado foi criado o CENAP, que organizou o primeiro curso de refinação do petróleo, único do tipo no mundo, em convênio com a Universidade do Brasil através da Escola Nacional de Química. Este seria o embrião de todos os cursos que viriam nos anos seguintes, ministrados em conjunto pela Petrobras e universidades com a Universidade do Brasil e Federal da Bahia. (CALDAS, 2005, p.11)

Em 1955 a Petrobras absorve o CENAP, que funcionou de agosto de 1955 a dezembro de 1965, inicialmente em instalações construídas pelo CNP nos terrenos da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha, e depois em instalação em Copacabana (CALDAS, 2005, p.22).

O CENAP era dedicado à formação e ao desenvolvimento de recursos humanos. A partir desse momento, assinou vários convênios com universidades para selecionar e treinar profissionais, não só para a companhia, mas também técnicos que se transferiram para empresas supridoras da Petrobras, montando uma cadeia de competência envolvendo toda a atividade do setor petróleo. (ERBER; AMARAL, 2005)

As diretrizes para formação de pessoal consagravam o princípio de que a Petrobras deveria se entrosar com o sistema educacional do país, de forma a atender as necessidades da indústria de petróleo. A empresa considerava que a utilização de meios próprios para a formação e aperfeiçoamento de sua mão de obra deveria ser feita supletivamente à atuação do sistema educacional e, por isso, se propunha a transferir seus respectivos programas de maneira gradativa para as universidades e escolas de nível técnico. Nesse sentido, foram celebrados convênios com as universidades do Brasil e da Bahia, nos quais se estabeleceram bases para uma ampla cooperação entre empresa e universidade. O objetivo era a formação, especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação de profissionais da indústria do petróleo. Prevê-se, entre outros meios de interação, o intercâmbio de técnicos da empresa com professores universitários e a utilização recíproca de instalações (CALDAS, 2005, p.51)

Na década de 1960, os esforços na absorção de tecnologias impuseram o aprimoramento da formação de profissionais, dando origem aos programas de aprofundamento especialização. O CENAP decidiu então pela criação de um órgão que dirigisse as atividades de pesquisa tecnológica de petróleo na Petrobras. Em 4 de dezembro de 1963, o Conselho de Administração aprovou a criação de um órgão centralizado chamado de Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. Em 1º de janeiro de 1966, o CENAP era extinto e

criado o Cenpes como órgão central de pesquisas na Petrobras, com a absorção dos Setores de Pesquisa e de Intercâmbio e Documentação, subordinado ao Departamento Industrial. (CALDAS, 2005, p.43)

A Escola Nacional de Química da UFRJ e a Seção de Combustíveis do Laboratório de Produção Mineral do DNPM tiveram um papel fundamental no desenvolvimento e criação do Cenpes (ESPINOLA, 2013, p.187-189). Leopoldo Américo Miguez de Mello, idealizador do centro, havia começado sua carreira como professor assistente na Escola em 1938, foi contratado pelo CNP em 1947 tendo sido nomeado chefe de gabinete e acompanhado a implantação do CENAP. Em 1954 foi transferido para a Petrobras, onde foi contratado em definitivo em 1963. Foi nomeado diretor do Departamento Industrial da companhia após o golpe militar, em abril de 1964, sendo destituído em 1967 e reconduzido em 1969, sendo o grande impulsionador do Centro de Pesquisas (RIBEIRO, 2010). O Cenpes teve grande desenvolvimento em função de uma série de circunstâncias: grande defasagem entre a atividade industrial e de pesquisa nessa época; e imensa dificuldade e elevado custo de se obter tecnologia junto às empresas multinacionais. Só em 1973 o centro seria instalado na Ilha do Fundão, no campus da UFRJ, onde funciona até hoje. Com a morte de Mello em 1975, o centro foi rebatizado com Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, mantendo a sigla Cenpes.(CALDAS, 2005, p.43-52)

A partir de 1975, com a descoberta de petróleo na bacia de Campos, cresce a área de exploração e produção. Com isso a empresa tem que ampliar seus quadros e contratar um grande número de profissionais, uma mão de obra cada vez mais especializada. A Petrobras intensifica os convênios com as universidades, buscando o aproveitamento de alunos no último ano dos cursos de formação. Para preparar o pessoal de nível superior, em 1976, foi iniciada uma nova modalidade de cursos, em convênio com as universidades. O primeiro destes convênios foi firmado com a Escola de Química da UFRJ, para formação de Engenheiros de Processamento. (CALDAS, 2005, p.56)

Em meados de 1977, o empregado da Petrobras Luiz Alberto Fernandes Valle começou a trabalhar na implantação do curso de Engenharia Elétrica na UFRJ, na forma de convênio. Ele ficou surpreso ao ver nos corredores cartazes feitos por alunos com frases como “Fora Petrobras”. Uma parte dos alunos temia que algum coronel, lotado na companhia, pudesse intervir na faculdade, enquanto outros achavam que seria bom para a escola, pois viriam recursos; ainda outros julgavam que Petrobras iria intervir na universidade, com a consequente perda de autonomia universitária (CALDAS, 2005, p.69). Os recursos, direcionados, vieram, trazendo consigo o direcionamento de parte das pesquisas e do

currículo de formação, concretizando pelos menos parcialmente as duas últimas previsões dos alunos.

No início dos anos 1980, a Divisão de Ensino da Petrobras (DIVEN) colocou à disposição do setor acadêmico recursos materiais e profissionais para a criação de programas de pós-graduação, em especial nas áreas de engenharia de petróleo e geologia. Com a UFRJ foi estabelecido um convênio para a realização de Curso de Pós-Graduação em Análise Matricial de Estruturas Offshore, durante os anos de 1978, 1980 e 1981. Os convênios com as universidades e as bolsas no exterior formaram centenas de mestres e doutores. Em contrapartida, os convênios contribuíram com o setor acadêmico no desenvolvimento do corpo docente, graças ao intercâmbio com profissionais do exterior, no fortalecimento da infraestrutura universitária para a pesquisa científica e no fortalecimento da interação empresa/universidade. (CALDAS, 2005, p.58-9)

Entretanto, a realização dos cursos em convênio estende-se somente até 1980, quando foram desativados por duas fortes razões: o processo de admissão aos quadros da Petrobras foi interrompido, por causa da crise econômica vivida pelo País; e o modelo de formação em convênio estava sendo fortemente contestado por ambas as partes, tanto pelos órgãos da Petrobras quanto pelos meios acadêmicos. A Petrobras percebia uma perda de qualidade na formação específica, pois os participantes tinham de enfrentar simultaneamente a preocupação de se graduar e, ao mesmo tempo, cursar disciplinas de um curso na área de petróleo; e obviamente as universidades defendiam sua autonomia didático-pedagógica sobre os cursos, já que elas certificavam os diplomas. Os meios universitários entendiam que a Petrobras estava intervindo no currículo de seus cursos de graduação; e havia ainda a questão da transferência de alunos para as universidades conveniadas, que desagradava, e muito, as demais, que perdiam alunos em final de curso. (CALDAS, 2005, p.62)

Em 1983, e até 1989, a Petrobras retomou seus cursos de formação em um modelo híbrido de convênio: os cursos eram realizados em instalações e com professores da Petrobras, para alunos já graduados, considerados não-empregados da companhia, mas sim alunos bolsistas de um curso de especialização da universidade conveniada. Porém, a decisão governamental de 1990 de proibir qualquer admissão nova na Petrobras, interrompeu o processo. (CALDAS, 2005, p.62-3)

Por meio dos cursos de especialização e atualização de profissionais de nível superior a Petrobras contribuiu com a vinda de professores estrangeiros, disponibilizados às universidades brasileiras, que puderam organizar programas de pós-graduação em diversos campos do conhecimento. (CALDAS, 2005, p.64)

A partir da descoberta do primeiro poço gigante no Brasil em 1984, é lançado, em 1986, o Programa de Capacitação em Águas Profundas – PROCAP. (CALDAS, 2005, p.17)

Em 1987, o Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos cogitou a construção de um Centro de Treinamento na Ilha do Fundão, chegando a negociar o terreno e o projeto das instalações, mas as mudanças na política governamental em 1990 abortaram o processo. (CALDAS, 2005, p.82)

Desde então a Petrobras vem atuando na formação específica de seus empregados por meio dos “cursos de formação”⁵⁸ ministrados na Universidade Petrobras em seus campus no Rio de Janeiro (primeiro na Tijuca e posteriormente na Cidade Nova) e Salvador. Em muitas ocasiões a empresa contrata estabelecimentos de ensino superior, incluindo a UFRJ para ministrar cursos de especialização em suas dependências.

Em 1997 A COPPE criou o curso de pós-graduação executiva *latu-sensu* em petróleo e gás natural (MBP) e, no começo dos anos 2000, impulsionada pelo anúncio do pré-sal e da elevada demanda por engenheiros prevista para atuar no setor do petróleo, a UFRJ passou a ministrar o curso específico de Engenharia de Petróleo, numa parceria entre a Escola Politécnica, a COPPE e a Escola de Química. Em 2010 foi criado, na COPPE, o Laboratório de Otimização de Recursos, de Simulação Operacional e de Apoio a Decisões na Indústria do Petróleo (LORDE), para atuar nas áreas de modelagem da cadeia de suprimentos, modelos para localização e projeto de redes, modelos para programação de operações e modelos de simulação operacional.

As relações até aqui apresentadas entre a Petrobras e as universidades brasileiras e, principalmente, a UFRJ, deixam claras todas as contradições oriundas do modelo de desenvolvimento nacional baseado numa universidade financiada em seus projetos de pesquisa em boa parte por empresas⁵⁹, em que pese o fato de que, sendo estatal, está a Petrobras ligada ao interesse do governo e, como sorte, do Estado nessa questão, podendo atuar como indutora do conhecimento e do crescimento, mas também podendo sufocar e dirigir os caminhos do saber, desvirtuando o ideal crítico da universidade. Veremos então, mais de perto, como se dá a relação UFRJ-Petrobras.

⁵⁸ A duração dos cursos varia de acordo com o cargo. Em geral as áreas tecnológicas têm um período mais longo de treinamento. As engenharias, por exemplo, passam por uma formação de 13 meses.

⁵⁹ Não estamos nos referindo a custeio ou salários e sim a investimentos em infraestrutura de pesquisa ou financiamento de projetos.

7 A RELAÇÃO UFRJ-PETROBRAS

O relacionamento entre a universidade e a empresa, que apresenta diversas questões e dificuldades como vimos até aqui, será visto agora especificamente no contexto do relacionamento entre a UFRJ e a Petrobras. Buscaremos identificar como a parceria contribui, ou não, para o desenvolvimento da universidade e o que pensa seu corpo docente dessa relação.

7.1 IMPACTO DA RELAÇÃO UFRJ-PETROBRAS

Segundo Turchi e Porto (2013, p.43) o desempenho ou grau de sucesso de parcerias entre universidade e empresa depende basicamente de duas condições:

A primeira refere-se à capacidade do grau de absorção de conhecimento da empresa e da possibilidade de alocação dos recursos financeiros por parte da mesma. A segunda refere-se à capacidade destes atores de criar um ambiente de confiança baseado em objetivos e linguagem comuns que permitiram compartilhar informações e conhecimentos. As condições de aporte financeiro e a capacidade de absorção da empresa, embora condições necessárias, não são suficientes para construção de parcerias que envolvam trocas de conhecimentos tácitos e que requerem um ambiente de confiança entre os agentes envolvidos. (TURCHI; PORTO, 2013, p.43)

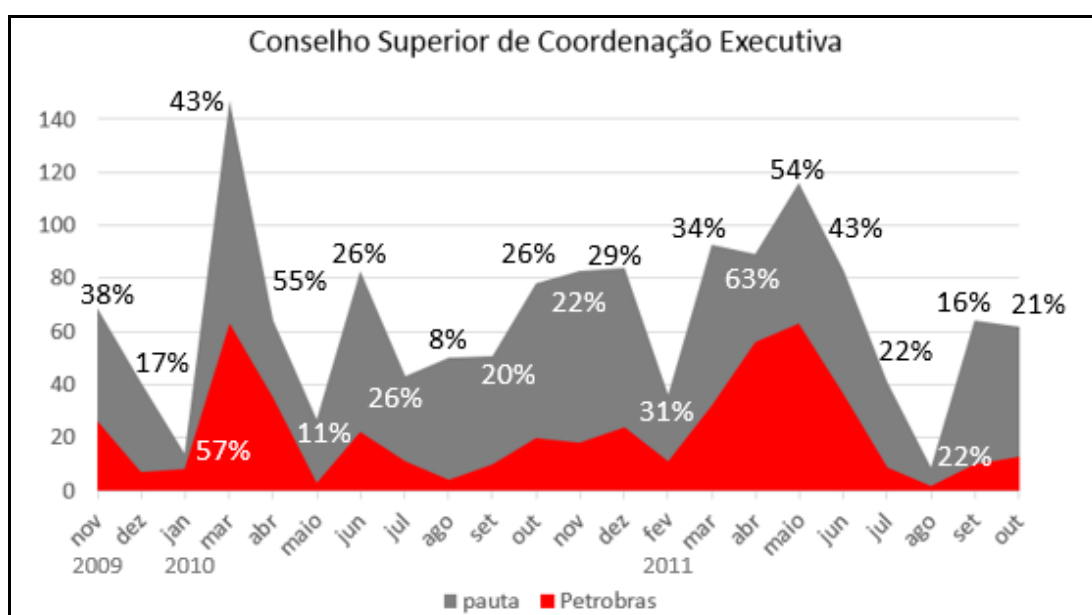
De acordo com estas premissas, as duas condições parecem satisfeitas quando se observam UFRJ e Petrobras como atores dessa relação. De sua parte, a Petrobras, pela própria natureza de seu negócio, possui amplo interesse e condições de absorver o conhecimento gerado, bem como possui capacidade financeira e um sistema de financiamento em P&D suficientes para uma vultosa alocação de recursos, como já demonstrado. Pelo outro lado dessa parceria, o histórico de trabalho entre as duas instituições e a própria presença do Cenpes dentro do campus da UFRJ já indicam a predisposição para o compartilhamento do desenvolvimento e da informação e pela manutenção de certo grau de fluxo financeiro para a manutenção de projetos de pesquisa.

Não há um padrão de aproximação para a efetivação de contratos ou convênios de parceria entre a Petrobras e a universidade. Muitas vezes as instituições de pesquisa procuram a companhia, como forma de garantir recursos que viabilizam seus projetos. Um caso de sucesso em que o interesse partiu da UFRJ foi o que permitiu a construção do LabOceano, com o tanque de pesquisas mais profundo do mundo, e que representou para o país a consolidação da liderança no desenvolvimento de tecnologia de águas profundas. Em outros casos, a iniciativa parte da Petrobras, e depende da necessidade da companhia de utilizar uma estrutura apropriada e recursos humanos especializados em determinada área. Através de seus

sistemas de gestão e inteligência tecnológica, a companhia teria condições de localizar, com precisão, onde estão os pesquisadores que podem oferecer os melhores resultados frente às suas necessidades. (SALERNO; FREITAS, 2013, p.321-6)

Como mostrado no item 6.3 (P&D e parcerias com universidades e centros de pesquisa) e em particular no quadro 6 (recursos por instituição 2006-2014), a UFRJ aparece como a maior parceira em P&D da Petrobras, ao receber 11,27% dos recursos destinados à pesquisa, bem acima dos 3,57% da UFPE e 3,51% da PUC-Rio, respectivamente segunda e terceira colocadas na lista. Esta supremacia também aparece quando verificamos o total de projetos desenvolvidos, num percentual ainda maior, com 238 projetos (18,58% do total), em comparação com a Unicamp e a UFRN, ambas com 70 projetos cada (5,46% do total).

Por parte da UFRJ também podemos estimar a importância da parceria com a Petrobras, se tomarmos em conta os itens de pauta analisados no Conselho Superior de Coordenação Executiva⁶⁰ (CSCE) da UFRJ, conforme o quadro 8⁶¹. Por meio da análise dos Boletins da UFRJ no período foco da pesquisa, entre novembro de 2009 e outubro de 2011, verificamos que foram discutidos, nas reuniões do Conselho 1427 itens, sendo que destes 483 eram de temas relativos à Petrobras (estabelecimentos de convênios e aditivos de convênios), o que equivale a 33,85% do total dos pontos em discussão, cabendo ressaltar ainda que vários dos demais itens analisados no Conselho incluem questões relativas às obras em instalações da universidade e estágios discentes.

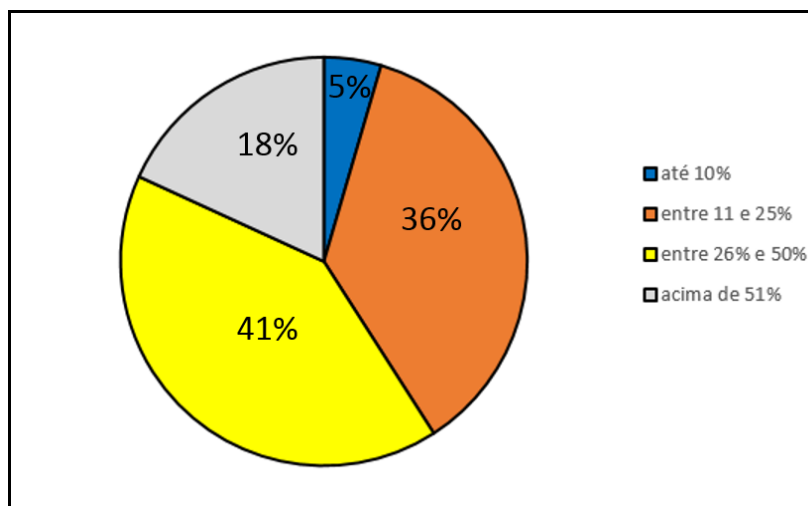


Quadro 8: Itens de pauta x itens que envolvem convênios Petrobras no CSCE
Fonte: do autor

⁶⁰ De acordo com o Regimento Geral da UFRJ, o CSCE tem, entre outras atribuições, apreciar e aprovar propostas de acordos, convênios auxílios e legados.

⁶¹ Não aparecem os meses de fev.2010 e jan.2011 devido à inexistência de reuniões de análise de pauta.

Observando os dados do quadro 8, podemos ressaltar que em apenas uma ocasião, agosto de 2010, o tema Petrobras permaneceu abaixo de 10% do total debatido, com a análise de 4 itens numa pauta de 50 itens⁶². Também verificamos que, por quatro vezes (janeiro/2010 – 57%, abril/2010 – 55%, abril/2011 – 63% e maio/2011 – 54%), mais da metade da pauta referia-se a temas relacionados à Petrobras, números que consideramos excessivos para uma universidade do porte da UFRJ, como podemos observar no quadro 9: em 59% dos meses, os itens relacionados a Petrobras, cobriam mais de 25% da pauta.



Quadro 9: Percentual de itens relacionados à Petrobras x total da pauta
Fonte: do autor

Atualmente, a UFRJ participa em 44 das 50 Redes Temáticas de pesquisa para Petrobras, a saber:

- Exploração
 - Micropaleontologia Aplicada
 - Modelagem de Bacias
 - Estudos de Geofísica Aplicada
 - Geoquímica
 - Estudos em Sedimentologia e Estratigrafia
 - Estudos Geotectônicos
- Produção
 - Monitoração, Controle e Automação de Poços (GEDIG) / Gerenciamento Integrado de Operações (GIOP)
 - Computação e Visualização Científica
 - Gerenciamento de Águas no Segmento Produção de Petróleo
 - Tecnologia de Materiais e Controle de Corrosão
 - Revitalização de Campos Maduros
 - Gerenciamento e Simulação de Reservatórios
 - Modelagem e Observação Oceanográfica
 - Estruturas Submarinas
 - Tecnologia em CO₂ para Recuperação de Petróleo
 - Engenharia de Poços

⁶² Dos 50 itens deliberados, 32 eram referentes à concessão de estágio a alunos a universidade.

- Caracterização e Modelagem Geológica de Reservatórios
- Modelagem de Escoamento Multifásico em Tubulações
- Integração de Laboratórios de Ensaio com aplicação na indústria de óleo, gás e energia – Arquimedes
- Processamento Primário
- Transmissão e Distribuição Elétrica Submarina
- Abastecimento
 - Combustão e Gaseificação
 - Petroquímica
 - Tecnologia em Asfalto
 - Fluidodinâmica Computacional em Processos de Refino
 - Concretos e Refratários para a Indústria do Petróleo
 - Instrumentação, Automação, Controle e Otimização de Processos
 - Desenvolvimento de Catálise
 - Desenvolvimento Veicular
 - Metrologia
 - Centro de Tecnologia em Dutos
 - Lubrificantes
- Gás Natural, Energia e Desenvolvimento Sustentável
 - Nanotecnologia Aplicada à Indústria de Energia – Nanocatálise e Nanomateriais
 - Hidrogênio: Produção, Uso e Armazenagem
 - Pesquisa em Bioprodutos
 - Centro de Desenvolvimento de Tecnologias do Gás Natural
 - Mudanças Climáticas
 - Planejamento, Gestão e Regulação em Petróleo, Gás Natural, Energia e Desenvolvimento Sustentável
 - Monitoramento Ambiental Marinho
 - Conservação e Recuperação de Ecossistemas e Remediação de Áreas Impactadas
 - Reuso de Água Produzida
- Gestão Tecnológica
 - Integração C&T-Indústria no Processo Produtivo Nacional
 - Tecnologias Convergentes
 - Tecnologia de Construção Naval

Desde seu início a Petrobras mantém vínculos com a UFRJ. Como já mostrado, seu primeiro centro de pesquisas, o CENAP, foi instalado no campus da Universidade do Brasil e a parceria se iniciou por meio dos cursos de formação de engenheiros; na parte de P&D esse relacionamento se iniciou com a COPPE, primeira parceria da Petrobras com um centro de pesquisa, em 1968, com a criação do Laboratório de Membranas e seguiu com a necessidade do desenvolvimento de tecnologia para a exploração do petróleo descoberto na bacia de Campos nos anos 1970. Segundo Segen Estefen, diretor da COPPETEC, o primeiro convênio foi assinado em 1977, quando a Petrobras procurava quem pudesse desenvolver a tecnologia de produção marítima de petróleo, pois era muito dependente de tecnologia externa. A UFRJ

e a COPPE não tinham experiência em prospecção e produção de petróleo no mar, mas possuía os engenheiros da área civil e oceânica para desenvolver a exploração submarina, gerando o primeiro laboratório, com foco em estruturas *offshore*. (ROCHA, 2013)

O primeiro projeto, criado e liderado pelo professor Lobo Carneiro, previa a formação de recursos humanos, na área de estruturas *offshore* e a construção de estruturas marítimas com cálculos computacionais que fossem adequados às condições de mar do Brasil. (ESPINOLA, 2013, p.191)

A partir de 1984, a parceria se ampliou para sistemas de controle e robótica, e em 1989 foi criado o laboratório de tecnologias submarinas e em 1998 a COPPE passou a atuar com a Petrobras no treinamento de pessoal para a área de óleo e gás na América Latina. Em 2001, após 24 anos de parceria, as empresas chegaram ao número de 1.000 acordos assinados. Desde então a parceria se intensificou, em conjunto com o crescimento da Petrobras e de seu volume de investimentos, acelerando ainda mais após a inauguração do LabOceano, tanto que em apenas mais cinco anos, em 2006 a COPPE e a Petrobras chegaram a 2.000 acordos. Três anos depois, em 2009, com a inauguração do Laboratório de Ensaios Não Destrutivos, Corrosão e Soldagem (LNDC), a parceria se manteve e chegou a 2011 com a celebração de 3.000 acordos, com a assinatura de cerca de mais 400 acordos até 2013 (ESTEFEN, 2013).

Desde sua criação a Petrobras é a principal cliente da COPPE, e mesmo com sua expansão e diversificação, e a legislação de conteúdo local na exploração de petróleo, que trouxe um grande número de empresas para o Parque Tecnológico da UFRJ, a companhia ainda absorve cerca de 50% dos recursos materiais e de pessoal envolvidos nas pesquisas na área de petróleo e gás, segundo Estefen.

Os acordos de parceria entre a Petrobras e a UFRJ podem se dar por dois meios:

- CONVÊNIOS: tipo de acordo que permite menor flexibilidade de gasto e remanejamento de verba, com produção científica compartilhada.
- CONTRATOS: tipo de acordo que permite maior flexibilidade de gasto e remanejamento de verbas, mas cuja produção científica é 100% da Petrobras, e é mais utilizado quando é clara a possibilidade de depósito de patente.

O ex-gerente executivo do Cenpes, Carlos Tadeu Fraga, enfatiza que, por meio do desenvolvimento tecnológico intenso conduzido pela companhia junto com fornecedores, universidades e outros parceiros, principalmente a UFRJ, a exploração e produção em ambientes marítimos tem boa parte das tecnologias aplicadas mundialmente nascidas de demandas da Petrobras (PETROBRAS, 2011). A parceria com a COPPE também levou a criação de inúmeros cursos de graduação e pós-graduação, de especialização e *Lato Sensu*,

resultando na formação de centenas de mestres e doutores. Em 1977 o Núcleo de Engenharia Offshore do Programa de Engenharia Oceânica (PenO) da COPPE passou a oferecer cursos aos níveis de Mestrado e Doutorado em tecnologias para exploração e exploração de recursos do mar. Em 1999, por meio de convênio com a ANP, o IQ implanta o curso de Química do Petróleo. Em seguida surge o curso de Engenharia de Petróleo (Poli/COPPE/EQ) e a COPPE desenvolve diversos cursos *Lato Sensu* na área de petróleo, como o já citado MBP, o de Segurança Aplicada aos Projetos de Exploração e Produção de Petróleo e o de Sistemas Offshore. Outros cursos de pós-graduação de áreas transversais ao tema, e que atendem à formação de recursos humanos para o setor de petróleo e gás, também foram criados no âmbito da COPPE, como a Pós-Graduação Executiva em Meio Ambiente, a Pós-Graduação Executiva em Transportes e a Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial. (ESPINOLA, 2013, p.192-207)

Entretanto, segundo o ex-gerente de gestão tecnológica do Cenpes, Francisco Pais, a Petrobras não faz acordos com terceiros para o desenvolvimento de produtos específicos ou em novas fronteiras tecnológicas em estágios avançados de pesquisa⁶³ (PAIS, 2014). Este ponto, relacionado ao sigilo e à vantagem competitiva, se reflete, quando somado ao atual sistema de avaliação e promoção das universidades no Brasil, numa baixa influência no número de patentes e softwares registrados em conjunto. (TURCHI; PORTO, 2013, p.57)

Estefen confirma esse dado ao apontar que existe um “paradoxo da informação” na relação, que se dá pelo que chama de “diferença de natureza”: enquanto a empresa se preocupa com a patente, que envolve confidencialidade e propriedade intelectual, a universidade se preocupa com a divulgação, a universalidade do conhecimento. Como a empresa financia o projeto, a primeira visão é preponderante. Haveria um fator restritivo ao engajamento de pesquisadores em parcerias desenvolvidas com a Petrobras, em certos casos, relacionado ao fator de confidencialidade exigido pela companhia, pois esse ponto afeta diretamente a publicação de artigos científicos, inibindo a visibilidade da produção do pesquisador. (SALERNO; FREITAS, 2013, p.327)

O desenvolvimento de tecnologias que resultem em patentes, com parcerias, tem se dado, em sua maioria, com outras empresas. Segundo LIMA e SILVA (2012, p.115) a negociação acerca da propriedade intelectual seria um problema tenso a cada negociação, pois não haveria um direcionamento claro nem por órgãos de fomento, nem pela COPPETEC para o tema, permitindo uma negociação diferente a cada operação. Mas, para Estefen, isto estaria

⁶³ Ainda assim, Francisco Pais afirma que, para cada pesquisador na Petrobras, existem 15 pesquisadores de universidades envolvidos nos trabalhos desenvolvidos pela empresa.

mudando, lentamente, desde a Lei de Inovação de 2004, que levou à criação, na UFRJ em 2007, da Agência UFRJ de Inovação, que buscava o desenvolvimento de patentes compartilhadas. (ESTEFEN, 2010)

Os pesquisadores universitários que trabalham em projetos com a Petrobras, consideram a relação benéfica (TURCHI; PORTO, 2013, p.53), pois ela aumenta os recursos destinados à pesquisa; viabiliza investimentos em infraestrutura; aumenta a capacidade de desenvolvimento de projetos com potencial de transferência de tecnologia; enriquece o currículo dos pesquisadores e atesta a competência e know-how da universidade em desenvolvimento tecnológico. Segundo os pesquisadores (SALERNO; FREITAS, 2013, p.326), as parcerias com a Petrobras abrem a possibilidade de pesquisas para outras empresas, visto que a companhia não exige exclusividade de uso nos laboratórios e outras infraestruturas cuja construção tenha financiado.

Para a universidade, além da infraestrutura, o grande saldo que fica é o conhecimento obtido do aprofundamento nas pesquisas com maior precisão, o que permite seu transbordamento, fazendo com que outras empresas e setores produtivos também se beneficiem da capacidade laboratorial instalada e adquiram conhecimentos gerados por meio de recursos financiados pela Petrobras. (SALERNO; FREITAS, 2013, p.330)

7.1.1 Publicação de artigos e depósitos de pedidos de patentes

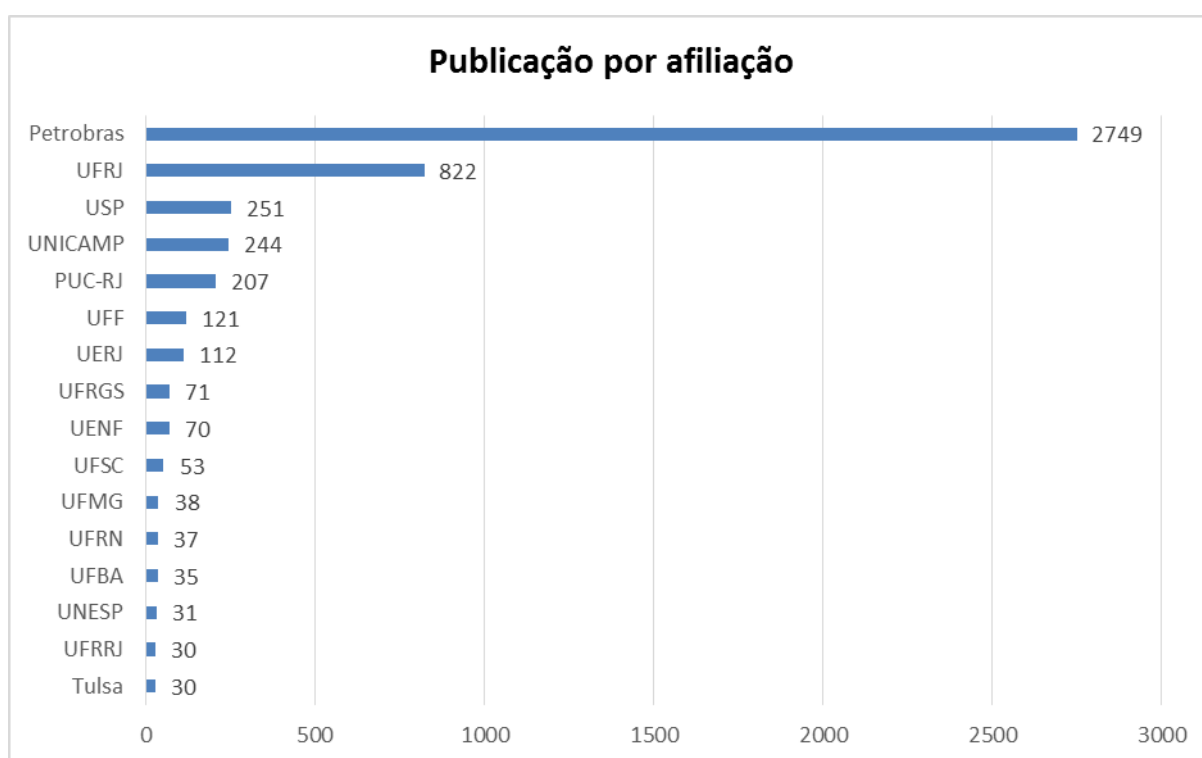
Para a obtenção dos dados da pesquisa (GADELHA; FARIA, 2014) foram utilizados os recursos das bases de dados Scopus, disponibilizada no Portal Capes de Periódicos e a Base de Dados Bibliográficos Minerva, da UFRJ para busca de artigos e as bases do INPI, da United States Patent and Trademark Office (USPTO) e do European Patent Office (EPO) para busca de patentes. A delimitação do *corpus* pautou-se, inicialmente, pela possibilidade de estabelecer um panorama da produção acadêmica e científica, em uma rede de relacionamento que envolve a Petrobras e a UFRJ.

Na Base Scopus, para estabelecer as categorias de análise, os parâmetros da pesquisa foram: *Affiliation* Petrobras; com este procedimento os dados recuperados, no dia 11 de julho de 2013, foram 2749 documentos no período de 1957- 2013 (o período e coleta pela base se deu em função das datas dos documentos disponíveis obtidos), dividindo-se entre: Paper (artigo apresentado em congressos), Artigo (artigo publicado em periódicos), Resenha, Resumo, Artigo na imprensa, Editorial, Errata, Livros, Indefinidos e outros. A partir deste resultado foi selecionada a opção *Analyse results*, e em seguida *Affiliation name* (Quadro 10),

e o resultado foi a UFRJ como a instituição com maior índice de produção científica em parceria com a Petrobras, dos 2749 documentos 822 são em parceria com a UFRJ.

Podemos verificar que, novamente, a UFRJ desponta como maior parceira da Petrobras, com 29,9% da produção, seguida da USP, com 9,1% e da Unicamp, com 8,8%.

Segundo Nascimento (2013, p.209) embora a USP seja a instituição brasileira com maior inserção internacional nas áreas científicas mais próximas ao setor de petróleo e gás, isso não se reflete na produção de pesquisas da Petrobras, que tem como maior parceira na publicação de artigos a UFRJ, que aparece com pesquisadores vinculados em um a cada cinco artigos publicados por pesquisadores vinculados à Petrobras.



Quadro 10: Publicação por instituições
Fonte: Base Scopus

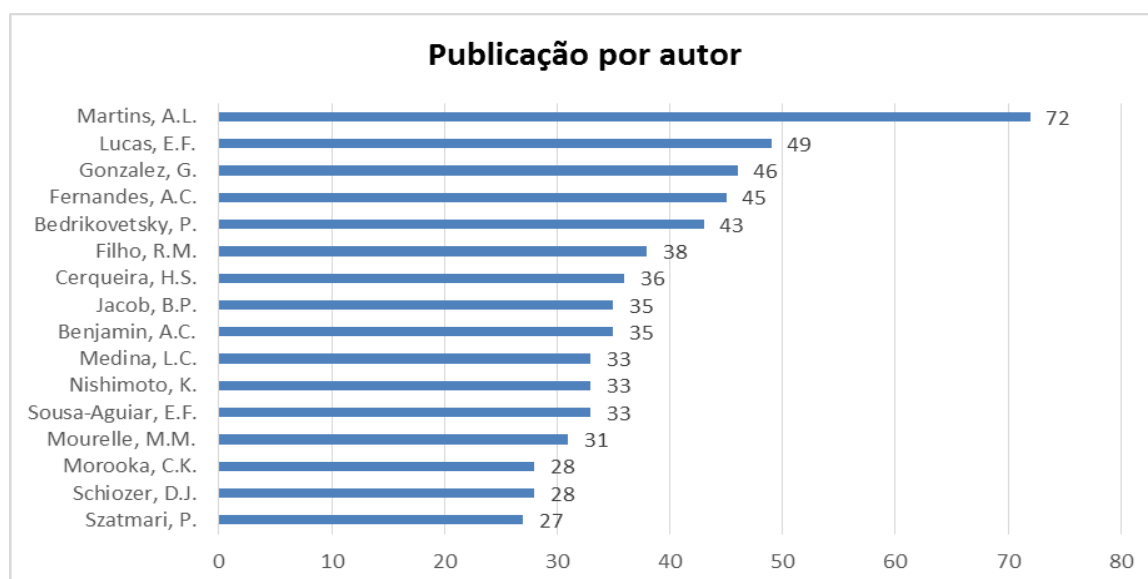
O crescimento da pesquisa, em números de publicação, começou em 1996, momento em que o país reelaborou suas estratégias de desenvolvimento, com a Lei 9.279, que entrou em vigor em 15 de maio de 1997 e passou a orientar as decisões sobre a propriedade industrial no Brasil. Em 2002 ocorreu um novo crescimento, e o ano de 2010 despontou como o de maior produção de documentos (Quadro 11), 443 no total, coincidindo com a ampliação das instalações do Cenpes e com o período de lucros recordes da Petrobras, com o consequente aumento no repasse de valores para pesquisa. Este quadro apresenta dados da produção científica anual, em pesquisa realizada na Base Scopus, utilizando o termo Petrobras, no campo *Affiliation name*.



Quadro 11: Produção científica anual da Petrobras
Fonte: Base Scopus

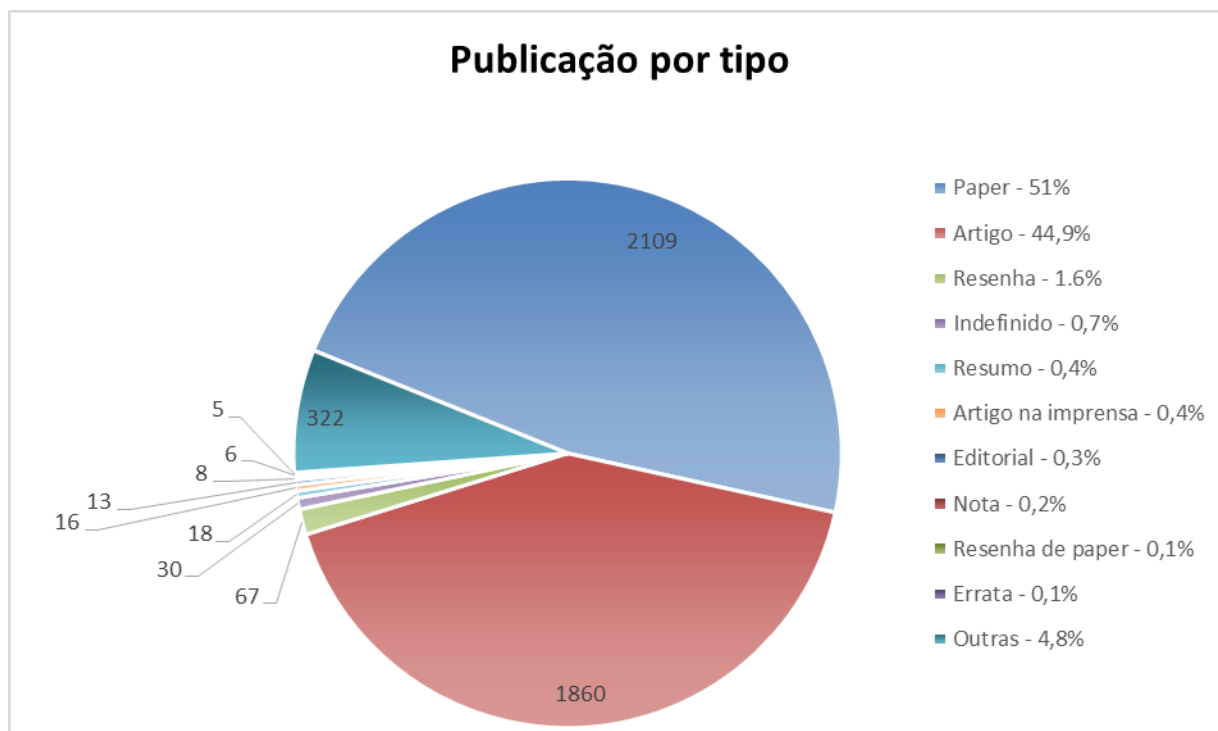
O quadro a seguir (Quadro 12) apresenta dados da produção científica por autor, em pesquisa realizada na Base Scopus, utilizando o termo Petrobras, no campo *Affiliation name*.

O autor de maior índice de produtividade possui título de Doutor em Engenharia Química pela UFRJ e tem vínculo institucional de Consultor Sênior na Petrobras, de acordo com o Currículo Lattes atualizado em 23/02/2013. De acordo com Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, atua em dois grupos, um de Geomecânica do Petróleo da PUC-Rio, e o outro de Macromoléculas e Colóides na Indústria de Petróleo da UFRJ, classificado com área predominante em Ciências Exatas e da Terra - Química. É interessante notar que o autor que aparece em segundo lugar de produtividade de documentos, é líder do grupo Macromoléculas e Colóides na Indústria de Petróleo da UFRJ, demonstrando uma rede de relacionamento produtiva para ambos os pesquisadores.



Quadro 12: Produção científica por autor
Fonte: Base Scopus

O quadro a seguir (Quadro 13) apresenta dados da produção científica por tipo de documento em pesquisa realizada na Base Scopus, utilizando o termo Petrobras, no campo *Affiliation name*. Mais de 50% dos documentos recuperados na pesquisa são publicações em Conferências, e 44,9% são artigos científicos.



Quadro 13: Produção científica por tipo de documento
Fonte: Base Scopus

O quadro a seguir (Quadro 14) apresenta dados da produção científica por área do conhecimento em pesquisa realizada na Base Scopus, utilizando o termo Petrobras, no campo *Affiliation name*.

As áreas predominantes dos temas de pesquisa são a Engenharia com 1530 documentos, Ciências da Terra com 1227, seguida por Energia com 1093 e Engenharia Química com 948, e Química com 437 documentos. Vale lembrar que no caso da UFRJ as áreas de Engenharia, Energia, Engenharia Química pertencem ao CT, e que a Química tanto pode estar presente no Instituto de Química, que pertence ao CCMN, quanto na Escola de Engenharia Química ou Instituto de Macromoléculas, o mesmo valendo para Ciências dos Materiais, que tanto pode estar no Instituto de Química, na Escola de Engenharia Química, no Instituto de Macromoléculas, ou na Engenharia Metalúrgica e de Materiais. Portanto, os dados apresentados respaldam o que diz Kannebley & Carolo: “O efeito positivo da interação com o CTPETRO é concentrado no incremento da produção de artigos na área de Engenharia”. (KANNEBLEY e CAROLO, p.106, 2013).



Quadro 14: Produção científica por área do conhecimento
Fonte: Base Scopus

A publicação que apresenta o maior número de artigos de autores afiliados à Petrobras, é: *Proceedings of the International Conference on Offshore Mechanics and Arctic Engineering (OMAE)*, evento promovido anualmente pela *American Society of Mechanical Engineers (Asme)*, sediada nos Estados Unidos. Como é possível notar trata-se de publicação de uma conferência internacional em que o tema central é a discussão sobre o mar. Este dado corrobora o discurso de Graça Foster, ex-presidente da Petrobras, no Seminário “Investimento em Infraestrutura: Base do Desenvolvimento”, promovido pela Revista Brasileiros, em junho de 2013, no qual destaca que, até 2020, a produção de petróleo passará dos atuais 2 milhões de barris por dia para 4,2 milhões, beneficiando-se da recuperação da indústria naval, responsável pela construção de sondas e barcos de apoio. “Para alcançar essa produção de petróleo e cumprir os níveis de conteúdo local, nós tivemos o privilégio de fazer renascer a indústria naval offshore no Brasil”, afirmou Graça Foster, segundo notícias publicadas no site da empresa. (PETROBRAS, 2013)

A seguir (Quadro 15) apresentamos os dados referentes à produção de artigos por título das publicações, em pesquisa realizada na Base Scopus, utilizando o termo Petrobras, no campo *Affiliation name*.



Quadro 15: Produção científica por título de documento
Fonte: Base Scopus

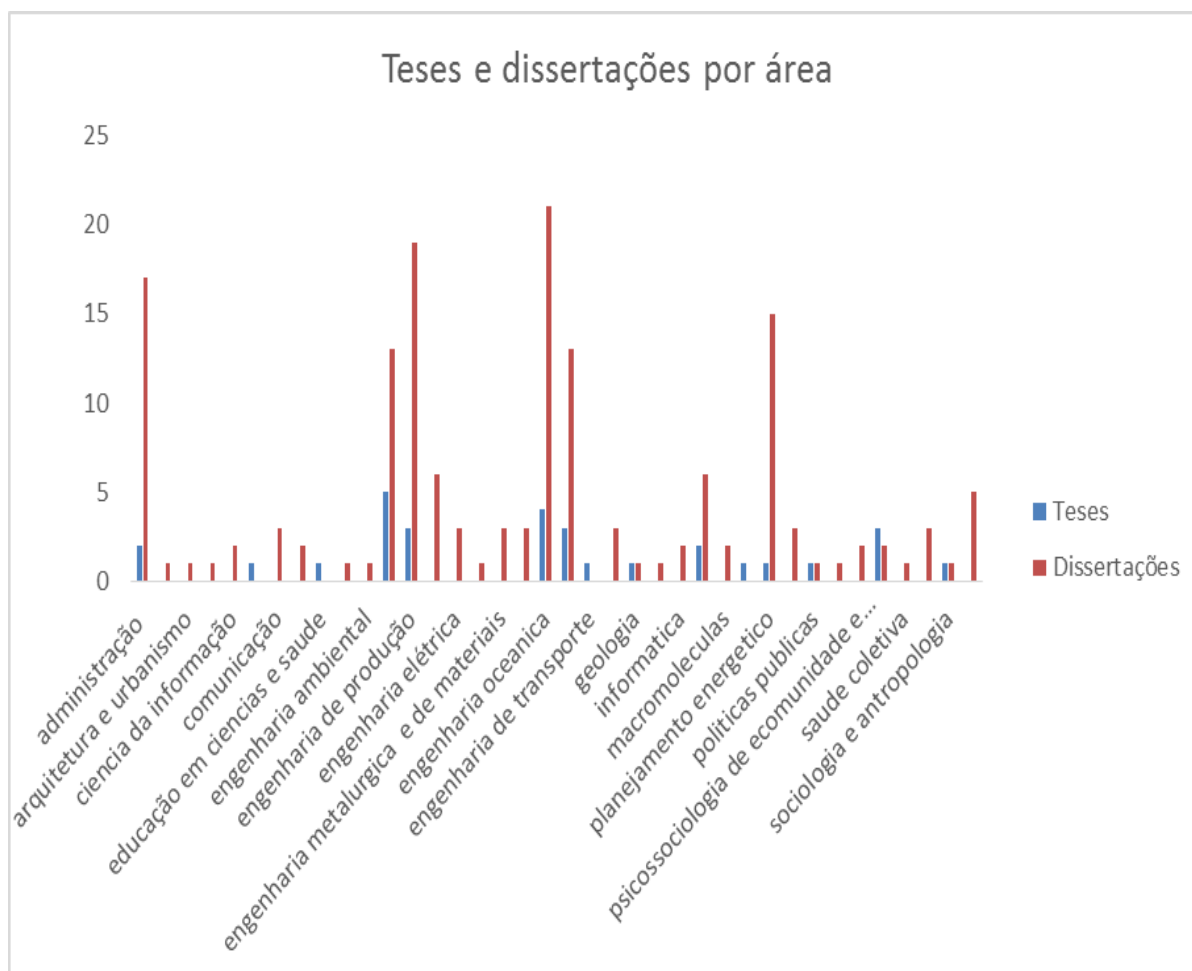
Na Base Minerva da UFRJ, para estabelecer as categorias de análise, os parâmetros da pesquisa foram: Base de Teses e Dissertações, busca na opção Todos os Campos o termo Petrobras, permitindo localizar o termo solicitado tanto nos resumos dos trabalhos, quanto nos assuntos, autoria e título; o resultado obtido foi de 190 registros, no período de 1968 – 2013, sendo o maior número apresentado o de 160 dissertações de Mestrado, e 30 teses de Doutorado. A área com maior produção de teses ou dissertações relacionadas com o termo *Petrobras* é a de Engenharia Oceânica. Vale destacar que teses e dissertações que envolvem registro de patentes não são divulgadas por um período de um ano, podendo ser renovado, e podem não ter constado no levantamento.

O quadro a seguir (Quadro 16) apresenta dados referentes à produção anual de teses e dissertações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir do termo Petrobras na Base Minerva.



Quadro 16 – Produção anual de Teses e Dissertações da UFRJ.
Fonte: Base Minerva UFRJ

O quadro a seguir (Quadro 17) apresenta dados referentes à produção por área de teses e dissertações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir do termo Petrobras na Base Minerva.



Quadro 17 - Produção por área do conhecimento de Teses e Dissertações da UFRJ.
Fonte: Base Minerva UFRJ

Na base de patentes do INPI, para estabelecer as categorias de análise o parâmetro da pesquisa, foi inserido no campo nome do depositante: *Petrobras*, onde foram recuperadas **1345** solicitações de pedidos de patentes no INPI. Como a Base do INPI não oferecia a possibilidade de cruzamentos de dados, optou-se primeiramente em utilizar o termo da UFRJ por extenso em nome do depositante: Universidade Federal do Rio de Janeiro o que apresentou um total de **340** solicitações de pedidos de patentes no INPI. Já o nome do depositante: UFRJ apresenta **241** solicitações de pedidos de patentes, testando o termo nome do depositante: COPPE recuperou-se **70** solicitações de pedidos de patente. Diante da diversidade dos números e das Unidades da UFRJ, os campos de busca foram alterados para: Depositante Petrobras, Resumo: Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que totalizou **972** solicitações de pedidos de patentes.

Segundo Francisco Pais, a empresa não tem muitos pedidos de depósitos de patente no exterior pelo fato de não comercializar a tecnologia que desenvolve⁶⁴. Ainda assim, em meados da década de 1980, a Petrobras tinha obtido 81 patentes no exterior - em 46 países. Atualmente a companhia já possui cerca de 130 tecnologias protegidas em 60 países e 170 marcas em 50 países (LIMA; SILVA, 2012, p.108). Nas bases da USPTO e do EPO pesquisadas utilizamos o campo de pesquisa *Applicant name* com os conteúdos Petróleo Brasileiro e Petrobras. No total, percorremos individualmente os resultados na busca por dados da possível parceria com a UFRJ. Na base de dados de patentes dos EUA, da USPTO, aparecem registros de apenas 13 patentes, enquanto que na base europeia, do EPO, foram encontradas 171 patentes registradas no território Europeu. Em nenhuma das patentes internacionais pesquisadas encontramos a UFRJ como parceira ou autora. Desde 1955, somam mais de 1400 as tecnologias desenvolvidas que resultaram em depósitos de pedidos de patentes no exterior e no Brasil. No exterior, a primeira patente a ser concedida foi na Argentina em 1965: um processo para obtenção de óleo e gás a partir de rochas de xisto (PETROBRAS, 2013. p.19).

Segundo levantamento realizado em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as parcerias na Petrobras, no caso específico de patentes, têm se dado principalmente através empresas e não de universidades e centros de pesquisa (BAZZO; PORTO, 2013, p.188-97). Entretanto, o baixo número de parcerias proporcionalmente ao número de projetos desenvolvidos internamente que resultaram em patentes, apenas 9,5% do total, indica que essas parcerias têm como interesse o acesso a novos conhecimentos tecnológicos de especialidade dos parceiros, que resultam na busca de conhecimentos específicos em projetos isolados, o que parece corroborar a colocação de Francisco Pais sobre pesquisas em fronteiras tecnológicas.

É interessante ressaltar que, no trabalho de Bazzo e Porto (2013, passim), foi verificada a participação, no desenvolvimento dos projetos, do mesmo número de empresas e de instituições de ensino e pesquisa (com destaque para UFRJ, UNICAMP e PUC-Rio), mas nessas apenas alguns poucos projetos compartilham a titularidade de patentes, indicando certa fragilidade das universidades e centros de pesquisa nos processos de cooperação, quando o tema é a propriedade das tecnologias desenvolvidas.

⁶⁴ Escritórios de comercialização de tecnologias eventualmente procuram a Petrobras sobre o interesse em negociar suas patentes (esses escritórios recebem consultas de empresas que buscam soluções tecnológicas para seus processos e pesquisam detentores de tecnologias compatíveis, buscando agenciar a negociação em troca de comissões) mas a companhia, de forma geral, não demonstra interesse.

As universidades aceitariam submeter-se a essa condição desfavorável, em busca do acesso a recursos e reputação, permitindo a participação de seus pesquisadores em projetos, sem declarar seus direitos de titularidade de propriedade industrial nos documentos de patente (BAZZO; PORTO, 2013). É possível verificar uma melhora nesse quadro, como comentado por Segen Estefen, a partir de 2004, com um crescimento do número de projetos em decorrência da promulgação de leis e decretos que incentivam a inovação. A UFRJ, que até a promulgação da legislação ocupava a 19ª posição como parceira em patentes (e a 6ª posição como instituição de ensino e pesquisa), evoluiu para a 15ª posição (sendo a 3ª entre as universidades)⁶⁵. A situação apresentou alguma evolução, mais ainda há um grande espaço para avanços na questão de patentes.

Dados obtidos junto à Petrobras, através de pedido com base na Lei de Acesso a Informação, demonstram a baixa participação da UFRJ nos processos de patentes da Petrobras no período foco (novembro de 2009 a outubro de 2011), conforme abaixo:

- Foram requeridas 96 patentes no Brasil, sendo apenas 4 em co-titularidade com a UFRJ;
- Foram concedidas 35 patentes no Brasil, nenhuma em co-titularidade com a UFRJ;
- Foram requeridas 143 patentes no exterior, nenhuma em co-titularidade com a UFRJ;
- Foram concedidas 112 patentes no exterior, nenhuma em co-titularidade com a UFRJ.

Um ponto curioso é que o primeiro pedido de patente encaminhado pela Petrobras ao Instituto de Propriedade Intelectual - INPI, feito em 1955, não era relacionado à área de petróleo: foi uma marmitta térmica. Segundo o ex-presidente do INPI, Jorge Ávila, “Essa iniciativa simples partiu da motivação pela busca de melhorias e da observação atenta do cotidiano, o mesmo mecanismo de inovação adotado há milhares de anos” Ávila (2006, p.44), mas podemos verificar que a área de Petróleo é predominante.

Observando os gráficos de produção de artigos, teses e dissertações e investimentos realizados pela Petrobras, podemos verificar que alterações de legislação (com relação à inovação), as obrigаторiedades de investimento definidas pela ANP, e a alta do preço do

⁶⁵ Podemos ressaltar ainda dois pontos: 1) a principal parceira da Petrobras em patentes é a empresa petroquímica Braskem (controlada pelo grupo Odebrecht e na qual a Petrobrás é sócia minoritária) posição que não se alterou após às leis de inovação; 2) as universidades que atualmente são mais presentes nas patentes da Petrobras são a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e UFF que, curiosamente, não são as maiores parceiras de pesquisa da Petrobras (a UFF aparece na 9ª posição e a UNESP não aparece sequer na lista da 20 mais atuantes. (ANP, 2015, p.9)

petróleo, levaram a um boom de investimentos em P&D entre 2004 e 2010, que agora se encontram em fase declinante. A queda vertiginosa dos preços do petróleo, dos reflexos da operação Lava Jato e do ciclo econômico de contração do país indicam que a tendência negativa em inovação deverá continuar pelo menos nos próximos anos (JURGENFELD, 2015). A Petrobras sozinha responde por mais de 20% do total de inovações registradas no país e está reduzindo seus investimentos, inclusive de P&D, o que certamente terá impacto profundo na parceria com a UFRJ no curto e médio prazo, embora acreditemos que os níveis de investimentos se manterão acima dos registrados no período anterior a 2004, tendo em vista as necessidades tecnológicas de desenvolvimento do pré-sal, de melhorias de qualidade de combustíveis, de impactos ambientais e de energias renováveis, que demandarão grande necessidade de fluxos de P&D.

7.2 A RELAÇÃO UFRJ-EMPRESA POR SEUS DOCENTES

As empresas, como representantes operacionais do sistema capitalista, interferem diretamente na função social das universidades, a partir do momento em que seus recursos se tornaram fundamentais para a manutenção das pesquisas e do ensino universitário, influenciando em currículos, linhas de pesquisa e formas de atuação.

Para o professor Roberto Lobato Azevedo Cunha, do programa de pós-graduação em Geografia, a globalização tem como raiz a expansão das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas. Sendo produto da expansão capitalista, com todas as consequências, não significa homogeneização, pois o capitalismo jamais sobreviverá num mundo homogêneo. Ele precisa das diferenças para extrair taxas de lucros e manter um equilíbrio em sua própria funcionalidade. É um processo que pressupõe tensões. Uma grande corporação que se expande o faz em detrimento de lugares que perdem outras atividades. Há tensões com interesses locais, com interesses regionais, com empresas nacionais que são prejudicadas e perdem seus mercados. E aí aparecem os embates, como a briga pelas patentes. Esse é um dos capítulos dessa disputa entre empresas, elites e nações e que atingem diretamente as universidades. (BALDEZ, 2011, p.15-17)

Para o professor da FE, Marcelo Macedo Corrêa e Castro, é difícil considerar a questão das parcerias entre a UFRJ e empresas. Para ele, dinheiro é um assunto que tensiona, divide. Dinheiro público já é muito complicado, dinheiro não público posto em uma instituição pública é pior ainda. A universidade não precisa ser fechada completamente às

empresas privadas, mas julga que são necessários mecanismos muito rigorosos de acompanhamento. (UFRJ, 2010, p.22)

Luiz Bevilacqua, professor emérito da UFRJ, acredita que vivemos toda uma visão de mundo que deu força para práticas imediatistas e utilitaristas na universidade. “O mundo ficou muito atrelado a resultados econômicos e financeiros, e o progresso ficou associado ao rendimento. Isso tem atrapalhado um tipo de produção científica com maior horizonte” (BALDEZ, 2011, p.4). Mas, segundo ele, a pesquisa mais genuína, e mais arriscada, não produz respostas de curto prazo, e é alvo da suspeita dos órgãos de financiamento e, às vezes, da própria sociedade. Acontece que seria necessário se ter liberdade para dar grandes saltos, pois as teorias que quebram paradigmas surgiriam, na maioria dos casos, de modo inesperado. Assim a universidade estaria restringida na possibilidade de exercer seu papel em sua plenitude, “quebrar barreiras é mais complexo, exige mais tempo e paciência”, quase sempre de maneira incompatível com as premissas de tempo e produção dos financiadores.

Apesar das críticas Bevilacqua acredita que a universidade pode obter recursos do setor privado, sem pressões de produção, embora afirme que “possa parecer um pouco de loucura dizer: queremos fazer uma pesquisa que não interessa a vocês, mas estamos pedindo para vocês financiarem isso porque interessa à humanidade, interessa ao futuro, interessa à civilização”. (CASTILHO, 2010, p.16)

A professora da Faculdade de Letras (FL) Eleonora Ziller Camenietzki critica o que considera problemas no funcionamento do Parque Tecnológico da UFRJ:

Acho que se você tem uma grande empresa transnacional que tenha se envolvido num banho de sangue na África⁶⁶, por exemplo, e ela se instala num campus universitário de uma instituição pública, isso é um problema. É ganho simbólico e de imagem muito maior para a empresa que passa a usar o nome da UFRJ. (UFRJ, 2011, p.16)

Mais contundente é a opinião de Ricardo Silva Kubrusly, professor associado do Instituto de Matemática (IM) e coordenador do HCTE, para quem as ideias de Ensino-Pesquisa-Extensão unificados e investigativos na UFRJ foram descartadas por pesquisas financiadas por interesses restritos ao “mercado financeiro”, restando um ensino desacreditado e uma extensão pífia. Afirma que professores são punidos se seus interesses se

⁶⁶ Entre 1999 e 2002, ocorreram na Nigéria embates entre as forças armadas, que protegiam instalações e empresas petrolíferas, e populares que se manifestavam contra o descaso destas com acidentes ambientais decorrentes de derramamento de óleo e a falta de redistribuição da renda petrolífera pela população do país ou seu uso em benefícios de infraestrutura ou sociais. Estima-se que cerca de 3.000 pessoas foram mortas pelas forças de segurança nesse período e as petrolíferas Shell, Total e Chevron admitiram participação no direcionamento e financiamento de tais ações (GANESAN; TAKIRAMBUDDE, 2003). Nenhuma dessas empresas está instalada no Parque Tecnológico, mas a Shell é usuária do LabOceano e as prestadoras de serviço Schlumberger e Halliburton, que prestavam, e ainda prestam, serviços a essas petrolíferas na Nigéria neste período, tem instalações próprias no Parque.

desviam dos das linhas previamente aquinhoadas por agências financiadoras, num faz de conta do progresso inevitável, no qual “se vende nossa capacidade produtiva a qualquer oferta de qualquer dinheiro. A UFRJ se terceiriza às grandes multinacionais e não existimos como universidade”. (SIMÕES; KUBRUSLY; SALIM, 2011, p.9)

Ainda nesta linha temos o pensamento de Vera Salim, professora adjunta da COPPE, unidade mais diretamente beneficiada pelos recursos aportados pela Petrobras e outras empresas, que tem uma posição crítica do que acontece na COPPE, pois acredita que a lógica do capital transforma a educação numa instrumentalização massiva, exigência para o necessário ganho de competitividade. Para ela o discurso dos defensores do modelo de hélice-tríplice envolvendo desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação, apenas pavimentam o caminho traçado pela ótica do capitalismo selvagem e belicista, pois se as inovações tecnológicas são o caminho para a necessária mudança para uma nova sociedade, ao mesmo tempo se constituem exigência fundamental para a sobrevivência do capital. (SIMÕES; KUBRUSLY; SALIM, 2011, p.9)

Mas não apenas o Centro de Tecnologia e a COPPE seriam beneficiadas. Também as Ciências da Saúde e as Ciências Biológicas deram um salto nos valores de investimentos de fomento à pesquisa, e sem apoio direto da Petrobras. Essas áreas, não por coincidência, são de grande interesse para um segmento de mercado sempre à procura de novos produtos: o complexo industrial farmacêutico. Os números expressam a redefinição da missão da universidade, cada vez mais voltada para a inovação tecnológica e a prestação de serviços, segundo Roberto Leher, na época professor associado da Faculdade de Educação (FE). “Agora, fala-se não apenas em Ciência e Tecnologia, mas em Ciência, Tecnologia e Inovação”; trata-se de uma mudança na função social da universidade, em que se busca facilitar as parcerias entre empresas e a universidade pública, numa situação que Leher considera paradoxal, pois inovação tecnológica, historicamente, é compreendida como P&D, atividade que seria desenvolvida essencialmente na empresa. O problema, afirma Leher é que no Brasil as empresas nacionais não têm atividade de inovação relevante, excetuando-se Petrobras e Embraer, o que transfere a questão para a universidade (BALDEZ, 2011, p.4). Como veremos no próximo tópico, professores ligados à área da saúde criticam os investimentos da Petrobras, por supostamente não retornarem benefícios aos seus departamentos.

Em contrapartida, para Leher, a degradação das instalações físicas da área de humanidades expressa uma correlação de forças nas universidades. “A precariedade da infraestrutura não é generalizada na UFRJ. Muito provavelmente, não veremos isso, por

exemplo, na área das engenharias, das Ciências da Natureza e da Vida, que estão mais imbricadas com as necessidades do mercado”. (BALDEZ, 2011, p.4)

Segundo Leher, as empresas e corporações multinacionais apenas aproveitam as universidades como prestadoras de serviços em P&D, poupando recursos e evitando desconfianças em relação a futuros registros de propriedade. A universidade perdeu as condições para definir, de forma autônoma seus problemas de pesquisa e suas linhas de investigação, ficando a mercê de interesses externos. Leher afirma que o pensamento crítico encontra condições muito difíceis para se desenvolver na universidade, pelo fato de questionar a ordem social dominante. Mesmo nas ciências humanas o foco do financiamento está voltado não para buscar a verdade sobre causas determinantes dos problemas, mas sim para produzir conhecimento operacional, de soluções eficazes para problemas imediatos. ((BALDEZ, 2011, p.3-5)

Na contra mão às críticas sobre as formas de financiamento e métricas de produção se encontra o professor Marco Antônio Teixeira Gonçalves, do IFCS, para quem o financiamento destinado às Humanidades é menor simplesmente pelo fato de existir um universo menor de pesquisadores na área. E também critica a posição de que a pressão para publicação seja prejudicial à qualidade do trabalho, afirmando que, na verdade, se trata de uma forma de democratizar a produção e difusão de trabalhos. (BALDEZ, 2011, p.4)

Alcino Câmara Neto, ex-decano do CCJE, acredita que as relações unilaterais entre pesquisas e empresas podem existir, desde que regulamentados. Seria possível permitir algum tipo de prestação de serviços, desde que tenha passado por algum tipo de colegiado na universidade, pois não será com repressão a esse tipo de trabalho que se impedirá que os interesses do mercado sejam atendidos, tamanha é a escassez de recursos. (UFRJ, 2011, p.18)

Para o professor da FM e ex-vice-reitor, Alexandre Pinto Cardoso, a indústria busca a UFRJ por que ela tem um quadro qualificado e é uma instituição séria. E na “situação de pobreza” que a universidade vive, ela é bem-vinda. Quanto à questão financeira, acredita que tudo deve passar pelos trâmites da universidade e ter relevância acadêmica, afirmando que a COPPE e o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) já trabalham dessa forma. (UFRJ, 2011, p.22)

Godofredo de Oliveira Neto, professor da FL, afirma que, embora a universidade não possa ser curvar às exigências do mercado, também não pode virar as costas à discussão, pois o papel da universidade útil deve ser discutido. O problema são as relações fragmentadas e unilaterais, onde os professores vão conseguindo recursos fora para tocar seus laboratórios e

dão às costas para a graduação e a pós-graduação. O ideal seria institucionalizar os recursos e não bloquear a capacidade de ação dos pesquisadores. (UFRJ, 2010, p.18)

A professora Débora Foguel, do Instituto de Bioquímica Médica (IBqM), acredita que o relacionamento da UFRJ com as empresas deverá aumentar ainda mais no futuro, pois começa a despontar uma nova indústria no país, que precisa desenvolver P&D e, para tal, deverá precisar de muitos doutores. (UFRJ, 2010, p.20)

Já Ricardo Andrade Medronho, professor da EQ, se coloca radicalmente contra qualquer relação unilateral entre pesquisadores e empresas. Para ela nenhum docente pode fazer qualquer tipo de contrato de prestação de serviços com empresas que não seja institucional. (UFRJ, 2011, p.20)

Eduardo Gonçalves Serra, professor da Escola Politécnica (Poli) da UFRJ, também critica o que chama de relação unilateral do professor com empresas, pois esses professores exercem:

várias ações de consultorias, por exemplo, que, infelizmente não passam pela estrutura institucional. Isso deve ser coibido. Toda a atividade da instituição tem que passar por conselhos, por controles, filtro acadêmico, acompanhamento rigoroso na parte financeira. (UFRJ, 2011, p.21)

Esse pensamento nos remete ao que trouxemos no capítulo 4 deste trabalho, no pensamento de Pinguelli Rosa, expresso há mais de 25 anos: “um simples bico de trabalho, onde se utiliza o público para indevidamente colher benefícios próprios” ou nas colocações de Eleutério Prado há 15 anos: “fundações que seriam, de fato, empresas coletivas de prestação de serviços que produzem mercadorias para serem vendidas aos setores privado e público e que atendem prioritariamente aos objetivos dos grupos de professores que as compõem”. Aparentemente o tempo e a experiência não contribuíram para a solução dos problemas de financiamento na universidade: denúncia de 2015 do Ministério Público Federal (NETO, 2015) acusa que professores de dedicação exclusiva da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) recebiam também como pesquisadores-bolsistas e sócios de empresas subcontratadas pela fundação da universidade, sem licitação, em um contrato de cooperação firmado com a Petrobras. E existiriam indícios de operações com total falta de transparência, em que as fundações acadêmicas são usadas para mediar serviços milionários sem relação com os objetivos das universidades, num *modus-operandi* perpetuado por décadas e espalhado por todo país.

As opiniões dos professores variam bastante, mas é senso comum que a situação de financiamento da universidade impede a recusa de recursos privados. Entretanto seria necessária uma melhor avaliação dos tipos de parcerias desenvolvidas e principalmente da

forma de apropriação das verbas pela universidade. Veremos agora como se dá esse pensamento especificamente com relação à Petrobras e ao Cenpes.

7.3 A RELAÇÃO UFRJ-PETROBRAS POR SEUS DOCENTES

Por sua presença impossível de passar despercebida no campus da Ilha do Fundão, pela vultosa quantidade de contratos de pesquisa assinados com a universidade e pelo seu histórico de desenvolvimento de cursos e treinamentos com a UFRJ, a Petrobras é o centro das atenções quando se discute o tema universidade-empresa, muitas vezes representando toda a comunidade empresarial no discurso dos docentes sobre o tema.

O atual reitor da UFRJ, Carlos Antônio Levi da Conceição, justifica a presença da Petrobras e de outras empresas no campus por meio de uma explicação sem nenhuma vinculação pedagógica ou de cunho tecnológico:

A decisão para a cessão de espaços na Cidade Universitária para prédios não apenas da Petrobras, mas também para o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) da Eletrobrás, da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) - estatal, à época -, do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnem-MCT) ocorreu em um momento em que UFRJ sofria de dificuldades orçamentárias, sem previsão de novos investimentos. A interrupção do projeto de implantação da Cidade Universitária estava se manifestando em toda a sua força, o mato crescendo no *campus*, problemas de manutenção, problemas de segurança etc. Então àquela altura se discutiam alternativas de adensar o uso dos espaços, compartilhando com outros atores e unidades, o que teria também reflexo na qualidade da segurança. Os valores de contrapartida do arrendamento não são vultosos. São valores de terra nua, sem construção, e o valor de mercado hoje na região deve estar na ordem de 50 centavos por metro quadrado, calculado pela Bolsa de Imóveis, que é a avaliação oficial. Na época da cessão, o objeto de interesse não era o valor, mas a garantia do adensamento do *campus*, mesma lógica que levou à cessão do espaço para as provas do Detran, mais recentemente. (UFRJ, 2011, p.18)

Rocha afirma que a presença, que alguns consideram exagerada, do Cenpes na Ilha do Fundão é fruto de um contrato de 1975, e pelo qual a empresa pagou aluguel mesmo sem utilizar o terreno. Além disso, considera que a renegociação trouxe benefícios de infraestrutura para a Cidade Universitária e a UFRJ. (UFRJ, 2010, p.16)

Independente das razões que levaram as empresas para a universidade, ou que levaram à criação do Parque Tecnológico, Ângelo da Cunha Pinto, professor titular do Instituto de Química (IQ), apoia a presença da Petrobras no campus da UFRJ, e diz mais:

Devemos trazer centros de pesquisa de todas as grandes empresas para a Cidade Universitária. Mas a entrada de centros de pesquisa deve ser disciplinada, porque centros de pesquisa são locais de treinamento de estudantes. Hoje a pesquisa está diretamente vinculada com o setor de produção. Não pode ser mais aquela pesquisa descompromissada. Sinto que há uma falta de espaço no *campus* para ampliação do

Parque Tecnológico, mas sou favorável à atração de outros centros. O Cenpes é objeto de desejo de qualquer universidade brasileira. (UFRJ, 2011, p.16)

Entretanto, critica a qualidade do ensino na graduação, afirmando que muitos docentes estão mais preocupados com a produtividade científica do que com a formação do estudante. Para ele, o professor não pode se dedicar somente aos seus projetos, que deveriam ter uma vinculação com o ensino e não meramente uma prestação de serviço, porque a prestação de serviços não leva a nada, sendo simplesmente um retorno para o pesquisador.

Segundo Estefen (FRANCO, 2010, p.20-1), o trabalho conjunto da COPPE e da Petrobras gerou o convênio guarda-chuva⁶⁷ entre a UFRJ e a companhia, criando uma forma de relacionamento de início difícil, mas fundamental para consolidar a parceria. A COPPE trabalha com a Petrobras com um método de antever as necessidades e montar infraestrutura física e de recursos humanos para respondê-las.

O professor Aquilino Senra Martinez, professor do programa de Energia Nuclear da COPPE, acredita que a parceria entre UFRJ e Petrobras é uma troca mutuamente vantajosa, pois dá reconhecimento a capacidade da UFRJ. A universidade tem que estar disponível para transferir conhecimentos, dar retorno ao investimento que a sociedade lhe proporciona, em forma de tecnologia para o desenvolvimento nacional:

No passado a universidade entendia que ela deveria ficar restrita à academia, a produção de conhecimento deveria se voltar para uso interno: dissertações de mestrado e teses de doutorado. Mas o mundo mudou e há um importante papel do desenvolvimento tecnológico para o bem-estar da humanidade e a universidade não pode ficar à margem desse processo. (FRANCO, 2010, p.21)

Ricardo Medronho também diz ser favorável à presença do Cenpes na UFRJ:

Prefiro cem vezes o Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes) na Cidade Universitária do que em outro campus. Talvez seja um pouco suspeito para falar disso, pois sou engenheiro químico e nos beneficiamos muito do contato com a Petrobras. Eles (pessoal do Cenpes) vêm nos procurar, propor projetos, então eu realmente tenho esse viés que me beneficia diretamente. Na Escola de Química e no Programa de Engenharia Química do COPPE, temos os laboratórios mais modernos do mundo graças a recursos da Petrobras. Mas, sinceramente, não somos apenas nós os beneficiados. A Petrobras financia, por exemplo, o banco de células, lá no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). (UFRJ, 2011, p.20)

Alexandre Cardoso acha importante a presença da Petrobras na UFRJ, pois cria um campo tecnológico importante e de grande repercussão, e é favorável a uma interação da universidade com o mercado, incluindo a questão de professores que desenvolvem pesquisas para empresas, desde que seja feita de forma transparente e institucionalizada. (UFRJ, 2011, p.22)

⁶⁷ Tipo de contrato amplo e genérico, ao qual são acrescentados acordos específicos, de acordo com as necessidades, sob a forma de termos aditivos.

Para Ângela Rocha há uma distinção entre a parceria da Petrobras com a universidade e o relacionamento da UFRJ com outras empresas, mesmo entendendo que a companhia pode induzir a pesquisa em sua área de interesse, onde injeta muito dinheiro. Ela também acha que diversos tipos de relacionamento são possíveis, alguns com reflexos positivos para a universidade, outros não:

A maior parte dos projetos que pesquisadores conseguem é por causa do nome da UFRJ. São casos diferentes de parcerias com empresas como a Petrobras, que resultou de uma tecnologia determinante, que fez o país avançar. Nesse caso não posso ser contra, porque a universidade é a casa do conhecimento para contribuir com o avanço do país. Agora, há várias formas de prestação de serviços. Acho que é uma discussão que tem que ser feita. (...) Estou radicalmente contra os cursos pagos na UFRJ. Eu acho uma prostituição do diploma universitário. (...) Porque o dinheiro não se reverte para a universidade. Reverte para os professores. Vira complementação de salário. Às vezes vai uma parte para a unidade e para o departamento, dependendo da estrutura de cada um. Essa riqueza, gerada com a prostituição do nome da UFRJ, não se distribui igualmente por todos os setores. Fica restrita a um grupo e apenas uma ínfima parte vem para a universidade. (...) E a gente não sabe para onde vai esse dinheiro, não tem controle. Isso deve ser institucionalizado. (UFRJ, 2010, p.16)

Darc Costa, especialista em Estratégia Nacional e ex-professor da COPPE, defende a Petrobras e critica o fato de, mesmo depois da descoberta do pré-sal, o governo continuar loteando o território nacional para leilões prospectivos de petróleo. “Por que isso acontece, se acabamos de descobrir essas reservas e a Petrobras tem limites na sua capacidade de alocação de recursos para explorar esse óleo?”. Costa associa os leilões a grandes interesses estrangeiros que estão se colocando acima dos interesses nacionais, o que poderia colocar em risco a superioridade da Petrobras no setor. Já Thiago da Mota Souza, aluno do 10º período do curso de Engenharia Eletrônica e de Computação acredita que a questão da dependência tecnológica não é o maior risco que o Brasil enfrenta no momento, mesmo que existam empresas estrangeiras que furam poços para a Petrobras e fretam e operam navios, o que não quer dizer que a estatal não tenha conhecimento próprio, ou esteja deixando de desenvolver tecnologia, afinal a relação da Petrobras com universidades é antiga e intensa e sua presença na UFRJ em particular, é maciça. Assim, avalia que seja difícil que corramos risco de dependência tecnológica no curto prazo. (BALDEZ, 2011, p.3)

O ex-reitor da UFRJ e professor do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, Carlos Lessa, segue a linha de defesa da Petrobras, ao afirmar que o Brasil está sendo “recolonizado como República Velha”. Segundo ele, a economia da soja e do açúcar está sendo cada vez mais controlada diretamente pelo capital estrangeiro. (BALDEZ, 2011, p.5)

Já Serra, afirma que a tensão entre autonomia universitária e políticas de governo sempre existiu, e embora não critique diretamente a presença da Petrobras no campus, faz ressalvas, afirmando que sua presença impossibilita uma completa integração no campus, que

está cortado ao meio pela empresa, e que seu poder pode deturpar os objetivos da universidade:

A Petrobras é uma grande empresa, de enorme importância para o país. Como grande empresa, tem muito poder. E os contratos que ela oferece acabam absorvendo uma parte do esforço da universidade. Acho que isso tem que ser repensado. O que não pode acontecer é a interferência, por influência, de uma grande empresa em nossa autonomia. Na escolha dos temas de pesquisas, por exemplo. Isso carece rediscussão. (UFRJ, 2011, p.21)

Leher considera que a Petrobras é uma das poucas empresas que investe em inovação no Brasil, mas não parece apoiar que esse trabalho seja feito em conjunto com a universidade. Para ele a inovação tecnológica, historicamente, é compreendida como P&D, atividade desenvolvida essencialmente nas empresas, pois nove de cada dez inovações são produzidas fora da universidade. “Como no Brasil, as empresas nacionais não têm atividade de inovação relevante, à exceção da Petrobras e da Embraer, e as corporações multinacionais não produzem aqui as suas inovações, essa função está sendo transferida para a universidade” (BALDEZ, 2011, p.4). Os editais dos órgãos de fomento que financiam as pesquisas estão induzindo as instituições públicas de Ensino Superior a desenvolver atividades de inovação tecnológica, e a universidade está cumprindo um papel de prestadora de serviços, reduzindo os custos de investimentos das empresas transnacionais.

Alexandre Cardoso afirma que não se pode desconsiderar o relacionamento antigo da UFRJ com Cenpes, mas é preciso estar atento a algumas questões para não se correr o risco da perda de autonomia:

Claro que petróleo é importante, mas não devemos perder o senso crítico em relação aos impactos ambientais da exploração do petróleo por um combustível fóssil, por ser finito. E a pesquisa de outros combustíveis alternativos não pode ser impactada. O pessoal que trabalha com energia deve ter esse senso crítico. (...) o que acho é que não há repercussão sistêmica dos recursos da Petrobras na UFRJ. (...) Quanto é que se obtém desses recursos? Eu não tenho esse valor. Onde eles foram aplicados? Quanto disso foi para a área de Ciências da Saúde, por exemplo, com um suporte que tem uma interação imensa com a população que é o HUCFF? Nenhum, que seja de meu conhecimento. Então, fica direcionado. Você não pode administrar o Brasil nem a universidade mandando recursos para quem já tem e não para quem precisa mais. (...) eu acho que uma instituição tecnológica apenas para o petróleo deve existir, mas em outro campus, não pode ser aqui. Da mesma forma para o hospital, não posso deixar que as influências externas o descaracterizem enquanto instituição. Avalio que os recursos são bem-vindos, até porque se nós tivéssemos os recursos orçamentários como merecemos, essa questão seria menor, mas temos que ter senso crítico sobre isso. (UFRJ, 2011, p.22)

Apesar dessa relação intensa, Medronho não acredita que ocorra uma redução da autonomia crítica da universidade a problemas oriundos da indústria do petróleo, por exemplo, pois a universidade não desenvolve projetos apenas para a Petrobras, mesmo nos

laboratórios montados com recursos da empresa, incluindo projetos na área de petróleo não vinculados à Petrobras, o que traria certa autonomia. (UFRJ, 2011, p.20)

Segen Estefen afirma que a parceira foi tão bem-sucedida que se tornou modelo de relacionamento entre universidades e empresas estatais no país, tanto em relação à qualidade técnica, quanto à sua presteza. Para Estefen, a relação da UFRJ com a Petrobras sempre foi pautada no compromisso com a sociedade e esteve, desde o início, imbuída de nacionalismo, numa visão de independência do país na área de energia, impedindo que o Brasil tropeçasse nas próprias pernas a cada aumento da cotação internacional do petróleo. Afirma ainda que a ampliação do Cenpes na verdade é um bônus para a Cidade Universitária, e não um problema, pois é uma área abandonada pelo poder público e a expansão traz a reboque a atração de novas empresas para o Parque Tecnológico, consolidando a região como uma geradora de demanda por infraestrutura no município. É uma sinergia benéfica para a UFRJ. (FRANCO, 2010, p.21)

Aquilino Martinez critica os que reclamam da grandiosidade da ampliação do Cenpes e seu impacto no trânsito da Cidade Universitária, pois ela valoriza a pesquisa no campus:

Temos de ter vida na Cidade Universitária. Veja o Parque Tecnológico que atrai empresas e torna o ambiente movimentado. Queremos que as empresas que venham para cá tenham uma interação forte com nossa vida acadêmica. Assim, você fecha o ciclo. Cresce a universidade, cresce a empresa, que alimenta a universidade, que realimenta a empresa. (FRANCO, 2010, p.21)

33

Débora Foguel afirma que, embora a expansão do Cenpes seja “gigante”, é melhor ter a Petrobras como vizinha do que a Exxon. Mas considera a contrapartida da empresa pequena, existindo apenas para as engenharias, não havendo envolvimento com projetos de outras unidades a UFRJ. (UFRJ, 2010, p.20)

Lea Miriam Barbosa da Fonseca, professora titular da Faculdade de Medicina (FM) da UFRJ, diz que concorda com a Presença da Petrobras no campo, mas entende que os projetos de interesse da UFRJ a Petrobras tem que participar e financiar. Ela acredita que, nos moldes atuais, somente a universidade cede à Petrobras e pede a inserção da Petrobras em outras áreas, como a Saúde, e não apenas a tecnológica. (UFRJ, 2011, p.20)

José Antônio Marins Simões, professor associado do Instituto de Física, não cita diretamente a Petrobras, mas afirma que universidade está mergulhada em conflitos, que seu caráter “público” já acabou há muito tempo, com seu *campus* ocupado por empresas e doado às mesmas. Afirma que professores da UFRJ relegam a um segundo plano suas atividades em sala de aula, pois dar aula não dá dinheiro, optando-se pela pesquisa, que tem retorno financeiro, para os convênios, para os negócios. Critica o que seria um silêncio sobre o

assunto: “nossas cabeças pensantes viraram avestruzes”, talvez de forma proposital para encobrir os interesses dominantes e privilégios crescentes, ligados à questão da universidade pública num país capitalista, no qual o capital tudo canibaliza. (SIMÕES; KUBRUSLY; SALIM, 2011, p.8)

Já Eleonora Camenietzki considera que a relação da UFRJ com a Petrobras é cercada de exageros e problemas, afirmando que, embora a Petrobras não seja uma empresa qualquer, uma sanguessuga, as contrapartidas à sua presença no campus e na universidade deveriam ser melhor discutidas. Ela acha que os convênios com a empresa são importantes, mas superdimensionados, eclipsando outras ações que deveriam ser importantes para universidade, como as atividades de extensão, pois seriam todas partes de um todo muito complexo. (UFRJ, 2011, p.16)

Também Câmara Neto considera lamentável o espaço ocupado pela Petrobras na UFRJ. Ela divide a universidade ao meio, lançando mão de um contrato antigo, e a universidade se submete a esse tipo de expediente para sobreviver. Ele acredita que é preciso encontrar mecanismos para contrabalançar esse tipo de influência e, principalmente, não abrir mão da posição crítica da universidade. (UFRJ, 2011, p.18)

Oliveira Neto vai além, e considera o espaço que Petrobras ocupa no campus “vergonhosamente monumental” e sufocante. Mas, como já está instalado, a solução seria “exigir brutalmente recursos, não migalhas”, sendo preciso exigir uma troca, uma contrapartida, um ressarcimento. (UFRJ, 2010, p.18)

Posição bastante definida tem Kubrusly, que critica fortemente a presença da Petrobras no campus. Chamando o Cenpes pelo nome de “palácio do petróleo”, que se impõe sobre os sonhos e pesquisas da UFRJ (SIMÕES; KUBRUSLY; SALIM, 2011, p.9), sintetiza em seu comentário sobre a Petrobras o que pensa sobre a presença de empresas na universidade:

Acho que nem bomba resolve isso. Nós devíamos botar a Petrobras para fora daqui. A Petrobras deixou de ser uma aliada de nossas pesquisas e passou a ser um patrão de nossos pensamentos. Essa hipertrofia da Petrobras é humilhante para os professores da UFRJ. Interfere nas linhas de pesquisa. Interfere na nossa vontade de ter uma universidade. Porque nós temos uma universidade atravessada por empresas que têm interesses que não são os da UFRJ. Os interesses da universidade não podem ser tão diretamente influenciados pelas empresas que estão aqui. (UFRJ, 2010, p.20)

Pelo exposto até aqui, podemos verificar que as posições dos docentes são bastantes diversificadas com relação a parceria da UFRJ com a Petrobras, variando de “modelo para o país” até a necessidade de sua expulsão “à bomba”, sendo possível verificar que há uma tendência favorável à parceria por aqueles que mais dela se beneficiam, o que nos parece bastante natural, embora um passeio pelo campus mostre que, mesmo nas engenharias,

podemos ter situações de infraestrutura bem diferentes, pois vemos modernas salas do CT2 (figura 18) e áreas abandonadas do CT, bloco F (figura 19) convivendo bastante próximas, o que pode corroborar o ponto de que, mesmo dentro das unidades, as verbas não são utilizadas para o benefício geral da instituição.



Figura 18: Sala de aula no CT2
Fonte: Planeta Coppe



Figura 19: Os “porões” do bloco F do CT
Fonte: do autor

Um ponto relativamente comum é a questão de a Petrobras, de certa forma, “merecer” algum tipo de tratamento diferenciado, quando se discute o problema da parceria universidade-empresa. No próximo capítulo exporemos nossa visão acerca da questão, fazendo um balanço de tudo o que foi apresentado e indicando possíveis caminhos para o futuro da universidade, na sua relação com empresas e, em especial, com a Petrobras.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos em nossas análises, pelo menos desde a Revolução Industrial, cada vez mais as Nações desenvolvidas e suas empresas vêm utilizando a tecnologia em busca da conquista sucessiva de patamares superiores de eficiência, que garantam a manutenção de seu papel hegemônico no mundo e dificultem o surgimento de competidores de peso num mundo em que o custo da posição superior ou busca da unipolaridade está cada vez mais alto. Essa busca incessante e a interação da técnica e da tecnologia no relacionamento governo-universidade-empresa têm levado a um impacto cada vez maior na atuação humana e, por consequência, em sua formação e educação. Os países desenvolvidos continuam na liderança dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB. Junto com a China, concentram também a posse de patentes, o que representa um entrave à transferência efetiva de tecnologia para os países em desenvolvimento. (PETROBRAS, 2015, p. 42)

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães afirma que o Brasil corre o risco de permanecer limitado em quaisquer ambições de desenvolvimento, subjugado e conformado em ser um grande Estado periférico, se não buscar a competência para enfrentar a ação orquestrada de grandes potências, suas ONGs, mídia, fundações públicas e privadas de alcance internacional para frear quem quer que busque sua independência em relação à “metrópole imperial”. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.26-7)

Mas como o país pode resistir a essa pressão externa? Para o professor do Instituto de Física (IF), Luiz Davidovich, é preciso definir uma política de Estado para a C&T, pois ela gera certa independência, ao definir metas para o país que não dependem do governo eleito. Em razão das formulações de políticas na área em questão, a universidade tem um papel político importante, pois deve contribuir munindo os governantes com subsídios que permitam conceber uma política que crie a capacidade do país em ser soberano na área de C&T (MAGALHÃES; ANTUNES, 2012, p.655). Pelo fato de serem induzidas cada vez mais para a cooperação com entes econômicos privados, praticamente como uma prestadora de serviços especializados, em troca de financiamento que as permitam sobreviver, as universidades vêm perdendo sua autonomia. Para Davidovich essa questão é crucial, pois a importância da universidade para a pesquisa científica está na criatividade de grupos muito pequenos, que precisam de toda liberdade. (BAPTISTA, 2010, p. 14)

Nos países em desenvolvimento, a questão torna-se ainda mais importante, dado o papel essencial da educação em contribuir para solucionar problemas graves e recorrentes da sociedade. Como afirma Albuquerque (2005, p.62) é inegável a necessidade de dominar o

processo de fazer uso do conhecimento gerado em prol do desenvolvimento e do bem estar social. Nesse contexto as universidades têm um papel fundamental, pois sem esse *know-how* a sociedade pode pôr em risco a soberania do Estado-Nação, submetendo-se ao imperativo das nações mais desenvolvidas.

Segundo Lima e Silva (2013, p.115), dentro de uma visão positiva de um modelo de hélice-tríplice que possa ser desenvolvido de forma a atender as necessidades da sociedade brasileira, seria plausível concluir que as parcerias estabelecidas entre o Cenpes e a COPPE têm sido positivas para ambos os lados. Aliando a competência instalada naquele instituto com o investimento contínuo de recursos para financiar pesquisas de fronteira e também formar mão-de-obra altamente qualificada, a COPPE passou a ocupar espaços privilegiados no tocante ao desenvolvimento tecnológico voltado ao setor de petróleo e gás, notadamente adaptando-o às características locais de nossas próprias reservas.

Dessa forma, as parcerias entre a COPPE e a Petrobras deveriam ser observadas como uma referência positiva. À academia caberia persistir na busca pela excelência e na construção da agenda estratégica de pesquisa futura. Ao governo caberia o papel de promover políticas de estímulo das relações entre universidade e empresa e os demais agentes do sistema. Empresas investiriam nas parceiras, de forma a aperfeiçoar seu próprio dinamismo produtivo.

Ainda segundo Lima e Silva (2013, p.115) o governo estaria fazendo sua parte, instituindo diferentes mecanismos de estímulo ao financiamento de P&D no setor. Entretanto, tal clareza de foco nas políticas implementadas pode ser também atribuída ao peso relativo da Petrobras à economia brasileira e como instrumento geopolítico estratégico, que permitiu estimular esse processo sinérgico estado-empresa-universidade.

Mas cabe aqui um interessante contraponto a essa visão otimista. O ensaísta americano William Deresiewicz (CARDOSO, 2015), numa crítica voltada à Ivy League, o grupo de universidades mais tradicionais dos EUA, afirma que a preocupação dessas universidades, em formar líderes voltados só para as necessidades do mercado, na verdade prejudica a carreira das pessoas, por deixar de lado a formação intelectual verdadeira, que proporciona autonomia e realização profissional por meio do trabalho com propósito. Acreditamos que, sob o aspecto da formação profissional, seguimos pelo mesmo caminho, ao pensarmos cada vez mais em formar mão de obra qualificada e cada vez menos em formar cidadãos. Uma outra colocação de Deresiewicz também faz sentido em nosso contexto. Ele afirma que a educação vem sendo privatizada (entendemos que no sentido da mercadorização proposta por Santos), financiada pelas corporações, e que empresas direcionam o

conhecimento para seus interesses, não são entidades independentes e, portanto, a formação deveria ser fornecida apenas pela sociedade.

Segundo Etzkowitz (2003, *passim*) o processo de interação entre as esferas governamental, empresarial e universitária não estaria fazendo a universidade se subordinar nem ao mercado nem ao governo, mas sim transformando-a em um agente fundamental e ao mesmo tempo em um valoroso sócio na promoção da inovação. Para ele, a universidade “empreendedora” não se constituiria de maneira impositiva ou forçosa pelo modelo da hélice-tríplice. Entretanto em sua própria justificativa, Etzkowitz aponta uma contradição do modelo, ao afirmar que a universidade emergente irá garantir a inserção, no mercado globalizado, de todo seu corpo docente e discente de maneira adequada e de acordo com a demanda de empresas interessadas em consultorias na área de tecnologia. Será essa uma missão da universidade? Tornar-se uma consultoria demandada por empresas do mercado globalizado, que a financia, certamente atinge a autonomia na pesquisa e o conteúdo da formação universitária. Some-se ainda o fato de que o modelo de hélice-tríplice não é generalizável ou passível de aplicação em todas as áreas da universidade, o que só contribui para o aumento das diferenças entre a infraestrutura de ensino e pesquisas entre as diversas áreas do saber.

Com essas colocações em mente, tentamos, nos capítulos anteriores, verificar as relações entre a UFRJ e Petrobras num suposto momento de mudanças para a universidade e para a companhia: na UFRJ, um novo plano diretor, várias obras de projetos do REUNI, novos cursos e eleições para reitor; por parte da Petrobras, lucros e produção crescentes, bilhões de dólares em investimentos, incentivo à indústria nacional, recuperação dos preços do petróleo, pré-sal, etc. A coleta de dados para a realização do trabalho deu-se entre 2011 e 2013, num momento em que ambas instituições ainda aproveitavam o final de um bom momento econômico.

Iniciamos com a elaboração de um contexto histórico sobre o modelo econômico que rege nossa sociedade e a universidade de hoje (no que tange a questão da relação universidade-empresa), passamos pela formação das universidades e seus dilemas e pela universidade no Brasil até chegarmos à UFRJ. Também recordamos a história do petróleo no Brasil, o contexto da criação da Petrobras e apresentamos um pouco de sua história, para entendermos melhor o que trouxe a Petrobras para a relação que tem hoje com a UFRJ.

Buscamos então entender como se deu a relação entre essas duas instituições e verificar qual o posicionamento do corpo docente sobre essa relação, de acordo com as fontes selecionadas e o período escolhido para o foco da pesquisa e apresentaremos aqui nossas

conclusões, que são fruto de um retrato desse período. Entendemos que ambas instituições vivem um outro momento:

- a UFRJ passa por outro momento. A intensa movimentação nos diversos canteiros de obras pelo campus cessou, sem que vejamos obras concluídas. O incômodo com a expansão do Cenpes também arrefeceu, o que pode ser visto no novo momento de eleição para a reitoria em 2015; se o tema era frequente nos debates da eleição anterior, agora passa praticamente despercebido, mostrando que o tema foi abafado pela crise financeira que assola a universidade ou a novidade já foi de alguma forma “digerida” pela comunidade acadêmica;
- a Petrobras atravessa uma fase crítica de financiabilidade, onde os preços do petróleo em 2015 se encontram num patamar próximo a 40% do que estavam no período da pesquisa, num momento em que o endividamento da empresa encontrase num patamar muito elevado. Um escândalo de corrupção envolvendo fornecedores, funcionários e partidos políticos levou a uma baixa contábil de mais de R\$ 6 bilhões por desvios dessa natureza e outros R\$ 45 bilhões por recálculo de valor, em problemas associados aos preços do petróleo, mudanças no mercado consumidor, erros de projeto e gestão, má escolha de ativos para investimentos, etc.

Cabe ressaltar que um ponto muito discutido na atual campanha para reitor da UFRJ está na questão universidade pública / universidade gratuita⁶⁸, num contexto em que, obviamente, empresas e Petrobras estão diretamente envolvidas. O que queremos ressaltar é que a exuberância da presença física da Petrobras perdeu bastante importância nos últimos anos.

Mas ainda assim consideramos que nossa discussão permanece válida, tendo em vista que tanto a UFRJ quanto a Petrobras já passaram por diversos momentos melhores e piores, de expansão ou contração, mas se mantiveram ligadas por meio de contratos e convênios de pesquisa e, até onde conseguimos vislumbrar, não parece haver qualquer indício de mudança dessa relação, e sim de sua intensidade. Também consideramos sua validade pelo caráter geral da própria pesquisa que busca, como já dissemos, estimular o debate sobre como se dá o relacionamento entre universidade e empresa, sua conveniência e forma de execução.

Vejamos nossa hipótese: a inserção da empresa na universidade como a grande fonte de financiamento, no modelo de dominação econômica da *Pax Americana*, cerceia a

⁶⁸ Nos referimos aqui ao debate sobre se a universidade pública deveria ter cursos de especialização pagos.

autonomia universitária, aprofunda crises internas, e pode impedir avanços radicais da ciência, ao direcionar os esforços para os avanços tecnológicos da ciência aplicada para produtos comercializáveis sob o controle das grandes empresas transnacionais. Entretanto, o caso UFRJ-Petrobras, embora repita várias dessas dificuldades, contém alguns elementos que podem contribuir para o desenvolvimento econômico brasileiro por meio de um projeto nacional de maior protagonismo e independência econômico-social.

Buscando verificar sua validade, vimos que Ellul considera que a educação afeta diretamente o ensino universitário, através de sua relação com o capitalismo, pressionando pela transformação da universidade numa formadora de técnicos e profissionais exigidos pela sociedade imersa no universo técnico, além de exigir uma aplicação rápida por ser dispendiosa e exigir retorno, subordinando a ciência à procura da aplicação técnica e assim apropriada pelo capital. Dessa forma, as universidades perdem qualquer caráter de pura cultura para se tornar apenas um elo de ligação entre o científico e o técnico, uma entidade subordinada a ideia de serviço e utilidade. O ensino não tem mais valor algum por si mesmo, tem apenas o fim de produzir técnicos. (ELLUL, 1968, passim)

A este ponto de vista somamos a questão do modelo de dominação econômica de cunho neoliberal da *Pax Americana* utilizada como estratégia global norte-americana de promover interesses empresariais, mercados abertos, inovação e respeito a patentes, defendendo os interesses e necessidades de seu processo produtivo e de sua sociedade. O modelo proposto por Etzkowitz, de interação entre governo, empresa e universidade com foco na inovação (hélice-tríplice) parece atender às necessidades da *Pax Americana* ao induzir as universidades a tomarem características empresariais, com a definição de pesquisas feitas por fontes externas, majoritariamente interessadas em conhecimento “comercializável” em bens e serviços e majoritariamente de caráter transnacional. Como já dissemos, não podemos supor que tais ideias, geradas pelas Nações hegemônicas, busquem verdadeiramente o desenvolvimento dos países periféricos de forma a que possam rivalizar com seus mercados e sim garantam o desenvolvimento de “vocações naturais” ou específicas, que na verdade mantenham inalterado *status quo*.

Analisamos também as propostas de Santos (2004, p.21). Ele acredita que a universidade atravessa um momento em que diversas crises se sobrepõem e ressalta o fato de haver um movimento de mercadorização do ensino, que consiste em induzir a universidade pública a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias, nomeadamente através de parcerias com o capital, sobretudo industrial, transformando-a numa empresa, que produz a si mesma como mercado. Trata-se da incessante necessidade de

submeter à valorização capitalista – transformando utilidades em mercadorias – novas áreas da vida social. Nesse modelo:

A liberdade acadêmica é vista como um obstáculo à empresarialização da universidade e à responsabilização da universidade ante as empresas que pretendem os seus serviços. O poder na universidade deve deslocar-se dos docentes para os administradores treinados para promover parcerias com agentes privados. (SANTOS, 2004, p.32)

Afirma ainda que a globalização neoliberal lançou um ataque devastador à ideia de projeto nacional, um obstáculo à expansão do capitalismo global e, ao questionar o projeto político nacional, acarretou consigo questionar a universidade pública. As críticas às políticas econômicas e sociais repercutiram na definição de prioridades de pesquisa e formação, principalmente nas áreas vinculadas a projetos de desenvolvimento tecnológico, desorientando a universidade quanto às suas funções e instalando uma crise de identidade no próprio pensamento crítico e no espaço público universitário (SANTOS, 2004, p.46-7). Assim, a pesquisa direcionada centra-se no que é importante para quem tem o poder de definir o que é importante. Com base nela, não é possível pensar o longo prazo, o único nicho de hegemonia que resta à universidade. (SANTOS, 2004, p.80)

Tentamos então obter uma panorâmica de quais seriam as propostas para a missão de uma universidade ao longo do tempo e vimos que as propostas são dispares e complexas, evidenciando um palco de contradições e crises. Podemos perceber que a crise é uma constante na história da universidade, mas não podemos entender essa crise como acidente repentino, manifestação violenta ou fase difícil como indicam alguns verbetes de dicionário, mas talvez como tensão e conflito permanente. A universidade exige um estado de crise “perpétua” para existir com tal, por ser local de debate e crítica a própria sociedade que lhe dá razão de ser. Entretanto não consegue fugir de uma certa hegemonia da classe dominante que atualmente reforça seu lado “profissionalizante” e de perpetuação do sistema no qual está inserida.

Posteriormente vimos como a criação da UFRJ, tardia e fragmentada, em nada contribuiu para criar o que seria realmente um “espírito universitário” tornando-se mais um apanhado administrativo de diversas escolas que pensam, se financiam e se desenvolvem de forma separada, com pouca integração ou foco na formação integral do ser humano. Até hoje a UFRJ padece dos males de sua criação, agravados pelas questões relacionadas ao interesse econômico que privilegia certas áreas do saber, ligadas ao desenvolvimento tecnológico, utilizando uma interpretação de autonomia para garantir o direcionamento de suas verbas, aprofundando diferenças internas.

Finalmente verificamos como se deu a criação da Petrobras e de sua entrada na universidade, numa situação um tanto paradoxal, pois ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento nacional independente das vontades e questões impostas pelo modelo da *Pax Americana*, interfere em grande escala na vida e nos planos da UFRJ, deixando clara a contradição do modelo de desenvolvimento nacional baseada numa universidade financiada por empresas, repetindo o modelo neoliberal globalizante das nações hegemônicas. É preciso ressaltar que o avanço tecnológico é vital para a sustentabilidade do crescimento da Petrobras, que desenvolve permanentemente novos processos, sistemas e produtos a fim de que sejam incorporados às suas atividades. Afirmando ser de forma colaborativa, o Cenpes se articula com mais de 100 universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras (sendo a principal a UFRJ), fornecedores e outros parceiros, aplicando recursos em instituições nacionais de C&T na área de P&D com ênfase em petróleo e gás. A empresa entende que os benefícios gerados pelas inovações que surgem dessas parcerias ultrapassam as suas fronteiras e se estendem à sociedade. Entre eles, segundo a empresa, o fortalecimento da indústria local, a redução das necessidades de importação de petróleo, derivados e equipamentos, a diminuição das emissões de gases e particulados na atmosfera e o melhor aproveitamento dos recursos naturais. (PETROBRAS, 2015, p. 47)

Consideramos que o diferencial entre a Petrobras e as empresas puramente de capital privado se encontra na forma de utilização do artigo 238 da Lei das Sociedades Anônimas (6.404/1976)⁶⁹, que admite a orientação das atividades da sociedade de economia mista de modo a atender ao interesse público que justificou sua criação. No caso da companhia, a União Federal exerce influência sobre a orientação estratégica de seus negócios e tem adotado políticas macroeconômicas e sociais por meio da companhia. Desta maneira:

- a empresa pode realizar atividades que priorizem políticas da União Federal, em vez de seus próprios objetivos econômicos e empresariais;
- a Petrobras coopera com a União Federal para assegurar que a oferta e os preços de petróleo bruto e derivados de petróleo atendam aos requisitos de consumo interno;
- a companhia pode realizar vendas em termos que podem afetar negativamente seus resultados operacionais e situação financeira. (PETROBRAS, 2015, p. 35)

⁶⁹ Lei 6.404/1976 - Art. 238. A pessoa jurídica que controla a companhia de economia mista tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador (artigos 116 e 117), mas poderá orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação. (BRASIL, 1976)

O primeiro item claramente define uma margem de manobra que permite o desenvolvimento de ações voltadas ao benefício maior da Nação, principalmente se acopladas a políticas de Estado direcionadas ao desenvolvimento nacional.

Assim, consideramos que a hipótese está correta, mas entendemos ser necessária uma profunda revisão: pela Petrobras, de seu papel e da percepção de sua imagem nessa relação; pela universidade, é preciso um maior debate sobre como gerenciar seus recursos, de forma a garantir um desenvolvimento mais homogêneo da UFRJ como um corpo único.

Não nos parece saudável que a UFRJ e principalmente a COPPE tenham uma parte tão grande de seus pesquisadores e recursos destinados para atender a parcerias e convênios de uma única empresa, nem que dependa tanto dessa mesma empresa para que possa construir seus laboratórios. Há ainda a questão das disparidades causadas pelo modelo adotado, com áreas equipadas com laboratórios de ponta e salas bem equipadas, enquanto outras carecem das necessidades mais básicas para seu funcionamento.

É preciso um debate franco e aberto para se buscar algum consenso. Se não nos é possível fugir, no sistema político-econômico em que vivemos, das parcerias com empresas na busca de financiamentos, como fazê-lo com o mínimo de impacto no direcionamento das pesquisas como um todo da universidade. Não é possível transformar a UFRJ apenas numa gigantesca firma de consultoria e prestação de serviços com mão de obra abundante e qualificada. Também não basta reclamar que os cursos tecnológicos recebem todas as verbas, e por isso talvez devessem ser banidos. É preciso identificar mecanismos que permitam manter uma autonomia maior da universidade e talvez menor dos departamentos, para que os recursos possam ser utilizados em prol da UFRJ como um todo. Alguns dizem que a universidade tem de aproveitar sua “vocação para o petróleo”; outros pensam que o que deveria ser feito é criticar a indústria do petróleo. Acreditamos que haja espaço na universidade para as duas coisas, pois essa sim, é sua finalidade, o debate, a crítica, a crise, para que a sociedade brasileira e seus cidadãos possam evoluir com liberdade e independência.

Com relação à questão geral e seus desdobramentos, podemos afirmar, pelo aqui levantado, que a interação entre a universidade e a empresa, e no caso particular UFRJ/Petrobras, contribui para o desenvolvimento da universidade, mas não de forma harmônica, distanciando-se de seus objetivos estatutários, e com visões muito distintas de seu corpo docente, dependendo da área de atuação destes. Ela se dá por financiamentos através de contratos e convênios, com a ideia inicial de criação de infraestrutura para pesquisa, e do direcionamento de conteúdo de cursos e “prestação de serviços”, forçando demais o

direcionamento da universidade. Os resultados obtidos, do ponto de vista de produção, melhoria de infraestrutura e reconhecimento externo são bons para a área tecnológica, com grande número de papers e laboratórios, menores em termos de patentes e sem reflexos significativos para as demais áreas do conhecimento. A Petrobras parece acreditar que é excelente o seu trabalho com a UFRJ, aparentemente identificando a universidade apenas pela sua parte de tecnologia e engenharia, sem perceber, ou ignorando, seu entorno. A universidade é rachada entre os que recebem e os que não recebem financiamento das empresas pois os que se beneficiam acreditam que a relação deve se aprofundar nessas bases cada vez mais e os demais dividem-se entre os que acreditam que a Petrobras tem de ser expulsa. Acreditamos que são necessárias alterações profundas, nos dois lados da interação, para que a UFRJ como um corpo coeso possa ter seus interesses atendidos e a companhia possa continuar trabalhando no desenvolvimento de tecnologia de ponta, sem sufocar a universidade.

Finalmente, podemos considerar que este trabalho trouxe várias outras perguntas, que merecem ser respondidas por outras pesquisas futuras:

- O que é autonomia? É da universidade ou dos departamentos?
- Como resolver a dicotomia criada pelo problema de financiamento de áreas que contribuem com a tecnologia e das que contribuem com a crítica social?
- Se as empresas exigem ciência aplicada; como se darão os saltos? Onde fica a pesquisa básica, a criatividade?
- Como conciliar a postura crítica à subserviência do patrocinador?
- É possível o desenvolvimento econômico próprio na *Pax Americana* econômica?
- Se a universidade é um espaço de desenvolvimento e crítica, é possível para as empresas financiar quem irá criticá-lo?

Este trabalho buscou realizar algumas reflexões sobre o relacionamento entre universidades e empresas, tendo em vista o modelo econômico-social que se apresenta em nossa sociedade globalizada, que sem dúvida dificulta sobremaneira a intenção de países não hegemônicos como o nosso de buscar certa autonomia do conhecimento, da ciência e da tecnologia, em busca de caminhos próprios de desenvolvimento e construção social, no qual esse tipo de relacionamento pode ter um papel chave, principalmente no caso particular observado, o do relacionamento entre a UFRJ, uma universidade pública federal e a Petrobras, uma empresa de capital aberto com controle estatal na qual as questões nacionais estão inseridas “por definição”. Esperamos ter contribuído minimamente para um debate que

precisa ser travado por toda a sociedade às claras e em todas as suas dimensões, mas que se encontra mascarado pelo discurso da necessidade do ensino profissionalizante, do avanço tecnológico, e da manutenção e maximização do sistema de produção.

9 PÓS-ESCRITO

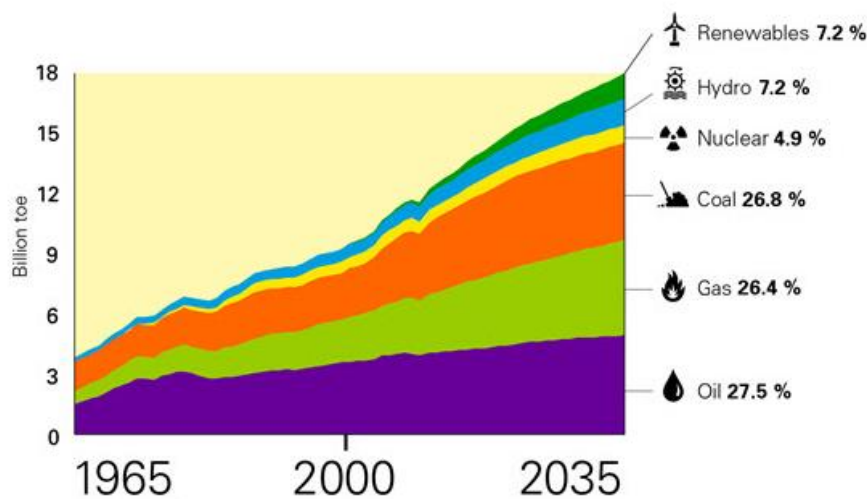
Após encerrada a fase de coleta e análise de dados e com a fase de desenvolvimento do texto final já adiantada, vimos surgir a questão da corrupção na Petrobras com uma força avassaladora. Nos questionamos então sobre a validade de todo trabalho feito até aquele momento, pois nossa leitura indicava que, apesar dos problemas, ainda haveria um saldo positivo na interação UFRJ/Petrobras, que poderia ser melhorada com algumas correções de rumo, tendo em vista tratar-se de uma empresa nacional ligada a um projeto de Nação.

Vários setores da sociedade propõem a privatização da companhia ou, pelo menos, sua gestão totalmente voltada para o mercado o que, se efetivado, anula todas as diferenças que vimos até aqui entre a Petrobras e as empresas privadas no caso da interação com a universidade. Estas propostas têm como critério de defesa a colocação de que a empresa não tem condições financeiras de se recuperar e que a corrupção, recentemente instalada na empresa, é um mal que corrói primariamente as empresas públicas. Entretanto existem outras razões de fundo para um ataque à empresa.

Petróleo e segurança energética são questões eminentemente geopolíticas. Pelas próximas décadas os combustíveis fósseis ainda terão um importante peso na matriz energética mundial (quadro 18) e, com o pré-sal, a Petrobras conseguiu, em 2014, tornar-se a maior produtora de petróleo entre as companhias de mercado aberto, ultrapassando a Exxon Mobil (PETROBRAS, 2014, p.14). A extração do petróleo nesta região tem tido, graças aos esforços tecnológicos da Petrobras (em parceria com a academia e particularmente com a UFRJ), custos decrescentes que já se tornam competitivos⁷⁰ a ponto de manter sua exploração viável mesmo com as disputas de preço de produção entre a Arábia Saudita e os produtores não OPEP de fontes não convencionais (*tigh oil, oil sands* etc.). Os riscos exploratórios no pré-sal são bem mais baixos que na maioria das novas regiões de fronteira, graças ao conhecimento geológico da região pela Petrobras e finalmente é preciso levar em conta que não é preciso manter permanentemente dois porta-aviões nucleares na costa para garantir a extração e o fluxo de petróleo, como ocorre nos mares do Oriente Médio, já que a recriação da Quarta Frota da Marinha dos EUA como ferramenta de dissuasão não tem incremento de custos significativos, por ser mais uma questão logística e operacional e não exigir a alocação

⁷⁰ O custo de extração do petróleo se refere apenas à retirada do petróleo do reservatório, não incluindo depreciação de investimentos, custos financeiros e participações governamentais, que compõe o custo de exploração e variam com o preço do petróleo no mercado internacional. Esses custos podem variar entre US\$10 e US\$40 o barril. (CESÁRIO, 2008)

permanente de novos navios no Atlântico Sul, compartilhando, quando necessário, de equipamentos do Comando Sul, responsável pela área do Caribe e canal do Panamá⁷¹.



3

Quadro 18: Previsão de consumo de energia em 2035

Fonte: BP, 2014.

É fácil compreender a situação quando verificamos os pontos de estrangulamento de trânsito do comércio marítimo de petróleo, os “chokepoints”⁷² (figura 20) e fica claro que não há nenhum desses pontos no Atlântico Sul e existem três no Oriente Médio.

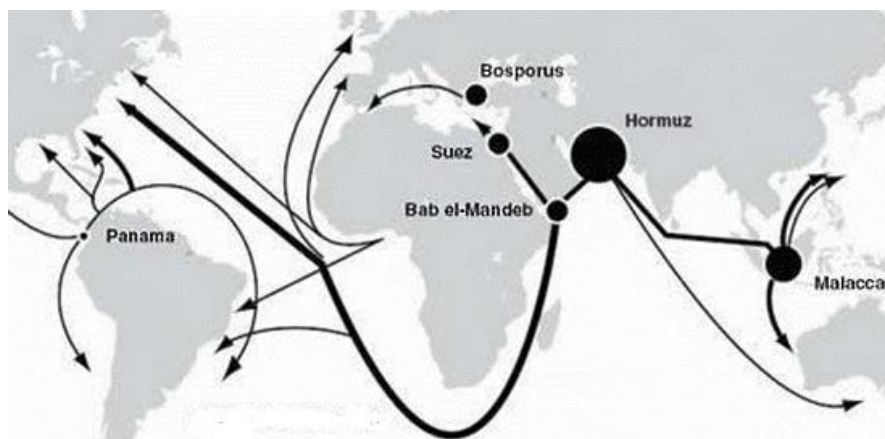


Figura 20: “Chokepoints” do transporte de petróleo

Fonte: EIA, 2011.

⁷¹ Segundo a Marinha americana, a reativação da Quarta Frota em 2008 teria como finalidades o combate ao tráfico de drogas, o treinamento e o aumento da cooperação militar regional (GRAGG, 2008). Coincidentemente sua criação deu-se em sequência ao anúncio das reservas do pré-sal no Brasil e do anúncio do então presidente da Venezuela, Hugo Chavez, de “expandir a revolução bolivarianista” após sua segunda reeleição. Cabe ainda lembrar que logo em seguida, em 2009, a OTAN alterou seu escopo e jurisdição de forma a permitir que suas forças pudessem intervir em outras áreas que não o Atlântico Norte e chegou-se a discutir uma mudança de foco de sua estratégia para o espaço geográfico do Atlântico, acabando com a ideia de Atlântico Norte e Atlântico Sul e implantando o conceito de bacia do Atlântico como sua área primária de operações. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.302-3)

⁷² “Chokepoints” são estreitos marítimos de intensa movimentação nas rotas mercantis navais, cuja interrupção de trânsito pode causar sérios impactos ao comércio. O “Chokepoint” do estreito de Hormuz é considerado perigoso por ser facilmente bloqueado pelo Irã; o de Bab-el-Mandeb, no golfo de Áden sofre com a atuação da pirataria somali e o canal de Suez já foi fechado pelo Egito.

Retornando ao ponto principal deste tópico, acreditamos que toda forma de corrupção deva ser combatida, sem dúvida, mas discordamos das propostas apresentadas para resolver a questão. Não consideramos que a privatização da Petrobras vá ser positiva para o país e certamente não será interessante para a UFRJ. Assim, apresentaremos alguns dados para a discussão em que pretendemos mostrar que:

- a situação financeira da Petrobras, no longo prazo, é altamente sustentável;
- a indústria do petróleo como um todo tem um histórico de elevados níveis de corrupção, tendo em vista as enormes quantias movimentadas, e é esta situação que deve ser atacada;
- no Brasil, sem muita diferença do resto do mundo, as empreiteiras e empresas de construção pesada estão associadas ao poder e a corrupção de há muito tempo num problema sistêmico e não pontual da Petrobras;
- os problemas de corrupção envolvendo a companhia vem de longa data, atreladas a infeliz tolerância nacional com a corrupção em todos os níveis, e a questão é muito mais ampla, envolvendo a formação do cidadão.

Iniciaremos pela questão financeira, utilizando dados extraídos das demonstrações financeiras da Petrobras em 2014 e de trabalho realizado pela assessoria técnica do Congresso Nacional para apoiar os congressistas nas discussões sobre o futuro da companhia. Apesar dos prejuízos apontados no balanço, decorrentes da corrupção e da reavaliação de ativos, a empresa apresentou resultados operacionais positivos, com aumento das receitas operacionais líquidas, aumento de reservas, mesmo com aumento de produção e aumento de carga refinada. Seus custos de extração aumentaram em paridade com a inflação e os de refino subiram abaixo desta (PETROBRAS, 2014, *passim*). Os custos de extração de petróleo se mantêm próximos a U\$ 15.00 por barril e, acrescidos da participação governamental (que variam de acordo com o preço do produto no mercado internacional) podem chegar a U\$ 28.00 por barril, ainda extremamente competitivo, mesmo no atual quadro de preços baixos, pois apresenta uma lucratividade média de U\$ 25.00 por barril, o que mantém o preço de produção abaixo do preço de realização nas refinarias e, graças à verticalização⁷³ da empresa e da sinergia gerada pela integração de seus ativos, mantém a empresa num bom patamar de realização de lucros operacionais. Apesar de seu alto endividamento, o verdadeiro problema da companhia para os próximos anos, a Petrobras apresenta uma excelente perspectiva operacional, econômica e financeira no longo prazo, o que desmente as previsões negativas

⁷³ Verticalização na indústria do petróleo significa a participação da empresa em toda cadeia da produção, incluindo exploração, produção, refino, transporte e comercialização.

baseadas em avaliações de risco de curto prazo e divulgadas de forma a levar a sociedade a acreditar numa situação que, de fato, não corresponde à realidade. (LIMA, 2015, *passim*)

Companhias produtoras de petróleo e gás transferem fundos consideráveis para governos sob a forma de taxas de licença, royalties, dividendos e suporte para as comunidades locais, que deveriam contribuir substancialmente para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, muitas vezes esse alto influxo financeiro potencializam a corrupção em larga escala, bem como a pobreza, injustiça e conflito através do oferecimento de vantagens indevidas (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2011, p. 5). De acordo com o relatório *Bribe payer index 2011* da organização Transparência Internacional o setor de petróleo é, globalmente, o terceiro setor mais corrupto de forma ativa, através de suborno à governos para obtenção de concessões de exploração ou privilégios para operação (acusação nunca imputada à Petrobras) ou através do oferecimento de propinas por prestadoras de serviços para obtenção de contratos (razão pela qual a companhia está sendo investigada). Desde o início da história da exploração comercial do petróleo, se encontram inúmeros casos de negociatas e arranjos geopolíticos escusos entre empresas e governos para garantir privilégios de exploração (TURNER, 1976, p.368). Todas as grandes companhias de petróleo passaram, em algum momento, por escândalos de corrupção, sendo conhecidos os problemas na Nigéria, envolvendo BP, Shell e Chevron, por exemplo.

Países onde a percepção de corrupção varia entre média e alta (caso do Brasil) tendem a oferecer mais chances às práticas de corrupção, envolvendo tanto entes públicos como privados, nacionais ou estrangeiros, não importando os matizes políticos dos governos. Mas esse não é um privilégio apenas das nações em desenvolvimento; não é por acaso que as leis anticorrupção mais conhecidas são o *Bribery Act* no Reino Unido e o *US Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) nos EUA. A diferença é que seus cidadãos despertaram mais cedo para os desdobramentos nefastos da corrupção e conseguiram criar pressão política suficiente para algumas providências de mitigação que, tardiamente nosso país começa a adotar. O necessário nesse caso é, ao lado de medidas de gestão e transparência, o foco na educação e na formação do caráter nacional, pois apenas o comportamento ético pode impedir, em última instância, os casos de corrupção.

O Relatório da Transparência Internacional sobre pagamento de corrupção também aponta para outro dado global de relevância: o setor mundialmente percebido como o mais corrupto é o de empresas de construção pesada que, tradicionalmente, dependem de contratos governamentais para operar através das grandes obras de infraestrutura. No Brasil a situação não é diferente, nem é novidade. Campos já nos mostra que no período do governo militar:

o setor de obras públicas é área privilegiada de denúncias de ilegalidades cometidas por agentes do aparelho estatal e empresários com contratos com organismos do governo. Durante o regime político atual, “escândalos” públicos envolvendo empreiteiras e verbas públicas são recorrentemente expostos pela mídia. Já na ditadura, principalmente nos anos mais fechados, foram vistas poucas acusações contra impropriedades cometidas por construtoras, o que evidencia obviamente não o menor número de casos, mas o amordaçamento dos mecanismos de fiscalização e divulgação das irregularidades, que, crê-se, eram até mais frequentes que nos períodos de maior abertura política. (CAMPOS, 2012, p.469)

Ainda segundo Campos (2012, p.470), os casos de ilícitos não se tratavam de forma alguma de desvio anômalo, e sim como traço característico da dinâmica da economia capitalista e da acumulação de capital e fazem parte da contabilidade empresarial. Mas esse movimento já seria anterior, vindo do incrível fortalecimento do mercado nacional de obras públicas no governo Juscelino Kubitschek, onde o nível de atividades do setor chegou a um patamar inédito na história econômica nacional, com grandes projetos nas áreas de transporte e energia. O processo de organização dos empresários se deu com a construção de aparelhos privados de hegemonia, para a formulação de projetos, atuação em cartéis, movimentos junto ao Estado e representação direta na sociedade política, de forma a garantir, mesmo com a alternância de poder, à manutenção desse grupo junto ao bloco de poder (CAMPOS, 2012, p.510-4). No período militar seu grande foco de atuação foi a atuação na construção de rodovias e centrais hidrelétricas, na atualidade, com o deslocamento do grande investidor do Governo Federal para a Petrobras, a atuação tem se focado nos empreendimentos ligados à companhia, seja na construção de refinarias e gasodutos, seja no setor naval com a construção de navios e plataformas.

Também Oxilia, Sauer e Rodrigues (2015, p.227-8) identificam essa ação dos entes econômicos privados junto ao governo militar no caso da construção da usina de Itaipú, afirmando que se tratou de ótima oportunidade para os agentes econômicos envolvidos, sendo de grande interesse para os grupos locais que tiveram acesso ao projeto aberto graças aos seus círculos de influência.

Infelizmente, como indicou Campos, a situação não se alterou no momento atual, as maiores empreiteiras nacionais da década de 1970 se transformaram em verdadeiros conglomerados de infraestrutura e continuam abocanhando quase a totalidade das obras de infraestrutura do país, mantendo mais de 70% de suas receitas provenientes do setor público. Esse “cartel” é que dita o ritmo do desenvolvimento do país e determina que empresas fiquem dentro ou fora dos projetos, através de um esquema de subcontratações e aditivos para executar diferentes etapas das obras. As empreiteiras continuam a se beneficiar das relações estreitas com o governo para se beneficiar, agora através de doações de campanha que

garantem contrapartidas em obras após as eleições, além de laços com fundos de pensão ligados às estatais e aos bancos de investimento público. O entendimento da situação é simples: focando seus negócios em áreas inteiramente dependentes de investimentos públicos ou fortemente reguladas pelo governo, o distanciamento entre empreiteiras e setor público é tarefa cada vez mais difícil. (SCOFIELD JR.; D'ERCOLA; NOGUEIRA, 2011. p.29)

Especificamente no caso da Petrobras, como explicado por Campos, não existem registros de desvios ocorridos nos anos anteriores à abertura política. Porém, já governo Sarney, em 1988, foi descoberto um esquema, envolvendo o alto escalão da BR Distribuidora, utilizando um esquema de chantagens para ganho de comissões sobre a transferência da estatal com a rede bancária. Também existem denúncias envolvendo operação de sistema de propinas em 1992, durante o governo Collor e, em 1996 o jornalista Paulo Francis denunciou um suposto esquema de desvio de recursos, com a diretoria da empresa mantendo contas em paraísos fiscais (RAPOSO; LAUREANO, 2014). Em ações da própria Operação Lava-Jato, o ex-gerente Pedro Barusco afirmou em depoimento à CPI do Congresso, que começou a receber propinas em 1997. Contribuíram para a escalada da corrupção na empresa o fato de ela ter crescido enormemente num prazo muito curto (seu valor de mercado de U\$ 15 bilhões em 2002, chegou a mais U\$ 300 bilhões em 2010), facilitando o descontrole de gestão, e o aumento brutal dos preços do petróleo na primeira década dos nos 2000 (o barril passou de U\$10.00 para cerca de U\$150.00), quando o aparente lucro fácil reduziu a pressão pelo controle financeiro.

Com estes dados não temos nenhuma intenção de compactuar com quaisquer práticas que propiciem danos ao patrimônio nacional, queremos apenas demonstrar que a companhia subsiste a mais de 60 anos num meio triplamente complexo: um setor industrial (petróleo e gás) manchado pela pecha da corrupção, que interage fortemente com um setor ainda mais envolvido em problemas de corrupção (construção pesada) e num país que, como nos mostra Figueiredo (2008, p.210), sofre com a corrupção desde os tempos de colônia.

Todas as investigações devem ser levadas à cabo, todos os envolvidos devem ser punidos e os sistemas de controle da empresa e dos órgãos reguladores devem ser revistos, a fim de evitar que situações semelhantes voltem a ocorrer. Mas pelo exposto ao longo do trabalho, acreditamos que a Petrobras tem todas as condições de se recuperar, estancar a sangria de recursos com operações escusas e fraudulentas e continuar a atuar de forma a garantir a independência do desenvolvimento nacional no setor de energia, com incentivos a diversas cadeias nacionais de produção, através do desenvolvimento da C&T nacional, onde as parcerias com universidades e centros de pesquisa (e em particular a UFRJ), tem papel

preponderante, desde que discutidas de forma transparente e aberta, dentro da universidade, entre a universidade a empresa, entre estas e o governo e de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÉLGICA no Brasil: documento histórico. Disponível em: <<http://www.diplomatie.be/saopaulo/default.asp?id=63&mnu=63>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

A VISITA do rei Alberto I, da Bélgica, ao Brasil, em 1920. Disponível em <<http://www.ibamendes.com/2011/04/visita-do-rei-alberto-i-da-belgica-ao.html>>. Acesso em: 31 maio 2012.

ALBANESI FILHO, Francisco Manes. O Ensino, a Universidade e a Realidade. **Revista Socerj**. Rio de Janeiro, v.21, n.5, p. 352-56, set./out. 2008.

ALBUQUERQUE, Syntia Barbosa de. **Sistema de inovação baseado em conhecimento e o modelo tríplice hélice**: a universidade na construção da vantagem competitiva do setor de tecnologia da informação de Pernambuco. Recife, 2005, 150f. (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/1122/arquivo1555_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 dez. 2013.

ALMEIDA, Ana Elisa Gerbasi Coelho de. A Faculdade Nacional de Filosofia e a criação de instituições científicas: o caso do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. 472p. cap.16, p.257-316.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Educação superior em Lula x FHC: a prova dos números. **Carta maior**. São Paulo, 22 out. 2010. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Educacao-Superior-em-Lula-x-FHC-a-prova-dos-numeros/13/16291>>. Acesso em: 22 set. 2013.

ALVAREZ, Rodrigo Baggi Prieto; KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; CAROLO, Murilo Damião. O impacto da interação universidade-empresa na produtividade dos pesquisadores: uma análise para as ciências exatas e da terra nas universidades estaduais paulistas. **Revista brasileira de inovação**. [S.l.], v. 12, n. 1, p. 171-206, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/598/367>>. Acesso em 22 set. 2013.

ALVES, Rubem. Variações sobre o prazer: Santo Agostinho, Nietzsche, Marx e Babette. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011. 192p.

AMATO, Fábio; MELLO, Káthia; THUM, Tássia. Consórcio formado por Petrobras e mais 4 empresas vence leilão de Libra. **G1**. São Paulo, 21 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/consorcio-formado-por-petrobras-e-mais-4-empresas-vence-leilao-de-libra.html>>. Acesso em: 22 dez. 2013

AMORIM, Joni de Almeida; AGOSTINHO, Oswaldo Luiz. Interação universidade-empresa: um modelo de referência para escritórios de transferência de tecnologia. **Parceiras estratégicas**. Brasília, v.18, n.36, p. 75-104, jun. 2013.

ANDES. O poder e o saber: a universidade em debate. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. 150p.

ANDES. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Cadernos Andes**. Rio de Janeiro, n.25, p.1-41, ago. 2007.

ANP. Investimentos em P&D: apresentação. 2014. Disponível em: <<http://anp.gov.br/?pg=70151&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1424784795515>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

ANP. **Boletim ANP petróleo e P&D**. Rio de Janeiro, n.17, jan. 2015.

ARAÚJO, Roberto Moreira Xavier de. A herança da reforma universitária no Brasil e a questão dos “alunos externos” nos institutos de pesquisa do CNPq. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.13, p.235-44.

AS NOTÁVEIS virtudes do petróleo. **Arquivo Veja**. 11 dez. 1974. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/petroleo/111274.html>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

ÁVILA, Jorge de Paula Costa. Desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior / Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **A História da Tecnologia Brasileira Contada por patentes**. Rio de Janeiro: INPI, 2008. cap.1, p.7-11.

BAIARDI, Amilcar. Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica. São Paulo: Hucitec, 1996. 245p.

BALDEZ, Coryntho. A globalização não destrói o lugar, recria-o. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.62, p.15-18, ago./out. 2011.

BALDEZ Coryntho. O fiador da mudança democrática na UFRJ. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.50, p.12-15, dez. 2009.

BALDEZ, Coryntho. Pré-sal: risco ou oportunidade? **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.58, p.3-5, jun./jul. 2011.

BALDEZ, Coryntho. O futuro em jogo. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.61, p. 3-5, jun./jul. 2011.

BALDEZ, Coryntho. Aglobalização não destrói o lugar, recria-o. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.62, p.15-18, ago./set./out. 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A importância política da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista da ESG**. Rio de Janeiro, v.24, n.50, p.7-35, jul./dez. 2008.

BAPTISTA, Paulo Francisco Donadio. Bom mesmo é banho de mar. **Revista de história da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 3, n.34, p.79-83, jul. 2008.

BAPTISTA, Rodrigo. Desafios para a ciência brasileira. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.54, p.14, jun. 2010.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A.L. Origens da universidade brasileira. **Química nova**. São Paulo, v.30, n.7, p.1780-90, 2007.

BARRETO, Pedro. Vitrine de inovações. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.49, p.10-12, nov. 2009.

BATTAHIN, Janaína Fernanda; COSENTINO, Daniel do Val. Caio Prado Júnior, Celso Furtado e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 18., 2013. **Anais...**, Belo Horizonte: SEP, 2013. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2469>. Acesso em: 05 dez. 2013.

BAUMAN Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 145p.

BAZZO, Karina de Cillo; PORTO, Geciane Silveira. Redes de cooperação da Petrobras: uma mapeamento a partir de patentes. In: TURCHI, Lenita Maria; NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de (orgs.). **Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras**. Brasília: IPEA/Petrobras, 2013. cap.6, p.163-209.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio. In: MALTA, Maria Mello de (org.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. cap.6, p.163-209.

BOLETIM UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999 - .

BOSCO, Flávio. Uma nova ordem mundial. **Petro&química**. São Paulo, n. 252, set. 2003. Disponível em: <http://www.petroequimica.com.br/edicoes/ed_252/ed_252d.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**. v.5, n.11, p. 121-36, maio/ago. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/md/Downloads/Botelho_Cunha_Macedo_2011_O-metodo-da-revisao-integrativ_10515.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

BP. Energy outlook 2035 insights: consumption by fuel. **Strategic role of technological advances in unlocking available and affordable oil and gas supplies**. 17 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/press/speeches/international-petroleum-week-2014.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRANDÃO, Carlos Eduardo Lessa. **Sustentabilidade e empresas**: uma reflexão crítica. 2009. 128f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/114347/sustentabilidade-e-empresas-uma-reflexao-critica.html>>. Acesso em: 24 dez. 2010.

BRASIL. Exército Brasileiro. Introdução a Estratégia. Rio de Janeiro: ECEME, 2011. 53p.

_____. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das sociedades por ações. Presidência da República, Brasília, DF, 16 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 10 mai. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior / Instituto Nacional de Propriedade Industrial. A História da Tecnologia Brasileira Contada por patentes. Rio de Janeiro: INPI, 2008. 83p.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 379p.

BRICKMAN, Ronald. A visão do centro: políticas, desempenhos e paradoxos. In: SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura (orgs.). **Pesquisa universitária em ação**. São Paulo: Icone, 1986. cap.2, p.36-49.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social. São Paulo: Edusp / Rio de Janeiro: Ford Foundation, 2002, 455p.

BUENO, Ana Paula. O Estado e a universidade brasileira. **Caros amigos**. São Paulo, ano XVII, n.70, p. 5-6, set. 2014.

CABRITO, Belmiro Gil. A mercadorização da educação e a intensificação do trabalho do professor do ensino superior, em Portugal. **Ver a educação**. Belém, v.12, n.1, p.89-102, jan./jun. 2011.

CALDAS, Jorge. Uma história de sucesso: 50 anos de desenvolvimento de recursos humanos. [Rio de Janeiro]: Petrobras, 2005, 111p.

CAMPOS, Arminda Eugenia Marques. Identidade e diferença no nascimento da universidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2001. 251p.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1965/1985. 2012. 584f. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2015.

CARDOSO, Fabio S. Universidades de elite não formam profissionais autônomos. **Você S.A.** 09 abr. 2015. Disponível em:< <http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/202/noticias/boas-universidades-nao-formam-profissionais-autonomos> >. Acesso em: 9 abr. 2015.

CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). Reflexões sobre a universidade. São Paulo: Livraria da Física, 2010. 472p.

CARIELLO, Rafael. Relatório Link: geólogo dos EUA sugeriu desistir da exploração no país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 3 out. 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/petrobras50anos/fj0310200309.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2013.

CARRIZO, Luis et al. Reflexões finais. In: NASCIMENTO; Elimar Pinheiro do; PENA-VEGA, Alfredo (orgs.) **As novas dimensões da universidade: interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. cap. 8, p.169-77.

CARVALHO, Ismar de Souza. Caça ao tesouro. **Ciência hoje das crianças**. Disponível em: <<http://chc.cienciahoje.uol.com.br/caca-ao-tesouro-2/>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

CASPER, Gerhard; ISER, Wolfgang. Futuro da Universidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, 112p.

CASTELO, Rodrigo. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. In: MALTA, Maria Mello de (org.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. cap.10, p.291-328.

CASTILHO, Marcio. Por uma nova aventura do conhecimento. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.52, p.13-6, abr. 2010.

CAVALCANTI, Marcos; NEPOMUCENO, Carlos. O conhecimento em rede: como implantar projetos de inteligência coletiva. Rio de Janeiro: Campus, 2007, 134p.

CESAR FILHO, Mário. Reitor visita obras de ampliação do Cenpes. Rio de Janeiro, UFRJ, 22 dez. 2006. Disponível em: < http://www.ufrj.br/mostraNoticia.php?noticia=3062_Reitor-visita-obras-de-ampliacao-do-Cenpes.html>. Acesso em: 15 abr. 2012.

CESÁRIO, Diomedes. Para onde vai a riqueza gerada pela Petrobras. [S.l.], 2008. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/tmp/Para_onde_vai_a_riqueza_gerada_pela_Petrobras-artigo-DiomedesCesario.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

CHACEL, Cristina. O tatu saiu da toca: histórias da internacionalização da Petrobras. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. 301 p.

CHAGAS FILHO, Carlos. Pesquisa e universidade. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.2, p.9-24.

COELHO, Edmundo Campos. Ensino e pesquisa: um casamento (ainda) possível. in: SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura (orgs.). **Pesquisa universitária em ação**. São Paulo: Icone, 1986. cap.5, p.95-113.

CORAL, José. 30 anos de ProÁlcool. **BiodieselBR**. Curitiba, 15 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool/30-anos/proalcool-30-anos.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

COPPE. A Coppe. Disponível em: <<http://coppe.ufrj.br>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

COPPE. Corrida para o mar: os desafios tecnológicos e ambientais do pré-sal. Rio de Janeiro, UFRJ, [2009]. Disponível em: <<http://coppe.ufrj.br>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

COSTA, Ricardo Cunha et al. Perspectivas e desafios no setor de petróleo e gás. In: ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fábio (orgs.) **O BNDES em um Brasil em Transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. cap.17, p.275-90.

CRISE DO PETRÓLEO. **Wikipédia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_petróleo>. Acesso em: 22 dez. 2013.

CUNHA, Luiz Antonio. Critérios de avaliação e credenciamento do ensino superior: Brasil e Argentina. In: VELLOSO, Jacques (org). **O ensino superior e o Mercosul**. Rio de Janeiro: Garamond / Brasília: Unesco, 1998. cap.2, p.9-24.

CURTY, Carla; MALTA, Maria; BORJA, Bruno. Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 16., 2014. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2014. Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2014/site/trabalho/99/interpretes-do-brasil-influencias-na-origem-do-pensamento-economico-brasileiro>>. Acesso em: 13 dez 2014.

DAVIDOCICH, Luiz. Educação superior e inclusão social no Brasil. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.29 p.439-57

DERRIDA, Jacques. A universidade sem condição. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. 86p.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1993. 214p.

DIAS, Maria Angela (org.). *Arquiteturas em contextos de inovação: centro de pesquisa e desenvolvimento na cidade universitária da UFRJ*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2010. 304p.

DONADIO, Paulo. Tem rei no mar. **Revista de história.com.br**. Rio de Janeiro, 7 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/tem-rei-no-mar>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

DOSSA, Alvaro Augusto; SEGATTO, Andréa Paula. Pesquisas cooperativas entre universidades e institutos públicos no setor agropecuário brasileiro: um estudo na Embrapa. **Rev. adm. pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1327-52, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2013.

DUFOUR, Jules. *The Worldwide Network of US Military Bases*. Quebec: Global Research, 2014. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/the-worldwide-network-of-us-military-bases/5564>>. Acesso em: 12 abr. 2015

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Unesp, 2005. 319p.

EIA. Maritime chokepoints critical to petroleum markets. **Today in energy**. 2 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=330>>. Acesso em: 10 out.2014.

EINHORN, Bruce; ARNDT, Michael. The 50 Most Innovative Companies. **Bloomberg business**. 15 abr. 2010. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/bw/magazine/content/10_17/b4175034779697.htm>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. São Paulo: Paz e Terra, 1968. 445p.

ENERGIA: tempo, espaço e vida. **Terra da gente**. São Paulo, v.1, n.65, set. 2009. (suplemento especial).

ERBER, Fábio S.; AMARAL, Leda U. *Os centros de pesquisa das empresas estatais: um estudo de três casos*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/centros.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

ESPINOLA, Aída. *Ouro negro, petróleo no Brasil: pesquisa em terra, na plataforma continental e em águas profundas*. Rio de Janeiro, Interciência, 2013. 494 p.

ESTEFEN, Segen Farid. *A experiência da Fundação Coppetec no relacionamento Universidade-Empresa*. Palestra ministrada no Seminário de interseção Universidade/Empresa. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 9 nov. 2010.

ESTEFEN, Segen Farid. Desenvolvimento da tecnologia na fronteira do mar. Palestra ministrada no III Congresso Mares da Lusofonia. EGN. Rio de Janeiro, 20 mai. 2013.

ETZKOWITZ, Henry. Innovation in Innovation: The Triple Helix of University-Industry-Government Relations. **Social science information.**, v.42, n.3, p.-293-337, 2003.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. A república rebe a realeza: Os preparativos para a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920). ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH RIO, 12., 2006. Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Luciana%20Pessanha%20Fagundes.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2013.

FAGUNDES NETTO, José Roberto. A Petrobras e sua estratégia de desenvolvimento tecnológico. Palestra ministrada no Seminário de interseção Universidade/Empresa. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 9 nov. 2010.

FAPESP. Edição especial 50 anos. **Pesquisa Fapesp**. São Paulo, 256p. maio, 2012.

FARIA, Mauricio Marques de. **Política energética Brasil-Venezuela: a atuação da PDVSA**. Rio de Janeiro, 2008, 59f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu MBE Analista Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Faculdade Nacional de Filosofia: projeto ou trama universitária? Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989. 99p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A suposta outorga do título de doutor honoris causa ao rei da Bélgica e a criação da Universidade do Rio de Janeiro. **Educação brasileira**. Brasília, v. 26, n. 53, p.81-103, jul./dez. 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade do Brasil: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 200p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v. 2.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**. Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965). Disponível em <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/artigo_mariadelourdes.html>. Acesso em: 4 jun. 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. O título de doutor honoris causa ao rei dos belgas e a criação da URJ. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000. Anais... Rio de Janeiro: SBHE, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/104_maria_lurdes_a.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2012.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 256p.

FERNADES. Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009. 152 p.

FIALHO, Gabriel Emiliano de Almeida. LA investigación y la preparación de profesores de física universitários em escala regional. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.1, p.1-8.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. A corrupção no Brasil colônia. In: ARVITZER, Leonardo et ali. **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 598p. cap. 21, p.209-18.

FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**. Rio de Janeiro, ano VII, n.8, p.77- 106, 2007.

FONSECA, José dos Reis. Descoberta do campo de Garoupa. **Memória Petrobras**. Rio de Janeiro: Petrobras, [S.d.]. streaming vídeo (3:53) Disponível em: <http://memoria.petrobras.com.br/depoentes/jonas-dos-reis-fonseca/descoberta-do-campo-de-garoupa#.VOpFyfnF_jE>. Acesso em: 23 dez. 2013.

FRANCO, Bruno. Unidos pela pesquisa. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.53, p.20-1, maio 2010.

FUENTES, Liége; VILLELA, Ricardo. A da impunidade. **Veja**. São Paulo, ed. 1659, 26 jul. 2000. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/260700/p_110.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

FUP. Defender a Petrobrás é defender o Brasil. 4 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/2012/noticias/manchetes/2224182-leia-o-manifesto-em-defesa-da-petrobras-e-do-brasil>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

GABRIELLI, José Sérgio. O legado de Lula e Dilma na Petrobras. São Paulo, 25 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/2012/noticias/opiniaio/2220801-o-legado-de-lula-e-dilma-na-petrobras>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

GABRIELLI, José Sérgio. Oportunidades e desafios do setor de petróleo no mundo e no Brasil. Aula inaugural do ex-presidente da Petrobras, Programa de Planejamento Energético COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 17 maio 2012.

GADELHA, Margareth Monteiro; FARIA, Mauricio Marques de. A gestão da informação na biblioteca universitária como ferramenta auxiliar ao Planejamento Estratégico em institutos de pesquisa. Rio de Janeiro, 2014. 16p.

GANDRA, Alana. Indústria naval brasileira está consolidada, diz coordenador do Ipea. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 14 ago. 2014. Disponível: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-08/investimentos-de-quase-r-150-bilhoes-consolidam-industria-naval-no-brasil>>. Acesso em: 5 set. 2014.

GANESAN, Arvind; TAKIRAMBUDDE, Peter. Letter to managing directors of Chevron/Texaco, Royal Dutch/Shell, and Total/Fina/Elf regarding Niger Delta violence. Human Rights Watch, 2003. Disponível em: <<http://www.hrw.org/news/2003/04/07/letter-managing-directors-chevrontexaco-royal-dutchshell-and-totalfinalelf-regarding>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

GLASS, Gene V. Primary, Secondary, and Meta-Analysis of Research. **Educational researcher**. v.5, n.10, p.3-8, 1976.

GOES, Guilherme Sandoval. Por onde andar a “Grande Estratégia” Brasileira: Estados Unidos e Brasil em estudo comparado. **Revista da ESG**. v.24, n.50, p.36-67, jul./dez. 2008.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo social**. São Paulo, v. 15, n. 2, Nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2013.

GRABOIS, Ana Paula. Explosão na P-36 foi causada por erros de manutenção e projeto, diz ANP. **Folha de São Paulo**. 29 out. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/plataforma.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2013. GRAGG, Alan. NAVY reestablishes U.S. 4th fleet. *America's Navy*. 2008. Disponível em: <http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606>. Acesso em: 10 out. 2014.

GRAGG, Alan. NAVY reestablishes U.S. 4th fleet. **America's Navy**. 2008. Disponível em: <http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606>. Acesso em: 10 out. 2014.

HÉLICE Tríplice: edição especial. **Revista Inteligência Empresarial**. Rio de Janeiro, n.27. 70p. 2006.

HOFFMAN, Wanda Aparecida Machado. Ciência, tecnologia e sociedade: desafios da construção do conhecimento. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 312p.

HUNT, E.K. História do pensamento econômico; uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 512p.

HURRELL, Andrew. Pax Americana ou o império da insegurança? **Revista brasileira de política internacional**. Brasília, v.48, n.2, p.30-54, 2005.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 445p.

JEROME, Leigh W.; JORDAN, Patricia J. Building an Institute for triple-helix research innovation. Disponível em: <http://www.triplehelixinstitute.org/sites/default/files/uploaded/documents/TripleHelix_BuildingAnInstitute.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

JURGENFELD, Vanessa. Caem registros de patentes e das empresas que inovam. **Valor Econômico**, p.4, 6 abr. 2015.

KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; CAROLO, Murilo Damião. O impacto da interação universidade- empresa na produtividade dos pesquisadores: uma análise dos docentes coordenadores de projetos com apoio da PETROBRAS/ANP. in: IPEA. **Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras**. Brasília: Ipea/Petrobras, 2013. cap.3, p.81-114.

KENNEDY, J.F. President Kennedy at The American University, Washington, D.C., 10 jun. 1963. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/1963kennedy-peacestrat.html>>. Acesso em: 23 jul 2013.

KENT, Sherman. Informações Estratégicas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967. 213p.

KERR, Clark. Os usos da universidade. Fortaleza: Edições UFC, 1982. 130p.

KNELLER, George F. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp, 1980, 310p.

LEITE, Rogério C. Dependência Tecnológica X Soberania Nacional. São Paulo, 1988. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=106&id_indice=296>. Acesso em: 05 jun. 2013.

LIMA, Cláudio José Teixeira de. **Processo de Tomada de Decisão em Projetos de Exploração e Produção de Petróleo no Brasil**: Uma abordagem utilizando conjuntos nebulosos. Rio de Janeiro, 2003, 198 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/cjtlima.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

LIMA, Marcos Ferreira da Costa; SILVA, Marconi Aurélio e. Inovação em petróleo e gás no Brasil: a parceria Cenpes-Petrobras e Coppe-UFRJ. **Soc. estado**. Brasília, v. 27, n. 1, p. 97-115, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Abr. 2013.

LOBO, Francisco Bruno. Uma universidade no Rio de Janeiro. v.1. Rio de Janeiro: s.ed. 1969. 441p.

LOBO, Francisco Bruno. Uma universidade no Rio de Janeiro. v.2. Rio de Janeiro: s.ed. 1969. 405p.

LOPES, José Leite. A universidade de Anísio Teixeira. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.24, p.391-6.

LOPES, José Leite. Aula magna 2005. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 47p.

LOPES, José Leite. Ciência e liberdade: escritos sobre ciência e educação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 288p.

LOPES, José Leite. Reflexões sobre a universidade. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.4, p.53-62.

LOPES, José Leite. Uma nova política para a educação superior brasileira. (cap.7 p.85-172) in: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. 472p.

LOPES, Maria Laura Mouzinho Leite. A matemática na universidade na memória da aluna da Faculdade Nacional de Filosofia à professora emérita da UFRJ. **CONGRESSO SCIENTIARUM HISTÓRIA**, 6., 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MAGALHAES, Jorge Lima de; BOECHAT, Núbia; ANTUNES, Adelaide Maria de Souza. Internalização de farmoquímicos e medicamentos para doenças tropicais negligenciadas: proposta de interação entre Governo - Universidade - Empresa. **Quím. Nova**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 654-660, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/qn/v35n3/38.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

MARQUES, João Paulo Coelho. A dinâmica da universidade moderna: a hélice tripla de relações universidade-indústria-governo e o empreendedorismo acadêmico. **Economia global e gestão**. v. XII, n.1, pp.51-70, 2007.

MARQUES, Alfredo. Pós-graduação em física e a reforma universitária. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.18, p.321-352.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014. 314 p.

MEIS, Leopoldo de; LETA, Jaqueline. O perfil da ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 103p.

MENDONÇA, Ana Waleska. Anísio Teixeira e a Universidade de Educação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, 186p.

MIALHE, Jorge Luís. História e educação na obra de Jacques Ellul: aproximações brasileiras. SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O PENSAMENTO DE JACQUES ELLUL, 1., 2009. **Anais...** Araraquara: Unesp, 2009.

MICELI, Sérgio (org). A Fundação Ford no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1993, 316p.
MORAIS, José Mauro de. Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore. Brasília: Ipea : Petrobras, 2013. 424p.

MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (orgs.). Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. 365p.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 2.ed. 713p.

MOREIRA, José Benedito de Barros. A nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil. **Revista da ESG**. Rio de Janeiro, v.23, n.48, pp7-22, ago./dez. 2007.

MOTOYAMA, Shozo (org.) Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 2004. 518p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 432p.

MUMFORD, Lewis. Técnica y civilización. Madri: Alianza Editorial, 1979. 505p.

MINOGUE, Kenneth. O conceito de universidade. Universidade de Brasília, 1981. 171p.

NACHBIN, Leopoldo. Ciência e Sociedade. Curitiba: Editora UFPR, 1996, 190p.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. Retratos da produção científica brasileira em áreas relevantes para o setor de petróleo e gás natural nos anos 2000. In: TURCHI, Lenita Maria; NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de (orgs.). **Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras**. Brasília: IPEA/Petrobras, 2013. cap.9, p.209-24.

NASSIF, Luis. A história da campanha O petróleo é nosso. **Luis Nassif online**. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-historia-da-campanha-o-petroleo-e-nosso>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

NEGRI, João Alberto de (coord.). Poder de compra da Petrobras: impactos econômicos nos seus fornecedores. Brasília: IPEA, 2010. 101p.

NETO, Lauro. MP: fraude em contrato de R\$17 milhões da UniRio e Petrobras. **O Globo**. Rio de Janeiro, p.30, 12 abr. 2015.

NOGUEIRA, Danielle. Empresas investem em redução de riscos ambientais. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16 set. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/empresas-investem-em-reducao-de-riscos-ambientais-6096375>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

NOGUEIRA, Pedro. Recursos energéticos: definições e unidades. Universidade de Évora. Disponível em: <<http://home.uevora.pt/~pmn/aulas/recursosenergeticos/Aula%20-%20Unidades%20e%20defini%20E7%20F5es.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Das Ilhas à Cidade: a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950)**. 2005, 131 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=133271>. Acesso em: 22 dez. 2012.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Um lugar para a Universidade do Brasil: A ilha e o palácio como metonímia da identidade institucional. ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH RIO, 14., 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276731639_ARQUIVO_UmlugarparaaUniversidadedoBrasil-ailhaeopalaciocomometonimiadaidentidadeinstitucional.pdf>. Acesso em 05 dez. 2013.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. A organização da universidade para a pesquisa. In: SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura (orgs.). Pesquisa universitária em ação. São Paulo: Icone, 1986. cap.3, p.53-80.

OLIVEIRA, José Carlos de. D. João VI adorador do Deus das ciências?: a constituição da cultura científica no Brasil (1808-1821). Rio de Janeiro: E-Papers, 2005, 338p.

OLLARD, S.L. A short history of the Oxford Movement. London: A.R.Mowbray, 1915. 283p. Disponível em: <<https://archive.org/details/ashorthistoryoft00ollauoft>>. Acesso em: 13 set. 2013.

OCDE. Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Rio de Janeiro: Finep, 2005, 3.ed. 184p.

ORTEGA Y GASSET, José. Missão da universidade e outros textos. Coimbra: Angelus Novus, 2003. 143p.

OTRANTO, Celia Regina. Desvendado a política da educação superior do governo Lula. **Universidade e sociedade**. Brasília, ano XVI, n.38, p.18-29, jun. 2006.

OXILIA, Vixtorio; SAUER, Ildo Luis, RODRIGUES, Larissa Araújo. Motivações políticas e econômicas da integração energética na América do Sul: o caso de Itaípu. **História e cultura**. Franca, v.4. n.1, p.208-31, mar.2015. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1481>>. Acesso em: 20 abr.2015.

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. Brasília: Brasília Jurídica, 2001. 600p.

PAIM, Antonio. A UDF e a ideia de universidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981. 135p.

PAIS, Francisco. Pesquisa e Desenvolvimento no Cenpes. Palestra ministrada para o Curso Superior de Inteligência Estratégica da Escol Superior de Guerra. Petrobras. Rio de Janeiro, 6 jun. 2014.

PANORAMA das relações belgo-brasileiras. Disponível em: <<http://www.belgica.org.br/panorama.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

PEREIRA, José Matias. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009. 290p.

PETROBRAS 60 ANOS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/petrobras-60-anos/>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

PETROBRAS. Almanaque memória dos trabalhadores Petrobras. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003. 196p.

PETROBRAS. Estratégia tecnológica da empresa é tema de entrevista concedida pelo gerente executivo do Cenpes. Disponível em: <http://portalpetrobras.petrobras.com.br/PetrobrasPortal/appmanager/portalp/desktop?_nfpb=true&_pageLabel=dctm_noticia_cenpes&idConteudo=noticia_007950&areaAtual=cenpes>. Acesso em: 18 mai. 2011.

PETROBRAS. Memorandos DEPEX. 1960. Disponível em: <<http://www.eliezer.ninhodanatureza.nom.br/02/03/03b/01.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PETROBRAS. Nossa história. Disponível em: <<http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/nossa-historia/>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

PETROBRAS. **Notícias**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/pt/noticias>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

PETROBRAS. Patentes: compromisso com o avanço tecnológico. **Revista Petrobras**. [Rio de Janeiro], n.175, p.18-21, jul./ago. 2013.

PETROBRAS. Petrobras e UFRJ inauguram Núcleo de Biocombustíveis, de Petróleo e de seus derivados. **Fatos e dados**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://fatosedados.blogspotpetrobras.com.br/2012/07/06>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

PETROBRAS. **Plano Estratégico Petrobras 2030**. 26 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/plano-de-negocios-e-gestao/apresentacao-plano-estrategico-2030-e-png-2014-2018.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

PETROBRAS. Relatório da Administração 2014. [Rio de Janeiro]: Petrobras, 2015. 66p. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/central-de-resultados/webcast-resultados-2014.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2015

PETROBRAS. Resultados de tecnologia Petrobras 2010. Rio de Janeiro: Petrobras, 2011. 66p.

PETROBRAS. Tecnologia Petrobras 2013. Rio de Janeiro: Petrobras, 2014. 60p.

PHILIPPI Jr., Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri: Manole, 2011. 998p.

PINTO, Álvaro Vieira. A questão da universidade. São Paulo: Cortez, 1986. 102p.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1328p.

PLATT, Washington. A produção de informações estratégicas. Rio de Janeiro: Agir, 1967. 328p.

PRADO, Eleutério F. S. Mercado na universidade. **Jornal da USP**. São Paulo, ano XIV, n.508, p.5-6, 2000.

PRADO, Eleutério F. S. O capital e a universidade pública. 2003. 5p. Disponível em: <<http://http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-3.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

PRIMI, Lilian. Brasil detém recorde mundial de empresas lucrativas de ensino. **Caros Amigos**. São Paulo, ano XVII, n.70, p.12-5, set. 2014.

RAPOSO, Davi; LAUREANO, Paula. Corrupção na Petrobras: primeiro escândalo foi no governo Sarney. **Portal Puc-Rio digital**. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Pais/Corrupcao-na-Petrobras%3A-primeiro-escandalo-foi-no-governo-Sarney-25546.html#.VUapLPIViko>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

RATTNER, Henrique. A universidade e o sistema produtivo. In: SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura (orgs.). **Pesquisa universitária em ação**. São Paulo: Icone, 1986. cap.6, p.114-27.

REZENDE, Tatiana. Para não esquecer: "Massacre da Praia Vermelha". 2011. Disponível em: <http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=361:para-n%C3%A3o-esquecer-massacre-da-praia-vermelha>. Acesso em: 14 jun.2012.

RIBEIRO, André. Leopoldo: os caminhos de Leopoldo Américo Miguez de Mello para um Brasil maior. Rio de Janeiro: Petrobras, 2010. 284p.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 307p.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio / ensaios insólitos. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 357p. Disponível em: <http://www.biolingagem.com/ling_cog_cult/ribeiro_1986_sobreobvio.pdf>. Acesso em 10 jun. 2013.

RIBEIRO, Fernanda Pereira; BORINI, Felipe Mendes. Desinvestimentos nos processo de internacionalização: o caso Petrobras. **RAD**. São Paulo, v.12, n.2, p.20-42, jul.-ago. 2010.

RICARDO, Rodrigo. UFRJ 2020: transformar o que somos. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.49, p.8-9, nov. 2009.

ROCHA, Janes. Petrobras aplica 2,2 bilhões. **Valor Econômico**. São Paulo, 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://rio-negocios.com/petrobras-aplica-r-22-bilhoes/>>. Acesso em 20 mai. 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. Antes que seja tarde: reflexões sobre o futuro da universidade. In: CASPER, Gerhard; ISER, Wolfgang. **Futuro da Universidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. introd., p.15-34.

ROLLO, Maria Fernanda; BRANDÃO, Tiago. Parâmetros metodológicos para uma compreensão crítica dos contextos e tensões da inovação no mundo contemporâneo. **Parceiras estratégicas**. Brasília, v.18, n.37, p.71-82, dez. 2013.

SALERNO, Mario Sergio; FREITAS, Simone de Lara Teixeira Uchôa. A influência da Petrobras no desenvolvimento tecnológico: o caso dos institutos de ciência e tecnologia na região Sudeste. In: TURCHI, Lenita Maria; NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de (orgs.). **Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras**. Brasília: IPEA/Petrobras, 2013. cap.10, p. 321-58.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. 106p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1987. 58p.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record. 2000. 174p.

SCHUGURENSKY, Daniel; NAIDORF, Judith. Parceria universidade-empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e do Canadá. **Educação e sociedade**. vol.25, n.88, p.997-1022, 2004,. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a17v2588.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

SCHWARTZ, Eugene S. A inflação da técnica: o declínio da tecnologia na civilização moderna. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 311p.

SCHWARTZ, Laurent. Para salvar a universidade. São Paulo: Edusp, 1984. 126p.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura (orgs.). Pesquisa universitária em ação. São Paulo: Icone, 1986, 232p.

SCOFIELD JR., Gilberto; D'ERCOLE, Ronaldo; NOGUEIRA, Danielle. De Hidrelétricas a refinarias e estádios, tá tudo dominado. **O Globo**. Rio de Janeiro, p.29, 8 maio 2011.

SILVA, Franklin Leopoldo e. A universidade e a formação cidadã; um divórcio. **IHU on-line**. São Leopoldo: Unisinos, 5 set. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/523295-a-universidade-e-o-divorcio-com-a-formacao-cidada-entrevista-especial-com-franklin-leopoldo-e-silva>> . Acesso em: 20 dez. 2013.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Entre técnica e ética; o dilema das universidades brasileiras. **IHU on-line**. São Leopoldo: Unisinos, 7 set. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523450-entre-tecnica-e-etica-o-dilema-das-universidades-brasileiras>> . Acesso em: 20 dez. 2013.

SILVA, Marconi Aurélio e. Inovação no setor de petróleo e gás do Brasil: a parceria Cenpes-Petrobras e COPPE-UFRJ. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2011. **Anais... Caxambu: Anpocs, 2011.** Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1259&Itemid=217> . Acesso em: 20 nov. 2012.

SIMAS, Marcelo. Introdução à geopolítica do Petróleo. Apostila. [Rio de Janeiro]: Petrobras, s.d. 24p.

SIMÕES, José Antonio Marins; KUBRUSLY, Ricardo Silva; SALIM, Vera. Monólogo para três cabeças pensantes. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.59, p.8-9, mar./abr. 2011.

SONEGO, Dubes. Refinaria pernambucana da Petrobras caminha para ser a mais cara do mundo. **IG Economia**. São Paulo, 19 jul. 2012. Disponível em:

<<http://economia.ig.com.br/empresas/industria/2012-07-19/refinaria-pernambucana-da-petrobras-caminha-para-ser-a-mais-cara-do-mundo.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SOREANO PECEQUILO, Cristina. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004. 246p.

SOUSA, Antonio Cláudio G. de; OLIVEIRA, José Carlos de. Reflexões sobre a técnica em Marx, Spengler, Munford, Ellul e Vireira Pinto. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, fasc.189/190, p.197-224, 2012.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO; Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. [S.l.], v.8, n.1, parte 1, p.102-6, 2010.

SOUZA, Nilson Araujo de. Os negócios internacionais da Petrobras. **BelasArtes**. São Paulo, jan.-abr. 2010, ano 2, n.2, 29p. Disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/2/negocios_intl_da_petrobras.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SZMRECSANYI, Tamás. Celso Furtado. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p.347-362, , dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142001000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 dez. 2013.

TEIXEIRA, Aloísio. Posfácio: uma agenda para a (re)descoberta do Brasil. In: MALTA, Maria Mello de (org.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. cap.11, p.329-52.

TEIXEIRA, Anísio. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV, 1989. 186p.

TOMAZ JÚNIOR, Rogério. Expansão do ensino superior exige controle rigoroso. **Caros Amigos**. São Paulo, ano XVII, n.70, p.16-8, set. 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. **Ponto e vírgula**. n.5, p.1-8, 2009. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14054/10356>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

TUFFANI, Eduardo. Centenário da universidade brasileira: para a história da Universidade de Manaus (1909-1910/1926). **Solettras**. ano IX, n.7, p.64-80, 2009.

TUPY, Dulce. Petrobras investe no Cenpes e torna-se 2ª no mundo. 18 out. 2010. Disponível em: <<http://www.osaqua.com.br/2010/10/18/petrobras-investe-no-cenpes-e-torna-se-2%C2%AA-no-mundo/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

TURCHI, Lenita Maria; NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de (orgs.). Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras. Brasília: IPEA/Petrobras, 2013. 420p.

TURCHI, Lenita; PORTO, Geciane Silveira. A Petrobras e ICTs: a construção das parcerias. In: TURCHI, Lenita Maria; NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de (orgs.). **Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras**. Brasília: IPEA/Petrobras, 2013. cap.2, p.43-80.

TURNER, Louis. The oil majors in world politics. **International Affairs**. Londres. V.52, n.3, p.368-80, jul. 1976.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Bribe payers index 2011. Berlim: Transparency International, 2011. 29p.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. The Promoting Revenue Transparency: 2011 Report on Oil and Gas Companies. Berlim: Transparency International, 2011. 122p.

UFRJ: História. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>. Acesso em: 14 jun. 2012.

UFRJ. Invasão da FNM: 40 anos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 115p.

UFRJ. Qual UFRJ queremos ser: Parte I. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.56, p.14-22, nov./dez. 2010.

UFRJ. Qual UFRJ queremos ser: Parte II. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.57, p.14-21, set./out. 2010.

UFRJ. Qual UFRJ queremos ser: Parte III. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VI, n.58, p.14-22, jan./fev. 2011.

UFRJ. Qual UFRJ queremos ser: Parte IV. **Jornal da UFRJ**. Rio de Janeiro ano VI n.59, p.14-22, mar./abr. 2011.

UFRJ vai voltar a se chamar Universidade do Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1 dez. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u1672.shtml>>. Acesso em: 14 jun.2012.

UNESCO. Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, 98p.

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. Regimento geral. Rio de Janeiro: UFRJ, 1970. 98p.

VARGAS, José Israel. A universidade, a educação nacional e a ciência. In: CARUSO, Francisco; TROPER, Amós (orgs.). **Reflexões sobre a universidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. cap.11, p.217-28.

VELHO, Lea. Políticas governamentais e motivações para aproximar pesquisa acadêmica e setor produtivo. In: VELLOSO, Jacques (org). **O ensino superior e o Mercosul**. Rio de Janeiro: Garamond, Brasília: Unesco,1998. cap.5, p.113-55.

VELLOSO, Jacques (org). **O ensino superior e o Mercosul**. Rio de Janeiro: Garamond, Brasília: Unesco,1998, 155p.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007. **Anais...** São Paulo: SEP, 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1265&title=Celso%20Furtado:%20notas%20sobre%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20nacional%20e%20as%20conex%C3%B5es%20entre%20depend%C3%Aancia%20e%20subdesenvolvimento>. Acesso em: 05 dez. 2013.

VIEIRA, Wilson. Desenvolvimento Econômico e Construção da Nação no Pensamento de Celso Furtado ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 13., 2008. **Anais...** João Pessoa: SEP, 2008. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1398>. Acesso em 05 dez. 2013.

WEBER, Max. Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica. São Paulo: Cortez, 1989. 150p.

WOLFF, Robert Paul. O ideal da universidade. São Paulo: Editora Unesp, 1993, 201p.

YERGIN, Daniel. O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. São Paulo, Paz e Terra, 2010. 1080p.

ZIMMERN, Alfred. The Third British Empire. 3 ed., Westport: Greenwood, 1979. 192p.

ZONIS, José. PCH: pequena, mas poderosa. **Soluções BR mercado consumidor**. Rio de Janeiro, ano 5, n.28, p.17-22, jan./fev. 2008.

ANEXOS

ANEXO A – REGIMENTO GERAL DA UFRJ

REGIMENTO GERAL

Aprovado pelo parecer nº 299/70
do Conselho Federal de Educação)

SUPLEMENTO AO BOLETIM Nº 27 DE 9 DE JULHO DE 1970

PARTE I

TÍTULO ÚNICO

INTRODUÇÃO

Art. 1º — O presente Regimento disciplina as atividades gerais dos órgãos da Universidade, no plano pedagógico e no plano administrativo.

PARTE II

Das Órgãos de Atividades Finais

TÍTULO I

Das Órgãos da Infra-Estrutura

CAPÍTULO I

Das Departamentos

Art. 2º — Ao Departamento, constituído na forma do Art. 19 do Estatuto, compete:

- I — planejar as atividades de ensino e pesquisa;
- II — distribuir os trabalhos entre seus membros, respeitados a especialização e o nível hierárquico dos docentes;
- III — executar e coordenar o ensino das diversas disciplinas que o integram;
- IV — encaminhar ao Diretor, para aprovação dos colegiados da Unidade, os programas de ensino, sob a forma de planos de cursos;
- V — propor a admissão, a transferência e o afastamento do pessoal docente e administrativo;
- VI — indicar à Congregação seis nomes para a escolha dos três membros estranhos à Unidade, que deverão integrar a comissão julgadora de concurso para professor adjunto e titular;
- VII — propor a criação de novas disciplinas;
- VIII — sugerir medidas que visem à melhoria do ensino;

- IX — elaborar proposta dos recursos necessários à realização dos trabalhos;
- X — controlar a aplicação dos recursos colocados à disposição do Departamento;
- XI — prestar serviços que lhe forem solicitados através do Diretor da Unidade;
- XII — dar assistência técnica solicitada pela autoridade própria;
- XIII — colaborar com outros Departamentos da mesma Unidade ou de outras Unidades, quando autorizado pelo Diretor da Unidade à qual pertença o Departamento;
- XIV — sugerir ao Diretor a publicação de trabalhos produzidos pelos seus membros;
- XV — elaborar os projetos de regime de tempo integral e de dedicação exclusiva;
- XVI — aprovar normas de funcionamento do Departamento;
- XVII — eleger o Chefe do Departamento, na forma do art. 3º

Parágrafo único — Quando uma disciplina for ministrada em Instituto Especializado, integrará, no plano pedagógico, a estrutura Departamental da Unidade correspondente; no plano administrativo, a estrutura do próprio Instituto, na forma do disposto no art. 37 do Estatuto.

Art. 3º — O Departamento é dirigido por um Chefe, designado pelo Diretor da Unidade, mediante prévia indicação do seu Corpo Deliberativo, consoante as normas estabelecidas no art. 20 do Estatuto.

§ 1º — O Corpo Deliberativo é constituído pelos professores titulares e adjuntos e docentes contratados a esses níveis, de um representante dos professores assistentes e de um dos contratados a esse nível, bem como de um representante do corpo discente, eleito dentre os alunos das disciplinas compreendidas no Departamento.

§ 2º — Das reuniões do corpo deliberativo participará um representante dos Auxiliares de Ensino.

Art. 4º — Ao Chefe do Departamento compete:

- I — orientar e dirigir as atividades do Departamento;
- II — convocar as reuniões, presidí-las e nelas exercer voto de qualidade;
- III — integrar o Conselho Departamental da Unidade;
- IV — participar do Conselho de Coordenação de Cursos, quando seu Departamento participar do ensino e pesquisa de outra Unidade;
- V — zelar pela eficiência do ensino e pelo bom andamento das pesquisas;
- VI — controlar a freqüência dos servidores técnicos e administrativos;
- VII — encaminhar requisição de material;
- VIII — supervisionar a Biblioteca, os Laboratórios e outros serviços vinculados ao Departamento;
- IX — entender-se com o Diretor da Unidade sobre qualquer matéria decidida pelo corpo deliberativo;
- X — designar docente de menor hierarquia para secretariar as sessões, lavrar as respectivas atas e proceder à sua leitura para aprovação;
- XI — apresentar relatório anual ao Diretor.

Art. 5º — Ao Corpo Deliberativo do Departamento compete

- I — eleger o Chefe do Departamento;
- II — aprovar proposta de admissão de pessoal docente e administrativo;
- III — elaborar o plano anual de trabalho e o correspondente orçamento-programa;
- IV — apreciar os programas das disciplinas de responsabilidade do Departamento;
- V — aprovar o plano de trabalho e distribuir os encargos do ensino e da pesquisa pelos professores e auxiliares de ensino que compõem o Departamento.
- VI — propor o regime de trabalho dos docentes integrantes do Departamento;
- VII — deliberar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Chefe do Departamento.

CAPÍTULO II

Das Unidades

Seção I

Do Órgão Deliberativo

Da Congregação

Art. 69 — A Congregação compete:

- 1 — exercer a jurisdição superior da Unidade;
- 2 — aprovar a atualização e as diretrizes de ensino e pesquisa propostas pelos Departamentos;
- 3 — apreciar o plano anual dos trabalhos, considerando de modo especial, a natureza das disciplinas, as atividades de ensino e de pesquisa e os recursos necessários à execução;
- 4 — apreciar a proposta anual do orçamento-programa e a da abertura de créditos adicionais;
- 5 — apreciar proposta de criação de fundos especiais;
- 6 — apreciar e deliberar sobre propostas relativas ao pessoal docente, incluindo localização, transferência, remoção e afastamento;
- 7 — deliberar sobre questões de ordem pedagógica, didática e disciplinar;
- 8 — estabelecer o currículo dos cursos de que a Unidade é responsável, inclusive as disciplinas ministradas em outras Unidades, e aprovar os seus programas;
- 9 — deliberar sobre a instituição de prêmios escolares e apreciar propostas para concessão de dignidades universitárias a serem apresentadas ao Conselho Universitário;
- 10 — propor convênios e contratos de cooperação ou de assistência técnica a serem submetidos ao Conselho de Coordenação do respectivo Centro;
- 11 — compor, por votação secreta e uninominal, as listas de 6 (seis) nomes para escolha e nomeação de Diretor e de Vice-Diretor;

- 12 — homologar a indicação de Diretores Adjuntos, quando previstos no Regimento;
- 13 — designar representantes da Unidade junto a outras Unidades Universitárias, aos órgãos superiores e a entidades externas;
- 14 — homologar os planos departamentais de regime de trabalho do pessoal docente;
- 15 — escolher três dentre os nomes indicados pelo Departamento para serem incluídos na Comissão Julgadora de concurso para o magistério e eleger, para integrá-la, dois professores do Centro respectivo e de categoria não inferior à da vaga para a qual se realiza o concurso;
- 16 — elaborar o projeto de Regimento da Unidade, bem como de suas alterações, para aprovação pelo Conselho Universitário;
- 17 — aprovar o Regimento do Conselho Departamental;
- 18 — elaborar seu Regimento;
- 19 — discriminar as disciplinas de cada Departamento e o seu pessoal docente;
- 20 — delegar poderes ao Diretor e ao Conselho Departamental;
- 21 — zelar pelo cumprimento do Estatuto, deste Regimento Geral, do Regimento da Unidade e os de seus órgãos.

Seção II

Do Órgão Consultivo

Do Conselho Departamental

Art. 7º — Ao Conselho Departamental compete:

- 1 — assistir a Diretoria no estudo de qualquer matéria que for submetida à sua apreciação;
- 2 — coordenar os planos de trabalho propostos pelos Departamentos;

- 3 — harmonizar os horários de trabalho propostos pelos Departamentos;
- 4 — sugerir medidas e providências relativas ao ensino e à pesquisa;
- 5 — elaborar o seu Regimento a ser submetido à aprovação da Congregação;
- 6 — exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas no Regimento da Unidade ou atribuídas pela Congregação.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Suplementares

Art. 89 — Os Órgãos Suplementares, definidos no art. 36 do Estatuto, terão sua organização e funcionamento previstos em Regimento próprio, na forma do disposto no art. 37 e 38 e seu parágrafo único do Estatuto.

TÍTULO II

Dos Órgãos de Estrutura Média

CAPÍTULO I

Dos Centros

Art. 90 — As atividades dos Centros são coordenadas por um Conselho de Coordenação, composto basicamente dos seguintes membros:

- a) o Decano, que presidirá o Conselho de Coordenação;
- b) os Diretores de Institutos, Escolas, Faculdades e Órgãos Suplementares;
- c) representantes do corpo docente, em número e na forma que o Conselho Universitário estabelecer em conformidade com o art. 46 do Estatuto;
- d) 1 representante dos alunos.

Art. 10 — Aos Conselhos de Coordenação compete:

- 1 — promover a coordenação e integração do ensino e da pesquisa nas Unidades e Órgãos Suplementares de sua área;
- 2 — promover ou apreciar propostas relativas à adaptação das Unidades e Órgãos Suplementares às exigências do desenvolvimento cultural e científico;
- 3 — orientar as Unidades na elaboração e revisão dos respectivos Regimentos, respeitadas as peculiaridades de cada uma;
- 4 — propor a criação de Órgãos Suplementares;
- 5 — elaborar, rever e promover a atualização dos Regimentos dos Órgãos Suplementares;
- 6 — propor a criação de cursos, ouvidas as Unidades interessadas do próprio Centro, e de outros que nos mesmos devam colaborar;
- 7 — coordenar a elaboração de planos e programas de ensino e de pesquisa anuais e plurianuais, apresentados pelas Unidades e Órgãos Suplementares;
- 8 — emitir parecer, em matéria de sua competência, sobre representações dirigidas aos órgãos superiores da Universidade;
- 9 — apreciar os planos e orçamentos programas das Unidades e dos Órgãos Suplementares e opinar sobre o orçamento global do Centro;
- 10 — apreciar convênios e contratos de cooperação ou assistência técnica entre Unidades ou Órgãos Suplementares e entidades externas, para encaminhamento aos órgãos superiores;
- 11 — indicar os representantes do Centro para integrarem o Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados;
- 12 — elaborar o Regimento do Centro.

Art. 11 — Além das Unidades e dos Órgãos Suplementares, o Centro Universitário conterá Escritório de Planejamento, Câ-

mara de Estudos Brasileiros e órgãos de Administração Central, com as finalidades indicadas no Estatuto.

CAPÍTULO II

Do Forum de Ciência e Cultura

Seção I

Das Finalidades

Art. 12 — O Forum de Ciência e Cultura com categoria de Centro Universitário, tem por finalidade:

- a) o debate e a síntese dos estudos referentes ao progresso dos vários setores do conhecimento, bem como dos problemas brasileiros;
- b) a difusão científica e cultural;
- c) a preservação e expansão do patrimônio histórico, cultural, artístico e da natureza brasileira;

Parágrafo único — Além das finalidades do Forum de Ciência e Cultura estabelecidas no presente artigo, o Museu Nacional, como órgão integrante do Forum, promove a pesquisa e o ensino, de acôrdo com o artigo 62 do Estatuto.

Seção II

Do Conselho Diretor

Art. 13 — Ao Conselho Diretor do Forum compete

- 1 — elaborar plano de execução das atividades do Forum;
- 2 — decidir sobre matéria apresentada pelo Presidente ao seu estudo;
- 3 — coordenar as atividades dos setores da Câmara de Estudos Brasileiros e as dos órgãos da difusão científica e cultural;

REGIMENTO GERAL

19

Art. 13

- 4 — promover a articulação do Museu Nacional com a Câmara de Estudos Brasileiros e com os órgãos de difusão científica e cultural;
- 5 — discutir e aprovar orçamento-programa e plurianual;
- 6 — elaborar o Regimento do Forum e discutir e aprovar os referentes à Câmara de Estudos Brasileiros e aos órgãos de Difusão Científica e Cultural.

Art. 14 — O Presidente do Forum é auxiliado por um Coordenador, de sua livre escolha e designação nos termos do parágrafo único do art. 56 do Estatuto.

Art. 15 — Ao Coordenador do Forum compete:

- 1 — auxiliar a Presidência na execução de todos os serviços, coordenando as atividades do Forum;
- 2 — propor, de acordo com o Superintendente de Difusão Cultural, os nomes dos chefes dos vários serviços da Superintendência, inclusive o da Biblioteca Geral da Universidade.

Seção III

Da Câmara de Estudos Brasileiros

Art. 16 — A Câmara de Estudos Brasileiros é dirigida por um Presidente, designado pelo Reitor, com participação no Conselho Diretor do Forum.

Art. 17 — A Câmara de Estudos Brasileiros compreende dois setores de atividades científicas e culturais, destinados ao debate e síntese.

Setor 1 — dos problemas brasileiros;

Setor 2 — das pesquisas referentes ao progresso do conhecimento.

Parágrafo único — Compete ao Presidente da Câmara de Estudos Brasileiros propor os nomes dos Chefes dos respectivos setores ao Presidente do Forum.

Art. 18 — A Câmara de Estudos Brasileiros constitui-se de:

- 1 — um representante de cada Centro;
- 2 — um representante do Museu Nacional;
- 3 — dois representantes de organizações públicas e privadas.

§ 1º — Os representantes dos Centros serão indicados pelos respectivos Conselhos de Coordenação e o do Museu Nacional, pela Congregação.

§ 2º — Os representantes das organizações públicas e privadas serão convidados pelo Presidente do Fórum.

Art. 19 — A Câmara de Estudos Brasileiros compete:

- 1 — receber e ordenar os dados apresentados pelas Câmaras de Estudos Brasileiros dos Centros;
- 2 — proceder diretamente ou através de organizações especializadas a estudo de problemas brasileiros e estimular o progresso do conhecimento;
- 3 — proceder ao debate e à síntese dos elementos recolhidos e ordenados;
- 4 — convidar especialistas do corpo docente universitário ou estranhos à Universidade para o desenvolvimento de seus trabalhos;
- 5 — promover a participação de especialistas estrangeiros tendo em vista a natureza do problema que for objeto do debate e síntese;
- 6 — promover a difusão do resultado de seus trabalhos.

Seção IV

Superintendência de Difusão Cultural

Art. 20 — A Superintendência de Difusão Cultural compreende:

- 1 — Serviço Técnico de Comunicação;
- 2 — Serviço de Documentação e Informação;
- 3 — Editora da Universidade;
- 4 — Auditorium.

Parágrafo único — No Serviço de Documentação e Informação inclui-se a Biblioteca Geral da Universidade.

Art. 21 — O Regimento da Superintendência estabelecerá as condições de funcionamento dos vários serviços a ela subordinados.

Art. 22 — A Superintendência da Difusão Cultural compete:

- 1 — promover por todos os meios de comunicação, a difusão das atividades universitárias;
- 2 — organizar, em articulação com serviços congêneres dos Centros Universitários o Serviço de Documentação e Informação;
- 3 — superintender a Editora da Universidade;
- 4 — administrar o Auditorium;
- 5 — orientar, através do Serviço de Documentação e Informação, a articulação da Biblioteca Geral com as Bibliotecas das Unidades Universitárias.

Art. 23 — A Editora da Universidade organizar-se-á com modalidade administrativa que lhe dê autonomia financeira.

Parágrafo único — Um Conselho Editorial, composto de 6 (seis) membros, designados pelo Presidente do Fórum, opinará sobre o plano de publicações da Editora e dará parecer sobre a conveniência ou não de publicação de trabalhos submetidos ao seu julgamento.

Seção V

Do Museu Nacional

Art. 24 — O Museu Nacional tem por objetivos:

- I — ministrar cursos e atividades previstos nos itens 2 a 6 do art. 9º do Estatuto;
- II — a pesquisa básica e aplicada;
- III — a coleção, classificação e conservação de material representativo da cultura primitiva brasileira e de espécimens pertinentes às ciências naturais.

Parágrafo único — A pesquisa e o ensino far-se-ão no âmbito das Ciências Naturais e Antropológicas.

Art. 25 — A utilização do acervo material preservado pelo Museu Nacional, bem como de sua área patrimonial, só poderá ser feita quando não prejudique a sua integridade, com autorização do Diretor e ouvido o Departamento correspondente.

TITULO III

Dos Órgãos da Estrutura Superior

CAPITULO I

Dos Órgãos de Deliberação

Seção I

Do Conselho Universitário

Art. 26 — Ao Conselho Universitário compete:

- 1 — exercer a jurisdição superior na Universidade;
- 2 — elaborar o Estatuto da Universidade ou suas alterações;
- 3 — participar, por votação secreta e uninominal, da constituição das listas de 6 (seis) nomes para a escolha do Reitor e do Vice-Reitor, respectivamente;
- 4 — aprovar a indicação dos Sub-Reitores;
- 5 — eleger, por votação secreta, o representante no Conselho de Curadores;
- 6 — apreciar e aprovar propostas relativas à instituição, desmembramento, fusão ou extinção de Órgãos Suplementares;
- 7 — apreciar e aprovar propostas relativas à criação de cursos de graduação e de pós-graduação;
- 8 — elaborar e aprovar seu próprio Regimento, e

aprovar o dos Centros e do Forum de Ciência e Cultura, o das Unidades e dos Órgãos Suplementares, bem como deliberar sobre as alterações dos mesmos, propostas pelos órgãos de origem;

- 9 — aprovar as diretrizes da política universitária, propostas pelo Reitor e os planos setoriais referentes às áreas de atividades da Universidade;
- 10 — aprovar as propostas de orçamentos-programas anuais ou plurianuais;
- 11 — deliberar sobre os assuntos patrimoniais da Universidade, respeitada a competência do Conselho de Curadores nos casos de alienação ou oneração;
- 12 — decidir, em grau de recurso, sobre deliberação de órgãos colegiados da estrutura superior, média e da infraestrutura;
- 13 — deliberar quanto ao Código Disciplinar da Universidade;
- 14 — deliberar originariamente ou em grau de recurso, sobre a aplicação de sanções e aplicar, privativamente, a penalidade méxita;
- 15 — deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- 16 — outorgar os títulos de Professor *Honoris Causa*, Doutor *Honoris Causa* e o de Professor Emérito;
- 17 — deliberar sobre questões omissas no Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos dos Centros e das Unidades e dos Órgãos Suplementares;
- 18 — designar 2 (dois) membros para a COPERTIDE;
- 19 — cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e deste Regimento Geral;
- 20 — desempenhar qualquer outra função que lhe seja atribuída por lei e sugerir quaisquer medidas em benefício da Universidade, respeitado o Estatuto e este Regimento Geral.

Art. 27 — O Conselho Universitário manterá comissões permanentes especificadas em seu Regimento.

Seção II

Do Conselho de Ensino de Graduação

Art. 26 — Ao Conselho de Ensino de Graduação compete:

I — na função de planejamento:

- 1 — estimular, coordenar e supervisionar a elaboração dos planos e da programação de atividades dos Centros, na Área de Ensino de Graduação;
- 2 — aprovar o plano global de atividades da Universidade na Área de Ensino de Graduação;
- 3 — dar parecer sobre os Regimentos dos Centros e Unidades no que se refere a Área de Ensino de Graduação, antes de seu encaminhamento à deliberação do Conselho Universitário;
- 4 — elaborar planos e programas especiais, relativos a:
 - a) concessão de bolsas e assistência financeira a estudantes matriculados em cursos de graduação;
 - b) facilidades relativas ao livro didático e ao material escolar;
 - c) alojamento, alimentação e transporte dos estudantes, em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais;
 - d) assistência médica, social e jurídica aos estudantes;
 - e) atividades culturais, cívicas, desportivas e recreativas, e outras;
 - f) orientação educacional, vocacional e profissional do estudante.
- 5 — oferecer elementos ao planejamento, programação e funcionamento de serviços da Biblioteca Central da Universidade e das Bibliotecas das Unidades;

6 — planejar o Vestibular unificado.

II — na função deliberativa:

- 1 — deliberar em matéria didática e pedagógica na Área de Ensino de Graduação.
- 2 — traçar normas gerais para orientação e controle das atividades pedagógicas, na Área de Ensino de Graduação;
- 3 — pronunciar-se sobre a criação de cursos de graduação;
- 4 — deliberar, em primeira instância, sobre projetos ou processos relativos a Área de Ensino de Graduação;
- 5 — deliberar, em primeira instância, sobre a política de desenvolvimento da Área de Ensino de Graduação;
- 6 — elaborar e aprovar o seu Regimento;
- 7 — opinar sobre a lotação docente nas Unidades;
- 8 — deliberar, em primeira instância, sobre revalidação de títulos obtidos em cursos de graduação em outras Universidades, inclusive estrangeiras;
- 9 — deliberar sobre os casos omissos neste Regimento, em matéria pertinente a Área de Ensino de Graduação;
- 10 — indicar membro para a Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva;
- 11 — integrar o colegiado que elege o Reitor e o Vice-Reitor.

III — na função de assessoria executiva:

- 1 — dar parecer sobre processos, questões ou temas que lhe forem levados à consulta pelo Sub-Reitor de Ensino de Graduação, relativa a área respectiva;

- 2 — auxiliar o Sub-Reitor de Ensino de Graduação na coordenação dos cursos correspondentes à sua área, bem como na supervisão e no controle da execução dos mesmos pelos Centros, Unidades e órgãos suplementares;
- 3 — apreciar relatórios dos Centros e Unidades na Área de Ensino de Graduação, no que se relaciona a matéria didática e pedagógica;
- 4 — auxiliar o Sub-Reitor de Ensino de Graduação, em tarefas relativas ao seguinte:
 - a) verificação de mercado de trabalho;
 - b) prestação de serviços relativos a Área de Ensino de Graduação;
 - c) serviço à comunidade.
- 5 — auxiliar o Sub-Reitor de Ensino de Graduação na promoção do desenvolvimento das atividades de pesquisa na respectiva Área.
- 6 — baixar normas complementares ao Código Disciplinar, na parte correspondente aos alunos dos Cursos de Graduação.
- 7 — baixar normas complementares sobre eleição dos representantes estudantis nos órgãos colegiados da Universidade.

§ 1º — As deliberações dos Conselhos de Coordenação dos Centros e das Congregações que devam ser objeto de apreciação do CEG serão por ele aprovadas ou rejeitadas total ou parcialmente.

§ 2º — A deliberação emanada de Centro ou Unidade que for rejeitada pelo CEG retornará ao órgão de origem para revisão da deliberação.

§ 3º — O CEG, nos casos indicados nos §§ 1º e 2º, poderá apontar sugestões sem valor deliberativo, aos Centros e Unidades, salvo nos casos de normas gerais e critérios de sua estrita competência.

§ 4º — Se se tratar de texto regimental de Centro ou Unidade, ou proposta de modificação de norma anteriormente aprovada pelo Conselho Universitário, o parecer do CEG deverá ser encaminhado àquele Conselho.

§ 5º — As normas emanadas do CEG, quando colidirem com dispositivo regimental, prevalecerão a partir da aprovação da reforma do regimento pelo Conselho Universitário.

Seção III

Do Conselho de Ensino Para Graduados

Art. 29 — Ao Conselho de Ensino para Graduados compete:

I — na função de planejamento:

- 1 — promover planejamento do ensino para graduados em toda a Universidade;
- 2 — aprovar o plano global das atividades das Unidades, na respectiva Área;
- 3 — emitir parecer sobre os Regimentos dos Centros e Unidades, no que se refere à sua área própria, antes de seu encaminhamento à deliberação do Conselho Universitário;
- 4 — elaborar programas especiais para os matriculados em cursos para graduados relativos a:
 - a) informações bibliográficas;
 - b) atividades curriculares e extracurriculares culturais, cívicas, desportivas e recreativas;
 - c) pesquisas educacionais e estudos de avaliação de cursos para graduados da Universidade;
 - d) pesquisas de mercado de trabalho, demanda de especialistas de alto nível mestres e doutores para fundamentar a criação de novos cursos para graduados;

- e) facilidades e melhoria das condições de infra-estrutura requeridas para a execução de pesquisas.

II — na função de assessoria executiva:

- 1 — emitir parecer sobre processos, questões ou temas que lhe forem levados à consulta pelo Sub-Reitor de Ensino para Graduados, relacionados com a Área;
- 2 — auxiliar o Sub-Reitor de Ensino para Graduados na coordenação dos cursos de sua competência, bem como no controle de sua execução pelos Centros e Unidades e órgãos suplementares;
- 3 — auxiliar o Sub-Reitor de Ensino para Graduados na promoção do desenvolvimento das atividades de pesquisa na respectiva área.

III — na função deliberativa:

- 1 — deliberar sobre princípios, critérios e normas gerais para orientação, regulamentação e controle de todas as atividades didáticas na Área de Ensino para Graduados;
- 2 — deliberar, em primeira instância, sobre a criação de cursos na Área de sua competência, na forma do Estatuto;
- 3 — deliberar, em primeira instância, sobre projetos ou processos relativos a Área de Ensino para Graduados;
- 4 — deliberar, em primeira instância, sobre a política de desenvolvimento da respectiva Área;
- 5 — propor e apreciar propostas de convênios, acordos e contratos com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais oficiais ou privadas;
- 6 — deliberar sobre a forma de assistência médica, social e jurídica a ser dada aos estudantes dessa Área;

- 7 — dispor sobre alojamento, alimentação e transporte dos estudantes dessa Área, em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais;
- 8 — elaborar normas sobre concessão de bolsas e assistência financeira aos estudantes dessa Área;
- 9 — promover intercâmbio cultural para o desenvolvimento dos programas de pesquisas e de ensino para graduados;
- 10 — indicar membro para a Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva;
- 11 — integrar o Colegiado que elege o Reitor e o Vice-Reitor;
- 12 — baixar normas complementares ao Código Disciplinar, na parte correspondente aos alunos e estagiários graduados.

CAPÍTULO II

Do Orgão de Direção

Seção Única

Da Reitoria

Art. 30 — São atribuições do Reitor:

- 1 — representar a Universidade;
- 2 — convocar e presidir o Conselho Universitário, o Conselho de Curadores, o Conselho Superior de Coordenação Executiva, o Fórum de Ciência e Cultura e a Assembléia Universitária;
- 3 — cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos coletivos da estrutura superior;
- 4 — nomear ou admitir e exonerar ou dispensar os membros dos Corpos Docente, Técnico e Administrativo;
- 5 — conferir diplomas e certificados de cursos e títulos universitários;

- 6 — convocar e presidir o Conselho de Coordenação de cada Centro Universitário, para fins de eleição do seu Decano;
- 7 — promover a elaboração do plano de ação anual da Universidade;
- 8 — exercer a administração superior da Universidade, diretamente ou através dos órgãos de execução;
- 9 — nomear os Sub-Reitores e Decanos;
- 10 — nomear os Diretores dos órgãos suplementares;
- 11 — dar posse ao Vice-Reitor, Sub-Reitores e Decanos, em sessão do Conselho Universitário, e aos Diretores de Unidades, em sessão dos respectivos colegiados;
- 12 — realizar acórdos, convênios e contratos, entre a Universidade e organizações públicas ou privadas, ouvidos previamente os órgãos de deliberação coletiva da estrutura superior, conforme as atribuições de cada um;
- 13 — submeter ao Conselho de Curadores as prestações de contas anuais dos Centros Universitários e de suas Unidades, bem como da Universidade em conjunto;
- 14 — apresentar ao Conselho Universitário e ao Conselho de Curadores, anualmente, ou quando solicitado relatório da execução orçamentária;
- 15 — promover a elaboração e encaminhar aos órgãos competentes do Governo da União a proposta de orçamento geral da Universidade;
- 16 — promover junto ao Conselho de Curadores a abertura de créditos adicionais;
- 17 — exercer o poder disciplinador;
- 18 — apresentar ao Conselho Universitário, anualmente, relatório das atividades dos Centros Universitários, bem como da Universidade em conjunto;
- 19 — apresentar o relatório anual e a prestação de contas da Universidade ao Ministro de Estado da Educação e Cultura;
- 20 — designar um professor para integrar a COPERTIDE;
- 21 — desempenhar os demais atos inerentes ao cargo, de acôrdo com a legislação, com o disposto no Estatuto e

neste Regimento, e com os princípios gerais do regime Universitário.

Parágrafo único — O Reitor poderá delegar competência aos Sub-Reitores para o exercício de atribuições executivas referidas neste artigo, na forma da legislação em vigor.

Art. 31 — São atribuições do Vice-Reitor:

- 1 — substituir o Reitor nas suas faltas e impedimentos;
- 2 — colaborar com o Reitor em encargos específicos, quando solicitado;
- 3 — presidir, por delegação do Reitor, o Fórum de Ciência e Cultura.

Art. 32 — São atribuições dos Sub-Reitores:

- 1 — auxiliar o Reitor, em funções de direção da Universidade na Área para que for designado;
- 2 — promover, orientar, coordenar e fazer cumprir:
 - a) o planejamento anual e plurianual das atividades contidas na Área;
 - b) o programa executivo dos planos aprovados.
- 3 — exercer funções executivas delegadas pelo Reitor.

Parágrafo único — Cabe aos Sub-Reitores designados para a Área de Ensino de Graduação e para a de Ensino para Graduados a presidência dos respectivos Conselhos.

Art. 33 — Os Sub-Reitores, para o exercício de suas funções, contarão com um Gabinete, constituído de Assessôres Especializados, Oficiais do Gabinete e de Auxiliares, além do pessoal subalterno necessário.

Art. 34 — A Secretaria Geral, órgão de assistência imediata do Reitor, compete, a execução dos serviços de secretaria do Gabinete do Reitor, do Conselho de Curadores, do Conselho Universitário, do Conselho Superior de Coordenação Executiva e da Assembléia Universitária.

Parágrafo único — A Secretaria Geral será dirigida por um Secretário Geral, escolhido e nomeado pelo Reitor.

Art. 35 — O Serviço Jurídico da Universidade compreende a Procuradoria e a Consultoria Jurídica, órgãos técnicos diretamente subordinados ao Reitor.

§ 1º — A Procuradoria incumbe a representação da Universidade em Juízo.

§ 2º — A Consultoria incumbe assistir ao Reitor nos assuntos de natureza jurídica que não sejam atribuídos à Procuradoria.

§ 3º — A Procuradoria será dirigida por um Procurador Geral, e a Consultoria por Consultor Jurídico, ambos escolhidos e nomeados pelo Reitor.

Art. 36 — Ao Serviço de Representação e Relações Públicas compete promover a difusão das atividades universitárias na comunidade e em níveis nacional e internacional.

Art. 37 — Ao Serviço de Assistência ao Estudante compete promover, em coordenação com a Área de Ensino de Graduação e Corpo Docente, as medidas de assistência aos estudantes.

Art. 38 — Ao Serviço de Atividades Desportivas compete incentivar, promover e coordenar as práticas de ginástica e desportos na Universidade.

Art. 39 — Os Serviços que integram órgãos de assistência imediata do Reitor, serão dirigidos por chefes de sua livre escolha e nomeação.

Parágrafo único — Os Serviços referidos neste artigo atuarão, no interesse do ensino, em articulação com as Unidades Universitárias de atividades correspondentes.

CAPÍTULO III

Do Órgão de Coordenação

Sessão Única

Do Conselho Superior de Coordenação Executiva

Art. 40 — Ao Conselho Superior de Coordenação Executiva compete:

- 1 — apreciar, tendo em vista um plano global de atividades universitárias, as propostas de plano e orçamentos-programas;

- 2 — apreciar, de acôrdo com o disposto no item anterior, as propostas relativas à criação de cursos, encaminhando o parecer ao Conselho Universitário;
- 3 — conhecer dos recursos materiais e humanos, problemas e iniciativas de cada um dos Centros Universitários;
- 4 — apreciar os relatórios das atividades dos Centros Universitários;
- 5 — propor novas normas ou modificações nas que estejam em vigor;
- 6 — opinar sobre os assuntos de natureza executiva que lhe forem submetidos pelo Reitor;
- 7 — opinar sobre qualquer proposta submetida ao Conselho Universitário, quando por êste solicitado;
- 8 — apreciar e aprovar propostas de acôrds, convênios, auxílios e legados;
- 9 — elaborar o plano de ação anual.

PARTE III

Das Órgãos de Atividades Meas

TÍTULO I

Das Órgãos da Infra-Estrutura

CAPÍTULO I

Da Diretoria

Art. 41 — O órgão de Direção da Unidade é a Diretoria, exercida pelo Diretor, auxiliado pelos Diretores Adjuntos, se assim dispuser o Regimento da Unidade.

Art. 42 — Ao Diretor, escolhido segundo o disposto no art. 32 do Estatuto, compete:

- 1 — representar a Unidade na área Universitária e fora dela;
- 2 — convocar e presidir reuniões de Congregação e do Conselho Departamental;
- 3 — promover e superintender divulgação das atividades da Unidade;
- 4 — estimular a participação da Unidade em reuniões culturais nacionais ou estrangeiras, propondo os nomes que a representem à Congregação ou designando-os, com audiência do Conselho Departamental, conforme o caso.
- 5 — submeter à Congregação o plano diretor de cursos, e o plano anual da Unidade, com as respectivas propostas de orçamento programa;
- 6 — superintender a administração dos bens patrimoniais de uso da unidade, a execução orçamentária e o em-

- prêgo de outros recursos financeiros, prestando conta aos órgãos competentes da Universidade;
- 7 — solicitar e autorizar serviços e execução de obras e a aquisição de bens móveis, observando as normas estabelecidas pelo órgão próprio da Universidade;
 - 8 — praticar atos de administração de pessoal técnico, administrativo e auxiliar, e encaminhar à Congregação as propostas relativas à admissão, dispensa, transferência, remoção e afastamento do pessoal docente;
 - 9 — assegurar a execução do regimento didático, especialmente no que concerne a programas e horários;
 - 10 — manter a ordem e a disciplina nos termos de sua competência, e propor ou determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos;
 - 11 — constituir comissões ou grupos de trabalho destinados à realização de tarefas específicas;
 - 12 — conferir grau, prêmios e outras dignidades escolares, de acordo com os dispositivos regimentais, bem como conceder bolsas de estudo;
 - 13 — assinar os diplomas e certificados, juntamente com o Reitor;
 - 14 — apresentar às autoridades superiores relatório anual dos trabalhos da unidade ou, quando solicitado, relatórios parciais;
 - 15 — desempenhar os demais atos inerentes ao cargo, de acordo com o disposto neste Regimento Geral e no Regimento da Unidade;
 - 16 — expedir portarias, ordens de serviço, avisos e instruções;
 - 17 — cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Universidade, o Regimento Geral, o Regimento da Unidade e outras normas legais, bem como as decisões administrativas.
- Art. 43 — Ao Vice-Diretor, escolhido segundo o disposto no art. 32 do Estatuto compete:
- 1 — substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos;
 - 2 — representar a Unidade, por delegação do Diretor;
 - 3 — participar das reuniões do Conselho Departamental.

Art. 44 — Ao Diretor Adjunto compete:

- 1 — exercer as atribuições conferidas no Regimento da Unidade e as que lhe forem delegadas pelo Diretor;
- 2 — participar das reuniões do Conselho Departamental;
- 3 — prestar ao Diretor informações sôbre as atividades que lhe sejam atribuídas.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos de Administração

Art. 45 — O Regimento da Unidade definirá a composição e atribuições dos órgãos destinados à execução das funções previstas no art. 35 do Estatuto.

Parágrafo único — Nos termos de art. 78 do Estatuto, os órgãos administrativos das Unidades coordenam-se com a Superintendência Geral correspondente à área de atividades de sua competência.

TÍTULO II

Dos Órgãos de Estrutura Média

CAPÍTULO I

Do Órgão de Direção dos Centros

Seção Única

Do Decano

Art. 46 — Ao Decano, escolhido na forma do art. 44, do Estatuto, compete:

- 1 — representar o Centro Universitário no Conselho Universitário, no Conselho Superior de Coordenação Executiva e no Conselho Diretor do Fórum de Ciência e Cultura, participando das reuniões, com direito a voz e voto;
- 2 — convocar e presidir o Conselho de Coordenação do Centro;

- 3 — apresentar, anualmente, ao Reitor, relatório circunstanciado das atividades do Centro;
- 4 — encaminhar aos órgãos competentes a proposta do orçamento-programa do Centro;
- 5 — investir no exercício os professores nomeados, perante o colegiado da Unidade;
- 6 — coordenar a elaboração da proposta de orçamento-programa do Centro e exercer a gestão financeira, na forma do Estatuto;
- 7 — encaminhar à Reitoria, anualmente, até 31 de janeiro, a prestação de contas do Centro, a que se refere o Art. 136 do Estatuto;
- 8 — promover gestões para a obtenção de recursos previstos nos Arts. 133, parágrafo segundo, itens 3 e 7 e 134 do Estatuto;
- 9 — superintender a administração dos bens patrimoniais de uso dos órgãos administrativos e outros que pertençam ao Centro, excetuadas as Unidades universitárias;
- 10 — solicitar e autorizar serviços e execução de obras, e a aquisição de bens móveis, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos superiores;
- 11 — coordenar as relações de cooperação no ensino, entre as Unidades que compõem o ensino;
- 12 — praticar atos de administração de pessoal, inclusive propostas de admissão e dispensa, exceto quanto aos servidores lotados nas Unidades;
- 13 — cumprir e fazer cumprir, no âmbito do Centro o Estatuto, este Regimento Geral e as decisões dos órgãos superiores.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos de Administração

Art. 47 — O Regimento do Centro instituirá órgãos administrativos, cuja denominação, composição e atribuições definirá, e que exercerão as funções mencionadas no artigo 35 do Estatuto.

TÍTULO III

Dos Órgãos da Estrutura Superior

CAPÍTULO I

Dos Órgãos de Execução

Seção I

Generalidades

Art. 48 — As Superintendências Gerais exercem funções executivas nas áreas de suas atribuições e supervisionam as Superintendências dos Centros Universitários.

Art. 49 — Para exercício de suas funções, cada Superintendência compreenderá o Gabinete do Superintendente Geral e Divisões, estas sub-divididas em Seções ou Serviços, de acordo com as atribuições.

Parágrafo único — O Gabinete será dirigido pelo Secretário, e as Divisões e Seções ou Serviços, por Diretor e Chefes, respectivamente, indicados pelo Sub-Reitor, ouvido o Superintendente de sua área.

Art. 50 — Aos Superintendentes Gerais compete:

- 1 — planejar, coordenar e controlar a atividade dos órgãos da Superintendência;
- 2 — estabelecer normas e manuais de serviço;
- 3 — transferir temporariamente, no todo ou em parte, de uma para outra as atribuições das Divisões e de suas Sub-unidades;
- 4 — delegar atribuições aos Diretores das Divisões;
- 5 — exercer, por determinação superior, funções não previstas neste Regimento Geral e no Regimento das Superintendências;
- 6 — apresentar ao Sub-Reitor relatório anual sobre as atividades da Superintendência.

Art. 51 — As Superintendências Gerais compor-se-ão dos órgãos previstos neste Regimento Geral e contarão com Assessorias e pessoal Administrativo necessário.

Seção II

Da Superintendência Geral de Ensino de Graduação

Art. 52 — A Superintendência Geral de Ensino de Graduação compreende:

- 1 — Divisão de Ensino;
- 2 — Divisão de Registro de Estudantes;
- 3 — Divisão de Diplomas;
- 4 — Divisão de Assistência ao Estudante;
- 5 — Divisão de Atividades Extra-Curriculares.

Art. 53º — A Divisão de Ensino cabem os trabalhos administrativos relacionados com os serviços de natureza de ensino de graduação.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Legislação de Ensino;
- 2 — Seção de Cursos e Programas;
- 3 — Seção de Seleção e Orientação.

Art. 54º — A Divisão de Registro de Estudantes cabem trabalhos relacionados com matrícula e assentamentos da vida escolar de estudantes de graduação.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de matrículas;
- 2 — Seção de Assentamentos.

Art. 55 — A Divisão de Diplomas cabem trabalhos relacionados com expedição e registro de diplomas e certificados.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Histórico Escolar;
- 2 — Seção de Expedição e Registro de Diplomas.

REGIMENTO GERAL

41

Art. 56 — À Divisão de Assistência ao Estudante cabem os trabalhos de assistência financeira e social ao estudante.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Ajuda Financeira;
- 2 — Seção de Estágios e Empregos;
- 3 — Seção de Coordenação Médico-Social.

Art. 57 — A Divisão de Atividades Extra-Curriculares cabem os trabalhos relacionados com atividades que contribuem para a formação dos estudantes, não compreendidos nos planos curriculares de ensino.

§ 1º — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Atividades Culturais;
- 2 — Seção de Atividades Desportivas;
- 3 — Seção de Atividades Recreativas.

§ 2º — A Seção de Atividades Desportivas compete o planejamento e a supervisão do programa de atividades desportivas dos alunos dos cursos de graduação, em harmonia com as atribuições do Serviço de Atividades Desportivas, da Reitoria.

Seção III

Da Superintendência Geral de Ensino Para Graduados

†

Art. 58 — A Superintendência de Ensino para Graduados compreende:

- a) Divisão de Ensino para Graduados;
- b) Divisão de Pesquisas;
- c) Divisão de Divulgação e Intercâmbio.

Art. 59 — A Divisão de Ensino para Graduados cabem:

os trabalhos administrativos relacionados com o serviço de ensino para graduados.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Expediente Escolar;
- 2 — Seção de Cursos e Programas.

Art. 60 — À Divisão de Pesquisas cabem os trabalhos administrativos relacionados com os trabalhos de pesquisas.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Planos;
- 2 — Seção de Documentação.

Art. 61 — A Divisão de Divulgação e Intercâmbio cabem a divulgação das atividades de pós-graduação e pesquisa e o intercâmbio científico e cultural com instituições de atividades congêneras.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Divulgação;
- 2 — Seção de Intercâmbio.

Seção IV

Da Superintendência Geral de Patrimônio e Finanças

Art. 62 — A Superintendência Geral de Patrimônio e Finanças compreende:

- 1 — Divisão Financeira;
- 2 — Divisão de Contabilidade;
- 3 — Divisão de Material;
- 4 — Divisão de Patrimônio;
- 5 — Divisão de Processamento de Dados.

Art. 63 — A Divisão Financeira competem os encargos da elaboração da proposta orçamentária e da coordenação e controle dos recursos financeiros, bem como sua movimentação e guarda.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Tesouraria;
- 2 — Seção de Orçamento;
- 3 — Seção de Tomada de Contas;
- 4 — Seção de Execução Orçamentária.

Art. 64 — A Divisão de Contabilidade cabem a execução dos serviços contábeis e supervisão dos serviços de contabilidade dos Centros.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Contabilidade Financeira;
- 2 — Seção de Contabilidade Patrimonial;
- 3 — Seção de Contabilidade de Pagamentos em Fôlhas.

Art. 65 — A Divisão de Material cabem os encargos de aquisição, guarda, controle de movimento e suprimento de material, bem como a manutenção dos registros de estoque.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Almoxarifado Geral;
- 2 — Seção de Compras;
- 3 — Seção de Fiscalização;
- 4 — Seção de Importação.

Art. 66 — A Divisão de Patrimônio competem os encargos de cadastramento, controle de movimentação dos bens patrimo-

trativas dos setores de assistência e segurança da Universidade, bem como a execução dessas atividades no âmbito da estrutura superior.

Parágrafo único — A Divisão de Assistência e Segurança compreende:

- 1 — Seção de Assistência à Saúde;
- 2 — Seção de Assistência à Recreação;
- 3 — Seção de Assistência à Habitação;
- 4 — Seção de Reembolsável;
- 5 — Seção de Segurança.

Seção VI

Da Superintendência Geral de Desenvolvimento

Art. 75 — A Superintendência Geral de Desenvolvimento compreende:

- 1 — Divisão de Estatística;
- 2 — Divisão de Planejamento;
- 3 — Divisão de Execução;
- 4 — Divisão de Coordenação.

Art. 76 — A Divisão de Estatística cabe organizar e executar as estatísticas da Universidade.

Art. 77 — A Divisão de Planejamento cabe elaborar planos, projetos e programas de qualquer natureza para o desenvolvimento da Universidade, opinar sobre os elaborados por outros órgãos, preparar o orçamento de Capital anual e planejar, de acordo com os diretores dos órgãos e Unidades, a utilização dos edifícios e instalações.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Organização;
- 2 — Seção de Planejamento de Ensino e Pesquisa;
- 3 — Seção de Planejamento Físico e Patrimonial;
- 4 — Seção de Planejamento Econômico Financeiro.

Art. 78 — A Divisão de Planejamento trabalhará em íntima cooperação com as áreas correspondentes às seções que a integram.

Art. 79 — A Divisão de Planejamento organizará, em caráter prioritário, o Plano Diretor de Desenvolvimento da Universidade.

Art. 80 — A Divisão de Execução cabe elaborar normas de serviço e métodos de trabalhos, e implantar os projetos aprovados.

Parágrafo único — A Divisão compreende:

- 1 — Seção de Normas e Métodos;
- 2 — Seção de Implantação de Programas e Projetos.

Art. 81 — A Divisão de Coordenação cabe organizar a utilização dos recursos materiais e humanos, e coordenar e controlar os investimentos.

Parágrafo único — A Divisão de Coordenação compreende:

- 1 — Seção de Coordenação dos Recursos Humanos;
- 2 — Seção de Coordenação dos Recursos Materiais;
- 3 — Seção de Coordenação dos Recursos Financeiros.

Seção VII

Do Escritório Técnico da Universidade

Art. 82 — Ao Escritório Técnico da Universidade cabem a elaboração de planos e projetos e a execução e fiscalização de obras e serviços relativos à construção da Cidade Universitária, bem como os que forem solicitados pelo Reitor.

Art. 83 — O Escritório Técnico da Universidade compreende:

- 1 — Gabinete do Diretor;
- 2 — Serviço de Planos e Projetos;
- 3 — Serviço de Execução e Fiscalização;
- 4 — Serviço de Material;
- 5 — Serviço de Administração.

Parágrafo único — Funcionará junto ao Escritório uma Comissão Permanente de Licitações, composta de 5 (cinco) membros.

Art. 84 — Ao Director do Escritório Técnico compete:

- 1 — orientar, coordenar e superintender as atividades do Escritório;
- 2 — indicar ao Reitor, para nomeação, os nomes dos Directores de Serviços e Chefes de Seção;
- 3 — integrar o Conselho Superior de Coordenação Executiva;
- 4 — delegar atribuições aos Directores de Serviços;
- 5 — designar os membros da Comissão Permanente de Licitações;
- 6 — apresentar ao Reitor relatório anual.

Art. 85 — O Gabinete do Director compreende 1 (um) Assistente, Assessores Especializados, Auxiliares de Gabinete e pessoal subalterno necessário.

Art. 86 — Ao Serviço de Planos e Projetos cabe a elaboração de estudos, projetos, especificações e orçamentos bem como a fiscalização de planos e projetos elaborados por terceiros.

Parágrafo único — O Serviço de Planos e Projetos compreende:

- 1 — Seção de Arquitetura;
- 2 — Seção de Estruturas;
- 3 — Seção de Instalações;
- 4 — Seção de Especificações, Normas e Orçamento.

Art. 87 — Ao Serviço de Execução e Fiscalização cabem a execução e o controle de obras e serviços, bem como a fiscalização e o controle de obras e serviços elaborados por terceiros.

Parágrafo único — O Serviço de Execução e Fiscalização compreende:

- 1 — Seção de Execução;
- 2 — Seção de Urbanização;
- 3 — Seção de Controle e Apropriação;
- 4 — Seção de Fiscalização.

Art. 88 — Ao Serviço de Material cabem as operações de administração de material, inclusive sua aquisição, guarda e distribuição, bem como a contratação de serviços, ressalvada a contratação de pessoal.

Parágrafo único — O Serviço de Material compreende:

- 1 — Seção de Coordenação e Controle;
- 2 — Seção de Compras;
- 3 — Seção de Almoxarifado.

Art. 89 — Ao Serviço de Administração cabem o controle e os registros de pessoal financeiros e contábeis, bem como a execução dos serviços de comunicação e de expediente.

Parágrafo único — O Serviço de Administração compreende:

- 1 — Seção de Comunicações;
- 2 — Seção de Expediente;
- 3 — Seção de Pessoal;
- 4 — Seção Financeira;
- 5 — Seção de Levantamentos Estatísticos e funcionais.

Art. 90 — A Comissão Permanente de Licitações cabe:

- 1 — preparo dos elementos necessários à realização das concorrências, tomadas de preços e convites;
- 2 — recebimentos, abertura e julgamento das propostas dos licitantes, submetendo parecer à apreciação do Diretor do ETU.

Seção VIII

Da Prefeitura

Art. 91 — A Prefeitura compete a administração dos campos universitários, cabendo-lhe:

- 1 — executar projetos e obras de paisagismo, de reformas de restaurações, de reparo, de modificação e de manutenção dos próprios da Universidade;
- 2 — administrar e operar os serviços atinentes às instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas;
- 3 — conservar as áreas verdes e longradouros;
- 4 — administrar e operar os serviços técnicos de comunicações;
- 5 — manter os serviços de policiamento e vigilância.

Art. 92 — Funcionará junto à Prefeitura uma Comissão Permanente de Licitações, para os seus serviços, composta de 5 (cinco) membros.

Art. 93 — A Prefeitura compreende:

- a) Gabinete;
- b) Serviço de Administração;
- c) Serviço de Operação;
- d) Serviço de Manutenção;
- e) Serviço de Paisagismo.

Art. 94 — Ao Prefeito compete:

- 1 — orientar, coordenar e superintender as atividades da prefeitura;
- 2 — indicar ao Reitor, para nomeação, os nomes dos Diretores de Serviço e Chefes de Seção;
- 3 — delegar atribuições aos Diretores de Serviços;
- 4 — designar os membros da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 95 — O Gabinete do Prefeito compreende um Assistente, Assessôres Especializados, Auxiliares de Gabinete e pessoal subalterno necessário.

Art. 96 — Ao Serviço de Administração cabem as tarefas administrativas relativas a pessoal, aquisição, guarda e distribuição de material, contabilidade e realização de pagamentos, bem como os estudos de planificação orçamentária.

Parágrafo único — O Serviço compreende:

- 1 — Seção de Pessoal;
- 2 — Seção de Material;
- 3 — Seção Financeira;
- 4 — Seção de Comunicações e Expediente.

Art. 97 — Ao Serviço de Operação compete:

- 1 — manter a segurança e vigilância nos campos da Universidade;
- 2 — administrar e operar os serviços técnicos atinentes às instalações e comunicações;
- 3 — executar os serviços de limpeza urbana.

Parágrafo único — O Serviço compreende:

- a) Seção de Segurança e Vigilância;
- b) Seção de Redes;
- c) Seção de Limpeza Urbana.

Art. 98 — Ao Serviço de Manutenção compete executar projetos e obras de reformas, de reparo, de modificação e de manutenção dos próprios da Universidade.

Parágrafo único — O Serviço compreende:

- a) Seção de Projetos;
- b) Seção de Obras;
- c) Seção de Instalações;
- d) Seção de Contrôles e Apropriação.

Art. 99 — Ao Serviço de Paisagismo compete:

- 1 — projetar e executar jardins e florestamentos;
- 2 — conservar e manter as áreas verdes.

Parágrafo único — O Serviço compreende:

- a) Seção de Projetos;
- b) Seção de Execução e Conservação.

Art. 100 — A Comissão Permanente de Licitações cabe:

- 1 — preparo dos elementos necessários à realização das concorrências, tomadas de preços e convites;
- 2 — recebimento, abertura e julgamento das propostas licitantes, submetendo parecer à apreciação do Prefeito.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos de Deliberação

... Seção I

Do Conselho de Curadores

Art. 101 — Ao Conselho de Curadores compete:

- 1 — apreciar a proposta de orçamento a ser enviada ao Ministério da Educação e Cultura;
- 2 — aprovar a prestação de contas anualmente apresentada pelo Rector, a ser enviada ao Ministério da Educação e Cultura;
- 3 — aprovar as prestações de contas;
- 4 — autorizar pedidos de utilização de recursos e execução de despesas, não previstas no orçamento;
- 5 — autorizar a abertura de créditos suplementares;

- 6 — autorizar a alienação ou oneração de bens patrimoniais em conformidade com deliberação do Conselho Universitário;
- 7 — emitir parecer sobre qualquer assunto relativo a patrimônio e finanças que lhe fôr submetida pelo Reitor.

Seção II

Da Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva

Art. 102 — A Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE), é composta de 2 (dois) professores da Universidade, indicados pelo Conselho Universitário em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva quando os houver; 2 (dois) professores da Universidade indicados, respectivamente, pelos Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados, em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, quando os houver; 1 (um) professor da Universidade indicado pelo Reitor; 1 (um) representante do Corpo Docente, escolhido na forma deste Regimento; 1 (um) representante do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, indicado pelo Presidente deste.

Art. 103 — A duração do mandato dos membros da Comissão referida neste artigo será de dois anos, com exceção do membro escolhido pelo Reitor, que pode ser substituído a qualquer tempo.

Art. 104 — Os membros docentes da Comissão escolherão o Presidente da Comissão.

Art. 105 — As indicações pelo Conselho Universitário e pelos Conselhos de Ensino deverão processar-se de forma a estarem representadas tôdas as classes do magistério superior.

Art. 106 — O "quorum" mínimo para o funcionamento e deliberação da Comissão é de 4 (quatro) membros.

Art. 107 — Cabe à COPERTIDE:

- 1 — fixar para applicaçoes do regime e normas para o estabelecimento de estágio probatório a que está su-

jeito todo docente que se inicia no regime de tempo integral e dedicação exclusiva;

- 2 — examinar as qualificações do professor a ser incluído no regime de tempo integral e dedicação exclusiva, os instrumentos de trabalho de que disporá, seu plano de trabalho e a respectiva integração nas atividades do departamento correspondente e opinar a respeito;
- 3 — analisar periodicamente pelos relatórios circunstanciais dos Departamentos e por outros meios o trabalho dos docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva;
- 4 — suspender a aplicação do regime, quando verificada a sua inviabilidade, em cada caso;
- 5 — examinar os projetos departamentais de regime de tempo integral e dedicação exclusiva e outros regimes similares de trabalho.

Parágrafo único — Os trabalhos dos membros da COPERTIDE serão considerados serviços relevantes.

CAPÍTULO III

Da Assembléa Universitária

Art. 108 — A Assembléa Universitária compete:

- 1 — tomar conhecimento do plano anual de trabalho da Universidade e dos relatórios das atividades e realizações do ano anterior;
- 2 — eleger seu representante no Conselho de Curadores;
- 3 — assistir à entrega dos diplomas honoríficos.

PARTE IV

Do Corpo Social

TÍTULO I

Do Corpo Docente

CAPÍTULO I

Das Categorias

Art. 109 — Constituem categorias do Corpo Docente da Universidade:

I — Os professores integrantes da carreira do magistério superior que compreende as seguintes classes:

- a) Professor Titular;
- b) Professor Adjunto;
- c) Professor Assistente.

II — Os docentes contratados, nos níveis correspondentes as classes integrantes da carreira do magistério, previstas no inciso anterior;

III — Auxiliar de Ensino.

Parágrafo único — Os Docentes Livres constituem classe especial habilitada ao exercício de função de ensino e pesquisa.

Art. 110 — Integram também o quadro único ou a tabela de contratados da Universidade os professores de ensino médio ou primário que constituem pessoal docente do Colégio de Aplicação, do Colégio Universitário, da Escola Primária Expe-

riental ou de qualquer curso mantido pela Universidade e que não seja de grau superior.

Art. 111 — Os professores contratados têm os mesmos direitos e deveres dos ocupantes dos cargos de magistério, no plano didático e científico e, no que comportar, no administrativo.

Art. 112 — As funções do professor contratado serão especificadas no respectivo contrato, estabelecendo-se a correlação delas com as classes referidas no inciso I do art. 109.

Art. 113 — Os Auxiliares de Ensino serão contratados em caráter probatório e suas funções compreendidas como atividades auxiliares das exercidas por professor de qualquer das três classes.

Art. 114 — Por iniciativa do Departamento interessado, aprovada pela Congregação da Unidade e pelo Conselho de Ensino de Graduação, a Universidade poderá integrar no seu quadro de professores, na qualidade de *Professor visitante*, por prazo não superior a um ano, a professor de outra Universidade nacional ou estrangeira ou estabelecimento congênere.

Art. 115 — Os cargos de magistério superior integram o Quadro Único de Pessoal da Universidade, e sua distribuição pelas Unidades é determinada pelo Reitor, ouvidos os Conselhos de Ensino, conforme o caso.

§ 1º — Segundo os planos de trabalho da Universidade, poder-se-á rever a distribuição existente.

§ 2º — Nas Unidades, a distribuição se faz pelo Departamento, por ato do Diretor, mediante proposta do Conselho Departamental, aprovada pela Congregação.

Art. 116 — Os professores contratados para funções em quaisquer das classes e os Auxiliares de Ensino ficam vinculados à Unidade referida no contrato, mas poderão lecionar em curso de responsabilidade de outras Unidades.

Art. 117 — Os Docentes Livres que não estejam exercendo funções de magistério superior na Universidade, terão seus títulos sujeitos a atualização periódica, de 5 em 5 anos, para que desfrutem da condição especial prevista no parágrafo único do Art. 109.

Parágrafo único — A atualização de que trata o artigo refere-se ao exercício das atividades de magistério superior, indicadas no artigo 174.

Art. 118 — O Docente Livre, ouvido o Departamento interessado pode:

- a) lecionar ou colaborar em cursos de qualquer modalidade;
- b) propor e ministrar cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização, extensão universitária e equiparados, quando aprovados pelos órgãos competentes da Unidade responsável e pelo Conselho de Ensino da Área correspondente.

CAPÍTULO II

Do Provedimento

Art. 119 — O provedimento das diferentes classes docentes far-se-á:

- I — Quando se tratar dos cargos constantes do Quadro Único, por concurso público.
- II -- Quando se tratar de emprego constante da tabela da CLT, mediante contrato de trabalho.

Parágrafo único — Em caráter excepcional, fica admitido provedimento por transferência, na forma deste Regimento.

Art. 120 — Os concursos, as transferências e os contratos de trabalho processar-se-ão em conformidade com as leis que regem a matéria, o disposto neste Regimento Geral e as disposições específicas contidas nos Regimentos das Unidades.

Seção I

Do Provedimento Mediante Concurso Público

Art. 121 — Verificada a vacância de cargo do Quadro Único a Unidade onde ocorrer a vaga dará ciência imediata à Área de Pessoal e Serviços Gerais, informando se ela deverá ser preenchida no mesmo ou em outro Departamento.

Parágrafo único — A Área de Pessoal e Serviços Gerais, ouvido o CEG, decidirá sobre a localização da vaga.

Art. 122 — Cumprirá ao Departamento em que for localizado a vaga, indicar para que setor de conhecimentos compreendido no seu campo de atividade deve o concurso ser realizado.

Parágrafo único — Em nenhum caso a abertura de inscrição para o concurso poderá ser adiada por mais de 2 (dois) anos, a contar da data da ocorrência da vaga.

Art. 123 — Os concursos serão realizados para os Departamentos, segundo programas por eles elaborados e submetidos à aprovação da Congregação, os quais devem conter matéria integrante de disciplinas afins, do âmbito do Departamento.

Parágrafo único — Os programas de concurso podem não corresponder de modo estrito aos programas de ensino das disciplinas lecionadas no Departamento, sendo elaborados expressamente para esse efeito.

Sub-Seção I

Das Inscrições

Art. 124 — As inscrições em concurso far-se-ão segundo requisitos especificados em edital, elaborado de acôrdo com as normas deste Regimento e o das Unidades, observadas conforme o caso, as regras dos artigos que se seguem.

Art. 125 — O concurso de títulos e provas para professor assistente, será aberto a graduados no setor correspondente e que possuam diploma de doutor ou de mestre, obtido em curso credenciado, com preferência, em igualdade de condições, aos que hajam concluído o estágio probatório de auxiliar de ensino, e entre estes, o mais antigo.

Parágrafo único — A inscrição será aberta 30 (trinta) dias após a ocorrência da vaga pelo prazo de 3 (três) meses, devendo o concurso realizar-se dentro de, no máximo, 1 (um) ano, a contar do encerramento da inscrição.

Art. 126 — No caso de concurso de títulos para professor adjunto poderão inscrever-se ocupantes de cargo de professor assistente e graduados no setor correspondente de estudos, que tenham obtido o título de doutor em curso credenciado, bem

como docentes livres, com preferência, em igualdade de condições, ao que tiver mais tempo de serviço como professor assistente.

Parágrafo único — A inscrição no concurso será aberta 60 (sessenta) dias após a ocorrência da vaga, pelo prazo de 90 (noventa) dias, realizando-se o mesmo no decurso dos 90 (noventa) dias seguintes ao encerramento da inscrição.

Art. 127 — No caso de concurso para professor titular poderão inscrever-se os professores adjuntos, os docentes livres e as pessoas de alta qualificação na área de conhecimentos, a critério do Departamento e com homologação da Congregação, por 2/3 dos seus membros.

Parágrafo único — A inscrição no concurso será aberta 30 (trinta) dias após a ocorrência da vaga pelo prazo de 1 (um) ano, devendo o concurso realizar-se no decurso do ano seguinte a contar do encerramento da inscrição.

Art. 128 — Para inscrição no concurso, o candidato à vaga em qualquer cargo apresentará memorial, contendo a relação de seus títulos e trabalhos, acompanhado de comentário que permita esboçar da significação a êles atribuída pelo próprio candidato.

Parágrafo único — No ato da inscrição, o candidato entregará 3 (três) a 5 (cinco) cópias do memorial, conforme o caso, anexando a uma delas os originais de todos os documentos e trabalhos comprobatórios do relacionado no memorial, podendo as demais ser fotocopiadas.

Sub-Segão II

Das Comissões Julgadoras

Art. 129 — As Comissões Julgadoras para os concursos serão constituídas da seguinte forma:

- 1 — No caso de professor assistente, por 3 (três) professores de categoria superior ao da vaga a qual se realiza o concurso, indicados pelo Departamento, com a homologação da Congregação.

- 2 — Nos casos de professor adjunto e titular, por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) indicados pelo Departamento na forma prevista no art. 2, VI, estranhos à Unidade, e 2 (dois) eleitos pela Congregação entre os professores titulares do Centro respectivo.

Parágrafo único — Na composição da Comissão Julgadora, em concurso para professor assistente, poderão ser escolhidos Docentes-Livres do setor correspondente de estudos e que não integrem o Departamento em causa.

Sub-Seção III

Das Provas

Art. 130 — Os concursos abrangerão provas de conhecimentos, de aptidão didáticas e apreciação de títulos, compreendendo a carreira do candidato no que se refere às atividades docentes e científicas, vida profissional, realizações e trabalhos publicados, atribuindo-se valor preponderante àqueles que contenham contribuição original.

Art. 131 — Conforme as peculiaridades do setor de estudos em concursos, os Regimentos das Unidades fixarão, em cada caso, o número e a natureza das provas de conhecimentos, demonstração de capacidade e de aptidão na execução didática a serem exigidas.

Art. 132 — No caso de professor assistente, o concurso constará de 1 ou mais provas didáticas, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 133 — No caso de professor adjunto, o provimento será mediante concurso de títulos.

Art. 134 — No caso de professor titular, o provimento será mediante concurso de títulos e provas, observadas as disposições deste Regimento.

Parágrafo único — Uma das provas será, obrigatoriamente, a defesa de tese, inédita, especialmente escrita para o concurso, ou de trabalho já publicado e indicado pelo candidato, no ato

de inscrição, desde que não tenha sido ainda objeto de julgamento em concurso para magistério.

Sub-Secção IV

Do Julgamento dos Concursos

Art. 135 — A composição definitiva da Comissão Julgadora e o dia da sua instalação para o início do processo do concurso serão anunciados aos candidatos inscritos, com a antecedência mínima de trinta dias, mediante edital publicado no órgão oficial.

Art. 136 — Antes de iniciadas as provas, a Comissão receberá o memorial referido no art. 128, devendo, no prazo máximo de 1 (um) mês, reunir-se novamente para conferir notas ao conjunto dos títulos e trabalhos de cada candidato.

Art. 137 — No caso de concurso para professor titular dar-se-á preponderância ao "curriculum vitae" e à conexão dos trabalhos já realizados com a natureza da disciplina ou disciplinas referentes à vaga a preencher, com preferência, em igualdade de condições, aos professores adjuntos mais antigos na classe.

Art. 138 — Todas as provas e julgamentos do concurso serão realizados em sessão pública, excetuando a feitura da prova escrita, quando houver e, no mesmo ato de julgar, cada examinador dará ao conjunto dos títulos e trabalhos e a cada uma das provas de cada concorrente, segundo o merecimento que lhes atribua, uma nota de zero a dez, consignando-se em cédula assinada, que será fechada em envólucro opaco até a apuração.

Art. 139 — A prova prática, quando houver, será pública ou não, conforme deliberar a Congregação.

Art. 140 — É permitido consultar legislação não comentada, inclusive a antiga e a estrangeira, ou manuais e livros técnicos, quando se tratar de prova de laboratório.

Art. 141 — Ao concorrente que alegar doença comprovada por atestado de 3 (três) médicos nomeados pelo Diretor da Unidade em que se fizer o concurso é facultado requerer o adiamento do mesmo por oito dias, no máximo, se não estiver sorteado o ponto da prova que tiver de fazer.

Art. 142 — Terminadas as provas, proceder-se-á a verificação dos que foram habilitados e a classificação dos candidatos fazendo-se a apuração das notas de que trata o artigo 138.

Art. 143 — Cada examinador extrairá a média das notas que attribuir a cada um dos candidatos, somando a nota dos títulos e as notas das provas e dividindo a soma pelo número das provas exigidas, acrescido de uma unidade. Serão habilitados os candidatos que alcançarem da maioria dos examinadores a média mínima de sete.

Art. 144 — Cada examinador fará a classificação parcial dos candidatos, indicando aquêle a que tiver attribuído a média mais alta. Será escolhido para o provimento da vaga o candidato que obtiver o maior número de indicações parciais.

Art. 145 — Cada examinador decidirá o empate entrê as médias attribuidas por ôle mesmo a dois candidatos e o empate entre os examinadores será decidido pela Congregação, em tantos, escrutínios secretos quantos forem necessários.

Art. 146 — Quando o concurso fór feito para mais de uma vaga, cada examinador indicará para o provimento delas os concorrentes a que houver attribuído médias mais altas e serão providos os que assim obtiverem o maior número de indicações.

Art. 147 — As Comissões Julgadoras elaborarão relatório minucioso para ser submetido à Congregação, sôbre cada uma das provas realizadas, assim como a apreciação dos títulos e trabalhos, acompanhado de parecer conclusivo, especificadas as notas de cada examinador a cada um dos candidatos.

Art. 148 — A Comissão Julgadora indicará para a nomeação em seu parecer, o candidato ou candidatos escolhidos na forma dos artigos anteriores.

Art. 149 — Aos candidatos habilitados em concurso para professor titular conferir-se-á o grau de doutor e o título de docente livre.

Art. 150 — O parecer referido nos artigos 147 e 148 poderá ser rejeitado pela Congregação, observado o seguinte:

- I — No concurso para professor assistente, por maioria simples;

II — No concurso para professor adjunto, por maioria absoluta;

III — No concurso para professor titular, por 2/3 dos membros em efetivo exercício na data da convocação.

Parágrafo único — Da decisão da Congregação caberá apenas recurso de nulidade a ser interposto ao Conselho Federal de Educação.

Sub-Seção V

Do Concurso para Livre Docência

Art. 151 — Só poderão inscrever-se em concurso para livre docência os candidatos portadores de diploma de doutor ou mestre, obtido em curso credenciado.

Parágrafo único — As inscrições para o concurso de livre docência serão recebidas anualmente de 1º de março a 30 de novembro, e o concurso realizado dentro de 1 (um) ano, a contar da data do encerramento da inscrição.

Art. 152 — O concurso para obtenção do título de docente livre abrangerá as mesmas provas e a apreciação de títulos e trabalhos exigidos no concurso para professor titular.

Sub-Seção VI

Do Provimento por Transferência

Art. 153 — O provimento de vagas do Quadro de magistério poderá, excepcionalmente, ser feito por transferência.

Art. 154 — A transferência de ocupante de cargo de magistério superior poderá ser feita entre universidades ou estabelecimentos isolados federais para outro cargo da mesma classe.

Art. 155 — A transferência dependerá da iniciativa ou aquiescência do interessado, da existência de vaga no quadro da instituição de destino e nesta, de parecer favorável aprovado por maioria absoluta da respectiva congregação.

Parágrafo único — Tratando-se de transferência de professor titular, exigir-se-á o quorum de 2/3 para a aprovação do parecer e a homologação d'este pelo Conselho Universitário da Universidade de destino.

Art. 156 — O ato de transferência de ocupante de cargo de magistério superior caberá conjuntamente as autoridades competentes no caso, para nomear, exonerar e demitir.

Art. 157 — A transferência poderá também ser processada por permuta, mediante requerimento de ambos os interessados observadas as disposições d'este Capítulo.

Art. 158 — A transferência por permuta será feita a pedido escrito simultâneo dos interessados e de acôrdo com as disposições d'este Regulamento.

Art. 159 — Será de 1 (um) ano de efetivo exercício no cargo de professor adjunto o interstício para transferência.

Art. 160 — O ocupante de cargo de magistério superior, integrante do Quadro, poderá prestar colaboração temporária a outra Universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior federal.

§ 1º — O afastamento previsto neste artigo será autorizado por prazo certo, só excepcionalmente superior a 2 (dois) anos, passando o professor a desempenhar as atividades de seu cargo na Universidade ou estabelecimento isolado requisitante.

§ 2º — A requisição será proposta pelo Reitor da Universidade ou pelo diretor do estabelecimento isolado interessado e sua efetivação dependerá da aquiescência do professor e desta Universidade.

Seção II

Da Contratação para Funções Docentes

Art. 161 — O contrato poderá ser feito para o exercício de funções em nível correspondente a qualquer das classes do magistério, referidas no inciso II do artigo 109, desde que o contrato preencha os requisitos de titulação fixados para as várias classes da carreira do magistério.

Art. 162 — O Departamento fará a indicação dos nomes em proposta fundamentada que será submetida ao Conselho Departamental e a Congregação, e da qual constará:

- a) justificativa da necessidade da contratação, de acordo com o plano de trabalho;
- b) indicação do setor de estudos em que o professor exercerá suas funções;
- c) classe de magistério em que será o professor contratado;
- d) títulos e trabalhos qualificadores do nome proposto;
- e) informações sobre a idoneidade do professor.

Art. 163 — Feitas as indicações dos candidatos a contratação, será promovida a seleção, obedecidos os seguintes critérios:

- a) no caso de professor auxiliar, a apreciação dos títulos e trabalhos dos nomes propostos;
- b) no caso de professor associado, além da apreciação de seus títulos e trabalhos, a avaliação de sua experiência didática profissional e científica;
- c) no caso de professor agregado a apreciação de seus títulos e trabalhos e de sua qualificação por uma comissão especial a ser constituída pela Congregação.

Parágrafo único — Processada a seleção, a Congregação homologará a indicação proposta, sendo a aprovação por 2/3 da Congregação exigida no caso de professor agregado.

Art. 164 — Poderá haver mais de um professor contratado em igual classe de magistério para o exercício de funções no mesmo setor de estudos, observadas as disposições anteriores.

Art. 165 — É vedado mais de um contrato com o mesmo professor para o exercício de suas funções na mesma Unidade.

Parágrafo único — É permitido, no entanto, o aditamento ao contrato de trabalho para alteração do regime nele previsto e para o exercício de funções em outras modalidades de curso.

Art. 166 — Para iniciação das atividades de ensino superior serão admitidos auxiliares de ensino, em caráter probatório, sujeitos à legislação trabalhista, atendidas as condições prescritas no Estatuto e nos Regimentos.

Art. 167 — A admissão de auxiliar de ensino somente poderá recair em graduados de curso de nível superior.

Art. 168 — A admissão será efetuada pelo prazo de dois anos que poderá ser renovado.

Art. 169 — No prazo máximo de quatro anos o auxiliar de ensino deverá obter o certificado de aprovação em cursos de pós-graduação, sem o que o seu contrato não poderá ser mais renovado.

Art. 170 — A alteração contratual nas classes de magistério obedecerá às regras estabelecidas nos artigos 161, 162, 163, 164 e 165.

Art. 171 — Fica admitida a locação de serviços de pessoal para tarefas docentes, mediante retribuição por hora de trabalho, não podendo a retribuição mensal exceder àquela atribuída ao professor contratado para tarefas equivalentes.

CAPITULO III

Da Acumulação

Art. 172 — É permitida a acumulação de 2 (dois) cargos de magistério superior ou de um destes com 1 (um) cargo técnico ou científico, desde que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários, ou com um cargo de Juiz.

§ 1º — A correlação de matérias, para efeito deste artigo, será julgada por comissões de professores, de disciplinas afins, instituídas pelo Reitor.

§ 2º — Os professores em regime de dedicação exclusiva não poderão acumular.

§ 3º — Não será permitida a acumulação de 2 (dois) cargos de magistério ou de um de magistério com outro técnico ou científico na mesma Unidade. ~

§ 4º — Aplica-se aos professores contratados o disposto neste artigo.

CAPITULO IV

Do Afastamento

Art. 173 — Além dos outros casos previstos em lei, poderá ocorrer o afastamento de membros do Corpo Docente:

- 1 — para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras, ou para comparecer a congressos ou reuniões relacionadas com sua atividade de magistério;
- 2 — para exercer atividades de magistério em outra instituição federal, universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior;
- 3 — para prestar assistência técnica.

§ 1º — O afastamento previsto neste artigo dependerá de pronunciamento favorável da Congregação da Unidade e de autorização do Reitor.

§ 2º — O afastamento previsto nos itens 1, 2 e 3 será autorizado por prazo certo, só excepcionalmente superior a 2 (dois) anos e, no caso a que se refere o item 2, dependerá também de homologação pelo Conselho Universitário.

CAPITULO V

Do Regime de Trabalho

Art. 174 — Consideram-se atividades de magistério superior:

- 1 — As relacionadas com a preservação, elaboração e transmissão dos conhecimentos e técnicas:
 - a) aulas, conferências, seminários e outras formas de exposição e de debate;
 - b) trabalhos práticos e de treinamento;

- c) seleção de docentes, pesquisadores e alunos e verificação de aprendizagem;
 - d) pesquisa em geral;
 - e) elaboração de trabalhos destinados à publicação e ligados ao ensino e à pesquisa;
 - f) participação em congressos e reuniões de caráter científico, cultural ou artístico;
 - g) programas de cooperação e outras formas de intercâmbio inerentes às atividades de extensão;
- 2 — As relacionadas com a formação ética e cívica dos alunos;
- 3 — As relacionadas com a administração das instituições do ensino superior, privativas de docentes:
- a) responsabilidade de direção e chefia;
 - b) participação em colegiados;
 - c) participação em trabalhos de programação e assessoreamento, vinculados ao ensino e à pesquisa.
- 4 — Outros encargos inerentes às atividades de magistério.

Parágrafo único — A não ser nos casos especiais determinados pelas circunstâncias e de conhecimento do Diretor, as atividades mencionadas neste artigo devem ser realizadas dentro do recinto da Unidade em que o Professor estiver lotado, sendo da responsabilidade do Diretor a fiscalização do fiel cumprimento da carga horária prevista em Lei.

Art. 175 — As atividades enumeradas no artigo anterior, item 1, alíneas a, b, c, e e, o período de trabalho a elas correspondentes serão fixadas, no início de cada exercício letivo, pelos respectivos Departamentos, de acordo com o plano anual aprovada.

§ 1º — Na distribuição de atividades, o Departamento indicará, anualmente, o professor responsável em uma ou mais turmas pelo ensino de disciplina incluída no plano de trabalho.

§ 2º — Se a disciplina for lecionada por mais de um professor caberá ao Chefe do Departamento fazer a coordenação das atividades.

Art. 176 — O regime de trabalho do pessoal docente abrangerá duas modalidades:

- a) de dedicação exclusiva;
- b) em função do número de horas semanais.

Art. 177 — A adoção do regime de dedicação exclusiva dependerá de proposta do Departamento interessado, aprovada pela Congregação acompanhada de plano de trabalho e enumeração de instalações e recursos existentes.

Parágrafo único — Os professores em regime de dedicação exclusiva não perderão, por motivo de licença ou afastamento concedido nos termos da lei, as vantagens correspondentes ao regime de trabalho.

Art. 178 — O docente admitido em dedicação exclusiva ou em horas semanais de trabalho que excedam às do regime de menor duração fará jus a uma gratificação calculada em bases que forem estabelecidas em Decreto.

Parágrafo único — Na hipótese do presente artigo o docente assinará termo de compromisso em que declare vincular-se ao regime, obrigando-se a cumprir as condições ao mesmo inerentes, fazendo jus aos seus benefícios somente enquanto nele permanecer.

Art. 179 — O exercício dos cargos de Vice-Reitor, Sub-Reitor e Decano, é compatível com o de magistério.

Art. 180 — Aos membros do Corpo Docente poderão ser concedidas, entre outras, as seguintes vantagens:

- 1 — ajuda de custo para compensação de despesas de transporte e mudança;
- 2 — auxílio para publicação de trabalho ou para produção de obras consideradas de valor pelo Departamento;
- 3 — bolsa ou auxílio destinado a viagem para observação, cursos ou estágios.

TÍTULO II

Do Corpo Técnico

Art. 181 — O Corpo Técnico constituído na forma do artigo 86 do Estatuto abrange duas categorias:

- a) pessoal do Quadro Único;
- b) pessoal contratado.

Parágrafo único — Aos contratos de pessoal técnico de nível superior se aplicarão, no que couber, as disposições para contrato de pessoal do magistério superior.

TÍTULO III

Do Corpo Administrativo

Art. 182 — As atividades do Corpo Administrativo serão exercidas por:

- a) pessoal do Quadro Único;
- b) pessoal contratado.

TÍTULO IV

Do Corpo Docente

CAPÍTULO I

Da Representação Estudantil

Art. 183 — A representação dos estudantes nos órgãos colegiados da Universidade far-se-á pela seguinte forma:

- a) o representante junto ao órgão deliberativo do Departamento será escolhido por votação direta dos alunos regularmente matriculados em disciplinas de curso de graduação, ministradas pelo Departamento;

- b) os representantes no Conselho Departamental e na Congregação serão eleitos pelo colégio eleitoral formado pelos representantes dos alunos junto aos diversos colegiados deliberativos dos departamentos da Universidade;
- c) o representante junto ao Conselho do Centro será eleito por um colégio eleitoral formado pelos representantes dos alunos junto à Congregação e aos Conselhos Departamentais das diversas unidades do Centro;
- d) o representante junto aos Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados e na COPERTIDE será eleito por um colégio eleitoral formado pelos representantes dos alunos junto aos Conselhos dos diversos Centros;
- e) o representante junto ao Conselho Universitário será eleito por um colegiado composto pelos representantes dos alunos junto aos departamentos das diversas unidades integrantes da Universidade.

“§ 1º — As eleições dos representantes de que trata este artigo serão convocadas e presididas pelos dirigentes dos órgãos respectivos”.

“§ 2º — Não poderão ser votados alunos repententes, nem alunos incurso em sanções disciplinares que correspondam à falta grave, conforme o Código Disciplinar”.

Art. 184 — O Conselho de Ensino de Graduação baixará normas para as eleições dos representantes estudantis nos colegiados.

CAPÍTULO II

Dos Diretórios Acadêmicos

Art. 185 — Aos alunos dos Cursos de Graduação é facultado o direito de constituir Diretório, de âmbito universitário, bem

como **Diretórios setoriais**, correspondentes a Centros Universitários, sem caráter representativo, na forma de lei.

Art. 186 — Os **Diretórios Acadêmicos** terão por finalidade congregar o corpo discente, para realizações de fins cívicos, culturais, desportivos e assistenciais.

Art. 187 — A eleição dos **Presidentes dos Diretórios Acadêmicos, universitários ou centrais**, será feita por eleição unânime, a que podem concorrer todos os alunos matriculados, no âmbito correspondente, e só será válida quando o número de votos recolhido for igual ou superior a 2/3 dos eleitores.

Art. 188 — Cabe ao **Conselho de Ensino de Graduação** estabelecer normas para a constituição dos **Diretórios Acadêmicos**, dos dois âmbitos, e para o processo eleitoral destinado ao preenchimento de seus cargos, bem como aprovar os respectivos regimentos.

PARTE V

Das Atividades

TÍTULO I

Da Organização Didática

CAPÍTULO I

Da Natureza dos Cursos

SEÇÃO I

Dos Cursos de Graduação

Art. 189 — Os cursos de graduação destinam-se à formação profissional, estando abertos a candidatos que hajam concluído o curso colegial ou equivalente antes da realização do concurso vestibular e que neste hajam obtido classificação, observado o limite de capacidade docente da instituição.

Art. 190 — Os cursos de graduação abrangem dois ciclos:

- 1 — básico;
- 2 — profissional.

Art. 191 — O ciclo básico comum a grupos de cursos de um mesmo Centro, objetiva:

- a) complementar a formação anterior do estudante;
- b) ministrar o ensino de matérias consideradas fundamentais a determinada área do conhecimento;

- c) permitir a manifestação das tendências vocacionais do estudante e orientar sua formação nesse sentido;
- d) ajustar o estudante às peculiaridades da educação superior;
- e) iniciar o estudante na técnica do trabalho em nível superior;
- f) contribuir para a educação moral e cívica e o aprimoramento físico do estudante.

Art. 193 — O segundo ciclo visa a proporcionar aos alunos conhecimentos e atividades que o habilitem ao exercício profissional, à pesquisa ou à ampliação de sua cultura.

Art. 193 — Os cursos de graduação que conferem diplomas profissionais poderão ser de dois tipos: de curta e de longa duração.

§ 1º — Na orientação para qualquer um dos tipos atender-se-á ao melhor ajustamento às aptidões e preferências do estudante e às exigências do mercado de trabalho.

§ 2º — Nos cursos de curta duração será dispensada estrutura em dois ciclos.

§ 3º — Na estrutura dos cursos de longa duração o ciclo básico abrangerá dois a quatro períodos conforme determinar o Conselho de cada Centro.

Art. 194 — Os cursos de graduação se estruturarão de forma a atender:

- a) ao currículo mínimo e às condições de duração fixada pelo Conselho Federal de Educação;
- b) ao progresso dos conhecimentos e às peculiaridades de profissão;
- c) à flexibilidade, permitindo mudanças de orientação por parte do estudante.

Art. 195 — Nos cursos de Licenciatura as disciplinas específicas de cada modalidade são ensinadas em Institutos, Escolas e Faculdades, e as disciplinas pedagógicas, comuns a todos eles, são ministradas na Faculdade de Educação.

Parágrafo único — Caberá à Faculdade de Educação a responsabilidade do curso de Licenciatura em Pedagogia e à Escola de Educação Física e Desportos os cursos de Licenciatura relativos à educação física e desportos.

SEÇÃO II

Dos Cursos de Pós-Graduação

Art. 196 — Os cursos de pós-graduação destinam-se a proporcionar a formação científica, cultural e artística, ampla e aprofundada, desenvolvendo-se a capacidade de ensino e pesquisa nos diferentes ramos do saber, e serão ministrados pelas Unidades, em dois tipos distintos: o de Mestrado e o de Doutorado.

Parágrafo único — O curso de Mestrado terá a duração mínima de dois períodos; o de Doutorado, de quatro.

Art. 197 — O Conselho de Ensino para Graduados baixará Resolução fixando critérios de organização, condições e formalidades para admissão, seleção, matrícula e regime didático dos cursos referidos no artigo anterior.

Art. 198 — A proposta para a criação de cursos de pós-graduação é da iniciativa da Unidade devendo ser encaminhada, para apreciação, ao Centro respectivo e submetido à aprovação do Conselho de Ensino para Graduados.

Parágrafo único — Aprovada a proposta, será submetida ao Conselho Federal de Educação o credenciamento do curso.

Seção III

De Outras Modalidades de Cursos

Art. 199 — Os demais cursos da Universidade, previstos no artigo 9º, do Estatuto, serão organizados pelos Departamentos da Unidade que o ministrarem, mediante plano aprovado pelo Conselho

Departamental respectivo e submetido à aprovação do Conselho de Ensino para Graduados.

Parágrafo único — Por acôrdo da Unidade com instituição pública ou privada, os cursos poderão realizar-se, total ou parcialmente, fora da Universidade, desde que àquela fiquem asseguradas condições de controle do trabalho planejado e do aproveitamento do aluno.

Art. 200 — Os cursos de aperfeiçoamento destinam-se a completar em nível elevado, após a graduação, o conhecimento adquirido em área específica do currículo do curso profissional.

Art. 201 — Os cursos de Especialização são destinados a graduados que desejem aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades técnicas em determinadas disciplinas.

Art. 202 — Os Cursos de Treinamento Profissional destinam-se a possibilitar o aprimoramento da prática das técnicas necessárias ao exercício profissional, através da aprendizagem em serviço.

Art. 203 — Os Cursos de Atualização destinam-se a proporcionar a graduados o conhecimento dos serviços em determinada área.

Art. 204 — Os cursos de Extensão Universitária destinam-se a servir de comunicação entre a Universidade e o meio social, em qualquer campo de conhecimento.

Parágrafo único — Consideram-se Cursos de Extensão Universitária os que, não estando compreendidos nos demais cursos anteriores, tenham por objetivo:

- a) contribuir para levar ao meio social o conhecimento sistemático dos problemas que nêle se criem;
- b) elevar o nível cultural da sociedade;
- c) motivar o desenvolvimento das tendências individuais para o conhecimento científico e cultural.

Art. 205 — Compete ao Conselho de Ensino para Graduados baixar regulamentação específica para cada uma das modalidades do ensino previsto nesta Seção em que constem as condições de matrícula, características dos currículos, tempo mínimo de duração e requisitos dos docentes que as possam ministrar.

CAPÍTULO II

Dos Currículos

Seção I

Dos Currículos de Graduação

Art. 206 — O currículo do primeiro ciclo abrange matérias obrigatórias e matérias eletivas.

§ 1º — São matérias obrigatórias as selecionadas dos seguintes campos de conhecimento: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Biológicas, Ciências Geológicas, Ciências Humanas, Filosofia, Letras e Artes.

§ 2º — São matérias eletivas as que permitem aos estudantes se orientarem para determinado campo profissional.

§ 3º — Na composição curricular, quando houver matérias eletivas, elas não poderão ultrapassar 20% do ensino do ciclo.

Art. 207 — O currículo do segundo ciclo é constituído de duas partes:

- a) currículo mínimo — corresponde às matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação;
- b) currículo complementar — corresponde às matérias adicionais fixadas pela Unidade.

§ 1º — As matérias complementares serão de duas modalidades: obrigatórias e eletivas; as primeiras fixadas pelas respectivas Unidades; as segundas, selecionadas pelo próprio aluno, do elenco anualmente oferecido pela Unidade.

§ 2º — O ensino das disciplinas básicas não poderá ultrapassar 70% nem ser inferior a 50% da fixada para o curso. Na elaboração do currículo devem as disciplinas ser codificadas segundo critério a ser fixado pelo Conselho de Ensino de Graduação, estabelecendo-se claramente as disciplinas que constituem pré-requisitos para outras.

Art. 208 — Relativamente aos cursos de Licenciatura a parte específica do currículo é fixada pela Congregação da

Unidade responsável pelo ensino da modalidade e a parte de complementação pedagógica pela Congregação da Faculdade de Educação ou da Escola de Educação Física e Desportos, conforme o caso.

Art. 209 — Os programas de cada disciplina serão elaborados pelos professores, aprovados pelos respectivos Departamentos e encaminhados ao Diretor da Unidade que os submeterá ao Conselho Departamental e, em seguida, à Congregação que sobre eles deverá pronunciar-se antes de iniciar-se o período letivo.

Art. 210 — Os Departamentos poderão organizar planos de ensino integrado, correlacionando matérias de seu Departamento com as de outros.

§ 1º — Se houver disciplinas cujo ensino esteja a cargo de mais de um Departamento da mesma Unidade, os Chefes dos respectivos Departamentos deverão elaborar, em conjunto, planos de curso, estando estes sujeitos aos mesmos trâmites indicados no artigo anterior.

Art. 211 — É obrigatório o cumprimento total do plano de curso, salvo motivo de força maior e, como tal, reconhecido expressamente pela Congregação.

Parágrafo único — O professor que não cumprir totalmente o respectivo plano de Curso, injustificadamente, está sujeito a penalidade previstas em lei.

Seção II

Das Currículos de Pós-Graduação

Art. 212 — O currículo de cada curso de pós-graduação é elaborado e aprovado pelos órgãos próprios das Unidades e sujeitos à aprovação final do Conselho de Ensino para Graduados.

Art. 213 — Na composição curricular, deve-se destacar a área ou as áreas de concentração e indicar as matérias necessárias à complementação das mesmas.

Parágrafo único — Os programas dos Cursos devem obedecer a diretrizes baixadas pelo Conselho de Ensino para Graduados, órgão que os aprovará em última instância.

Seção III

Das Currículos dos Demais Cursos

Art. 214 — Os currículos dos cursos previstos nos itens 3 a 8 do art. 9º do Estatuto serão propostos pelos órgãos competentes das unidades e órgãos suplementares e submetidos a aprovação final do Conselho de Ensino para Graduados.

TÍTULO II

Das Formas Complementares de Educação

CAPÍTULO ÚNICO

Das Várias Modalidades

Art. 215 — A educação física, sob a forma de ginástica e práticas desportivas, é obrigatória, e as atividades serão programadas pela Escola de Educação Física e Desportos, com a aprovação do Conselho de Ensino de Graduação.

Art. 216 — A atividade artística será estimulada por tôdas as formas e constituirá um dos meios através dos quais a Universidade se articulará com a comunidade.

§ 1º — O Coral Universitário e outros órgãos de atividades artísticas que se venham a criar, constituem campo de aplicação dos respectivos cursos de graduação.

§ 2º — As atividades artísticas serão programadas pela Unidade própria e aprovadas pelo Fórum de Ciência e Cultura.

Art. 217 — Por meio de atividades adequadas, a Universidade educará o corpo discente para a responsabilidade, propiciando-lhe o conhecimento de seus direitos e deveres cívicos e dando-lhe oportunidades de exercício de funções que o prepare para a vida social.

Parágrafo único — É da responsabilidade de cada professor essa formação geral e a Câmara de Estudos Brasileiros de cada Centro planejará a educação social e cívica, através de Estudos de Problemas Brasileiros, devendo tal planejamento ser aprovado pelo Fórum de Ciência e Cultura.

Art. 218 — A organização de Prestação de Serviço selecionará estudantes para participarem de seus trabalhos.

Art. 219 — O Fórum de Ciência e Cultura promoverá estudos e debates de temas atuais de ciência e cultura, propiciando, sempre que possível, contribuição dos próprios estudantes.

TÍTULO III

Do Regime Didático e Escolar

CAPÍTULO I

Do Calendário Escolar

Art. 220 — A Universidade dividirá o ano em dois períodos regulares e um especial: os regulares terão duração mínima de 90 (noventa) dias úteis, e o especial será organizado, quando necessário, a partir do último período.

Art. 221 — Cada Unidade baixará o seu próprio calendário de acordo com as normas fixadas, anualmente, pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO II

Do Planejamento

Art. 222 — Os planos de atividades de cada Unidade serão integrados nos planos dos Centros e estes por sua vez, num plano geral das atividades da Universidade através dos Conselhos de Ensino.

Art. 223 — A consolidação dos calendários de cursos e das listas de oferta de disciplinas constituirá o Catálogo Geral dos Cursos, que integra o Plano Anual das Atividades Universitárias.

Art. 224 — As Unidades velarão para que o ensino seja criador, indissociável da pesquisa e que se integre em níveis sucessivos.

CAPÍTULO III

Da Coordenação de Cursos

Art. 225 — Quando um curso de graduação for ministrado com a cooperação de Departamentos de duas ou mais Unidades, a responsabilidade pelo mesmo caberá à Unidade que ministra as disciplinas profissionais.

Art. 226 — Todo o curso de graduação que se realizar nos termos do artigo anterior terá a coordenação de suas atividades didáticas assegurada por um Conselho de Curso, presidido por um Coordenador, designado pelo Diretor da Unidade responsável pelo curso, ouvida a Congregação.

Parágrafo único — Sempre que presente caberá ao Diretor da Unidade responsável a presidência do Conselho reunido.

Art. 227 — Os outros cursos poderão ser coordenados, quando necessário, por Comissões de Coordenação, a juízo da CBPG, que as regulamentará.

Art. 228 — Cabe ao Coordenador:

- I — Convocar e presidir o Conselho de Cursos;
- II — Responder pela normalidade da ministração do curso perante a direção da Unidade;
- III — Entender-se com os Chefes de Departamentos, que participem da ministração do curso, em tudo que a este se refira;
- IV — Solicitar ao Diretor as providências ao regular funcionamento do curso;
- V — Observar o ensino ministrado, levando à deliberação do Conselho de Cursos as falhas e problemas que não possa eventualmente solucionar;
- VI — Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Cursos e da Direção da Unidade.

Art. 229 — O Conselho de Curso será formado pelos Chefes dos Departamentos que cooperam na ministração do Curso, ou

seus representantes, designados pelos próprios Chefes, e, ainda, por um representante do corpo discente, eleito pelos alunos representantes junto dos referidos Departamentos.

Art. 230 — O Conselho de Curso poderá dividir-se em Câmaras quando a diversificação ou as peculiaridades dos trabalhos o exigirem, cabendo ao Coordenador delegar a direcção dos trabalhos de cada Câmara a um membro do Conselho directamente ligado aos assuntos tratados.

Parágrafo único — Cabe ao Conselho de Curso:

- I — harmonizar, evitando superposições, omissões ou incongruências, os programas das disciplinas que constituem o currículo pleno do Curso, propostos pelos Departamentos que se incumbem da ministração daquele;
- II — propor ou apreciar os planos de trabalhos escolares, como sejam, aulas, trabalhos práticos e seminários, a cargo dos Departamentos, harmonizar os horários respectivos e uma vez aprovados pelo Director, acompanhar a sua execução;
- III — resolver as questões que lhe sejam submetidas pelo Coordenador;
- IV — propor ao Director mediante ato fundamentado que será submetido à Congregação a substituição do Coordenador quando exigir o interesse da Coordenação dos Cursos;
- V — apreciar recursos interpostos às decisões do Coordenador.

Art. 231 — O Conselho de Curso reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Director ou por dois terços de seus membros.

Parágrafo único — Das decisões do Coordenador, cabe recurso para o Conselho de Curso e das decisões do Conselho para a Congregação da Unidade responsável pelo curso.

CAPÍTULO IV

*Do Ingresso na Universidade**Seção I**Dos Cursos de Graduação*

Art. 232 — A Universidade promoverá o ingresso de candidatos aos Cursos de Graduação mediante Concurso Vestibular.

Art. 233 — O Concurso Vestibular será unificado por áreas de conhecimento, segundo normas baixadas pelo Conselho de Ensino de Graduação.

Art. 234 — Os programas dos Concursos Vestibulares serão divulgados com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias de sua realização.

Art. 235 — O Concurso Vestibular se realizará antes do início de cada ano letivo.

Parágrafo único — Poderá realizar-se Concurso Vestibular para cada período letivo, nas áreas de conhecimento de grande demanda, desde que a capacidade docente da Universidade o permita e a necessidade do desenvolvimento nacional o aconselhe, mediante aprovação do Conselho de Ensino de Graduação.

Art. 236 — A inscrição será aberta por edital, publicado com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da realização das provas.

Parágrafo único — Do edital constará o número de vagas oferecidas na área de conhecimento, para ingresso na qual se realiza o concurso.

Art. 237 — No ato da inscrição o candidato indicará o setor profissional de sua preferência na área para a qual pretende obter ingresso.

Art. 238 — As provas de Concurso Vestibular versarão sobre as disciplinas comuns às diversas formas de ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, para avaliar a formação dos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores.

Parágrafo único — A Universidade poderá fazer preceder às provas escritas, de provas psicológicas de personalidade e específicas de aptidão para facilitar a apuração dos resultados.

Art. 239 — Na elaboração das provas escritas deve-se levar em conta critérios objetivos, admitindo-se dissertação nas de línguas.

Art. 240 — A classificação dos candidatos se fará, nos setores profissionais, de acordo com a preferência manifestada e conforme os pontos obtidos, até completar-se o número de vagas disponíveis em cada curso das Unidades de área em concurso.

Art. 241 — Embora sejam as mesmas as matérias no Concurso Vestibular, as questões poderão variar de complexidade conforme as áreas a que se destinem.

Art. 242 — O Concurso de Vestibular para cada área será organizado e realizado por Comissões Especiais, designadas pelo Decano do Centro a que a área pertencer, permitindo-se a participação de examinadores especializados estranhos ao Centro.

Art. 243 — Competirá as Comissões Examinadoras a elaboração e julgamento das provas.

Art. 244 — Serão desclassificados os candidatos que:

- a) tiverem nota zero em qualquer prova;
- b) deixarem de realizar qualquer prova;
- c) forem inabilitados nas provas psicológicas de personalidade e específicas de aptidão referidas no Parágrafo único do art. 238.

Art. 245 — O Concurso Vestibular só é válido para o ano letivo em que se realizar.

Seção II

Dos Cursos de Pós-Graduação

Art. 246 — Na seleção dos candidatos às vagas dos cursos de pós-graduação, deve-se levar em conta os seguintes critérios:

- a) a vida escolar progressiva do candidato, considerando os graus obtidos nas disciplinas, especialmente nas que mais diretamente se orientam para o curso em questão;

- b) preferência pelos alunos que poderão dedicar tempo integral às atividades;
- c) domínio de uma língua estrangeira, que será determinada em cada unidade;
- d) limite de vagas em função da capacidade docente.

Seção III

Dos Demais Cursos

Art. 247 — A seleção para os demais cursos de aperfeiçoamento e Especialização será regulamentada pelo Conselho de Ensino para Graduados.

CAPÍTULO V

Da Matrícula e Rematrícula

Seção I

Da Matrícula nos Cursos de Graduação

Art. 248 — A matrícula no ciclo básico é feita nos Centros; a do segundo ciclo nas Unidades que ministrem o ensino profissional.

Art. 249 — Os alunos matriculados na Unidade responsável pelo curso a que pertencem deverão inscrever-se nas outras Unidades que ofereçam ensino de disciplinas integrantes do seu currículo.

Parágrafo único — Cabe ao Conselho de Ensino de Graduação compatibilizar horários, quando o ensino for dado, simultaneamente, em Unidades de diferentes Centros.

Art. 250 — Sempre que houver vestibular, dêle decorre matrícula, podendo assim haver dois períodos de matrículas no mesmo ano.

Art. 251 — Os alunos que alcançarem o período inicial do último ano de estudos de cursos de licenciatura, matriculados em Institutos, Escolas e Faculdades, com exceção da Es-

cola de Educação Física e Desportos, deverão inscrever-se na Faculdade de Educação, para o fim de receberem a complementação pedagógica.

§ 1º — Anualmente as Unidades que ministram as disciplinas específicas das diferentes modalidades de cursos de licenciatura remeterão até 20 de janeiro, ou 20 de julho, à Faculdade de Educação a lista de alunos em condições de se matricularem no período inicial do último ano de estudos.

§ 2º — Logo que sejam concluídos os derradeiros exames relativos ao período letivo vencido, as Unidades mencionadas no parágrafo anterior remeterão à Faculdade de Educação a lista complementar dos alunos que adquiriram condições definitivas de matrícula no período inicial do último ano de estudos.

§ 3º — O aluno matriculado no segundo ciclo de curso de licenciatura em período letivo que não corresponda ao último ano de estudos poderá inscrever-se em uma ou mais disciplinas de complementação pedagógica, na Faculdade de Educação, desde que haja compatibilidade de horário com as aulas que deverá frequentar na Unidade onde estiver matriculado.

§ 4º — Nenhum aluno poderá matricular-se em prática de ensino ou em estágio supervisionado, se não houver previamente estudado ou não estiver simultaneamente cursando as demais disciplinas de Complementação Pedagógica.

Art. 252 — A matrícula é feita por disciplina, cabendo ao aluno organizar a lista das disciplinas em que deseja matricular-se pelo sistema de créditos, sendo auxiliado pelo serviço de aconselhamento da Unidade.

Art. 253 — O Regimento de cada Unidade limitará o número mínimo e máximo de disciplina em que o aluno pode matricular-se em cada período.

Art. 254 — Reservar-se-ão no mínimo de 5% das vagas em cada disciplina para que os alunos possam indicá-la como matéria electiva e 1% para os alunos que, sob o regime de convênio, sejam encaminhados pelos órgãos próprios do Ministério de Educação e Cultura.

Parágrafo único — As matrículas de cortesia a que se refere o art. 259 independem de vaga.

Art. 255 — Para matricular-se ou inscrever-se o candidato deverá atender às exigências do Regimento respectivo.

Art. 256 — Só se permite trancamento de matrícula até o transcurso de um 1/3 de tempo útil de ensino da disciplina no período, salvo motivo de força maior e como tal reconhecido pela Congregação de cada Unidade.

Art. 257 — Será recusada a matrícula:

- I — Ao aluno reprovado em disciplinas que ultrapassem, quanto às horas prescritas de trabalho escolar, 1/5 do primeiro ciclo ou 1/10 do curso completo;
- II — Ao estudante que tiver interrompido o curso por mais de 6 (seis) anos ainda que tenha obtido sucessivos trancamentos de matrículas;
- III — Ao estudante que tenha sido excluído da Universidade.

Art. 258 — Não há matrículas condicionais, nem vigora sistema de dependência.

Art. 259 — A Unidade poderá conceder matrícula de cortesia a filhos de diplomatas ou de funcionários de instituições internacionais, oficiais ou officinas, que venham a servir no Brasil.

Parágrafo único — O regime de matrícula de cortesia será regulada pelo Conselho de Ensino de Graduação.

Art. 260 — A Unidade concederá matrícula a estudante beneficiado por meio de convênio cultural na forma da lei.

Seção II

Da Matrícula nos Cursos de Pós-Graduação

Art. 261 — Os cursos de Mestrado estão abertos aos diplomados em curso de graduação que se relacionam com a área de concentração pretendida pelo candidato.

Parágrafo único — Em casos excepcionais, admitem-se outros graduados conforme normas a serem baixadas pelo Conselho de Ensino para Graduados.

Art. 262 — Serão baixadas, pelo Conselho de Ensino para Graduados, normas para matrícula nos cursos de Mestrado e de Doutorado.

Seção III

Da Matrícula nos Demais Cursos

Art. 263 — A matrícula dos demais cursos será feita segundo as normas regimentais de cada Unidade.

CAPÍTULO VI

Da Transferência

Art. 264 — A Unidade expedirá guia de transferência ou certidão de curso ao término de qualquer período, desde que requerida pelo estudante.

Art. 265 — Ao aluno que tenha requerido trancamento de matrícula ou interrompido o curso por qualquer motivo, será fornecida, a qualquer tempo, desde que o requiera, a certidão de sua vida escolar.

Art. 266 — As transferências de alunos provenientes de estabelecimentos estrangeiros só serão aceitas quando se tratar de instituições idôneas e que dêem igual tratamento aos estudantes da Universidade.

Art. 267 — As transferências só se efetivam nos períodos de matrícula.

Parágrafo único — Os funcionários públicos e seus dependentes, civis ou militares, quando removidos de qualquer localidade para a cidade do Rio de Janeiro poderão obter transferência, em qualquer época, independentemente de vagas, mas estarão sujeitos ao regime de adaptação, quanto ao currículo, conforme decidir a direção da Unidade.

Art. 268 — Aceitam-se transferências mediante guias próprias ou mediante certidões de vida escolar, das quais constem

minuciosos informes sobre o regime de promoção adotado na instituição, carga horária de cada disciplina, cópia dos programas adotados, sendo autenticados todos os documentos.

§ 1º — Só se aceita a transferência de créditos de disciplinas com os mesmos objetivos e que a matéria incluída no programa tenha tratamento idêntico.

§ 2º — Os alunos transferidos estão sujeitos a completar créditos e a atender os pré-requisitos estipulados na composição curricular de cada Unidade.

Art. 269 — Aos estrangeiros não beneficiados por convênio no exterior será exigida a revalidação do curso, na forma da lei e de instruções baixadas conjuntamente pelos Conselhos de Ensino.

CAPÍTULO VII

Da Revalidação

Seção I

Da Revalidação dos Títulos de Graduação

Art. 270 — Os diplomados por instituições estrangeiras poderão requerer revalidação dos títulos.

Parágrafo único — O processo de revalidação obedecerá aos preceitos a serem baixados pelos Colegiados de Ensino, atendidas as normas fixadas pelo Conselho Federal de Educação.

Seção II

Da Revalidação dos Títulos de Pós-Graduação

Art. 271 — A revalidação dos títulos de Mestre e de Doutor, expedidos por instituições estrangeiras, será regulada em normas especiais, pelo Conselho de Ensino para Graduados.

CAPITULO VIII

Da Apuração do Rendimento Escolar e do Sistema de Créditos

Art. 272 — Os Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados baixarão normas gerais, em suas áreas específicas, sobre verificação do rendimento escolar e exigência da frequência.

§ 1º — É obrigatória a frequência nos termos que disponham os regimentos das Unidades.

§ 2º — As modalidades e o número de verificações de aprendizagem, variáveis conforme a diferenciação do ensino, constarão dos regimentos das Unidades.

§ 3º — Para medir os trabalhos escolares será adotado o regime de crédito.

§ 4º — Os créditos obtidos em um ou nos dois ciclos de um curso, inclusive os de curta duração, serão válidos para a realização de outros cursos, desde que correspondam as disciplinas curriculares destes e que se atenda às adaptações e complementações indispensáveis.

§ 5º — Cada Departamento apreciará a validade dos créditos correspondentes às disciplinas que o integram e ditará as adaptações e complementações que se façam indispensáveis.

§ 6º — Os regimentos das Unidades disciplinarão o aproveitamento de estudos feitos em instituições que não adotem o sistema de créditos, respeitadas as bases estabelecidas nos parágrafos deste artigo.

TÍTULO IV

Da Concessão de Graus, Diplomas e Certificados

Art. 273 — A Universidade confere graus e expede diplomas específicos de cada curso de graduação, entre eles o de bacharel e o de licenciado.

§ 1º — O grau de licenciado é conferido pela Faculdade de Educação e pela Escola de Educação Física e Desportos, conforme o caso.

§ 2º — No fim do ano letivo, logo que forem concluídos os trabalhos escolares, os Institutos, as Escolas e Faculdades que mantiverem o ensino das disciplinas específicas das diferentes modalidades do Curso de Licenciatura deverão remeter à Faculdade de Educação o histórico escolar dos alunos que concluíram os estudos, a fim de se completarem os documentos necessários à conferência do grau e ao preparo do diploma de licencição.

Art. 274 — Para o nível de pós-graduação a Universidade confere grau e expede diplomas de mestre e de doutor.

Art. 275 — Para os demais cursos a Universidade expedirá certificados.

Art. 276 — O regimento de cada Unidade indicará o número de créditos que o aluno deverá obter em cada curso, para colar grau e receber o diploma.

Parágrafo único — Na contagem dos créditos devem estar sempre incluídos os das disciplinas obrigatórias do curso.

Art. 277 — Os regimentos dos Centros e das Unidades disporão sobre quaisquer outras condições necessárias à concessão de graus, diplomas e certificados.

Art. 278 — O Reitor expedirá, com os diretores das Unidades, os títulos e diplomas.

§ 1º — O Reitor poderá delegar aos Sub-Reitores de Ensino de Graduação e Corpo Docente e de Ensino para Graduados, a expedição de diplomas, que serão também assinados pelos Diretores das Unidades.

§ 2º — Os títulos honoríficos são expedidos exclusivamente pelo Reitor.

TÍTULO V

Do Regime Disciplinar

Art. 279 — O Conselho Universitário baixará o Código Disciplinar para todos os órgãos da Universidade.

Art. 280 — Caberá aos Colegiados de Ensino baixar normas complementares para as respectivas áreas.

Art. 281 — As Unidades de Ensino é atribuída a função de aplicação do regime disciplinar, na forma por que foi disposto no Código Disciplinar e nas normas complementares referidas em artigos anteriores.

PARTE VI

TITULO ÚNICO

Da Pesquisa

Art. 282 — A pesquisa constituirá atividade obrigatória nas Unidades Universitárias, Museu Nacional, respeitado o texto do art. 24, e Órgãos Suplementares, desenvolvendo-se em plano de igualdade ao ensino em todos os campos de conhecimentos e níveis de ensino, representando instrumento para que neste se alcance a maior eficiência.

Art. 283 — No campo de ensino de graduação, sempre que possível, se incluirão nos programas de estudos, tópicos que permitam a identificação de estudantes de alto nível mental e com vocação para a investigação científica.

Parágrafo único — Aos estudantes dos cursos de graduação que mostrarem tais aptidões serão proporcionadas bolsas de iniciação científica ou emprêgo de monitor. Neste último caso, observar-se-ão as prescrições vigentes.

Art. 284 — A participação ou execução de projetos de pesquisa, constituirá parte obrigatória nos programas dos cursos para graduados previstos neste Regimento.

Art. 285 — A execução de projetos de investigação para feitura de dissertação, no caso dos cursos de mestrado e de teses nos de doutorado, constituirá parte essencial de pós-graduação.

§ 1º — Os auxiliares de ensino matriculados em curso de pós-graduação poderão ter menor carga horária de trabalho, mas não ficarão dispensados da atividade docente, visando ao aperfeiçoamento de suas aptidões didáticas.

§ 2º — Aos matriculados em cursos de pós-graduação serão proporcionadas bolsas de pesquisa.

Art. 286 — A Universidade, em seus planos de ação anuais, preverá os meios para reforço e expansão das linhas de pesquisa já existentes, a melhoria das incipientes e a sua implantação nos campos de conhecimento onde não existem tais atividades em desenvolvimento.

Art. 287 — Em sua política de pesquisa, a Universidade manterá o necessário equilíbrio entre a pesquisa básica e a aplicada ou tecnológica.

Art. 288 — Terão prioridade na programação das atividades de pesquisa aplicada ou tecnológica, os projetos versando problemas brasileiros específicos, particularmente aqueles de que possam resultar contribuições úteis ao desenvolvimento do país.

Art. 289 — Procurar-se-á incrementar a pesquisa em todos os campos dos conhecimentos, não só quanto às ciências matemáticas e da natureza, mas, ainda, quanto às ciências humanas, à filosofia, à teoria e às técnicas educacionais, e, ao mesmo passo, incentivar a criação artística e literária.

Art. 290 — Aos docentes será assegurada ampla liberdade na escolha dos seus temas de investigação.

Art. 291 — Sem prejuízo dos meios orçamentários regulares atribuídos às Unidades, a Universidade destinará recursos específicos para atender às atividades de ensino para graduados e pesquisa, consoante o previsto no art. 139 do Estatuto.

§ 1º — Esses recursos específicos serão distribuídos sob a forma de auxílios para projetos, elaborados de acordo com normas baixadas pelo CEPEG.

§ 2º — Competirá, também, ao CEPEG além da distribuição dos recursos enumerados no parágrafo anterior a concessão de bolsas.

PARTE VII

TÍTULO ÚNICO

Da Articulação da Universidade com a Comunidade

Art. 292 — Cabe à Universidade, através de seus órgãos próprios:

- I — contribuir para a compensação dos desequilíbrios regionais, colaborando no estudo, equacionamento e solução dos problemas das áreas menos desenvolvidas;
- II — participar na tomada de consciência e na formação e esclarecimento da opinião pública, no processo de desenvolvimento regional e nacional, assessorando, quando solicitada, os órgãos governamentais incumbidos do seu planejamento.

Art. 293 — Para atender a esses princípios, a Universidade promoverá, por seus órgãos próprios:

- I — levantamento sobre mercado de trabalho qualificado;
- II — orientação a seus estudantes na integração de carreiras prioritárias para o desenvolvimento regional e nacional;
- III — assistência técnica, de âmbito local, regional ou nacional, a instituições e órgãos;
- IV — intercâmbio com as instituições econômicas;
- V — comunicação com a comunidade local através dos seus setores de cultura;

- VI — prestação de serviços à comunidade local, regional ou nacional, quando solicitada;
- VII — esclarecimento à opinião pública através de seus cursos de extensão, do equacionamento de seus problemas;
- VIII — desenvolvimento de cursos de atualização;
- IX — orientação da sua pesquisa no sentido da solução dos problemas locais, regionais e nacionais.

PARTE VIII

Das Disposições Gerais

Art. 294 — Este Regimento Geral poderá ser reformado ou emendado:

- I — por motivo de Lei ou de alterações do Estatuto;
- II — por iniciativa:
 - a) do Reitor;
 - b) de um terço (1/3) dos membros do Conselho Universitário ou de um terço (1/3) dos membros de um dos Conselhos de Ensino.

Parágrafo único — A reforma ou emenda proposta nos termos do artigo só se tornará válida depois de aprovada por dois terços dos membros do Conselho Universitário e pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 295 — Qualquer instituição pública ou privada pode colaborar com a Universidade, sob a forma de agregada ou de mandato universitário, na forma de acôrdo aprovado pelo Conselho Universitário e firmado pelo Reitor.

Art. 296 — O Conselho Universitário estabelecerá o quantum do jeton a ser assegurado aos membros dos órgãos colegiados.

Art. 297 — Para terem direito às representações previstas no Estatuto e neste Regimento, as Associações de ex-alunos devem constituir-se como pessoas jurídicas e registrarem seus estatutos na Universidade.

Parágrafo único — O referido registro depende de homologação do Conselho Universitário e, uma vez concedido, só poderá ser cancelado pelo mesmo órgão.

Art. 296 — Como órgão deliberativo sobre planejamento e execução de obras da Cidade Universitária, integra a Universidade a Comissão Supervisora do Planejamento e Execução (CSPE), cujo funcionamento é determinado em Regimento próprio.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º — Fica estabelecido o prazo de 6 (seis) anos, a partir da publicação deste Regimento Geral, para entrar em vigor a exigência do título de mestre, obtido em curso credenciado, para efeito de inscrição em concurso ao provimento de cargo de professor assistente.

Parágrafo único — Durante o transcurso do prazo fixado no artigo, poderão inscrever-se em concurso ao provimento do cargo de professor assistente os graduados no setor correspondente de estudos, que hajam concluído cursos de especialização ou aperfeiçoamento, com preferência, em igualdade de condições, aos que forem auxiliares de ensino ou que já possuam títulos de mestre ou de doutor, em curso credenciado.

Art. 2º — Fica estabelecido o prazo de 7 (sete) anos, a partir da publicação deste Regimento Geral, para entrar em vigor a exigência do título de doutor, obtido em curso credenciado, para efeito de inscrição em concurso ao provimento do cargo de professor adjunto.

Art. 3º — No prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a publicação do Regimento Geral, as unidades e órgãos devem apresentar os seus Regimentos para aprovação.

O Secretário Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro, enviou aos Senhores Conselheiros a seguinte circular:

Circular Urgente n. 80 — Reitoria da UERJ, 11-6-1971

Senhor Professor:

Em cumprimento a decisão do CONSELHO UNIVERSITÁRIO e de ordem do Magnífico-Reitor, estou enviando a Vossa Excelência, para perfeito conhecimento, cópia mimeografada de emendas ao REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE, tendo em vista que o respectivo processo será discutido e se possível votado — dada a urgência requerida — em sessão do CONSELHO UNIVERSITÁRIO, extraordinária, 5ª-feira, 17 de agosto, às 10 horas na Reitoria, Ilha Universitária.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

EMENDAS AO REGIMENTO GERAL

Apresentadas pelos Decanos da Universidade

EMENDA Nº 1 (Substitutiva)

No art. 44, substitua-se o inciso 12, pelo seguinte:

12 — praticar atos de administração de pessoal, inclusive propor admissões e dispensas, remover servidores administrativos de um para outro órgão ou Unidade do mesmo Centro, encaminhando o ato imediatamente ao Sub-Reitor do Pessoal e Serviços Gerais, bem como requisitar docentes ou pessoal administrativo do Centro para servirem, em caráter transitório, na Decania ou em outro órgão da Universidade, sempre que o aumento eventual do trabalho e o interesse geral do Centro aconselharem.

EMENDA Nº 2 (Substitutiva)

No Parte V, Título III, Capítulo V, Artigo 1, substitua-se o Título "De matrícula nos Cursos de Graduação" por:

DA MATRÍCULA E DAS INSCRIÇÕES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

EMENDA Nº 3 (Substitutiva)

Substitua-se os artigos 248, 249, 251, 252, 253, 255, 256 e 257, pelo seguinte:

Art. 248 — Entende-se por matrícula a vinculação do aluno a determinado curso e que lhe atribui o direito de receber o ensino e a obrigação de obedecer à lei e às normas da Universidade.

§ 1º — Matrícula é a renovação da matrícula anteriormente cancelada.

BOLETIM N.º 24 — 17 DE JUNHO DE 1971

§ 2º — A matrícula inicial, quando o aluno ingressa na Universidade, por concurso vestibular, ou por transferência, na forma da lei, ou por convênio internacional, ou de cortesia, nos termos do Art. 250, bem como a rematrícula, terão vigência até o fim do curso, só perdendo os seus efeitos por ato expresse de cancelamento, pela autoridade competente.

Art. 249 — A matrícula será cancelada:

1 — por solicitação do interessado, atendidas as normas da Universidade;

2 — por falta de pagamento da taxa de anuidade;

3 — por ausência total de inscrição em disciplina, em um período letivo;

4 — por motivo de readmissão escolar, na forma da lei;

5 — por motivo disciplinar decorrente de lei ou do Código Disciplinar da Universidade.

Art. 250 — A matrícula e a rematrícula são feitas na Decania do Centro responsável pelo curso e o seu deferimento é da competência do decano.

Art. 251 — Entende-se por inscrição a vinculação do aluno, já matriculado, ao ensino de determinada disciplina.

Parágrafo único — O Regimento de cada Unidade limitará o número mínimo e máximo de disciplinas em que o aluno pode inscrever-se, em cada período.

Art. 252 — As inscrições são feitas por período letivo na Divisão de Registro de Estudantes, da Superintendência Geral de Ensino de Graduação, e com a colaboração da Unidade responsável pelo ensino das disciplinas.

Parágrafo único — Em cada período letivo, a Divisão de Registro de Estudante deverá remeter à Unidades, com a antecedência necessária ao início das aulas, fixado no Calendário Escolar, a lista dos alunos inscritos em disciplinas que as mesmas ensinar, bem como à Decania de cada Centro.

Art. 253 — O portador de diploma de nível universitário poderá matricular-se, sem especificação de curso, para o fim de se inscrever em disciplinas avulsas.

Art. 254 — A taxa de anuidade deverá ser paga no ato de matrícula ou rematrícula e, nos anos subsequentes, no ato de inscrição em disciplinas.

Art. 255 — Os alunos matriculados em curso de licenciatura que alcançaram o período inicial do último ano de estudos deverão inscrever-se nas disciplinas de Complementação Pedagógica, ensinadas na Faculdade de Educação.

§ 1º — O aluno matriculado em curso de licenciatura, inscrito em disciplinas do segundo ciclo e que ainda não houver alcançado o último ano de estudos, poderá inscrever-se, em uma ou mais disciplinas de Complementação Pedagógica, desde que haja compatibilidade de horário com as demais aulas que deverá frequentar.

§ 2º — Nenhum aluno poderá inscrever-se em prática de ensino ou estágio supervisionado, se não houver previamente estudado ou não estiver simultaneamente cursando as demais disciplinas de Complementação Pedagógica.

EMENDA Nº 4 (de redação)

Modifique-se a numeração dos artigos 250 e 254, passando respectivamente a 256 e 257.

Justificação

A experiência prova que as atribuições dadas aos Centros exigem maior autoridade dos seus, em matéria administrativa, no âmbito de sua ação, especialmente no que respecta a pessoal, que consubstancia a Emenda nº 1, consultada somente a Ilustre Sub-Reitora de Pessoal e aos Gerais.

No outro passo, a matrícula por disciplinas e a ação em disciplina ensinada em Unidade não dependem pelo curso, como pressupõe o Regulamento, de difícil e indispensável e fácil distinção entre o que o candidato prefere e a escolha que faz as disciplinas, dentro do curso e em cada período

Por isso, a Emenda nº 3 distingue a matrícula por curso e a inscrição em disciplinas, a primeira sendo até o término do curso, salvo cancelamento, cujos casos são previstos, e a segunda sendo-se por período letivo. A nova nomenclatura define, com clareza, os conceitos, e a inovação evita duplicações inúteis. Recorre-se, a título da Seção de Regulamento, à matéria, em vez de ser "Da matrícula..." a ser redigido: Da matrícula e das inscrições nos cursos de Graduação.

Emenda nº 2 remove a existência da taxa de matrícula, como não poderia deixar de ser, em face da instituição, e que, entretanto, fora omitida no Regulamento.

A Seção que trata de matrícula, existiam, no Regulamento em vigor, 16 artigos. As emendas propostas modificam somente 8, alguns apenas quanto à numeração, e deixam intactos os outros 8. Destes 8, dois terão alterada unicamente a numeração. A do Conselho Universitário 18 de maio de 1971 Decanos: (a) Raul Bittencourt; Paulo Eudélio de Pires e Afonso Henriques de Brito. Serviços sobre "Emendas ao Regulamento de autoria do Decano Prof. Paulo Eudélio de Pires".

Art. 248 sugere duas possibilidades de redação:

"a matrícula em curso"	Sugestões
	"a Universidade, por intermédio de um Centro"
	ou
	"a um curso ou a um ciclo comum de cursos afins"

Observação — Atualmente o aluno que ingressa no curso vestibular e opta curso de Física, por não escolher entre os cursos de Física, Física e Licenciatura em Física após dois anos de curso. Não há vinculação a um curso na matrícula.

Art. 248. § 2º incluir entre as formas de matrícula concedida com inscrição de vestibular, a matrícula pelo CFE e já disciplinada na UPRJ por decisão do CEG.

22

3 — No Art. 249, inciso 4 dizer:

4 — por motivo de rendimento escolar deficiente, na forma da lei;

4 — No Art. 251, parágrafo único

O Regulamento de cada Unidade limitará a inscrição em disciplinas por período fixando o número mínimo e máximo de créditos permitíveis.

5 — No Art. 252 acrescentar

devidamente o plano de estudos proposto pelo aluno ser apreciado por professor orientador.

6 — Convém mudar a redação dos Arts. 259 e 260 em vista de ser mencionada a Unidade como podendo conceder matrícula.

7 — Além da matéria versada há dois assuntos que estão a exigir correção

a) o Art. 183, o item a deveria dizer

alunos regularmente matriculados pertencentes a curso de graduação da Unidade em que se integra o Departamento e inscritos em disciplinas do Departamento;

b) os Arts. 206 e 207 estão a exigir revisão, especialmente em face de que pressupõem o § 3º do Art. 206 e o § 2º do Art. 207, que são muito restritivos para a elaboração de currículos.

EMENDAS DO CEG AO REGULAMENTO GERAL

O Conselho de Ensino de Graduação, tendo em vista a alínea b do item II do art. 224 do Regulamento Geral da Universidade resolve propor à consideração do Conselho Universitário a seguinte emenda ao Regulamento Geral:

Art. 206 —

§ 1º — São matérias obrigatórias:

a) as integrantes do currículo máximo fixado pelo Conselho Federal de Educação;

b) as fixadas pelo Conselho de Coordenação dos Centros para o conjunto de cursos afins tendo em vista não somente os aspectos propedêuticos como a cultura geral de sentido humanista.

§ 2º — (Como está).

§ 3º — Na composição curricular cada grupo de cursos afins terá pelo menos 20 (vinte) créditos em comum no primeiro ciclo.

Art. 207 —

§ 2º — o número de créditos totalizado pelas disciplinas do ciclo básico não deverá ser superior a 70% do total de créditos exigidos para a obtenção do grau.

§ 3º — os currículos, contendo menção às disciplinas ou codificação e seus requisitos, estão submetidos à aprovação do CEG ao qual compete decidir, inclusive, quanto à distribuição das disciplinas pelas Unidades.

ANEXO B – ESTATUTO DA UFRJ

A UFRJ - Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Atualização de 29-08-2013

Título I

DA INSTITUIÇÃO E DOS SEUS FINS

Capítulo I

DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, instituição de ensino, pesquisa e extensão, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, reorganizada pela Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, sob o nome de Universidade do Brasil, à qual foi outorgada autonomia pelo Decreto-lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945, passando a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro pela Lei n.º 4.831, de 5 de novembro de 1965, atualmente constituída de acordo com o Plano de Reestruturação aprovado pelo Decreto n.º 60.455-A, de 13 de março de 1967, é pessoa jurídica de direito público, estruturada na forma de autarquia de natureza especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

Art. 2º A autonomia didático-científica consiste na faculdade de:

- I – estabelecer sua política de ensino e pesquisa, seus planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- II – criar, organizar, modificar e extinguir cursos, observadas a legislação vigente e as exigências do meio social, econômico e cultural;
- III – fixar os currículos dos seus cursos, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- IV – estabelecer o seu regime escolar e didático, nos termos da legislação vigente;
- V – fixar critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos, respeitadas as disposições legais;
- VI – conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias; e
- VII – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didática e científica da universidade, cabe aos colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II – ampliação e diminuição de vagas;
- III – elaboração da programação dos cursos;
- IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V – contratação e dispensa de professores; e
- VI – planos de carreira docente.

Art. 3º A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

- I – elaborar e reformar o próprio Estatuto e o seu Regimento Geral, em consonância com as normas gerais atinentes;
- II – aprovar os Regimentos dos Centros e de suas Unidades;
- III – indicar, em lista tríplice os nomes para Reitor e Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor de Unidade Universitária, destinadas à nomeação de um deles pela autoridade competente, nos termos da legislação vigente;
- IV – dispor, respeitada a legislação específica, sobre o pessoal docente e técnico-administrativo;
- V – admitir pessoal, dentro de suas dotações orçamentárias ou outros recursos, mediante nomeação ou contrato, nos termos da legislação vigente; e
- VI – demitir pessoal, respeitada a legislação vigente.

Art. 4º A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na faculdade de:

- I – administrar seu patrimônio e dele dispor, observada a legislação vigente;
- II – aceitar subvenções, doações e legados, e cooperação financeira proveniente de convênios com entidades públicas ou privadas;
- III – organizar e executar o orçamento de sua receita e despesa, cabendo ao responsável pela aplicação de recursos e prestação de contas;
- IV – administrar os rendimentos próprios; e
- V – contrair empréstimos para construção e aquisição de bens imóveis e para compra e montagem de equipamentos de ensino e de pesquisa.

Parágrafo único. Anualmente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através dos colegiados superiores, deverá elaborar seu orçamento para o ano subsequente, e enviá-lo ao Ministério da Educação, para atender ao disposto no Art. 55 da Lei 9.394/96.

Art. 5º A autonomia disciplinar consiste, principalmente, na faculdade de fixar o regime de sanções aplicáveis aos corpos docente, técnico-administrativo e discente, e de fazê-las impor, obedecidas as prescrições legais e as regras gerais do direito.

Capítulo II

DOS FINS

Seção I

Dos Objetivos Gerais

Art. 6º A Universidade destina-se a completar a educação integral do estudante, à busca e ampliação dos conhecimentos e à preservação e difusão da cultura.

Art. 7º Em cumprimento ao disposto no artigo anterior constituem objetivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

I – a educação em nível superior;

II – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

III – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

IV – o trabalho de pesquisa e investigação científica, filosófica e tecnológica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

V – a criação artística;

VI – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VII – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VIII – estimular o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IX – prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

X – a participação, de caráter formativo e informativo, na opinião pública;

XI - o fortalecimento da paz e da solidariedade universal; e

XII - a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Seção II

Da Educação

Art. 8º A educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro atenderá:

I – ao desenvolvimento integral da pessoa humana e à sua participação na obra do bem comum;

II – ao respeito à dignidade da pessoa humana e às suas liberdades fundamentais;

III – à proscrição do tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religião e por preconceito de classe e de raça;

IV – ao fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; e

V – à preservação e à expansão do patrimônio cultural.

Seção III

Do Ensino

Art. 9º A Universidade Federal do Rio de Janeiro ministrará o ensino, mediante a realização de cursos e de outras atividades curriculares e extracurriculares, compreendidas nas categorias já existentes e nas que vierem a ser criadas pelos Colegiados competentes e aprovadas pelo Conselho Universitário, na forma da legislação vigente.

§ 1º A Universidade Federal do Rio de Janeiro ministrará o ensino fundamental e médio no Colégio de Aplicação, que atuará como campo de estágio para os diversos cursos de ensino superior, em particular, para os cursos de licenciatura e formação de professores.

§ 2º Além das atividades desenvolvidas no Colégio de Aplicação, poderão ser incluídos estudos propedêuticos e de integração humanística, destinados aos alunos de educação básica.

Seção IV

Da Pesquisa

Art. 10 A pesquisa, feita nas Unidades Universitárias, nos Órgãos Suplementares e no Museu Nacional, constituir-se-á em:

I – processo obrigatório na atividade acadêmica, em todas as áreas do conhecimento;

II – meio de:

- a) descobrimento de vocações;
- b) desenvolvimento de faculdades inventivas e criadoras;
- c) aprimoramento de habilidades para o trabalho; e
- d) de formação de novos valores humanos.

III – fator de desenvolvimento econômico e social, e de integração e segurança nacionais.

Art. 11 A Universidade Federal do Rio de Janeiro assegurará ao pessoal docente a liberdade de escolha do objeto de investigação e as condições para sua execução.

Seção V

Da Criação Artística e Literária

Art. 12 No setor das letras e das artes, a Universidade Federal do Rio de Janeiro visará:

I – ao ensino, à pesquisa e à extensão:

- a) da língua nacional, de línguas estrangeiras e de línguas clássicas, e respectivas literaturas; e
- b) das técnicas de expressão literária, plástica, musical, coreográfica, teatral e cinematográfica.

II – ao desenvolvimento das faculdades criadoras do estudante;

III – à integração do pessoal docente e discente da comunidade universitária através da atividade literária e artística;

IV – à articulação com outras instituições de cultura literária e artística;

V – à divulgação das letras e artes, utilizando meios de comunicação próprios ou existentes fora da Universidade;

VI – à participação ativa no desenvolvimento artístico e literário; e

VII – à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Seção VI

Da Difusão da Cultura

Art. 13 A Universidade Federal do Rio de Janeiro promoverá a difusão da cultura através de seus órgãos e de meios próprios de comunicação com o povo, de maneira a atingir os seus objetivos.

Seção VII

Das Atividades Especiais

Art. 14 A Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao lado das atividades gerais de educação, pesquisa, ensino e extensão, criação artística e literária e difusão da cultura, exercerá outras, especiais, tendo em vista a comunidade universitária, a comunidade nacional e a comunidade internacional.

Título II

DA ESTRUTURA

Capítulo I

DO CONJUNTO DE ÓRGÃOS

Art. 15 A Universidade Federal do Rio de Janeiro constitui-se dos seguintes conjuntos de órgãos:

- I – órgãos da Infra-estrutura;
- II – órgãos da Estrutura Média; e
- III – órgãos da Estrutura Superior.

Parágrafo único. Os órgãos colegiados, da Estrutura Superior, dos Centros e das Unidades Universitárias, deverão obedecer ao princípio da gestão democrática, com representação docente de no mínimo 70% (setenta por cento) e a garantia de participação de discentes, técnico-administrativos, antigos alunos e membros da comunidade externa, como previsto na legislação vigente.

Art. 16 A Infra-estrutura é integrada:

- I – pelos órgãos de execução do ensino, da pesquisa e da extensão; e
- II – por órgãos suplementares de natureza técnica, científica e cultural.

Art. 17. A Estrutura Média é constituída por um conjunto de Centros, órgãos de coordenação das atividades universitárias nas suas grandes áreas de ensino, pesquisa e extensão, e pelo Fórum de Ciência e Cultura. (Resolução CONSUNI nº 02/2008).

Art. 17. A Estrutura Média é constituída por um conjunto de Centros, órgãos de coordenação das atividades universitárias nas suas grandes áreas de ensino, pesquisa e extensão, pelo Fórum de Ciência e Cultura e pelo Complexo Hospitalar da UFRJ. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2008).

§ 1º Um Centro Universitário constitui-se de Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares, cujos objetivos de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços abrangem setores afins de conhecimento. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 02/2008).

§ 2º A Estrutura Média poderá incluir a coordenação administrativa e acadêmica de atividades fora da sede, quando localizadas em campi. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 02/2008).

§ 3º A organização administrativa e acadêmica de cada campus fora da sede, a que se refere o parágrafo anterior, será definida em regimento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 02/2008).

§ 4º O Complexo Hospitalar é constituído por todas as Unidades Universitárias ou Órgãos Suplementares que prestam assistência de saúde a pacientes internados e/ou ambulatoriais. Essas Unidades são no presente momento: Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA), Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), Maternidade Escola (ME), Instituto de Ginecologia (IG), Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC), Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), Instituto de Doenças do Tórax (IDT), Instituto do Coração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IC/UFRJ). (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2008).

§ 4º O Complexo Hospitalar é constituído por todas as Unidades Universitárias ou Órgãos Suplementares que prestam assistência de saúde a pacientes internados e/ou ambulatoriais. As Unidades que compõem o Complexo Hospitalar serão objeto de Resolução específica do Conselho Universitário. (Redação dada pela Resolução nº 28/2010)

Art. 18 A Estrutura Superior é constituída dos seguintes órgãos de jurisdição sobre toda a Universidade Federal do Rio de Janeiro:

I – de deliberação:

a) Conselho Universitário;

- b) Conselho de Curadores;
- c) Conselho de Ensino de Graduação; e
- d) Conselho de Ensino para Graduados.

II – de direção:

- a) Reitoria; e
- b) Superintendências Gerais.

III – de coordenação:

- a) Conselho Superior de Coordenação Executiva.

IV – de assessoramento:

- a) Comissão Permanente de Pessoal Docente; e
- b) Comissão Permanente do Pessoal Técnico-Administrativo.

Parágrafo único. As competências e as atribuições dos órgãos enunciados neste artigo serão detalhadas no Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro, obedecidas as disposições deste Estatuto e da legislação em vigor.

Capítulo II

DA INFRA-ESTRUTURA

Seção I

Dos Departamentos

Art. 19 O Departamento, menor fração da estrutura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, compreende disciplinas afins e congrega professores para objetivo comum de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 20 O Departamento é dirigido por um Chefe, designado pelo Diretor da Unidade Universitária, mediante prévia indicação do corpo deliberativo pelo voto da maioria dos presentes, à reunião convocada para este fim, sendo preferido, em caso de empate, o mais antigo na categoria.

§ 1º A Chefia do Departamento, exercida preferentemente em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, caberá a professor de carreira do magistério, que a exercerá pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido, até duas vezes por períodos iguais.

§ 2º Nos casos de impedimento ou inexistência de professor nas condições referidas no parágrafo anterior, a Chefia poderá ser exercida, excepcionalmente, por docente de outra categoria.

Art. 21 O Corpo Deliberativo é composto pelos professores Titulares, professores Adjuntos e professores contratados a esses níveis, além de um representante dos professores Assistentes e contratados no mesmo nível, um representante dos professores Auxiliares, representantes do Corpo Discente, eleitos entre os alunos das disciplinas compreendidas no Departamento, e representantes do Corpo Técnico-administrativo, na forma da legislação vigente.

Art. 21 O Corpo Deliberativo é composto pelos professores Titulares, professores Associados, professores Adjuntos e professores contratados a esses níveis, além de um representante dos professores Assistentes, Auxiliares e contratados nestes mesmos níveis, representantes do Corpo Discente, eleitos entre os alunos das disciplinas compreendidas no Departamento, e representantes do Corpo Técnico-Administrativo, na forma da legislação vigente. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 03/2009).

Seção II

Das Unidades Universitárias

Subseção I

Da Classificação e das Finalidades

Art. 22 As Unidades Universitárias, dotadas de estrutura técnica e administrativa adequada aos seus fins, são de dois tipos:

I – Faculdades ou Escolas; e

II – Institutos.

Art. 23 A Faculdade ou Escola destina-se à formação profissional, à pesquisa e à extensão.

Parágrafo único. São suas finalidades a pesquisa, a extensão e o ensino nos ciclos profissionais de um ou mais cursos e atividades referentes à graduação e pós-graduação, na forma do art. 9º, e demais dispositivos, deste Estatuto.

Art. 24 O Instituto destina-se, primordialmente, à realização da pesquisa básica, à extensão e ao ensino em uma área fundamental do conhecimento.

§ 1º São finalidades do Instituto:

I – o ensino básico para toda a Universidade;

II – a realização de cursos de graduação;

- III – o ensino, em cooperação com Faculdade ou Escola, de disciplina de ciclo profissional;
- IV – a instituição e o desenvolvimento de planos, programas e projetos de pesquisa e de aplicação de conhecimento; e
- V – a assistência técnica a outras unidades e órgãos da Universidade, bem como, mediante convênio ou ajuste, a entidades públicas ou privadas.

Art. 24 O Instituto destina-se, primordialmente, à realização da pesquisa básica, à extensão e ao ensino em uma área fundamental do conhecimento.

§ 1º São finalidades do Instituto:

- I – o ensino básico para toda a Universidade;
- II – a realização de cursos de graduação e de pós-graduação;
- III – o ensino, em cooperação com Faculdade ou Escola, de disciplina de ciclo profissional;
- IV – a instituição e o desenvolvimento de planos, programas e projetos de pesquisa e de aplicação de conhecimento; e
- V – a assistência técnica a outras unidades e órgãos da Universidade, bem como, mediante convênio ou ajuste, a entidades públicas ou privadas.

(Redação dada pela Resolução nº 03/2012 – CONSUNI)

§ 2º Os Institutos Especializados destinam-se, primordialmente, a realizar a pesquisa, a extensão e a ministrar o ensino, em setor restrito de um ciclo profissional. (Revogado pela Resolução nº 03/2012 – CONSUNI)

Subseção II

Da Estrutura Técnica

Art. 25 A Estrutura Técnica da Unidade Universitária é constituída pelos laboratórios que integram os departamentos e pelo conjunto de órgãos e serviços complementares, que apóiam as suas atividades, definidos no Regimento da Unidade.

Art. 26 Quando o volume e os resultados das atividades de natureza técnica o aconselharem, os serviços que as realizem poderão destacar-se como organização de caráter técnico-econômico de prestação de serviços.

Parágrafo único. A organização técnico-econômica prevista neste artigo obedecerá, em sua instituição e Regimento, o disposto no art. 36 e parágrafo único, sendo-lhe vedado o que prevê o art. 37, deste Estatuto.

Subseção III

Da Estrutura Administrativa

Art. 27 A Estrutura Administrativa da Unidade Universitária compreende:

- I – órgão deliberativo;
- II – órgão consultivo;
- III – órgão de direção executiva; e
- IV – órgão de administração.

Da Congregação

Art. 28 O órgão deliberativo da Unidade Universitária, excetuados os Institutos Especializados, é a Congregação.

Parágrafo único. No Instituto Especializado, o seu Regimento definirá a composição e competência do órgão colegiado deliberativo.

Art. 29 A Congregação, presidida pelo Diretor da Unidade, é constituída:

- I – pelo Diretor;
- II – pelo Vice-Diretor;
- III – pelos Professores Titulares e contratados de categoria equivalente, na forma do Regimento da respectiva Unidade;
- IV – por dois representantes dos Professores Adjuntos e contratados de categoria equivalente;
- V – por dois representantes de Professores Assistentes e contratados de categoria equivalente;
- VI – por um representante dos Professores Auxiliares;
- VII – por um representante dos Docentes Livres;
- VIII – pelos professores Eméritos;
- IX – por representantes do Corpo Discente;
- X – por representantes do Corpo Técnico-administrativo;
- XI – por um representante dos ex-alunos;
- XII – pelos professores Chefes de Departamento; e
- XIII – por um representante da comunidade externa.

Art. 29 A Congregação, presidida pelo Diretor da Unidade, é constituída:

- I – pelo Diretor;
- II – pelo Vice-Diretor;
- III – pelos professores Titulares e contratados de categoria equivalente;
- IV – por dois representantes dos professores Associados e contratados de categoria equivalente;
- V – por dois representantes dos professores Adjuntos e contratados de categoria equivalente;

VI – por um representante dos professores Assistentes e professores Auxiliares;

VII – por um representante dos Docentes Livres;

VIII – pelos professores Eméritos;

IX – por representantes do Corpo Discente;

X – por representantes do Corpo Técnico-Administrativo;

XI – por um representante dos ex-alunos;

XII – pelos professores Chefes de Departamento; e

XIII – por um representante da comunidade externa.

(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 03/2009).

§ 1º Os representantes referidos nos incisos IV, V, VI e VII, eleitos pelos seus pares, terão mandato e forma de escolha, definidos no regimento da unidade.

§ 2º O número de representantes dos Corpos Discente e Técnico-administrativo, previstos nos incisos IX e X, será definido pela Congregação, conforme o disposto no parágrafo único do art. 15 deste Estatuto, respeitados os limites da legislação vigente.

§ 3º O representante referido no inciso XI, com mandato definido no regimento da unidade, será indicado por associação de ex-alunos, de organização e funcionamento reconhecidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

§ 4º Para efeito de quorum mínimo não será considerado o número de Professores Eméritos.

§ 5º A Congregação poderá dividir-se em Câmaras, em função de objetivos especiais.

§ 6º O mandato, a forma de escolha dos representantes e os demais dispositivos relativos ao funcionamento da Congregação, constarão do Regimento da Unidade Universitária.

Do Conselho Departamental

Art. 30 O órgão consultivo da Unidade é o Conselho Departamental constituído:

I – pelo Diretor, seu presidente;

II – pelo Vice-Diretor;

III – pelos Diretores Adjuntos, quando previstos no Regimento;

IV – pelos Chefes de Departamento; e

V – por representantes dos Corpos Discente e Técnico-Administrativo, na forma da lei.

Da Diretoria

Art. 31 A Unidade Universitária é dirigida por um Diretor auxiliado, se assim dispuser o seu Regimento, por Diretores Adjuntos.

§ 1º O Diretor exercerá as suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 2º O mandato do Diretor da Unidade é de quatro anos, sendo permitida uma única recondução.

Art. 32 O Diretor e Vice-Diretor são nomeados pelo Reitor dentre os indicados pela Congregação, nos termos da legislação vigente.

Art. 33 O Diretor de Unidade é substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor, com mandato coincidente com o do Diretor.

Parágrafo único. No caso de vacância do cargo de Diretor e se houver decorrido mais de metade do período de seu mandato, o Vice-Diretor completará seu mandato.

Art. 34 Os Diretores Adjuntos são designados pelo Diretor e homologada a sua escolha pela Congregação, de conformidade com o respectivo Regimento.

Parágrafo único. Sempre que a designação de Diretor adjunto recair em Chefe de Departamento, considerar-se-á vaga a respectiva Chefia, que deverá ser preenchida no prazo de 30 (trinta) dias.

Dos Órgãos de Administração

Art. 35 A Unidade Universitária instituirá, para fins administrativos, um sistema de órgãos que exercerão as seguintes funções:

I – representação e relações públicas da Diretoria;

II – secretariado;

III – administração científica e tecnológica;

IV – administração educacional;

V – administração de pessoal;

VI – administração patrimonial e material;

VII – administração financeira;

VIII – comunicações;

IX – arquivos;

X – documentação e informação;

XI – reprodução gráfica;

XII – assistência ao estudante; e

XIII – zeladoria.

§ 1º Duas ou mais das funções enumeradas no caput deste artigo poderão ser exercidas pelo mesmo órgão.

§ 2º As funções podem ser exercidas por órgãos centrais e departamentais, quando necessário.

§ 3º O desempenho das funções referidas nos incisos V, VI, VII, VIII e XII obedecerá à orientação normativa e estará sujeito à fiscalização da administração geral.

Seção III

Dos Órgãos Suplementares

Art. 36 Os Órgãos Suplementares, integrantes da infra-estrutura, compreendem:

I – os Núcleos que, com recursos próprios ou congregando recursos de uma ou mais Unidades Universitárias, se destinam ao desenvolvimento de projetos de programas de pesquisa, de extensão e de treinamento de interesse da Universidade Federal do Rio de Janeiro ou de instituições públicas ou privadas;

II – as Organizações de Prestação de Serviços que, além de colaborarem com as Unidades Universitárias na execução do ensino, da pesquisa e da extensão, visam ao atendimento de problemas da comunidade; e

III – os Institutos Especializados.

Parágrafo único. Os Órgãos Suplementares serão instituídos em caráter permanente ou temporário, pelo Conselho Universitário, por iniciativa do Reitor ou dos Conselhos de Coordenação dos Centros Universitários.

Art. 37 Aos Institutos Especializados, respeitados a legislação e este Estatuto, cabe:

I – elaborar o seu Regimento a ser submetido à aprovação do Conselho Universitário;

II – cooperar no regime de graduação, na forma que dispuserem os Regimentos;

III – promover, de iniciativa própria, ensino para graduados, pesquisa e extensão;

IV – prestar serviços; e

V – estabelecer acordos e convênios com instituições nacionais ou estrangeiras, no campo de sua competência.

Art. 37 Aos Institutos Especializados, respeitados a legislação e este Estatuto, cabe:

I – elaborar o seu Regimento a ser submetido à aprovação do Conselho Universitário;

II – realizar ou cooperar nos cursos de graduação, na forma que dispuserem os Regimentos;

III – promover, de iniciativa própria, ensino para graduados, pesquisa e extensão;

IV – prestar serviços; e

V – estabelecer acordos e convênios com instituições nacionais ou estrangeiras, no campo de sua competência.

(Redação dada pela Resolução nº 03/2012 – CONSUNI)

Parágrafo único. Os Institutos Especializados ficarão subordinados à direção do Centro Universitário em que se integram e terão representação no respectivo Conselho de Coordenação.

Art. 38 Os Regimentos dos Órgãos Suplementares a que se referem incisos I e II do art. 36 serão elaborados pelo Conselho de Coordenação dos respectivos Centros Universitários e serão submetidos à aprovação do Conselho Universitário.

Parágrafo único. As estruturas administrativas dos Núcleos e das Organizações de Prestação de Serviços serão estabelecidas nos seus Regimentos.

Capítulo III

DA ESTRUTURA MÉDIA

Seção I

Dos Centros Universitários

Subseção I

Da Constituição e das Finalidades

Art. 39 Os Centros Universitários, com a constituição fixada no parágrafo único do artigo 17, têm por finalidade:

I – facilitar a coordenação e integração do ensino, da pesquisa e da extensão, em cada área do conhecimento; e,

II – a articulação das Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares com a Estrutura Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 40 O Centro Universitário, além das Unidades Universitárias e dos Órgãos Suplementares, conterà:

I – Escritório de Planejamento;

II – Câmara de Estudos Brasileiros; e

III – Órgãos de Administração Central.

Art. 41 O Escritório de Planejamento tem por fim, no âmbito do Centro:

I – proceder ao levantamento das demandas de profissionais pesquisadores e docentes, impostas pela necessidade do meio social;

II – promover, conduzir e coordenar as atividades de planejamento setorial do ensino, da pesquisa e da extensão;

III – realizar estudos que sirvam à definição dos objetivos dos cursos e seu desenvolvimento;

e

IV – prestar assistência aos órgãos superiores da Universidade nos problemas de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 42 A Câmara de Estudos Brasileiros, órgão de colaboração com o Fórum de Ciência e Cultura, tem por fim:

I – promover e coordenar pesquisas, estudos e debates de problemas brasileiros de forma a contribuir para que a Universidade Federal do Rio de Janeiro corresponda aos objetivos mencionados no artigo 7º, deste Estatuto;

II – consolidar as contribuições para o progresso do conhecimento, resultantes de estudos realizados no âmbito do Centro Universitário; e

III – manter um serviço de documentação e informação bibliográfica.

Art. 43 O Regimento do Centro, elaborado segundo o artigo 47, deste Estatuto, disporá sobre os órgãos de administração necessários ao exercício de suas atribuições.

Subseção II

Da Coordenação e da Direção

Art. 44 O Centro Universitário é dirigido por um Decano, escolhido pelo Conselho de Coordenação, preferentemente, entre os Professores Titulares das Unidades Universitárias integrantes do Centro e nomeado pelo Reitor, com mandato improrrogável de 4 (quatro) anos.

§ 1º O Decano indicará, com a homologação do Conselho de Coordenação do Centro, um membro do corpo docente, preferentemente Professor Titular, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

§ 2º Sempre que a nomeação do Decano recair em Diretor de Unidade, considerar-se-á vaga a respectiva Diretoria.

Art. 45 O Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Regimento do Centro Universitário disporão sobre as competências e as atribuições do Decano.

Art. 46 As atividades do Centro Universitário são coordenadas por um Conselho de Coordenação, de composição fixada pelo Conselho Universitário, atendidas as suas peculiaridades, observado o disposto no parágrafo único do art. 15, deste Estatuto.

Art. 47 O Regimento do Centro Universitário é elaborado pelo Conselho de Coordenação e aprovado pelo Conselho Universitário.

Subseção III

Dos Centros e das Unidades que os Integram

Art. 48 Os Centros Universitários são os seguintes:

- I – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza;
- II – Centro de Letras e Artes;
- III – Centro de Filosofia e Ciências Humanas;
- IV – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas;
- V – Centro de Ciências da Saúde; e
- VI – Centro de Tecnologia.

Art. 49 O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza constitui-se das seguintes Unidades Universitárias:

- I – Instituto de Matemática;
- II – Instituto de Física;
- III – Instituto de Química;
- IV – Instituto de Geociências; e
- V – Observatório do Valongo.

Parágrafo único. Integram, ainda, o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, os seguintes Órgãos Suplementares:

- I – Núcleo de Computação Eletrônica; e
- I – Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais; e
(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 25/2010)
- II – Instituto de Estatística.

Art. 50 O Centro de Letras e Artes constitui-se das seguintes Unidades Universitárias:

- I – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;
- II – Escola de Belas Artes;
- III – Escola de Música; e
- IV – Faculdade de Letras.

Parágrafo único. Integra, ainda, o Centro de Letras e Artes, o seguinte Órgão Suplementar:

- I – Núcleo de Pesquisa Habitacional.

Art. 51 O Centro de Filosofia e Ciências Humanas constitui-se das seguintes Unidades Universitárias:

- I – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais;
- II – Instituto de Psicologia;
- III – Escola de Comunicação;
- IV – Faculdade de Educação; e
- V – Escola de Serviço Social.

Art. 51 O Centro de Filosofia e Ciências Humanas constitui-se das seguintes Unidades Universitárias:

I – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais;

II – Instituto de Psicologia;

III – Escola de Comunicação;

IV – Faculdade de Educação;

V – Escola de Serviço Social; e

VI – Instituto de História.

(Redação dada pela Resolução nº 27/2010)

Parágrafo único. Integra, ainda, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como Órgão Suplementar:

I – Colégio de Aplicação; e

II – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos

II – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida.

(Redação dada pela Resolução nº 04/2010)

Parágrafo único. Integram, ainda, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como Órgãos Suplementares:

I – Colégio de Aplicação;

II – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida;
e

III – Escola de Educação Infantil.

(Redação dada pela Resolução nº 09/2013)

Art. 52 O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas constitui-se das seguintes Unidades Universitárias:

I – Faculdade de Direito;

II – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis; e

III – Instituto de Economia.

Parágrafo único. Integram, ainda, o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, os seguintes Órgãos Suplementares:

I – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional;

II – Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração; e

III – Núcleo de Estudos Internacionais.

Art. 53 O Centro de Ciências da Saúde constitui-se das seguintes Unidades Universitárias:

I – Faculdade de Medicina;

- II – Faculdade de Odontologia;
- III – Faculdade de Farmácia;
- IV – Escola de Enfermagem Anna Nery;
- V – Instituto de Ciências Biomédicas;
- VI – Instituto de Microbiologia Paulo de Góes;
- VII – Instituto de Nutrição Josué de Castro;
- VIII – Escola de Educação Física e Desportos;
- IX – Instituto de Biologia; e
- X – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva.

§ 1º Integram, no plano pedagógico, a estrutura departamental da Faculdade de Medicina, os seguintes Órgãos Suplementares, do Centro de Ciências da Saúde:

- I – o Instituto de Ginecologia;
- II – o Instituto de Neurologia Deolindo Couto;
- III – o Instituto Psiquiatria;
- IV – o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira;
- V – o Instituto de Doenças do Tórax; e
- VI – o Instituto do Coração.

§ 2º Integra, no plano pedagógico, a estrutura departamental do Instituto de Ciências Biomédicas, o seguinte Órgão Suplementar, do Centro de Ciências da Saúde:

- I – o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho; e
- II – o Instituto de Bioquímica Médica.

§ 2º Integra, no plano pedagógico, a estrutura do Instituto de Ciências Biomédicas, o seguinte Órgão Suplementar do Centro de Ciências da Saúde:

- I – o Instituto de Bioquímica Médica.

(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 04/2009)

(Revogado pela Resolução nº 04/2012 – CONSUNI)

§ 3º Integram, ainda, o Centro de Ciências da Saúde como Órgãos Suplementares:

- I – o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde;
- II – o Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais;
- III – o Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé;
- IV – o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho;
- V – a Maternidade Escola;
- VI – Os Hospitais Escolares; e
- VII – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.

(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 04/2009)

§ 3º Integram, ainda, o Centro de Ciências da Saúde como Órgãos Suplementares:

- I – o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde;
- II – o Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais;
- III – o Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé;
- IV – o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho;
- V – a Maternidade Escola;
- VI – Os Hospitais Escolares;
- VII – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho; e
- VIII – Instituto de Bioquímica Médica.

(Redação dada pela Resolução nº 04/2012 – CONSUNI)

§ 3º Integram, ainda, o Centro de Ciências da Saúde como Órgãos Suplementares:

- I – o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde;
- II – o Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais Walter Mors;
- III – o Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé;
- IV – o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho;
- V – a Maternidade Escola;
- VI – o Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis;
- VII – o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho;
- VIII – o Instituto de Bioquímica Médica; e
- IX – o Núcleo de Biologia Estrutural e Bioimagem.

(Redação dada pela Resolução nº 03/2013 – CONSUNI)

Art. 54 O Centro de Tecnologia constitui-se das seguintes Unidades Universitárias:

- I – Escola Politécnica; e
- II – Escola de Química.

Parágrafo único. Integram, ainda, o Centro de Tecnologia, os seguintes Órgãos Suplementares:

- I – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia; e
- II – Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano.

Parágrafo único. Integram, ainda, o Centro de Tecnologia, os seguintes Órgãos Suplementares:

- I – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia;
- II – Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano; e
- III – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social.

(Redação dada pela Resolução nº 03/2013 – CONSUNI)

Seção II

Do Fórum de Ciência e Cultura

Art. 55 Com a categoria de Centro Universitário, fica instituído o Fórum de Ciência e Cultura, composto pelos seguintes órgãos:

- I – Conselho Diretor;
- II – Colégio Brasileiro de Altos Estudos;
- III – Órgãos destinados à difusão científica e cultural; e
- IV – Museu Nacional.

Parágrafo único. O Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro disporá sobre a organização e funcionamento do Fórum de Ciência e Cultura.

Art. 56 O Fórum de Ciência e Cultura é presidido pelo Reitor ou, por sua delegação, pelo Vice-Reitor.

Parágrafo único. O Presidente do Fórum de Ciência e Cultura é auxiliado por um coordenador de sua livre escolha.

Art. 57 O Conselho Diretor, órgão de coordenação das atividades do Fórum de Ciência e Cultura, compõe-se dos seguintes membros:

- I – Reitor ou Vice-Reitor, nos termos do art. 56, deste Estatuto;
- II – Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura;
- III – Diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos;
- IV – Decanos dos Centros Universitários;
- V – Diretor do Museu Nacional;
- VI – 1 (um) representante do Corpo Discente;
- VII – 1 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo;
- VIII – 1 (um) representante dos Antigos Alunos; e
- IX – 3 (três) representantes de organizações públicas ou privadas, convidados pelo Reitor.

Parágrafo único. Os representantes dos corpos discente e técnico-administrativo e dos antigos alunos serão escolhidos por seus pares na forma do Regimento Geral.

Art. 58 O Colégio Brasileiro de Altos Estudos, órgão de integração interna e externa da UFRJ, tem por função estimular, promover e difundir pesquisas interdisciplinares de ponta, em grandes áreas de conhecimento, sendo para isso estruturado nos seguintes núcleos:

- I – Brasil;

II – Mundo;

III – Ciências; e

IV – Humanidades.

Art. 59 As atividades do Colégio Brasileiro de Altos Estudos são coordenadas pelo seu Conselho Deliberativo, presidido pelo Reitor da UFRJ, cuja composição será estabelecida pelo seu Regimento.

Art. 60 Os Órgãos destinados à difusão científica e cultural abrangem:

I – Serviço Técnico de Comunicação;

II – Serviço de Documentação e Informação;

III – Editora da Universidade; e

IV – Auditorium.

Parágrafo único. No Serviço de Documentação e Informação inclui-se a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 61 Os órgãos destinados à difusão científica e cultural são subordinados a uma Superintendência de Difusão Cultural.

Parágrafo único. A Superintendência de Difusão Cultural é dirigida por um Superintendente escolhido e nomeado pelo Reitor e subordinado ao Coordenador do Fórum.

Art. 62 O Museu Nacional, instituição nacional destinada à pesquisa, ao ensino, à extensão e à preservação de material de interesse das Ciências Naturais e Antropológicas, tem estrutura técnica e administrativa definida em Regimento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário.

Art. 63 O Diretor do Museu Nacional é nomeado pelo Reitor na forma do art.32 deste Estatuto.

§ 1º O mandato do Diretor do Museu Nacional é de 4 (quatro) anos, é improrrogável, permitida uma única recondução.

§ 2º O Diretor do Museu Nacional é diretamente subordinado ao Presidente do Fórum de Ciência e Cultura.

Seção III

Dos Campi com Atividades Fora da Sede

Art. 63A. Fica instituído o Campus de Macaé, integrando as atividades da Universidade Federal do Rio de Janeiro na Região dos Lagos e na Região do Norte Fluminense. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 02/2008).

Capítulo IV

DA ESTRUTURA SUPERIOR

Seção I

Dos Órgãos de Deliberação Superior

Subseção I

Do Conselho Universitário

Art. 64. O Conselho Universitário, órgão deliberativo máximo da Estrutura Superior, é composto dos seguintes membros:

I – Reitor, seu presidente;

II – Vice-Reitor;

III – os 5 (cinco) Pró-Reitores das áreas de:

III – os 6 (seis) Pró-Reitores das áreas de: (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

a) Graduação;

b) Pós-Graduação e Pesquisa;

c) Planejamento e Desenvolvimento;

c) c) Planejamento, Desenvolvimento e Finanças: (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

d) Pessoal; e

e) Extensão; e

f) Gestão e Governança. (Incluído pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

IV – os Decanos dos Centros Universitários;

V – 2 (dois) representantes dos Professores do Fórum de Ciência e Cultura;

VI – 2 (dois) Professores Titulares, por Centro Universitário;

VII – 1 (um) Professor Adjunto, por Centro Universitário;

VII – 1 (um) Professor Associado, por Centro Universitário; (Redação dada pela Resolução CONSUNI Nº 03/2009)

VIII – 1 (um) Professor Adjunto, com título de doutor, por Centro Universitário;

VIII – 1 (um) Professor Adjunto, por Centro Universitário; (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 03/2009)

IX – 1 (um) representante dos Professores Assistentes;

X – 1 (um) representante dos Professores de Ensino Fundamental e Médio;

X – 1 (um) representante dos Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 14/2009)

XI – 1 (um) representante dos Professores Eméritos;

XII – 5 (cinco) representantes dos Servidores Técnico-Administrativos;

XIII – 5 (cinco) representantes do Corpo Docente;

XIV – 1 (um) representante dos Antigos Alunos de Unidades Acadêmicas;

XV – 1 (um) representante do Governo Municipal; e

XVI – 1 (um) representante do Governo Estadual.

§ 1º Os Pró-Reitores, a que se referem as alíneas a, b, e e do inciso III deste artigo, deverão pertencer à carreira do Magistério Superior.

§ 2º Um dos representantes do Fórum de Ciência e Cultura, a que se refere o inciso V deste artigo, é indicado pelo seu Conselho Diretor e o outro pela Congregação do Museu Nacional.

§ 3º Os representantes referidos nos incisos VI, VII e VIII deste artigo serão eleitos pelos seus pares em eleição convocada e coordenada pelas respectivas Decanias.

§ 4º O representante dos Professores Assistentes, a que se refere o inciso IX deste artigo, será escolhido pelos respectivos pares, em eleição convocada e supervisionada pela Reitoria.

§ 5º O representante dos Professores de Ensino Fundamental e Médio, a que se refere o inciso X deste artigo, será eleito pelos respectivos pares, em eleição convocada e coordenada pela Direção do Colégio de Aplicação.

§ 5º O representante dos Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a que se refere o inciso X deste artigo, será eleito pelos respectivos pares, em eleição convocada e coordenada pela Direção do Colégio de Aplicação. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 14/2009)

§ 6º O representante dos Professores Eméritos, a que se refere o inciso XI deste artigo, será escolhido pelos respectivos pares, em processo convocado e supervisionado pela Reitoria.

§ 7º Os representantes a que se refere o inciso XII deste artigo serão escolhidos pelos seus pares, segundo processo convocado e supervisionado pela Reitoria e organizado pela entidade representativa.

§ 8º Os representantes do Corpo Docente, previstos no inciso XIII deste artigo, serão escolhidos pelos seus pares, na forma da lei específica, em processo organizado pelas respectivas entidades representativas.

§ 9º Cada Associação de Antigos Alunos de Unidade Acadêmica, efetivamente credenciada pelo Conselho Universitário, indicará 2 (dois) delegados que, reunidos em assembléia

convocada e presidida pelo Reitor, elegerão o representante previsto no inciso XIV deste artigo.

§ 10. (REVOGADO).

§ 11. Os representantes previstos nos incisos XV e XVI deste artigo serão indicados pelo prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

§ 12. Quando o Conselho Universitário tratar de assunto peculiar a uma Unidade Universitária ou Órgão Suplementar, poderá ser permitido ao respectivo diretor participar de sua discussão.

§ 13. Quando a escolha de Vice-Reitor, de Pró-Reitor ou de Decano incidir em professor representante de Centro, a representação do Centro caberá ao suplente.

Art. 65 O comparecimento dos membros do Conselho Universitário às sessões devidamente convocadas, ressalvado o motivo justificado, é obrigatório e prefere a qualquer atividade da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O membro do Conselho, que dele não for componente nato, perde o mandato se faltar, sem motivo justificado, a 6 (seis) sessões ordinárias consecutivas.

Subseção II

Do Conselho de Curadores

Art. 66 O Conselho de Curadores, órgão deliberativo para assuntos de patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é composto dos seguintes membros:

I – o Reitor, seu presidente;

II – representante do Conselho Universitário;

III – representante do Ministério da Educação;

IV – representante dos antigos alunos; e

V – representante da comunidade, escolhido, de preferência, entre as pessoas físicas e jurídicas que tenham feito doações ou prestado serviços à Universidade.

§ 1º O representante a que se refere o inciso II deste artigo é escolhido em eleição realizada pelo Conselho Universitário.

§ 2º Para efeito do inciso IV deste artigo, cada associação de antigos alunos indica 2 (dois) delegados, que reunidos em assembléia, convocada e presidida pelo Reitor, elegerão o seu representante.

§ 3º O representante a que se refere o inciso V deste artigo é indicado por cotações das pessoas físicas e jurídicas, escolhidas pelo Conselho Universitário sob o critério do mérito das

doações ou serviços e que, para esse fim, especialmente convocadas pelo Reitor, se reunirão sob a presidência deste.

§ 4º Excetuado o Reitor, não poderá integrar o Conselho de Curadores quem exerce cargo de direção na Universidade.

Subseção III

Do Conselho de Ensino de Graduação

Art. 67 O Conselho de Ensino de Graduação, órgão deliberativo em matéria didática e pedagógica, é integrado:

I – pelo Pró-Reitor da área respectiva, membro nato e presidente;

II – por 2 (dois) docentes por Centro Universitário, indicados pelo Conselho de Coordenação, na forma do seu regimento; e

III – demais representantes definidos pelo parágrafo único do artigo 15 deste Estatuto.

§ 1º O mandato dos representantes de Centro previstos no inciso II deste artigo é de 3 (três) anos, e o dos representantes estudantis de 1 (um) ano permitida uma única recondução.

§ 2º O conselho previsto no caput deste artigo se renova, anualmente, por um terço.

Subseção IV

Do Conselho de Ensino para Graduados

Art. 68 O Conselho de Ensino para Graduados, órgão deliberativo na orientação da pesquisa e em matéria pedagógica e didática para graduados, é integrado:

I – pelo Pró-Reitor da área respectiva, membro nato e presidente;

II – por 2 (dois) representantes docentes de cada Centro Universitário;

III – por 2 (dois) representantes docentes do Fórum de Ciência e Cultura; e

IV – demais representantes definidos no parágrafo único do artigo 15, deste Estatuto.

§ 1º Os representantes dos Centros Universitários são indicados pelo Conselho de Coordenação de cada Centro, e os representantes do Fórum de Ciência e Cultura, um é escolhido pela Congregação do Museu Nacional e outro pelo Conselho Diretor do Fórum de Ciência e Cultura.

§ 2º O mandato dos membros é de três anos, salvo o do representante dos estudantes que será de 1 (um) ano permitida uma única recondução.

§ 3º O Conselho previsto no caput deste artigo se renova, anualmente, por um terço.

Seção II

Dos Órgãos de Direção

Subseção I

Da Reitoria

Art. 69. A Universidade é dirigida pelo Reitor, auxiliado por um Vice-Reitor e cinco Pró-Reitores.

Art. 69. A Universidade é dirigida pelo Reitor, auxiliado por um Vice-Reitor e seis Pró-Reitores. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, o Reitor contará, ainda, com a assistência imediata dos órgãos a seguir enumerados que, em conjunto, constituem a Reitoria:

I – Secretaria Geral;

II – Serviço Jurídico, contendo a consultoria e procuradoria jurídicas; e

III – Serviço de Representação e Relações Públicas;

Art. 70 O Reitor e o Vice-Reitor, nomeados pelo Presidente da República, que os escolherá em listas tríplices, exercerão seus cargos por 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução, nos termos da legislação vigente.

§ 1º As listas de que trata o caput deste artigo são elaboradas, na forma da legislação vigente, em reunião conjunta:

I – do Conselho Universitário;

II – do Conselho de Ensino de Graduação;

III – do Conselho de Ensino para Graduados; e

IV – do Conselho de Curadores.

§ 2º O Reitor exercerá o seu cargo, obrigatoriamente, sob o regime de dedicação exclusiva.

§ 3º Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor, preferencialmente dentre os Professores Titulares, depois de aprovada a indicação pelo Conselho Universitário.

§ 4º O cargo de Pró-Reitor não pode ser exercido cumulativamente com outro de direção.

§ 5º O Decano ou Diretor de Unidade, quando escolhido para Pró-Reitor, não perde o cargo de direção, do qual deve se licenciar.

Art. 71. O Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-Reitores não podem afastar-se de suas funções por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, a não ser por motivo de interesse da Universidade ou razão de força maior, a critério do Conselho Universitário.

Parágrafo único. O afastamento do Reitor, do Vice-Reitor e dos Pró-Reitores por mais de 30 (trinta) dias depende de autorização do Conselho Universitário.

Art. 72. Em caso de falta ou impedimento temporário ou eventual, o Reitor será substituído pelo Vice-Reitor, ou, na ausência deste, pelo Pró-Reitor mais antigo na classe de maior nível de magistério, a não ser que tenha havido designação prévia de um deles, pelo Reitor.

Parágrafo único. Em caso de falta ou impedimento, o Pró-Reitor será substituído pelo Decano de Centro Universitário, designado pelo Reitor.

Art. 73. É vedado o afastamento, no período escolar, do Pró-Reitor por mais de duas vezes e de mais de dois Pró-Reitores simultaneamente.

Art. 74. Em caso de vacância, o cargo do Reitor será exercido pelo Vice-Reitor, e o de Vice-Reitor, por um Pró-Reitor designado pelo Reitor, num ou noutro caso, até a posse do novo titular regularmente provido.

Subseção II

Dos Órgãos de Execução

Art. 75. As funções executivas referentes às áreas gerais referidas no artigo 90 são exercidas por 6 (seis) Superintendências Gerais:

- I – Superintendência Geral de Graduação;
- II – Superintendência Geral de Pós-Graduação e Pesquisa;
- III – Superintendência Geral de Planejamento e Desenvolvimento;
- IV – Superintendência Geral de Pessoal;
- V – Superintendência Geral de Extensão; e
- VI – Superintendência de Administração e Finanças.

Art. 75. As funções executivas referentes às áreas gerais referidas no artigo 90 são exercidas por 11 (onze) Superintendências Gerais:

- I – Superintendência Geral de Graduação;
- II – Superintendência Geral de Pós-Graduação e Pesquisa;
- III – Superintendência Geral de Planejamento e Desenvolvimento;
- IV – Superintendência Geral de Finanças;
- V – Superintendência Geral de Pessoal;
- VI – Superintendência Geral de Extensão;
- VII – Superintendência Geral de Gestão e Controle;
- VIII – Superintendência Geral de Governança;

IX – Superintendência Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação Gerencial;

X – Superintendência Geral de Políticas Estudantis; e

XI – Superintendência Geral de Atividades Fora da Sede.

(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

§ 1º As Superintendências Gerais atuarão nas áreas respectivas, na categoria de órgãos de execução e de assessoramento superior, com estrutura e funções fixadas no Regimento Geral da Universidade.

§ 2º As Superintendências Gerais supervisionarão as dos Centros Universitários, denominadas Superintendências Centrais.

§ 3º Os órgãos administrativos das Unidades se coordenam com a Superintendência Central correspondente a área de atividade de sua competência.

§ 4º As Superintendências Gerais são dirigidas por Superintendentes Gerais, nomeados pelo Reitor, mediante indicação do Pró-Reitor da área respectiva, a quem ficarão subordinados.

Art. 76 As obras da Cidade Universitária serão projetadas e executadas através do Escritório Técnico da Universidade, de organização e atribuições definidas no Regimento Geral da Universidade.

Art. 77 Os campi universitários são administrados por uma Prefeitura, de organização e atribuições definidas no Regimento Geral da Universidade.

Parágrafo único. A Prefeitura é dirigida por um Prefeito, cuja nomeação pelo Reitor dependerá de homologação do Conselho Universitário.

Seção III

Do Órgão de Coordenação

Subseção Única

Do Conselho Superior de Coordenação Executiva

Art. 78. O Conselho Superior de Coordenação Executiva compõem-se dos seguintes membros:

I – Reitor;

II – Vice-Reitor;

III – Pró-Reitores;

IV – Decanos dos Centros Universitários;

V – Diretor do Escritório Técnico; e

VI – Prefeito da Universidade.

Seção IV

Dos Órgãos de Assessoramento

Subseção Única

Das Comissões Permanentes de Pessoal Docente e de Pessoal Técnico-administrativo

Art. 79 As Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPD) e de Pessoal Técnico-administrativo (CPPTA), com atribuições previstas em lei, serão compostas da seguinte forma:

I - Comissão Permanente de Pessoal Docente:

- a) um Professor Titular;
- b) um Professor Adjunto;
- c) um Professor Assistente;
- d) um Professor Auxiliar;
- e) um Professor de ensino fundamental e médio, Titular, Nível E;
- f) um Professor do Fórum de Ciência e Cultura, escolhido entre os Titulares e Adjuntos;
- g) um Professor por Centro Universitário, escolhido entre os Titulares e Adjuntos;
- h) um representante dos alunos de graduação; e
- i) um representante dos alunos de pós-graduação.

I - Comissão Permanente de Pessoal Docente:

- a) um Professor Titular;
- b) um Professor Associado;
- c) um Professor Adjunto;
- d) um Professor Assistente ou Auxiliar;
- e) um Professor de ensino fundamental e médio;
- e) um Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 14/2009)
- f) um Professor do Fórum de Ciência e Cultura, escolhido entre os Titulares, Associados e Adjuntos;
- g) um Professor por Centro Universitário, escolhido entre os Titulares, Associados e Adjuntos;

- h) um representante dos alunos de graduação; e
- i) um representante dos alunos de pós-graduação.

(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 03/2009)

II - Comissão Permanente do Pessoal Técnico-administrativo é composta por três representantes de cada um dos seguintes grupos ocupacionais:

- a) Nível de Apoio;
- b) Nível Intermediário; e
- c) Nível Superior.

Parágrafo único. As normas para escolha dos representantes das duas comissões serão fixadas pelo Conselho Universitário.

Art. 80 Os serviços dos membros da CPPD e CPPTA não serão remunerados, mas considerados de natureza relevante.

Título III

DO CORPO SOCIAL

Capítulo I

DA COMPOSIÇÃO

Seção I

Da Enumeração

Art. 81 O Corpo Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formando uma comunidade para fins universitários, compreende:

- I – Corpo Docente;
- II – Corpo Técnico-administrativo; e
- III – Corpo Discente.

Seção II

Do Corpo Docente

Art. 82 O Corpo Docente da Universidade é constituído pelo pessoal de nível superior, com pelo menos 1/3 (um terço) com titulação de Mestrado ou Doutorado, que nela exerça atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º No mínimo, 1/3 (um terço) do Corpo Docente exercerá suas atividades em regime de tempo integral.

§ 2º O acesso à carreira docente far-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos, na forma da legislação vigente.

Art. 83 A administração do pessoal docente obedecerá à legislação específica e à que for aplicável subsidiariamente, inclusive às disposições deste Estatuto, do Regimento Geral da Universidade, dos Regimentos das Unidades e das resoluções do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores, desde que tais disposições não contrariem as leis ou regulamentos, vigentes.

Parágrafo único. O professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas de aula por semana, a ser regulada pelos conselhos de ensino e pesquisa.

Seção III

Do Corpo Técnico-administrativo

Art. 84 O Corpo Técnico-administrativo é constituído:

I – do pessoal de nível superior não pertencente ao corpo de magistério;

II – do pessoal de nível técnico;

III – de profissionais de qualificação adequada ao desempenho de cargos e funções inerentes aos sistemas de administração da Universidade;

IV – dos artífices e operários qualificados, com habilitações adequadas às atividades que lhe forem atribuídas; e

V – de pessoal do setor de serviços.

Seção IV

Do Corpo Discente

Art. 85 O Corpo Discente da Universidade constitui-se de duas categorias de alunos:

I – os de curso de graduação; e

II – os dos demais cursos.

§ 1º Os fins e regimes de atividades que caracterizam cada uma das duas categorias são os definidos neste Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos das Unidades.

§ 2º O Regime disciplinar será o mesmo para os alunos de todas as categorias.

Art. 86 Ao Corpo Discente fica garantida a organização estudantil, na forma da lei.

Art. 87 A representação do Corpo Discente nos órgãos colegiados da Universidade Federal do Rio de Janeiro far-se-á na forma da lei.

Capítulo II

DOS DIREITOS E DOS DEVERES

Seção I

Da Enumeração

Art. 88 Aos membros do corpo social assistem os seguintes direitos, além daqueles assegurados por legislação vigente:

- I – dispor dos elementos necessários à execução das suas atribuições;
- II – participar dos órgãos colegiados da Universidade Federal do Rio de Janeiro ou neles fazer-se representar na forma disposta neste Estatuto e nos regimentos que dispuserem sobre a matéria;
- III – não sofrer punição a não ser por falta devidamente verificada;
- IV – recorrer à instância superior no âmbito universitário de ordem ou penalidade, emanada de autoridade universitária, que considere ilegal ou injusta; e
- V – receber os prêmios e dignidades universitárias a que façam jus na forma deste Estatuto, do Regimento Geral e dos Regimentos dos Centros, das Unidades Universitárias e dos Órgãos Suplementares.

Seção II

Dos deveres

Art. 89 Constituem deveres dos membros do Corpo Social:

- I – a fiel observância da Lei, do Estatuto e dos Regimentos;
- II – a urbanidade no procedimento; e
- III – o resguardo do prestígio e bom nome da Instituição.

§ 1º Cabe ao Corpo Docente, em particular, contribuir para ampliação, difusão e transmissão do saber, a formação integral da personalidade e a autenticidade democrática da vida universitária.

§ 2º O Código Disciplinar enumerará as sanções a serem aplicadas nos casos de inobservância dos deveres referidos neste artigo.

Título IV DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS

Capítulo I DAS ÁREAS DE ATIVIDADE

Seção I Da Enumeração

Art. 90. As atividades da Universidade abrangem 6 (seis) áreas gerais:

I – Graduação;

II – Pós-Graduação e Pesquisa;

III – Planejamento e Desenvolvimento;

III – Planejamento, Desenvolvimento e Finanças; (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

IV – Pessoal;

V – Extensão; e

VI – Administração e Finanças.

VI – Gestão e Governança. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

§ 1º Cada área geral de atividade, subordinada a um Pró-Reitor, se compõe de conformidade com assunto específico e critérios aprovados pelo Conselho Universitário e se divide segundo as necessidades da execução.

§ 1º As áreas gerais de atividades, subordinadas aos respectivos Pró-Reitores, se compõem de conformidade com assunto específico e critérios aprovados pelo Conselho Universitário e se dividem segundo as necessidades da execução. (Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

§ 2º Na área correspondente aos incisos I e II, deste artigo, cabe aos Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados, respectivamente, o encargo de supervisionar e coordenar os respectivos planos de atividades.

Seção II Da Área de Graduação

Art. 91. A Área de Graduação abrange as atividades de:

- I – coordenação dos cursos de graduação e de supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias;
- II – supervisão das atividades didáticas;
- III – planejamento e supervisão do programa de atividades culturais, desportivas e recreativas e de outras extracurriculares;
- IV – elaboração de normas e planos concernentes a:
 - a) concessão de bolsas e assistência financeira, relacionadas com o processo de formação profissional;
 - b) facilidades relativas ao livro didático e ao material escolar;
 - c) alojamento, alimentação e transporte dos estudantes em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais; e
 - d) assistência médica, social e jurídica aos estudantes;
- V – elaboração de normas para o regime disciplinar; e
- VI – orientação da comunidade estudantil e assistência aos seus problemas e aspirações.

Seção III

Da Área de Pós-Graduação e Pesquisa

Art. 92. A Área de Pós-Graduação e Pesquisa abrange as atividades relativas à:

- I – coordenação dos cursos para graduados e dos trabalhos de pesquisa, bem como a supervisão e o controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias;
- II – planejamento didático e de pesquisas;
- III – planejamento e supervisão de programas culturais e extracurriculares dos estudantes;
- IV – elaboração de normas e planos concernentes à:
 - a) concessão de bolsas de assistência financeira relacionadas com as categorias de cursos e atividades para graduados;
 - b) alojamento, alimentação e transporte dos estudantes em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais; e
 - c) assistência médica, social e jurídica aos estudantes.
- V – elaboração de normas para o regime disciplinar; e
- VI – promoção de intercâmbio cultural para o desenvolvimento dos programas de pesquisas e de ensino para graduados.

Seção IV

Da Área de Planejamento e Desenvolvimento

Art. 93. A Área de Planejamento e Desenvolvimento abrange as atividades relativas à:

- I – elaboração de normas e critérios para o planejamento estratégico, físico, financeiro e orçamentário da Universidade;
- II – coordenação, acompanhamento e controle das atividades de planejamento de todas as unidades, centros, órgãos e serviços da Universidade;
- III – proposta de alteração das dotações orçamentárias, abertura de créditos adicionais e criação de fundos;
- IV – proposta de fixação de preços de serviços prestados, taxas e emolumentos;
- V – elaboração das normas de administração patrimonial;
- VI – administração dos bens do patrimônio;
- VII – inventário do patrimônio e seu controle permanente; e
- VIII – alienação e oneração de bens.

Seção IV

Da Área de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças

Art. 93. A Área de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças abrange as atividades relativas à:

- I – elaboração de normas e critérios para o planejamento estratégico, físico, financeiro e orçamentário da Universidade;
- II – coordenação, acompanhamento e controle das atividades de planejamento de todas as unidades, centros, órgãos e serviços da Universidade;
- III – proposta de alteração das dotações orçamentárias, abertura de créditos adicionais e criação de fundos;
- IV – proposta de fixação de preços de serviços prestados, taxas e emolumentos;
- V – elaboração de normas e planos de tesouraria;
- VI – fiscalização da execução do orçamento; e
- VII – arrecadação, distribuição e controle dos recursos financeiros.

(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

Seção V

Da Área de Pessoal

Art. 94. A Área de Pessoal abrange as atividades relativas à:

- I – elaboração de normas e planos relativos ao desenvolvimento e qualificação de pessoal;
- II – execução administrativa dos planos aprovados, quando de implementação centralizada, e coordenação, acompanhamento e controle, quando de implementação descentralizada;
- III – supervisão da administração e conseqüente lotação de pessoal nos órgãos administrativos e nas Unidades;
- IV – controle permanente dos assentamentos de pessoal;

Seção VI

Da Área de Extensão

Art. 95 A Área de Extensão abrange as atividades relativas à:

- I – coordenação dos cursos de extensão e supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias;
- II – coordenação de programas e projetos de extensão e supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias;
- III – planejamento e supervisão do programa de atividades culturais, desportivas e recreativas e de outras atividades extra-curriculares no âmbito da extensão;
- IV – articulação com entidades públicas e privadas com vistas a elaborar planos para inserção do corpo discente em atividades de extensão associadas à programas e projetos oriundos de políticas públicas, bem como, com outros segmentos do setor produtivo para a viabilização de parcerias no âmbito da extensão.

Seção VII

Da Área de Administração e Finanças

Art. 95A. A Área de Administração e Finanças abrange as atividades relativas à:

- I – administração dos serviços gerais que compreendem:
 - a) os de bem estar da comunidade;
 - b) os de comunicação;
 - c) os de natureza industrial;

d) os de zeladoria; e

e) os de segurança das pessoas;

II – elaboração de normas e planos referentes a:

a) contabilidade;

b) tesouraria; e

c) controles contábeis;

III – fiscalização da execução do orçamento;

IV – arrecadação, distribuição e controle dos recursos financeiros.

Seção VII

Da Área de Gestão e Governança

Art. 95A. A Área de Gestão e Governança abrange as atividades relativas à:

I – administração dos serviços gerais que compreendem:

a) os de bem estar da comunidade;

b) os de comunicação;

c) os de natureza industrial;

d) os de zeladoria; e

e) os de segurança das pessoas;

II – elaboração de normas e planos referentes a:

a) contabilidade; e

b) controles contábeis;

III – elaboração das normas de administração patrimonial;

IV – administração dos bens do patrimônio;

V – inventário do patrimônio e seu controle permanente; e

VI – alienação e oneração de bens.

(Redação dada pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

Capítulo II

DA EXECUÇÃO DO ENSINO E DA PESQUISA

Seção I

Dos Conhecimentos

Art. 96 Os conhecimentos que constituem objeto de ensino, de pesquisa e da extensão, se distribuem por dois grupos denominados, respectivamente, Grupo I e Grupo II.

§ 1º O Grupo I compreende os conhecimentos fundamentais à formação universitária, estudados, em si mesmos, ou como condições a cursos profissionais correlacionados com a pesquisa básica.

§ 2º O Grupo II compreende os conhecimentos estreitamente vinculados à formação profissional e à pesquisa aplicada.

Art. 97 Para fins de estrutura cada Grupo se divide em setores, assim organizados:

I – o Grupo I de conhecimentos abrange os 8 (oito) setores seguintes:

- a) Ciências Matemáticas;
- b) Ciências Físicas;
- c) Ciências Químicas;
- d) Ciências Biológicas;
- e) Ciências Geológicas;
- f) Ciências Humanas;
- g) Letras; e
- h) Artes.

II – o Grupo II de conhecimentos abrange os 11 (onze) setores seguintes:

- a) Arquitetura e Urbanismo;
- b) Educação;
- c) Comunicação;
- d) Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias;
- e) Direito;
- f) Serviço Social;
- g) Medicina;
- h) Odontologia;
- i) Enfermagem;
- j) Farmácia; e
- k) Tecnologia.

Seção II

Dos Cursos

Art. 98 Os Cursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criados e aprovados pelo Conselho Universitário e, autorizados e reconhecidos, na forma da legislação vigente, serão ministrados pelas Unidades Universitárias e pelos Institutos Especializados, que assumirão a responsabilidade de sua execução.

Parágrafo único. A Universidade, através das unidades de ensino, obriga-se a cumprir as condições que informará aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, em especial:

- I – duração;
- II – requisitos;
- III – qualificação dos professores;
- IV – recursos disponíveis; e
- V – critérios de avaliação.

Parágrafo único. A Universidade, através das Unidades Universitárias e dos Institutos Especializados, obriga-se a cumprir as condições que informará aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, em especial:

- I – duração;
- II – requisitos;
- III – qualificação dos professores;
- IV – recursos disponíveis; e
- V – critérios de avaliação.

(Redação dada pela Resolução nº 03/2012 – CONSUNI)

Art. 99 A educação superior, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; e
- IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 100 A criação de cursos de graduação dependerá de aprovação do Conselho de Ensino de Graduação e a dos cursos de pós-graduação de aprovação do Conselho de Ensino para Graduados, seguida de aprovação pelo Conselho Universitário.

Art. 101 Os cursos de graduação, abrangendo o ciclo básico e o ciclo profissional:

I – são abertos a candidatos que hajam concluído o ensino médio ou equivalente, e obtido a classificação em concurso de habilitação observado o limite de capacidade docente da Instituição;

II – são destinados a formar:

- a) profissionais de nível superior;
- b) pesquisadores; e
- c) professores nos vários ramos do conhecimento.

III – são estruturados de forma a atender:

- a) ao currículo e às condições de duração fixadas pelo Conselho Nacional de Educação e pela legislação vigente; e
- b) ao progresso dos conhecimentos, à demanda e as peculiaridades de profissão mediante complementação do currículo oficial com matérias obrigatórias, pré-fixadas ou optativas e com matérias facultativas.

IV – abrangem disciplinas cujos planos de ensino são organizados e aprovados nos termos previstos no presente Estatuto e nos Regimentos.

Art. 102 Os cursos de pós-graduação:

I – são abertos aos graduados em cursos correlatos;

II – são destinados a estimular as qualidades criadoras e elevar conhecimentos; e

III – abrangem as seguintes modalidades:

- a) cursos de mestrado, com duração mínima de 1 (um) ano, que habilitarão ao grau de Mestre, na forma da legislação vigente; e
- b) cursos de doutorado, com duração mínima de 2 (dois) anos que, após defesa e aprovação de tese, habilitarão ao grau de Doutor na forma da legislação vigente.

Art. 103 Os cursos de aperfeiçoamento:

I – são abertos aos graduados ou a outros candidatos que preencham as exigências mínimas estabelecidas;

II – são destinados a completar conhecimentos, em modalidade profissional, em face das necessidades da profissão; e

III – podem assumir a modalidade de estágio ou de residência, observadas as disposições legais.

Art. 104 Os cursos de especialização:

- I – são abertos aos graduados ou a outros candidatos que preencham as exigências mínimas estabelecidas;
- II – são destinados a aprofundar conhecimentos em área restrita; e
- III – podem assumir a modalidade de estágio ou de residência, observadas as disposições legais.

Art. 105 Os cursos de Treinamento profissional;

- I – são abertos aos graduados em cursos correlatos;
- II – são destinados a exercitar profissionais a fim de ampliar os conhecimentos das técnicas de suas profissões; e
- III – podem assumir a modalidade de estágio ou residência, observadas as disposições legais.

Art. 106 Os cursos de atualização:

- I – são abertos aos graduados ou a outros candidatos que preencham as exigências mínimas estabelecidas; e
- II – são destinados à apresentação de inovações em qualquer ordem de conhecimento.

Art. 107 Os cursos de extensão universitária:

- I – são abertos aos candidatos, graduados ou não, que preencham as exigências mínimas estabelecidas;
- II – são destinados à difusão e a democratização da cultura, de forma a:
 - a) contribuir para o esclarecimento do meio social e a elevação do nível cultural e cívico; e
 - b) despertar e dirigir vocações para:
 - 1. a ciência;
 - 2. a tecnologia;
 - 3. a filosofia;
 - 4. as artes; e
 - 5. as letras.

Art. 108 As atividades de pós-doutorado:

- I – são abertas aos portadores de grau de Doutor; e
- II – são destinadas desenvolver programas de pesquisa e de altos estudos de forma a atender ao desenvolvimento da cultura.

Art. 109 A Universidade poderá instituir outros cursos de acordo com o desenvolvimento da cultura abertos a candidatos com o preparo e os requisitos exigidos, para cada caso, pelo Conselho de Ensino para Graduados.

Art. 110 As atividades de pesquisa serão coordenadas pelo Conselho de Ensino para Graduados.

Parágrafo único. Para a obtenção de recursos especiais os planos de pesquisa devem ser apresentados ao Conselho de Ensino Para Graduados, para a sua aprovação.

Capítulo III

DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE

Seção I

Da Difusão Cultural

Art. 111 A Universidade promoverá conferências, simpósios, seminários, demonstrações, exposições e outros meios de difusão cultural.

Parágrafo único. Ao Fórum de Ciência e de Cultura cabem, preferentemente, as atividades de difusão cultural, podendo, no entanto, serem as mesmas realizadas por qualquer outro órgão.

Seção II

Da Prestação de Serviços

Art. 112 As Unidades Universitárias e os órgãos suplementares, através de sua estrutura técnica, poderão executar serviços destinados a empresas públicas, privadas ou quaisquer outras instituições no interesse da comunidade.

Parágrafo único. O Conselho de Curadores estabelecerá a percentagem dos recursos resultantes das prestações de serviços que caberá ao órgão que os executar.

Título V

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Capítulo I

DO PATRIMÔNIO

Art. 113 O Patrimônio da Universidade é formado:

I – pelos bens móveis e imóveis, instalações, direitos adquiridos e títulos da União obtidos por transferência, incorporação e reincorporação ou cessão;

II – pelos bens e direitos incorporados ou doados à Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou qualquer das Unidades ou Órgãos que a integrem;

III – pelos bens e direitos que forem adquiridos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro;

IV – pelos legados ou donativos regularmente aceitos, com ou sem encargos expressos;

V – por fundos especiais, instituídos na forma da legislação vigente, com prévia autorização legislativa;

VI – pelos saldos dos exercícios financeiros transferidos para a conta patrimonial; e

VII – pelos bens enumerados no art. 17 da Lei 452, de 5 de julho de 1937.

Art. 114 Os bens e direitos pertencentes à Universidade somente poderão ser utilizados em benefício de suas finalidades.

§ 1º A Universidade Federal do Rio de Janeiro, respeitada a legislação vigente, poderá promover quaisquer inversões de fundos tendentes à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização de seus objetivos.

§ 2º A Universidade Federal do Rio de Janeiro, com os bens disponíveis de seu patrimônio, poderá instituir fundação destinada à exploração econômica dos mesmos, a fim de promover e subsidiar, com os rendimentos auferidos, programas de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

§ 3º Os rendimentos da fundação, previstos no parágrafo anterior, e os Fundos Especiais mencionados neste Estatuto poderão ser utilizados no custeio de atividades técnicas e administrativas específicas.

Art. 115 A Universidade poderá receber doações com ou sem encargos inclusive para constituição de fundos especiais, para ampliação e instalação ou custeio de determinados serviços.

Art. 116 Poderão ser instituídos, mediante autorização do Poder Legislativo e na forma da legislação vigente, fundos especiais destinados ao custeio de atividades específicas.

Parágrafo único. Os fundos a que se refere este artigo somente poderão ser aplicados na realização dos objetivos que justificarão sua instituição sob pena de serem extintos e levados os recursos à conta do Patrimônio da Universidade.

Capítulo II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Seção I

Da Natureza e Origem

Art. 117 Os recursos financeiros da Universidade são provenientes de:

- I – doações que, por qualquer título, lhe forem atribuídas no orçamento da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios;
- II – doações e contribuições concedidas a título de subvenção por autarquias ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas;
- III – renda de aplicação de bens e valores patrimoniais;
- IV – retribuição de atividades remuneradas das Unidades e Órgãos Suplementares da Universidade;
- V – empréstimos e financiamentos;
- VI – taxas e emolumentos regulamentares; e
- VII – rendas eventuais.

Seção II

Do Regime Financeiro

Art. 118 O exercício financeiro da Universidade coincide com o ano civil.

Art. 119 O Conselho Universitário, tendo em conta a necessidade de articulação com a elaboração de Orçamento Geral da União, fixará as datas em que as Unidades Universitárias devem apresentar o plano anual e seu orçamento ao Conselho Superior de Coordenação Executiva.

Art. 120 O Conselho Superior de Coordenação Executiva apresentará ao Reitor, para encaminhamento ao Conselho Universitário, na forma da legislação vigente, a proposta global do orçamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a fim de ser remetida, após aprovação, ao órgão elaborador da Proposta do Orçamento Geral da União e ao Ministério da Educação, nos prazos regulamentares.

Art. 121 No decorrer do exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais de 2 (duas) categorias, especial e suplementar, quando o exigirem as necessidades do serviço, mediante proposta do órgão interessado submetida ao Conselho Superior de Coordenação Executiva e subsequente autorização do Conselho de Curadores.

§ 1º A proposta originária de unidade ou de órgão suplementar será previamente apreciada pelo Conselho de Coordenação do respectivo Centro Universitário.

§ 2º O período de vigência dos créditos especiais será fixado no ato de sua abertura e o dos créditos suplementares não poderá ultrapassar o término do exercício financeiro.

Art. 122 Toda receita será recolhida à Tesouraria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e escriturada em sua receita geral, vedada a retenção para aplicação extra-orçamentária.

Art. 123 A Administração superior colocará a disposição de cada Centro Universitário, Unidade Universitária e Órgão Suplementar, em cotas, os recursos correspondentes ao seu orçamento, em contas correntes de movimento próprio.

Art. 124 O Centro Universitário exerce a gestão direta das dotações que lhe forem destinadas no orçamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como dos recursos adicionais.

§ 1º A proposta orçamentária do Centro Universitário, elemento de elaboração da proposta orçamentária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, resultará da coordenação das propostas de orçamento das Unidades Universitárias, dos Órgãos Suplementares e dos Órgãos específicos do próprio Centro.

§ 2º Os recursos financeiros a serem utilizados pelo Centro constituir-se-ão:

- I – da dotação constante do Orçamento da Universidade;
- II – de créditos e fundos especiais;
- III – de parte dos recursos decorrentes de prestações de serviços;
- IV – de doações concedidas por entidades públicas;
- V – de empréstimos contraídos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em favor do Centro Universitário;
- VI – de subsídios e fundos constituídos por entidades privadas; e
- VII – de subsídios e empréstimos concedidos ao Centro por Fundação instituída pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 125 É facultado ao Centro Universitário promover gestões para a obtenção de recursos extra-orçamentários destinados ao financiamento de ampliação ou expansão de instalações de suas Unidades e Órgãos Suplementares.

Art. 126 O Centro executará o seu orçamento observando as normas administrativas e contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro e prestará contas de sua gestão financeira ao competente órgão de controle.

Art. 127 Os Decanos dos Centros Universitários encaminharão à Reitoria, anualmente, até 31 de janeiro, a prestação de contas do movimento econômico e financeiro das Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares subordinados e do próprio Centro, devendo a referida prestação de contas abranger:

- I – balanço patrimonial;
- II – balanços financeiros; e
- III – quadros demonstrativos da execução orçamentária.

Art. 128 A escrituração da receita e da despesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro obedecerá aos planos de descentralização, que mantendo na Reitoria a contabilidade sintética e geral, transferirá para os Centros Universitários as Contabilidades analíticas da execução orçamentária

Art. 129 Os fundos especiais a que se referem os artigos 115 e 116 terão escrituração própria, na forma da legislação vigente.

Art. 130 O Conselho de Ensino para Graduados disporá de uma dotação anual correspondente a, no mínimo 3% (três por cento) do orçamento de custeio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para atender aos projetos específicos de pesquisa, independentemente dos recursos atribuídos às Unidades Universitárias.

Art. 131 A prestação de contas anual da Universidade Federal do Rio de Janeiro compreende os mesmos elementos a que se refere o artigo 127 e deve ser apresentada pelo Reitor ao Conselho Universitário e ao Conselho de Curadores antes de terminado o mês de março do ano seguinte àquele a que corresponde a prestação.

Art. 132 Os saldos do exercício financeiro serão levados à conta do Fundo Patrimonial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Título VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 133 As atividades universitárias se regerão, em conformidade com as leis vigentes, através deste Estatuto e, ainda,:

- I – pelo Regimento Geral da Universidade;
- II – pelos Regimentos dos Centros Universitários;
- III – pelos Regimentos das Unidades Universitárias; e
- IV – pelas normas e ordens de serviço.

Art. 134 Se julgado conveniente aos interesses da Universidade Federal do Rio de Janeiro, qualquer organização pública ou privada pode colaborar com essa, em forma de Instituição agregada ou de mandato Universitário.

Parágrafo único. Em acordo firmado entre o Reitor e a organização, depois de aprovado pelo Conselho Universitário serão estabelecidas as condições da colaboração e o respectivo programa.

Art. 135 Os Centros Universitários serão implantados na Cidade Universitária salvo quando condições especiais, a juízo do Conselho Universitário, aconselharem outro local.

Art. 136 As associações de ex-alunos, para terem direito às representações previstas neste Estatuto, devem constituir-se como pessoas jurídicas e terem seus estatutos registrados na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O Registro dependerá de homologação do Conselho Universitário que verificará as finalidades, estrutura e condições de funcionamento da Associação podendo ser, pelo mesmo, cancelado.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 137 A implantação de órgãos e serviços novos, e as modificações dos já existentes, serão feitas progressivamente à medida que se criarem as condições para a sua efetivação.

§ 1º Quando as atividades universitárias o exigirem, as atribuições de órgãos e serviços novos caberão aos já existentes que possuam competência igual ou semelhante.

§ 2º Em caso de dúvida quanto ao órgão ou serviço competente, o Conselho Universitário decidirá a qual deles atribuir a competência.

Art. 138 A Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando da ocorrência de vagas, abrirá matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Parágrafo único. Os conselhos superiores de ensino e pesquisa regulamentarão o disposto no caput deste artigo, levando em consideração a definição de vagas em disciplinas, definição de alunos não regulares, tipo de processo seletivo e pré-requisitos necessários, entre outros.

Art. 139 A Unidade Universitária que ainda não possa constituir Congregação nos termos do artigo 29 deste Estatuto criará, nas Disposições Transitórias de seu Regimento, um colegiado deliberativo de atribuições equivalentes.

Art. 140 A reformulação dos colegiados, conforme o determinado no parágrafo único do art. 15 e nas demais disposições deste Estatuto, deverá ser efetivada no prazo de seis meses.

Art. 141 A destinação dos edifícios de Centros Universitários, Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares, transferidos para a Cidade Universitária será objeto de deliberação do

Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, apreciada pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva, observada a legislação vigente.

Art. 141A. A Superintendência de Administração e Finanças ficará subordinada, transitoriamente, ao Gabinete do Reitor. (Revogado pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

Art. 141B – As Superintendências Gerais de Políticas Estudantis e de Atividades Fora da Sede ficarão subordinadas, transitoriamente, ao Gabinete do Reitor. (Incluído pela Resolução CONSUNI nº 15/2011)

Art. 142 Este Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União do ato de homologação do Ministro de Estado da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

CARLOS LEVI

Reitor

ANEXO C – PLANO DIRETOR UFRJ 2020 - TEXTO



Plano Diretor **UFRJ 2020**

Aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de novembro de 2009

Cidade Universitária, Rio de Janeiro
Abril / 2011

UNIVERSIDADE INTEGRADA QUE SE INTEGRA À CIDADE

A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ chega aos seus 90 anos demonstrando grande vitalidade, assim como enormes disposição e capacidade para se renovar, reciclar e reconfigurar. Assim deve ser uma universidade pública que pretende e precisa se manter contemporânea do seu momento histórico, integralmente solidária com o seu povo e fortemente comprometida com os melhores e maiores ideais das tradições universitárias.

O novo Plano Diretor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PD UFRJ-2020, aprovado pelo Conselho Universitário em outubro de 2010, reflete de forma emblemática estas perspectivas e traduz expectativas que a UFRJ reservou para o seu horizonte de futuro próximo.

O desenvolvimento do PD UFRJ-2020 coincide com um período dominado por circunstâncias bastante singulares da história recente das universidades públicas federais. Neste momento, um significativo aporte de recursos materiais e humanos está sendo disponibilizado para sustentar programas de reestruturação nas nossas instituições federais de ensino superior. O PD UFRJ-2020 nasce, portanto, sob o signo de uma expansão sustentada dos nossos cursos, sobretudo de graduação, e de estímulos concretos a mecanismos de democratização do acesso.

Para dar conta do aumento planejado das vagas oferecidas pela UFRJ e, ao mesmo tempo, buscar reverter distorções que foram se acumulando desde a sua fundação, o PD UFRJ 2020 se move ao longo de três eixos direcionadores e indutores:

- dupla integração: interna e externa (à cidade do Rio de Janeiro, ao Estado e ao país);

- administração integrada dos espaços e edificações;

- planejamento de longo prazo, definido como horizonte o ano de 2020, com dois momentos intermediários: 2012 e 2016.

A partir dessas diretrizes, o conjunto de ações e iniciativas contido no PD UFRJ- 2020 pretendeu prover as condições infra-estruturais e logísticas que priorizassem a realização das atividades acadêmicas concentradas nos amplos espaços da nossa Cidade Universitária. Esse planejamento explorou as sinergias possíveis com os projetos da cidade e do estado, tendo em vista a realização da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Em síntese, estamos engajados na criação de um ambiente acadêmico estimulante, confortável e acessível. A urbanização dos espaços e as novas edificações estão sendo projetadas para atender as demandas requeridas pelas expansões acadêmicas, mas sem perder de vista seus compromissos com a oferta de serviços urbanos, lazer e qualidade ambiental. Ao mesmo tempo, os espaços da Cidade Universitária servirão de vitrina para a experimentação e demonstração de inovações científicas e tecnológicas, e projetos artísticos e culturais desenvolvidas pela UFRJ.

O PD UFRJ -2020 representa mais do que tudo a possibilidade concreta de manifestarmos, de forma planejada e organizada, para a comunidade UFRJ e para a sociedade as transformações e mudanças que nos aproximarão do futuro e das expectativas em nós depositadas por estudantes, professores, técnico-administrativos e, sobretudo, aquele que financia e a quem deve servir uma universidade pública como a nossa: o povo brasileiro.

Aloísio Teixeira
Reitor



Introdução

O Plano Diretor UFRJ-2020 é o resultado de um longo e rico processo de discussão que envolveu o conjunto da comunidade universitária. Em 1º de setembro de 2008, o Conselho Universitário aprovou as Diretrizes Gerais para a elaboração do novo Plano Diretor da UFRJ (Resolução No 10/2008). Em 27 de novembro deste mesmo ano, o CONSUNI determinou ao Comitê Técnico do Plano Diretor (CTPD) que lhe apresentasse, até 12 de março de 2009, data posteriormente prorrogada para 9 de abril de 2009, proposta integrando o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária – PD-CIDUNI 2020 -, o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha – POUPV 2020 - e o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas – POUUI 2020. Em 11 de dezembro de 2008, foi aprovada resolução constituindo o Conselho Participativo do Plano Diretor UFRJ 2020 e os grupos de trabalho para a elaboração de propostas para o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV) e para o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUUI).

A última etapa iniciou-se em 16/04/2009, quando o CONSUNI encaminhou para nova rodada de debates, sugestões e emendas, a Proposta Preliminar do Plano Diretor UFRJ-2020, elaborada pelo CTPD. As discussões se intensificaram.

Nos seis meses seguintes, a imprensa universitária acolheu múltiplas visões e propostas, repercutiu divergências e polêmicas, transformando-se em efetivo instrumento de informação e exercício da democracia interna. Foram mais de 66 matérias no boletim Olhar Virtual, 43 matérias no sítio do Plano Diretor UFRJ-2020, 29 reportagens na Web-TV da UFRJ, 225 notícias no Portal UFRJ. Os jornais de sindicatos e associações, assim como várias listas de discussões de nossa comunidade, também dedi-

caram expressivo espaço ao debate da proposta de Plano Diretor UFRJ 2020.

Além disso, o Comitê Técnico do Plano Diretor promoveu 6 Oficinas Temáticas, a saber:

- I Oficina Temática: "Estudar na Cidade Universitária, Morar na Cidade Universitária – Política de Residência Universitária", no Salão Azul, Prédio da Reitoria, 10/06/2009;
- II Oficina Temática: "Cidade Universitária. Cidade Responsável em Energia e Meio Ambiente", no Salão Nobre do CT, 17/06/2009;
- III Oficina Temática: "Cidade Universitária, Cidade da Inovação e Experimentação", no Salão Nobre do CT, 24/06/2009;
- IV Oficina Temática: "Cidade Universitária, Cidade do Conhecimento e da Arte", no Auditório da Casa da Ciência, 1/07/2009;
- V Oficina Temática: "Cidade Universitária, Cidade Saudável e Esportiva", no Auditório Hélio Fraga/CCS, 26/08/2009;
- VI Oficina Temática: "Cidade Universitária, Cidade Acessível", no Auditório G122/COPPE, 3/09/2009.

O Conselho Participativo do Plano Diretor UFRJ 2020, reuniu-se 5 vezes no período, oferecendo oportunidade antes inexistente para o diálogo sistemático da UFRJ com órgãos governamentais e representações da sociedade civil. As reuniões foram as seguintes:

- 1ª Reunião: Instalação do Conselho Participativo, Apresentação do Plano Diretor, Sala do CONSUNI, 5/02/2009;
- 2ª Reunião: "Mobilidade e Acessibilidade", Salão de Sessões do Conselho do CT, 15/05/2009;
- 3ª Reunião: "Cultura, Esporte e Lazer", Auditório Moniz Aragão/Palácio Univer-

sitário, 19/06/2009;

- 4ª Reunião: "Habitação, Alimentação, Comércio e Serviços", Salão Nobre da Decania do CCMN, 17/07/2009;

- 5ª Reunião: "Energia, Meio Ambiente e Inovação", Sala do CONSUNI, 21/08/2009.

Ao longo destes debates, emergiram valiosas contribuições à Proposta Preliminar. Muitas foram as idéias e sugestões aproveitadas. A maioria das emendas formalmente encaminhadas foram acolhidas e incorporadas à versão final aprovada pelo CONSUNI.

Mas o processo de elaboração coletiva lança suas raízes, lança suas raízes em 2005, como relatado na seção II – Antecedentes. Na seção seguinte são retomadas, de maneira sintética, as Diretrizes Gerais para o PDUFRJ 2020, aprovadas pelo CONSUNI em 2008. As seções IV a VI apresentam a Proposta do Plano Diretor UFRJ 2020 propriamente dita, que articula seus 3 vetores: PDCIDUNI 2020, POUUPV 2020 e POUUI 2020.

A discussão e deliberação final do Plano Diretor UFRJ 2020 pelo CONSUNI certamente culminou os esforços consagrados a pensar a universidade de maneira integrada e numa perspectiva de longo prazo. Mas estamos, ainda, e apenas, dando os primeiros passos para reinventar nossa Universidade, de modo a aprofundar seu compromisso com o papel histórico que se espera de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A UFRJ que estamos construindo será também espaço e instrumento de luta pela justiça social e pela construção de um projeto nacional, simultaneamente enraizado na soberania nacional e voltado para a inserção do Brasil numa América Latina e num mundo mais igualitários e solidários, social e ambientalmente responsáveis. ■

2005 Plano de Desenvolvimento Institucional

Em 2005, o Prof. Aloísio Teixeira, magnífico reitor, encaminhou ao debate da comunidade universitária proposta de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contendo diagnóstico geral da UFRJ que apontava a fragmentação como um dos principais óbices à superação do cientificismo positivista predominante ao longo de boa parte do século XX, assim como à ruptura com a universidade elitista e bachaleresca dos anos 40, no essencial reforçada pela modernização imposta da reforma tecnocrática autoritária dos anos 70.

O diagnóstico também destacava as conquistas históricas, muitas delas decorrentes de maneira direta das lutas dos movimentos docente, estudantil e de servidores técnico-administrativos, desde os anos 60, como, entre outras:

- a preservação do caráter público e gratuito;
- a preservação, como valores intocáveis, das liberdades de cátedra, de organização e expressão;
- os avanços expressivos, embora ainda insuficientes, na democratização dos processos internos de deliberação e escolha dos dirigentes;
- a alta qualificação dos corpos docente e técnico-administrativo, selecionados pelo mérito em concursos públicos;
- o volume e relevância da produção científica, tecnológica, cultural e artística;
- a relevância dos serviços prestados à sociedade, sob a forma de extensão universitária e difusão científica, cultural e artística.

Não obstante tais virtudes, a ideia de inte-

gração universitária surgia de maneira central no PDI, como caminho a priorizar tanto na estruturação institucional e, quanto nas concepções pedagógicas, que deveriam avançar na direção de uma incorporação dos conceitos de integração e articulação entre diferentes disciplinas e campos do saber. Como horizonte, uma formação universalista e humanista, comprometida não apenas com a qualificação de profissionais especializados competentes, mas também com a formação de cidadãos, aptos a criticar e aprender ao longo de sua vida ativa.

Apesar de expressar uma clara consciência acerca de muitos de nossos desafios, o PDI ainda era pouco claro quanto aos caminhos para empreender a reconstrução institucional, acadêmica e administrativa que nossa realidade interna e o contexto em que atuamos estão a exigir de nós.



Revista Debate 112,
Proposta de Plano
Quinquenal de
Desenvolvimento
para a UFRJ - PDI



A) Diagnóstico do PDI - 2005

A elevada qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFRJ não oculta dificuldades e problemas que a instituição enfrenta para cumprir sua missão institucional e tornar-se uma verdadeira "construtora de futuros".

Alguns desses problemas decorrem de políticas governamentais equivocadas das últimas décadas, como, por exemplo: as restrições à plena aplicação do princípio da autonomia universitária; a insuficiência crônica dos recursos orçamentários; a inadequação dos mecanismos públicos de financiamento e apoio institucional à pesquisa; a desqualificação do serviço público. Outros fatores resultam de sua estrutura peculiar e de seu próprio processo de constituição. Dentre esses, podem-se destacar sua organização federativa; a compartimentalização das carreiras profissionais; o caráter instrumental e profissionalizante do ensino; a limitada variedade de carreiras oferecidas; a estruturação inadequada dos currículos; o caráter "elitista" dos mecanismos de ingresso; o isolamento entre as unidades da universidade e entre esta e as demais instituições e instâncias da sociedade, pela falta de mecanismos integradores e de instrumentos de comunicação internos e externos.

Nunca antes, talvez, portanto, a UFRJ tenha estado tão urgentemente diante do imperativo de pensar, debater e decidir seu futuro, renovando-se criticamente pelo esforço comum e participativo de sua comunidade. (Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento Institucional para a Universidade Federal do Rio de Janeiro - PDI, 2006, p.7)

2007 Programa de Reestruturação e Expansão

Em outubro de 2007, após amplos e acesos debates na comunidade, o Conselho Universitário aprovou o Programa de Reestruturação e Expansão (PRE). Escorado no mesmo diagnóstico, o PRE começava a indicar caminhos mais claros para a reconfiguração de nosso projeto institucional. Dentre os passos para a reestruturação e expansão, o PRE destacava:

1. *Expansão e reestruturação, ampliando vagas com garantia de qualificação crescente das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, estimulando a difusão de uma cultura humanística e crítica e fortalecendo, enriquecendo e multiplicando as possibilidades de formação profissional, científica e cultural dos estudantes;*
2. *Criação de novos mecanismos de acesso à Universidade, alternativos e complementares ao processo seletivo atual;*
3. *Redefinição da estrutura de organização e de administração acadêmica, para tornar a UFRJ mais comprometida com os processos de geração e difusão de conhecimentos e mais apta a enfrentar os desafios que se colocam para a sociedade brasileira;*
4. *Atualização do Plano Diretor de Ocupação da Ilha da Cidade Universitária e reordenamento espacial das unidades acadêmicas e administrativas, compatíveis com o conjunto de objetivos do Programa e adequados à indução das transformações planejadas (Resolução CONSUNI 09/2007).**

O PRE consolidou entre nós a convicção de que o enfrentamento dos desafios sociais, científicos, pedagógicos, administrativos e institucionais impunha-nos uma reflexão aprofundada sobre as bases físico-territoriais e infraestruturais de nossa Universidade. Indo mais além, alinhou um conjunto de objetivos e prioridades:

XV. Definir as seguintes prioridades para a alocação dos recursos destinados a despesas de capital:

1. *Consolidação, expansão e conclusão do processo de implantação do campus da Ilha da Cidade Universitária.*
2. *Expansão das atividades acadêmicas de graduação, mediante instalações de uso compartilhado e comunitárias unidades (salas de aula, laboratórios, equipamentos, instalações administrativas, unidades de serviço e bibliotecas).*
3. *Infraestrutura destinada à melhoria e ampliação da assistência estudantil.*

XVI. Definir as seguintes ações com o objetivo de promover o reordenamento espacial das unidades e órgãos da UFRJ:

1. *Elaborar, com vistas a uma ampla discussão e posterior aprovação, política geral de preservação, uso e gestão do patrimônio imobiliário da Universidade, construído e não construído, preservando sua integridade e inalienabilidade*
 2. *Autorizar imediata revisão do Plano Diretor de Ocupação do campus da Cidade Universitária, com prazo de oito meses para sua elaboração, discussão e aprovação por esse Conselho, ouvidos os colegiados de unidades e centros.*
 3. *Determinar a realização de estudos com vistas a definir usos e vocações dos vários espaços ocupados pela UFRJ.*
 4. *Constituir grupos de trabalho específicos, nos quais haverá a participação das unidades da UFRJ, em especial, daquelas situadas em prédios fora do campus da Cidade Universitária, para atender ao disposto no item 3 acima.*
- XVII. Definir as seguintes ações com vistas à melhoria da infraestrutura geral do campus da Cidade Universitária:*

a. Dar continuidade aos estudos técnicos necessários à ampliação das vias de acesso à Ilha da Cidade Universitária, à melhoria da administração do tráfego no interior da Ilha e à ampliação e diversificação da oferta de transporte público, inclusive em diferentes modalidades, proporcionando subsídios à ação pública na região.

b. Reforçar iniciativas em curso destinadas à melhoria dos serviços de segurança, iluminação, saneamento e escoamento de águas pluviais.

c. Implementar iniciativas que levem à redução das despesas de energia elétrica, telefonia e outros serviços de utilidade pública.

XVIII. Intensificar entendimentos com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com os órgãos da administração federal sediados no Rio de Janeiro, para a discussão de um plano de inserção territorial da UFRJ e do campus da Ilha da Cidade Universitária, que redefina e desenvolva sua interação logística, físico-territorial e urbanística com os espaços municipal, metropolitano e estadual, notadamente no que concerne a:

1. *Acesso e transporte: novas vias e meios de transporte coletivo (metropolitano, rodoviário e aquaviário);*
 2. *Segurança pública;*
 3. *Uso pela sociedade dos espaços universitários de difusão da ciência, tecnologia, cultura e arte;*
- (Resolução CCNSUNI 09/2007).*



Revista Debate nº3,
Programa de
Reestruturação e
Expansão
da UFRJ - PRE

B) PRE – 2007

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessões de 18 e 25 de outubro de 2007, tendo em vista o processo de discussão ocorrido na Universidade e as inúmeras críticas, emendas e sugestões encaminhadas por unidades, centros e entidades de representação do corpo social, a partir da divulgação pela Reitoria do Anteprojeto de Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ, e considerando a necessidade de:

- (i) Reestruturação e Expansão da UFRJ, mediante democratização e ampliação das vagas oferecidas em seus processos seletivos de ingresso e ocupação das vagas ociosas;
- (ii) Criação de novos mecanismos de acesso à Universidade;
- (iii) Redução dos índices de evasão e garantia da permanência dos estudantes da Universidade, através de investimentos e políticas ativas de assistência e de promoção da cidadania acadêmica para os estudantes, possibilitando-lhes enriquecimento científico e cultural;
- (iv) Integração crescente entre atividades de ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas de conhecimento e formação profissional, ampliação da mobilidade estudantil e busca de novas formas de convergência e articulação entre as áreas de conhecimento e de formação profissional, de modo a permitir uma formação universitária universal, crítica, humanista e comprometida com a construção de uma sociedade justa e ambientalmente responsável;

- (v) Consolidação e ampliação das atividades de extensão, parte integrante das atividades acadêmicas de formação dos estudantes;

- (vi) Ampliação do intercâmbio e da cooperação técnico-científica e acadêmica em âmbito nacional e internacional, com vistas à difusão da produção científica, tecnológica, cultural e artística da UFRJ e à afirmação do caráter universalista da atividade universitária;

- (vii) Elevação do grau de comprometimento social da Universidade, de articulação com as organizações representativas da sociedade civil, de interação com os diversos níveis de governo, de relacionamento autônomo com o sistema produtivo do país e, principalmente, de integração com o sistema de ensino em todos os níveis;

- (viii) Continuação e aprofundamento das discussões sobre o Programa de Reestruturação e Expansão, bem como de outras medidas voltadas para o desenvolvimento acadêmico e institucional da UFRJ, de modo a favorecer a formação de consensos e a tomada de decisões com base em processos com ampla e democrática participação da comunidade.

(Resolução CONSUNI 09/2007).



2008

Diretrizes Gerais do Plano Diretor

1 - Integraram a comissão o prof. Carlos Bernardo Vainor, Ivana Bentes Oliveira, Luiz Pinguelli Rosa, Pablo Cesar Bessetti, Roberto Lenz e o analista prof. João Ferreira da Silva Filho.

Em 15 de janeiro de 2008, o magnífico reitor constituiu uma Comissão com o objetivo de elaborar proposta de "diretrizes para a execução do Plano Diretor da UFRJ"¹. O documento elaborado pela Comissão foi ao Conselho Superior de Coordenação Executiva, que, após emendá-lo, encaminhou-o ao exame do CONSUNI e da comunidade universitária. Após amplo debate na comunidade, o CONSUNI aprovou, em 1º de setembro de 2008, as Diretrizes Gerais para a Elaboração do Novo Plano Diretor da UFRJ. Abria-se um novo ciclo de estudos, reflexões e discussões.

Em 28 de novembro de 2008, o Conselho Universitário aprovou encaminhar para o debate da comunidade o "Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária – Proposta preliminar para discussão", elaborado pelo CTPD, que, embora de modo ainda parcial, buscou dar os primeiros passos para detalhar e concretizar as orientações e concepções emanadas das diretrizes gerais. ■





1. O PD UFRJ-2020 é expressão e projeção, no tempo e no espaço, de uma vontade coletiva, democraticamente construída, de fazer da UFRJ uma universidade contemporânea de seu próprio tempo, consciente dos desafios que lhe são lançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, assim como por uma sociedade que traz as marcas tanto da condição periférica à globalização, quanto de perversas e inaceitáveis desigualdades e injustiças. Não queremos apenas uma universidade de qualidade e democrática, nem apenas que ela seja aberta a setores mais amplos de nossa juventude; queremos também uma universidade engajada na construção de um projeto de país que contemple a autonomia científico-técnica, a justiça social e a responsabilidade ambiental.

2. Três idéias básicas ou princípios fundamentam o PD UFRJ-2020 e suas diretrizes gerais:

- o princípio da dupla integração, segundo o qual a integração interna da UFRJ é inseparável da integração da UFRJ à cidade (e também, ao Estado e ao país);
- o princípio da administração integrada dos espaços e edificações, contemplando uma visão de conjunto de nosso patrimônio fundiário e edificado, "preservando sua integridade e inalienabilidade" (Resolução Nº 09/2007, do Conselho Universitário, XV.1);
- o princípio do planejamento de longo prazo, definindo como horizonte o ano 2020, com dois momentos intermediários: 2012 e 2016.

Dupla integração: uma universidade integrada que se integra à cidade

3. Desde as discussões levadas a cabo quando dos debates acerca do PDI, em 2005, consolidou-se o consenso de que a fragmentação constitui uma

das principais características da UFRJ, com graves consequências para o cumprimento de seus objetivos – tanto acadêmico-científicos quanto sócio-educativos e político-institucionais.

O exame da fragmentação da UFRJ indica, entre outras coisas, que:

- A fragmentação não é apenas persistente resíduo de nossas origens (universidade resultante da reunião de escolas e faculdades), mas algo que se tem produzido, reproduzido e, mesmo, aprofundado ao longo da história;
- Se a fragmentação expressava a concepção originária de universidade consagrada exclusivamente à formação, mais que nada, de profissionais liberais (advogados, médicos e engenheiros, em primeiro lugar), somaram-se à herança histórica das corporações profissionais outras tendências fragmentadoras, expressas em muitas dualidades nossas conhecidas: graduação x pós-graduação, ensino x pesquisa, pesquisa x extensão, ciência básica x ciência aplicada, humanidades x ciências "duras" etc.;
- A fragmentação também se manifesta nos modos de organização de nossa administração acadêmica, em que as carências e duplicações de funções retratam trajetórias totalmente independentes das diferentes unidades e programas, assim como de diferentes serviços;
- Embora inspirada em modelos que apontavam para maior integração, a reforma universitária da ditadura militar apenas veio consolidar a fragmentação, introduzindo-lhe novas modalidades, ao promover: a) a pesquisa e a pós-graduação, em detrimento da graduação; b) as engenharias e ciências biológicas em detrimento das ciências sociais e humanas, letras e artes; c) um sistema de créditos truncado, que nunca realizou plenamente o projeto de integração dos institutos básicos e escolas profissionais, ao mesmo tempo em que desmontava as estruturas anteriores (algumas das quais contri-

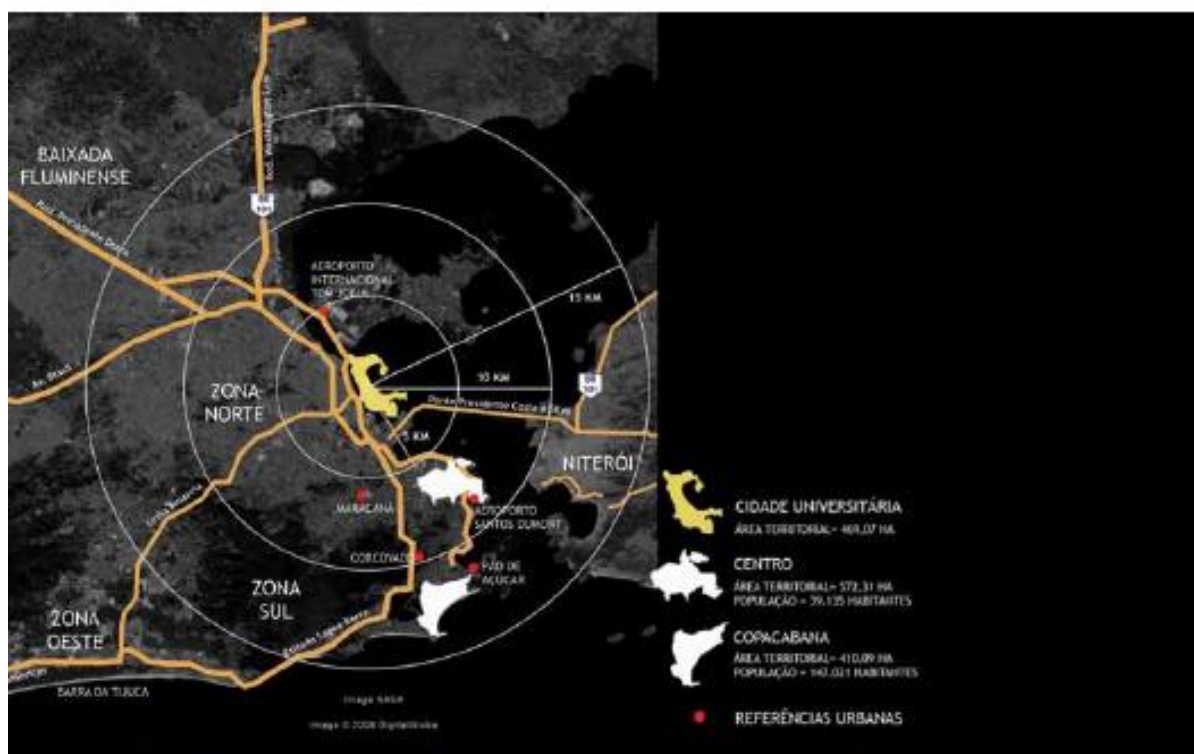


Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor

Localização da ilha da Cidade Universitária na cidade do Rio de Janeiro

buam, de certo modo, para reunir estudantes em turmas)²; d) uma departamentalização *à outrance* que favoreceu, muitas vezes, a desagregação das velhas escolas profissionais, não raro para constituir, em substituição às velhas catedras, “feudos” de novo tipo.

■ O processo de fragmentação recebeu também a contribuição do projeto de transferência das unidades para a Ilha da Cidade Universitária, cuja concepção, politicamente autoritária e urbanisticamente fiel aos cânones de um modernismo acrítico, projetou: a) o isolamento urbano da

2 - O realinhamento da Faculdade Nacional de Filosofia permeou-se como marco da violência ditatorial que se abateu sobre a Universidade do Brasil e que não teve paralelo em outras universidades. As seqüelas daquela violência perduram entre nós até hoje.



Foto: Arquivo CoordCOM/UFRJ

Após o aterramento e a união das ilhas, surgiu a Cidade Universitária - 1953

A construção da Cidade Universitária

A decisão de erguer, conforme a Lei nº 447, de 20/10/1948, uma monumental Cidade Universitária em área ser formada a partir da unificação de nove ilhas, sendo uma delas a do Fundão, foi o capítulo final de uma série de discussões travadas desde a década de 1930. Não se tratava apenas de oficializar a localização geográfica do campus universitário, mas de detalhar seu funcionamento e as unidades que compoem a "ilha universitária". A escolha pelo arquipélago aterrado, próximo ao bairro de Mangueiras, à época uma região com baixa densidade populacional, deu por encerrado debate que se arrastava havia pelo menos dez anos, desde a reforma de Gustavo Capanema.

Descartado o bairro da Urca, na Zona Sul da cidade, o projeto de construção da Cidade Universitária voltou-se para os arredores da Quinta da Boa Vista, área mais ampla e localizada na região central da cidade. Arquitetos do exterior foram convidados a elaborar o plano, dentre eles Marcello Piacentini, responsável pela construção do campus da Universidade de Roma durante o governo de Benito Mussolini, e Le

Corbusier (nome profissional de Charles Édouard Jeanneret-Gris), cujas obras influenciaram diretamente os arquitetos brasileiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Eles vieram ao Brasil, respectivamente, em agosto de 1935 e julho de 1936. O próprio Lúcio Costa chegou também a elaborar projetos de criação da Cidade Universitária na região da Quinta.

Outras áreas foram cogitadas para abrigá-la: Lagoa Rodrigo de Freitas, Gávea, Niterói, Mangueiras e Vila Valqueire. A definição pela Ilha do Fundão foi alvo de questionamentos por parte de professores, políticos, engenheiros e arquitetos. O trabalho do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (Etnub), sob a coordenação do engenheiro Luiz Hildebrando de Hurta Barbosa, concluiu que a "ilha universitária" era o local mais adequado em razão da área disponível – em torno de 5 milhões de metros quadrados –, da localização e dos custos de desapropriação, dentre outras variáveis.

Inaugurada em 1946, a avenida Brasil era um importante pólo de desenvolvimento. Além disso, a Ilha do Governador passava por transformações urbanas importantes, como a construção da infraestrutura aeroportuária.

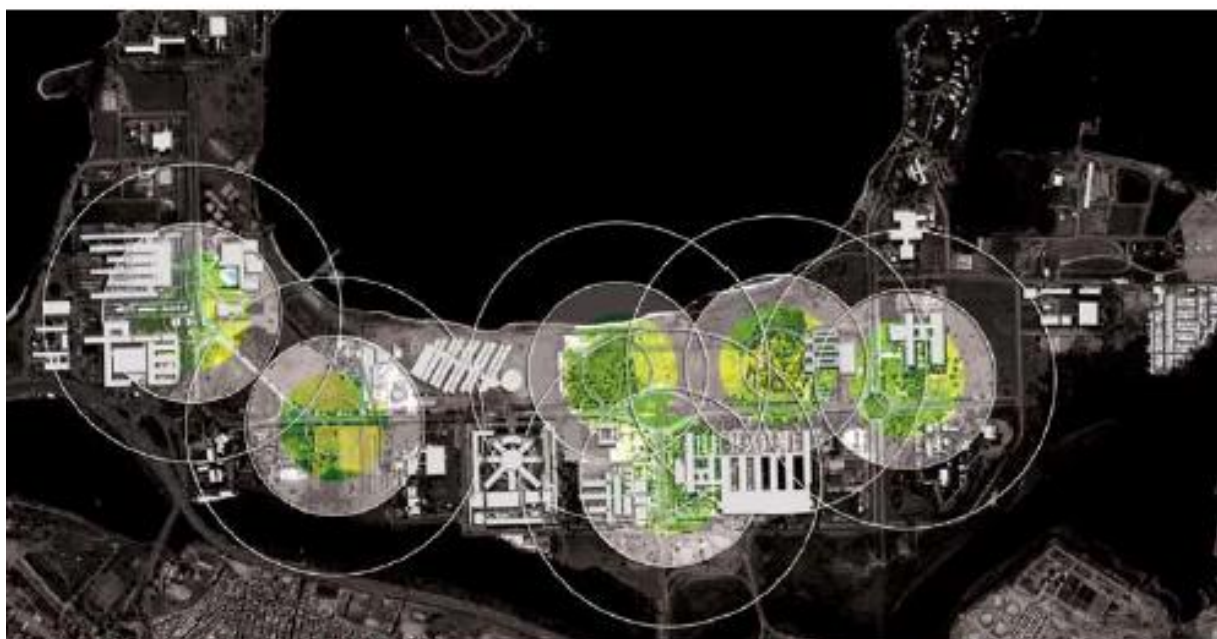


Imagem Espéque Típica do Plano Diretor

Centros de Convergência
propostos

universidade, situando-a, metafórica e materialmente, numa ilha; b) uma Cidade Universitária que isolava entre si as várias unidades dentro da ilha. A consequência foi um conjunto de unidades isoladas da cidade numa ilha e, ao mesmo tempo, isoladas umas das outras dentro da ilha.

A fragmentação acadêmica e físico-territorial se consolidou com a interrupção das obras para a transferência de unidades para a Cidade Universitária, sendo a "última mudança" a da Faculdade de Letras, que data de mais de 20 anos.

4. As múltiplas dimensões e facetas de nossa fragmentação tomam-se tanto mais nefastas

quando se sabe que, nos últimos 30 anos, as ciências e o conhecimento, no sentido mais pleno e amplo das palavras, passaram pelo que alguns epistemólogos têm classificado de revolução científica, redefinindo paradigmas, fronteiras e relações entre as várias, velhas e novas, disciplinas, assim como as relações entre múltiplas formas de produção e difusão de saberes³. As sólidas e rígidas muralhas construídas pelo positivismo entre as várias disciplinas desmoronam como castelos de cartas, ao mesmo tempo em que se redesenham progressivamente os campos de exercício profissional, com a emergência de novas profissões

3 - Assim, por exemplo, vários são os campos e sub-campos científicos que descobrem a riqueza de conhecimentos e saberes tradicionais, proibidos e transgredidos de geração a geração por grupos sociais e culturas não letradas.



e especialidades, resultantes tanto de mudanças dramáticas nos processos produtivos, quanto da pressão de novas e relevantes demandas do setor público e da sociedade em geral.

5. Finalmente, haveria que mencionar a expansão territorial e demográfica, bem como as reconfigurações socioeconômicas e funcionais da cidade do Rio de Janeiro⁴ nos últimos 40 anos, que vieram repositonar tanto a Cidade Universitária quanto as demais implantações da UFRJ que so-

brevivem na malha urbana, esparsas, retalhos de uma universidade dispersa e fortemente compartimentada.

6. Resultante de um projeto inacabado – a unificação da UFRJ na Cidade Universitária – e de sobrevivências decorrentes antes da inércia e da incapacidade de planejar-se que de opções conscientes e refletidas, a atual configuração físico-territorial da UFRJ expressa uma outra, e poucas vezes discutida, dimensão de nossa fragmentação:

4- A Cidade do Rio de Janeiro ultrapassa largamente os limites do município de mesmo nome, deslocando-se em direção a Niterói e São Gonçalo, do outro lado da Baía de Guanabara, e em direção à Ilha de Flores e Região Serrana. Além, ao Sudeste de Cidade do Rio de Janeiro, estamos nos referindo ao que é chamado de Região Metropolitana e seu extenso tecido – Região Serrana – envolvendo um grande número de municípios.

A democratização institucional nos anos 1980

A partir de 1977, a resistência democrática que levou à derrocada da ditadura promoveu a abertura de novos espaços de liberdade, permitindo o restabelecimento e a criação de diversos movimentos organizados na sociedade.

No campo da Educação, o processo de democratização vivido pelas universidades públicas na década de 1980 constitui importante capítulo na história da instituição universitária brasileira. Renasceu, com intensidade, o debate acerca do lugar e do papel do Ensino Superior, assim como as lutas pela reforma universitária, protagonizadas pelo movimento estudantil na década de 1960, brutalmente interrompidas pela ditadura militar. Foram os docentes e suas associações que, no período, tomaram a dianteira da luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, assim como pela democratização interna. Logo se juntaram os servidores técnico-administrativos e estudantes, que reconstruíram suas entidades de representação. O nascimento da Associação Nacional de Docen-

tes das Instituições de Ensino Superior (Anedes) e da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) assim como o renascimento da UNE foram o resultado das mobilizações e organização nas universidades.

Na UFRJ, 1978 marca a refundação do Diretório Central dos Estudantes, o DCE Mário Prata. Os professores e os técnico-administrativos inauguraram novas formas de ação e debate coletivos no interior da UFRJ, criando e reorganizando suas próprias entidades: em 1979, é criada a Associação de Docentes da UFRJ (Adufj) e, em 1982, a entidade Associação dos Servidores da UFRJ (Asufj), fundada em 11 de junho de 1960, passa a exercer papel importante na orientação da intervenção política dos técnico-administrativos da UFRJ. Esses movimentos foram relevante contribuição à democratização da Universidade e constituem hoje, juntamente com a Associação de Pós-Graduandos (APG) da UFRJ, criada em 1984, importantes agentes da vida acadêmica – em suas múltiplas dimensões científica, cultural, artística, institucional e política.

o fato de que a universidade constitui um fragmento pouco integrado, ou incompletamente integrado, à cidade.

7. Isso significa que estamos desafiados a levar adiante, simultaneamente, dois processos de integração: integração intrauniversitária e inte-

gração universidade-cidade. Não seremos capazes de integrar acadêmica e físico-territorialmente a UFRJ se não formos capazes de integrar a Universidade, em primeiro lugar a Cidade Universitária, à Cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a integração físico-territorial a ser buscada pelo PD UFRJ-2020 deve contemplar de maneira decidida questões como acessibilidade, segurança, densificação da nova Cidade Universitária, usos universitários e usos urbanos de seus espaços e edificações, integração social, democratização do acesso com incorporação mais expressiva de estudantes de camadas populares. Deve, igualmente, projetar no espaço e no tempo os usos que serão dados aos imóveis que, progressivamente, terão suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em parte ou no todo, transferidas para a nova Cidade Universitária.

Administração integrada dos espaços e edificações disponíveis

8. A UFRJ é detentora de um extenso e valioso, embora heterogêneo, patrimônio fundiário e edificado. Parte expressiva das edificações, mesmo das mais recentes, defronta-se com graves problemas resultantes de deficiências de manutenção. É crítica a situação de alguns prédios mais antigos, dispersos na cidade, alguns dos quais de grande valor arquitetônico e histórico.

Enfrentamos custos crescentes de manutenção à medida que os prédios envelhecem e avança a deterioração decorrente da escassez dos recursos de manutenção. Nos prédios mais antigos, *a fortiori* aqueles tombados, as restrições de uso e de reforma limitam severamente as possibilidades de ampliação das atividades e de melhorias expressivas das condições de trabalho e estudo. Essa situação tem contribuído para que pensemos esse patrimônio antes como passivo que como ativo, antes como um

peso que como conjunto de recursos a serem mobilizados e colocados à disposição das atividades-fim da Universidade.

9. O princípio estruturante de nossa gestão patrimonial e destinação de ocupações e uso será, como estabelecido na Resolução nº 09/2007, do Conselho Universitário, que instituiu o **Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ**, a manutenção e inalienabilidade do patrimônio.

A aplicação do princípio deve articular-se a outras diretrizes gerais, a saber:

- Como proprietária de grandes glebas estrategicamente localizadas, em particular na Ilha da Cidade Universitária e na Praia Vermelha, a UFRJ tem grandes responsabilidades com o desenvolvimento urbano da Cidade do Rio de Janeiro;
- Como proprietária de importante acervo edificado, a UFRJ tem responsabilidade na preservação, conservação e uso compatível das edificações e espaços que constituem parte do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade e da nação.

10. No caso de concessões ou permissões de uso, deverão ter seus prazos claramente determinados e respeitarão os critérios seguintes:

- obrigatoriamente: incorporação ao patrimônio da UFRJ de todas edificações e benfeitorias, ao final do prazo de concessão;
- alternativamente e segundo ordem de prioridades abaixo:
 - atendimento direto ou indireto às atividades fim da UFRJ-ensino, pesquisa e extensão;
 - complementaridade com atividades fim da UFRJ;
 - atendimento aos objetivos de segurança, acessibilidade e bem-estar da comunidade universitária;
 - atendimento a usos compartilhados de interesse da cidade e/ou das comunidades vizinhas, com primazia para atividades culturais e esportivas;
 - atendimento aos objetivos de integração da UFRJ à cidade;
 - retornos financeiros compensadores, respeitados critérios de compatibilidade de usos com as atividades-fim da Universidade.



Diretrizes Gerais

Tabela I. Terrenos da UFRJ e sua ocupação

LOCALIDADE	Ocupação	TERRENO M ²
Armaíl do Cabo	Terreno	334,00
Av. Mam de Sá, 78	Terreno	205,72
Av. Rui Barbosa, 762	Casa do Estudante Universitário	2.753,90
Av. República do Chile, 300	Salas comerciais	8.550,00
Av. Pasteur, 250	Campus da Praia Vermelha	100.976,90
Av. Presidente Vargas, 2.863	Hospital São Francisco Assis	7.531,00
Ilha da Cidade Universitária	Cidade Universitária	5.238.337,87
Estrada dos Bandeirantes	Terreno	10.000,00
Itaguaí	Loteamento	149.869,18
Ladeira Pedro Antônio, 49	Observatório Valongo	8.209,00
Largo de São Francisco	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	4.117,68
Macaé	Nupem	15.735,24
Praça da República, 22	Prédio Desocupado	831,80
Quinta da Boa Vista	Museu Nacional	53.276,40
Rua das Laranjeiras, 180	Maternidade Escola	4.599,00
Rua Moncorvo Filho, 88	Faculdade de Direito	1.569,14
Rua Afonso Cavalcanti, 275	Escola Enfermagem Ana Nery	1.393,00
Rua do Passaio, 98	Escola de Música	1.796,00
Rua Luiz de Camões, 68	Código Município/RJ	835,00
Santa Teresina - ES	Reserva Biológica	1.560.000,00
Pólo de Xerém, Duque de Caxias	Prédios acadêmicos (a serem construídos)	38.536,00
TOTAL		7.209.456.83

Fonte: PR3/UFRJ

Plano de longo prazo: horizonte 2020

11. A dupla integração anteriormente definida não se realiza de um dia para outro. Ela será resultado de uma estratégia de longo prazo, que se afirmará na continuidade de um projeto arduo-recido que ultrapassa o horizonte de uma administração e de algumas gerações de estudantes. De outro lado, a concepção e a implementação deste projeto também ultrapassam as fronteiras da Universidade, devendo envolver e engajar os governos federal, estadual e dos municípios da Região Metropolitana, assim como outros municípios que já acolhem, ou vierem a acolher, unidades da UFRJ.

Igualmente importante serão a articulação e o diálogo com organizações da sociedade civil e com movimentos e organizações populares, de modo que a UFRJ, embora permanecendo uma instituição federal, seja de fato assumida como uma universidade da nossa cidade e do nosso estado.

12. A definição do horizonte 2020 oferece a possibilidade de superarmos, de uma vez por todas, a cultura do "puxadinho", das decisões *ad hoc* e imediatistas. Dessa forma, novas decisões acerca de investimentos e destinação de terrenos e edificações estarão orientadas por um planejamento de longo prazo.

O horizonte 2020 contempla e ultrapassa al-

gumas datas relevantes para o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, tais como os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016.

Nos marcos do horizonte 2020, dever-se-á trabalhar com os horizontes intermediários 2012 e 2016.

Desenho geral do PD UFRJ-2020 e seu desdobramento no tempo

13. O PD UFRJ-2020, em conformidade com a Resolução Nº 10//2008, é constituído de três vetores articulados, inseparáveis tanto na concepção quanto nos processos de implantação, a saber:

- o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária (PDCIDUNI 2020);
- o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV 2020);
- o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUI 2020).

Todas as deliberações referentes à ocupação e ao uso de terrenos e edificações, a inves-

timentos em novas construções e a eventuais concessões ou permissões de uso deverão compatibilizar-se com o PD UFRJ-2020.

14. A fim de afirmar o princípio da integração universitária, o PDCIDUNI 2020 deverá destinar espaços e edificações para as atividades de ensino, pesquisa e extensão de todas as unidades da UFRJ.

15. Embora afirmando o princípio e objetivo central da integração universitária, o processo de implantação do PD UFRJ-2020 deverá respeitar as decisões das unidades no que se refere a sua transferência, ou não, para instalações na Cidade Universitária, ou, se for o caso, na definição e negociação de condições e prazos para tal transferência.

16. O POUPV 2020 e o POUI 2020 deverão estabelecer propostas de ocupação e uso para todos os terrenos e edificações da UFRJ fora da Cidade Universitária. Aqueles espaços e edificações que, em razão da transferência de atividades para instalações na Cidade Universitária, forem desocupados deverão ser destinados a novos usos, não podendo ser utilizados para atividades de unidades remanescentes na Praia Vermelha ou em edificações isoladas. ■

C) Prioridades de Investimento - Resolução CONSUNI Nº 09/2007

Foram definidas as seguintes prioridades para a alocação dos recursos destinados a despesas de capital:

1. Consolidação, expansão e conclusão do processo de implantação do Campus da Ilha da Cidade Universitária.
2. Expansão das atividades acadêmicas de graduação, mediante instalações de uso compartilhado e comum a várias unidades (salas de aula, laboratórios,

equipamentos, instalações administrativas, unidades de serviço e bibliotecas).

3. Infraestrutura destinada à melhoria e ampliação da assistência estudantil.

4. Infraestrutura geral destinada à melhoria das condições de acesso, transporte, segurança, manutenção e conservação e iluminação e à racionalização do consumo de energia e telefonia.



1 Introdução

5 - Este e outros estudos que subsidiaram a elaboração do PDU/UFRJ 2020 podem ser obtidos no Portal da UFRJ.

6 - Esta tabela apresenta os resultados das informações prestadas por todas as unidades em formulário da PR-3. Como as unidades não operam com critérios comuns ao elaborarem suas projeções de expansão e como ainda é recente a prática de planejamento de longo prazo entre nós, estes números devem ser tomados com cautela, tratando-se, mais que nada, uma ordem de grandeza.

1.1. O PDCIDUNI 2020 apoia-se, de um lado, em um conjunto de diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CONSUNI Nº 09/2007 e 10/2008, e, de outro lado, nas projeções de expansão projetadas pelas unidades e órgãos da administração central.

1.2. Pesquisa realizada junto às unidades permitiu estabelecer uma primeira estimativa da ex-

pansão de nossa Universidade no horizonte 2020, conforme Tabela II.

Também constituíram subsídios para o PDCIDUNI 2020 estudos e levantamentos realizados pelo Laboratório de Diagnósticos de Opinião (LADO), em particular a pesquisa "Vida Universitária – Hábitos e Anseios", que entrevistou 3.600 docentes, discentes e técnico-administrativos.³

Tabela II – Estimativas de Evolução do Corpo Social da UFRJ 2008/2020⁶

Corpo	Ano	Docentes	Discentes	Téc-ADM	TOTAL
CCJE	2020	13.017	432	276	13.725
	2016	10.087	379	246	10.712
	2012	8.222	327	227	8.776
	2008	5.175	261	155	5.591
CCMN	2020	11.156	1.171	879	13.206
	2016	9.368	984	777	11.129
	2012	6.957	804	644	8.425
	2008	4.623	471	531	5.625
CCS	2020	21.174	2.087	8.762	32.023
	2016	19.281	1.860	8.296	29.437
	2012	16.352	1.691	7.832	25.875
	2008	8.981	1.192	5.126	15.299
CFCH	2020	12.664	865	497	14.026
	2016	10.804	763	461	12.028
	2012	9.621	680	409	10.710
	2008	6.785	508	303	7.596
CLA	2020	12.748	781	440	13.969
	2016	11.917	736	418	13.071
	2012	10.847	628	387	11.862
	2008	7.009	509	332	7.850
CT	2020	12.748	781	440	13.969
	2016	11.917	736	418	13.071
	2012	10.847	628	387	11.862
	2008	7.009	509	332	7.850
ADM. CENTRAL	2020	412	191	2.478	3.081
	2016	412	191	2.418	3.021
	2012	412	191	2.352	2.955
	2008	412	191	1.409	2.012
TOTAL	2020	88.530	6.287	14.493	109.310
	2016	76.804	5.578	13.649	96.031
	2012	65.120	4.923	12.763	82.806
	2008	41.007	3.613	8.428	53.048

Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Plano Diretor 2020. Áreas e Infraestrutura das unidades da UFRJ. Situação atual e projeções - 2008-2012. PR-3

2 Partido Urbanístico-Ambiental

2.1. O diagnóstico da configuração atual da Cidade Universitária evidencia a inspiração direta das concepções modernistas prevalentes nos anos 40 e 50, marcadamente rodoviaristas e funcionalistas, que acabaram produzindo um espaço desintegrado, em que se distribuem edificações em lotes generosos, com pouca ou nenhuma interconexão, separados por grandes espaços com função meramente paisagística/

contemplativa. A ruptura com o paradigma original não pode desconhecer, porém, o ambiente construído, ponto de partida inescapável.

Sobre a base do ambiente construído herdado, das Diretrizes Gerais, das projeções de expansão e demais estudos realizados, formulou-se um conjunto de ideias-força, objetivos e princípios que constituem o **Partido Urbanístico-Ambiental** adotado.





2.2. Urbanização

- Criação de um ambiente urbano na Cidade Universitária
- Integração com a cidade
- Usos compartilhados Universidade-Cidade
- Equipamentos culturais, exposições, feiras
- Equipamentos esportivos e de lazer
- Comércio e serviços
- Residências e restaurantes universitários

2.3. Mobilidade e Acessibilidade Universal

- Acessibilidade à Cidade Universitária
- Mobilidade interna – circulação
- Espaços e equipamentos acessíveis a portadores de necessidades especiais

2.4. Conectividade

- Nexos e conexões entre vários equipamentos e edificações
- Caminhos e trajetos agradáveis
- Redes de comunicação e transmissão de dados
- TV e rádio universitárias

2.5. Diversidade

- Diversidade de usos próximos
- Diversidade na tipologia construtiva, nos gabaritos
- Diversidade tipológica e espacial

2.6. Densidade

- Maiores densidades, mais contatos
- Diversidade densa
- Combinação de espaços com diferentes densidades

- Áreas pouco densas – reserva ambiental e reserva fundiária (para expansões futuras, após 2020)

2.7. Convergência – Reunião – Integração

- Centros de convergência
- Integração com a cidade
- Integração com a vizinhança da CIDUNI (Complexo da Maré, Ilha do Governador, Ramos, Bonsucesso, FIOCRUZ)
- Uso de espaços abertos para atividades coletivas
- Caminhos, trajetos
- Combinação de espaços amplos e espaços “íntimos” e acolhedores

2.8. Compartilhamento dos espaços e usos

- Equipamentos acadêmicos de uso coletivo
 - Bibliotecas, auditórios de grande porte, equipamentos especiais
 - Salas de teatro e cinema
 - Museus, centros de memória, acervos
 - Restaurantes, clubes, associações/sindicatos
 - Espaços esportivos e de lazer
 - Outros equipamentos de uso coletivo
- Compartilhamento com a cidade e a vizinhança

2.9. Transporte Ativo e Transporte Coletivo

- Prioridade do transporte coletivo público
- Prioridade do transporte metro-ferroviário
- Transporte hidroviário
- Transporte ativo na circulação interna
 - Deslocamentos pedestres
 - Ciclovias e parque de bicicletas
- Complementaridade intermodal

2.10. Responsabilidade ambiental e energética

- Densidades – uso econômico das superfícies
- Conforto ambiental nas edificações
- Uso econômico e eficiente de energia
- Fontes alternativas de energia – Energia solar – placas foto-voltaicas
- Usina de lixo
- Parque Minerva e preservação ambiental
- Redução de poluição atmosférica e emissões de gases efeito-estufa
- Gestão resíduos sólidos: coleta seletiva, destinação de resíduos

2.11. Inovação e experimentação

- Cidade Universitária, vitrine da produção científica
 - Cidade-Modelo
- Mag Lev, ônibus de hidrogênio
- Usina de lixo
- Política ambiental
- Cidade comunicativa
- Acessibilidade universal
- Escola Superior da Cidadania

2.12. Segurança pública

- Densidade e diversidade de usos – vida urbana
- Cidade Universitária aberta
- Vigilância

2.13. Qualidade do trabalho

- Segurança do trabalhador
- Salubridade
- Identificação e controle dos riscos
- Espaços de formação e lazer

2.14. Humanização dos espaços

- Diversidade tipológica
 - Espaços amplos – Espaços “íntimos”
 - Espaços livres
 - Espaços acolhedores
- Arborização e paisagismo
- Circulação a pé e de bicicleta

2.15. Residências e restaurantes universitários

- Residência universitária para estudantes, professores e técnico-administrativos
- Restaurantes universitários
- Controle dos serviços de alimentação concedidos

2.16. Cidadania

- Espaços e iniciativas voltados para a sociedade civil
- Edificação para sediar sindicatos e associações universitárias
- Escola Superior da Cidadania, NIACS, CRM

2.17. Planejamento como processo

- Flexibilidade
- Planejamento como processo permanente
- Gestão
- Mecanismos institucionais de monitoramento, revisão, ajuste, atualização

2.18. O PDCIDUNI 2020 deve expressar a combinação e sinergia desses princípios, objetivos e ideias-força. A combinação e a sinergia se fazem presentes num conjunto de políticas, que se apresentam a seguir.

3 Cidade Universitária, Cidade Acessível

7 - A opção prioritária dos governos estadual e municipal concentrou-se nos ônibus rápidos em via segregada (BRT), mas não estão estruturadas as hipóteses de alternativas metro-ferroviária. Essa última é, do ponto de vista da UFRJ, preferencial, tanto por ser ambientalmente mais sustentável, quanto por sua capacidade de transporte, assim como por constituir um problema de trânsito e segurança de circulação.

3.1. Acessibilidade e mobilidade são os objetivos centrais da nova Política de Transporte, baseada na prioridade ao transporte ativo e ao transporte público coletivo, assim como na responsabilidade ambiental.

3.2. O acesso à Cidade Universitária deverá privilegiar o transporte de massa sobre trilhos e hidroviário. Com a confirmação de que o Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014, as perspectivas de fortes investimentos no transporte público se confirmam, abrindo um promissor campo de possibilidades para a implementação das ligações propostas⁷. São extraordinárias as perspectivas de que consigamos uma solução de fundo para nosso crônico problema de acessibilidade. Todos os esforços deverão ser consagrados a assegurar um sistema multimodal integrado, contemplando por ordem de prioridade:

- ligação metro-ferroviária;
- BRT – ônibus rápido com vias segregadas –, caso esta venha a ser a opção escolhida pelos governos estadual e municipal para o transporte público de massa nos grandes eixos de circulação da cidade;
- ligação hidroviária;
- ligação por ônibus convencionais, sempre que possível integrados ao metrô e, se for o caso, BRT.

3.3. Na atual circunstância, não é possível esperar 2016. A situação atual é gravíssima. Estamos em colapso total, ou quase, os acessos rodoviários de que somos totalmente dependentes. Os grandes eixos que deviam nos conectar à cidade – Avenida Brasil, Linhas Vermelha e Amarela – não são suficientes ao fluxo crescente de veículos e, de maneira cada vez mais recorrente, aparecem-nos como barreiras e não como

UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO NO ACESSO À CIDADE UNIVERSITÁRIA CONSTITUI CONDIÇÃO SINE QUA NON PARA A VIABILIDADE DO PD UFRJ-2020

Uma grande preocupação de estudantes, professores e técnico-administrativos que hoje estudam e trabalham na Prata Vermelha ou em unidades isoladas diz respeito às condições de acesso à Cidade Universitária. Esta é uma preocupação totalmente justa e compreensível. Nas condições atuais, a Cidade Universitária oferece condições precaríssimas de acesso aos que lá estudam e trabalham, e o aumento da população universitária tornaria a situação totalmente insuportável (na verdade, ela já o é).

Isto significa que a transferência de atividades de ensino, pesquisa e extensão deverá ocorrer em compasso com a implantação progressiva de novos e eficientes meios de acesso, em particular, transporte público confortável, eficiente e barato.

vias. Os engarrafamentos tornam-se cotidianos e têm custos crescentes – ambientais, financeiros, psicossociais.⁸

A consciência de que a solução de médio e longo prazo nos impõe uma combinação intermodal que priorizará o transporte metro-ferroviário e hidroviário não nos exime de buscar soluções, ainda que reconhecidamente mitigadoras e paliativas, para a situação atual. Essas serão, ainda, predominantemente, rodoviárias.

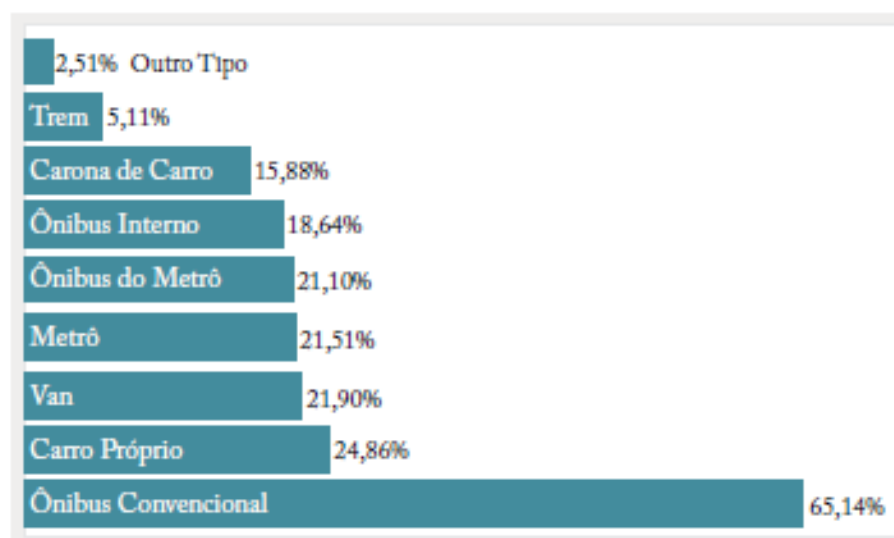
3.4. Uma nova ponte ligando a CIDUNI à Linha Vermelha no sentido centro, com saída após o entroncamento com a Linha Amarela, deverá contribuir em curto e médio prazos para amenizar os problemas de trânsito.

As linhas de ônibus cujos trajetos tan-

genciam a Cidade Universitária continuarão constituindo, por um certo período, importante meio de acesso. O Terminal de Integração Rodoviária, que também é parte da política de curto prazo, ainda e inevitavelmente tributária da predominância do transporte rodoviário, contribuirá para dar mais racionalidade e eficiência a esse tipo de acesso. No horizonte 2012, devemos prosseguir no esforço de aumentar o número e qualidade das linhas de ônibus que fazem a integração com o metrô.

3.5. Impõe-se, desde já, encaminhar soluções de fundo. Além das negociações relativas a linhas metro-ferroviárias e BRT, há que investir seriamente em linhas hidroviárias. Somos um ilha, numa cidade banhada por uma baía de

Tipo de Transporte Utilizado



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opêrtilo, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Atitudes, 2008⁹

8 - Engarrafamentos também provocam perda e problemas para outros "usuários" da CIDUNI. Assim, por exemplo, o Instituto de Engenharia Nuclear sofre perda expressiva sempre que engarrafamentos alongam o tempo de transporte dos fêrmios radioativos (serviços também para outras cidades através de transporte aéreo), cujo efeito ativo reduz-se quando submetido a longos intervalos entre produção e uso. A distribuição de produtos médicos da Fundação Rio-Rio sofre problemas análogos.

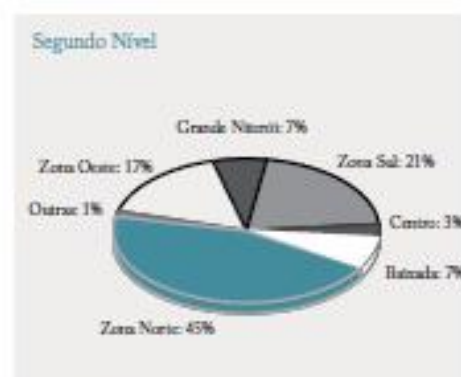
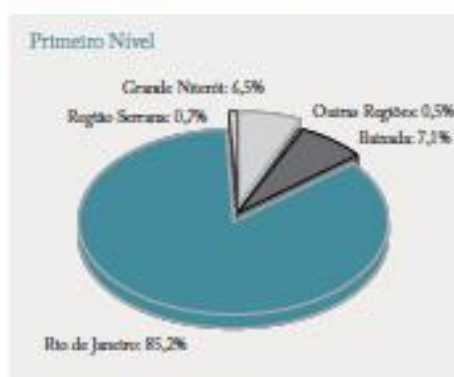
9 - Foi feita ao entrevistado a possibilidade de escolher mais de uma alternativa em resposta à pergunta constante do questionário: "Quais os tipos de transporte que normalmente usa para chegar a UFRJ?". Por esta razão, o total ultrapassa 100%.



águas calmas, propícia ao transporte aquaviário. A prioridade será a ligação CIDUNI-Universidade Federal Fluminense (Gragoatá)-Praça XV-Praia Vermelha. Essa linha de integração universitária oferecerá também uma opção

complementar para aqueles que buscam nossa Universidade desde o outro lado da Baía de Guanabara e do Centro da Cidade, além de propiciar maior integração entre as duas maiores universidades federais do estado.

Região do Início da Viagem



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opêntia, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anos, 2008

GALEÃO X SANTOS DUMONT: POR UMA PERSPECTIVA INTEGRADA

A imprensa tem repercutido o embate entre a Agência Nacional de Aviação Civil e o Governo do Estado acerca dos destinos dos dois grandes aeroportos de nossa cidade – o Antonio Carlos Jobim e o Santos Dumont.

O Governo Estadual defende que o Santos Dumont continue servindo apenas a voos Rio-São Paulo-Rio, de modo a reservar ao Galeão uma demanda capaz de torná-lo atraente para a privatização – para a qual já haveria o aval do governo federal. Já a ANAC defende que o Santos Dumont opere também com outros destinos, crítica a

criação de “reservas de mercado” e defende a “concorrência” entre os dois aeródromos. A controvérsia parece ser a de que, sob concessão privada ou controle público, o regime ideal de relacionamento entre diferentes equipamentos que prestam o mesmo serviço é a concorrência no mercado – neste caso, o mercado de serviços aeroportuários. Esta polarização reflete apenas as perspectivas mais imediatas e diretas das autoridades envolvidas e das companhias aéreas; é chegado o momento de olhar para os dois aeroportos do ponto de vista da cidade.

Ora, a cidade do Rio de Janeiro, por sua incomparável geografia e pelo engenho das gerações anteriores, é dotada de valiosa infraestrutura aeroportuária. Dois grandes aeroportos, no entorno da bela Baía de Guanabara, oferecem uma vantagem rara em grandes cidades: proximidade do centro urbano. E mais: entre os dois aeroportos uma distância de menos de 14 km.

Os dois aeroportos podem e devem ser pensados e administrados como equipamentos urbanos, que na realidade são, partes de um mesmo e único serviço urbano. Precisamos adotar uma gestão integradora, ao invés de uma postura estrita e estreitamente mercantil, da qual deriva o falso e pernicioso antagonismo.

A cidade tem sofrido as consequências da fragmentação de alguns serviços, com graves danos para seus habitantes e visitantes. O melhor exemplo é o dos transportes públicos, em que um processo de privatização sem critérios colocou trem, metrô, ônibus, barcas e, agora, vans em uma guerra sem quartel, sem vencedores, em que todos perdemos.

Um olhar e uma administração integrados para os nossos dois aeroportos recomendariam a criação de uma interligação rápida, confiável, segura e eficiente. Tal conexão os transformaria num único grande complexo aeroportuário, integrado também à malha urbana, e o Santos Dumont seria o 3º terminal do Galeão.

Tecnologias inovadoras e adequadas estão disponíveis. O Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parte do Plano Diretor UFRJ 2020, ora em elaboração, deverá optar pelo Sistema Maglev-Cobra, que pesquisadores da UFRJ vêm desenvolvendo. O Maglev-Cobra, pequeno trem de levitação magnética, opera com energia solar, não gera qualquer poluição, nem gases de efeito estufa. Sua viabilidade técnica e suas vantagens ambientais já foram comprovadas. Outra boa notícia: comparado ao metrô a céu aberto, oferece custos de operação e implantação muito favoráveis (1/3 do custo por quilômetro de linha). Se fizermos essa opção, o Rio de Janeiro e seus aeroportos se

colocarão na vanguarda tecnológica em termos de transporte público eficiente e ambientalmente amigável.

A ligação Galeão-Santos Dumont poderá também contemplar estações intermediárias na Cidade Universitária, Terminal Rodoviário Novo Rio, na Zona Portuária – cujo processo de revitalização será bastante enriquecido – e na Praça XV. O trajeto direto entre os dois aeroportos, sem paradas intermediárias, poderá ser realizado em menos de 10 minutos, tempo inferior ao necessário para deslocamento entre terminais de grandes aeroportos, algumas vezes também realizados sobre trilhos.

Um serviço aeroportuário de qualidade é indispensável para uma cidade que ostenta o título de principal destino turístico do país (40% do total nacional). A proximidade dos terminais ao centro e à Zona Sul confirmaria o Rio de Janeiro como grande receptor internacional de convenções, congressos científicos e encontros profissionais e como lugar privilegiado para reuniões empresariais, científicas e governamentais de âmbito nacional.

É necessário incorporar a perspectiva urbana ao tratamento de nossos aeroportos, rompendo com visões e percepções que vislumbram na concorrência a principal, quando não a única, regra de gestão dos equipamentos públicos. Mais que necessário, tornou-se urgente, quando se aproxima a realização da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). A Prefeitura do Rio de Janeiro também precisa ter um papel mais ativo e central nesta discussão.

O momento exige a ampliação do debate sobre nossos aeroportos. Reunamos autoridades federais, estaduais, municipais, Universidade e representações da sociedade civil para, juntos, encontrarmos os melhores caminhos para transformar nossos dois admiráveis aeroportos em um grande e eficiente complexo aeroportuário integrado.

Carlos Vazir e Carlos Levi
(Comitê Técnico do Plano Diretor)
Jornal do Brasil, 1/02/2009

3.6. A UFRJ deverá defender junto às autoridades governamentais a necessidade de conexão metroviária – , de preferência, utilizando a tecnologia de levitação magnética em desenvolvimento na COPPE – para fazer a conexão Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim - Aeroporto Santos Dumont. A ligação Galeão-Santos Dumont poderá também contemplar estações intermediárias na Cidade Universitária, Terminal Rodoviário Novo Rio, na Zona Portuária – cujo processo de revitalização será bastante enriquecido – e na Praça XV. O trajeto direto entre os dois aeroportos, sem paradas intermediárias, poderá ser realizado em menos de 10 minutos, tempo inferior ao

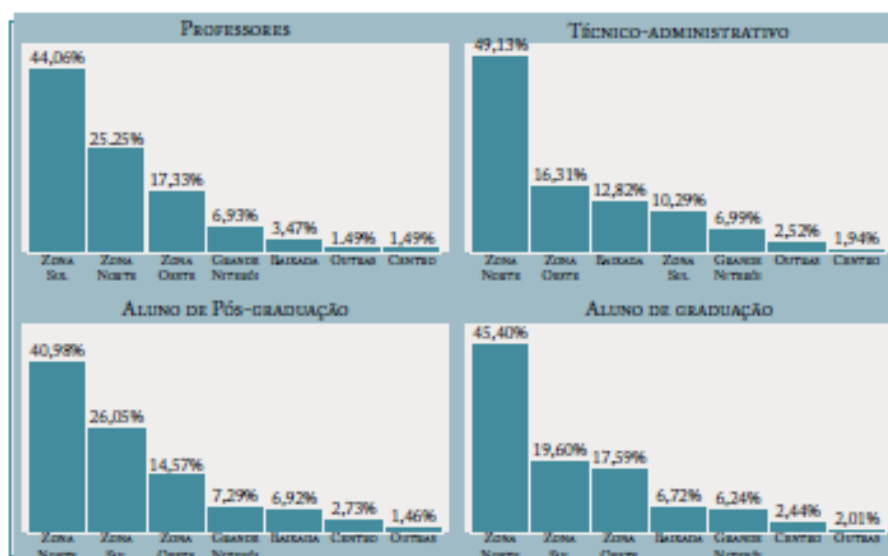
necessário para deslocamento entre terminais de grandes aeroportos, algumas vezes também realizados sobre trilhos.

3.7. Na Circulação Interna, a política aponta para a prioridade do transporte ativo, nos deslocamentos de curta e média distâncias, e para o transporte coletivo na média e longa distâncias¹⁰.

O princípio do Transporte Ativo se impõe cada vez mais, mesmo em grandes cidades, como Paris, Montreal, Amsterdã e outras. Deslocamentos a pé, de bicicleta, de skate, patins e patinete se generalizam nas grandes metrópoles, com admiráveis benefícios tanto para a qualidade da vida urbana quanto para a

10- Partilhado se usar bicicleta no campus, mais de 40% dos usuários dos ônibus internos responderam afirmativamente (Laboratório de Diagnóstico em Opções/UFRJ, Relatório Levantamento de Dados e Pesquisa de Opções, Prefeitura da UFRJ, Contagem e Satisfação de Usuários do Ônibus Interno no Fimão, maio/2008, mimeo).

Região onde Mora - Por Categoria



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opções, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Atitudes, 2008

saúde da população. Trata-se, pois, de assegurar na CIDUNI, cuja topografia plana convida ao transporte ativo, as vias adequadas e sua indispensável proteção. Caminhos amenos e arborizados, mobiliário urbano e outros eventos urbanos ao longo dos trajetos, tudo isso contribui para tornar mais agradáveis os deslocamentos.

3.8. Internamente, os grandes eixos de circulação serão progressivamente reservados aos meios coletivos e às vias de transporte ativo (ciclovias, calçadas). O transporte motorizado individual deverá ser canalizado para uma via periférica e os estacionamentos deverão ser devidamente redimensionados e realocados, banindo o domínio do automóvel individual sobre as vias de circulação e a ocupação de áreas nobres¹¹. Impõe-se superar uma situação na qual o transporte automobilístico

individual, responsável por apenas 34 do total de deslocamentos, domina, de maneira absolutamente irracional e antisocial, a estrutura viária e extensas áreas da CIDUNI¹².

3.9. Haverá que assegurar, no conjunto das edificações, serviços e equipamentos universitários, acessibilidade universal, garantindo os plenos direitos dos portadores de necessidades especiais.

3.10. Metas da Política de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte nos Horizontes de Planejamento¹³.

2012

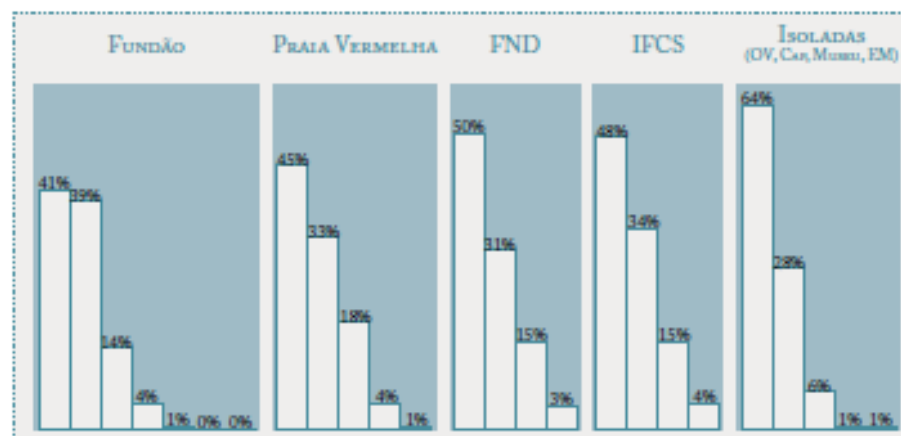
- Terminal de Integração Rodoviária
- Viaduto Linha Vermelha/Centro
- Mag-lev – trecho CT-CCS
- Ciclovias e parque de bicicletas
- Redesenho e implantação do novo desenho dos eixos principais – ciclovias, calçadas, esta-

11 - Nos estudos de concepção redefiniu-se que, apesar dos anos 50 e 60, no contexto do qual o automóvel individual dominava a totalidade dos espaços, os estacionamentos associaram-se de grandes superfícies em localizações nobres, como o complexo de estacionamentos nas áreas fronteiras do CT, do CCMN e do CCS.

12 - Não se tenta de partir os que, na ausência de alternativas adequadas de transporte público confortável, seguro e rápido, optam pelo carro, testa-se, porém, de, progressivamente, à medida que as alternativas forem sendo oferecidas, induzir o uso de alternativas mais racionais, seguras, limpas, ambientalmente amigáveis que o automóvel particular.

13 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

Tempo Médio de Viagem: Ida e Volta



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opêntico, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Ações, 2008

cionamentos, construção de anel viário em torno das áreas universitárias

■ Redesenho e adequação das edificações e equipamentos já existentes, de modo a assegurar acessibilidade universal aos portadores de necessidades especiais.

2016

■ Conexão ferroviária/Supervia – Central-Bonsucesso-CIDUNI-Galeão-Ilha do Governador

■ Expansão Mag-lev para toda a CIDUNI

■ Conexão Galeão-Santos Dumont passando pela CIDUNI (2014)

■ Ligação hidroviária UFRJ-Praça XV-UFF-Praia Vermelha.



Fonte: Vídeo - Ponte do Canal Asa Preta Alameda Citus.

4 Cidade Universitária, Cidade de Convergência e Integrações

4.1. Tomando como ponto de partida as edificações já implantadas e tendo como objetivo a reversão de sua dispersão, que gerou um espaço fragmentado e sem conexões, identificaram-se três caminhos para reverter o quadro presente: implementação dos Centros de Convergência, a implantação da Área Central e a ênfase nas edificações e espaços de uso coletivo.

4.2. Os Centros de Convergência constituem uma unidade básica de planejamento, cujos atributos são: densidade, diversidade, convivência de usos e usuários, conectividade, ambiência urbana. Os Centros de Convergência funcionarão como bairros da Cidade Universitária.

Assim como os bons bairros urbanos, os Centros de Convergência se caracterizam pela oferta de um conjunto de atividades, serviços e comércio que lhes conferem alguma autonomia, afirmando, dessa forma, uma certa multicentralidade (que pode ser lida também como descentralização) da CIDUNI.

Por serem, porém, parte de uma cidade especial, que é universitária, esses bairros caracterizam-se por se articularem em torno da atividades-fim da universidade e a suas unidades de ensino, pesquisa e extensão.

4.3. Os Centros de Convergência devem integrar:

■ **Superfícies e áreas construídas estritamente acadêmicas**, destinadas a edificações e usos voltados às atividades de ensino, pesquisa, extensão, administrativas e de apoio, como: salas de aula, laboratórios, gabinetes, espaços e equipamentos administrativos, bibliotecas, instalações e infra-

estrutura para novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas, estúdios de TV e rádio, auditórios de pequeno porte etc.;

■ **Superfícies e áreas construídas de apoio e de convivência acadêmicas**, como: residências e restaurantes universitários, espaços e instalações para formação e desenvolvimento de recursos humanos, outros espaços de convivência, auditórios de médio e grande porte, quadras poliesportivas etc.;

4.4. A Área Central integra também a política de centralidades e integrações, pois reunirá instalações e serviços que interessam ao conjunto da Universidade, tais como: Administração Central, Centro de Ensino à Distância e Centro de Formação e Produção Audiovisual, Rádio e TV Universitárias, Centro de Formação de Técnico-Administrativos, Escola Superior da Cidadania (cursos de extensão para organizações da sociedade civil e movimentos populares), Museu do Conhecimento, Arquivo Central e Centro da Memória da UFRJ, sedes das associações e sindicatos, Prefeitura da Cidade Universitária etc.

4.5. Parque da Minerva, Clube Universitário, Equipamentos Esportivos completam a política de centralidades e integrações, oferecendo outros tantos espaços e atividades que constituirão lugares possíveis de encontro ativo, em torno de atividades culturais, esportivas e de entretenimento. Tais espaços também desempenharão importante papel na integração Universidade-Cidade.

4.6. **Metas da Política de Centralidades e Integrações nos Horizontes de Planejamento**¹⁴

.....
14 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

2012

■ Centro de Convergência do CCS

- Restaurante universitário central (2009)
- Bloco J – Prédio CCS (expansão acadêmica)
- Terminal de Integração rodoviária (2009)
- Recuperação da ala sul do Hospital Universitário
- Reorganização do comércio e serviços

■ Centro de Convergência CCMN-CT

- Biblioteca Central Bloco A – Frente-CT
- Residência universitária
- Bloco A – Fundos do CT (expansão acadêmica)
- Bloco F – Prédio do CCMN (expansão acadêmica)
- Prédio CCMN (expansão acadêmica)
- Pólo Quinto
- Reorganização de comércio e serviços

■ Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA

- Colégio de Aplicação (relocação acadêmica)
- Prédio CFCH (relocação acadêmica)
- Residência universitária
- Espaço Integrado das Bibliotecas IPPUR-FAU-EBA
- Prédio do CCJE (relocação acadêmica)
- Prédio do CLA (expansão acadêmica)
- Reorganização de comércio e serviços

2016

■ Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA

- Residência universitária

- Restaurante universitário
- Comércio e serviços
- Prédio CFCH (relocação acadêmica)
- Prédio CCJE (relocação acadêmica)

■ Centro de Convergência CCS

- Edificação de novas unidades de saúde no Complexo do Hospital Universitário

■ Área Central

- Administração Central – Retorta
- Associações/Sindicatos
- Complexo de auditórios de grande porte
- Museu do Conhecimento
- Centro de Ensino a Distância/Centro de Formação e Produção Audiovisual
- Rádio e TV universitárias
- Centro de Formação de Técnico-Administrativos
- Escola Superior de Cidadania
- Hotel de passagem

2020

■ Áreas de Convergência

- Expansão e conclusão
- Relocação de atividades acadêmicas na CIDUNI

■ Área Central

- Centro de Comércio e Serviços (2016)
- Expansão e conclusão

Perspectiva Centro de Convergência

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



5 Política de Residência Universitária Viver na CIDUNI, morar na CIDUNI

5.1. São conhecidos os ganhos em termos de aproveitamento escolar que podem alcançar estudantes que contam com residência e alimentação no campus universitário onde estudam. Isso é tanto mais válido quando se fala de estudantes com renda familiar mais baixa. Uma política decidida de residência universitária pode, em curto espaço de tempo, propiciar:

- rápida e expressiva redução da evasão escolar;
- rápida melhoria no rendimento escolar dos estudantes residentes, mormente daqueles integrantes de famílias de baixa renda;
- rápida melhoria do rendimento escolar médio;
- possibilidades de implementar efetivamente

uma política de mobilidade acadêmica nacional e internacional.

5.2. Por outro lado, a expansão da residência universitária se coaduna com a opção por uma política de urbanização da CIDUNI, que será cada vez mais caracterizada pela convivência de usos múltiplos e usuários diferenciados, atividades variadas, densidades, propiciando uma rica e permanente sociabilidade universitária.

5.3. Em certa medida, é possível afirmar que a concepção que orientou o tratamento dado à moradia estudantil na UFRJ padecesse dos mesmos e conhecidos equívocos que marcaram a política habitacional da época da ditadura militar.

Tabela III – Demanda Potencial de Moradia Estudantes por faixa de renda (Classificados Vestibular de 2008/2009)

FAIXA DE RENDA	VALORES ABSOLUTOS		% SOBRE APROVADOS	
	QUANT.	ACUM.	%	% ACUMULADO
Até 1 salário mínimo	171	171	2,34	2,34
De 1 até 3 SM	935	1.106	12,77	15,11
De 3 até 5 SM	262	1.368	3,58	18,69
De 5 até 10 SM	34	1.402	0,46	19,15
De 10 até 20 SM	158	1.560	2,16	21,31
De 20 até 30 SM	46	1.606	0,63	21,94
Total Aprovados	7.320			

Nas faixas até 3 SM estão incluídos todos os candidatos; nas faixas acima, só aqueles que moram fora da RMRJ - Fonte: PRU/UFRJ

Assim, o conceito que se impôs foi o de "edifício-depósito", a exemplo dos grandes conjuntos habitacionais dos anos 60 e 70, eles também implantados nas periferias distantes das grandes e médias cidades.

Nesse aspecto, o primeiro passo a ser dado é o da superação da concepção segregadora e redutora do "alojamento" e do "alojado", o que depende da adoção de uma política ampla de residência universitária.

A Política de Residência Universitária deverá fundar-se nos princípios seguintes:

- Residência para os diferentes segmentos da comunidade universitária – estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, servidores técnico-administrativos;
- Integração dos edifícios residenciais no conjunto do tecido da CIDUNI, nos diferentes Centros de Convergência;

- Integração, em cada edifício residencial, de moradores de diferentes tipos e segmentos da comunidade, de modo a evitar processos segregadores;

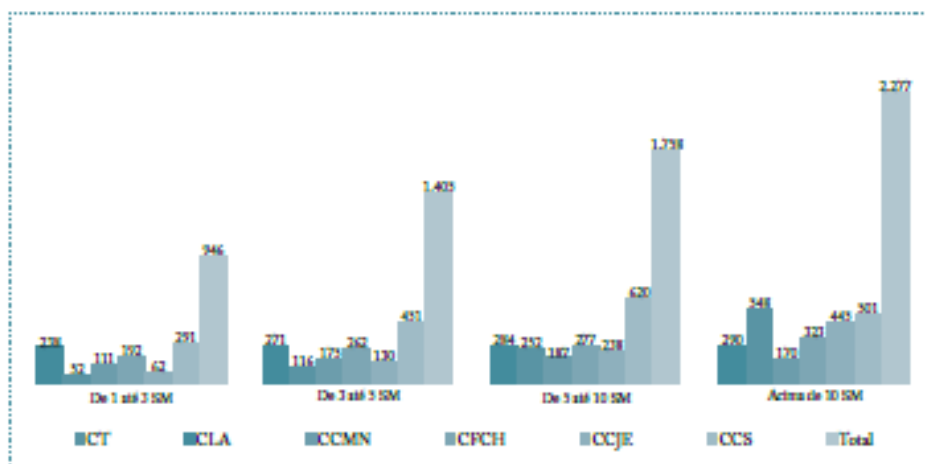
- Prioridade à residência estudantil com subsídio total.

5.4. Tendo como meta, no horizonte 2020, oferecer residência para 10% dos integrantes da comunidade universitária, a Política de Residência Universitária pretende multiplicar por 18 a oferta de moradia estudantil, passando de 500 para 9.000 o número de estudantes residentes.

Todas as residências estudantis serão subsidiadas, segundo as modalidades seguintes:

- Residência com Subsídio Total, isto é, moradia totalmente gratuita, no total de 6.000;
- Residência com Subsídio Parcial, num total de 3.000.

Renda Familiar dos Estudantes Classificados por Centro Vestibular 2008/2009



Fonte: PR1/UFRJ

5.5. Docentes e técnico-administrativos também poderão acessar residências universitárias, compatíveis com suas necessidades e tamanho da família, mediante locação.¹⁵

5.6. Nos edifícios residenciais deveremos ter unidades de diferentes tipologias (apartamentos com sala, cozinha, área, 1 a 4 quartos), para atender diferentes tipos de demanda. A residência estudantil (4 quartos individuais por apartamento) será única e padronizada, assegurando condições dignas, saudáveis e adequadas à vida de um(a) estudante universitário(a).

5.7. A opção pela vizinhança de diferentes usuários – docentes, técnico-administrativos, estudantes de graduação e pós – expressa a preocupação de evitar a constituição de guetos sociais ou de categorias específicas e em assegurar um espaço residencial característico de cidades e ambientes integrados, em que a coexistência da diferença é fator de riqueza de interações, aprendizado democrático e modo de evitar a constituição de espaços segregados e degradados habitados pelos mais pobres.

5.8. Os edifícios deverão contemplar espaços de uso coletivo – sala de televisão e vídeo, laboratórios de computação, salas de estudo, salas de estar e recreação, equipamentos esportivos. Esses últimos incorporam-se ao Centro de Convergência em que estiver localizado o edifício, podendo ser utilizados também por aqueles que não residem na CIDUNI. Os primeiro e segundo andares dos edifícios residenciais deverão ser destinados ao pequeno comércio e serviços de bairro, assim como a restaurante universitário.

5.9. É necessário, e mesmo urgente, levar adiante a incorporação da Vila Residencial ao espaço e convívio da CIDUNI. Nesta direção, dever-se-á promover a regularização fundiária e fazer deste núcleo um bairro da Cidade Univer-

sitária. Uma atenção particular deve ser destinada para assegurar que todas as redes de infraestrutura e serviços – transporte público, ciclovias, saneamento básico, transmissão de dados etc – atendam de maneira integral e integrada à Vila Residencial. Como parte da CIDUNI, a Vila Residencial deverá ter acesso a equipamentos culturais e esportivos, assim como a comércio e serviços em geral.

5.10. Finalmente, há que se destinar espaço, na área central, para a construção de um hotel de trânsito para recepção de professores ou outros que nos visitem para períodos curtos (bancas, palestras etc), bem como de funcionários das estatais e das empresas localizadas no campus em serviço ou de passagem pelo Cidade Universitária.

5.11. Metas da Política de Residência Universitária nos Horizontes de Planejamento¹⁶

2012

- 1.000 unidades residenciais estudantis, todas com subsídio total
- Regularização fundiária e rede de infraestrutura urbana da Vila Residencial

2016

- 5.000 unidades residenciais, das quais 3.000 unidades residenciais estudantis com subsídio total, 1.000 unidades residenciais estudantis com subsídio parcial e 500 unidades residenciais para docentes e técnico-administrativos
- Hotel de passagem (2014)

2020

- 11.000 unidades residenciais, das quais 9.000 unidades residenciais estudantis (6.000 com subsídio total) e 2.000 unidades residenciais para docentes e técnico-administrativos.¹⁷

15 - Foram dados os primeiros passos, junto à Caixa Econômica Federal, Secretaria Municipal de Habitação e Ministério das Cidades, para descrever um programa de locação de Residência Universitária, inclusive para docentes e técnico-administrativos.

Desde 1964, as políticas habitacionais governamentais de moradia social priorizaram a "casa própria". Mais recentemente, seguindo o exemplo de vários países, há forte tendência a adotar políticas de habitação social voltadas para a locação. Deu-se-se, no momento, no âmbito do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica, a criação de linhas de financiamento especiais para moradia social por locação. Um programa universitário nesta direção seria pioneiro.

16 - As metas são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados. Negociações iniciadas com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades estruturam perspectivas favoráveis à elaboração e implementação de um programa de residência universitária, embora sejam necessários os recursos habitacionais e financeiros para um programa deste tipo, que seria pioneiro no Brasil.

17 - O CTPD recebeu proposta da Comissão de Aposentados do SINTUFRRJ solicitando cômulo de área para a construção de uma Casa do Servidor Técnico-Administrativo Aposentado. O CTPD solicitou mais informações sobre o projeto, bem como manifestação formal do SINTUFRRJ e do ADUFRRJ a respeito da proposta.

A VILA RESIDENCIAL – HISTÓRIA VIVA

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nas lutas vem o nome da vila,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tábua vetea destruída,
Quem outras taboas a reconstruiu? Em que casas
Da Línia Dourada moravam suas obras?
No dia em que ficou frente a Muralha da China para onde*

*Focam as suas pedras? A grande Roma
Está cheia de aras de triunfo. Quem os arguiu? Sobre quem
Triunfaram as Colunas? A tão cantada Babilônia só tinha pedras
Para as suas habitações? Até a legendaria Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogada gritar por sua caverna.
(Bertold Brecht, "Fragmentos de um operário letrado")*

A Vila Residencial da UFRJ é testemunha viva da história da Cidade Universitária. A maioria de seus primeiros moradores vivia nas ilhas de Sapucaia e do Catalão, que, juntamente com outras sete ilhas (Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Batacu, Fundão, Bom Jesus), viriam constituir a Ilha da Cidade Universitária. As obras iniciaram-se em 1949 e a realização desse megaempreendimento mobilizou expressivo contingente de operários. Suas vidas e suas trajetórias não aparecem em nossos documentos oficiais, mas estão presentes e se atualizam de forma permanente na memória e na luta diária das famílias residentes.

Com o aterro e unificação das ilhas, o grupo originário de moradores foi engrossado por outros tantos operários que vieram construir a Universidade do Brasil. Ao fim das obras, foram integrados ao quadro funcional da universidade e receberam terrenos para construir suas moradias.

Durante a construção da Ponte Rio-Niterói, a Vila Residencial foi usada como depósito. Barracos de madeira construídos para abrigar os operários da construção da ponte começaram a ser ocupados pelos moradores que viviam espalhados pelos mais diversos pontos da então Cidade Universitária, sendo a sua maioria de funcionários da UFRJ.

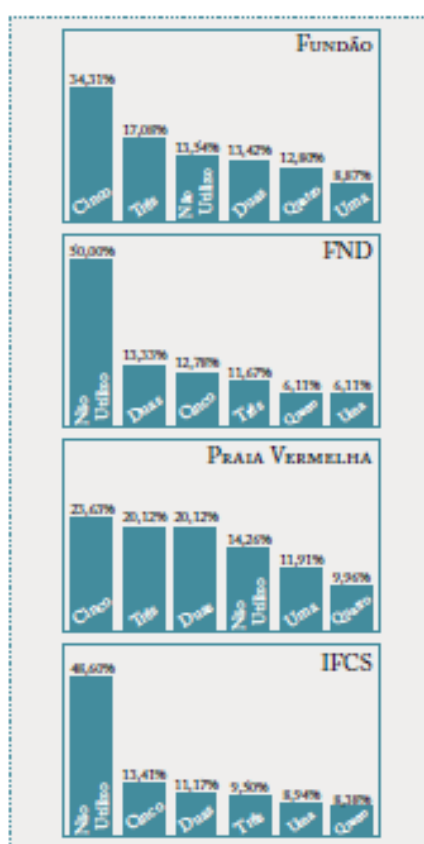
Os anos passaram, e os problemas se acumularam, em decorrência da falta de manutenção das

já precárias instalações implantadas pelos próprios moradores e pelo aumento populacional. Para fazer face a estas dificuldades, foi fundada, em 02/03/1980, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial (AMAVILA). Organizar a luta pelo direito de moradia em condições de salubridade e dignidade tem sido seu objetivo. Em documento encaminhado ao Comitê Técnico do Plano Diretor, a AMAVILA manifesta suas expectativas e adverte: "[...] o não atendimento das nossas reivindicações mantendo o *status quo*, o Plano Diretor se desvirtuará do seu propósito, não alcançará a plenitude dos seus objetivos, pois não haverá de forma integral a proposta de humanização de espaços dentro da Ilha da Cidade Universitária, continuará a fragmentação e a desagregação presente hoje na Vila Residencial, já que a distância imposta pela sua posição geográfica e com o não atendimento das intervenções necessárias do Plano Diretor na Vila manteremos a fraca vitalidade urbana do seu espaço".

Impõe-se, pois, assegurar a efetiva integração da Vila Residencial às redes de circulação e infraestrutura previstas pelo PDUFRJ 2020, de modo a promover "as transformações necessárias para uma Vila saudável e sustentável e fazendo justiça corrigindo o passivo social acumulado por muitos e dolorosos anos." (AMAVILA, Proposta da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Residencial UFRJ para o Plano Diretor UFRJ 2020, 24/09/2009).

6 Política de alimentação

Frequência Semanal de Serviços de Alimentação por Sede



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Optética, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Atitudes, 2008

6.1. A Política de Alimentação deve concretizar a vontade de garantir efetivas oportunidades de formação integral ao conjunto dos estudantes, em particular àqueles de famílias de baixa e média renda. Oferecer uma alimentação de qualidade, equilibrada e acessível, como sabido, é da maior importância para favorecer a permanência dos estudantes no espaço universitário, dedicando-se integralmente aos estudos. É, igualmente, importante meio de combate à evasão.

6.2. Suplementarmente, os restaurantes universitários estarão atendendo a técnico-administrativos e docentes.

6.3. Entende-se a necessidade de operar com diferentes restaurantes, implantados nos diferentes Centros de Convergência, restringindo a necessidade de deslocamento nos horários de refeições.

6.4. A Política de Alimentação completa-se com uma visão integrada do conjunto de serviços de alimentação permitidos, como podem ser restaurantes, lanchonetes e cafés, quiosques etc. A política de permissões deverá atender aos objetivos de alcançar diversidade de oferta, qualidade nutricional e sanitária, preços razoáveis e horários de funcionamento compatíveis com os horários escolares (inclusive noturno).

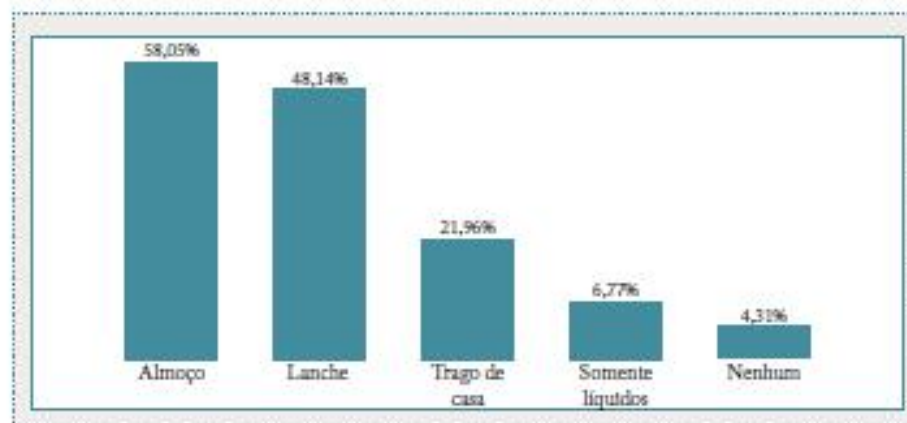
Também se deveria estudar a pertinência e interesse de instalar, em acordo com o SENAC e apoio do Instituto Nutrição, um restaurante-escola, para formar pessoal qualificado¹⁸.

6.5. Metas da Política de Alimentação nos Horizontes de Planejamento¹⁹

18 - O SENAC montará, hoje, quatro restaurantes-escola na cidade do Rio de Janeiro, voltados para a formação não apenas na área de Gastronomia e Nutrição, mas também para a valorização de aspectos culturais e de expressão étnica que caracterizam a alimentação com fato social. A formação de pessoal graduado e técnico nas áreas de Gastronomia e serviços de restauração atenderá a demanda do setor de restauração e hotéis, que operam no indústria do turismo, de grande relevância na vida econômica da cidade.

19 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

Tipo de Alimentação que faz regularmente na UFRJ



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Optéica, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008

2012

■ 8.200 refeições diárias

- Restaurante próximo à Faculdade de Letras (já em operação) - 800 refeições
- Restaurante Edson Luiz (2009) - 4.000 refeições (atualmente em operação parcial, servindo 1.200 refeições)
- Restaurante próximo ao CT (2009) - 1.000 refeições

- Restaurante próximo ao CCMN (2012) - 2.400 refeições

2016

■ 15.000 refeições

- Restaurante Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA

2020

■ 30.000 refeições

Fonte: Restaurante Universitário, Marco Ferraz, 2010.



7 Cidade Universitária, Cidade Ambiental e Energeticamente Responsável

7.1. Preliminarmente, para efeitos do PDCIDUNI 2020, define-se como Responsabilidade Ambiental e Energética o compromisso em assegurar que nossas práticas estejam permanentemente buscando:

- uso responsável e econômico dos recursos ambientais;
- economia e eficiência energéticas;
- busca de fontes alternativas de energia;
- economia e eficiência no uso de recursos hídricos;
- tratamento e destinação adequadas de efluentes líquidos;
- recuperação, reciclagem, gestão e destinação adequada de resíduos sólidos;
- redução da poluição atmosférica e de emissões de gases de efeito-estufa;
- recuperação e preservação de biomas relevantes, expressivos da bacia da Baía da Guanabara;
- modos de vida saudáveis, implicando disseminação da prática de exercícios físicos e hábitos alimentares saudáveis (produtos orgânicos).

Alcançar tais objetivos no horizonte 2020 significa fazer da CIDUNI, enquanto complexo urbano, um campo de experimentação e modelo da Responsabilidade Ambiental e Energética.

7.2. Essa ambiciosa proposta exige um entendimento de que a questão ambiental e energética atravessa e deve ser contemplada no conjunto do PDCIDUNI 2020 e em cada

um dos projetos que o integram. Assinalam-se abaixo, de forma ainda preliminarmente ilustrativa, a multiplicidade de aspectos e dimensões a serem consideradas.

■ Ambiente construído:

- Criar espaços de trabalho e estudo ambientalmente confortáveis, que assegurem segurança e salubridade, com adequado controle dos riscos;
- Promover a conservação, economia e eficiência energéticas.

■ Mobilidade e Transporte:

- Desenvolver e implementar estratégias para reduzir uso de combustíveis fósseis, poluição atmosférica e emissões de carbono, favorecendo meios de transporte ambientalmente amigáveis, em particular o transporte coletivo e o transporte ativo.

■ Vida saudável:

- Promover, nos restaurantes universitários e demais serviços de permissionários, alimentação saudável e orgânica;
- Prática esportiva e modos de vida que incorporem atividades físicas;
- Oferecer equipamentos esportivos e espaços internos e externos que favoreçam o exercício físico.

■ Gestão responsável dos recursos hídricos:

- Dragagem e recuperação dos canais do Cunha e do Fundão;
- Reabertura, onde possível, dos canais que separaram as ilhas originais que deram origem

à ilha da Cidade Universitária, de modo a favorecer a circulação e qualidade das águas;

- Uso econômico e reciclagem da água.

- **Economia e eficiência energética:**
 - Implantação da Usina de Lixo;
 - Implantação de placas solares;
 - Utilização de energia solar para alimentar o Mag-lev.
- **Efeito estufa – CIDUNI Emissões Zero:**
 - Redução das emissões;
 - Prioridade ao transporte coletivo, inclusive com unidades movidas a hidrogênio;
 - Prioridade ao transporte sobre trilhos;
 - Captura de carbono;
 - Reserva ecológica do Catalão;
 - 20.000 árvores na CIDUNI.
- **Gestão e Controle de riscos:**
 - Segurança do trabalho;
 - Salubridade dos locais de trabalho e estudo.
- **Certificação ambiental:**
 - Certificação ambiental das edificações;
 - Certificação ambiental da CIDUNI.

7.3. Uma Política de Responsabilidade Ambiental e Energética também terá impactos

positivos do ponto de vista do orçamento da UFRJ, uma vez que as opções ambientalmente mais adequadas costumam ter efeitos financeiros positivos. Assim, por exemplo, estima-se que a implantação de uma usina térmica que queime lixo pode reduzir em até 50% nossas contas de energia. A implantação do Mag-lev deve pagar os investimentos em 4 a 5 anos, redundando numa economia de 3 a 4 milhões anuais dispendidos com os ônibus, desconfortáveis e poluidores, que hoje respondem pela circulação interna. Ambientes de trabalho adequados, ambientalmente confortáveis, podem contribuir para melhor desempenho no trabalho e no estudo.

Via de regra, medidas de responsabilidade ambiental e energética exigem investimentos superiores, mas que tendem a se amortizar rapidamente posto que reduzem expressivamente os orçamentos de custeio e manutenção, gerando, no médio e longo prazos, ganhos ambientais e em qualidade de vida, de um lado, e ganhos financeiros, de outro lado.

Centro de Convergência CIA-CCJE-CPCH (Espaço Acadêmico).

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



8 Cidade Universitária, Cidade do Conhecimento e das Artes

8.1. Embora nem sempre devidamente aproveitada, nossa Universidade tem uma extraordinária vocação como polo de difusão cultural, artístico e científico. Assumir essa vocação é reafirmar nosso compromisso com o conjunto da cidade, mas também com nossa missão de instituição educacional, em que a difusão cultural, artística e científica constitui um dos objetivos centrais.

Nessa instância, pode-se interagir com um conjunto de instituições científicas e culturais. Com adequada Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica a

Instituição será capaz de articular com as redes de ensino fundamental e médio, colaborando para a formação continuada de professores e a iniciação científica e artística de seus alunos. A contribuição de nossa universidade para a Educação de 1º e 2º graus estará inscrita no espaço universitário e será parte tanto do nosso cotidiano quanto do cotidiano das escolas, professores e alunos das escolas de nossa cidade e estado.

8.2. A UFRJ estará no circuito cultural da cidade e, simultaneamente, fazendo com que os estudantes de primeiro e segundo graus



Fotada da EEFD - Escola de Dança

Imagem: Atelier Universitário da FALE

conheçam a universidade desde seus primeiros passos no sistema educacional, através de visitas guiadas a nossos museus, exposições, eventos culturais etc.

8.3. São três os vetores de uma nova Política de Acervos, Centros de Memória e Museus.

|| **Levantamento, qualificação, sistematização, registro de acervos**, que deverá fornecer uma ideia exata de quais são os acervos, centros de memória e museus existentes, situação de conservação e condições de guarda de material, bem como seu valor histórico, documental, científico, cultural, pedagógico.

|| **Preservação, conservação e desenvolvimento de acervos**, que terá como foco assegurar adequadas instalações e condições de preservação e guarda dos acervos, bem como, ali onde for o caso, de seu desenvolvimento.

|| **Disponibilização dos acervos para usos de vários tipos**, entendendo que espaços de guarda e exposição não devem ser vistos como "coleções de objetos" ou "gabinetes de curiosidades" a serem conservados,

expostos e admirados, mas como espaços dinâmicos de produção e difusão do conhecimento, integrando passado e futuro. São, e permanecerão, várias e diferenciadas as formas de disponibilizar para utilização pública, interna ou externa à UFRJ, o acesso ou consulta aos acervos, da mesma forma que são diferenciados os usuários potenciais e públicos-alvo, cabendo reconhecer que nem todos deverão/poderão acessar todos os acervos, em iguais condições e nas mesmas modalidades. Haverá, pois, que se considerar as múltiplas formas de disponibilização para consultas e visitas.

8.4. A Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica se completa com atenção particular para as artes cênicas, música e produção audiovisual. Igualmente relevante é o entendimento da CIDUNI como espaço que não se limita a expor e difundir a produção universitária, mas que se oferece à cidade como espaço que acolhe iniciativas e práticas culturais, artísticas e científicas que estão presentes na vida da metrópole.

Palácio Universitário: de hospício à Universidade do Brasil

O Palácio Universitário, localizado na esquina da avenida Pasteur com a avenida Venceslau Braz, no bairro de Botafogo, foi construído para ser o Hospício Pedro II, inaugurado em 1852 para abrigar doentes mantidos no Centro da cidade pela Santa Casa da Misericórdia. Em 1890, um decreto deu-lhe novo nome: Hospício Nacional de Alienados (HNA), instituição que, em 1944, seria transferida para o bairro de Jacarepaguá.

O projeto arquitetônico do edifício foi desenvolvido por três dos mais expressivos arquitetos do Brasil à época, que priorizaram os princípios da composição classicista na construção, de propor-

ções harmônicas, apuro construtivo e decoração austera.

A Retoria da Universidade do Brasil (UB) ocupou o prédio em 1949, promovendo a restauração e o resgate do estilo arquitetônico original. Com a conclusão das obras, em 1953, algumas unidades acadêmicas foram instaladas no local. Com a construção da Cidade Universitária, a Retoria transferiu-se, deixando no prédio de Botafogo algumas de essas unidades.

O Palácio Universitário foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1972.

Tabela IV Equipamentos Culturais nas Regiões Administrativas Vizinhas à CIDUNI

EQUIPAMENTOS CULTURAIS	REGIÃO ADMINISTRATIVA			TOTAL
	L. DO GOVERNADOR	MARÉ	RAMOS	
Bibliotecas (Livros)	2 (15.606)	1 (1.457)	-	3 (17.063)
Salas de cinema	4	-	-	4
Salas de teatro	3	1	2	6
Escolas de música	1	-	-	1
Férras de arte	1	-	-	1
Casas de artesanato	-	-	-	-
Espaços e centros culturais	5	1	-	6
Clube sociais e esportivos	4	-	-	4
Escolas de Samba	3	-	-	3

Fonte: Prefeituras da Cidade do Rio de Janeiro, <http://www.arsmusemdabala.rio.rj.gov.br> (em 24/02/2009).

20 - Esta questão será retomada na seção consagrada ao Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha – POUUV 2020.

Polo e caminhos do conhecimento: Reunir, articular, irradiar

8.5. A concepção geral da Cidade do Conhecimento e das Artes articula:

- atividades e espaços que combinam um grande espaço expositivo, espaços múltiplos e formas de difusão para além dos muros da Cidade Universitária;
- atividades e espaços para a produção e difusão de artes cênicas em geral e música;
- atividades e espaços voltados para formação, produção e difusão audiovisual;
- atividades e espaços que façam da Cidade Universitária um espaço de encontros urbanos.

8.6 Uma Cidade do Conhecimento e das Artes não apenas acolherá visitantes, como também irradiará conhecimento para fora de seus muros. Assim, há que implementar políticas ativas de exposições e atividades culturais itinerantes, isto é, fora da CIDUNI.

Em primeiríssimo lugar, exposições e ativida-

des culturais privilegiarão espaços universitários que já desempenham papel relevante na difusão cultural, artística e científica em nossa cidade: o Museu Nacional, a Casa da Ciência, o Observatório do Valongo, a Escola de Música, entre outros.

Em segundo lugar, há que considerar os espaços culturais e artísticos, bem como de difusão cultural-científica, que irão ocupar as edificações que serão progressivamente liberadas pela transferência das atividades de ensino e pesquisa para a Cidade Universitária. A Praia Vermelha, em primeiro lugar, e seu admirável Palácio Universitário prestam-se de maneira inigualável a este objetivo²⁰.

8.7. A concepção que se pretende imprimir ao conjunto da Política de Cultura, Arte e Difusão Cultural-Científica, assim como sua projeção espacial, recomendam um leque variado de intervenções e projetos físico-territoriais. Em princípio, deve-se dar prioridade a estruturas flexíveis, móveis, montáveis e desmontáveis sempre que

21 - Um modelo possível é o do espaço projetado por Oscar Niemeyer em Curitiba.

possível, aptas a usos múltiplos. Esse tipo de equipamento expressa e sustenta uma concepção em que arte, cultura e difusão cultural-científica aparecem antes como atividade permanente, feita de ações e intervenções, que como lugar, edificação, estrutura fixa.

Isso, não obstante, será indispensável combinar este tipo de equipamento leve e flexível, com algumas edificações de maior porte, adequadas a determinados tipos de atividades artísticas, exposições etc.

8.8. No que diz respeito a **Museus, Centros de Memória e Acervos**, será necessário contemplar as seguintes edificações e equipamentos:

■ **Museu do Conhecimento.** Edificação de grande porte ou conjunto de edificações de porte variado, contemplando grande espaço expositivo e espaços/equipamentos de apoio. Deve ser projetado de modo a contemplar a vizinhança ou conexão físico-arquitetônica com aqueles museus, centros de memória e acervos da UFRJ que optarem por se realocizarem na proximidade do equipamento central. Também deverá prever espaços para serviços internos aos museus, centros de memória e acervos da UFRJ, como: oficinas de recuperação e restauração, serviços de digitalização, encadernação etc. Devem ser previstos laboratórios públicos de informática, salas de consulta audiovisual, salas de cinema, auditórios para eventos e palestras etc.

■ **Arquivo Central da UFRJ.** Tendo em vista os avanços propiciados pela legislação federal (Lei n. 8.159, de 8/01/2002 e Decreto nº 4.073, de 3/01/2002), parece recomendável a constituição de um Arquivo Central da UFRJ. Nesse caso, uma edificação específica deverá ser considerada, na Área Central, conformando o Centro de Memória da UFRJ.

■ **Caminhos do Conhecimento, articulando o Museu do Conhecimento e demais Museus,**

Centros de Memória e Acervos. Fiz-se referência aqui àqueles museus, centros de memória e acervos que já existem em unidades da CIDUNI, embora em diferenciadas etapas de consolidação, e que optarem por não se congregarem ao **Museu do Conhecimento**, nem por se instalarem em edificação vizinha. Para esses, o Plano Diretor UFRJ 2020 deverá prever:

- Espaços acessíveis e adequados para a guarda e preservação dos acervos;
- Espaços adequados e acessíveis para a visitação, que poderão ser de diversos tipos, conforme a natureza do acervo e o tipo de usuário potencial;
- Caminhos propriamente ditos, como podem ser indicações adequadas, sinalização etc.

8.9. No que diz respeito às **Artes Cênicas e Música**, deverá ser implantado:

■ **Complexo de Artes Cênicas e Música**, reunindo:

- sala com capacidade de 500 a 800 lugares;
- espaço externo que constituirá grande espaço cênico ao ar livre;²¹
- pequeno teatro (80 a 100 lugares) de estrutura interna modular (palco à italiana e arena);
- salas de cinema e vídeo, bem como pequenos auditórios para conferências e cursos;

■ **Complexo Cenográfico e de Indumentária**, que deverá abrigar oficina de marcenaria, ateliê de costura, salas adequadamente climatizadas para guarda e conservação de acervo relevante de cenografia e indumentária, acervo climatizado e catalogado.

■ **Teatro desmontável (palco sobre rodas)**, com todo o aparato necessário à realização de espetáculos teatrais de pequeno e médio portes, para pequenas e médias plateias.

8.10. No que concerne ao **audiovisual**, deveremos implantar:

■ **Centro de Formação e Produção Audiovisual**, que deverá ter salas, laboratórios adequados a seus fins. Talvez seja recomendável que este centro venha a compartilhar uma edificação de médio porte com o Centro de Ensino à Distância e a futura sede da Rádio e TV da UFRJ²².

8.11. No que diz respeito à afirmação da CIDUNI como espaço de encontros e eventos urbanos, devemos projetar:

■ **Tendas para a realização de feiras** de colecionadores, de produtos orgânicos, de exposições de vários tipos. De tamanho variável, estas tendas também poderão acolher formaturas, celebrações, festas, shows e espetáculos diversos. Sua localização no Parque da Minerva parece recomendada, tanto pela natureza do espaço quanto pela necessidade de impedir que os eventos prejudiquem as atividades acadêmicas regulares.

■ **Espaços livres com uso artístico e cultural.**

Trata-se, no caso, de pensar o conjunto do espaço da CIDUNI como espaço artístico e cultural, que convida permanentemente o estudante, o professor, o servidor técnico-administrativo, o usuário de nossos serviços e o visitante a gozarem de experiências estéticas ou a entrarem em contato com informações científicas. A colocação de esculturas, de montagens ou instalações ao ar livre, a constituição de espaços especializados, como pode ser um jardim botânico sensorial, reconfiguram o sentido e os usos dos espaços da CIDUNI.

■ **Memorial dos Estudantes Mortos e Desaparecidos pela Ditadura Militar**, que deverá ficar na praça em frente ao recentemente inaugurado Restaurante Universitário Edson Luiz.

■ **Memorial da Ponte Rio-Niterói**, como recuperação da memória do canteiro de obras da ponte Rio-Niterói, em cuja construção muitos, até hoje não se sabe quantos, foram os operários que morreram²³.

22 - Uma edificação mais importante poderia reunir o Centro de Formação e Produção Audiovisual, Centro de Ensino à Distância, a Rádio e TV da UFRJ, o Centro de Tratamento de Serviços Técnico-Administrativos.

23 - Restos de material das obras ainda estão por lá e parte do que foi o canteiro é hoje a "Vila dos Funcionários". Como espaço de revalorização da Vila e homenagem aos trabalhadores da ponte, poderia ser construído um Memorial da Ponte Rio-Niterói.



Projeto vencedor do concurso - Memorial dos Estudantes Mortos e Desaparecidos pela Ditadura Militar. Equipe: Alen, Matos de Piva, Vitor Halim Moreira, Fernando Cunha, Natália da Cunha Cabral, Felipe Fietre Moura, Tadeu Paulo Sousa. Orientadora: Beatriz Santos de Oliveira (FAU - Arquitetura e Urbanismo).

Estudantes: o pilar da resistência ao arbítrio

Com o golpe de Estado consumado em 1º de abril de 1964, iniciou-se o mais longo período de regime ditatorial da história do Brasil. Políticos eleitos tiveram seus mandatos cassados, sindicatos e partidos foram colocados na ilegalidade; militantes políticos presos, torturados e mortos.

Como políticas desse regime autoritário para o Ensino Superior e seus estudantes, destacam-se a Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, visando, especialmente, à extinção da autonomia e representatividade do movimento estudantil, colocando suas entidades sob tutela direta do Ministério da Educação, e os acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development), que tinham o objetivo de “aperfeiçoar” o ensino brasileiro, institucionalizando a intervenção norte-americana na política educacional nacional, afirmação de uma opção privatista e forte ênfase na formação técnica em prejuízo das Humanidades. Tais políticas acabaram tendo como uma de suas consequências a mobilização e unificação do movimento estudantil, que atravessava uma fase de reorganização após algumas conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual UFRJ).

Assim, a pressão social pela expansão do sistema universitário brasileiro, que já vinha desde a década anterior, se intensificou a partir de 1964. A luta por “vagas e verbos” para as universidades públicas expressava o compromisso dos estudantes com a democratização do Ensino Superior e seu rechaço às políticas ditatoriais. A luta pela autonomia das entidades estudantis, da União Nacional dos Estudantes (UNE) em primeiro lugar, caracterizou o movimento dos estudantes como um dos eixos da luta democrática.

A Universidade do Brasil foi um dos principais focos de resistência democrática. Já em outubro de 1964, poucos meses após o golpe militar, os estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND), organizados pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), entraram em greve contra o terrorem cultural. Em 9 de março de 1965, o presidente general

Castelo Branco recebeu ruidosa vata, na presença do corpo diplomático, durante a aula inaugural na Escola Nacional de Arquitetura (ENA), na Cidade Universitária. Cinco dos estudantes que vestiram o chefe do governo militar foram presos pela Polícia do Exército (PE). No primeiro aniversário do golpe, em 1º de abril de 1965, o Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, dissolveu a diretoria do Caco, que promovera a greve.

Os atos de intimidação, violência, prisões se repetiram. Em 22 de setembro de 1966, em manifestação pelo Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura, convocada pela UNE, centenas de estudantes foram cercados e espancados pela polícia, na Faculdade Nacional de Medicina (FNM). O Massacre da Praia Vermelha, como ficou conhecido o episódio, era apenas o início da escalada ditatorial contra a resistência estudantil.

Em 28 de março de 1968, forças da repressão invadiram o Restaurante Calabouço, onde ocorria uma passeata pela reabertura do Serviço de Alimentação Estudantil. Vários estudantes feridos, um estudante secundarista morto: Edison Luis de Lima Souza, 18 anos. As manifestações estudantis tomaram conta do país. Em 26 de junho de 1968, na esteira das manifestações contra a repressão e o assassinato de Edison Luis, a Passeata dos Cem Mil tomou conta da avenida Presidente Vargas e de toda a cidade do Rio de Janeiro.

Em 22 de outubro de 1968, na repressão à manifestação de protesto contra a ditadura em frente ao Hospital Pedro Ernesto, da Universidade do Estado da Guanabara (hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Uerj), cerca de 600 estudantes foram atacados a tiros por policiais armados. Dez estudantes feridos, um morto: Luiz Paulo da Cruz Nunes, 21 anos.

Em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (o AI-5) desmascarou a farsa instaurada pela Constituição de 1967. O Congresso Nacional foi fechado. A repressão e a violência ditatorial recrudesceram: mais prisões, mais cassações de mandatos e direitos políticos, mais censura a todas as formas de manifestação. O Estado Ditatorial se consolidava como Estado de Exceção.

9 Cidade Universitária – Cidade Esportiva

9.1. Pensar a Cidade Universitária como um Pólo de Esporte e Lazer implica analisar o campus através de diferentes perspectivas:

- ocupação e uso transitórios por milhares de pessoas que ali permanecem, de segunda a sexta-feira, durante todo o dia e parte da noite;
- ocupação permanente pelos moradores das residências universitárias previstas para estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos, assim como da Vila Residencial;
- ocupação e uso transitórios pelos setores da população da cidade do Rio de Janeiro, em particular das vizinhanças da CIDUNI, que poderão utilizar espaços, serviços e equipamentos de uso compartilhado.

Estamos, pois, desafiados a estabelecer uma Política de Esporte e Lazer para a CIDUNI que ofereça vasto leque de opções capazes, de um lado, de responder, aos interesses e hábitos de nossos usuários, e, de outro lado, de contribuir para a integração social e para a adoção de práticas e modos de vida mais saudáveis.

9.2. Isso significa conceber e projetar a Cidade Universitária também como um grande espaço, um grande e complexo equipamento múltiplo, apto a acolher, sediar, estimular e incorporar ao cotidiano das práticas universitárias o exercício físico e do lazer.

Impõe-se, em primeiro lugar, instalar, nos Centros de Convergência, em articulação com os edifícios residenciais, mas não apenas, quadras e equipamentos para a prática de diferentes

esportes. A oferta destes equipamentos próximos aos centros de atividade acadêmica e residências constituirá forte estímulo ao exercício e esporte, sempre que se assegurem igualmente vestiários e banheiros adequados.

9.3. Ao mesmo tempo, há que reconhecer, identificar, explorar e desenvolver o extraordinário potencial existente para práticas de esporte e lazer que atendam à comunidade externa. Em vez de um único e concentrado "quartelão esportivo", uma Cidade Esportiva, com quadras e esportistas por toda parte. É bom não esquecer que o estímulo ao transporte ativo – bicicleta, deslocamentos a pé – constitui ponto de sinergia entre a Política de Mobilidade e Transporte, a Política de Responsabilidade Ambiental e Energética e a Política de Esporte e Lazer.

9.4. A elaboração de uma Política de Esporte e Lazer para a Cidade Universitária exige:

- Entender a complexa rede que sustenta os fenômenos esporte, lazer, atividade física e educação física;
- Identificar as relações da UFRJ e da Cidade Universitária com seu entorno – município do Rio de Janeiro e municípios vizinhos;
- Articular as iniciativas e projetos esportivos com os Jogos Olímpicos 2016, potencializando as contribuições da UFRJ e entendendo a implantação de equipamentos esportivos da CIDUNI como um dos legados do evento;
- Construir e manter um banco de dados participativo e integrado contemplando os vetores

pertinentes a essas relações;

9.5. Os objetivos poderiam ser formulados como segue:

- Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer;
- Fomentar a prática do esporte como fator de identidade cultural;
- Reforçar a complexa rede envolvendo o esporte e

as outras dimensões do desenvolvimento humano;

- Contemplar a prática esportiva como meio de integração e promoção sociais de grupos sociais vulneráveis – idosos, portadores de deficiências, jovens das comunidades carentes, etc;
- Promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Preferências de Lazer



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Optética, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Ações, 2008.

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



9.6. A concepção do Esporte e das práticas esportivas deve considerar seus diferentes modos: Esporte Escolar, Esporte de Alto Rendimento e Esporte Recreativo/Participativo. Essas diferentes dimensões ou modos deverão estar contempladas no PDCIDUNI 2020.

No que concerne ao lazer, há que considerar seu potencial educativo e socialmente inclusivo, e suas múltiplas dimensões ou vertentes: manuais, intelectuais, artísticas, turísticas, sociais e físico-esportivas.

Espaços Conceito

9.7. As dimensões e complexidade da Cidade Universitária, ao lado da necessária pluralidade de uma Política de Esporte e Lazer, sugerem a possibilidade da caracterização de espaços conceitos distintos na forma e integrados na essência, a saber:

- Espaço Fundão;
- Centros de Convergência;
- Parque Minerva;
- Via Fundão;
- Escola de Educação Física e Desportos – EEFD;
- Complexo Integrado de Atividade Física – CIAF.

9.8. **Espaço Fundão.** Trata-se de conceber o conjunto da CIDUNI e seu desenho como um espaço bonito, sinalizado e seguro, acolhedor e estimulante para que a população interna e externa

pratique alguma forma de atividade física espontaneamente, sejam passeios, encontros, caminhadas ou esportes urbanos.

Isso pode ser estimulado por um esforço para atrair e garantir ambiente favorável a grandes eventos esportivos de rua, como competições de ciclismo, corridas, triathlon, entre outros²⁴.

9.9. **Centros de Convergência.** É necessário que cada Centro de Convergência constitua um espaço acolhedor, com serviços e equipamentos que estimulem a permanência e a interação, as atividades de lazer e esporte sendo concebidas como complementares às atividades estritamente acadêmicas. É também importante que seu desenho contemple alguns equipamentos esportivos leves: quadras poliesportivas, academia ao ar livre, pista de caminhada informativa, brinquedos pedagógicos.

A mesma abordagem deve estender-se à Vila Residencial, a ser dotada de alguns equipamentos para a prática esportiva.

9.10. **Parque Minerva.** Mais além de consolidar algumas áreas de preservação ambiental, o Parque Minerva deverá oferecer espaços públicos abertos para a convivência (piqueniques, comemorações etc), atividades físicas, artísticas e de lazer. Ocupando a faixa litorânea na orla da baía, com aproximadamente 4 km de extensão, indo da ilha do Bom Jesus até a ilha do Catalão, adequadamente planejado, implantado e mantido, o Parque Minerva pode

24 - Um exemplo é a Volta da UFRJ, corrida de rua promovida anualmente pela EEFD em conjunto com diversos setores da universidade.

Imagem conceitual do Parque da Orla



25 - Ao mesmo tempo, sua via associa-se à política de promoção do transporte ativo.

26 - O projeto do COB prevê um Centro de Treinamento na Cidade Universitária. Trata-se de acelerar sua implantação, de modo que possa atender, já em 2014, à necessidade de treinamento de equipes concorrentes da Copa do Mundo de Futebol.

constituir uma espécie de "Parque do Flamengo da Leopoldina", cumprindo papel fundamental para a vida social dessa parte da cidade do Rio de Janeiro.

Concebido com espaço para a atividade física espontânea, o Parque da Orla deve ser considerado também como uma grande sala de aula ao ar livre para as atividades escolares interdisciplinares. Também devem ser projetados espaços, equipamentos e atividades para idosos e grupos especiais, bem como condições para a modalidades esportivas urbanas: skate, patins, parkour etc.

9.11. **Via Fundação.** Inicialmente planejado como uma pista de caminhada, corrida e ciclismo, pedagogicamente sinalizada, o espaço conceito Via Fundação evoluiu, na medida em que ele deve acompanhar o desenho da Cidade Universitária, para se transformar num elemento de interligação dos Centros de Convergência²⁵.

9.12. **Complexo Integrado de Atividade Física (CIAF).** Esse complexo se fundamenta em projeto originalmente elaborado pela Escola de Educação Física e Desporto e contempla seis módulos principais e um número aberto de módulos complementares.

■ **Módulo 1 – Estádio de Atletismo e Futebol:** com capacidade para 3.000 espectadores e estrutura para receber eventos de nível internacional. Esse módulo prevê a implantação de um completo e moderno Centro de Treinamento Olímpico e Para-Olímpico²⁶.

■ **Módulo 2 – Parque Aquático:** composto por três piscinas (olímpica, de saltos e de educação motora), capaz de receber diferentes atletas, sejam eles portadores de necessidades especiais, profissionais olímpicos ou amadores (certificação FINA).

■ **Módulo 3 – Ginásio Poliesportivo,** desenhado para atender, principalmente, às modalidades coletivas de quadra, com capacidade para 5.000 espectadores.

■ **Módulo 4 – Praia Olímpica,** com a perspectiva de utilizar a orla para atividades esportivas, inclusive modalidades olímpicas (vôlei de praia).

■ **Módulo 5 – Ginásio de Atividades Múltiplas,** com capacidade para 2 mil pessoas, para atender a modalidades de lutas olímpicas (Judô, Luta Greco-Romana, Luta-Livre, Tae-Kwon-Do e Boxe) e às ginásticas (Artística e Rítmica).

■ **Módulo 6 – Clube Sócio-Esportivo da UFRJ,** fundamental área de encontro e convivência, constitui antiga reivindicação de funcionários e professores da Universidade, devendo incluir piscinas, salas de ginástica e musculação, salão de eventos, quadras polivalentes, área infantil, além de área de alimentação e sede administrativa.

9.13. Outros módulos complementares se articulam para compor o CIAF, a saber:

■ **Espaço Tendência:** Área destinada a práticas esportivas em voga, mas ainda não reconhecidas pelo movimento olímpico, como Le Parkour, Escalada, Skate, Patins In Line, BMX, entre outras.

■ **Espaço Comunitário de Livre Acesso:** Áreas de uso livre, abertas à comunidade para prática espontânea de atividades físicas.

■ **Espaço Criança e Movimento:** Área destinada à atividade infantil, orientada ou não, que se diferencia por permitir que a criança decida de forma autônoma com o quê e como brincar.

■ **Espaço Náutico:** Raia para prática de iatismo, remo e caiaque, a ser criada quando da despoluição de nossa área litorânea, indo da Escola de Educação Física e Desportos ao atual prédio da Reitoria.

■ **Alojamento de Trânsito:** Diretamente ligado à demanda gerada pelos espaços esportivos construídos, esse alojamento receberá não só delegações esportivas em treinamento, mas também professores e alunos em congressos e cursos.



Universidade Federal do Rio de Janeiro

9.14. Metas da Política de Esporte e Lazer nos Horizontes de Planejamento²⁷

2012

- Parque Minerva;
- Espaço Fundão;
- Praia Olímpica;
- Espaço Tendência;
- Espaço Comunitário de Livre Acesso;
- Espaço Criança e Movimento.

2016

- Estádio de Atletismo e Futebol;
- Parque Aquático;
- Ginásio Poliesportivo;
- Ginásio de Atividades Múltiplas;
- Espaço Náutico;
- Alojamento de Trânsito.

2020

- Clube Sócio-Esportivo da UFRJ.

27 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

10 Cidade Universitária, Cidade Comunicativa

10.1. A dupla integração que inspira o PD UFRJ-2020 e o PDCIDUNI 2020 remete às múltiplas e diferenciadas formas e meios de integração possíveis e necessárias. No momento em que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação revolucionam as mais diversas esferas da vida social, esta questão ganha, necessariamente, centralidade.

Uma Cidade Comunicativa é aquela em que operam, de maneira eficiente, múltiplos canais e meios de comunicação para dentro – na própria universidade e entre os integrantes da comunidade universitária – e para fora – nas relações com a cidade, o país e o mundo.

10.2. Tendo em vista a comunicação interna, caberia contemplar programas e projetos voltados para:

- Conformação de toda a CIDUNI como espaço de livre conexão sem fio a redes informatizadas;
- Implantação de redes internas de rádio e TV, com telões nos principais espaços públi-

cos (restaurantes, pátios e pilotis dos edifícios etc.), que poderão, em diferentes canais, informar sobre eventos previstos ou em curso. Tais redes poderão também transmitir diretamente alguns eventos, como palestras, encontros científicos, partidas do campeonato de futebol dos servidores técnico-administrativos, assembleias de associações de categoria etc.

- A futura TV UFRJ, além de constituir um campo de pesquisa e formação profissional, oferecerá programas que poderão ser captados no interior da ilha, inclusive nas residências de estudantes, professores e técnicos-administrativos moradores da CIDUNI.

10.3. Assim como se concebe a Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica como voltada para os públicos interno e externo, a mesma orientação deverá presidir a atividade comunicativa de modo geral. Através da internet, do rádio e da TV, a UFRJ poderá integrar-se ainda mais à cidade.

11 Cidade universitária, cidade da cidadania²⁸

28 - A inclusão deste capítulo foi proposta pela Pró-Reitoria de Extensão, PR-5.

29 - Muitas são as demandas para este tipo de atividade vinculadas à PR-5, normalmente não atendidas em virtude da inexistência de instalações e capacidade operacional.

30 - À medida que novos edifícios residenciais forem construídos, poder-se-á estudar a hipótese de transformar o atual Alojamento Estudantil, após as devidas reformas, em Albergue da Cidadania.

11.1. O papel social da Universidade não se esgota na formação de profissionais qualificados, de professores, de cientistas e pesquisadores; ela tem o compromisso igualmente de formar cidadãos, aptos a pensarem criticamente e a serem agentes de transformação de nossa sociedade, marcada por profundas desigualdades, pela injustiça social e ambiental.

É conhecido o papel historicamente desempenhado pelos movimentos universitários, em primeiro lugar, pelo movimento estudantil, nas lutas pela democracia e pela justiça social em nosso país. Tais movimentos, suas organizações sindicais e associativas, são espaços de iniciação e formação permanente para a ação política, entendida como exercício inseparável da cidadania plena.

Ao invés de desvio ou disfunção, a luta e o debate políticos são ingredientes da vida universitária e nela ocupam lugar central.

11.2. Tal compreensão deve projetar-se no espaço da CIDUNI. Assim, deve-se projetar a construção, na Área Central, de edificação para sediar as entidades de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes. Esta edificação deverá contar com auditórios, salas de reunião, escritórios e outros equipamentos para atender às necessidades do dia a dia de uma vida sindical e associativa intensa. Igualmente, deverá estar dotada de meios para acolher congressos e reuniões sindicais e estudantis de nível regional e nacional²⁹.

11.3. Mas o compromisso com a formação e a prática cidadãs não se completa na comunidade intramuros, desdobrando-se em direção a movimentos e organizações da sociedade civil de modo geral. São

já numerosas as experiências, no âmbito da Pró-reitoria de Extensão (PR-5), unidades e centros, de cursos de vários níveis que oferecem formação e treinamento para militantes de movimentos populares, cooperativas populares, organizações da sociedade civil de modo geral. Muitas vezes, porém, iniciativas desse teor ficam inviabilizadas pela inexistência de espaços adequados para acolher e abrigar este tipo especial de estudante.

Nesta direção, a implantação de uma **Escola Superior da Cidadania**, com auditórios, salas de aula e laboratórios contemplará um anseio de muitos universitários e organizações sociais que veem a universidade como aliada em suas lutas cidadãs.

Em apoio à **Escola Superior da Cidadania** deverá ser construído um **Albergue da Cidadania**, onde poderão hospedar-se, por tempo limitado, tanto os alunos destes cursos quanto participantes de reuniões associativas e sindicais de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes³⁰.

11.4. As atividades da **Escola Superior da Cidadania** integram-se ao conjunto de atividades de extensão já desenvolvidas pela PR-5 em direção a movimentos populares, organizações de defesa de direitos humanos, organizações não governamentais e outras.

11.5 O PD UFRJ-2020 deverá prever espaços que abriguem atividades permanentes de extensão universitária, consolidando e ampliando os núcleos interdisciplinares acadêmicos já existentes na Vila Residencial da UFRJ, no Centro de Referência da Mulher e no Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC).

12 Política de Serviços Urbanos e Espaços Comerciais

12.1. Com base nas estimativas de expansão das unidades, o PDCIDUNI 2020 projeta mudança profunda na escala da UFRJ e da Cidade Universitária. Nossa comunidade estará próxima de 110.000 pessoas, às quais cabe agregar os usuários de serviços universitários, o pessoal dos centros de pesquisa não universitários e os visitantes, cujo número deve aumentar expressivamente em razão da oferta crescente de equipamentos compartilhados com a cidade. No horizonte 2020 está prevista uma população residente em torno de 15.000³¹. É possível estimar que a população total, nos dias úteis,

passará dos atuais 65.000 para cerca de 130.000 a 150.000 pessoas em 2020.

A oferta de comércio e serviços deve atender quantitativa e qualitativamente à demanda representada por essa população. Também será necessário distribuir a oferta no espaço, de modo a servir adequadamente à totalidade da malha da CIDUNI e reduzir deslocamentos desnecessários.

12.2. Os serviços e comércios atualmente existentes na Cidade Universitária são considerados quase unanimemente como escassos e precários. Uma nova concepção de comércio e serviços deverá

31 - A oferta de unidades residenciais prevê a moradia de 11.000 estudantes, docentes e técnico-administrativos. Ora, como a maioria dos docentes e servidores técnico-administrativos, assim como alguns estudantes, estarão morando com suas famílias (no caso de estudantes que formam casais), o número de 15.000 residentes parece conservador. Projeções mais firmes deverão ser produzidas.

Espaços a Disponibilizar

Clube Prof.	9,31%
Sede Enrd.	11,02%
Hotel Visitantes	17,59%
Salas com Isolamento	22,59%
Locais para Compras	24,80%
Mats quadras esportivas	26,29%
Centro de Convenções	28,72%
Concha Acústica	30,05%
Sala de exposição de Arte	36,10%
Mats Residência Estudantil	41,20%
Teatro	41,43%
Ginásio Polí-esportivo	45,79%
Bares e Cafés	49,35%
Cinema	50,54%
Bibliotecas das 08h às 22h	51,95%
Salas de Estudo	53,94%
Laboratórios de Informática	53,96%
Restaurante Universitário	69,98%

Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Oportunidade, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008.

ser adotada, superando a pobre e tradicional política que se restringe a distribuir permissões. Diretamente ou, quando for o caso, através de permissionários, deverão ser oferecidos aqueles serviços, inclusive comerciais, que respondam às demandas e anseios da comunidade. Esta nova política estará ancorada em dois vetores.

12.3. Pequeno Comércio e serviços "de bairro", composto de papelarias, lanchonetes, padarias/pequenos armazéns gerais, barracas de frutas, serviços de fotocópia, livrarias-cafés, farmácias, agências bancárias, academias de ginástica, restaurantes entre outros, que atenderão à comunidade do Centro de Convergência, inclusive os moradores das Residências Universitárias;

Tais unidades de comércio e serviços deverão ocupar o térreo e o primeiro andar dos edifícios

residenciais dos Centros de Convergência, como é comum em bairros urbanos de boa qualidade de vida de nossa cidade, como são Leblon, Ipanema, Laranjeiras, Tijuca etc. Também poderá haver a permissão para tendas ou quiosques, para povoar e animar espaços abertos.

12.4. Centro Comercial, que deverá prever áreas para teatro e cinemas, bem como instalações comerciais e serviços mais qualificados. Pela sua natureza, deverá ser localizado na Área Central, vizinho à Administração Central e ao novo Canal, servido pelas conexões metro-ferroviárias e rodoviárias. Pesquisas mais finas junto à comunidade universitária e às populações vizinhas potencialmente usuárias deverão apurar e qualificar melhor as demandas e o potencial desse tipo de equipamento²².

O detalhamento do projeto deverá explorar as complementaridades do Centro Comercial com o Ginásio Poliesportivo e demais equipamentos esportivos de uso compartilhado com a cidade.

12.5. O crescimento expressivo da população residente e circulante aumentará a demanda também por serviços especializados. Em particular, há que atentar para a necessidade de serviços de atendimento médico ambulatorial e de emergência, cuja implantação deverá ser objeto de discussão com o CCS.

12.6. Outros serviços à população deverão ser ampliados ou implantados. A eventual vinda da Faculdade de Direito poderia propiciar negociações com o Poder Judiciário para estudar a implantação de um Juizado na Cidade Universitária, tendo em vista as políticas vigentes de descentralização dos serviços judiciais, a enorme demanda nos bairros vizinhos e os objetivos de qualificação e estágios de nossos estudantes. Nesses casos, as interações com o conceito de Cidade Universitária, Cidade da Cidadania são evidentes.

32 - Como ilustração, vale registrar que metade dos estádios para a população "Vida Universitária: Hábitos e Anseios" reunidos em um espaço de que foge não de cinema no espaço universitário. 40% e 50%, respectivamente, reformam salas de teatro e salas para exposições de arte.

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



Biblioteca Unificada do Centro de Tecnologia.

13 Cidade Universitária, Cidade da Inovação e Experimentação

13.1. A inovação envolve, em várias etapas e de múltiplas formas, diferentes atores. A Universidade, e a Universidade Pública em particular, no Brasil e na maioria dos países, ainda e sempre é instituição líder na produção e difusão de inovações.

13.2. A UFRJ reúne condições excepcionais para levar adiante processos de inovação, graças a seus cerca de 10.000 alunos de pós-graduação, 1.700 alunos de iniciação científica, 3.300 professores pesquisadores e cerca de 1.000 técnicos em atividade nos mais de 300 laboratórios.

Na interface com a sociedade, a Universidade conta com inúmeros canais, que

vão desde os programas de extensão e convênios de cooperação até a Agência UFRJ de Inovação. Esta Agência tem como objetivos: a proteção da propriedade intelectual, a transferência de tecnologia, a difusão da inovação, a difusão da inovação social, o estímulo e capacitação empresas juniores.

13.3. Temos, porém, muito a realizar nessa área, a começar pela aplicação dos conhecimentos que produzimos em nosso próprio cotidiano – na Cidade Universitária e em todas as nossas atividades. O compromisso com a inovação e experimentação, portanto, vai além dos muros dos laboratórios, para encontrar na própria Cidade Universitária espaço privilegiado. Mais

Tabela V. Instituições de Pesquisa Não Integrantes da UFRJ sediadas na CIDUNI

INSTITUIÇÃO	ÁREA (M ²)	TERMINO DA OBRAS
IEN - Instituto de Engenharia Nuclear, CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear	145.825	Dez 2012
Cenpes, Petrobrás	304.605	Nov 2034
CEPEL	81.928	Nov 2022
Cetem, Ministério da Ciência e Tecnologia	60.036	Jul 2023
Elo-Rio	116.000	
Embratel	27.000	Jun 2027
Parque Tecnológico	320.000	(*)
GOTA - Grupoamento Operacional para Tecnologias Avançadas, Corpo de Bombeiros	5.000	

33 - No processo de discussão da Proposta Preliminar do PDU/UFRJ 2020, foram reunidos os membros realocados com as demais instituições sediadas na CidUniv. Nestas reuniões foi possível estabelecer uma pauta de temas relevantes a serem operacionalizados e enfrentados conjuntamente, como, por exemplo: transporte, segurança pública, hotel de trânsito, meio ambiente.



Foto Aérea: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Almeida Miguiz de Mello (Carpus), Marco Ferrazão, 2010.

além de ser apenas lugar da criação, a CIDUNI deve tornar-se *locus* da experimentação das inovações. Espelho e mostruário do que nossa Universidade cria nos mais diferentes campos – das artes às engenharias –, a CIDUNI se transformará, progressivamente, num catálogo vivo e num exemplo de cidade inovadora e criativa.

Na mesma direção, a CIDUNI deve acolher e oferecer espaço e oportunidades a inovações e experimentações que sejam oriundas de outras universidades e centros de pesquisa de nossa cidade.

13.4. Hoje, cerca de 1 milhão de metros quadrados da Cidade Universitária estão ocupados por instituições de pesquisa não integrantes da UFRJ, como mostra a Tabela V.

É indispensável que as concessões de terra que permitiram o estabelecimento

dessas empresas e centros de pesquisa tenham como contrapartida, além dos pagamentos pecuniários, efetiva e permanente interação com a pesquisa e o ensino universitários. É igualmente indispensável que se consolide o fórum permanente com a presença de todos os nossos "vizinhos", para que sejam discutidos projetos e políticas comuns na área do desenvolvimento da CIDUNI³³.

13.5. Em diferentes contextos, processos virtuosos de inovação e desenvolvimento local e regional têm estado associados a universidades com expressiva capacidade de pesquisa e difusão. Esse é um vetor não desprezível que conecta a pesquisa e a inovação à diretriz geral do PD UFRJ-2020 da dupla integração.

Essa perspectiva esteve presente na criação, por decisão unânime do Consuni, em 1997, do



Objetivo do Parque Tecnológico do Rio

De acordo com o Regulamento aprovado pelo Conselho Universitário da UFRJ, de 8 de maio de 1997, constituem objetivos do Parque:

- a) atrair para a Cidade Universitária novas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços inovadores;
- b) incentivar a criação de novas empresas de base tecnológica na cidade do Rio de Janeiro;
- c) estimular a transferência de tecnologias da UFRJ para entidades e empresas integrantes do Parque, conforme acordo conveniado entre as partes;
- d) estimular a visão empreendedora dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ;
- e) proporcionar oportunidades de estágios aos alunos da UFRJ, bem como facilitar sua inserção no mercado de trabalho;
- f) aproximar a comunidade acadêmica da UFRJ das empresas de base tecnológica de alta qualificação, criando oportunidades para novos projetos de pesquisa de ponta;
- g) proporcionar uma nova fonte de receitas para a UFRJ, através do aluguel de áreas disponíveis na ilha da Cidade Universitária.

Parque Tecnológico do Rio. A fundamental tal decisão, a convicção de que, na era do conhecimento, o poder público e, especialmente, a Universidade Pública têm um importante papel a cumprir no desenvolvimento econômico nacional e regional.

13.6. A afirmação da Cidade Universitária como Cidade da Inovação e Experimentação encontra no Parque Tecnológico do Rio uma importante base, tanto conceitual quanto operacional, uma vez que suas atividades, sejam elas de pesquisa, desenvolvimento ou até mesmo de produção de bens e serviços, devem atender ao requisito básico que reflitam real possibilidade e efetivo interesse de interação com as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas no campus da UFRJ.

13.7. O Plano Diretor do Parque Tecnológico do Rio deve ser integrado e compatibilizado com o PD UFRJ-2020, preservadas as orientações já consideradas, a saber:

- Garantir a preservação da área de manguezal;

- Buscar densidade de ocupação de forma a fazer com que o projeto obtenha a condição de ser autosustentável;

- Buscar alto padrão de urbanização e qualidade de infraestrutura nas áreas de redes de dados, telecomunicações, segurança, iluminação pública, transporte interno;

- Estimular a interação e cooperação dos ocupantes do Parque com a UFRJ;

- Manutenção das abundantes áreas verdes e do projeto paisagístico, com atenção especial para a escolha das espécies vegetais.

13.8. **Espaço Alexandria.** A fim de polarizar e estimular os processos de inovação, experimentação e difusão, na interação e cooperação entre nossos laboratórios dos diferentes campos do saber, assim como entre estes e os das instituições instaladas na CIDUNI e outros centros de pesquisa, deveremos oferecer um espaço cuja concepção e desenho favoreçam e propiciem encontros e diálogos que, como é sabido, constituem o

Parque Tecnológico do Rio de Janeiro

Na cidade do Rio de Janeiro estão sediadas várias das mais importantes universidades e centros de pesquisa do país. No estado do Rio concentram-se mais de 10% do total de estudantes universitários de todo o Brasil. Consciente de seu papel no desenvolvimento científico e tecnológico nacional, a UFRJ criou e instalou, na Cidade Universitária, o Parque Tecnológico do Rio de Janeiro. O objetivo da UFRJ, com essa iniciativa, é estimular a interação entre a instituição e empresas que fazem da Inovação o seu cotidiano.

Voltado para a Inovação, o Parque Tecnológico do Rio abrigará em seus 350 mil metros quadrados empresas com forte atuação em pesquisa, desenvolvimento e/ou produção de bens e serviços intensivos em conhecimento. A interação com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRJ constituem outra marca do Parque. Essa combinação consolida a natural vocação do Rio de Janeiro como polo de desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação. Além de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, com fortes efeitos dinamizadores da vida social e econômica da cidade e de estado do Rio de Janeiro, o ambiente gerado pela interação Universidade-Parque Tecnológico oferecerá a professores, pesquisadores e estudantes um rico espaço para o aprendizado e para a pesquisa.

ambiente em que se fundam todas as dinâmicas realmente inovadoras.

O Espaço Alexandria terá os objetivos seguintes:

- propiciar o encontro e o diálogo de saberes;
- constituir uma plataforma de redes de novos desafios e conhecimentos;
- oferecer um espaço acadêmico experimental, aberto, livre, não departamental e, por assim dizer, "descurricularizado", em que programas, cursos, encontros decorram da potencialização de sinergias.

A edificação do Espaço Alexandria, na área central, deverá ser modular, construída em torno de um núcleo central de gestão, a ser compartilhado por todos os módulos ali instalados. O núcleo central funcionará igualmente como um *locus* de reflexão sobre temas inovadores, promovendo cursos, debates e encontros de discussão sobre avanços do

conhecimento para alunos de graduação e pós-graduação. Também vai identificar e estimular linhas de pesquisa e projetos transdisciplinares e propor ações necessárias para a concretização desses projetos.

O núcleo central contará, igualmente, com uma antena da Agência UFRJ de Inovação para que os conhecimentos gerados possam ser difundidos para a sociedade e, quando for o caso, ter seus resultados protegidos e licenciados.

Em estreita interação com a PR-5, o núcleo central também se dedicará a manter um canal constante de percepção das demandas sociais, econômicas e políticas da sociedade civil e das diversas esferas públicas, buscando com isso conciliação e harmonização permanente entre o avanço na fronteira do conhecimento e a solução criativa, inovadora e adequada às demandas da sociedade brasileira.

13.9. Na área da pesquisa de fronteira



Foto Aérea Parque Tecnológico da UFRJ, Marco Hernandez, 2010.

34 – Experimentos deste tipo já vêm sendo implementadas com grande sucesso, a partir da articulação de vários laboratórios em projetos Pro-Infra.

e da inovação, há que considerar ainda a demanda crescente de equipamentos sofisticados e de grande porte. Para atender tal demanda, impõem-se concepção, desenho e implementação de laboratórios multiusuários, dotados de estrutura de gestão capazes de atender a vários grupos de pesquisa. Além de propiciar encontros de saberes distintos, mas complementares, tal política permitirá otimizar investimentos³⁴.

As demandas já apontam para o seguintes projetos:

- um centro de micro e nano fabricação;
- um centro de caracterização de materiais, incluindo microscopia eletrônica de alta resolução;
- um centro de biotecnologia e terapia gênica, incluindo banco de células e tecidos e produção

de biomoléculas para usos terapêuticos diversos;

- um centro de estudos ecossistêmicos, integrando os avanços dos conhecimentos das ciências ambientais, dos processos de manejo e exploração sustentável e suas interfaces com a saúde pública;

- oficinas de apoio (mecânica fina, eletrônica avançada, vidraria, criogenia etc.);

- plataforma de desenvolvimento de biofármacos (com núcleos de desenvolvimento, biotérios e unidades piloto);

- oficina de recuperação do patrimônio histórico e cultural, aliando conhecimentos das áreas de tecnologia e arte.

Algumas dessas implantações, pela natureza de suas atividades, exigirão localização e padrões construtivos específicos; outras poderão operar em edificações compartilhadas.

14 Política de Segurança Pública

14.1. A Cidade Universitária conheceu, nos últimos anos, uma expressiva melhoria das condições gerais de segurança pública, tanto no que concerne à segurança patrimonial como à segurança das pessoas. Medidas preventivas bastante eficientes foram adotadas e ainda estão em curso de adoção. E o que parece mais importante: isso foi alcançado sem que se aderisse a estratégias que apontavam, em determinado momento, para a transformação de nossa Cidade Universitária num "campus de segurança máxima", cercado de muros e ocupado por vigilantes armados. A recusa da estratégia do pânico e do terror mostrou-se acertada e deve ser mantida.

14.2. Por outro lado, o expressivo crescimento projetado da população, residente e não

residente, alterará as condições gerais da vida na CIDUNI e, em consequência, das condições gerais de segurança. Em primeiro lugar, reafirmamos a opção por uma Política de Segurança clara e firme, mas que rejeita processos que conduziram à transformação da Cidade Universitária em algo que pudesse ser assimilado a um condomínio fechado.

A Política de Segurança escora-se no princípio fundamental de que níveis mais elevados de densidade e uso constituem, em si mesmos, elementos que aumentam o nível geral de segurança. Grandes espaços vazios, áreas ermas e pouco frequentadas são o lugar da insegurança urbana por excelência. Assim, apostamos que, tanto nas atividades diurnas como noturnas, o aumento das densidades, a multiplicidade de usos e usuários, a ocupação mais intensa e permanente dos espaços e a implantação dos Centros de Convergência colaborem para gerar um ambiente mais seguro.

14.3. Por outro lado, o aumento expressivo da população residente e dos fluxos, a criação de novos espaços de afluência (centro comercial, ginásio poliesportivo, museus) e a expressiva atração de visitantes exigirão a redefinição de alguns elementos da Política de Segurança.

Será necessário estabelecer, desde já, uma discussão com os órgãos responsáveis pela Segurança Pública e pelo patrimônio federal, para desenvolver estratégias e sistemas de segurança que venham a atender às novas realidades.

Foto: Curso do DSEG - Vigilância Universitária
Arquivo SGC/COMS - Galeria D'Araújo



15 Política de Infraestrutura Geral

15.1. As redes de infraestrutura constituem espinha dorsal de que depende o adequado funcionamento de nossas atividades-fim, bem como das que se desdobram em apoio e em paralelo àquelas. A rigor, o êxito e a estabilidade do conjunto de propostas apresentadas pelo PD UFRJ-2020 dependem, em larga medida, da qualidade e eficácia dos vários serviços e sistemas que compõem a infraestrutura geral da UFRJ: transportes e sistema viário; energia elétrica; telefonia; rede de transmissão de dados e serviços de informática, água e esgoto, redes pluviais, iluminação pública, manutenção predial e de equipamentos, conservação e limpeza; entre outros.

Energia Elétrica

15.2. As despesas atuais referentes ao consumo de energia elétrica representam isoladamente a maior rubrica do orçamento de outros custeios (excluindo-se a folha de pessoal), alcançando cerca de 20% do valor total (R\$ 25.000.000,00). Visto o crescimento projetado das atividades da UFRJ nos próximos anos, será inevitável o aumento do consumo de energia elétrica, tanto mais que está prevista expansão proporcional de atividades de ensino à noite, período em que a tarifa é significativamente mais alta.

Esse cenário estimula e justifica redobrado empenho visando à implementação de iniciativas que promovam uso mais racional e eficiente da energia elétrica, sem excluir a identificação de alternativas mais econômicas de autogeração e/

ou fornecimento que possam agregar conteúdos inovadores acoplados à possibilidade de redução de despesas.

15.3. O leque de ações necessárias, algumas delas já em curso, é amplo e variado. Em particular, será possível adotar normas de edificação e instalações prediais adequadas e ambientalmente adaptadas, bem como regras de padronização de equipamentos referenciados com garantia de maior eficiência.

Por outro lado, sem prejuízo daquelas eventuais iniciativas de impacto mais localizado (por exemplo: uso de baterias solares, aproveitamento de energia eólica, utilização de biocombustíveis, entre outras inovações ora em processo de investigação e desenvolvimento), já se encontram atualmente em fase avançada de desenvolvimento importantes projetos que pretendem incorporar significativas reduções nas despesas da energia elétrica consumida pela UFRJ:

■ **Projeto Subestação Elétrica UFRJ:** Construção de subestação elétrica própria que permitirá a UFRJ beneficiar-se da tarifa mais econômica correspondente ao fornecimento de energia elétrica em alta tensão (138 kV).

■ **Projeto Usina de Lixo:** Construção de usina de incineração de resíduo sólido urbano, a partir de tecnologia patenteada por pesquisador da UFRJ, com garantia de atendimento às exigências ambientais, alta eficiência térmica e viabilidade econômica para a geração acoplada de energia elétrica, com economia de 40% em relação ao custo atual.

Telefonia

15.4. As tecnologias atualmente disponíveis e o elevado grau de competitividade do mercado de serviços de telefonia permitiram a formulação de um projeto bastante abrangente para a modernização, expansão e aumento da eficiência do sistema de telefonia da UFRJ. Esse projeto foi organizado de forma a permitir implantação em etapas sucessivas, de modo que já ao final do 2º módulo, o novo sistema de telefonia da UFRJ permitirá a expansão de até 100% do número atual de ramais atendidos combinada a uma redução dos custos operacionais de, no mínimo, 40% em relação ao valor atual.

- Projeto Modernização da Central Telefônica CCMN/CT/Letras/FAU: Aquisição e Instalação de Equipamentos e Softwares de Gerenciamento;
- Projeto Modernização da Central Telefônica CCS/HU/Alojamento/Praia Vermelha e Unidades Isoladas: Aquisição e Instalação de Equipamentos e Softwares de Gerenciamento.

Tecnologias de Informação e Comunicação

15.5. No terreno das tecnologias de informação e comunicação, embora tenham sido identificados exemplos de iniciativas compatíveis com as atuais e futuras possibilidades e necessidades da UFRJ, elegeu-se, como prioridade inadiável para atender aos interesses gerais da UFRJ, a implantação de um novo modelo institucional capaz de garantir uma gestão unificada, integradora e sustentada dos sistemas e serviços da área de TIC da UFRJ. O novo modelo de gestão inclui uma Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, vinculada à Pro-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

Indispensável, igualmente, o planejamento e implantação de um espaço de conexão sem fio em toda a CIDUNI.

Redes de infraestrutura urbana – água-esgoto-drenagem

15.6. Os redes de drenagem da Ilha da Cidade Universitária apresentam graves problemas de deterioração e saturação, que demandam amplo conjunto de ações corretivas. Trechos assoreados, caixas de captação e interligação bloqueadas e trechos de tubulação afetados pelo recalque do solo nas áreas de aterro provocam alagamentos superficiais e encharcamento do terreno que acabam produzindo pedras de trechos de pavimentação, além dos riscos e incômodos causados aos pedestres e motoristas. Algumas iniciativas impõem-se, a saber:

- Levantamento completo da posição da rede e seus elementos;
- Desobstrução das caixas de acesso e trechos de tubulação operacional;
- Diagnóstico detalhado da situação da rede através de técnicas invasivas como sondas com imagem;
- Reconstituição dos trechos destruídos, reforma ou reforço dos trechos em risco, redimensionamento dos trechos com geometria, ocupação ou topografia modificados;

15.7 A expansão prevista para a Ilha Universitária requer um redimensionamento urgente de todas as redes de infraestrutura, que devem ser pensadas à luz de novos conceitos de eficiência energética e conforto ambiental. Nesse sentido, o projeto de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana deverá ser pensado privilegiando soluções inovadoras desenvolvidas no âmbito da UFRJ.

15.8 As práticas atuais de elevado consumo hídrico devem ser substituídas por outras que procurem minimizar o consumo de água, estimulando a reutilização de águas cinzas, bem como a drenagem pluvial por absorção direta. Esses projetos devem contar com o engajamento direto das diversas unidades disciplinarmente envolvidas com a matéria. ■

Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha

1 Diagnóstico

1.1. As Diretrizes Gerais do Plano Diretor estabelecem a necessidade de "planejar os usos do Palácio Universitário e seu entorno imediato de modo a incluir, além das atividades de extensão e de divulgação artística, científica e cultural que hoje já são desenvolvidas na área, outras destinações que

contribuam para o desenvolvimento científico e cultural da Cidade e do Estado".

Trata-se, pois, de assegurar ao Palácio Universitário e ao conjunto da Praia Vermelha ocupações e usos que atendam, simultânea e combinadamente, aos seguintes objetivos:

DIRETRIZES GERAIS PARA A PRAIA VERMELHA

"1. São notórias a insuficiência e a precariedade das instalações existentes no atual Campus da Praia Vermelha, incapazes de atender às exigências de uma universidade dinâmica, comprometida com a expansão das vagas e com melhorias das condições de trabalho e estudo para docentes, estudantes e técnicos-administrativos. <...>

2. <...> Conforme avançarmos na melhoria das condições de acesso (novas vias de acesso rodoviário, metrô, barcas) à Cidade Universitária, na oferta de instalações adequadas para o ensino e a pesquisa, assim como na integração Intrauniversitária, muitos colegas e unidades poderão rever sua tendência atual de preferirem permanecer nas precárias instalações atuais. É essencial difundir o entendimento de que não se trata de penalizar com insegurança e engarrafamentos aqueles que disso hoje estão livres, mas gerar condições de acesso, segurança, trabalho, lazer e cultura ao conjunto da comunidade universitária, da qual são integrantes essenciais todas as unidades, assim como todos os professores, estudantes e técnicos-

administrativos que hoje desenvolvem atividades na Cidade Universitária, na Praia Vermelha e em outros espaços isolados.

3. Assim, longe de propor uma política de deslocamento compulsório para as unidades da Praia Vermelha, o Plano Diretor UFRJ 2020 estará comprometido com a discussão, negociação e implementação das condições de incorporação deste segmento da comunidade universitária a um novo espaço universitário, espaço que deverá expressar uma nova concepção de integração Intrauniversitária e de integração universidade-cidade. Reafirma-se que estão descartadas transferências que não tenham sido discutidas e deliberadas pelas unidades interessadas.

4. A discussão sobre os destinos da Praia Vermelha, no entanto, deverá incluir igualmente o uso dos espaços que, eventualmente, seriam progressivamente liberados pela transferência de atividades para a nova cidade universitária." (Resolução 10/2008)

■ Preservação do Palácio Universitário enquanto patrimônio cultural de altíssimo valor e significado, sob guarda e responsabilidade da UFRJ;

■ Destinação do Palácio Universitário e de seu entorno às atividades-fim da UFRJ compatíveis com suas características particulares e restrições decorrentes.

1.2. Dessa forma, impõe-se:

■ Reconhecer a impropriedade da utilização do Palácio Universitário para atividades regulares de ensino e pesquisa, bem como retirar desse reconhecimento as consequências práticas cabíveis;

■ Adequar o uso do Palácio Universitário e de seu entorno às determinações do IPHAN sobre as intervenções inadequadas no prédio, o que envolve, entre outras coisas: esvaziamento dos corredores, eliminação de divisões e instalações não autorizadas;

■ Destinar o Palácio Universitário, suas instalações e entorno para atividades universitárias de difusão cultural, artística e científica, promovendo cada vez mais a interação da UFRJ e da Praia Vermelha com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

1.3. Assim, progressivamente, o Palácio Universitário deverá ser destinado a novos usos e atividades, adequadas a suas dimensões e características físicas. Não são inviáveis adequações que modernizem instalações especiais que viabilizem o funcionamento de atividades contemporâneas. Deverão, entretanto, ser submetidas à análise e aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e manter coerência com suas limitações e potenciais.

1.4. Atualmente, várias tecnologias permitem a adaptação de áreas preservada às demandas modernas, sem agressão às estruturas, acabamentos e ambientações originais. Isso certamente explica que o IPHAN tenha passado a reagir com maior

atenção às intervenções espúrias impostas ao edifício. Trata-se, pois, de perseverar numa linha de atuação que tem favorecido que IPHAN e UFRJ trabalhem conjuntamente na recuperação das características arquitetônicas do Palácio.

1.5. Já está mais que comprovado que o uso continuado e estressante do Palácio Universitário para atividades didáticas regulares e outros usos indiferentes, ou em clara agressão, à sua história e importância como Patrimônio Arquitetônico, acaba por descaracterizar ambientes. Rever, rejeitar e redefinir os usos atuais é, pois, passo essencial, e inadiável, para que possamos recuperar a integridade e a dignidade de um dos melhores exemplos de expressão da arquitetura neoclássica brasileira.

1.6. Com esse objetivo, o Palácio Universitário deverá ser progressivamente esvaziado de atividades de ensino e pesquisa regulares e rotineiras, que serão substituídas por usos mais adequados à qualidade de instalações e estruturas e que permitam o respeito à memória arquitetônica.

1.7. Inseparável dessa decisão é a necessidade de respeitar restrições estabelecidas pelo IPHAN no que concerne ao uso dos arredores do Palácio, com respeito à observação do *waterfront* da Enseada de Botafogo, das Avenidas Pasteur e Venceslau Brás. Da mesma maneira, sua observação desde o interior do campus da Praia Vermelha precisa ser cuidadosamente garantida através da eliminação de barreiras visuais.

Coerentemente, deverão ser respeitados os limites mínimos de distância entre aquele conjunto e qualquer outra construção, com uma faixa livre de 50 metros. Um exemplo do cuidado necessário nos vem da manifestação do IPHAN sobre a necessidade de eliminação das vagas de veículos do perímetro mínimo de preservação do Palácio Universitário. Entre os objetivos destacam-se

a eliminação de riscos químicos (emissão de poluentes), riscos físicos (colisões, vibrações e deformações do solo perimétrico) e a possibilidade de observação plena das fachadas. É desejável,

portanto, a retirada de barreiras visuais ao Palácio Universitário, estando nesse contexto a piscina e as construções sem valor arquitetônico que estejam na faixa delimitada pelo IPHAN.

2 Ocupação e uso do Palácio Universitário e Usos Associados

2.1. O Palácio Universitário deverá ser elemento central de um complexo contemplando Centro Cultural e Centro de Convenções, sob a responsabilidade do Fórum de Ciência e Cultura, cuja vocação é exatamente promover o diálogo permanente entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ com entidades e movimentos representativos da sociedade, servindo como elemento provocador de troca de experiências e partilha do conhecimento produzido no interior da universidade, com saberes diversos que circulam na cidade do Rio de Janeiro. Cabe ainda ao Fórum facilitar o intercâmbio de conhecimento produzido na UFRJ com associações e organizações científicas nacionais e internacionais através dos seminários e congressos que abriga.

Localizado no Palácio Universitário da Praia Vermelha, o Fórum reúne todas as condições para exercer o papel de vitrine do melhor que a UFRJ produz e, ao mesmo tempo, receber o conhecimento e saberes diversos que circulam fora dela.

2.2. Centro Cultural. Criação de condições físicas e tecnológicas para que o Palácio possa receber eventos artísticos – música, cinema e teatro – de importância para a Universidade e para a cidade. Com caráter permanente e a serem inclu-

ídas no calendário artístico da cidade, tais atividades exigiriam:

- Teatro modulável, com palco à italiana e arena, equipado com telas e projetores de cinema; salas de ensaio (teatro e dança); oficina de cenografia e ateliê de costura de pequeno porte, em apoio às produções que terão lugar na Praia Vermelha; guarda-roupas e depósito cenográfico para a guarda adequada do material utilizado nas produções locais; sala para exibição de vídeos;
- Reabilitação do uso artístico do Anfiteatro da Praia Vermelha, que deverá ser devidamente equipado;
- Conclusão da adequação da Capela São Pedro de Alcântara à realização de programação de música erudita de forma permanente;
- Criação de espaços dedicados à Cultura Digital e a consultas a acervos digitais.

2.3. Centro de Convenções. Em associação com o Centro Cultural, deverá ser implantado um Centro de Convenções. Esta proposta parte de um diagnóstico que identifica carência da Universidade e da cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito a esse tipo de espaço. Com efeito, a Zona Sul da cidade não dispõe de centro de convenções propriamente ditos, sendo usual

a utilização de hotéis para tal fim, sempre com resultados precários e custo elevado³⁵.

O cenário da UFRJ registra crescente número de eventos, principalmente de maior porte, existindo clara preferência em sua realização na Praia Vermelha, em decorrência da proximidade com a infraestrutura hoteleira e turística da cidade. Ademais, as instalações presentes atualmente no campus da Praia Vermelha são insuficientes, não tendo sido preparadas para tal finalidade. As instalações próximas (auditórios do Instituto Militar de Engenharia (IME), da Escola de Guerra Naval (EGN), da Unirio e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) nem sempre estão disponíveis, são modestas e não estão preparadas para portadores de necessidades especiais, uma vez que não há, nos espaços citados, projetos específicos que visem à acessibilidade.

A construção de um espaço para convenções apresenta uma série de vantagens para a Universidade. Em primeiro lugar, aumenta a capacidade de utilização organizada dos eventos para atividades-fim da Universidade. Deve-se ressaltar, nesse caso, a possibilidade de geração de estágios e o desenvolvimento de competências e habilidades para alunos de Comunicação, Informática, Tecnologia Aplicada à Educação, entre outras áreas. Ao mesmo tempo, pode contribuir para a geração de material fértil para a transmissão em rede, ampliando o alcance das iniciativas.

O projeto do Complexo Centro Cultural – Centro de Convenções, por sua dimensão e impacto, deverá ser objeto de diálogo com outras instituições de ensino e pesquisa, a fim de explorar as possibilidades de se conceber e implantar um equipamento de grande porte sob a forma de consórcio entre universidades públicas do Rio de Janeiro.

2.4. Ao longo dos anos, tem sido mantida na Praia Vermelha a tradição de atividades espor-

tivas para a comunidade universitária e extraniversitária, existentes desde o tempo em que a Escola de Educação Física e Desporto ainda não se havia transferido para a CIDUNI. Estas atividades, pela sua relevância social, devem ser mantidas e, mesmo, expandidas.

Impõe-se, em consequência, no redesenho da Praia Vermelha, assegurar um complexo esportivo que deverá contemplar:

- construção de nova piscina, em substituição à piscina hoje existente, que compromete o entorno do Palácio Universitário e deverá ser eliminada;
- implantação de área e equipamentos para ações esportivas para a comunidade, em particular aquelas que se desenvolvem no âmbito do Projeto Projeto de Atividades Físicas para Idosos, da EEFD³⁶.

2.5. Assim, em complemento ao Centro Cultural, um novo Complexo Esportivo da Praia Vermelha, de pequeno porte, deverá oferecer as seguintes instalações:

- nova piscina;
- sala para ginástica, dança, atividades aeróbicas controladas e musculação;
- quadra coberta;
- pista para caminhadas;
- banheiros e vestiários;
- sala de aula, sala para laboratório de pesquisa, recepção;
- duas quadras poliesportivas e dois campos de futebol, para uso da comunidade da UFRJ e das comunidades vizinhas.

2.6. **Hotel Escola.** Em complemento ao Centro de Convenções, deverá ser instalado um Hotel Universitário, apto a acolher professores visitantes e participantes dos eventos científicos. Além de servir ao público universitário. O caráter singular do hotel está na caracterização como Hotel Escola.

2.7. **Estacionamento subterrâneo.** Em con-

35 - A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 sugere um expressivo aumento da demanda por espaços como os que oferecem o complexo Centro Cultural – Centro de Convenções – Hotel Escola na Zona Sul da cidade.

36 - Este projeto abrange ações de ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de atuar na prevenção de quedas e na prevenção e tratamento de idosos com depressão, Alzheimer e Parkinson atendidas pelo Instituto de Psiquiatria.



sonância com as orientações do IPHAN e de modo a recuperar a majestade e beleza do espaço, será necessário intercltivar o ingresso, circulação e estacionamento no campus. A fim de atender às

necessidades dos usuários do Complexo Centro Cultural – Centro de Convenções, devem-se desenvolver estudos para a implantação de um estacionamento subterrâneo³⁷.

37 - Eventualmente, e dependendo dos resultados de estudos mais aprofundados, este tipo de equipamento urbano poderá, também, gerar alguma receita para a UFRJ.

3 Outras Ocupações e Usos na Praia Vermelha

3.1. As Diretrizes Gerais do Plano Diretor propõem "avaliar a hipótese de eliminação de prédios com baixos índices de utilização do terreno (área construída/área ocupada), baixa qualidade arquitetônica e precária funcionalidade, de modo a liberar área para ocupações com uso mais intenso e qualificado do terreno", como seriam o Complexo Centro Cultural-Centro de Convenções-Hotel Universitário.

3.2. **O Pólo de Saúde.** Os Hospitais Universitários (Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC e Instituto de Psiquiatria – IPUB) deverão permanecer no campus da

Praia Vermelha, por sua integração ao SUS no atendimento de serviços básicos, procedimentos de alta complexidade e serviços complementares. Há que ressaltar igualmente a proximidade com o Pínel, que conforma, naquele espaço, polo de referência para a saúde mental no Rio de Janeiro.

Assim, a menos que haja claras indicações contrárias do Conselho de Administração do Complexo Hospitalar da UFRJ, o IPUB e o INDC deverão permanecer na Praia Vermelha, devendo ser desenvolvidos estudos mais cuidadosos acerca de suas necessidades no horizonte 2020.

4 Acessibilidade

Apesar de bem servido em termos de linhas de ônibus, o campus da Praia Vermelha poderá ter melhoria expressiva em termos de acessibilidade com a criação da estação de metrô da Álvaro Ramos, para cuja implantação a Universidade

deverá envidar todos os esforços e dialogar com as autoridades competentes.

Também cabe mencionar a importância que terá para maior integração Praia Vermelha – CIDUNI a ligação hidroviária prevista no PDCIDUNI.■



Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas

1 Situação atual e usos futuros

1.1. A Tabela VI apresenta a realidade atual de nossos espaços e edificações isoladas.

Tabela VI. Espaços e Edificações Isoladas

LOCALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA
Arraial do Cabo	Terreno	A estudar
Av. Mem de Sá, 78	Terreno	A estudar
Av. Rui Barbosa, 762	Em obras de restauração	Colégio Brasileiro de Altos Estudos
Av. República do Chile, 300	Salas comerciais	Idem
Av. Presidente Vargas, 2.863	Hospital São Francisco Assis	Complexo Hospitalar
Estrada dos Bandeirantes	Terreno	A estudar
Itaguaí	Loteamento	A estudar
Ladeira Pedro Antônio, 49	Observatório Valongo	Idem
Largo de São Francisco	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Universidade Livre / NIAC
Macaé	Nupem	Idem
Praça da República, 22	Prédio Desocupado	A estudar
Quinta da Boa Vista	Museu Nacional	Idem
Rua das Laranjeiras, 180	Maternidade Escola	Complexo Hospitalar
Rua Moncevo Filho, 88	Faculdade de Direito	Universidade Livre / NIAC
Rua Afonso Cavalcanti, 275	Escola Enfermagem Ana Nery	Complexo Hospitalar
Rua do Passeio, 98	Escola de Música	Idem
Rua Luiz de Camões, 68	Cedido Município/RJ	Idem
Santa Teresinha - ES	Reserva Biológica	A estudar
Pólo de Xerém, Duque de Caxias	Prédios acadêmicos (a serem construídos)	Idem

Fonte: PR3/UFRJ

1.2. Um importante número de unidades isoladas é constituído de unidades do CCS que, além de atividades de ensino, têm importante papel na

prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar, estando integrados ao Complexo Hospitalar da UFRJ e aos serviços públicos do SUS.

O destino destas unidades e de seus espaços e edificações devem ser objeto de discussão no âmbito do Complexo Hospitalar, que considerará a inserção das unidades no sistema público de saúde.

1.3. Há certo número de prédios em péssimas condições de conservação e caberá à Universidade, isoladamente ou em associação com outras instituições, encontrar meios e modos de restaurar e preservar todos aqueles que constituem patrimônio histórico e artístico.

1.4. Finalmente, há que considerar os dois grandes prédios que hoje abrigam a Faculdade Nacional de Direito e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Em ambos os casos, trata-se de edificações tombadas, em condições precárias e com evidente inadequação para as atividades de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade moderna e, ainda menos, de uma universidade que

projeta se expandir.

Por outro lado, sua localização central aponta para uma rica possibilidade de oferta de serviços e atividades de ensino e extensão, que poderão atrair parcelas expressivas de trabalhadores que circulam pelo centro da cidade e demandam os entroncamentos de transporte público de massa que são a Central do Brasil e a Praça Tiradentes.

1.5. Nesse sentido, a destinação dessas edificações para atividades voltadas para esse público potencial afirmaria ainda mais a inserção e compromisso da UFRJ com a democratização do conhecimento científico, da arte e da cultura. A ideia de uma espécie de Universidade Livre, acoplada a um centro cultural, operando de forma associada equipamentos, cursos e serviços de atendimento à população nos edifícios hoje ocupados pelo IFCS e pela FND, parece atender tanto à natureza dos prédios quanto à sua localização³⁸. ■

.....
38 - O CTPD recebeu proposta para que o edifício do Largo de São Francisco fosse destinado aos seguintes usos: Centro de Cursos e Convenções, Centro de Memória de Tecnologia e Engenharia Ilustrada, Biblioteca, sala para exposições, livrarias e restaurante, sede da Associação dos Antigos Alunos da Politécnica.

Vista aérea do Museu Nacional - 2005
Foto Gabriela D'Araujo - Acervo SGC/COMS/UFRJ



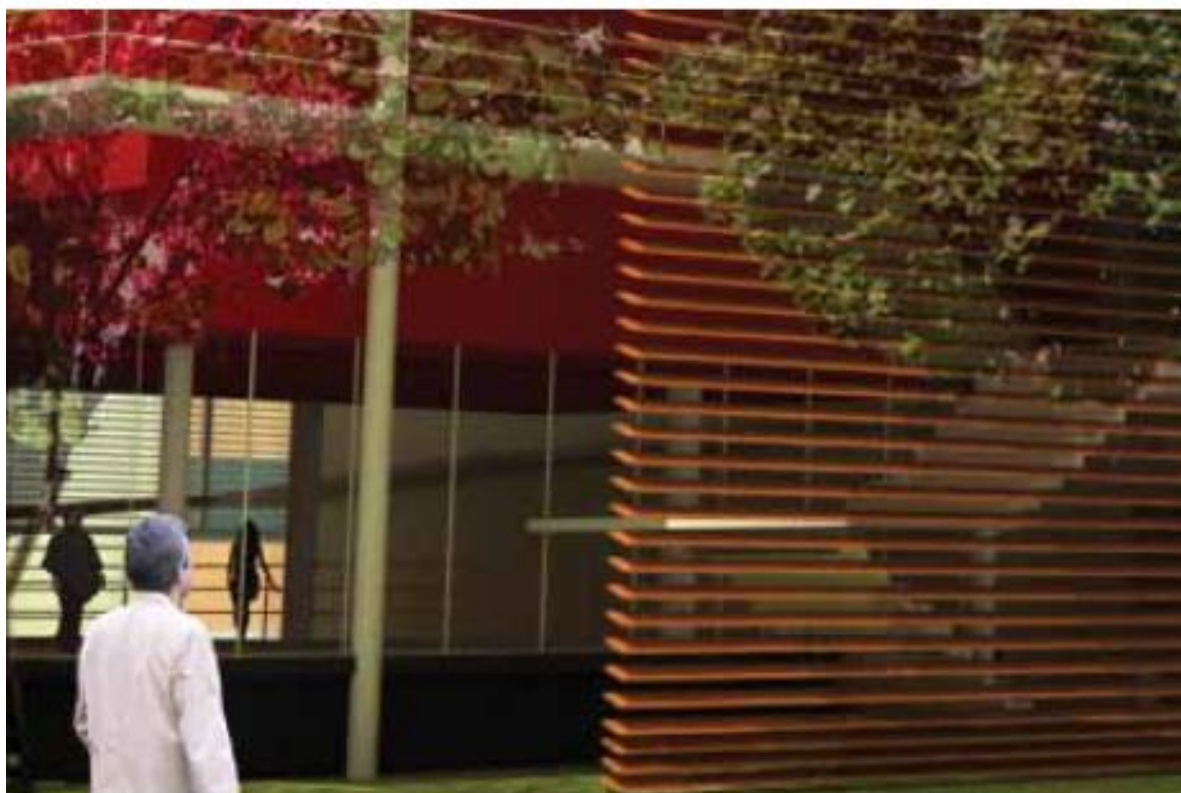


Mecanismos Institucionais de Monitoramento Gestão e Revisão do Plano Diretor UFRJ 2020

1. A vida não para enquanto estamos concebendo e implementando planos. Ao contrário e de maneira cada vez mais acelerada, novos conhecimentos são gerados nos diversos campos da ciência, novas dinâmicas econômicas aparecem, novas formas de manifestação artística emergem, novas necessidades surgem dos conflitos políticos e processos culturais que se desenrolam contraditoriamente na vida

social. O processo de planejamento, ainda mais quando se trata de um Plano de Médio e Longo Prazos, não pode, pois, esgotar-se na concepção, elaboração e aprovação do plano.

Assim, o planejamento deve ser visto como processo permanente, que envolve incessante monitoramento e avaliação. Isso significa que deveremos ter permanentemente mecanismos e processos de acompanhamento, correção de



rumos, introdução de novas políticas e diretrizes.

Numa universidade como a UFRJ, que apenas recentemente começa a adotar a prática do planejamento, ainda teremos que nos qualificar e habituar a esse novo e relevante instrumento de ação política institucional e acadêmica. Em primeiro lugar, trata-se de afirmar claramente que planejar-se, projetar-se no futuro, segundo concepções geradas endogenamente, embora em relação com o mundo extramuros, constitui

elemento fundamental de qualquer projeto de universidade autônoma.

Além de uma Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, deveremos conceber e criar mecanismos permanentes, e participativos, que assegurem, de um lado, a continuidade do Plano de Diretor, e, de outro, sua permanente correção e atualização.

2. A institucionalização do PD UFRJ-2020 deverá ocorrer através da criação de um **Comitê Técnico do Plano Diretor** permanente. ■

Imagem: Atelier Universitário da FAU.



Prédios Tombados e Preservados da UFRJ

COLÉGIO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS

Avenida Rui Barbosa, 762 – Flamengo – Rio de Janeiro – RJ



Situado na avenida Rui Barbosa, no bairro do Flamengo, Zona Sul da cidade, construído pelo Governo Federal, em colaboração com a Prefeitura, o prédio foi inaugurado em 1922 para abrigar um hotel e um restaurante, com a função de apotar o banho de mar na Baía de Guanabara. Em 1926, tornou-se residência das estudantes da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da UFRJ, funcionando como internato. A partir de agosto de 1973 tornou-se Casa do Estudante Universitário (CEU), hospedando estudantes universitários da cidade. Em junho de 1989, o conjunto arquitetônico foi tombado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), que reconhecia sua importância no estilo eclético preservado e a beleza de suas escadarias. Em agosto de 1995, devido ao estado de degradação avançada, a UFRJ efetuou a retomada de posse do imóvel, iniciando um longo processo de restauração do patrimônio.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

CENTRO DE ARTE HÉLIO OITICICA

Rua Luis de Camões, 68 – Centro – Rio de Janeiro



O prédio, em estilo neoclássico, foi construído no século XIX para sediar o Conservatório de Música, também acolheu o Conservatório Dramático Brasileiro. O Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica está instalado em uma área de 1.950m², abrigando, preservando e divulgando a obra do artista plástico Hélio Oiticica. O prédio é preservado pelo Corredor Cultural, programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para quem foi cedido.

Patrimônio Tombado e Preservado da UFRJ

ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

Rua Afonso Cavalcanti, 275 – Cidade Nova – Rio de Janeiro



O Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery, inaugurada em 31 de dezembro de 1923, constitui importante exemplar da arquitetura neocolonial carioca.

A Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da UFRJ foi incorporada à Universidade do Brasil em dezembro de 1945. O tombamento do prédio ocorreu no dia 14 de agosto de 1986, pelo IPHAN.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ESCOLA DE MÚSICA

Rua do Passelo, 98 – Centro – Rio de Janeiro



A atual sede da Escola de Música (EM) da UFRJ ocupa o local do prédio comprado em 1853 para abrigar a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1910, após a mudança da Biblioteca para a avenida Central, hoje avenida Rio Branco, o prédio atual foi construído e, junto com a rua do Passelo, é considerado Patrimônio Histórico Municipal, tombado em 1994.

Políticas Tombadas e Preservadas da UFRJ

FACULDADE DE DIREITO

Rua Moncorvo Filho, 28 – Centro – Rio de Janeiro



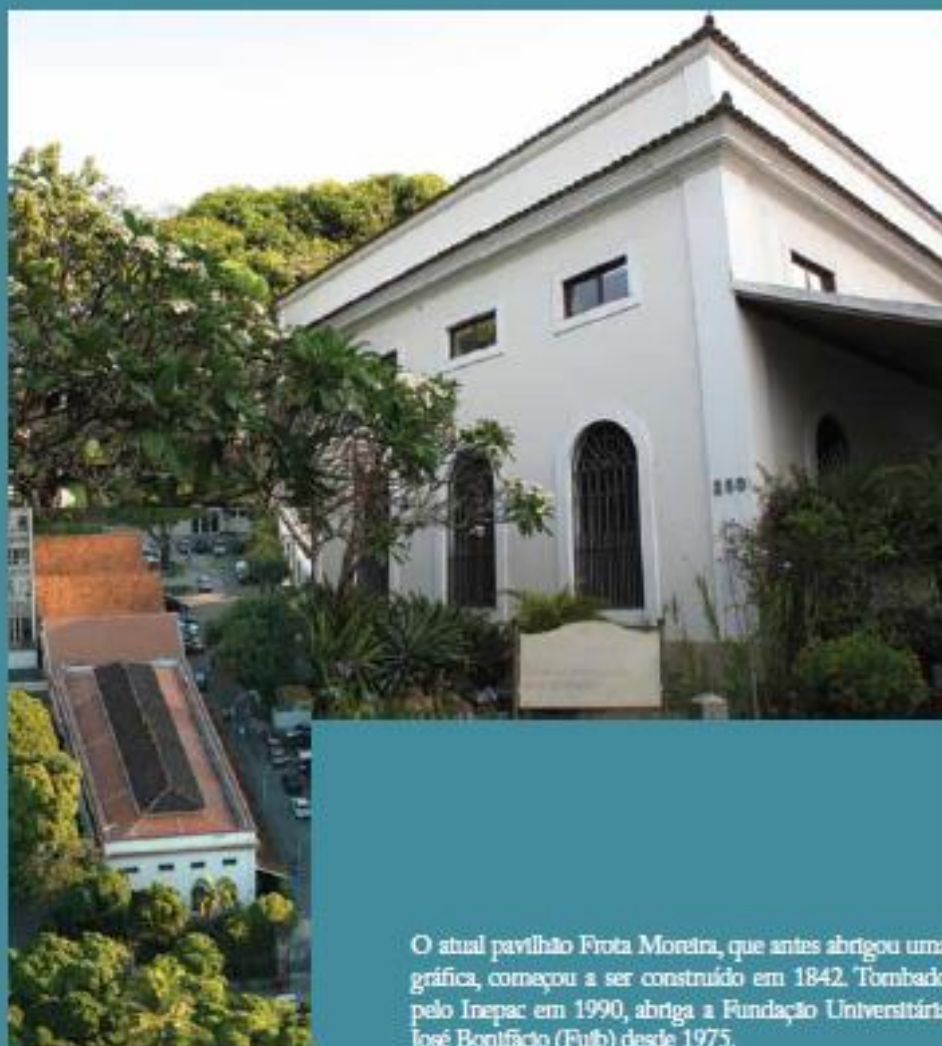
A casa do último vice-rei do Brasil, Conde dos Arcos, localizava-se no Campo de Santana, esquina da atual rua Moncorvo Filho. Foi comprada em 1825 pelo governo imperial para a instalação do Senado, sendo então reformada.

Com a República, o prédio sofreu novas obras para ampliação, continuando a sediar o Senado Federal até 1925, quando este se transferiu para o Palácio Monroe, na Cinelândia. Depois de vários outros ocupantes, em 1938 mudou-se para lá a Faculdade Nacional de Direito. O Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac) tombou o prédio em 1988.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO

Avenida Pasteur, 280 – Urca – Rio de Janeiro



O atual pavilhão Frota Moreira, que antes abrigou uma gráfica, começou a ser construído em 1842. Tombado pelo Inepac em 1990, abriga a Fundação Universitária José Bonifácio (Fujb) desde 1975.

Prédios Tombados e Preservados da UFRJ

HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Avenida Presidente Vargas, 2863 – Centro – Rio de Janeiro



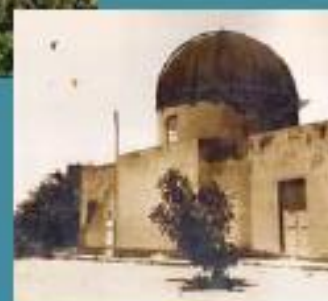
O prédio no qual funciona o Hospital Escola São Francisco de Assis (Hesfa) da UFRJ, referência no tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida/Aids) e em programas de reabilitação motora, começou a ser construído em 1876 quando, na presença da princesa Isabel, foi colocada a pedra fundamental da hospedaria para mendigos, objetivo para o qual foi criado. Em 1896, a hospedaria foi renomeada como Asilo São Francisco de Assis e, em 1922, começou a funcionar como unidade escolar, recebendo então o nome de Hospital Escola São Francisco de Assis.

Seu conjunto arquitetônico, de estilo neoclássico, foi tombado em 1983 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1937 o Hesfa foi incorporado ao patrimônio da União e transferido para a então Universidade do Brasil, hoje, UFRJ.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

OBSERVATÓRIO DO VALONGO

Ladeira Pedro Antônio, 43 – Saúde – Rio de Janeiro



A criação, no morro de Santo Antônio, do Observatório da Escola Politécnica, em 1881, impulsionou o estudo da Astronomia no Brasil. Com a derrubada do morro de Santo Antônio, em 1921, todos os equipamentos existentes no Observatório foram levados para sua atual localização, na Chácara do Valongo, no morro da Conceição.

Os prédios do Conjunto Paisagístico do Observatório do Valongo, no Jardim Morro do Valongo, foram tombados pelo IPHAN.

Patrimônio Tombados e Preservados da UFRJ

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Largo de São Francisco de Paula, s/nº - Centro - Rio de Janeiro



Projetado inicialmente como Sé do Rio de Janeiro, o prédio, que começou a ser construído em meados do século XVIII, foi adaptado para receber a Academia Real Militar, em 1812, onde teve início o ensino da Engenharia no Brasil.

Recebeu o nome de Escola Militar, em 1839; de Escola Central, em 1858; de Escola Politécnica, em 1874. Após a transferência da Escola Politécnica para a Cidade Universitária, a edificação do Largo de São Francisco passou a abrigar, em 1969, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs), criado em 1967.

O prédio, originalmente construído com dois pavimentos, teve acrescentado mais um andar em 1905 e ainda outro em 1955. Na ocasião da construção do terceiro andar, o pórtico central da fachada foi alterado, tendo, no entanto, sido mantido o aspecto clássico de sua composição. Foi tombado pelo IPHAN em 11 de abril de 1962.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

MUSEU NACIONAL

Quinta da Boa Vista – São Cristóvão – Rio de Janeiro



O casarão original data do século XVII, sede da fazenda jesuítica de São Cristóvão para criação de gado. Com a extinção da Ordem no Brasil (1759), a propriedade foi segmentada em várias fazendas e leiloada. A área originária da Quinta da Boa Vista foi arrematada, para plantação de cana de açúcar, por Manuel Pinheiro.

Em 1803, já propriedade de Elias Antônio Lopes, a casa sofreu a primeira reforma e foi doada pelo rico comerciante ao príncipe Regente Dom João, quando de sua chegada ao Brasil em 1808. A casa passou por sucessivas reformas de acordo com as necessidades da realeza, sendo a ela acrescentados cômodos, pavilhões, capelas, pátios etc.

Com a República, foi adaptado para as reuniões do Congresso Constituinte e em 25 de junho de 1892, passou a abrigar o Museu Nacional. O ano de 1910 trouxe obras de embelezamento, remodelação e saneamento do parque, além de algumas alterações no corpo físico do casarão. Tombado pelo Iphan em 11 de maio de 1938, o prédio atual, em estilo neoclássico, plantado em um parque ao gosto romântico do final do século, representa um dos mais significativos exemplares da Arquitetura brasileira.

Foi incorporado à Universidade do Brasil (UFRJ) em janeiro de 1946. Considerado o maior Museu de História Natural da América Latina, possui um acervo de cerca de 4 milhões de peças, sendo que cerca de 10 mil em exposição, em dois andares de circuito, ocupados com as áreas de Zoologia, Arqueologia, Etnografia, Antiguidades Clássicas, Geologia e Paleontologia.

Centros de Convergência

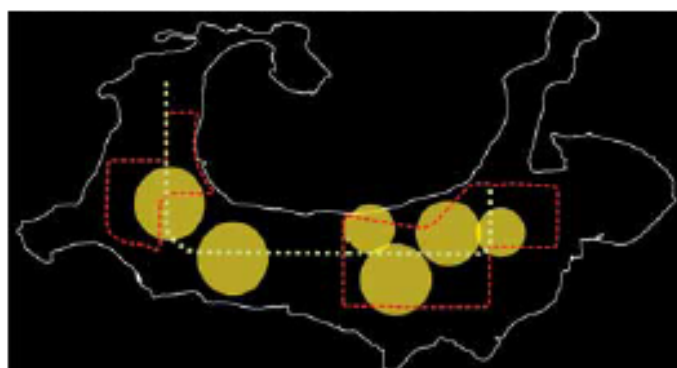
A transformação da avenida Horácio Macedo numa avenida urbana permitirá a criação de Centros de Convergência que reunirão várias atividades em pontos concentrados do espaço urbano, o que resultará na vitalidade desses locais.

Esses Centros de Convergência colocam no mesmo espaço salas de aula, equipamentos comuns – auditórios, restaurantes e residências universitárias de vários tipos, bibliotecas unificadas, comércio e, sobretudo, espaços ao ar livre adequados para a reunião de professores, alunos e técnicos-administrativos.

Os Centros de Convergência foram pensados distribuídos ao longo da Ilha, com acesso pelo eixo central, o que contribui

para criar vitalidade urbana em toda sua extensão. Por outro lado, incorporam os locais existentes que demonstram maior vitalidade urbana e condições para a reunião dos novos equipamentos, como é o caso do eixo CCMN-CT.

Preliminarmente, identificamos seis Centros de Convergência: no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no futuro Canal da Reitoria, No eixo Centro de Tecnologia-Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CT-CCMN), nas novas expansões, na quadra da Faculdade de Letras-Humanidades e na quadra da Faculdade de Arquitetura-Escola de Belas Artes-Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (FAU-EBA-IPPUR).



Esquema do perfil urbano proposto

■ Eixo central
 ■ Eixo de transporte coletivo/ciclo
 ■ Centros de Convergência/Convidáveis

Etapas do Plano de Desenvolvimento

Estão previstas três etapas para o Plano de Desenvolvimento: 2012, 2016 e 2020.

Atualmente



Vista aérea - Cidade Universitária. Foto: Marco Fernandes, 2010.

O conceito de implantação prevê que o Plano esteja completo em cada etapa. Isso se traduz - nas obras até 2012 e nas etapas seguintes - na edificação de todos os usos que conferem diversidade ao espaço urbano, tais como unidades acadêmicas, restaurantes universitários, bibliotecas e residências universitárias.

2012

Nesse primeiro momento de expansão, as novas edificações são prolongamentos ou complementos de edificações existentes, evitando-se a opção por prédios muito distantes ou isolados.



100

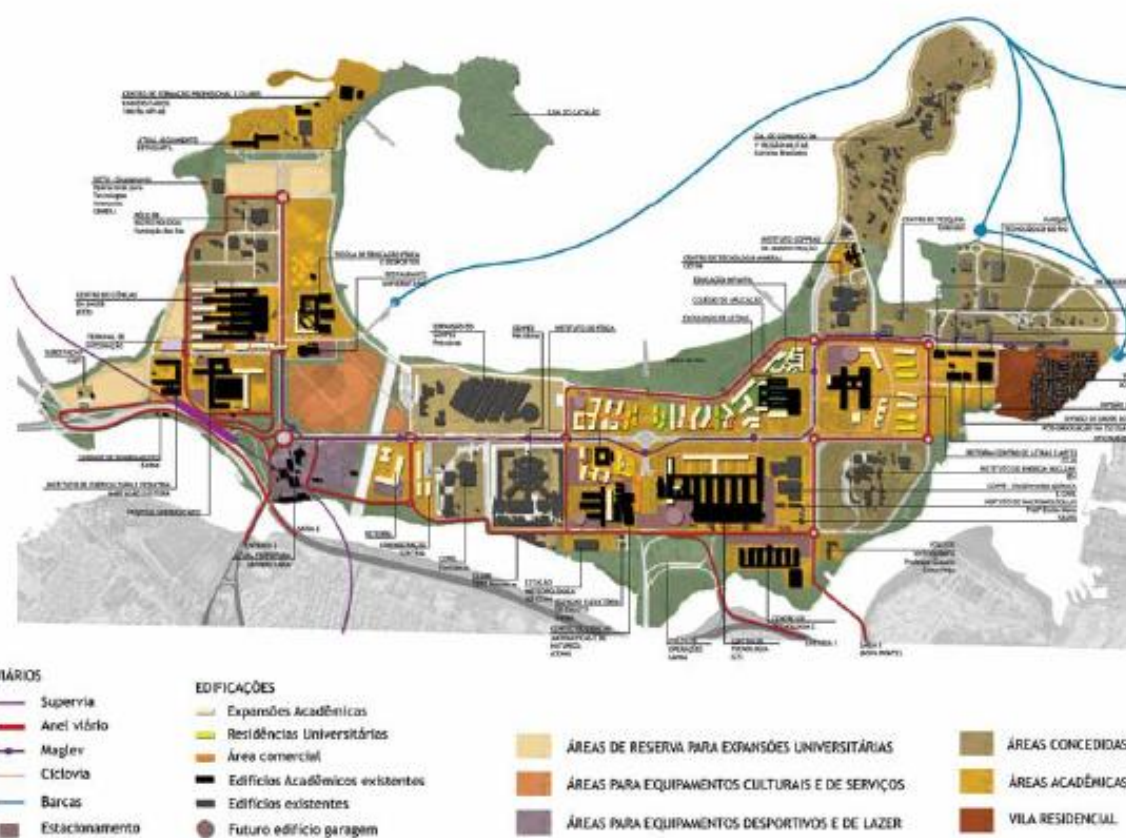
2016 e 2020



Para 2016, estão previstas a implantação do Maglev, da linha de trem da SUPERVIA e o transporte hidroviário, bem como a instalação de novas unidades residenciais, comerciais e acadêmicas.

Em 2020, a ocupação será completada com a instalação do Parque da Orla, de Centro Co-

mercial-Cultural e de Serviços, da nova Reitoria, da abertura do novo canal da Reitoria, do clube universitário e do resto das edificações acadêmicas, habitacionais e comerciais que completam o plano.



Plano Geral de Desenvolvimento
 Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor

PLANO GERAL - A CIDADE UNIVERSITÁRIA

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA parte do princípio da dupla integração: com a cidade do Rio de Janeiro e entre as Unidades da UFRJ.

Para alcançar esses objetos, propõe a instalação de equipamentos e atividades de uso compartilhado universidade-cidade, bem como a criação de locais apropriados para a reunião de professores, alunos e técnicos-administrativos de diversas áreas acadêmicas.

Isso significa mudar radicalmente o modelo de desenvolvimento atual, que prioriza o transporte individual, o isolamento entre Unidades, a baixa densidade e a separação de usos.

Em contraposição, propomos um modelo de desenvolvimento que combine o acesso por transporte coletivo, o estímulo ao transporte ativo (pedestre-ciclovias), a humanização de espaços, o aumento da densidade e da diversidade e a mistura de usos.

O novo modelo de ocupação da Ilha da Cidade Universitária tem, portanto, como pressuposto uma nova possibilidade de relação entre as suas áreas disciplinares, bem como novas formas de cooperação que contribuam para a superação do isolamento e da fragmentação atuais.

Parte da noção de compartilhamento de espaços contraria radicalmente a cultura do lote exclusivo, que duplica inutilmente equipamentos de uso coletivo, desagrega, reafirma a baixa densidade, isola os alunos em locais distantes e resulta numa fraca vitalidade urbana de seus espaços.

No sentido oposto, nossa opção é pela reunião de conjuntos urbanos de intensa vitalidade, onde seja possível encontrar serviços de qualidade, que reúnam a oferta de residência universitária junto com as opções de alimentação coletiva (restaurantes universitários) e equipamentos e serviços comuns a várias áreas disciplinares, como bibliotecas e auditórios.

Do ponto de vista ambiental, o uso de densidade maiores permitirá a liberação de espaços destinados a lazer e cultura (parque da orla) e a preservação das reservas ambientais existentes.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
DE JANEIRO
INSTITUTO DE
ARQUITETURA
E URBANISMO

UFRJ 2020
Relação de projetos e obras

UFRJ 2020 - Relação de Projetos e Obras¹

Obra Concluída	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
Exposições acadêmicas - CT - Bloco A	601,00	1.060.726,92	Maço - 2009	Junho - 2010
Bicicampus	4,2 km	788.126,67	Maço - 2009	Agosto - 2010
Terminal de Integração	1.3742,87	1.706.529,00	Maço - 2009	Agosto - 2010

.....
1 - Dados
 (novembro de 2010).

Obra em Andamento	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
Restaurante Universitário Sasilho Unid - CT	446,00	955.461,07	Novembro - 2009	Outubro - 2010
Centro de Referência da Mulher	2.068,36	3.167.792,63	Janeiro - 2010	Outubro - 2010
Illuminação Pública do Campus		2.340.633,26	Janeiro - 2010	Novembro - 2010
Faculdade Nacional de Direito	5.570,59	1.819.991,06	Janeiro - 2010	Novembro - 2010
Restaurante Universitário Fase2	3.000,00	5.680.000,00	Maço - 2009	Dezembro - 2010
Exposição Acadêmica - CCMM - Bloco F	2.970,00	5.512.000,00	Fevereiro - 2010	Janeiro - 2011
Exposição Acadêmica - EBA	3.742,00	9.768.984,15	Abril - 2010	Outubro - 2011
Exposição Acadêmica - Matemática	4.300,00	7.960.354,55	Maço - 2010	Setembro - 2011
Biblioteca Unificada EBA - FAU - IPPUR	2.600,00	1.453.759,50	Outubro - 2010	Outubro - 2011
Exposição Acadêmica - Bloco J	8.140,40	9.700.000,00	Dezembro - 2009	Janeiro - 2012
Palácio Universitário		1.360.120,85	Fevereiro - 2010	Janeiro - 2011

Licitação	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
HESFA - Recuperação cobertura e fachadas		578.963,88	Novembro - 2010	Abril - 2011
Biblioteca Unificada do CT	4.801,00	13.226.738,18	Dezembro - 2010	Outubro - 2012
Complexo Estudantil - Residências e Restaurantes Universitários	13.649,09	26.196.058,69	Janeiro - 2011	Outubro - 2012
Exposições Acadêmicas (FE, FACC, NEB)	42.805,60	37.812.500,00	Outubro - 2010	Janeiro - 2012

Projeto em Andamento	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
Residências Universitárias (CCJE, CFCH, CLA)	9.932,72	18.750.000,00	Dezembro - 2010	Dezembro - 2012
Exposição Acadêmica de Saúde	3.510,00	7.371,00	Dezembro - 2010	Maço - 2012
Exposição Acadêmica - Instituto de Nutrição - Gastronomia	2.759,80	6.875.000,00	Abril - 2011	Dezembro - 2012
Exposição Acadêmica - Escola de Dança				
HESFA - Restauração dos Prédios				



Plano Diretor - UFRJ 2020

Expansão de salas de aula no Bloco A do Centro de Tecnologia (CT)

Resumo:
 R\$ 1.060.726,92
 Área:
 601,00 m²
 Início das Obras:
 Mar. 2009
 Inauguração:
 Jun. 2010
 Projeto:
 Equipe Técnica do
 Plano Diretor



Trata-se da construção de seis salas de aula em local já consolidado de uso universitário, no pilotis de serviços do Bloco A do Centro de Tecnologia (CT). Destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012.



Foto: Marcos Ferrazinho, 2010.

Salas de aula Bloco A do Centro de Tecnologia.



Foto: Marcos Ferrazinho, 2010.

Vista interior do Bloco A do Centro de Tecnologia.

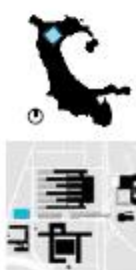


Plano Diretor - UFRJ 2020

Terminal de integração

Recursos:
R\$ 1.706.529,00
Área:
13.742,87 m²
Início das obras:
Ma. 2009
Inauguração:
Ago. 2010
Projeto:
Prefeitura de Cidade
Universitária

O Terminal de Integração é parte da nova política de mobilidade da UFRJ. Ele representará um importante elo entre o campus e a cidade, servindo como um ponto de articulação intermodal. Previsto para ser instalado junto ao Hospital Universitário (HU), o Terminal terá como função primordial regular o fluxo do transporte coletivo interno, o que facilitará o acesso ao HU. Uma de suas utilidades imediatas será a solução das retenções e conflitos ocasionados pelo ponto de ônibus localizados na saída da Ilha, próximo à Linha Vermelha.



Vista geral da localização.

Vista da Estação Integração UFRJ.



Foto: Marco Ferraz, 2010.

Bicicampus (ciclovía)

A ciclovía marca o início de uma nova política de mobilidade interna que privilegia o transporte ativo e as modalidades de baixo consumo de energia. Depois de implantada, servirá como base de um sistema de uso de bicicleta a serem emprestadas aos usuários, com possibilidade de devolução em vários pontos da Ilha da Cidade Universitária.

Recursos:
R\$ 788.126,67
Provido:
4,2 km
Início das Obras:
Mar. 2009
Inauguração:
Ago. 2010
Projeto:
Prefeitura da Cidade
Universitária



Traçado da ciclovia proposta.



Restaurante Satélite: Unidade 2 Bloco A do Centro de Tecnologia (CT)

O Restaurante do CT, localizado no térreo do bloco A do Centro, está dimensionado para fornecer 1.000 refeições/dia em um espaço de conformidade com as normas sanitárias vigentes. Sua área interna está diretamente ligada ao pátio vizinho, onde poderá ser instalado um café/bar. Por sua proximidade com a biblioteca do Centro, o restaurante contribui para configurar um importante ponto de convívio e de trocas sociais.

Resumo:
R\$ 955.461,07
Área:
466,00 m²
Previsão:
1.000 refeições/dia
Início das Obras:
Nov. 2009
Período de Inauguração:
Out. 2010
Projeto:
Equipe Técnica do
Plano Diretor



Vista do Salão.

Imagem: Projeto Técnico do Plano Diretor



Foto: Gabriel Sperandio, 2011.





Plano Diretor - UFRJ 2020

Restaurante Universitário fase 2

Recursos:
 R\$ 5.680.000,00
Área:
 3.000,00 m²
Previsão:
 4.000 refeições/dia
Início das Obras:
 Mar. 2009
Previsão de Inauguração:
 Dez. 2010
Projeto:
 Escritório Técnico
 da Universidade - ETU



O Restaurante Universitário fornecerá 4.000 refeições por dia e será âncora de um novo sistema de alimentação em implantação na UFRJ. Contará com outras unidades de distribuição, denominadas unidades-satélite. Seu modelo de gestão e sua concepção espacial foram idealizados de forma a ultrapassar o caráter assistencialista (espaço de mera provisão de alimentação) para se estabelecer como ambiente com vocações acadêmicas.



Foto: Escritório Técnico da Universidade - ETU.

Rio: Marco Ferraz, 2001.



Expansão do Bloco F do CCMN

A expansão acadêmica no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) acontecerá em local consolidado de uso universitário, acrescentando um andar ao Bloco F do CCMN. Destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e tem como finalidade adicional melhorar as condições de habitabilidade das edificações existentes, em conformidade com as normas de conforto ambiental e eficiência energética.



Foto: Marco Pimenta, 2011.

Recursos:
R\$ 5.512.000,00
Área:
2.970,00 m²
Início das Obras:
Fev. 2010
Previsão de
Inauguração:
Jan. 2011
Projeto:
Equipe Técnica do
Plano Diretor



Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.



Plano Diretor - UFRJ 2020

Expansão acadêmica EBA

Recursos:
 R\$ 9.768.984,16
 Área:
 3.742,00 m²
 Início das Obras:
 Abr. 2010
 Período de
 Inauguração:
 Out. 2011
 Projeto:
 Equipe Técnica
 do Plano Diretor



A expansão acadêmica da Escola de Belas Artes (EBA) visa a oferecer condições adequadas para o ensino de Arte em ateliês com áreas internas e externas de dimensões generosas e condições de iluminação adequadas. Trata-se de um módulo inicial destinado a atender a oferta emergencial de vagas pactuada até 2012 que permite a ampliação futura com a criação de novos cursos.



Visão Geral.

Perspectiva dos espaços internos de circulação.



Foto: Mauro Peres/Arq. 2011.

Expansão Acadêmica Instituto da Matemática

A expansão acadêmica do Instituto de Matemática é vizinha e complementar à expansão do Bloco F do CCMN, que acontece em local consolidado de uso universitário. A edificação destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e respeita às normas de conforto ambiental e eficiência energética.

Recursos:
R\$ 7.960.354,55
Área:
4.300,00 m²
Início das Obras:
Mar. 2010
Período de Interação:
Set. 2011
Projeto:
Equipe Técnica do Plano Diretor



Foto: Equipe Técnica do Plano Diretor



Foto: Marco Pavesi/Arq. 2011



Plano Diretor - UFRJ 2020

Expansão de salas de aula no Bloco J do Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Orçamento:
 R\$ 9.700.000,00
Área:
 2.140,40 m²
Inicio das Obras:
 Dez. 2009
Previsão de inauguração:
 Jan. 2012
Projeto:
 Atelier
 Universidade da PAU



No Centro de Ciências da Saúde (CCS), a expansão acadêmica ocupará local consolidado de uso universitário. A expansão, do mesmo modo, destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e tem como finalidade adicional melhorar as condições de habitabilidade das edificações existentes, em conformidade com as normas de conforto ambiental e eficiência energética.



Biblioteca Unificada do Centro de Tecnologia (CT)

Localizada na entrada do CT, imediatamente visível ao público externo e com a capacidade de tornar o pavimento dos pilótos um local de encontro, congraçamento, estudo ao ar livre e reunião de estudantes, professores e técnico-administrativos, a Biblioteca Unificada reunirá os acervos da atual biblioteca do Centro; de obras raras ou antigas do CT; de Eletro e eletrônica; e do Núcleo de Documentação e Informação em Energia. Sua instalação liberará espaços para salas de aula destinadas à expansão de vagas prevista pelo Centro.

Recursos:
R\$ 13.226.738,18
Área:
4.802,00 m²
Previsão de
Início das Obras:
Jan. 2011
Previsão de Inauguração:
Out. 2012
Projeto:
Equipe Técnica
do Plano Diretor



Vista a partir do acesso ao bloco A do Centro de Tecnologia.





Plano Diretor - UFRJ 2020

Complexo Estudantil CT - CCMN Residência Universitária

Recursos:
 R\$ 26.196.058,09
 Área:
 13.649,09 m²
 Povoador:
 260 moradores
 2.400 m² de áreas
 Prestação de Início das Obras:
 Jan. 2011
 Prestação de Inauguração:
 Out. 2012
 Projeto:
 Equipe Técnica
 do Plano Diretor

A Residência Universitária – no Centro de Convergência CT-CCMN está inserida na nova política habitacional da UFRJ, que pretende atender docentes, alunos e técnico-administrativos. É parte dessa política a proposta de multiplicidade de uso e usuários. O projeto das residências propõe a concentração de diversos usuários no mesmo edifício, os quais cumprirão papel fundamental na dinamização dos Centros de Convergência. As novas unidades habitacionais estão localizadas junto aos setores acadêmicos, bibliotecas e auditórios.



Vista a partir da rotula do CT.

Vista aérea.



Restaurante Satélite Unidade 3 - CCMN

O Restaurante-satélite Unidade 3 foi concebido para fornecer 2.400 refeições por dia. Esse equipamento, junto com as residências universitárias e a biblioteca unificada do CT, configura e dinamiza um dos Centros de Convergência (CT-CCMN) previstos no Plano.



Imagem: Engenheiro Técnico de Plano Diretor



Fachada sulista





Expansões acadêmicas

Recursos:
R\$ 37.812.500,00
Área:
Expansão Acadêmica -
42.805,60 m²
Previsão de início das Obras:
Out. 2010
Previsão de Inauguração:
Jan. 2012
Projeto:
Equipe Técnica do Plano
Diretor

As expansões acadêmicas acontecem em locais consolidados de uso universitário. Fazem parte desta primeira etapa de expansão – a ser executada até 2012 – a Faculdade de Educação, a Decanato do CCJE, o Núcleo de Estudos Internacionais, o curso de Relações Internacionais, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e conjunto de residências universitárias. Completam o projeto deste Centro de Convergência equipamentos de uso coletivo: teatro, biblioteca e ampliação do restaurante satélite existente.

Esse conjunto de obras pretende compor o primeiro centro de convergência consolidado nos moldes propostos pelo Plano Diretor 2020.



Legenda usos

- Expansão acadêmica
- Residência Universitária
- Biblioteca e Auditório
- Comércio
- Lazer



Equipe Técnica do Plano Diretor



Faculdade de Educação

A expansão acadêmica da Faculdade de Educação pertence ao Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA. Esta edificação faz parte da construção do polo de educação integrando o futuro CAP (Colégio de Aplicação) e Unidade de Educação Infantil. A edificação destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e respeita às normas de conforto ambiental e eficiência energética.



Perspectiva dos espaços internos de circulação.





Plano Diretor - UFRJ 2020

Faculdades de Administração Ciências Contábeis e Núcleo de Relações Internacionais e Decania do CCJE



A expansão acadêmica da Faculdade de Ciências Contábeis, do Núcleo de Relações Internacionais e da Decania do CCJE é vizinha e complementar à Faculdade de Educação que se configura como local consolidado de uso universitário. A edificação destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e respeita às normas de conforto ambiental e eficiência energética.



Perspectiva dos espaços internos de circulação.



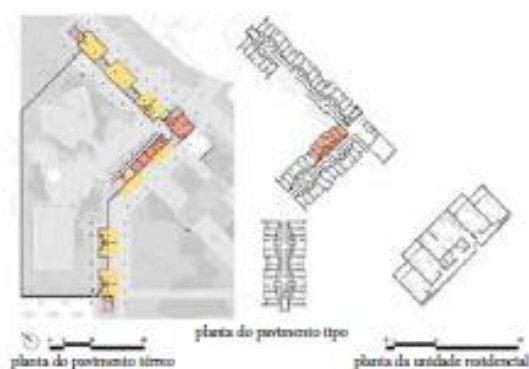
Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.

120

Residência Universitária

A Residência Universitária no Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA está inserida na nova política habitacional da UFRJ, que pretende atender docentes, alunos e técnico-administrativos. É parte dessa política a proposta de multiplicidade de uso e usuários. O projeto das residências propõe a concentração de diversos usuários no mesmo edifício, os quais cumprirão papel fundamental na dinamização dos Centros de Convergência. Essas novas unidades habitacionais estão localizadas junto aos setores acadêmicos, bibliotecas e auditórios.

Recursos:
R\$ 18.750.000,00
Área:
9.932,72 m²
Previdido:
260 unidades
Previdido de Início das
Obras:
Dez. 2010
Previdido de
Inauguração:
Dez. 2012
Projeto:
Equipe Técnica do Plano
Diretor



Escola de Dança

Recursos:
Em fase de captação
Projeto:
Atelier
Universitário da FAU



Implantada entorno da área de piscina da EEFD, a Escola de Dança configura-se como uma nova frente da Escola de Educação Física e Desporto, vindo assim a recompor o conjunto edificado pré-existente e melhorar a articulação deste com o restante do campus universitário, dando apoio ao percurso de pedestres que faz a ligação com o Restaurante Universitário e o restante do Centro de Convergência do qual ele faz parte.

O projeto prevê a criação de salas de aula, auditórios, laboratórios, espaços administrativos e de convívio dispostos num edifício de alto desempenho ambiental que aproveita os fatores climáticos e associa à aplicação de materiais inovadores oriundos de pesquisa desenvolvidas na própria UFRJ.



Imagem: Atelier Universitário da FAU



Expansão Acadêmica de Xerém

Este projeto trata da construção do edifício que atuará como Pavilhão de aulas teóricas e práticas no terreno da UFRJ em Xerém. No momento o Pólo já conta com mais de 300 alunos matriculados (Ingressos em 2008, 2009 e 2010), que estão frequentando aulas em espaço provisório cedido pela Prefeitura de Duque de Caxias. Este prédio é o módulo inicial destinado a atender a oferta emergencial de vagas pactuada até 2012 que permite a ampliação futura com a criação de novos cursos.

Recursos:
R\$ 7.571,00
Área:
3.510,00 m²
Início das Obras:
Dec. 2010
Inauguração:
Maio 2012
Projeto:
Equipe Técnica do Plano
Diretor

